

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Cultos e cultuantes no Sul do território actualmente português em
época romana (sécs. I a. C. – III d. C.)**

Uma aproximação à sociologia das religiões

SÍLVIA MONTEIRO TEIXEIRA

DISSERTAÇÃO

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

2014

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**Cultos e cultuantes no Sul do território actualmente português em
época romana (sécs. I a. C. – III d. C.)**

Uma aproximação à sociologia das religiões

SÍLVIA MONTEIRO TEIXEIRA

DISSERTAÇÃO ORIENTADA PELO PROF. DOUTOR AMÍLCAR GUERRA

MESTRADO EM ARQUEOLOGIA

2014

Resumo

Enquanto expressão simbólica da experiência sociocultural, o fenómeno religioso pode ser encarado como uma ponte que nos aproxima do melhor conhecimento das vivências das sociedades, nos seus respectivos contextos espaço-temporais. Não constituem então excepção as comunidades habitantes do Sul do território actualmente português durante a ocupação romana alto-imperial (sécs. I a. C. - III d. C.), que nos deixaram, como testemunho das suas percepções e comportamentos, um conjunto de epígrafes votivas que, embora modestas em número, detêm algum potencial informativo no que respeita aos cultos e divindades veneradas por estes indivíduos, bem como ao seu estatuto socioeconómico.

Por seu lado, esta óptica de análise apresenta-se também relevante na abordagem ao processo de romanização da realidade geográfica e humana sobre a qual incide este trabalho, nos seus dois âmbitos de análise, o urbano e o rural, que foram comparados entre si quer no domínio da representação dos cultos e divindades, quer das formas de identificação e expressão dos cultuantes na epigrafia votiva. Estas duas vias de análise permitiram-nos então confirmar não apenas a maior representatividade do elemento romano face ao indígena, como tem vindo a ser proposto para o território analisado, mas também a coexistência harmoniosa de ambos, dada como característica da Lusitânia, e ainda a complexidade do conceito de romanidade; sustentando a ideia da relevância da análise dos fenómenos religiosos para a compreensão da vivência humana.

Palavras-chave: Epigrafia; religião romana; romanização; mundo indígena; sociedade lusitano-romana.

Abstract

As a symbolic expression of the socio-cultural experience, the religious phenomenon can be perceived as a bridge which brings us closer to a better understanding of the societies' ways of living, in their respective spatial and temporal contexts. The communities which inhabited the Southern part of what constitutes today the Portuguese territory during the early Roman Empire (1st century B.C. – 3rd century A.D.) are not an exception, having left us an ensemble of votive inscriptions as a record of their views and behaviours. Despite their modest amount, these inscriptions hold some informative potential concerning the cults and deities revered by these individuals, as well as their socio-economical status.

For its part, this perspective of analysis seems to be also relevant in approaching the Romanization process of the geographical and human reality to which this dissertation refers, in its two scopes of analysis, the urban and rural areas, compared with each other regarding either the cults and deities represented or the means of identification and expression of the worshippers in the votive epigraphy. These two paths of analysis have therefore allowed us to confirm not only the greater representation of the Roman component, compared with the indigenous one, as has been proposed for the analyzed territory, but also their harmonious coexistence, which seems to have been characteristic of the Lusitanian province, as well as the complexity in defining “romanidade”. This reinforces the relevance of the analysis of religious phenomena to a better understanding of man's way of living.

Keywords: Epigraphy; Roman religion; Romanization; indigenous world; Lusitanian-Roman society.

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	13
CAPÍTULO 1. Enquadramento geral do trabalho	17
1.1. Contextualização geográfica	17
1.2. Enquadramento temático: a sociologia das religiões	18
1.2.1. O pendor social da religião	18
1.2.2. A multidimensionalidade do fenómeno religioso	19
1.2.3. Questões metodológicas	21
1.2.3.1. O método comparativo	21
1.2.3.2. O método da sociologia das religiões	22
1.3. Enquadramento histórico-cultural	23
1.3.1. Breve caracterização da religião romana	23
1.3.2. Breve caracterização da religião indígena	24
1.3.3. Alguns problemas inerentes ao estudo das divindades	27
1.4. Breve historial de investigação da epigrafia votiva peninsular	29
CAPÍTULO 2. Caracterização religiosa	33
2.1. Mundo urbano	34
2.1.1. Cultos e divindades romanas	34
2.1.1.1. Divindades consideradas de natureza florestal: Bona Dea	34
a). Caracterização da divindade e do seu culto	34
b). Origem e extensão geográfica do culto	34
c). Representação nas cidades do mundo urbano	35
2.1.1.2. Divindades representando ideias abstractas: Iuventas/Iuventus	35
2.1.1.3. Divindades consideradas salutíferas: Esculápio	36
2.1.1.4. Divindades tutelares: Genius e Juno	38
2.1.1.5. Júpiter	40
2.1.1.6. Marte	43
2.1.1.7. Vénus	44
2.1.2. Cultos e divindades indígenas	47
2.1.2.1. Atégina e outras “Deusas Santas”	47
a). Caracterização da divindade e do seu culto	47
b). Origem e extensão geográfica do culto	48
c). Representação nas cidades do mundo urbano	50
2.1.2.2. Ocrimira	50
2.1.2.3. Runeso Césio	51
2.1.3. Cultos e divindades orientais	52
2.1.3.1. Cíbele	52

a). Caracterização da divindade e do seu culto	52
b). Origem e extensão geográfica do culto	52
c). Representação nas cidades do mundo urbano	53
2.1.3.2. Ísis e Serápis	53
2.2. Mundo rural	55
2.2.1. Cultos e divindades romanas	56
2.2.1.1. Apolo	56
a). Caracterização da divindade e do seu culto	56
b). Origem e extensão geográfica do culto	57
c). Representação nas localidades do mundo rural	57
2.2.1.2. Divindades consideradas de natureza aquática	58
1. Águas	58
2. Fontano/Fontana	59
3. Ninfas	60
2.2.1.3. Divindades consideradas de natureza florestal	62
1. Diana e Silvano	62
2. Liber Pater e Libera	66
2.2.1.4. Divindades consideradas salutíferas: Salus	68
2.2.1.5. Divindades tutelares: Lares	69
2.2.1.6. Júpiter	71
2.2.1.7. Marte	72
2.2.1.8. Prosérpina	72
2.2.2. Cultos e divindades indígenas	74
2.2.2.1. Andaieco	74
a). Caracterização da divindade e do seu culto	74
b). Origem e extensão geográfica do culto	75
c). Representação nas localidades do mundo rural	75
2.2.2.2. Atégina e outras “Deusas Santas”	75
2.2.2.3. Bandue/Bandi	76
2.2.2.4. Broeneia	79
2.2.2.5. Carneu Calanticense	80
2.2.2.6. Dea Medica	82
2.2.2.7. Harase	82
2.2.2.8. Munidi (Munis)	83
2.2.2.9. Quangeio	85
2.2.2.10. Reve	86
2.2.2.11. Toga	88
2.2.3. Cultos e divindades orientais	89
2.2.3.1. Belona	89

a). Caracterização da divindade e do seu culto	89
b). Origem e extensão geográfica do culto	89
c). Representação nas localidades do mundo rural	90
2.2.3.2. Cíbele	90
2.3. Um caso singular: a epigrafia votiva de Endovélico	91
2.3.1. Caracterização da divindade e do seu culto	91
2.3.2. Origem e extensão geográfica do culto	94
2.3.3. Representação no espaço geográfico em análise	95
CAPÍTULO 3. Caracterização social	97
3.1. Mundo urbano	97
3.1.1.a) Estrutura onomástica e gentílica	97
3.1.1.b) Categorias sociais	99
3.1.2. Cultos e divindades romanas	100
3.1.2.1. Divindades consideradas de natureza florestal: Bona Dea	100
3.1.2.2. Divindades representando ideias abstractas: Iuventas/Iuventus	101
3.1.2.3. Divindades consideradas salutíferas: Esculápio	101
3.1.2.4. Divindades tutelares: Genius e Juno	102
3.1.2.5. Júpiter	103
3.1.2.6. Marte	104
3.1.2.7. Vénus	105
3.1.3. Cultos e divindades indígenas	106
3.1.3.1. Ocrimira	106
3.1.3.2. Runeso Césio	106
3.1.4. Cultos e divindades orientais	106
3.1.4.1. Cíbele	106
3.1.4.2. Ísis e Serápis	107
3.1.5. Material epigráfico desprovido de teónimos ou epítetos	108
3.2. Mundo rural	109
3.2.1.a) Estrutura onomástica e gentílica	109
3.2.1.b) Categorias sociais	110
3.2.2. Cultos e divindades romanas	111
3.2.2.1. Apolo	111
3.2.2.2. Divindades consideradas de natureza aquática	112
1. Águas	112
2. Fontano/Fontana	112
3. Ninfas	113
3.2.2.3. Divindades consideradas de natureza florestal	114

1. Diana e Silvano	114
2. Liber Pater	115
3.2.2.4. Divindades consideradas salutíferas: Salus	115
3.2.2.5. Divindades tutelares: Lares	116
3.2.2.6. Júpiter	117
3.2.2.7. Marte	118
3.2.2.8. Prosérpina	119
3.2.3. Cultos e divindades indígenas	120
3.2.3.1. Andaieco	120
3.2.3.2. Atégina e outras “Deusas Santas”	120
3.2.3.3. Bandue/Bandi	120
3.2.3.4. Carneu Calanticense	121
3.2.3.5. Dea Medica	121
3.2.3.6. Divindades de Arronches: Broeneia, Harase, Munidi (Munis) e Reve	121
3.2.3.7. Quangeio	122
3.2.3.8. Toga	123
3.2.4. Cultos e divindades orientais	123
3.2.4.1. Belona	123
3.2.4.2. Cíbele	123
3.3. Inscrições de procedência não referida	125
3.4. Endovélico: uma tentativa de caracterização sociojurídica dos seus cultuantes	126
3.4.1. Estrutura onomástica e gentílica	126
3.4.2. Categorias sociais e potencial económico	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
1. As divindades e cultos	131
1.1. O espaço geográfico em análise no contexto da religiosidade romana	131
1.2. O espaço geográfico em análise no contexto da religiosidade lusitana	133
1.3. A relação entre as “duas religiosidades” no espaço geográfico em análise	134
2. Os cultuantes	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	153
I. Levantamento da epigrafia votiva do Sul do território actualmente português	155
II. Tabelas e gráficos	355
III. Mapas	385

Nota introdutória

A epigrafia constitui uma importante ferramenta para o conhecimento da religiosidade dos indivíduos, particularmente a inscrição votiva, como símbolo da sua devoção a determinada divindade, bem como do seu estatuto social, constituindo ainda um “reflexo” das percepções e atitudes das comunidades humanas. Através da mesma, este trabalho procura analisar a representação dos diferentes tipos de cultos no Sul do território actualmente português e as características que nele apresentam, a partir de aspectos de análise como os santuários, ritos, etc.; bem como os seus cultuantes, do ponto de vista sociojurídico, numa tentativa de caracterização da religiosidade, enquanto fenómeno social, neste âmbito geográfico, durante a ocupação romana, mais precisamente no período alto-imperial (sécs. I a. C. – III d. C.). Assim, o propósito deste trabalho não reside no estudo dos nomes, atributos e áreas de influência das divindades (nomeadamente autóctones), campo de análise assaz complexo, fornecendo apenas, nas partes em que considere pertinente, um enquadramento com o que já foi exposto por outros autores nestes aspectos.

Esta aproximação à religiosidade no referido contexto espaço-temporal, tendo como base a ideia de influência da religião sobre as motivações e acções dos indivíduos, servirá ainda como meio de averiguar a veracidade da ideia de uma mais precoce e sólida romanização das regiões do Alentejo, Algarve e litoral entre Tejo e Vouga, por oposição às terras interiores entre Tejo e Douro, juntamente com a região a Norte deste, consideradas mais resistentes ao processo de romanização (Alarcão, 2002⁴: 165).

A uma escala mais reduzida, procurei comparar entre si o mundo urbano e o rural do espaço geográfico em análise no que respeita ao grau de romanização, tendo a literatura referente ao mundo romano (por exemplo, Alarcão, 2002⁴) procurado traçar uma dicotomia entre ambos neste sentido, encarando o âmbito urbano como mais intensamente romanizado. Esta abordagem apresenta-se semelhante àquela seguida por J. C. Olivares Pedreño (2006) no contexto territorial da Hispânia céltica, na medida em que o autor, separando o mundo rural do urbano, se debruça sobre a representação dos cultos romanos e indígenas no referido contexto, com vista ao melhor conhecimento do processo de romanização religiosa do mesmo.

No âmbito metodológico, procedi ao levantamento, num único ficheiro (Anexo I), das inscrições votivas do espaço geográfico em análise, boa parte das quais figura na obra de J. d’Encarnação (IRCP, 1984), tendo sido acrescentado o material posteriormente publicado (HEp, FE, etc.), perfazendo um total de 91 exemplares. A numeração e organização das epígrafes neste ficheiro segue então a estrutura presente em IRCP, com a diferença de que o

repertório epigráfico de Endovélico surge por último; já as inscrições posteriormente publicadas surgem numeradas com a referência da sua primeira publicação. Foi usado um modelo de ficha descritiva consistente com os pressupostos de J. d'Encarnação (1987b: 11 e 13-14), P. Lassère (2007: 31-33) e G. Susini (1997: 17) a respeito dos critérios de registo e descrição das epígrafes. Por sua vez, as abreviaturas que figuram ao longo do texto seguem o sistema utilizado pela publicação *Hispania Epigraphica* (HEp), da Universidade Complutense de Madrid.

Foram logo excluídas as epígrafes desprovidas de teónimo e elementos onomásticos inteligíveis (cujo carácter votivo assenta apenas nas características dos monumentos e/ou reconstituição de textos muito fragmentados), bem como aquelas exteriores ao âmbito cronológico do trabalho e as integráveis no culto imperial, o que nos traz 85 inscrições. A partir deste conjunto, foram seleccionadas diversas amostras epigráficas consoante o tema abordado: puderam ser recuperados os teónimos/epítetos de 73 destas epígrafes, nas quais assenta a abordagem à caracterização religiosa do espaço geográfico em análise (Capítulo 2). Por outro lado, para uma primeira aproximação à caracterização sociojurídica dos seus habitantes (Capítulo 3), foi utilizada uma amostra epigráfica composta pelas inscrições dotadas de dados onomásticos (independentemente da presença ou não dos teónimos), também com 73 exemplares (um dos quais não pôde ser atribuído à esfera urbana ou rural).

Por fim, com o fito de ligar a caracterização sociojurídica dos dedicantes às diversas divindades representadas no Sul do território actualmente português, foram consideradas, dentro do conjunto acima referido, as inscrições que contêm em simultâneo a designação da divindade e a identificação do cultuante, variando o seu número consoante as divindades. Porém, creio que cabe referir aqui que a(s) amostra(s) epigráfica(s) utilizada(s) pode(m) não corresponder totalmente à realidade representada no contexto espaço-temporal em questão, devido à possível existência de outras inscrições votivas por descobrir; à exclusão, aquando da selecção da(s) amostra(s), de diversos exemplares que não detinham potencial informativo; à escassez das amostras epigráficas (entre 1 e 6 exemplares) da maioria das regiões integrantes deste espaço geográfico (Anexo II, Tabelas 3 a 9), e conseqüentemente dos cultuantes registados; e à presença de dedicatórias a divindades desconhecidas nestas amostras.

Assim, as considerações formuladas nos vários aspectos de análise presentes ao longo deste trabalho não constituem hipóteses seguras, tendo ainda em conta as dificuldades inerentes à determinação do carácter das divindades (sobretudo indígenas), bem como das categorias sociojurídicas a partir da onomástica, tendo no entanto os indivíduos do meio servil sido entendidos como o grupo melhor representado em contexto votivo, dado que a sua

condição social seria mais claramente expressa através da onomástica dos mesmos (Vázquez, 1981: 43).

Os dados fornecidos pela epigrafia foram posteriormente quantificados em tabelas e gráficos (Anexo II), referentes ao âmbito quer de análise religiosa, quer de análise sociojurídica. Contudo, devo aqui referir que esta separação entre a caracterização religiosa e social, a fim de conferir maior clareza à estrutura geral e o merecido destaque a cada óptica de análise, não se manifesta de forma inflexível, dada a interligação entre ambas.

Dentro de cada uma delas, procurei estabelecer a distinção entre mundo urbano, composto pelos núcleos de *Ossonoba*, Mértola, Miróbriga, Alcácer do Sal, Beja, Évora e *Ammaia*, e rural, ao qual foram atribuídos os arredores de Évora (que abrangem o termo que circunda o núcleo urbano e a área de Vila Viçosa), os arredores de Beja, os termos rurais de *Ossonoba* e *Amaia*, a região de Elvas e a de *Aritium Vetus*. Por seu lado, dentro de cada um destes, distinguem-se, do ponto de vista da caracterização religiosa, as divindades romanas das indígenas, para usar a designação preconizada por J. d'Encarnação (1971: 348-49 e 2002: 12); e, no âmbito da caracterização social, as diferentes estruturas onomásticas (*tria nomina*/mais nomes, *duo nomina*, nome único) e categorias sociais (cidadãos romanos, *peregrini*, libertos, escravos) que compõem o sistema sociojurídico da sociedade romanizada.

O caso de Endovélico, pela sua natureza singular e emblemática, é abordado, dentro de cada esfera de caracterização, num ponto exterior aos dos âmbitos urbano e rural, dado que a atribuição de S. Miguel da Mota a qualquer um destes não se apresenta actualmente consensual, por se tratar de um santuário que, embora situável em espaço rural, terá exercido considerável atracção sobre populações de origem muito diversa (Capítulo 2, ponto 2.3.). O seu repertório epigráfico, composto por 89 inscrições (considerando todos os fragmentos do chamado “Hino a Endovélico” como uma só inscrição) procedentes deste santuário, onde a divindade terá sido exclusivamente cultuada, foi circunscrito a 59 epígrafes que nos fornecem o registo dos cultuantes, para a abordagem à caracterização sociojurídica dos mesmos (Capítulo 3, ponto 3.4.).

Tendo em conta tudo o que foi escrito nas obras consultadas para o enquadramento teórico das divindades aqui abordadas e a dificuldade inerente à categorização das mesmas, dados os problemas da análise filológica dos teónimos e complexidade da “tarefa” de determinação do carácter das divindades, não foram categorizadas as divindades indígenas, mas apenas seguida uma classificação das divindades greco-romanas que se afigura solidamente aceite pela generalidade dos autores: florestais (Diana, Silvano, *Liber Pater* e *Libera*, *Bona Dea*), salutíferas (*Salus*, Esculápio), tutelares (*Genius*, Juno, Lares) e aquáticas (Águas, Fontano/Fontana e Ninfas).

Tendo sido, pelo menos em linhas gerais, expostos os objectivos deste trabalho e descrita a abordagem utilizada de encontro aos mesmos, creio ser pertinente incluir aqui uma referência às pessoas que, de várias formas, me apoiaram e inspiraram na realização deste trabalho. Exponho então aqui o meu forte e sincero agradecimento ao Prof. Doutor Amílcar Guerra, que não poderia ter sido para mim melhor orientador, pela sua disponibilidade, paciência e confiança; bem como aos dois pilares da minha vida, a minha mãe e avó, que sempre me inspiraram e incentivaram ao longo da minha demanda pelo conhecimento e educação. Espero, desta forma, retribuir a importância que estas pessoas têm, tiveram e provavelmente continuarão a ter na minha vida académica, nesta que espero ser a conclusão de mais uma etapa da mesma.

CAPÍTULO 1. Enquadramento geral do trabalho

1.1 Contextualização geográfica

O âmbito geográfico deste trabalho circunscreve-se ao Sul do território actualmente português, tendo como limite setentrional o rio Tejo, mais precisamente na região de *Aritium Vetus* (Anexo III, Fig. 1). Optei então por empregar como critério a geografia contemporânea, justificado em parte pela correspondência entre os limites da Lusitânia romana e os do território actualmente português, pelo menos a Sul (Alarcão, 2002⁴: 33), sobretudo se entendermos as regiões de Serpa e Moura, na margem esquerda do Guadiana, como parte da Lusitânia, e não da Bética. Trata-se então de uma região menos problemática no que respeita a esta correspondência, sobretudo se tivermos em conta a chamada de atenção de J. de Alarcão (1990: 384) para a inexistência de uma equivalência exacta entre os limites do território actualmente português e as divisões administrativas romanas, a nível provincial e conventual.

A referida questão da inclusão do território português da margem esquerda do Guadiana numa ou noutra província remete então para o problema de correspondência entre regiões da geografia contemporânea e unidades culturais de organização do território utilizadas em época romana, como os *conventus* da Lusitânia. O *Pacensis*, em particular, tem sido objecto de debate entre os investigadores no tocante à coerência (ou falta dela) da sua delimitação territorial; sobretudo em relação a outras unidades de organização territorial estabelecidas no quadro geográfico e cronológico da Hispânia romana, nomeadamente os *conventus Emeritensis*, a Oriente, e *Scallabitanus*, a Norte, e a província da Bética, tendo o Guadiana sido considerado por alguns autores (entre os quais Canto, 1989) como marco de delimitação entre esta província e a Lusitânia.

Segundo J. de Alarcão (1983³: 55), o *conventus Pacensis* “(...) ia do Tejo ao Guadiana, lindando com o emeritense e o hispalense [da província da Bética]”. Na sua proposta de delimitação do mesmo, J. d’Encarnação (1984) inclui no seu território as regiões de Elvas, Amaia e *Aritium Vetus*, actualmente atribuídas aos *conventus Emeritensis*, no que respeita às duas primeiras (Alarcão, 1983³ e 2002⁴; Alarcão *et al.*, 1990; Guerra, 1996; Ramírez, 1994 e 2004, entre outros) e *Scallabitanus* (Alarcão, 1985 e 1987). Contudo, opta por excluir da Lusitânia as regiões de Serpa e Moura, entendendo-as como parte da Bética,

enquanto outros autores (entre os quais Alarcão, 1990) preconizam a sua atribuição à província da Lusitânia, recusando o uso do Guadiana como fronteira exacta entre esta e a Bética, sendo este cenário ilustrado pela Fig. 2 (Anexo III).

Assim, o carácter problemático e ainda nitidamente discutível da delimitação territorial do *conventus Pacensis*, considerando que ainda não existe total consenso entre os investigadores no tocante a esta temática, explicará a minha opção de circunscrever o âmbito geográfico e cultural deste trabalho ao Sul do território actualmente português.

Esta opção permitiu ainda a inclusão, no levantamento epigráfico em que se baseou este trabalho, de inscrições provenientes das regiões de Elvas, onde tem sido situado um importante centro de culto de Prosérpina; Amaia, onde podemos observar uma situação semelhante para o culto de Júpiter; e *Aritium Vetus*, de onde provém um pequeno conjunto de interessantes epígrafes apontando para a assimilação do Júpiter romano a um “Júpiter” local, dotado do epíteto *Repulsor*.

1.2. Enquadramento temático: a sociologia das religiões

1.2.1. O pendor social da religião

A sociologia das religiões tem como objecto central de estudo o fenómeno religioso, para o qual não dispomos de uma definição única, dada a sua complexidade. Por exemplo, F. Carmo (1994: 54) define Religião (enquanto base para uma análise sociológica) como “um conjunto de crenças, práticas e símbolos relativos a uma realidade super-empírica, transcendente, que une os que a ela aderem numa comunidade moral”, com o papel de legitimar a sociedade e seus valores, bem como de fornecer um quadro de referência para a identificação e explicação dos fenómenos humanos (Carmo, *op. cit.*: 59). Esta perspectiva remontará ao séc. XIX, como atestam os escritos de E. Durkheim (1996), K. Marx (1844) e M. Weber (1995).

E. Durkheim (1996: XVI) definira o fenómeno religioso numa óptica funcional, entendendo-o como “uma coisa eminentemente social” e atribuindo-lhe as funções de criação, manutenção e regulação social. O seu cumprimento assenta numa relação simbiótica e dinâmica entre sociedade e religião, na qual a primeira origina a última, que por sua vez “sacraliza o social” (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 23) através do culto e ritos, que

asseguram a coesão social ao aglutinar os indivíduos em torno de uma comunidade moral, reavivando a imagem e sentimento da sociedade face a si própria - o verdadeiro sentido da religião consistiria então na adoração da dimensão sagrada da sociedade (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 23; 25-26 e 31). Porém, não devemos reduzir a religião a uma mera expressão simbólica da experiência social (Bobineau e Tank-Storper, *op. cit.*: 22; Davie, 2009: 175).

Também a perspectiva de K. Marx (1844) no domínio da sociologia da religião defende que esta não pode ser assimilada excepto no contexto do mundo social em que se insere, ao qual é atribuída a criação da religião: “*Man makes religion (...). Man is the world of man – state, society. This state and this society produce religion (...)*”. Este autor confere também um apreciável peso à vertente económica, o que se afigura plausível atendendo à importação dos modelos económicos de mercado para as teorias do religioso, concebendo um modelo do “consumo religioso” (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 127).

Por seu lado, a perspectiva de M. Weber (1995: 145) assenta na ideia de religião como um modo específico de agir em comunidade, tendo como consequência a orientação das formas mais elementares de comportamento religioso para o mundo terreno, o que coloca o foco nas motivações e acções dos indivíduos; bem como a racionalização dos actos motivados pela religião (Weber, *op. cit.*: 145-46). No que respeita aos diversos tipos de domínio religioso e formas de autoridade deles resultantes, Weber define o sacerdote como autoridade religiosa da Igreja, por ele representada; assentando a legitimação daquela na tradição, dado que as competências do sacerdote seriam transmitidas de geração em geração (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 39).

A linha de pensamento de Durkheim, Marx e Weber parece encontrar-se na base da sociologia da religião, na qual está bem patente o carácter social do fenómeno religioso; de facto, nas obras de diversos autores modernos (entre os quais Bobineau e Tank-Storper, 2008; Carmo, 1994; Davie, 2009) encontra-se claramente presente o princípio da religião enquanto facto social. Neste sentido, o fenómeno religioso pode ser encarado como simultaneamente transformável, ao nível das várias dimensões da religiosidade; e transformante, ao exercer também, ele próprio, influências transformantes sobre a sociedade, alterando as condições sociais sobre as quais incide (Carmo, 1994: 138-39 e 145-47).

1.2.2. A multidimensionalidade do fenómeno religioso

Além da sua definição do ponto de vista social, F. Carmo (1994: 24-25) alude também ao chamado sentido original de “religião” (*relegere, religare*), atribuindo-lhe o papel de “re-

ligar os diversos elementos que compõem o universo simbólico” (Carmo, *loc. cit.*). O simbolismo constitui então uma importante parte da religião, reportando-se a uma realidade transcendente que integra uma ou mais entidades sobrenaturais com as quais o crente deve procurar o estabelecimento de relações e a sua expressão. Esta ideia permite-nos compreender a dualidade do fenómeno religioso, na medida em que este se reveste de um carácter simultaneamente social e pessoal (Carmo, 1994: 54; 58 e 65-66).

Efectivamente, o fenómeno religioso na sua acepção mais lata encerra não apenas um vasto universo simbólico, no qual se insere a epigrafia votiva, mas também uma apreciável diversidade de elementos interligados. Partindo da sistematização das componentes do fenómeno religioso de C. Glock e R. Stark (1965: 20-37) e de G. Scarvaglieri (1978: 93), F. Carmo (1994: 71-94) constrói a sua própria classificação, desdobrando-o em crenças, que envolvem três entidades basilares (Deus, Homem e Mundo) e a sua inter-relação; culto, englobando as acções que exprimem a dependência do crente em relação à entidade suprema perante a comunidade moral; comportamento moral, baseado na relação da religião com as atitudes e comportamentos dos indivíduos; e organização comunitária, que se prende com os efeitos externos da religião e igreja na sociedade.

Todas estas componentes, mas sobretudo a última, ligam-se ao processo de institucionalização religiosa, entendida como a normalização dos comportamentos individuais e espontâneos, visando uniformizar a conduta dos membros da comunidade religiosa; a sua importância para a sociologia das religiões deve-se em parte ao facto de evidenciar certas funções sociais da religião, podendo transformá-la num factor útil de integração social e legitimação da ordem estabelecida (Carmo, 1994: 95; 100-106 e 123-24). Alguns autores (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 104-106; Carmo, *op. cit.*: 33) relacionam a acentuação do carácter pessoal e subjectivo da religião com o enfraquecimento das regulações institucionais, mas também a ênfase no aspecto institucional com a desvalorização do significado e sentimento. Além das igrejas, podemos encontrar nas seitas um resultado da institucionalização (Carmo, 1994: 133), sendo conhecida a sua existência em época romana, com o exemplo da seita báquica, que se terá desenvolvido em Roma nos inícios do séc. II a. C. (Freyburger, Freyburger-Galland e Tautil, 2006: 205).

Os processos de socialização e inculturação, juntamente com o contexto espaço-temporal e sociocultural, influenciam diversos aspectos do fenómeno religioso, desde a aquisição das crenças ao desenrolar do processo de institucionalização, passando pela assimilação da cultura religiosa e formação do sentido de pertença religiosa, o que leva a que estes possam ser questionados em períodos de mutação social e cultural. O tipo de sociedade

assume-se aqui como um factor a ter em conta, mais precisamente a complexidade da sua estrutura, sendo as sociedades primitivas dotadas de uma estrutura simples e caracterizando-se pela polivalência das organizações e ambiguidade de funções e relações comunitárias à escala dos pequenos grupos, não se mostrando evidente a distinção entre religião e sistema social nestas sociedades (Carmo, 1994: 76-77; 119; 165-66; 235).

Em suma, podemos distinguir dois tipos marcantes de abordagem ao fenómeno religioso: as funcionais, que realçam o seu papel de integração e socialização; e as “substantivas” ou “exclusivistas”, em que o destaque vai para a dimensão transcendente da religião e a relação dos homens com o sobrenatural, expressa através dos imaginários e simbologias aqui cultivados. Ambas se afiguram lógicas e de aplicação viável, desde que a atenção não se concentre numa abordagem apenas, ignorando-se os aspectos relevantes da outra (Bobineau e Tank-Storper, 2008: 140).

1.2.3. Questões metodológicas

1.2.3.1. O método comparativo

Este método tem detido um lugar de peso no pensamento ocidental desde a época de Heródoto, sendo actualmente empregue em diversas ciências sociais, entre as quais avulta a antropologia, mas também na religião, não obstante as críticas posteriormente colocadas ao mesmo (Roscoe, 2009: 25-26). O trabalho de P. Roscoe (*op. cit.*: 26) parte da ideia de que a comparação constitui algo inescapável no pensamento lógico, pois apenas podemos assimilar conceptualmente o que nos é desconhecido face ao que nos é familiar; o uso do método comparativo tem, contudo, levantado vários problemas, comuns às diversas áreas de estudo que dele procuraram fazer uso.

Parece então emergir como discussão central a definição do que é ou não comparável, assente na oposição entre uma abordagem mais “científica”, pautada pelo rigor e formalidade das comparações, cuja defesa do método comparativo se justifica pelo princípio da existência de semelhanças não observáveis nos humanos e na cultura, passíveis de manifestação de forma similar em certos contextos físicos e sociais, e de forma diferente noutros; e outra mais “humanística”, que defende a singularidade das culturas, focando-se na inviabilidade do processo comparativo, por diversas razões (como por exemplo, no caso da antropologia, a natureza diferente das culturas) e na ideia de que o método comparativo distorce os dados a

comparar, dada a possibilidade da sua obtenção através de diferentes meios e fontes (Roscoe, 2009: 30-31).

Este autor (Roscoe, *op. cit.*: 44-45), usando como exemplo a perspectiva das ciências físicas, crê que devem ser relegadas para segundo plano as questões metodológicas, que se prendem com a superioridade ou inferioridade dos métodos entre si, dirigindo-se o foco para a aplicação prática de um determinado método e análise dos resultados do mesmo; constituindo então a eficiência do método um critério essencial que deverá ultrapassar as referidas disputas metodológicas.

1.2.3.2. O método da sociologia das religiões

Atendendo ao carácter marcadamente social do fenómeno religioso, o objectivo da sociologia da religião não deverá residir na identificação da sua essência, mas sim das manifestações factuais da mesma nos indivíduos, objectos e instituições (Carmo, 1994: 52); esta área de estudo procurará então identificar e explicar padrões da vivência individual e social associada à religião em todas as suas diversas formas (Davie, 2009: 171). Como tal, devemos distinguir entre duas vertentes de estudo: uma respeitante aos meios através dos quais a sociedade exerce a sua influência sobre a religião, e outra que se refere aos meios usados pela religião para influenciar a sociedade (Carmo, *op. cit.*: 58).

Partindo do princípio de que o facto religioso constitui facto social, para F. Carmo (1994: 286-87), o método de abordagem científica do fenómeno religioso deve coincidir com aquele usado na abordagem do fenómeno unicamente sociológico; a investigação no domínio da sociologia da religião deve então passar pelo estudo dos factos de vertente religiosa, sua relação com a realidade histórica em que participam, definição dos contornos ambientais que os caracterizam e explicação dos factores que os determinam, retirando daí o seu significado social.

Nesta perspectiva, o mesmo autor (Carmo, 1994: 288) procede à distinção dos conceitos de método, palavra de raiz grega com o significado de “caminho”, podendo ser definida como o conjunto de regras observadas a fim de alcançar o propósito deste caminho, que, no caso da investigação científica, consiste no conhecimento; e metodologia, que pode ser tida como a descrição do método, visando a melhor compreensão do mesmo.

Por sua vez, o processo de investigação, no qual intervêm vertentes como o tempo, espaço e recursos (humanos, logísticos, financeiros...), inicia-se com a definição do problema ou questão para que se quer resposta, bem como dos objectivos, conceitos e área da investigação, terminando com a apresentação dos resultados. Entre estas duas etapas podemos

situar o planeamento da investigação, a recolha dos dados, o seu tratamento e a interpretação da informação resultante, o que confere significado aos dados. Já no domínio das técnicas de investigação, entre as técnicas de recolha de dados contam-se a amostragem, que selecciona apenas alguns dados considerados adequados como amostra representativa do conjunto na sua totalidade; a recolha documental, entendida como “observação indirecta” por alguns autores, pois o documento usado substitui o contacto com a realidade; e a observação dos factos (Carmo, 1994: 291-99).

1.3. Enquadramento histórico-cultural

1.3.1. Breve caracterização da religião romana

J. Toutain (1907) distinguiu dois tipos fundamentais de cultos na religião romana: os oficiais, abrangendo o culto de Roma divinizada, bem como das divindades imperiais e capitolinas, e os não oficiais, compreendendo divindades de origem e características diversas. De acordo com A. Vázquez Hoys (1981: 41-42), os cultos romanos de carácter oficial ter-se-ão manifestado de forma escassa na Hispânia, onde não se encontram porém totalmente ausentes, como sugere o exemplo de Júpiter.

Por outro lado, no segundo grupo encontra-se representada tanto a matriz itálica como a helénica no que respeita à origem das divindades, e ainda as abstracções divinizadas e as divindades tutelares, também distintas entre si na sua essência. Porém, nem sempre se afigura fácil a atribuição das divindades a uma das categorias não oficiais, sendo por vezes difícil ou impossível a definição de uma linha fixa entre as divindades de matriz itálica e helénica, podendo os epítetos constituir relevantes indicadores da sua origem e carácter (Toutain, 1907: 240-43). A difusão dos cultos itálicos e greco-romanos nas províncias do Império em nada se terá deixado influenciar pela acção oficial dos representantes do governo imperial; tendo porém desempenhado os soldados um papel relevante neste processo de difusão nas regiões marcadas por uma intensa ocupação militar, enquanto os libertos e escravos terão propiciado a fixação destes cultos em certas províncias, entre as quais a Hispânia (Toutain, 1907: 466-67).

Uma das principais características da religiosidade romana, patente na obra de diversos autores (como exemplo, Júnior, 1953: 53; Lambrino, 1965: 224), passa pela sua tolerância relativamente às crenças e práticas que vinham caracterizando a religiosidade das populações indígenas em época anterior ao domínio romano, desde que não constituíssem

uma ameaça para a moral e ordem públicas (North, 2000: 63). Outra característica prende-se com a facilidade de sacralização de diversas acções quotidianas, entendidas como emanações de uma força superior adequada à situação em causa (Dias, 2002b: 94).

É também conhecida a sólida relação entre a esfera religiosa e política e a sua influência recíproca (Freyburger, Freyburger-Galland e Tautil, 2006: 167-68), ilustrada através de expressões como “sacralização do político” e “politização do religioso” (Dias, 2002b: 95). Porém, embora alguns cultos itálicos e greco-romanos se tenham revestido de uma notória expressão política, não deve ser ignorado o potencial da religiosidade romana para suscitar nos seus fiéis intensas emoções e manifestações culturais, contrariando a ênfase na natureza política e tradicional destes cultos, sobretudo os oficiais (Mantas, 2002b: 125-26).

1.3.2. Breve caracterização da religião indígena

J. de Hoz (1986: 32) define “religião lusitana” como o conjunto de dados oriundos da Lusitânia referentes ao complexo de crenças religiosas que, embora com alguns traços particulares, seria partilhado por diversos povos pré-romanos de origem indoeuropeia, dentro e fora da Península; dada a impossibilidade de captar a religião lusitana em toda a sua especificidade, devido às deficiências que maculam a informação disponível. Foram descobertas, no território actualmente português, cerca de 270 epígrafes registando teónimos indígenas, um número significativo atendendo à sua modesta extensão geográfica (Encarnação e Guerra, 2010: 96). Os cultos indígenas da Hispânia terão sofrido uma progressiva romanização, a ver pelo aumento dos testemunhos epigráficos no séc. II (Lambrino, 1965: 224).

Poderemos enquadrar esta temática em dois aspectos: o panteão e o ritual, sendo que o primeiro apresenta, como aspectos de estudo, a sua distribuição, tipologia das invocações e formulário, suporte material das inscrições, e extensão e distribuição do culto (Hoz, 1986: 33; 35-36). No que respeita ao primeiro, verifica-se a ausência de teónimos indígenas na epigrafia latina da Hispânia, excepto na Lusitânia e na parte da Tarraconense correspondente aos *conventus* de Braga, Lugo e Astorga, remetendo alguns autores (Blázquez, 1962: 225; Encarnação, 1975: 301; Lambrino, 1965: 226-27; Michelena, 1961: 198) para a concentração destes no Noroeste da Hispânia, entendida como uma região mais resistente à romanização.

Também B. Prósper (2002: 16) refere a abundante representação, no Ocidente peninsular, de teónimos desconhecidos no território da Celtibéria e Hispânia oriental em geral. Realçando a dicotomia entre o Norte e o Sul da Lusitânia no tocante à frequência de cultos indígenas, Lambrino (1965: 227; também Alarcão, 2002⁴: 154) referira a existência de

apenas quatro divindades a Sul do Tejo: Endovélico, Atégina, Runeso Césio e o "deus das sepulturas em forma de barril" (Lambrino, *loc. cit.*).

Por seu lado, J. C. Búa (2000: 19-23) propõe uma classificação etimológica dos teónimos (alertando para o cariz hipotético desta atribuição) em primários, que constituem nomes próprios referentes a entidades divinas; secundários, também nomes próprios, mas designando realidades divinizadas de diversa natureza (inclusive geográficas), remetendo J. d'Encarnação e A. Guerra (2010: 96) para a formação de alguns teónimos através de adjectivos de base toponímica; e ainda "epítetos teonimizados", nomes próprios derivados de uma transformação da combinação teónimo + epíteto num epíteto substantivado, através da supressão do primeiro.

A teonimização dos epítetos estaria estreitamente ligada à evolução do sistema religioso indígena, podendo a romanização ter despoletado uma crescente atomização da religião autóctone, com a transformação gradual dos primitivos cultos indígenas em cultos de divindades locais (Búa, 2000: 22). Por seu lado, também os epítetos surgem classificados por este autor (Búa, *op. cit.*: 23-28) em 3 categorias: derivados de topónimos, relacionados com nomes de comunidades humanas e derivados do teónimo. É ainda conhecida a presença de dois epítetos acompanhando o teónimo, bem como a ausência do mesmo nesta situação, como se aplicaria à divindade Carneu Calanticense, homenageada em Évora (IRCP 410-412) (Búa, *op. cit.*: 30-32).

Já no tocante à tipologia das invocações, J. de Hoz (1986: 35) enumera quatro casos: teónimo e epíteto, apenas um ou outro, e apelativos latinos comuns (ex. *deo*) seguidos de um teónimo ou epíteto indígena (ou ambos); detendo os epítetos um importante potencial informativo na caracterização das divindades (Hoz, *op. cit.*: 40). Porém, C. Búa (2000: 21) discorda desta perspectiva, aludindo à parca informação que fornecem neste aspecto, sendo os derivados toponímicos e teonímicos os únicos epítetos de interpretação mais segura.

A nível de formulário, o destaque vai para as expressões *votum solvit libens merito* ou *animo libens votum solvit*, *aram posuit*, *ex voto* e *sacrum*, entre outras, sendo ainda comum a utilização de formulário nitidamente latino em relação com divindades indígenas (Encarnação e Guerra, 2010: 97; Hoz, 1986: 35). No entender de A. Vázquez Hoys (1981: 43), a frequência de *votum* na epigrafia votiva da Hispânia, traduzindo o cumprimento de uma promessa à divindade, aponta para a estreita ligação entre esta e o cultuante, bem como para a reciprocidade da mesma, como característica essencial da religiosidade hispano-romana privada, dado que os devotos cumpriam as suas promessas à divindade após terem dela recebido favores e mercês.

No domínio do suporte material, verifica-se a gravação das dedicatórias não apenas em aras e outros monumentos similares, mas também em rochas naturais, sugerindo a ligação dos cultos a acidentes geográficos específicos (Hoz, 1986: 36). Por fim, a extensão e distribuição do culto prende-se com a frequência e local de surgimento dos teónimos, apresentando-se mais frequente o registo das divindades por uma única vez. Contudo, importa matizar esta situação, tendo em conta o carácter sobretudo monográfico dos estudos sobre as divindades indígenas da Hispânia, debruçando-se sobre uma inscrição ou um pequeno número destas; ou demasiado geral, não procurando distinguir as diferenças de teónimos entre as distintas regiões da Hispânia (Hoz, 1986: 36; Lambrino, 1965: 226). Neste sentido, já J. de Alarcão (2002⁴: 158) alertara para o facto de os testemunhos únicos não garantirem o carácter tópico das divindades.

Porém, não deixa de se encontrar geralmente bem representada a documentação abundante do culto de certas divindades em determinadas áreas geográficas, muitas delas revestidas de um carácter local ou étnico, bem como a sacralização de acidentes naturais (Hoz, 1986: 43; Lambrino, 1965: 226). A associação das divindades a determinadas áreas geográficas pode ser evidenciada através dos designados epítetos tópicos, que poderão remeter para um local da geografia física ou humana, isto é, para a comunidade nele habitante; podendo então estas divindades revestir-se de uma função tutelar sobre uma região, acidente geográfico ou população (Encarnação, 2002: 12-13).

Para J. de Hoz (1986: 46), as divindades podem ser entendidas como representações de uma força religiosa que poderá ter o seu núcleo definatório numa função específica (guerra, fertilidade, etc.), designando-se através de um nome próprio, do nome do local ou de um gentilício referente à comunidade; podendo embora designar-se em simultâneo através deste último e de um nome próprio, o que lhe confere dois graus de personalidade: religiosa e onomástica, respectivamente.

Já no domínio do ritual, destaca-se a prática dos sacrifícios, embora o seu conhecimento seja entravado pela escassa documentação proveniente da Lusitânia, sobretudo face ao material disponível no domínio do panteão, bem como pela falta de organização e sistematização da mesma (Hoz, 1986: 46). Como forma de colmatar esta insuficiência, J. de Hoz (*op. cit.*: 47) preconiza a utilização do método comparativo (embora com a necessária cautela), mais concretamente a comparação com a tradição religiosa indoeuropeia, na qual os rituais sacrificiais terão constituído um sistema organizado.

Sendo então o sacrifício uma prática nitidamente documentada na religiosidade lusitana (Estrabão, *Geog.* III, 3, 6), apresentam-se mais frequentes as oferendas de cabras, ovelhas e touros, correspondentes aos níveis inferiores da hierarquia de vítimas concebida

pela teoria bramânica do sacrifício. Atendendo à inscrição rupestre do Cabeço das Fráguas (Guarda), encontrar-se-á documentada na tradição sacrificial lusitana uma forma dos rituais designados *suovetaurilia* em Roma, nos quais são sucessivamente sacrificados estes animais (Hoz, 1986: 47-48).

1.3.3. Alguns problemas inerentes ao estudo das divindades

No domínio terminológico, creio que cabe referir o uso do termo “religiões” ao invés de “religião” (Vasconcelos, 1905) em relação à Lusitânia romana, algo que J. d’Encarnação (2002: 11) considera plausível, tendo em conta a pluralidade e diversidade de sistemas religiosos observáveis neste contexto espaço-temporal, compostos por divindades, ritos, dogmas, etc., embora este autor (Encarnação, *loc. cit*) prefira usar o termo “divindades”, não obstante a ideia de fragmentação possivelmente transmitida pelo seu plural. O destaque das divindades como elementos-chave para a apresentação e organização do quadro da religiosidade lusitana poderá ser explicado pela sua proximidade aos indivíduos cultuantes, que para elas concebem várias designações, formas, atributos e funções, bem como pelo registo permanente das mesmas através do material epigráfico (Encarnação, 2002).

Dentro do estudo da epigrafia votiva peninsular, tem sido debatida a definição do conceito de divindade venerada pelas populações da Península em época anterior ao domínio romano, tendo sido concebidas e utilizadas várias designações, entre as quais divindade indígena, lusitana, hispânica, pré-romana, etc.; tratando-se de um problema não de nomenclatura, mas sim de significado histórico e sociocultural (Encarnação, 1971: 347). Este autor (1971: 348-49 e 2002: 12) preconiza a designação de “índigenas”, por evidenciar o seu carácter local e autóctone, distinguindo-as face às divindades de natureza global. Mais precisamente, define estas divindades como “númenes de que, embora do seu culto nos restem testemunhos datáveis do tempo dos Romanos, sabemos da sua singularidade local, porque em mais nenhum sítio foram venerados” (Encarnação, 2010: 29).

Também neste domínio se insere a problemática dos critérios que tornam uma divindade romana ou não, entre os quais a sua anterioridade ou contemporaneidade em relação ao domínio romano e o nome ou epíteto da mesma; remetendo para esta questão as invocações a divindades romanas dotadas de epítetos locais (Encarnação, 1971: 349 e 1987a: 11). Já no que respeita à designação das divindades cultuadas pelas populações da Lusitânia durante a ocupação romana, foi concebido o termo “lusitano-romanas”, evidenciando a influência mútua da cultura exógena e do substrato indígena entre si (Guerra, 2010: 114-15). J. Toutain (1907: 243 e 468) também abordara este problema, defendendo a insuficiência do

teónimo latino como indicador seguro da romanidade, uma vez que estes poderão designar divindades autóctones veneradas na região em causa em época anterior à ocupação romana, cujo culto teria sido “encoberto” através da teonímia e formulário latinos; as quais teriam coexistido com os cultos nitidamente importados da religiosidade romana.

Já S. Lambrino (1965: 226; 231) distinguira três fases no processo de substituição das divindades indígenas por romanas: a junção do nome da divindade romana a um epíteto indígena; o uso do termo *deus/dea*, indicativo de carácter indígena, juntamente com o nome da mesma divindade; e o surgimento do seu nome na mesma região, embora desta vez isolado. Finalmente, ainda no domínio terminológico, J. d’Encarnação (1981: 21) remete para a difícil definição dos critérios de reconhecimento dos cultos oficiais, enumerando o carácter oficial dos dedicantes (cidade ou notáveis municipais), a forma do monumento, a expressão *d(ecreto) d(ecurionum)* e o local de achado.

Por outro lado, no que diz respeito aos problemas metodológicos, J. de Hoz (1986: 31) alerta para a insuficiência das fontes arqueológicas como base para o estudo das religiões, dada a transmissão destas através de uma série de actos que não deixam vestígios materiais, seguindo-o J. d’Encarnação (2002: 16); bem como para as generalizações formadas no estudo da religião de diversos povos antigos, quando o investigador procura explicar os dados mais parcos obtidos para uma dada instituição religiosa com os referentes a outra similar, mais abundantes.

Também o foco da investigação da religiosidade da Lusitânia na vertente linguística e etimológica constitui um entrave, pela insuficiência na explicação das palavras na sua qualidade bidimensional, que engloba o significante (o lado “material” da palavra, isto é, a fonética) e o significado (Hoz, 1986: 33). Visando a matização desta questão, este autor (*op. cit.*: 34) defende a “funcionalidade” dos teónimos ao remeterem para características que definem as divindades; o que permite, ao dispormos de informações relativas à sua esfera de influência ou actividade, controlar a etimologia proposta para a designação destas e avaliar a sua viabilidade semântica. Assim, a abordagem etimológica deverá orientar-se para a confirmação e não para a definição das características das divindades, a qual deverá então basear-se no contexto material e social que nos é trazido pela epigrafia.

Um outro problema, relacionado desta vez com a interpretação da documentação, reside na hipótese de diferentes costumes inerentes ao fenómeno religioso não implicarem necessariamente diferentes crenças ou percepções do mesmo, referindo J. de Hoz (1986: 32) o exemplo de dois povos que exprimem a sua adoração do mesmo panteão através de diferentes ritos. Segundo J. M. Blázquez (1962: XXV; 1990: 223), deveremos ter ainda em conta a escassez de notícias transmitidas pelos autores clássicos a respeito da religiosidade das

comunidades indígenas da Hispânia. Devemos ainda considerar a possibilidade de figurarem diferentes línguas no mesmo texto: a do dialecto em que surgiu o teónimo, do dialecto da zona de extensão do culto, cujos falantes terão gravado a inscrição, e do dialecto de origem do(s) nome(s) próprio(s) nela incluído(s) (Prósper, 2002: 37).

Em suma, quanto às fontes que propiciam o melhor conhecimento das divindades indígenas da Lusitânia, J. de Hoz (1986) salienta o potencial da epigrafia, reconhecendo porém as dificuldades de interpretação que poderão decorrer da adaptação da língua pré-romana à norma latina; partilhando J. d'Encarnação (1975: 302; 1987a: 8 e 2002: 13) esta opinião, ao defender um “retorno à pedra” e um melhor aproveitamento do monumento epigráfico enquanto fonte informativa. Nesta perspectiva, as adaptações latinas dos teónimos presentes nas inscrições assumem-se como formas de interpretação romana relevantes na aproximação ao carácter destas divindades (Hoz, 1986: 39). De acordo com S. Lambrino (1965: 228), J. d'Encarnação (1987a: 8 e 2002: 12) e C. Búa (2000: 21), também a identificação das divindades indígenas com outras romanas (*interpretatio*) e o contexto arqueológico de alguns achados epigráficos poderão constituir elementos informativos relevantes, não obstante a frequente ausência de conhecimento deste contexto.

1.4. Breve historial de investigação da epigrafia votiva peninsular

Desde tempos recuados que a religião e a epigrafia têm cativado o interesse de diversos investigadores. No séc. XVI em particular, despontando o interesse pelo passado humano e seus vestígios físicos (entre os quais a epigrafia), creio que merece destaque o exemplo de André de Resende e da sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593), na qual recolhe algumas epígrafes votivas do espaço geográfico em análise (IRCP 570), além de ter propiciado a celebração das descobertas epigráficas e arqueológicas do santuário de S. Miguel da Mota (Guerra, 1993: 144).

Por seu lado, Frei Bernardo de Brito concebe, na sua *Monarchia Lusitana* (1597), uma narrativa completamente descabida em torno do templo de Endovélico, segundo a qual um capitão cartaginês teria instituído o culto a Cupido, representado no local por uma estátua de prata, e mandado erigir o santuário no séc. IV a. C. como pagamento de uma promessa (Calado, 1996: 103; Guerra, *loc. cit.*). Por fim, D. Teodósio I, duque de Bragança, dá a conhecer as primeiras lápides recuperadas da capela de S. Miguel da Mota, algumas das quais manda transportar para Vila Viçosa e encastrar na fachada do Mosteiro de Santo Agostinho, cerca de 1560 (Calado, 1996: 97; Guerra, *loc. cit.*; Lambrino, 1952: 103).

Volvidos dois séculos, as obras de outros eruditos como Frei Manuel do Cenáculo, Jerónimo Contador de Argote e Pe. Luís Cardoso, membro da Academia Real da História Portuguesa, continuam a reportar-se a um panorama de investigação marcado pela influência das condicionantes do contexto espaço-temporal da altura, bem como do cristianismo, sendo um objectivo bastante presente o da exaltação das nações. Nesta época não se encontrava ainda consolidada a compilação dos testemunhos epigráficos do território peninsular em grandes volumes, que viria a despontar no séc. XIX, onde podemos situar as obras de Levy Maria Jordão (*Portugalliae Inscriptiones Romanas*, 1859) e de Emil Hübner, incumbido da edição do segundo volume do CIL (*Corpus Inscriptionum Latinarum*), a primeira obra do seu género no território peninsular, em 1869. Merece também aqui referência a fundação das publicações *L'Année Epigraphique* (AE), por R. Cagnat (1888), e *O Arqueólogo Português* (OAP) por J. Leite de Vasconcelos (1895).

No domínio dos estudos de Endovélico, deve ser mencionado o trabalho de Gabriel Pereira, o primeiro a estudar a arquitectura da igreja de S. Miguel da Mota, construída no local do santuário de Endovélico, publicando ainda epígrafes do seu entorno; tendo o Pe. Joaquim Rocha Espanca laborado também neste sentido. Destaca-se, porém, o contributo de Leite de Vasconcelos, incumbido pelo Governo nacional da demolição da igreja, o que lhe permitiu recolher uma apreciável quantidade de elementos epigráficos e escultóricos (mais de 200), trazidos para Lisboa em 1890 (Lambrino, 1952: 103-104). O seu trabalho seria impulsionado pelo crescente interesse de Vasconcelos pelas divindades indígenas, tratando-se de um tema relacionado com as origens do povo português (Fabião, 2011: 160-61).

Este investigador desempenhou também um papel fulcral no ponto de viragem do panorama acima referido na passagem para o séc. XX, tendo contribuído para o gradual desenvolvimento de uma abordagem de pendor mais científico e metódico ao estudo da religiosidade da antiga Hispânia, com os três volumes da sua obra *Religiões da Lusitânia* (1897, 1905 e 1913). Não ignorando a sua considerável antiguidade e as limitações que a maculam, esta obra viria a servir de base aos estudos de outros investigadores em épocas posteriores, entre os quais se destacam J. M. Blázquez com a sua obra *Religiones Primitivas de Hispania* (1962), e J. Toutain, com os três volumes de *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain* (1907, 1911 e 1920). Apresenta-se notória, nestas três obras, a classificação e organização das divindades de acordo com a sua caracterização a partir da etimologia dos teónimos e com a extensão geográfica dos mesmos; como já referido, esta ênfase na abordagem etimológica viria a revelar-se prejudicial ao conhecimento do panteão religioso da antiga Hispânia.

No entanto, tendo em conta a usual coexistência dos recuos com os avanços no panorama da investigação de qualquer temática, devemos reconhecer que à mesma abordagem, já praticada na centúria anterior (D'Arbois de Jubainville, 1893; Steuding, 1884-86), são também devidos alguns progressos neste conhecimento, como mostram os trabalhos de A. Tovar (1949), M. L. Albertos (1952; 1964; 1972), J. Untermann (1987) e F. Villar (1996). Entretanto, prossegue o labor de compilação dos dados epigráficos do território peninsular, destacando-se os contributos de J. Vives (ILER, 1971) e J. d'Encarnação (IRCP, 1984), bem como a criação do *Ficheiro Epigráfico* em 1982, coordenado por J. d'Encarnação, como suplemento da revista *Conimbriga*, e da *Hispania Epigraphica* em 1989.

Efectivamente, o avanço das descobertas epigráficas terá impulsionado o interesse pelas divindades da antiga Hispânia, patente nos trabalhos de S. Lambrino (1952; 1965), G. y Bellido (1967), J. d'Encarnação (1971; 1973; 1975; 1984), J. de Hoz (1986), J. M. Garcia (1991) e J. de Alarcão (1983³; 1990; 2001; 2002⁴), apenas para referir alguns integrantes do manancial de investigadores que se debruçaram sobre esta temática e alguns dos seus trabalhos, concebendo diferentes propostas de organização do panteão religioso romano da Península Ibérica; algumas destas (por exemplo Blázquez, 1962 e Encarnação, 1975) reflectindo o uso de um modelo dicionarista para a apresentação dos teónimos do território peninsular. Noutra perspectiva, creio que a proposta de G. Dumézil no âmbito dos estudos religiosos também se apresenta relevante, ao preconizar uma abordagem comparativa, tentando estabelecer paralelos entre a religiosidade peninsular e a indo-europeia, nomeadamente ao nível da classificação tripartida das divindades.

Por fim, no séc. XXI, assistimos ao prosseguimento dos estudos etimológicos, no âmbito dos quais foram avançadas inovadoras propostas de significado dos teónimos, atendendo aos trabalhos de C. Búa (2000) e B. Prósper (2002). A distinção entre teónimo e epíteto, bem como a noção de que diferentes divindades seriam, na verdade, a mesma, identificada através de epítetos distintos, leva à redução da “lista” de divindades hispánicas até então concebida, que, para autores como J. Toutain e J. M. Blázquez, incluiria centenas de nomes.

Avulta ainda a realização da exposição *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa* no MNA, em Lisboa, e edição do respectivo volume, coordenado por J. Cardim Ribeiro (2002), que encerra os contributos dos vários investigadores dedicados a esta temática, constituindo então uma importante ferramenta para o melhor conhecimento da religiosidade da Lusitânia. Já no âmbito dos estudos de Endovélico, há que referir os novos trabalhos arqueológicos no santuário de S. Miguel da Mota (onde não haviam decorrido escavações desde as de Leite de Vasconcelos no séc. XIX), cujos resultados foram publicados por Guerra *et al.* (2003).

CAPÍTULO 2. Caracterização religiosa

Este capítulo debruça-se sobre a representação dos diversos cultos e divindades no Sul do território actualmente português, no qual podemos desde logo constatar a existência de uma apreciável diversidade neste aspecto, como mostra a Tabela 1, com 39 diferentes divindades representadas (excluindo Endovélico), às quais se junta uma divindade desconhecida, de presumível carácter trifuncional (Ribeiro, 2010: 45-46). Considerando o total de 73 inscrições que registam teónimos e/ou epítetos, constatamos também a nítida preponderância dos cultos romanos na globalidade deste espaço geográfico (Tabela e Gráfico 2). Os territórios de Beja e Évora fornecem as maiores quantidades de epigrafia, com 17 e 13 inscrições respectivamente, que representam 23,3% e 17,8% deste conjunto; seguem-se-lhes as regiões de Elvas, com 13 epígrafes (17,8%), e Amaia, com 10 (13,7%).

No domínio cronológico, considerados os critérios paleográficos referidos pelos autores que se pronunciam neste aspecto (nomeadamente Encarnação, 1984), creio que deve primeiramente ser referida a ausência de dados cronológicos em cerca de metade das inscrições votivas do espaço geográfico em análise (85). Já a outra metade caracteriza-se pela maior frequência de invocações atribuíveis ao séc. II, comum a todas as categorias de divindades, seguindo-se-lhes aquelas datadas da centúria anterior e apresentando-se menos abundantes as inscrições anteriores à mesma, como ilustra a Tabela 10; tendo, porém, sempre presentes as reservas inerentes à atribuição destas cronologias. Esta situação afigura-se no entanto consistente com a descrição de Vázquez Hoys (1991: 112) no que respeita às divindades hispano-romanas em geral, devendo-se em parte ao acentuar da romanização no território da Hispânia.

De uma forma geral, as regiões com melhor representação dos cultos indígenas – Évora e *Aritium Vetus* (Tabelas 6 e 9) - ocupam uma posição mais setentrional no espaço geográfico em análise, embora esta afirmação não aponte necessariamente para o menor grau de romanização desta zona mais a Norte, dado o predomínio dos cultos romanos na mesma (nomeadamente Amaia e Elvas); bem como a proximidade geográfica entre Évora, com uma apreciável representação dos cultos indígenas, e *Salacia*, onde estes se mostram ausentes. Não obstante estas reservas, creio que poderemos afirmar que, à medida que nos deslocamos para Norte no Sul do território actualmente português, aumenta a representação dos cultos e divindades indígenas, sobretudo nos territórios rurais.

Estes cultos, como mostra a Tabela 1, não terão sofrido um substancial aumento em termos quantitativos face ao grupo de divindades indígenas enumeradas por J. de Alarcão

(2002⁴: 218), tendo sido apenas acrescentadas as divindades da inscrição de Arronches (excepto *Bandue/Bandi*), bem como uma *Dea Medica* e *Andaieco*.

2.1. Mundo urbano

Do total de 73 inscrições votivas, 22 podem ser atribuídas ao mundo urbano, as quais atestam a preponderância dos cultos romanos neste âmbito (Tabela 11). Já a representação, idêntica entre si, dos cultos indígenas e orientais, mostra-se reduzida, encontrando-se estes últimos documentados em centros urbanos do litoral, como *Ossonoba* e *Salacia*, caracterizados por uma maior abertura a estes cultos, devido à sua vocação comercial (Encarnação, 1981: 30).

2.1.1. Cultos e divindades romanas

2.1.1.1. Divindades consideradas de natureza florestal: *Bona Dea*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Esta designação pode referir-se à esposa ou filha de Fauno, revestindo-se, entre outros traços e funções, de atributos salutíferos e ligados à fertilidade, podendo este nome ser também usado para designar divindades femininas locais, ou mesmo do panteão romano; o que dificulta a determinação do verdadeiro carácter desta divindade, dada a possibilidade de o mesmo nome não se referir a uma divindade idêntica na totalidade dos casos (Brouwer, 1989: 239 e 323; Encarnação, 2008: 223; Toutain, 1907: 249). Insere-se no seu culto a celebração exclusivamente feminina de mistérios nocturnos, na qual estariam presentes a dança, música e vinho (Toutain, *loc. cit.*).

b) Origem e extensão geográfica do culto

J. Toutain (1907: 249-50) não incluía a Hispânia entre as regiões do Império que nos forneceram uma maior abundância de dedicatórias à *Bona Dea*. Por seu lado, a base de dados de HEpOL não nos traz qualquer testemunho do culto desta deusa na Hispânia, o qual estaria porém documentado noutras regiões do Império romano, nomeadamente em território itálico (Roma, Óstia, Lácio, alguns locais da Etrúria e Úmbria, bem como Aquileia e Trieste), e

ainda na Dalmácia, dada a sua proximidade em relação a estas últimas, na Gália Narbonense e em África, onde os testemunhos se revelam pouco frequentes e dispersos (Brouwer, 1989).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Contamos apenas com um testemunho do culto da *Bona Dea* no Sul do território actualmente português (HEp 17, 2008, nº 212), procedente da área urbana de Beja. Esta inscrição encontra-se gravada num lintel, o que aponta para a erecção de um pequeno templo à deusa, custeada do bolso da dedicante, onde seria integrado o lintel; este testemunho sugere então o elevado desenvolvimento cultural da população de *Pax Iulia* (Encarnação, 2008: 223-24).

2.1.1.2. Divindades representando ideias abstractas: *Iuventas/Iuventus*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Contrariamente ao que o seu nome possa sugerir, não se trata de uma divindade protectora da juventude enquanto qualidade abstracta, mas sim dos jovens recém-togados (*iuvenes*), chegados à idade militar, controlando a sua entrada na comunidade (Price e Kearns, 2003: 291). No contexto da celebração desta divindade, que a tradição crê ter sido estabelecida por Sêrvio Túlio, “os jovens depunham a pretexta e vestiam a toga viril, fazendo uma oferta à deusa no seu templo sobre o Capitólio” (Encarnação, 1984: 303), podendo *Iuventus/Iuventas* ser interpretado como um “colégio de jovens” (Encarnação, *loc. cit.*).

b) Origem e extensão geográfica do culto

J. Toutain (1907: 417) havia referido a presença de dedicatórias a *Iuventas/Iuventus* nas províncias da Lusitânia e Bética. Porém, como mostra a consulta de HEpOL, actualmente não se conhecem inscrições consagradas à mesma no território hispânico, com excepção de um exemplar integrável no culto imperial, proveniente da região andaluza (CIL II 1935), e de outros dois de interpretação duvidosa, um da região da Corunha (CIL II 2563) e outro da área urbana de Beja (IRCP 230).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Esta divindade terá sido exclusivamente cultuada neste âmbito, mais precisamente em Beja, onde foi descoberta uma inscrição dada como consagrada a *Iuventas/Iuventus* (IRCP 230). Não obstante a difícil leitura e interpretação do texto, e as conseqüentes reservas na sua atribuição a esta divindade, esta epígrafe poderá constituir, para J. d'Encarnação (1984: 303), o único exemplo deste culto na Península, excluindo os exemplares acima referidos (CIL II 1935 e 2563).

Este grupo de divindades parece fazer-se representar apenas por *Iuventas/Iuventus* no Sul do território actualmente português; embora a inscrição de IRCP 613 (Castelo de Vide) tenha sido encarada como possível testemunho do culto a Fortuna (Stylow, 2009: 46, nota 25). Porém, o carácter incerto desta interpretação, entravada por nítidas reservas, justifica a exclusão da epígrafe das quantificações deste trabalho.

2.1.1.3. Divindades consideradas salutíferas: Esculápio

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Trata-se efectivamente de uma divindade de marcado carácter salutífero, venerada com o intuito de conservar ou restabelecer a saúde, o que sustenta o seu papel de divindade patrona da Medicina (Encarnação, 1984: 789); associando-se por vezes a Apolo nesta dimensão (Toutain, 1907: 330), como mostra uma inscrição de Málaga (CIL II 2004). Esculápio pode então ser entendido como filho deste último, constituindo a sua função protectora da saúde uma especialização das competências curativas de Apolo (Mantas, 2002b: 125). É também conhecida a sua associação a *Salus*, entendida como o seu par feminino (Toutain, 1907; Vasconcelos, 1913).

b) Origem e extensão geográfica do culto

O Esculápio venerado pelas comunidades romanas terá tido origem no *Asclepius* grego, decorrendo a sua adopção em Roma, no séc. III a. C., de um contexto epidémico (Mantas, 2002b: 125). J. Toutain (1907: 334) colocara a Hispânia entre os territórios com maior abundância de testemunhos do culto isolado de Esculápio, no que seria contestado por J. d'Encarnação (1984: 792) e V. Mantas (2002b: 126), com base nos testemunhos presentes em ILER (181-190, 365 e 6774 = 189) e na epigrafia do território actualmente português que J. de Alarcão (1983³: 173) refere neste aspecto.

Por seu lado, a consulta de HEpOL traz-nos cerca de doze dedicatórias a Esculápio, em situação isolada, associado a *Salus*, e ainda a diversas divindades além de Apolo (CIL II 2407, São Miguel das Caldas; AE 1967, 223, Leão). Destaca-se a Tarraconense como local de procedência da epigrafia votiva desta divindade, com seis inscrições; embora a Lusitânia não se distancie muito, com quatro epígrafes (33,3%), de Lisboa (CIL II 173, 174 e 175) e Miróbriga (IRCP 144), provindo as restantes duas da Bética (16,7% deste conjunto).

J. Toutain (1907: 336-37) havia apontado para a feição helénica do culto de Esculápio na Lusitânia, que sugere derivar da presença de colonos ou libertos de origem grega, e que parece reflectir-se na frequência de invocações desta divindade como *Asclepius*. De facto, este surge assim invocado em cinco inscrições do conjunto epigráfico hispânico, três das quais (CIL II 3725, 3726, e 3819) de Valência, cuja localização na costa oriental terá propiciado os contactos externos; e outra de Braga (CIL II 2411) consagrada a *Asclepius-Hygia*.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Esculápio surge invocado exclusivamente de forma isolada no Sul do território actualmente português, num único testemunho integrável em âmbito urbano (IRCP 144, Miróbriga). Esta inscrição apresenta-se particularmente relevante, ao documentar o legado testamentário deixado por um *medicus pacensis* ao conselho municipal de Miróbriga, para a organização das festas em honra de Esculápio (*Quinquatri*), cabendo ao seu herdeiro garantir o cumprimento deste testamento e a erecção da epígrafe (Encarnação, 1984: 219); diferindo as opiniões dos autores (Lambrino, 1952: 115; Ors, 1953: 419; Silva, 1946: 349-50) sobre a natureza dos bens ofertados.

O texto revestir-se-á de um certo carácter sibilino, sobretudo tendo em conta o propósito tradicional das festas *Quinquatrus* de homenagear Minerva e a consagração desta inscrição a Esculápio, o que pode ser explicado pelas qualidades médicas de Minerva, apontando para uma transposição do culto desta para aquele (Encarnação, 1984: 219). A natureza do monumento e a inscrição nele gravada sugerem o papel de Miróbriga como local de peregrinação, bem como a celebração anual de festas dedicadas a Esculápio no seu santuário (Encarnação, *op. cit.*: 219-20).

A existência deste seria corroborada pela descoberta, aquando da retirada de IRCP 144 da parede onde se encontrava, de que esta inscrição havia sido lavrada numa ara “de boas proporções, passível de figurar num santuário” (Encarnação, 2008: 221). O culto de Esculápio, revestido de feição local, atendendo à presença da expressão *deo*, que J.

d'Encarnação (1981) considera apontar para uma *interpretatio*, teria então constituído o culto dominante em Miróbriga (Mantas, 2002a: 121).

2.1.1.4. Divindades tutelares: *Genius e Juno*

a) Caracterização das divindades e dos seus cultos

O culto destas divindades integra a religião romana desde os seus primórdios, sendo atribuído a cada indivíduo, lugar e colectividade um Génio diferente, que por ele zelaria desde o seu nascimento à morte; *Genius* designaria então um *numen* desempenhando uma acção tutelar, protectora, sobre os seres humanos e objectos (Toutain, 1907: 241). A singularidade destas divindades, juntamente com o seu carácter protector e a estreita ligação com as entidades tuteladas, constitui uma das suas principais características (Toutain, *op. cit.*: 440-41).

Assumindo a designação *Genius* um carácter masculino, os *Genii* das mulheres seriam apelidados *Junones*, designação que, restringindo-se ao universo feminino individual, excluiria a tutela dos lugares e colectividades (Toutain, 1907: 442-43). O culto da *Juno* constitui, juntamente com o do *Genius* individual, a mais antiga forma de culto dos Génios, revestindo-se ambas as suas versões – masculina e feminina - de uma feição marcadamente privada (Toutain, *op. cit.*: 445).

b) Origem e extensão geográfica dos cultos

O culto das divindades tutelares terá gozado de ampla difusão nas províncias do Império, nomeadamente dos *Genii*, tendo o culto das *Junones* sido praticado de forma mais localizada (Toutain, 1907: 443). De facto, aquele culto encontra-se abundantemente documentado na Hispânia, remetendo a consulta de HEpOL para um conjunto de cerca de 86 epígrafes, 44 das quais descobertas na Tarraconense, que fornece então 51,2% deste conjunto, seguindo-se-lhe a Bética, com 27 inscrições (31,4%) e a Lusitânia, com 15 inscrições (17,4%).

Os *Genii* da Lusitânia terão sido cultuados apenas nos *conventus Emeritensis* e *Scallabitanus*, tendo sido descobertas epígrafes em Cáceres (CIL II 618), Badajoz (CIL II 5068), Mérida (HEp 15, 2006, n° 53; AE 1984, 485; CIIAE 33), Amaia (IRCP 604; HEp 13, 2003-04, n° 1001), Idanha-a-Velha (AE 1967, 132), Viseu (AE 1954, 90), Coimbra (CIL II 401; AE 1959, 112; AE 1969-70, 246; HEp 12, 2002, n° 626), Tomar (AE 1993, 881) e

Lisboa (AE 1950, 259). Encontra-se representado tanto o Génio da colónia (*Emerita Augusta*), como o do município (*Sellium, Civitas Igaeditanorum*) e o individual (Lisboa).

O culto dos *Genii* municipais ter-se-á difundido em função do dinamismo da vida municipal nas províncias, provindo boa parte das dedicatórias integráveis neste âmbito de África e da Hispânia, sobretudo da Bética (Toutain, 1907: 451; 453); como parece confirmar a existência de diversas invocações a Génios de municípios como *Anticaria* (Málaga) ou colónias como *Italica* e *Iulia Genetiva* (Sevilha).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

A documentação relativa à cidade de Amaia revela uma particular presença do *Genius*, homenageado em duas epígrafes de S. Salvador de Aramenha (Marvão). Numa delas (IRCP 604), surge designado como “génio do ópido constituído” (*Genio oppidi constituti*), sendo esta inscrição o único exemplo do uso deste adjectivo, ao qual J. d’Encarnação (1984: 668), confere o significado de “estabelecido”; pelo que estaremos perante uma homenagem à divindade protectora do local, cuja condição fortificada é questionada por este autor (*loc. cit.*), tendo-se transformado no seu génio tutelar. Já a expressão *Genio Oppidi* regista-se apenas no território peninsular (Encarnação, 1984: 793), sugerindo o sentido político de *oppidum constitutum* uma ligação desta epígrafe à mudança de estatuto do núcleo urbano amaiense (Mantas, 2000: 397); a mesma representaria então um período em que este não seria ainda dotado do estatuto municipal (Guerra, 1996: 22).

O mesmo se aplica à outra epígrafe (HEp 13, 2004, nº 1001), a qual regista uma invocação desta divindade interpretada, embora com reservas (AE 2004, 706), como *Genius Am(m)ai(en)ci(s)*, que reflectiria a pronúncia local (Mantas, 2000: 407); figurando em primeiro lugar no texto a identificação do dedicante, o que se apresenta inusitado na epigrafia da zona (HEp 13, 2004, nº 1001).

Por outro lado, contamos com apenas um testemunho do culto das *Junones*, oriundo da área urbana de Beja (IRCP 229). Trata-se de uma inscrição de natureza simultaneamente votiva e honorífica, uma vez que, paralelamente à invocação de *Juno*, prestam homenagem à dedicante dois escravos (Encarnação, 1984: 301); tendo J. de Alarcão (1983³: 171) proposto a dedicação da inscrição ao espírito divinizado desta personagem, e não à divindade em si.

Juno deverá ser aqui entendida como a correspondente feminina do *Genius*, constituindo esta dimensão da divindade “a expressão mais completa e mais verdadeira do seu eu, do seu ser feminino” (Gianelli, in Ruggiero, 1961: 216-18, s. v. “Iuno”). Podemos então constatar a ausência, no contexto geográfico e cultural do Sul do território actualmente

português, de quaisquer testemunhos do culto de *Juno* na sua dimensão oficial ou de natureza celeste, sendo apenas invocada enquanto divindade tutelar.

A existência de apenas um testemunho deste culto, inserido num contexto de clara romanização, aliada à invulgaridade de IRCP 604 enquanto testemunho do culto dos *Genii* no espaço geográfico em análise, pareceria, no entender de J. d'Encarnação (1984: 799), corroborar a parca fixação das divindades tutelares no mesmo; embora a outra epígrafe (HEp 13, 2004, nº 1001), posteriormente descoberta, pareça sugerir a apropriação do culto do *Genius* por parte da comunidade amaiense, que poderá ter sido maioritariamente indígena. Porém, esta situação não deverá implicar a atribuição de um cariz indígena ao culto dos *Genii* na Hispânia (para o qual aponta Lambrino, 1965: 226), sendo a presença do topónimo local um critério insuficiente, pelo que este culto revestir-se ia de um carácter romano (Fernandes, 2002a: 180).

Também a posterior descoberta de duas epígrafes em homenagem aos Lares (HEp 3, 1993, nº 487; HEp 9, 1999, nº 738), integráveis no mundo rural, parece contrariar esta ideia de fraca difusão das divindades tutelares; ascendendo então a cinco os testemunhos da invocação destas no Sul do território actualmente português, o que lhes concede o terceiro lugar em termos de representatividade, partilhado com Prosérpina e com Atégina/“Deusa Santa”, como podemos ver na Tabela 1.

2.1.1.5. *Júpiter*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Júpiter tem sido entendido como a principal divindade da chamada tríade capitolina, juntamente com Juno e Minerva, assumindo o papel de patrono e protector de Roma, numa acepção mais oficial do seu culto (Beltrán, 2002: 105; Price e Kearns, 2003: 306; Toutain, 1907: 195; Vasconcelos, 1913: 221). Este integra o primeiro nível funcional, pela sua natureza soberana, expressa no seu papel de divindade celeste, encontrando-se também presente na mitologia grega, dada a assimilação de Júpiter ao Zeus grego; de facto, o nome “Zeus” derivará da raiz *dieu-*, remetendo para os conceitos de “céu” e “dia” (Voutiras, 1997: 310).

Nesta qualidade, afirma-se detentora do poder supremo, coexistindo a sua natureza soberana com a guerreira, enquanto divindade do segundo nível funcional, usando o raio como arma, como mostra a literatura clássica (Voutiras, *loc. cit.*). Este constitui também um símbolo da sua soberania e onipotência, juntamente com o ceptro, presente na iconografia

de Júpiter desde o séc. IV a. C. (Leventi, 1997: 338-39). Esta divindade revestir-se-ia também de um cariz profético, baseado na crença no seu papel determinante no destino humano, constituindo então uma divindade multidimensional (Voutiras, 1997: 310).

Entre os epítetos de Júpiter, destaca-se *Optimus Maximus* (I. O. M.), que realça a sua soberania e privilégio de exercício do poder supremo (Price e Kearns, 2003: 306), constituindo o único que, segundo J. Toutain (1907: 195), o qualifica seguramente como divindade oficial de Roma. São conhecidos outros epítetos que evidenciam esta soberania, embora remetendo para um culto menos oficial, centrado no papel de Júpiter enquanto senhor dos espaços celestes, do Olimpo e dos homens (Toutain, *op. cit.*: 283-84), como *Conservator*, *Caelestis* e *Fulgurator*, registados na epigrafia de Roma.

Outros revelam-se característicos das respectivas regiões do Império onde se documentam, como *Andero* e *Candiedo*, utilizados na Tarraconense, e *Repulsor* na Lusitânia, reflectindo a ocorrência de processos de assimilação entre o deus romano e divindades locais. Por sua vez, estes remeterão para uma ligação entre a divindade romana e a comunidade que lhe atribui este tipo de epíteto, a qual constitui uma das dimensões do culto de Júpiter nas províncias do Império, a par da oficial (Toutain, 1907: 196-98).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Tanto Leite de Vasconcelos (1913: 222), em tempos mais recuados, como F. Beltrán Lloris (2002: 105), mais recentemente, afirmam tratar-se do culto com mais monumentos deixados entre as populações da Lusitânia; também J. Toutain (1907: 195) referira a sua maior popularidade nas províncias do Império em comparação com as restantes divindades capitolinas. O sucesso da sua difusão no mundo romano, sobretudo durante o séc. II e inícios do III, foi propiciado pela política imperial, iniciada com Domiciano, de adopção deste deus como protector pessoal (Beltrán, 2002: 105).

Não obstante a vasta área geográfica abrangida pelos testemunhos deste culto, J. Toutain (1907: 199-200) referira a menor abundância de inscrições a *Iuppiter Optimus Maximus* na Hispânia e África, face a províncias mais militarizadas como a Bretanha; o que aponta para a menor popularidade do culto nas províncias detentoras de maior dinamismo municipal. Este cenário encontraria reflexo na Hispânia, onde as províncias da Lusitânia, Bética e Tarraconense Oriental fornecem um menor número de dedicatórias a I.O.M., em comparação com o Noroeste da Tarraconense, pouco urbanizada e onde estaria instalada a *Legio VII Gemina* (Toutain, *op. cit.*: 200).

Estaremos contudo perante um cenário claramente oposto no tocante à distribuição dos testemunhos do culto de Júpiter não oficial, mas sobretudo na sua qualidade de divindade celeste e pai do Olimpo (para o qual aponta a ausência do epíteto *Optimus Maximus*), que se revelam abundantes nas regiões da Hispânia e África, contrariamente à situação verificada nas províncias mais militarizadas (Toutain, 1907: 285). Na Hispânia, o culto a I.O.M. caracteriza-se por uma apreciável extensão geográfica, documentando-se também no Norte de Portugal e na Galiza (Vasconcelos, 1913: 222-25).

Como havia evidenciado J. Leite de Vasconcelos (1913: 227-28), a maior abundância de dedicatórias a Júpiter no Norte e Centro do actual território português, em comparação com o Sul, afigura-se curiosa, tendo em conta a representação daquela zona na literatura desta temática como mais resistente à romanização. Perante esta situação, o autor (Vasconcelos, *op. cit.*: 228; também Lambrino, 1965: 226) admite que nem todas as inscrições poderão ter reflectido devoção a Júpiter, mas sim o “encobrimento” de um culto pré-romano através de um teónimo e formulário latinos, que se explicaria pelo carácter universal da divindade, permitindo a sua assimilação a outras; como parece indicar a presença dos epítetos *Andero*, *Candiedo* e *Ladicus* em três inscrições (CIL II 2598, 2599 e 2525, Galiza), bem como o estatuto autóctone de grande parte dos dedicantes das epígrafes.

F. Beltrán Lloris (2002: 105-106) também refere esta perspectiva, apontando porém a ausência de traços caracteristicamente indígenas nas inscrições a Júpiter oriundas da zona mais setentrional e interior da Lusitânia, dado o uso abundante do epíteto *Optimus Maximus* e a representação maioritária da onomástica latina entre os dedicantes, apresentando-se então o culto de Júpiter nesta região geralmente consistente com os padrões romanos. Porém, a existência em simultâneo de um conjunto epigráfico menor remetendo para um culto específico, exclusivamente provincial, no contexto de sociedades em vias de romanização e marcado pela presença relevante de cultuantes indígenas, parecendo reflectir a assimilação de Júpiter a divindades locais, permite conceber uma dualidade de concepções desta divindade num mesmo território, em particular na referida zona lusitana (Beltrán, 2002: 106-107).

Este autor (Beltrán, *op. cit.*: 105) alerta também para a dificuldade de “delimitar romanidade e indigenismo” no contexto sociocultural da Lusitânia, por se tratar de um espaço fortemente marcado pela síntese de elementos locais e exógenos, e ainda pela ocorrência de fenómenos híbridos, desprovidos de pendor nitidamente indígena ou romano.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

O culto de Júpiter apresenta-se como o mais praticado no Sul do território actualmente português, como nos mostra a Tabela 1, afigurando-se esta situação consistente com a popularidade atribuída a este culto na Lusitânia; das 14 epígrafes consagradas a esta divindade, sete podem ser integradas no mundo urbano. Podemos reconhecer a existência de um importante centro de culto a Júpiter no território amaiense (Encarnação, 1984: 793), de onde procede ainda outra inscrição dedicada por uma colectividade, integrável no mundo rural, sendo então 5 destas 14 dedicatórias oriundas de Amaia (35,7%).

Destaca-se a epígrafe de IRCP 183 (*Salacia*), dedicada por uma flamínia provincial e do município salaciense, ao sugerir a possível fixação, aquando da erecção do ex-voto, de um templo no local posteriormente ocupado pela capela de S. João das Arranas, possivelmente um importante lugar de culto (Encarnação, 1984: 255). A águia gravada numa das faces parece constituir mais um símbolo do poder da divindade (Leventi, 1997: 345). Por seu lado, a inscrição de IRCP 373 (Évora) parece revestir-se de uma conotação também funerária, a ver pela decoração lateral através de um jarro e pátera, embora o motivo da dedicatória permaneça incerto; contando apenas com mais um paralelo no mundo rural.

No que respeita aos epítetos registados, estamos perante dedicatórias a *Iuppiter Optimus Maximus* na sua quase totalidade, com excepção de IRCP 607 (*Ammaia*), registando o uso de *sacrum* após o teónimo, o que a isola no quadro da epigrafia amaiense (Encarnação, 1984: 671). O culto de Júpiter em Amaia parece então corroborar a perspectiva de F. Beltrán Lloris (2002: 106-107) a respeito da dualidade de concepções desta divindade num mesmo território, ao denotar simultaneamente a fixação de um culto nitidamente romano e a persistência de um culto local, tornando assim esta área um “núcleo de importante *interpretatio*” (Encarnação, 1984: 794).

2.1.1.6. Marte

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Esta divindade possui origem itálica e romana (não obstante a sua assimilação tardia ao deus grego Ares), surgindo frequentemente associada a *Victoria* (Toutain, 1907: 252-53). Embora seja conhecida a qualidade guerreira de Marte entre os romanos, o seu carácter teria sido primitivamente naturalístico e agrário, crendo Leite de Vasconcelos (1913: 266) que esta divindade agiria sobre as estações. Por outro lado, na religião céltica, na qual se encontrava entre as principais divindades, Marte surge revestido de natureza astral (Blázquez, 1962: 31).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Este culto terá gozado de apreciável difusão nas províncias do Império, encontrando-se a Hispânia entre aquelas com mais abundante documentação epigráfica (Toutain, 1907: 252-53; Vázquez, 1981: 49). De acordo com Toutain (*op. cit.*: 259; também Lambrino, 1965: 226), o Marte cultuado pelas populações da Hispânia teria diferido do Marte guerreiro romano, homenageado pelos soldados, designando ao invés uma divindade local ou regional, revestida de atributos protectores.

Como mostra a consulta de HEpOL, existem cerca de 77 dedicatórias a Marte na Hispânia, o que corrobora a apreciável difusão do seu culto neste território. A sua distribuição pelas províncias apresenta-se relativamente equilibrada, notando-se um subtil destaque da Tarraconense, com 35 inscrições, que representam 45,5% deste conjunto epigráfico, seguindo-se-lhe a Lusitânia, com 26 epígrafes (33,8%) e a Bética, de onde provêm 16 inscrições (20,7%).

No contexto da Lusitânia, o seu culto encontra-se documentado em Tomar (CIL III 5026), Idanha-a-Velha (CIL II 436; AE 1909, 244; AE 1967, 139; HEp 2, 1990, nºs 771 e 773), Cáceres (CIL II 619; HAE 733, 1884 e 1896; AE 1977, 425; AE 1991, 974; AE 1993, 971 e 989), Mérida (CIL II 468 e HEp 1, 1989, nº 108), Coimbra (AE 1975, 480; Étienne *et al.*, 1976, nº 14; HEp 4, 1994, nº 1054; RAP 395; HEp 15, 2006, nº 488), Viseu (RAP 595), Fundão (AE 1967, 141), Sines (HEp 6, 1996, nº 1075), Santiago do Cacém (IRCP 145) e Monforte (IRCP 568). Podemos então constatar uma concentração de testemunhos no *conventus Emeritensis*, sobretudo na região de Cáceres.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

O culto de Marte encontra-se documentado em ambas as esferas, urbana e rural, do Sul do território actualmente português. Podemos integrar na primeira a inscrição de Miróbriga (IRCP 145), cujo original desapareceu, subsistindo uma cópia em mármore (Encarnação, 1984: 222). Esta epígrafe reveste-se de um carácter simultaneamente votivo e funerário, sendo este último evidenciado pela expressão *in honorem*, referente ao defunto (Encarnação, *loc. cit.*); contando esta situação com outros testemunhos no espaço geográfico em análise, nomeadamente IRCP 147 (Vénus) e IRCP 373 (Júpiter).

2.1.1.7. Vénus

a) Caracterização da divindade e do seu culto

A integração de Vénus no âmbito militar terá sido feita através da sua associação à lenda das origens troianas de Roma e sua ligação a decisivas vitórias bélicas no contexto das Guerras Púnicas, tendo então o seu culto merecido o favor de alguns generais romanos do séc. I a. C. Esta aceção não invalidou contudo a atribuição de um certo erotismo à personalidade desta deusa, através da sua identificação com Afrodite, remetendo para os ideais de prazer e fecundidade (Mantas, 2002a: 119).

De facto, entre os epítetos dos quais Vénus se fazia acompanhar destacam-se *Victrix*, que a conceberia como uma variante de *Victoria*, embora a sua representação não pareça ter sido significativa na Hispânia (Toutain, 1907: 384-85); mas também *Augusta*, denotando o carácter oficial do culto. De uma forma geral, o culto de *Venus Victrix* não teria abundado nas restantes províncias do Império, apontando os modestos testemunhos do mesmo para o seu carácter particular, dada a ausência de funcionários imperiais ou militares; enquanto o culto de *Venus Augusta* teria tido maior importância, pelo menos nalgumas regiões, embora não tendo ultrapassado significativamente o primeiro em extensão geográfica (Toutain, *op. cit.*: 185).

b) Origem e extensão geográfica do culto

J. Toutain (1907: 384) referira a parca representação deste culto nas províncias do Império, sobretudo em comparação com os cultos de divindades ctónicas e aquáticas, destacando-se contudo a Hispânia e África como detentoras de alguns testemunhos relevantes. As cerca de 33 dedicatórias a Vénus registadas em HEpOL apresentam uma distribuição relativamente equilibrada nas províncias, com igual representação da Tarraconense e Bética, com 13 epígrafes cada (embora duas das inscrições tarraconenses se apresentem muito incertas), fornecendo então 39,4% deste conjunto epigráfico. Já a Lusitânia encerra 7 inscrições (21,2%), descobertas em Idanha-a-Velha (AE 1967, 143; HAE 1071), Mérida (CIL II 470), Cáceres (HAE 340), Castelo Branco (HEp 12, 2002, nº 619) e Santiago do Cacém (IRCP 146 e 147).

O elemento grego poderá ter desempenhado um relevante papel na difusão do culto de Vénus na Hispânia, dada a presença significativa de inscrições em zonas abertas a influências exógenas, nomeadamente o Sul e a costa oriental; tendo sido recuperadas, nalgumas destas inscrições, exemplos de onomástica e vocabulário de origem grega (Toutain, 1907: 386-87).

De facto, a consulta de HEpOL parece corroborar esta situação, remetendo para a relevante presença deste culto na Bética, bem como para o conjunto de 8 epígrafes descobertas na parte oriental da Hispânia (regiões de Catalunha e Valência). Creio ser também relevante a presença, numa inscrição da Lusitânia (CIL II 470, Mérida), de um presumível liberto, dado o seu cognome de origem oriental e a sua profissão de médico, comum entre libertos. Segundo V. Mantas (2002a: 120), os cultos pré-romanos resultantes dos contactos com o mundo fenício-púnico poderão ter propiciado, em certos casos, a fixação do culto de Vénus, particularmente em áreas litorais onde se encontra também presente o culto de Esculápio.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

O culto de Vénus no Sul do território actualmente português encontra-se unicamente representado na esfera urbana, na qual podem ser integradas duas epígrafes de Miróbriga (IRCP 146 e 147). Encontra-se representada quer a ausência de epítetos (IRCP 146), quer a utilização conjunta de *Victrix* e *Augusta* (IRCP 147), que teria aqui lugar pela primeira vez no contexto da Lusitânia (Encarnação, 1984: 224), reflectindo simultaneamente a ligação de Vénus ao culto imperial e a sua aproximação a *Victoria* (Toutain, 1907: 384).

Também o culto de Vénus se terá revestido aqui de uma dimensão funerária, paralela à votiva (IRCP 147). É então conferido à deusa um carácter tutelar, tanto na vida como na morte, reflectindo este alargamento da sua “zona de influência” a intensidade e solidez da difusão do culto de Vénus na Hispânia (Encarnação, 1984: 798). Estamos também perante esta situação numa das dedicatórias a Vénus oriundas da *civitas Igaeditanorum* (HAE 1071), em que também é posta em evidência a natureza protectora e guardiã desta divindade (Mantas, 2002a: 121).

Já na outra epígrafe (IRCP 146), a identificação do dedicante como “*magister*” poderá ser entendida em termos administrativos ou religiosos, podendo, neste último caso, remeter para um colégio sacerdotal, na acepção de Daremberg *et al.* (1900: 1521-22, s.v. “Magister”). J. d’Encarnação (1984: 223) admite esta última possibilidade, atendendo à hipótese de existência de um templo consagrado a Vénus nesta região (também defendida por Mantas, 2002a: 121), onde terá sido ainda descoberta uma estátua desta divindade. De qualquer das formas, Vénus parece constituir a única divindade romana do espaço geográfico em análise cuja epigrafia regista a presença de *magistri* (Encarnação, 1984: 799).

Neste caso em particular, J. d’ Encarnação (1984: 223; 798) ao integrar o *magister* no âmbito cultural, propondo o desempenho deste cargo em época anterior ao estatuto municipal

de Miróbriga, sugere que o culto de Vénus constituiria uma forma de homenagem à família imperial, enquanto númen da mesma.

2.1.2. Cultos e divindades indígenas

2.1.2.1. Atégina e outras “Deusas Santas”

a) Caracterização da divindade e do seu culto

No domínio da análise etimológica do teónimo, creio que importa referir as perspectivas de J. Leite de Vasconcelos (1905: 161 e 163), seguindo D’Arbois de Jubainville (1893: 389), que o fez corresponder a **Ate-gena*, vocábulo de natureza céltica com o significado de “renascida” (*re-genita* em latim), suportando o carácter agrícola da divindade; e de B. Prósper (2002: 300), que propõe a origem de *Ataecina* no topónimo **Ataiko-*, *-a*, bem como a sua função protectora da etnia ou povo dos **Ataecini*, de natureza céltica, situáveis no território da Bética ou dos Vetões.

Entre estas abordagens, outros autores (Steuding, 1884-86; Untermann, 1987: 66) procuraram ligar o teónimo ao irlandês arcaico *adaig*, com o significado de “noite”, afigurando-se esta perspectiva consistente com a assimilação de Atégina à Prosérpina romana, de natureza infernal (Prósper, 2002: 293-94). Já na revisão de E. Luján Martínez (1998: 301-303) a esta proposta, este significado de “noite” é tido como especialização do significado de “cúpula celeste”, de natureza pétreo.

Um dos aspectos mais significativos do estudo de Atégina passa pela sua identificação com Prosérpina (CIL II 1126; Lambrino, 1965: 231; Toutain, 1907: 358-59; Vasconcelos, 1905: 154), pelos seus atributos infernais mas também geradores (Price e Kearns, 2003: 159 e 417); suportando-a a atribuição do epíteto *sancta* a Prosérpina (IRCP 571, Elvas), dado como característico de Atégina (Vasconcelos, 1905: 155). No contexto desta assimilação, ter-se-ia dado uma transferência dos atributos de cariz não só produtivo mas também infernal de Prosérpina para Atégina; de facto, numa das dedicatórias emeritenses a Atégina (CIL II 462), esta surge como divindade infernal, à qual é realizada uma *devotio* (Vasconcelos, 1905: 165). J. d’Encarnação (1975: 117) enfatizara a natureza infernal de Atégina, rejeitando a atribuição de traços agrários à mesma, embora, para J. Abascal (2002: 55), este viesse a realçar-se cada vez mais.

Embora se evidencie a associação entre estas divindades em duas inscrições emeritenses (Vasconcelos, 1905: 146-151), J. M. Abascal (2002: 53) contrapõe a

identificação de Atégina com Prosérpina, afirmando que “o facto de *Ataecina* aparecer associada a *Proserpina* em alguns textos não constitui motivo suficiente para ver nas dedicatórias a *Proserpina* a evidência de um culto a *Ataecina* e vice-versa”. Segundo este autor (Abascal, *loc. cit.*), não se terá verificado uma completa assimilação entre ambas, tendo cada uma das divindades mantido a sua personalidade.

Por intermédio de Prosérpina, Leite de Vasconcelos (1905: 154; 157) procurou ainda identificar Atégina com *Libera*, deusa da fecundidade agrária, assimilada pelos romanos a Prosérpina. Porém, J. d’Encarnação (1975: 110; 1984: 634) questiona a solidez desta identificação, atendendo sobretudo à raridade das dedicatórias isoladas a *Libera*, parecendo L. Fernandes (2002b: 146) partilhar desta perspectiva.

Atégina possui então uma apreciável diversidade de atributos, reflectida através dos seus vários epítetos (*dea, domina, sancta...*), testemunhando assim a grande importância do seu culto (Vasconcelos, 1905: 173). Nas inscrições desprovidas de teónimo, a sua atribuição a esta divindade apoia-se na presença do epíteto *dea sancta*, o que, segundo J. M. Abascal (2002: 53), não constitui um critério suficientemente válido, dado que os elementos *sanctus/sancta* e *deus/dea* não se afiguram exclusivos de uma divindade, sendo até frequente o seu uso em conjunto no Ocidente romano. Além disto, a procedência de algumas destas epígrafes da zona emeritense ou a Sul da mesma, coincidindo com a área de desenvolvimento do culto de Prosérpina, sugere o uso de *dea sancta* para designar esta divindade, ao invés de Atégina (Abascal, 2002: 56).

Quanto à grafia do teónimo, o destaque das variantes *Ataegina* e *Adaegina* não esgota a ocorrência de particularidades gráficas no mesmo; a existência de variantes gráficas estranhas às normas da escrita latina da época aponta para o uso do alfabeto latino por parte de populações indígenas com vista à escrita da sua própria língua, num contexto de parca adopção da língua latina (Prósper, 2002: 295-96).

O culto de Atégina pressuporia a realização de oferendas de animais, o que constituirá um aspecto em comum com o culto de Endovélico, atendendo aos elementos escultóricos associados à epigrafia deste (Vasconcelos, 1905: 169).

b) Origem e extensão geográfica do culto

A frequente junção do epíteto *Turi-* /*Turobrigensis*, também lido como *Turibrigae/Turibri* (Guerra, 2002b: 155), ao teónimo tem suportado a hipótese da existência de um santuário a Atégina em Turóbriga, situada por Plínio (NH III, 14) na Betúria Céltica (Bética), atendendo à sua terminação céltica em *-briga* (Vasconcelos, 1905: 158). Porém,

desconhece-se ainda o sítio exacto desta Turóbriga, que Leite de Vasconcelos (*op. cit.*: 159) aproxima de Aroche, a antiga *Arucci*, dado o aparecimento de uma inscrição nas proximidades referindo uma “sacerdotisa Turobrigense”. A localização de Turóbriga terá constituído o centro de uma longa polémica científica, variando as hipóteses entre a Bética e a Lusitânia, embora tenha quase sempre persistido a intenção de realçar o carácter lusitano de Atégina (Abascal, 2002: 57).

O seu culto ter-se-ia então disseminado a partir de Turóbriga, destacando-se nitidamente a Lusitânia como região de procedência da epigrafia, com 43 das cerca de 49 dedicatórias registadas em HEpOL (não obstante as reservas na atribuição de algumas destas a Atégina), fornecendo então 87,8% deste conjunto. Este culto possuiria então uma apreciável extensão geográfica, que abarcava sobretudo a Lusitânia e uma parte da Bética (com 4 inscrições) e Tarraconense (2), a qual poderá ser explicada pela diversidade de atributos de Atégina (Vasconcelos, 1905: 159; 172-73).

Embora este culto tenha sido dado como restrito à extensão territorial entre o Tejo e o Guadalquivir, mais especificamente nas margens do Guadiana (Blázquez, 1962: 145), actualmente admite-se a concentração de testemunhos na área ribeirinha do Tejo, bem como o facto de este culto apenas ocasionalmente ultrapassar o Guadiana para Sul; observa-se então uma importante concentração epigráfica na região central da Extremadura, nomeadamente o triângulo *Norba-Turgalium-Emerita*, o que parece apontar para a localização do núcleo Turibrigense nesta comarca (Abascal, 2002: 55). Assim, tendo em conta que este culto raramente ultrapassaria o Guadiana para Sul, enquanto o de Prosérpina se manteria abaixo do mesmo, a zona de contacto entre ambos situar-se-ia na área emeritense, o que não invalida que cada um tenha mantido uma área específica de desenvolvimento (Abascal, *op. cit.*: 56).

Aludindo ao elevado número e diversidade de monumentos descobertos juntos, Leite de Vasconcelos (1905: 160-61) propusera a existência de santuários a Atégina pelo menos em Mérida e Elvas; porém, creio que deverá ser excluída esta última, uma vez que nos traz apenas duas presumíveis invocações, com algumas reservas, por nelas figurar apenas o epíteto “Deusa Santa” (IRCP 566; FE 8, 1984, nº 32). Também J. M. Abascal (2002: 55) reconhece Mérida como possível centro de culto, apontando ainda três hipóteses para a localização de santuários, todas elas situadas na região de Cáceres. Por seu lado, a existência de inscrições nas quais figuram apenas as iniciais de Atégina (como EE IX 101, Ibahernando) aponta para a sua grande popularidade (Vasconcelos, 1905: 161; 173).

Em suma, podemos colocar Atégina entre as divindades indígenas cujo culto subsistiu de forma mais notória durante o Principado (Abascal, 2002: 53), constituindo a segunda divindade indígena mais cultuada no Sul peninsular, após Endovélico (Encarnação, 1984:

800). Como refere B. Prósper (2002: 291), em nenhuma inscrição deste território se encontra registado o teónimo, baseando-se a identificação da divindade na presença do epíteto *Dea Sancta* ou *Turobrigensis*. Este conjunto epigráfico resultará da irradiação secundária de um foco situado na parte oriental do Guadiana, possivelmente Santa Lucía del Trampal ou Badajoz; sugerindo assim, pela sua localização, a extensão do culto para o território português através de Badajoz, até ao Sul, pela bacia do Guadiana abaixo rumo à sua desembocadura (Prósper, *loc. cit.*).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

O culto de Atégina encontra-se ausente da esfera urbana do espaço geográfico em análise, excepto por uma inscrição de Mértola (IRCP 95) dedicada à “Deusa Santa” onde figura apenas este epíteto. Embora J. d’Encarnação (1984: 157) e J. M. Blázquez (1986-87: 141, nº 1) a tenham atribuído a Atégina, pela típica ligação dos epítetos *Dea Sancta* à mesma, J. M. Abascal (1995: 82, nº 3) discorda desta atribuição, aludindo à insuficiência destes epítetos para garantir a invocação da divindade.

2.1.2.2. *Ocrimira*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Entre as abordagens etimológicas do teónimo, àquela que confere a *Ocrimira* a tutela de uma ribeira fria, sendo *ocri-* uma palavra céltica para “frio” (Lambrino, 1959: 491), viria a seguir-se a proposta de Prósper (2002: 195-96), que atribui ao teónimo o significado de “o monte Mira”. Esta baseia-se na semelhança do elemento *-mira* com o seu correspondente em **Rev-mira*, de Reva, que significaria “o rio Mira” (HEp 6, 1996, nº 1068), bem como no presumível significado de “agudo, pedra, amargo” (gr. *acribos*, lat. *acerbus*) para o elemento **Okri-*, que constitui um vocábulo muito documentado tanto nas línguas itálicas como no vocabulário lusitano.

Por seu lado, J. M. Blázquez (1975: 135) havia apontado para a presença de “Mira”, de presumível origem lusitana, em diversos topónimos e hidrónimos da Lusitânia, como Odemira e Miróbriga. Estas interpretações de feição etimológica, pelo seu carácter problemático, devem ser tomadas com muitas reservas, pelo que a sua natureza, como em muitos casos de divindades de rara atestação, se deve considerar incerta.

b) Origem e extensão geográfica do culto

Como nos mostra a consulta de HEpOL, o culto desta divindade encontra-se completamente ausente da Hispânia, excepto no núcleo urbano de *Ammaia*; também na base de dados Clauss-Slaby não se registam invocações a esta divindade em qualquer região do mundo romano.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Foi descoberta no núcleo urbano de *Ammaia* a única dedicatória a *Ocrimira* (IRCP 610), não apenas do território actualmente português, mas de toda a Hispânia. A divindade surge desprovida de epítetos, numa epígrafe de estrutura textual simples, constituída apenas pelo teónimo acompanhado de *sacrum*, o nome da dedicante e a habitual fórmula final A. L. V. S.

2.1.2.3. *Runeso Césio*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Nada de seguro se conhece ainda sobre os atributos e funções desta divindade, tendo porém J. Leite de Vasconcelos (1905: 303-04) proposto raízes célticas para o seu nome e o significado de “o deus armado com o dardo”, sugerindo o seu carácter bélico e defensor contra o mal; embora J. M. Blázquez (1962: 124) e J. d’Encarnação (1975: 270; 1984: 448 e 1987a: 31) tenham alertado para o carácter hipotético desta interpretação. Aquele autor (1975: 141) alude ainda à presença do tema *Run-* no nome da divindade Trebaruna, bem como do sufixo *-esus* na onomástica lusitana.

Como também referido no caso de Toga, esta perspectiva belicista não se afigura viável para B. Prósper (2002: 442), que aponta também para o preconceito celtista de alguns autores mais antigos, ao impor a existência de divindades guerreiras celtas na Lusitânia e Galécia.

b) Origem e extensão geográfica do culto

A consulta de HEpOL indica-nos uma completa ausência do culto desta divindade da Hispânia, excepto no núcleo urbano de Évora; também na base de dados Clauss-Slaby não se registam invocações a esta divindade em qualquer região do mundo romano.

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Este culto encontra-se unicamente representado através de um testemunho oriundo de Évora (IRCP 374), que constitui a única inscrição dedicada a Runeso Césio não apenas do território português, mas de toda a Hispânia, como já havia sido referido por J. Leite de Vasconcelos (1905: 302). O teónimo surge acompanhado do epíteto *sanctus*, o qual se aplica tanto a divindades romanas como indígenas (Encarnação, 1984: 448).

2.1.3. Cultos e divindades orientais

2.1.3.1. Cíbele

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Cíbele tem sido entendida como a divindade oriental mais popular nas províncias do Império, juntamente com Átis, seu par masculino, sendo porém mais frequentes as invocações isoladas de Cíbele (Toutain, 1911: 74). Esta surge amplamente designada na documentação epigráfica como *Mater Deum*, sendo portanto considerada uma Deusa-Mãe, cujos epítetos se circunscrevem, na epigrafia latina, a *sancta*, *sanctissima* e *omnipotens*, tendo sido atribuído à mesma um carácter benfazejo, enquanto personificação da Natureza fecunda (Toutain, *op. cit.*: 73-74; 77).

No tocante aos ritos do culto, em cuja celebração as confrarias desempenhavam um papel relevante, é conhecida a associação do mesmo ao *taurobolium*, consistindo no sacrifício do touro, ligado ao baptismo de sangue dos fiéis (Toutain, 1911: 78-79; 84); tendo o único taurobólio seguro na Lusitânia sido celebrado em *Emerita* (Alvar, 2002: 207). A procedência e carácter deste rito não podem ser dados como exclusivamente frígios (tal como o *crinobolium*, marcado pelo sacrifício do carneiro), tendo sofrido uma mais extensa difusão nas províncias (Toutain, *op. cit.*: 81-82 e 88-89). Esta situação remete para a chegada dos cultos orientais à Lusitânia após diversas transformações, não constituindo então já cultos próprios da sua região de origem (Alvar, 2002: 205).

b) Origem e extensão geográfica do culto

A origem desta divindade situa-se na Frígia, pertencendo então ao grupo de divindades oriundas da Ásia Menor, que terá chegado a Roma em 204 a. C., altura em que

decorre o transporte da pedra representativa da mesma para a cidade (Toutain, 1911: 73). À semelhança das restantes divindades da Ásia Menor, Cíbele não se encontra abundantemente representada na epigrafia votiva da Hispânia, embora tenham subsistido alguns testemunhos deste culto no seu território, que parecem concentrar-se ao longo das vias de mais fácil ligação da vida provincial a Roma e ao mundo mediterrâneo (Toutain, 1911: 101; 103).

No contexto da Hispânia, a consulta de HEpOL traz-nos cerca de 15 dedicatórias a Cíbele, 8 das quais descobertas na Lusitânia, que fornece então 53,3% deste conjunto epigráfico, não se afastando muito da Tarraconense, com 6 inscrições (40%), enquanto da Bética provém apenas uma. Mérida (CIL II 5260 e AE 1962, 67) e Lisboa (CIL II 178 e 179) surgem como os núcleos da Lusitânia que fornecem mais epígrafes, distribuindo-se as restantes por Cáceres (CIL II 805), Estremoz (IRCP 440), Beja (IRCP 289) e Faro (IRCP 1); tendo sido proposta a existência de santuários de Cíbele em Mérida, Beja e Lisboa (Alvar, 2002: 207).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

O culto de Cíbele no Sul do território actualmente português conta com três testemunhos (Tabela 1), um dos quais integrável em âmbito urbano (IRCP 1, Faro), tratando-se da divindade oriental mais cultuada neste espaço geográfico. A gravação de uma palma estilizada poderá simbolizar certos atributos de Cíbele, nomeadamente a sua protecção da vegetação ou triunfo sobre a morte (Encarnação, 1984: 42).

Esta epígrafe afigura-se relevante para o estudo do culto desta divindade no território actualmente português, nomeadamente pela referência à realização de um *crinobolium*, bem como ao sacerdote que dedica a inscrição; sugerindo a existência de um número significativo de fiéis na região, o que se afigura consistente com o cosmopolitismo de *Ossonoba* (Encarnação, *loc. cit.*).

2.1.3.2. Ísis e Serápis

a) Caracterização das divindades e dos seus cultos

Ísis apresenta-se como a mais popular do grupo das divindades designadas “greco-egípcias” ou “alexandrinas”, juntamente com o seu par masculino, Serápis. Embora surjam invocados em conjunto, nota-se uma prevalência das dedicatórias isoladas a Ísis na Hispânia (Dias, 1978: 39-40; Toutain, 1911: 5-7). Ambos terão sido assimilados a diversas divindades

da mitologia greco-romana (e também regionais ou locais), denotando as suas representações iconográficas e escultóricas nas províncias latinas uma tentativa de síntese destas três dimensões (Toutain, *op. cit.*: 8-9). No que respeita aos epítetos, é conhecido o uso de *Pantheus* para designar Serápis, remetendo para o seu carácter de deus supremo e universal, enquanto Ísis seria homenageada como deusa máxima, como sugere a presença do epíteto *Domina* (Encarnação, 1984: 253 e 305).

Ambas as divindades terão sido também invocadas como protectoras do elemento aquático, como mostra a descoberta de uma dedicatória a Ísis (CIL II 4491) nas chamadas *Aquae Calidae* (Caldas de Montbuy), nas proximidades de Barcelona (Toutain, 1911: 11). Quanto aos actos dos seus cultos, J. Toutain (*op. cit.*: 15) alude à escassa frequência de referências a cerimónias e ritos na epigrafia, excepto no que respeita à existência de sacerdotes (CIL II 1611, Bética) e confrarias religiosas (CIL II 3730, Valência).

b) Origem e extensão geográfica dos cultos

Ísis e Serápis têm origem alexandrina, encontrando-se África e Hispânia entre as regiões onde os seus cultos terão gozado de mais abundante representação (Toutain, 1911: 18); sob a protecção dos Flávios, estes implantar-se-iam em diversas localidades ocidentais, a partir do séc. I d. C. (Alvar, 2002: 205). Na Hispânia, os testemunhos parecem encontrar-se sobretudo nas regiões mais propícias aos contactos com as populações exógenas, nomeadamente o sul da Lusitânia, o vale do Bétis, o extremo Sudoeste da Tarraconense e a sua costa oriental (Toutain, *op. cit.*: 19).

Esta situação parece ser corroborada pela consulta de HEpOL, que nos fornece cerca de 26 dedicatórias a Ísis (incluindo aquelas em que surge associada a Serápis), uma vez que, provindo cerca de metade deste conjunto da Tarraconense, apresentam-se mais numerosas as inscrições oriundas da costa oriental; já a Bética fornece dez epígrafes (38,5% do conjunto epigráfico), e a Lusitânia apenas três, de Badajoz (CIL II 981), Alcácer do Sal (IRCP 182) e Beja (IRCP 338). Apesar da maior popularidade de Cíbele entre as divindades orientais, o culto de Ísis terá deixado mais vestígios, sobretudo nas regiões mais romanizadas do Sul peninsular, tendo sido possivelmente importado por mercadores que acompanhavam os exércitos durante a República (Encarnação, 1984: 253).

Por seu lado, o culto de Serápis encontra-se menos significativamente representado na Hispânia, com cerca de 12 inscrições, 9 das quais oriundas da Tarraconense, que fornece então 75% deste conjunto epigráfico. Já a Bética e a Lusitânia apresentam-se muito

parcamente representadas neste aspecto, com uma e duas epígrafes, respectivamente, tendo os exemplares lusitanos sido descobertos em Mérida (ERAE 17) e Beja (IRCP 231).

c) Representação nas cidades do mundo urbano

Das três dedicatórias a Ísis provenientes da Lusitânia, duas podem ser atribuídas ao território actualmente português, uma das quais (IRCP 182, Alcácer do Sal) integrável na esfera urbana, tendo sido descoberta num porto onde se encontram atestadas ligações com o Oriente (Encarnação, 1984: 254). Já a outra inscrição (IRCP 338) encontra-se maculada por algumas reservas no tocante à sua integração no mundo urbano ou rural, dada a sua procedência desconhecida. Embora J. d'Encarnação (1984: 414, nota 1) tenha situado a sua descoberta nas imediações de Beja, entende-a como procedente de uma pilha de entulho junto das “Portas de Aviz”, a qual teria vindo do interior da cidade; tendo isto em conta, optei por não incluir esta inscrição em nenhum dos âmbitos. O texto apresenta-se muito fragmentado, embora possamos discernir com clareza a grafia do teónimo, não tendo sido recuperado o nome do dedicante.

Por fim, também se insere neste âmbito o único testemunho do culto de Serápis no território actualmente português (IRCP 231, Beja), em que este surge invocado como *Pantheus*. Avulta aqui o carácter simultaneamente votivo e funerário do monumento, como se verifica para outras divindades greco-romanas, cumprindo uma mãe o voto em honra do seu filho falecido, por decreto dos decuriões (Encarnação, 1984: 304).

2.2. Mundo rural

Por outro lado, o mundo rural do Sul do território actualmente português encontra-se melhor representado em termos quantitativos, fornecendo 49 das 73 epígrafes analisadas neste domínio, o que poderá relacionar-se com a maior extensão dos territórios rurais face aos seus correspondentes urbanos. Contamos também com duas (IRCP 338 e 339) que não foram inseridas em nenhum dos âmbitos, mas consideradas à parte, pela sua “procedência não referida” (Encarnação, 1984: 414). Estas 49 inscrições atestam também o domínio dos cultos greco-romanos em âmbito rural, que se afigura curioso, apesar do nítido aumento da representação dos cultos indígenas face ao mundo urbano (Tabela 11). O contacto das comunidades rurais com as divindades romanas teria tido lugar nas cidades, resultando das

suas deslocações a fim de assistir a manifestações religioso-culturais ou realizar actividades comerciais (Alarcão, 2002: 165).

Entre as regiões do mundo rural, apenas os termos de Évora e Amaia, e *Aritium Vetus* apresentam maior abundância de invocações a divindades indígenas (Tabelas 6, 8 e 9); constituindo esta última a única região do espaço geográfico em análise que se caracteriza pelo claro predomínio dos cultos indígenas, representados quase exclusivamente por Quangeio, não obstante a sua amostra pouco significativa.

Já os cultos orientais gozam aqui de idêntica representação face ao mundo urbano, com três epígrafes, estando também representados nas referidas inscrições de procedência incerta, mas atribuíveis ao território de Beja (Encarnação, 1984: 293). Efectivamente, é no território de *Pax Iulia* que se encontram mais abundantemente representados os cultos orientais (Tabela 5).

2.2.1. Cultos e divindades romanas

2.2.1.1. Apolo

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Têm sido atribuídas diversas funções a Apolo, entre as quais a purificação e cura, profecia, progresso através da ordem e harmonia, e protecção dos mais jovens e das artes, tendo sido inicialmente entendido como deus originário do Sol (Mantas, 2002b: 125; Price e Kearns, 2003: 38). Esta perspectiva terá sido complementada com a ligação etimológica ao vocábulo dórico *apella*, com o significado de “assembleia” enquanto reunião anual para a iniciação dos jovens na comunidade, o que justificaria a sua função orientadora dos mesmos. Por sua vez, esta poderá ser ligada à sua função protectora da música e poesia, consideradas educativas na Grécia Antiga; de facto, a lira parece surgir como atributo fundamental e constante nas representações de Apolo (Price e Kearns, 2003: 39; Toutain, 1907: 318).

Apolo viria a tornar-se o deus especial de Augusto, que mandou erguer um segundo templo a esta divindade em Roma após a batalha de Áccio, edificado em 28 a. C. (Price e Kearns, 2003: 40). É conhecida a sua associação a outras divindades, como Marte e Esculápio, presente na epigrafia votiva da Hispânia (CIL II 2004, Málaga; AE 1968, 230, Astorga; e HEp 8, 1998, nº 416, Sevilha).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Apolo integra o grupo das divindades de matriz helénica, embora oriundo da Ásia Menor, tendo a sua chegada a Roma decorrido no séc. V a. C., no contexto de uma praga (Mantas, 2002b: 125; Price e Kearns, 2003: 40). Não obstante a apontada ligação desta divindade ao treino militar como via de introdução dos jovens na sociedade, não se terá devido ao exército a difusão do seu culto nas províncias (Toutain, 1907: 317-18). De acordo com este autor (*op. cit.*: 316), o nome Apolo poderá ter sido utilizado para designar divindades ligeiramente distintas entre si nas diversas províncias; já S. Lambrino (1965: 226) coloca Apolo no conjunto de casos de utilização do teónimo latino para “encobrir” cultos indígenas.

Foram descobertas dedicatórias a Apolo em toda a Hispânia, embora inicialmente limitadas à Bética e à Tarraconense oriental (Toutain, 1907: 317); tendo R. Étienne *et al.* (1976: 20) aludido à boa representação deste culto na Lusitânia, embora os seus testemunhos não abundem no território hispânico. De facto, a consulta de HEpOL, ao trazer-nos cerca de 29 dedicatórias (incluindo aquelas integráveis no culto imperial, que detêm apreciável peso na epigrafia votiva desta divindade), aponta para o maior peso da Tarraconense no tocante à procedência das inscrições, tendo sido nela descobertos 16 exemplares, que correspondem a 55,2% deste conjunto epigráfico.

Por seu lado, a Lusitânia traz-nos cinco dedicatórias (17,2% da epigrafia votiva desta divindade), enquanto a Bética fornece oito exemplares (27,6%). As inscrições atribuídas à Lusitânia provêm de Cáceres (ILER 5951), Lisboa (AE 1936, 107), das ruínas de Conímbriga (AE 1924, 12), Beja (IRCP 286) e do Fundão (HEp 10, 2000, nº 722); parecendo então observar-se uma extensão do seu culto sobretudo ao longo das zonas mais a norte ou no centro da província.

c) Representação nas localidades do mundo rural

A única epígrafe descoberta no Sul do território actualmente português exterior ao culto imperial (IRCP 286, Beja) pertence ao mundo rural. Não foi aqui considerada a inscrição IRCP 74 (Luz de Tavira), dada por HEpOL como consagrada a Apolo, pelas notórias reservas de leitura do teónimo, que levaram J. d'Encarnação (1984: 127) a contestar a sua atribuição a esta divindade, sendo porém esta defendida por V. Mantas (2002b: 127). Naquela epígrafe, Apolo é designado *sanctus*, com vista à acentuação das suas características divinas e benfazejas; sendo que a onomástica latina da dedicante não corroborará a

consideração deste epíteto como indício da adaptação deste Apolo a uma divindade indígena (Encarnação, 1984: 355).

O requinte estético da epígrafe, juntamente com a identificação da dedicante através de dois gentilícios e o facto de esta constituir a única invocação de Apolo no espaço geográfico em análise, levaram J. d'Encarnação (1984: 791) a rejeitar a implantação do seu culto; não obstante as considerações de Étienne *et al.* (1976: 20) quanto à representação do mesmo na Lusitânia e a descoberta de uma estátua em Alarcão, 1983: 172).

2.2.1.2. Divindades consideradas de natureza aquática

1. Águas

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Segundo J. M. Blázquez (2002: 23), “os cultos aquáticos de época romana remontam muito provavelmente a períodos anteriores, inclusive à Pré-História”. O culto das águas tem gozado de abundante documentação no Ocidente hispânico desde finais da Idade do Bronze, fazendo-se representar nesta época, e ao longo da Idade do Ferro, através de oferendas votivas de armas a diversos rios da Hispânia (pressupondo a sua divinização); ou através da constituição de santuários, habitualmente junto a fontes termais ou nascentes, entre outras formas.

Porém, afigura-se necessária a distinção entre o culto das águas e o papel da água no culto, pela variação da importância cultural do elemento aquático consoante os santuários (Blázquez, 2002). Destacam-se aqui as águas termais, revestidas de carácter salutífero, devendo portanto os cultuantes consumi-las ou banhar-se nelas para se livrarem das suas enfermidades; este carácter terapêutico das águas, bem como a proximidade dos santuários em relação às mesmas, parece ter sido comum à religiosidade de vários povos mediterrâneos (Blázquez, 2002: 21).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Encontra-se documentado o culto às Águas na Lusitânia, como mostram as inscrições de Salamanca (AE 1914, 19), Coimbra (HEp 2, 1990, nº 781), na qual o teónimo surge grafado como *Aquia*, Santarém (HEp 7, 1997, nº 1200) e Faro (IRCP 56); merecendo ainda referência neste aspecto a inscrição de S. Pedro do Sul (HEp 4, 1994, 1101 = RAP 228) registando uma invocação a *Mercurio Aquaeco*, cujo epíteto remete para as águas termais

(*Aquae*) do local. A base de dados de HEpOL dá-nos a conhecer apenas estas inscrições, se não considerarmos as quatro epígrafes andaluzas (CIL II 1614; CIL II 2343; CIL II 1478; AE 1986, 335) comemorativas da construção de aquedutos e fontes, documentando manifestações de evergetismo por parte de funcionários imperiais.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto das Águas no Sul do território actualmente português conta apenas com um testemunho, proveniente do termo de *Ossonoba* (IRCP 56), mais precisamente do local onde se situaria a nascente termal das Caldas de Monchique. Além deste exemplar, poderão existir mais testemunhos deste culto, como sugere a descoberta de uma árula anepígrafa no local (Encarnação, 1984: 790).

A invocação das Águas presente no texto dirigir-se-ia às águas termais de Monchique, consideradas sagradas pelos romanos devido às suas qualidades terapêuticas, apontando então este monumento para a utilização das termas desde o começo da ocupação romana (séc. I d. C.), como indicam os materiais arqueológicos achados no local (Encarnação, 1984: 103). Contudo, a designação *Aquis sacris* apresentava-se até então desconhecida na Península, ignorando J. d'Encarnação (*loc. cit.*) a sua existência noutra zona do Império. Esta inscrição sugere também a transmissão intergeracional do culto, dado o possível cumprimento do voto por disposição testamentária do pai do dedicante, não obstante as reservas na reconstituição da sigla T. P., interpretada (Encarnação, 1984: 103; 784) como *t(estamento) p(atris)*.

2. *Fontano/Fontana*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

O culto a *Fontanus* e *Fontana*, sob estas designações, não se encontra documentado entre os romanos, embora estes tenham praticado, desde tempos imemoriais, o culto às fontes, personificadas na deusa *Fons*, da qual *Fontanus* constitui uma forma secundária (Encarnação, 1984: 520). Como referem J. Santos Júnior e M. Cardozo (1953: 55-56), tanto *Fons* como *Fontanus* representariam o *numen aquae*, o “espírito divino que residia nas nascentes de água potável”.

b) Origem e extensão geográfica do culto

O culto destas divindades, quer em posição isolada quer em associação, encontra-se documentado na Hispânia, embora apenas na Lusitânia e Bética. A consulta de HEpOL traz-nos cerca de 11 epígrafes, oito das quais descobertas na Lusitânia, que fornece então 72,7% deste conjunto epigráfico votivo; provindo as restantes três da Bética (27,3%), embora L. Fernandes (2002c: 133 e 135) atribua uma destas, oriunda de Feria, Badajoz (EE IX 162), à Lusitânia, enquanto HEpOL a entende como procedente da Bética. As dedicatórias descobertas em território lusitano provêm de Baños de Montemayor, Caparra (Roldán Hervás, 1965), onde também se documenta o culto das Ninfas, Mérida (CIL II 466; ILER 514 e HEp 7, 1997, nº 124), Leiria (CIL II 337), Mafra (AE 1983, 474), e da área de Vila Viçosa (IRCP 437 e 438).

c) Representação nas localidades do mundo rural

Estas divindades terão sido cultuadas no Sul do território actualmente português, embora apenas na esfera rural, atendendo a duas inscrições procedentes da área de Vila Viçosa. Numa delas (IRCP 437), o teónimo surge abreviado como *Fontan[.]*, sendo o voto cumprido como agradecimento pela descoberta de uma nascente de água, o que confere a esta divindade, ao invés do carácter salutífero que lhe seria normalmente atribuído, uma função protectora das águas. Este carácter salutífero afigura-se patente na restante inscrição (IRCP 438), através da expressão *pro salut(e)*, dirigindo-se a invocação não apenas a uma das divindades, mas ao par divino (Encarnação, 1984: 519-20).

3. Ninfas

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Tanto J. Toutain (1907: 380) como Leite de Vasconcelos (1913: 258) incluíram as Ninfas entre as divindades das fontes, pelo surgimento da sua epigrafia votiva quase sempre nestes locais. Verifica-se a invocação das Ninfas como divindades de nascentes de natureza terapêutica, expressa através dos epítetos *Medica* e *Salutifera*, documentando-se também a sua associação a divindades dos bosques, mais concretamente Diana e Silvano, revestindo-se assim de um marcado carácter rural; tendo sido cultuadas pelos gregos como divindades que povoavam os bosques, campos e montanhas (Toutain, *op. cit.*: 380-81).

Apesar da abundante documentação epigráfica do culto das fontes na Lusitânia durante a ocupação romana, não se conhecem muitas das suas particularidades rituais,

mencionando no entanto algumas obras (Plínio, NH XXXI, 29; Preller, 1883: 144) as oferendas concedidas às fontes desde tempos recuados, nomeadamente coroas, moedas menores, imagens divinas e objectos representando as partes do corpo curadas pela acção das águas.

Por seu lado, aquele que é entendido como o mais importante testemunho de invocação de uma Ninfa de carácter aquático, a pátera da *Salus Umeritana* de Santander (CIL II 2917), afigura-se elucidativo quanto a diversos aspectos do culto das águas, nomeadamente a sua recolha em ânforas, o seu transporte em tonéis e a sua oferta aos doentes (Vasconcelos, 1913).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Segundo J. Toutain (1907: 382), a difusão do culto das Ninfas nas províncias ter-se-á desenrolado em função da densidade das populações e intensidade da colonização romana, encontrando-se a Hispânia entre as regiões detentoras de uma maior abundância de testemunhos; tendo as Ninfas ultrapassado em representatividade as restantes divindades aquáticas (Vázquez, 1981: 168). Verifica-se uma maior concentração de testemunhos epigráficos a norte do Douro, nas proximidades de nascentes termais, corroborando assim o carácter terapêutico destas divindades e a sua ligação às termas enquanto espaços curativos (Júnior e Cardozo, 1953: 67; Lambrino, 1965: 234).

J. Leite de Vasconcelos (1913: 259) admite a possibilidade de a designação latina *Nymphae* traduzir aqui crenças pré-romanas, sendo esta perspectiva partilhada por M. Pastor Muñoz (1981: 105) e J. de Alarcão (2002: 167); o que se afigura plausível, tendo em conta as evidências existentes da prática de cultos aquáticos na Hispânia em época anterior ao domínio romano (Blázquez, 2002; Júnior e Cardozo, 1953).

De facto, a consulta de HEpOL traz-nos cerca de 68 inscrições, provindo a grande maioria (46) da Tarraconense, que fornece então 67,6% deste conjunto, seguida pela Lusitânia, onde foram descobertas 21 inscrições (30,8%), enquanto a Bética nos traz apenas um testemunho deste culto. Na Lusitânia, verifica-se uma concentração de epígrafes no santuário de Baños de Montemayor (CIL II 883 a 891; EE VIII 71 a 77), duas das quais identificam as Ninfas com *Salus* (Blázquez, 2002: 23). Este culto documenta-se ainda em Mérida (CIL II 469; Ramirez, 1990: 321); Talavera de la Reina, Toledo (CIL II 894); Ávila (HEp 4, 1994, nº 88) e Monforte (IRCP 569).

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto das Ninfas no espaço geográfico em análise encontra-se exclusivamente representado na esfera rural, através de um único testemunho (IRCP 569, Monforte). Embora a sua proveniência incerta impossibilite o conhecimento da fonte à qual se refere, evidencia-se a dimensão salutífera das Ninfas, através da expressão *pro salute* (Encarnação, 1984: 636). Este autor (*loc. cit.*) refere dois ex-votos peninsulares realizados *pro salute* procedentes de regiões termiais: um de San Juan de Baños (CIL II 2530 = ILER 611) e outro de Baños de Montemayor (ILER 626).

O culto das Ninfas não teria gozado de muito intensa difusão no território actualmente português, tendo J. Santos Júnior e M. Cardozo (1953: 59) recolhido dez inscrições neste âmbito. Porém, HEpOL regista apenas nove, excluindo duas epígrafes (CIL II 2404, Vizela; e CIL II 2475, Chaves) recolhidas pelos autores (Santos Júnior e Cardozo, 1953: 61-62), apesar da ausência do dativo *Nymphis*: três de Guimarães (AE 1955, 236; CIL II 5569; CIL II 6288), uma de Bragança (AE 1955, 237), duas de Braga (CIL II 2457a e 2457b), uma de Chaves (CIL II 2474) e uma de Monforte (IRCP 569), às quais se junta outra inscrição de Chaves (HEp 3, 1993, n° 490) descoberta após a publicação daquela obra (Santos Júnior e Cardoso, *op. cit.*).

2.2.1.3. Divindades consideradas de natureza florestal

1. Diana e Silvano

a) Caracterização das divindades e dos seus cultos

Silvano apresenta-se como uma divindade de origem itálica, encontrando-se entre aquelas que, na religiosidade romana, melhor conservaram o seu carácter itálico e latino. Este teria a seu cargo os bosques e campos, tendo sido revestido desta natureza em finais da República e inícios do Império; surge ainda associado, embora em menor escala, à caça e pastorícia. Deve ser entendida neste domínio florestal e campestre a sua associação a Diana e a três divindades femininas designadas tanto *Nymphae* como *Silvanae*; contando-se ainda Júpiter e Mercúrio entre as divindades mais frequentemente associadas a Silvano (Toutain, 1907: 260-62). No domínio iconográfico, tal como se verifica para outras divindades desta natureza, a tradição greco-romana retrata Silvano exibindo o corpo desnudo, uma pele ou manto pelo ombro, e acompanhado de elementos de cariz vegetalista, como a pinha (Ribeiro, 2005: 731).

Tanto em Roma como no restante território itálico, o culto de Silvano nunca assumiu um carácter oficial ou público (Pastor, 1981: 106). Destacam-se no domínio dos epítetos, pela sua frequência, *domesticus* e *silvestris*, remetendo para os seus diversos âmbitos de actuação (Fernandes, 2002b: 149): enquanto o primeiro realça a sua protecção à *domus* e aos jardins em seu redor, o segundo reflecte o seu domínio das florestas, registando-se ainda o uso de *sanctus* (Pastor, 1981: 103; Toutain, 1907: 261).

Afigura-se complexa a caracterização do culto de Silvano no contexto geográfico-cultural da Hispânia, destacando-se três posições no âmbito dos poucos estudos existentes: este corresponderia a um processo de sincretismo marcado pela assimilação entre várias divindades indígenas e uma romana de cariz florestal, encobrindo a epigrafia votiva de Silvano um antigo culto das árvores por parte das populações indígenas (Pastor, 1981: 105); este processo de sincretismo ter-se-ia dado apenas no Norte da Tarraconense, predominando inicialmente a evocação de um *Silvanus domesticus* (Montero, 1985); ou *Silvanus* corresponderia a uma divindade pré-romana (como sugere também a frequência de *deus* na epigrafia) de influência oriental, num contexto de reavivamento dos cultos místéricos no mundo romano (Vázquez, 1991: 113 e 121).

Juntamente com Silvano e *Liber Pater/Libera*, Diana tem sido integrada no grupo das divindades de natureza florestal (Fernandes, 2002b; Price e Kearns, 2003: 163), embora tenha sido também revestida de natureza celeste (Vasconcelos, 1913), e ligada ao culto da Lua, tendo posteriormente assumido a protecção das mulheres e dos escravos (Price e Kearns, 2003: 163). Enquanto divindade florestal, é conhecida a ligação de Diana aos animais destes ambientes, nomeadamente o cervo, o que remete para a existência de um vínculo entre determinados animais sagrados e divindades específicas; que constitui uma importante característica da religiosidade lusitana, atendendo ao relato clássico (ex. Aulo Gélio, 15.22), da oferenda de uma cerva a Sertório por um lusitano (Blázquez, 1962: 17-18; 1990: 231).

De acordo com A. Vázquez Hoys (1995: 98), o culto de Diana na Hispânia caracteriza-se por uma forte ligação à ideologia oficial, e também pelo carácter multidimensional desta divindade, que surge também revestida de natureza venatória, salúfera, protectora das mulheres e relacionada com a morte, quando presente em epitáfios (Vasconcelos, 1913: 236).

b) Origem e extensão geográfica dos cultos

O culto de Silvano terá conhecido uma apreciável difusão nas províncias do Império, situando-se a Hispânia entre as regiões onde se terá verificado uma menor adesão do mesmo,

o qual terá gozado de apreciável representação nas regiões setentrionais da península balcânica, designadas *Illyricum* pelos romanos (Toutain, 1907: 261; 268-70).

A consulta de HEpOL fornece-nos um conjunto epigráfico constituído por cerca de 24 dedicatórias, 13 das quais oriundas da Tarraconense, que representam 54,2% deste conjunto; incluindo três epígrafes catalãs que invocam a divindade no plural (*Silvani*), parecendo então referir-se aos seus vários âmbitos de actuação. Segue-se-lhe a Bética, com 8 epígrafes (33,3%), e a Lusitânia, com apenas 3 (12,5%): duas do território algarvio e uma de Torremejía, Badajoz (EE IX 169); se excluirmos uma epígrafe procedente de Barcarrota, Badajoz (EE IX 154), que Pastor Muñoz (1981: 111) atribui à Lusitânia, embora HEpOL a classifique como oriunda da Bética. Esta divindade teria sido cultuada sobretudo nas regiões de mais precoce e sólida romanização, como o Levante espanhol, a Bética e o sul da Lusitânia (Ribeiro, 2005: 739).

Também o culto de Diana terá gozado de apreciável difusão na Península (ILER 328-348, 1760, 3849, 5754 e 5958); tendo a Lusitânia sido apontada como a província mais pobre em material epigráfico (Fernandes, 2002b: 149). No entanto, das cerca de 42 dedicatórias a Diana registadas em HEpOL (incluindo aquelas dadas como invocando também Silvano), sete provêm da Lusitânia (16,7%), um total ligeiramente superior ao da Bética, com seis inscrições (14,3%). Destaca-se a Tarraconense neste aspecto, encerrando 29 epígrafes, que representam 69% do conjunto epigráfico desta divindade. As inscrições atribuídas à Lusitânia provêm de Badajoz (CIL II 980), Cáceres (CA nº 18, 2010 vol. 11, 78, nº 3), Silves (IRCP 57), Loulé (IRCP 58), Albufeira (IRCP 61), Lisboa (AE 1950, 254), e Coimbra (HEp 12, 2002, nº 624).

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Diana no Sul do território actualmente português, atestado unicamente em meio rural, engloba duas situações, evidenciadas pela epigrafia: a clara invocação desta divindade, por um lado, e a invocação de Diana e/ou Silvano, por outro; não se afigurando possível, neste último caso, determinar com segurança qual a divindade homenageada, ou se serão ambas, dada a utilização de siglas.

Contamos apenas com um testemunho da primeira situação (IRCP 57, Silves), onde figura apenas o teónimo por extenso e *sacrum*. A gravação de uma pátera e jarro como decoração parece apontar para a maior conotação da divindade com o culto dos mortos do que com as práticas venatórias a ela associadas, e portanto para a sua natureza psicopompa, como defende A. Vázquez Hoys (1995: 81). Poderia ainda, por outro lado, tratar-se de “um monumento adquirido num marmorista, preparado previamente para ara funerária”

(Encarnação, 1984: 104); afirmando este autor que a referida decoração “não implicará necessariamente uma conotação funerária da divindade” (Encarnação, *op. cit.*: 791).

As restantes epígrafes (IRCP 58 e 61) atribuídas a Diana poderão também testemunhar o culto de Silvano, isolado ou associado àquela. No tocante à primeira, descoberta em Loulé, J. d’Encarnação (1984: 105) considera improvável uma associação, dada a presença da conjunção *et* nos testemunhos da mesma; entendendo então como idênticas as possibilidades de a homenagem ser dirigida a Diana ou a Silvano, pela atribuição das qualidades venatórias, reflectidas pela gravação de um arco de caça e uma aljava, a qualquer das divindades. Partindo do princípio de que estaríamos perante um ex-voto a Silvano, o teónimo far-se-ia acompanhar por *deo*, que indicaria o uso daquele para o encobrimento de uma (ou diversas) divindade(s) indígena(s) de características idênticas (Pastor, 1981: 105; Vázquez, 1991: 113 e 121). Por sua vez, Diana receberia o epíteto *sancta* ou *silvester*, ambos registados na documentação epigráfica (Encarnação, 1984: 105).

Porém, outros autores (Castelo Branco, 1959: 6; Vasconcelos, 1913: 236-37, fig. 108) parecem inclinar-se mais para uma invocação de Diana; aludindo também P. Piernavieja (1977: 47) à falta de referências às qualidades venatórias de Silvano na sua epigrafia votiva peninsular, ao que J. d’Encarnação (1984: 105) refere a inscrição de IRCP 61, que, no seu entender, se afigura mais claramente dedicada a Silvano, apesar da gravação do teónimo em sigla. Por seu lado, J. Cardim Ribeiro (2002a: 444-45) preconiza uma associação de ambas as divindades, não rejeitando porém uma possível invocação isolada de Diana.

Finalmente, a inscrição de IRCP 61 (Albufeira) foi entendida por J. d’Encarnação (1984: 110) como o único ex-voto dedicado a Silvano no espaço geográfico em análise, dada a adequação da decoração lateral, composta por cabra e punhal, à sua natureza venatória. O teónimo, em sigla, é seguido por um epíteto, presumivelmente *s(ancto)*, mas que também poderia ser *s(ilvestri)* (Encarnação, *loc. cit.*). Por outro lado, J. Cardim Ribeiro (2002b: 445) propõe, tal como no caso de IRCP 58, a dedicação do ex-voto a Diana e Silvano; para este autor, as epígrafes de IRCP 57, 58 e 61 devem ser consideradas em conjunto, enquanto testemunhos de “uma mesma realidade cultural de cariz silvestre” (Ribeiro, *loc. cit.*) localizada numa zona entre Silves, Loulé e Albufeira, em fins do séc. II, ou, mais provavelmente, ao longo do séc. III d. C.

A procedência destas inscrições unicamente da esfera rural apresenta-se consistente com a situação verificada na Lusitânia, dada a descoberta da totalidade das dedicatórias a Silvano em zonas rurais, contrariamente à situação verificada na Bética e Tarraconense, de onde provêm várias inscrições atribuíveis à esfera urbana (Fernandes, 2002b: 150). O conjunto epigráfico português apresenta-se então único no seu género no contexto da

Lusitânia, pela relativa proximidade geográfica e cronológica das inscrições entre si; não sendo conhecidos outros vestígios dos cultos destas divindades neste espaço geográfico, a ocorrência destes testemunhos na franja algarvia entre o litoral e a serra parece suportar a hipótese de importação dos mesmos (Encarnação, 1984: 791; Fernandes, 2002b: 149).

2. *Liber Pater e Libera*

a) Caracterização das divindades e dos seus cultos

Liber Pater constitui uma divindade itálica ligada à fertilidade e ao vinho, assimilada a Baco, que, juntamente com o seu par feminino, *Libera*, assumiu a protecção da fertilidade agrícola e humana, dada a sua relação com as sementes, o que confere a ambos um carácter ctónico (Fernandes, 2002b: 145; Toutain, 1907: 360). A maioria dos testemunhos procedentes da Lusitânia no tocante às divindades florestais refere-se a *Liber Pater/Libera*, embora grande parte destes achados tenha permanecido desconhecida até à década de 70 do séc. XX (Fernandes, *op. cit.*: 146; 150).

No contexto da sua assimilação a Baco, podemos entender como símbolos representativos de *Liber Pater* a coroa de hera, o tirso e o cântaro; tanto este como o seu par feminino não terão sido dotados de epítetos característicos (Toutain, 1907: 360-61; 366). A abundância, variedade e extensão geográfica da iconografia de Baco, juntamente com a presença exclusiva de *Liber Pater* no material epigráfico, aponta para uma dualidade de modelos de religiosidade, assentando o primeiro em valores estético-culturais e simbolismos mitológicos ou filosófico-religiosos, tratando-se de uma crença nos mesmos e não de um culto; enquanto o segundo revestir-se-ia de uma natureza religiosa e dedicatória que escapa ao modelo anterior, visando os dedicantes garantir a fertilidade dos campos e da natureza em geral (García, 1991-92: 106; 109 e 111).

Nesta perspectiva, o primeiro afigura-se mais difundido entre as classes socioeconomicamente elevadas, cujos recursos permitiriam a representação da divindade em mosaicos e estátuas para os jardins domésticos, como se verifica na Bética; enquanto o segundo modelo não teria merecido a atenção destas comunidades, como sugere a ausência de epígrafes votivas de *Liber Pater* nesta província (Vázquez, 1981: 42). De qualquer forma, a documentação epigráfica aponta para a natureza privada do culto a *Liber Pater* na Hispânia, rareando os testemunhos integráveis no âmbito oficial e imperial (García, 1991-92: 109).

Quanto ao seu par feminino, embora J. Leite de Vasconcelos (1905: 154, 157 e 164) tenha proposto a sua assimilação a Prosérpina, e, por intermédio desta última, a Atégina,

actualmente reconhece-se a independência entre aquelas duas divindades (Encarnação, 1984: 634; Fernandes, 2002b: 146; Le Bonniec, 1958: 296).

b) Origem e extensão geográfica dos cultos

Tal como Silvano, *Liber* e *Libera* terão sido cultuados sobretudo na zona designada *Illyricum* pelos romanos, mas também em África, afigurando-se pouco significativos os testemunhos deste culto nas restantes províncias (Toutain, 1907: 465). A consulta de HEpOL traz-nos cerca de 31 epígrafes consagradas tanto a *Liber* como ao par divino, 13 das quais procedem da Lusitânia, e idêntico número da Tarraconense, pelo que cada uma destas províncias fornece 41,9% deste conjunto epigráfico; seguindo-se-lhes a Bética, com 5 inscrições (16,1%).

As dedicatórias a *Liber Pater* apresentam-se mais abundantes no *conventus Emeritensis* e sobretudo em contexto rural, prevalecendo os dedicantes indígenas (Fernandes, 2002b: 146); como é comprovado pela consulta de HEpOL, que regista 9 epígrafes oriundas deste *conventus* (HEp 4, 1994, nº 899; CIL II 620 e 799; HEp 1, 1989, nº 212; HAE 1061; AE 1977, 429; RAP 390; HEp 3, 1993, nº 136; HEp 2, 1990, nº 206). De facto, não se encontram bem representadas as grandes cidades entre as regiões de procedência da epigrafia de *Liber*, mas sobretudo os pequenos enclaves populacionais, verificando-se mesmo a ausência de epígrafes em núcleos romanizados como *Emerita* ou *Tarraco* (García, 1991-92: 109).

Já a invocação do par divino encontra-se unicamente representada neste *conventus*, em contexto rural (Fernandes, 2002b: 146), surgindo com alguma raridade, em apenas 5 inscrições do conjunto de 31. Mais escassa ainda se revela a invocação isolada de *Libera*, documentada apenas em duas inscrições do mesmo *conventus*, uma de Cáceres (BRAH 44, 1904, 131 nº 36) e a outra de Arronches (IRCP 567).

c) Representação nas localidades do mundo rural

Os dois testemunhos da invocação de *Liber Pater* no Sul do território actualmente português procedem unicamente da esfera rural (RAP 386 e HEp 7, 1997, nº 1149, Serpa). No entanto, apenas na primeira inscrição figura claramente a designação *Liber Pater*, juntamente com *deo*, acompanhada de uma datação à moda romana (“terceiro dia das calendas de Março”); apresenta-se mais dubitativa a interpretação da segunda, na qual o teónimo figura em sigla, tendo sido proposta por A. M. Canto (1997: 167-68, nº 206) a leitura *D(omino)*

De[lo Patri?]. Partindo desta reconstituição, estaríamos então perante uma dedicatória a Baco, ou a uma divindade equiparável ao *Sucellus* céltico (Canto, *loc. cit.*).

Foi também descoberta, em contexto rural, uma invocação isolada de *Libera* na região elvense (IRCP 567), da qual não pôde ser recuperado o dedicante; ascendendo então a três os testemunhos do culto a estas duas divindades no Sul do território actualmente português.

2.2.1.4. Divindades consideradas salutíferas: *Salus*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Salus constitui uma divinização da própria ideia de saúde (Vasconcelos, 1913: 264), entendendo-a J. Toutain (1907: 330) como uma variante de *Hygia*, par feminino de *Asclepius*. Numa fase inicial, esta divindade teria assumido a protecção do Estado e do povo romano, tendo ocorrido, no reinado de Tibério, a ligação desta ao culto imperial, através de *Salus Augusta*, o bem-estar do Imperador, que coexistiria com a anterior *Salus Publica* (Encarnação, 1984: 360-61).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Como referira J. Toutain (1907: 338), a difusão do culto de *Salus* nas províncias apresenta-se bastante escassa e dispersa. Também J. Leite de Vasconcelos (1913: 265) considerara superficial a fixação das divindades de natureza salutífera na Hispânia, parecendo aludir à escassez de testemunhos epigráficos dos seus cultos; no caso de *Salus*, o facto de constituir a divinização de uma ideia abstracta teria entravado a sua popularidade, preferindo os cultuantes dirigir-se às divindades locais ou às divindades antropomórficas de origem romana que as representariam, atendendo à presença da expressão *pro salute* em diversas inscrições (Vasconcelos, *loc. cit.*).

No território peninsular, o culto privado de *Salus* regista-se sobretudo na área de antroponímia principalmente céltica (Cáceres, Cória, etc.), apesar da onomástica latina dos dedicantes (Encarnação, 1984: 361); o que se afigura confirmável pela consulta de HEpOL, que nos traz um conjunto de cerca de 25 dedicatórias, 10 das quais oriundas de Cáceres. Apenas numa inscrição (CIL II 2411, Braga) a divindade surge invocada como *Hygia*, em associação com *Asclepius*. No que respeita à distribuição deste conjunto, a Lusitânia emerge como detentora da maior abundância de testemunhos, com 14 epígrafes, que constituem 56%

do mesmo, seguindo-se-lhe a Bética, com 7 (28%) e, por fim, a Tarraconense, com 4 inscrições (16%).

Além das dez inscrições de Cáceres (AE 1902, 2; HEp 1, 1989, nº 175; HAE 1787; EE VIII 78 e 79; CIL II 653; EE IX 212; AE 1968, 217; BRAH 42, 1903, 234-35, nº 7; e HEp 3, 1993, nº 135), as epígrafes consagradas a *Salus* na Lusitânia incluem ainda uma procedente de Rena, Badajoz (HEp 1, 1989, nº 114), outra de Santarém (AE 1990, 488), e duas do Alentejo (IRCP 290 e 375).

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de *Salus* encontra-se unicamente documentado na esfera rural do Sul do território actualmente português, como nos mostram duas epígrafes, uma das quais (IRCP 375) procedente de S. Bento do Mato, Évora, atestando o cumprimento do voto pela saúde de outrem. O contexto rural em que terá surgido este monumento, apesar da sua ligação a uma tradição de culto mantida pela ermida local, levou J. d'Encarnação (1990: 237) a atribuí-lo à *villa* que a família *Canidia* (à qual pertence um dos indivíduos registados na epígrafe) aí possuiria.

A outra epígrafe provém da *villa* de Pisões, S. Tiago Maior, Beja (IRCP 290). O voto é realizado em benefício de outrem (*pro*), embora sem referências directas à saúde, pelo que a divindade seria invocada como portadora de felicidade e bem-estar, enquanto o uso da expressão *pro salute* (IRCP 375) realça a sua dimensão salutífera (Encarnação, 1984: 360-61). Creio que cabe ainda referir, em ambas as inscrições, a ausência de epítetos. Podemos então constatar que o culto de *Salus* no Sul do território actualmente português se revestiu de um carácter marcadamente privado, dada a ausência de dedicatórias à *Salus* imperial (Encarnação, *op. cit.*: 797).

2.2.1.5. Divindades tutelares: *Lares*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Poderemos também conferir uma natureza tutelar aos *Lares*, embora J. Toutain (1907) não os tenha entendido como tal. As suas funções protectoras aplicam-se tanto ao espaço doméstico e seus integrantes como às encruzilhadas e vias, tendo originado em contexto rural e sofrido uma adaptação à esfera urbana (Fernandes, 2002a: 180).

b) Origem e extensão geográfica do culto

O culto dos Lares privados terá gozado de menor popularidade nas províncias, face ao território itálico (Toutain, 1907: 250). Contudo, outros tipos de Lares, nomeadamente das vias (*Lares Viales*), encontram-se abundantemente representados na Hispânia, revelando a consulta de HEpOL cerca de 96 inscrições, cuja nítida maioria (69) provém da Tarraconense, correspondendo a 71,8% deste conjunto, seguida pela Lusitânia, com 22 epígrafes (22,9%) e pela Bética, com uma parca amostra de 5 epígrafes (5,2%). De facto, verifica-se uma concentração de testemunhos do culto dos Lares a norte do Douro, onde teriam sido sujeitos a um processo de *interpretatio* e assimilados a diversas divindades tópicas indígenas (Lambrino, 1965: 233; Olivares, 2006: 147).

No contexto da Lusitânia, verifica-se uma concentração de dedicatórias na região de Cáceres (CIL II 804; HEp 16, 2007, nº 58; ILER 596, 5970 e 5971; HEp 5, 1995, nº 189; HAE 1884; HEp 2, 1990, nº 223); tendo sido também descobertas inscrições em Badajoz (CIL II 729), Monforte (HEp 3, 1993, nº 487), Idanha-a-Nova (HAE 1208; RAP 381), Viseu (AE 1985, 517; AE 1969/70, 248), Guarda (HEp 13, 2003/04, nº 991), Coimbra (RAP 210; RAP 379; HEp 2, 1990, nº 779; AE 1969/70, 247), V. Nova de Foz Côa (CIL II 431), Beja (HEp 9, 1999, nº 738) e Loulé (IRCP 62).

c) Representação nas localidades do mundo rural

Contrariamente à situação verificada para os *Genii*, da esfera rural do Sul do território actualmente português procedem apenas testemunhos do culto dos Lares, um dos quais (HEp 9, 1999, nº 738) descoberto em 1994 na região do Alvito, numa herdade onde foi identificada uma *villa*; tendo sido entendido como o primeiro testemunho deste culto no espaço geográfico em análise (Diogo e Feio, FE 62, 1999, nº 280). Porém, havia sido já publicada (Encarnação, 1986: 105-06; HEp 3, 1993, nº 487) uma epígrafe de Monforte, constituindo um inusitado testemunho da invocação dos *Lares Viales*, se considerarmos a zona da Lusitânia onde foi descoberto (Encarnação, 1986: 106), e o mais meridional no contexto peninsular (Abascal, 1995: 47).

Apresenta-se significativa, na primeira epígrafe, a ausência de qualquer epíteto denunciando aculturações pré-romanas, o que constitui uma situação comum no Norte do país; enquanto nas dedicatórias aos Lares na Lusitânia se apresenta pouco frequente a utilização de epítetos indígenas (Fernandes, 2002a: 180).

2.2.1.6. Júpiter

c-1) Representação nas localidades do mundo rural

Metade da epigrafia votiva de Júpiter no Sul do território actualmente português pode ser integrada no mundo rural. J. d'Encarnação (1984: 794) parece sugerir a integração, na região de *Aritium Vetus*, de outra epígrafe (IRCP 639) desprovida de teónimo e de dados onomásticos, maculada por claras dificuldades de interpretação; pelo que optei por excluí-la deste conjunto, dada a ausência de quaisquer elementos (por mais subtis que sejam) susceptíveis de apontar para uma dedicatória a Júpiter.

Á semelhança da situação verificada para o mundo urbano, uma das inscrições (IRCP 60, *Ossonoba*), parece revestir-se de um carácter simultaneamente votivo e funerário, atendendo à gravação lateral de uma pátera e uma coroa com fitas, bem como à colocação do ex-voto em memória de um indivíduo. Esta inscrição apresenta-se ainda relevante por documentar a colocação de uma estátua que seria posteriormente prateada com recurso a determinada soma de libras de prata, apontando para o elevado estatuto económico dos dedicantes, bem como para a possível existência de um santuário na região destinado a guardar esta estátua, embora esta situação careça de confirmação arqueológica (Encarnação, 1984: 108-09).

No tocante aos epítetos registados, contamos com quatro invocações de *Iuppiter Optimus Maximus*, e uma registando o uso de *sacrum*. Por seu lado, as epígrafes de *Aritium Vetus* (IRCP 638 e 640) atestam o uso do epíteto *Repulsor* pela comunidade indígena desta região, tendo J. d'Encarnação (1984: 697) sugerido a existência de um santuário a “*Iuppiter Repulsor*” na mesma; sendo esta ideia também suportada pela omissão do teónimo na referida inscrição “duvidosa” (IRCP 639) e sua gravação após o nome do dedicante em ambas as inscrições, marcando uma tentativa de individualização numa série em que todos os ex-votos seriam ofertados à mesma divindade. A onomástica indígena em conjugação com o formulário latino remete também para a já referida bidimensionalidade do culto de Júpiter na Lusitânia (Encarnação, *op. cit.*: 794).

Ainda nesta perspectiva de caracterização do culto de Júpiter no mundo rural, creio que se afigura relevante uma inscrição (HEp 12, 2002, nº 633, Vila Viçosa), que nos traz uma “pedra de raio” fusiforme na face esquerda, ladeada por dois raios simulando relâmpagos, juntamente com outra representação simbólica do raio na face direita. Estes elementos apresentam-se característicos da iconografia de Júpiter, remetendo para epítetos como

Fulguralis, Fulgurator, Tonans, entre outros (HEp 12, 2002: 228), que evidenciam o carácter soberano e guerreiro desta divindade.

2.2.1.7. *Marte*

c-1) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Marte encontra-se documentado na esfera rural do espaço geográfico em análise, como atesta a inscrição da *villa* romana de Torre de Palma, Vaiamonte, Monforte (IRCP 568). O teónimo surge aqui desprovido de epíteto, podendo Marte, de acordo com J. d'Encarnação (1984: 635), ser entendido como deus da guerra ou da agricultura, lutando contra os males climatéricos que a ameaçam; ou então, na já referida perspectiva de Toutain (1907: 259), como divindade romana assimilada a uma antiga divindade indígena. No entanto, figura no monumento uma gravação de Marte em alto-relevo, sobre um pedestal e envergando aparato militar; o que, segundo Lambrino (1965: 242), atendendo à descoberta da inscrição numa *villa*, parece sugerir uma invocação do Marte guerreiro, enquanto combatente dos inimigos da prosperidade agrícola, mas não como deus da guerra em si.

Podemos então constatar que, no contexto geográfico e cultural do Sul do território actualmente português, o carácter de Marte parece revestir-se de duas dimensões, uma das quais focada na sua natureza guerreira mas simultaneamente ligada ao mundo agrário, observável em âmbito rural; enquanto outra a concebe como divindade protectora no Além (Encarnação, 1984: 222), como nos mostra a epigrafia do mundo urbano.

2.2.1.8. *Prosérpina*

a). Caracterização da divindade e do seu culto

Esta divindade latina tem sido assimilada à Perséfone grega, sendo conhecido o mito do seu rapto por Hades e sua instalação no Averno, o que confere ao seu carácter duas dimensões principais: protectora da fertilidade agrícola, em associação com sua mãe Deméter, e rainha do mundo subterrâneo e dos mortos, enquanto consorte de Hades. Através da primeira, Prosérpina passou a ser encarada como uma importante influência no desenvolvimento civilizacional durante a época clássica, coincidindo muitos dos festivais religiosos gregos com as tarefas sazonais do calendário agrícola (Price e Kearns, 2003: 159-60 e 417).

Poderemos conceber um carácter médico e salúífero para Prosérpina, sugerido numa das inscrições elvenses (IRCP 572), ao documentar a realização do voto como agradecimento pela cura da esposa (Vasconcelos, 1905: 168); porém, J. d'Encarnação (1984: 797) não garante que se trate de uma cura médica, sugerindo também a interpretação da expressão *sibi restituta* (“que lhe foi restituída”) num contexto de relacionamento conjugal, marcando o fim de algum evento nefasto no mesmo.

Esta divindade terá sido identificada pelos romanos com *Libera*, par feminino de *Liber Pater* (Fernandes, 2002b: 145-46), embora seja actualmente reconhecida a independência entre ambas as divindades (Encarnação, 1984: 634; Fernandes, *op. cit.*: 146; Le Bonniec, 1958: 296).

Destaca-se a ideia (CIL II 1126; Lambrino, 1965: 231; Toutain, 1907: 358-59; Vasconcelos: 1905: 154) de assimilação de Prosérpina a Atégina (ver ponto 2.1.2.1), contestada por J. M. Abascal (2002: 53), enquanto J. d'Encarnação (1984: 800) encara esta assimilação com reservas, embora não recuse totalmente esta possibilidade. Nesta perspectiva, J. Toutain (*loc. cit.*) atribui ao culto de Prosérpina um carácter único, e mais local do que greco-romano. Através desta assimilação, a realização de oferendas animais terá sido incluída entre os actos que caracterizam o culto de Prosérpina, embora seja ainda desconhecida a qualidade na qual esta divindade receberia estas dádivas: enquanto divindade ctónica, geradora ou médica (Vasconcelos, 1905: 169; 172).

b) Origem e extensão geográfica do culto

O culto de Prosérpina na Hispânia não dispõe de uma grande abundância de testemunhos epigráficos, concentrados no território de Elvas e na Bética, de onde procedem apenas duas inscrições (CIL II 1044 e AE 1982, 503, Sevilha), tendo sido posteriormente descoberta uma dedicatória de um augustal em La Garrovilla, Badajoz (HEp 5, 1995, nº 76), em território lusitano (Abascal, 2002: 56; Prósper, 2002: 291-92). Não obstante o crescimento do número dos seus testemunhos, a área de distribuição deste culto mantém-se restrita, não ultrapassando o Guadiana para Norte, contrariamente ao que podemos dizer do culto de Atégina (que raramente ultrapassa este rio para Sul); localizando-se então a zona de contacto entre ambos na área emeritense, o que não invalida que cada um tenha mantido uma área específica de desenvolvimento (Abascal, 2002: 56).

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Prosérpina constitui o segundo culto de uma divindade isolada mais praticado no Sul do território actualmente português, juntamente com o da “Deusa Santa” (Tabela 1). Toda a sua epigrafia provém da zona de Elvas, onde terá existido um importante centro de culto desta divindade (Encarnação, 1984: 637). Este núcleo epigráfico afigura-se relevante enquanto exemplo de invocação independente de Prosérpina, sem que transpareça qualquer associação com Atégina; contudo, da zona elvense procede também uma dedicatória a uma *dea Burrulobrigensis*, podendo apontar para a identificação de Atégina com Prosérpina, embora se revele problemática a identificação desta divindade com Atégina (Prósper, 2002: 306), além de que a “deusa Burrulobrigense” poderá, segundo J. d’Encarnação (1984: 800), designar uma divindade tutelar autóctone ao invés de Atégina.

Particularmente, a inscrição de IRCP 572 afigura-se singular sob vários aspectos, nomeadamente a presença do epíteto *servatrix* (protectora), que carece de paralelos registados no feminino (Encarnação, 1984: 638), exceptuando os dois exemplos da sua utilização em referências a deusas - Vénus e Fortuna – referidos por A. M. Canto (2004: 334, nota 100); e da expressão *sibi restituta*, remetendo para a restituição da esposa enferma ao dedicante, já curada, por parte da divindade, razão que o terá levado a cumprir o voto como forma de agradecimento (Encarnação, 1984: 638).

No que respeita aos epítetos registados, em duas inscrições figura apenas o teónimo, enquanto noutras duas a divindade surge qualificada de protectora (*servatrix*) e *sancta*, constituindo este último um epíteto característico de Atégina. Noutra epígrafe (IRCP 573), a divindade é evocada como *dea Proserpina*, realçando o carácter indígena da homenagem. Por fim, numa das duas inscrições desprovidas de epíteto (IRCP 574), a abreviatura do teónimo como *Proserp(inae)* aponta para a sua popularidade na região (Encarnação, 1984: 640).

2.2.2. Cultos e divindades indígenas

2.2.2.1. *Andaieco*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

M. L. Albertos (1966: 24) procurou relacionar o radical de *Andaiecus* com o indo-europeu **andh-* (florescer) ou com **andhos* (flor); o que, juntamente com o carácter adjectival de *-aecus*, sugere que estejamos perante uma divindade identificada apenas pelo seu epíteto, caracterizada como “florida” e talvez ligada à Primavera ou à vegetação. Já B.

Prósper (2002: 326) entende este epíteto como formado a partir de um topónimo ou hidrónimo **and(h)a*.

b) Origem e extensão geográfica do culto

A consulta de HEpOL indica-nos uma completa ausência do culto desta divindade na Hispânia, excepto no termo rural de Amaia; também na base de dados Clauss-Slaby não se registam dedicatórias a Andaieco em qualquer região do mundo romano.

c) Representação nas localidades do mundo rural

A única homenagem a esta divindade, não só do território português mas de toda a Hispânia, foi descoberta em Castelo de Vide (FE 49, 1995, nº 221), constituindo o primeiro testemunho epigráfico do teónimo *Andaiecus*. Esta caracteriza-se por alguns traços curiosos, nomeadamente a presença da fórmula P.P., interpretada como *pius posuit*, bem como a grafia (embora fragmentada) de *ex consulto*, apontando para a existência de actividade oracular; poderia então ter existido um templo ou local sagrado, onde a divindade se manifestaria por meio de oráculos (Encarnação, *loc. cit.*).

2.2.2.2. Atégina e outras “Deusas Santas”

c-1) Representação nas localidades do mundo rural

Contamos apenas com uma inscrição dada como seguramente consagrada a Atégina, em que esta surge invocada como “Deusa Santa Turibrigense” (IRCP 287, Beja). A sua atribuição a Atégina assenta no facto de esta divindade ter possuído um santuário em Turóbriga, surgindo então nalgumas inscrições como *Dea Sancta Turobrigensis* ou *Turibrigensis* (Encarnação, 1984: 356).

Provêm de Beja mais duas dedicatórias à “Deusa Santa”, uma destas (IRCP 288) com muitas reservas, dado o estado fragmentado do texto. Não obstante a sua difícil leitura e interpretação, J. d’Encarnação (1984: 357) admite a possibilidade de este constituir uma invocação de Atégina, na senda de Leite de Vasconcelos (1905: 151) e J. M. Blázquez (1962: 143), considerando o surgimento da expressão *Dea Sancta* nas dedicatórias à mesma. Contudo, J. M. Abascal (1995: 82) não partilha desta perspectiva, pelas mesmas razões referidas a respeito de IRCP 95, de âmbito urbano. Já a outra epígrafe (FE 18, 1986, nº 84),

apresenta-se de mais clara leitura, sendo a divindade invocada apenas através da mesma expressão, acompanhada de *pia*.

Por fim, da região de Elvas procede também uma homenagem à “Deusa Santa” (FE 8, 1984, nº 32), marcada por claras reservas, tendo em conta o estado bastante fragmentado do texto; a qual A. M. Diogo (*loc. cit.*) e J. M. Blázquez (1986-87: 142, nº 6) atribuem a Atégina, contestando mais uma vez J. M. Abascal (1995: 82). Também nesta região foi descoberta uma dedicatória (IRCP 566) a uma “Deusa Santa Burrulobrigense”, encarada por Leite de Vasconcelos (1905: 174-75) como testemunho do culto de Atégina; porém, J. d’Encarnação (1984: 633) vê um epíteto tópico da divindade (*Burrulobrigensis*) no lugar onde Vasconcelos (*loc. cit.*) teria sugerido situar-se a identificação do dedicante, embora se desconheça o topónimo *Burrulobriga*. Assim, com base no parecer de J. d’Encarnação (1984: 800), que considera esta “Deusa Santa Burrulobrigense” mais como uma divindade tutelar local do que Atégina, esta inscrição foi excluída do conjunto epigráfico dedicado a Atégina no espaço geográfico em análise.

A base de HEpOL integra ainda na epigrafia votiva de Atégina uma inscrição (IRCP 37, Olhão) procedente de *Ossonoba*. No entanto, o texto apresenta-se deveras fragmentado, desprovido de teónimo e nome do dedicante, subsistindo apenas *Turubri[...]*, que tanto pode referir-se a Atégina como a um dedicante oriundo de Turóbriga (Encarnação, 1984: 82); atendendo às sérias incertezas na reconstituição textual e atribuição desta epígrafe a Atégina (ou mesmo a uma “Deusa Santa”), a mesma foi excluída do conjunto epigráfico aqui considerado.

Em suma, considerando a totalidade de inscrições dadas como consagradas a Atégina no Sul do território actualmente português (5), confirma-se que estamos perante o culto indígena melhor representado neste âmbito geográfico, como já referira J. d’Encarnação (1984: 800); detendo ainda (enquanto divindade isolada) o segundo lugar, em termos de representatividade, no total de divindades (romanas, indígenas e orientais) registadas no mesmo, juntamente com Prosérpina, como mostra a Tabela 1.

2.2.2.3. *Bandue/Bandi*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Não se conhece com segurança o nominativo deste teónimo, que apresenta diversos dativos diferentes, nomeadamente *Bandi*, *Bandue/Bandu* – que J. de Hoz (1986: 39) defende como forma de designação da divindade - e *Bandei* (Búa, 2000: 39; Encarnação, 1987a: 12).

Porém, esta divindade surge por vezes designada como *Banda*, “por uma questão de facilidade e por nos parecer que essa poderá ser a designação mais geral” (Encarnação, 1987a: 12, nota 8).

Quanto ao significado deste teónimo, a já ultrapassada abordagem de Michelena (1961: 200), que defende a sua origem na raiz indoeuropeia **bhendh-*, remetendo para o conceito de “atar”/“ligar”, tem vindo a ser adoptada por diversos autores (por ex., García, 1990; Silva, 1986: 295, nota 424), que acrescentaram alguns traços particulares a esta base teórica. Destacam-se neste sentido as perspectivas (Encarnação, 1973 e 1975: 141-42; Hoz e Fernández, 2002: 47) que atribuem a esta divindade, ligada a uma realidade geográfica ou populacional, uma natureza protectora e tutelar.

Mais precisamente, foi sugerida a correspondência de *Bandue/Bandi*, na área lusitano-galaica, ao *genius* tópico latino, afigurando-se então passível de integrar a chamada “terceira função”, na óptica duméziliana; o que lhe conferiria ainda atributos infernais, como se verifica para os *genii loci* (Ribeiro, 2010: 42; Silva, 1986: 295-96). Esta constituirá a única das divindades indígenas hispânicas à qual é atribuível um papel especificamente tutelar, com base na pátera dedicada a *Band(i) Araugel(aego)* (AE 1960, 278, Badajoz), contendo uma representação da *Fortuna* tutelar, dada como sua correspondente nos termos de uma *interpretatio* romana (Búa, 2002: 61).

Porém, B. Prósper (2002: 271-72) considera inviável a maioria destas perspectivas focadas na ideia do “deus que ata”, pela sua ênfase na identificação da raiz de *Bandue/Bandi*, de onde partem para a justificação do seu significado, ignorando a sua morfologia de tema em **-u-*; propondo então a derivação do tema **bandu-* de um nome de acção **g^wem-tu-*, “passo”, visto que “la mayoría de los temas indoeuropeos en **-u-* está constituida precisamente por nombres de acción en **-tu-*” (Prósper, *op. cit.*: 272). Esta forma **g^wem-tu-* poderá referir-se à divinização do acesso a uma realidade geográfica protegida dos inimigos, pelo que *Bandue/Bandi* poderá ser entendida como uma divindade da passagem/caminho, exercendo uma acção favorecedora sobre o tráfego de bens e pessoas (Prósper, 2002: 274-75). Porém, não contamos ainda com uma etimologia conclusiva e incontestável que nos permita um melhor conhecimento desta divindade (Hoz e Fernández, 2002: 47).

É frequente a atribuição a *Bandue/Bandi* de diversos epítetos locais, que remetem para o seu carácter tópico ou étnico (Encarnação, 1975: 141; 1987a: 10). Esta situação surge efectivamente atestada na sua epigrafia votiva, onde se registam com mais frequência os epítetos *Vortiacio* (AE 1967, 136, AE 1977, 380 e HEp 5, 1995, nº 994, de Castelo Branco; CIL II 885, de Cáceres; e AE 2003, 865, da Guarda) e *Isibraegui* (AE 1967, 133 e 134, e AE 1982, 475, todas de Castelo Branco).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Este culto terá gozado de considerável representação na Hispânia, de onde provêm cerca de 48 dedicatórias (excluindo aquelas desprovidas de teónimo, nas quais figuram apenas epítetos representativos da divindade), incluindo a inscrição em língua lusitana de Arronches. C. Búa (2000: 37) e B. Prósper (2002: 266-68) incluem também neste conjunto epígrafes registando as grafias *Bannei* (AE 1950, 220, Portalegre) e *Bane* (ILER 749, de Zamora; e FE 39, 1991, nº 176, de Castelo Branco); bem como um exemplar de Castelo Branco onde figuram apenas as iniciais BVS, lidas (Encarnação, 1987a: 20) como *B(andi) V(ortaeceo) S(acrum)*.

Destaca-se a Lusitânia na procedência de documentação epigráfica, com cerca de 32 inscrições, 66,7% do conjunto, tendo os restantes 16 exemplares (33,3%) sido descobertos na Tarraconense; porém, no entender de B. Prósper (2002: 258), seguindo J. M. Garcia (1991: 292), uma das inscrições incluídas no conjunto lusitano (RAP 33), seria na verdade procedente do Norte de Portugal, tendo sido possivelmente trazida para Alenquer por H. Cabaço. No contexto da Lusitânia, destaca-se a região de Castelo Branco, onde se verifica uma apreciável concentração de epígrafes (CIL II 454; AE 1967, 132 a 136; AE 1977, 380; AE 1982, 475 e 477; Encarnação, 1987a: 20; RAP 22; FE 39, 1991, nº 176; HEp 5, 1995, nº 994; AE 2003, 863).

Por outro lado, se considerarmos também as epígrafes desprovidas de teónimo, o número ascende a 52 inscrições, contando-se entre estas o epíteto *Isibraegui* (HEp 12, 2002, nº 648a, Guarda) e variantes gráficas *Issibaeo* (RAP 156, Coimbra) e *Esibraeo* (RAP 227, Idanha-a-Nova); o epíteto *Tueraeo* (AE 1954, 96b, Aveiro); *Vortiaeci* (AE 1985, 531, Castelo Branco) e *Roudeaeco* (CIL II 763, Beltrán, 1975-76, nº 60, e HEp 6, 1996, nº 242, todas de Cáceres).

O culto desta divindade ter-se-á expandido de Norte para Sul em direcção à Lusitânia, situação que caracteriza também boa parte das divindades indígenas do Ocidente hispânico (Prósper, 2002: 440). Esta ideia assenta em parte na ocorrência dos epítetos sem teónimo apenas na epigrafia lusitana, o que se deveria a uma maior personificação do culto e à evidência do carácter tutelar de *Bandi*, tornando menos necessária a menção da divindade; bem como no facto de *Bandue*, que se apresenta como grafia típica da região a norte do Douro, constituir a forma de designação desta divindade com aspecto mais arcaico (Prósper, *op. cit.*: 273-74 e 280). Neste sentido, afiguram-se mais recentes as grafias consideradas típicas do Ocidente do território actualmente português, como *Bandei/Bannei* e *Bandi* (Búa, 2000: 38-39).

Assim, enquanto divindade cultuada também entre os *Callaeci*, *Bandue/Bandi*, juntamente com *Nabia* e *Reve*, não constitui uma divindade tipicamente lusitana, integrando o rol de “deuses nacionais ocidentais” (Búa, 1997: 58), do qual fariam também parte *Cosus* e *Munidi* (Alarcão, 2002: 157).

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto desta divindade no Sul do território actualmente português conta com três testemunhos, um dos quais de Avis (FE 46, 1994, nº 206), outro de Belver, Gavião (AE 1950, 220), e outro de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), registando epítetos distintos. Estes constituem, até hoje, os testemunhos mais meridionais de que dispomos, apontando para a popularidade do deus e extensão do seu culto até ao sul do Tejo.

A primeira inscrição documenta a única utilização, em toda a Hispânia, do epíteto *Saisabro*, entendido por C. Búa (2000: 45) como um possível etnónimo. Já B. Prósper (2002: 264) propõe, como base do mesmo, um topónimo celta cujo primeiro elemento surge atestado na Celtibéria como antropónimo em *Saecia*, *Saecus*, embora também provavelmente como topónimo **Saikya*, na base de *Saeciensi* (CIL II, 2981, Zaragoza). Este epíteto derivaria então de **Saikya-bri-*, não obstante a sua leitura incerta, análogo ao conhecido epíteto *Isibraiegui* (Prósper, *op. cit.*: 369).

Já a inscrição de Belver regista o epíteto *Picio*, relacionável, apesar das reservas, com formas como o umbro PEIV < **pik-yo-*, remetendo para “negro” (Prósper, 2002: 266-68). Por fim, na epígrafe de Arronches, é atribuído à divindade o epíteto *Haracui*, que estaria ligado, por uma relação de dependência, a *Harase* (divindade tópica também presente na inscrição) ou à realidade toponímica subjacente a este teónimo, que corresponderia a um hidrónimo ou orónimo (Ribeiro, 2010: 48).

2.2.2.4. *Broeneia*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

A natureza desta divindade afigura-se difícil de determinar, não dispondo o teónimo de paralelos na teonímia pré-romana peninsular além da inscrição de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008; Encarnação e Guerra, 2010: 96). Na primeira publicação desta (Carneiro *et al.*, *op. cit.*), os autores sugeriram, aproximando o radical *br-* do que existe em “broa”, uma ligação do teónimo aos conceitos de “pão”, “fermento” ou “fertilidade”. Já B. Prósper e F. Villar

(2009: 9) procuraram vinculá-lo à forma * *bhr(e)H₁-u-*, remetendo para “ferver” e “borbulhar”, o que sugeriria estarmos perante uma divindade da fonte. A autora (Prósper, 2010: 335-36) procurou ainda relacionar o teónimo com o antropónimo masculino *Broinienas*, registado na epigrafia ogâmica da Irlanda, por sua vez relacionável com o irl. arcaico *bráen* (chuva, gota), derivando ambos de uma forma celta comum com ditongo **broino-*; recuando até à protoforma **bhroi-no-* (chuva), sugerindo portanto uma origem celta para *Broeneia*, entendida como divindade das tormentas.

Por seu lado, Cardim Ribeiro (2010: 48), aludindo à posição de *Broeneia* entre uma divindade tópica (*Harase*) e outra soberana (*Reve*), propõe a sua integração no segundo nível funcional, apontando para o celt. gaulês **brunia*>*bronia* (peito), para o irl. *bruinne* (peito) e ainda *brunnell* (a que tem belos seios), o que sugere a interpretação desta divindade como uma deusa virgem de traços guerreiros.

b) Origem e extensão geográfica do culto

Apresenta-se impossível a determinação da origem e extensão geográfica do culto de *Broeneia*, uma vez que contamos apenas com um testemunho da sua invocação em todo o território da Hispânia.

c) Representação nas localidades do mundo rural

Esta divindade encontra-se unicamente registada na inscrição de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), onde o teónimo surge acompanhado do epíteto *Haracae* (leitura de Ribeiro, 2010: 48), apresentando-se dependente de *Harase* ou da realidade toponímica subjacente a este teónimo (*loc. cit.*).

2.2.2.5. *Carneu Calanticense*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

J. d’Encarnação (1975: 156; 1984: 100 e 800) atribuiu a esta divindade origem grega, entendendo *Carneus* como latinização de *Kárneios*, divindade protectora dos rebanhos dos Dórios, e *Calanticensis* como epíteto indígena, conferindo-lhe a tutela de uma comunidade criadora de gado; a qual, segundo B. Prósper (2002: 174), designar-se-ia **Kalantika*, que “morfológicamente corresponde a un participio de presente y que contiene el grado /o/ de una

raíz **kel(H)* – “proteger, ocultar”, associando-se então à ideia de abrigo, protecção (Prósper, *loc. cit.*).

Por seu lado, para C. Búa (2000: 110; também Prósper, 2002: 174-75), o teónimo derivará de **kar-no-*, atestado nas línguas célticas, com o significado de “monte”, “rocha” ou “pilha de pedras”, podendo a sua divinização ser entendida como uma variante da de *Crougiae*; pelo que a invocação a esta divindade deverá ser lida como “à (divindade) da rocha/pilha de pedras da cidade ou região de *Calantica*”.

b) Origem e extensão geográfica do culto

A consulta de HEpOL indica-nos uma completa ausência do culto de Carneu Calanticense na Hispânia, excepto no termo rural de Évora, sendo o centro deste culto situável em Arraiolos, de onde provém a totalidade da sua epigrafia (Encarnação, 1984: 490). Este foi identificado com a povoação a que se chamaria *Calantica*, *Calantia*, *Calantum* ou *Calanta*, possivelmente ligada à criação de gado, que corresponderia à actual Santana do Campo (Encarnação, 1984 e 2010; Prósper, 2002).

c) Representação nas localidades do mundo rural

As três únicas invocações desta divindade, não só do território actualmente português mas de toda a Hispânia, procedem de Arraiolos, tendo duas sido descobertas na igreja de Santana do Campo (IRCP 410 e 411). Já a terceira (IRCP 412) apresenta algumas reservas na leitura, pelo seu estado fragmentado, figurando apenas a letra C; constituindo esta a única divindade cultuada na zona cujo teónimo possui esta inicial.

O nome da divindade seria então composto por um teónimo e um epíteto tópico, que designaria a associação da mesma ao nome de um povo - os Calanticenses - ou de uma povoação identificada por alguns com Arraiolos, não obstante a ausência de referências literárias à mesma nos textos antigos (Encarnação, 1984: 489-90). Porém, no *Diccionario Geographico...* do Pe. Luís Cardoso (1747, I, p. 590, s.v. “Arrayolos”) consta que, segundo Diogo Mendes de Vasconcelos (editor da obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* de Resende, após a sua morte), Santana do Campo teria sido fundada por populações gaulesas de origem celta, que a designaram *Calantia* ou *Calantria* (Encarnação, 2010: 31 e notas 7 e 8). Por seu lado, A. Guerra (2010: 113) refere apenas **Calantica* como possível designação da actual Santana do Campo na antiguidade.

2.2.2.6. *Dea Medica*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Afigura-se problemática a caracterização desta divindade, pela ausência de traços, funções e de uma personalidade própria. Com base numa epígrafe alentejana (AE 1955, 241), esta *Dea Medica* terá sido equiparada a Minerva, atendendo à invocação desta como *Minerva Medica* em duas inscrições do Império romano (CIL III, 640 e CIL XI, 1306). Todavia, a perspectiva de A. M. Canto (1997: 166-67), que vê neste testemunho uma invocação de Atégina (integrando a sua epigrafia votiva registada em HEpOL), aliada à falta de indícios que corroborem a assimilação a Minerva neste caso e à condição autóctone da dedicante, justificará a inclusão da *Dea Medica* no rol de divindades indígenas. No entanto, optei por não incluir a referida inscrição no material epigráfico consagrado a Atégina.

b) Origem e extensão geográfica do culto

Não se registam homenagens à *Dea Medica* na Hispânia, exceptuando uma procedente da região de Serpa, encontrando-se esta divindade também ausente da epigrafia votiva do Império romano.

c) Representação nas localidades do mundo rural

Foi descoberta apenas uma dedicatória à *Dea Medica* no Sul do território actualmente português, em Serpa (AE 1955, 241), podendo a divindade ter sido invocada como *Dea*, interpretação proposta para a sigla D na última linha, antes da fórmula final (*loc. cit.*), o que apontaria para o seu carácter indígena. Todavia, A. M. Canto (1997: 166-67) propõe a sua leitura como *d(omina)* e não *d(ea)*, o que sugeriria o uso de *Dea Medica* para designar Atégina, amiúde invocada como *domina*.

2.2.2.7. *Harase*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Quanto ao significado deste teónimo, Carneiro *et al.* (2008: 169-70) havia proposto, por um lado, a sua origem indoeuropeia, mas também uma possível relação com formas

gregas como *aresis* (“ajuda”) e *aráso* (“ancorar”), o que sugeriria a invocação desta divindade em situações de quebra da prosperidade agropecuária; e, por outro, a ligação de *hara* ao mundo da pecuária, ou à raiz semântica de Arronches.

Embora não tenha sido ainda possível definir seguramente o carácter de *Harase*, regista-se o culto de uma divindade *Arase* nas faldas tanto a NW como a SE da Serra da Estrela, atendendo a duas inscrições, de Penamacor (Curado, 2008: 125-27, nº 4) e Fornos de Algodres (AE 1986, 301); com base nas quais Cardim Ribeiro (2010: 47) vê em *Harase/Arase* um teónimo de base toponímica, remetendo para a região da Serra da Estrela (também Encarnação e Guerra, 2010: 95). Este cenário aponta para uma dependência parcial da epígrafe de Arronches em relação a realidades linguísticas mais setentrionais, e portanto para o desenvolvimento de rotas de transumância entre o NE alentejano e a Beira Interior (Ribeiro, *loc. cit.*).

b) Origem e extensão geográfica do culto

O culto de *Harase/Arase* revestir-se-ia de um carácter setentrional, considerando as invocações a *Arase* descobertas na região da Serra da Estrela, localizando-se o seu testemunho mais meridional na região de Arronches.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O único testemunho de invocação desta divindade de que dispomos no Sul do território actualmente português foi descoberto em Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), na conhecida inscrição em língua lusitana. J. Cardim Ribeiro (2010: 56) propõe a integração de *Harase*, enquanto divindade tópica, num bloco de divindades de natureza possivelmente trifuncional, juntamente com *Broeneia* e *Reve*, integráveis no segundo e primeiro nível funcional, respectivamente.

2.2.2.8. *Munidi* (*Munis*)

a) Caracterização da divindade e do seu culto

De acordo com a sugestão etimológica de Prósper (2002: 189; também Prósper e Villar, 2009: 15), o teónimo derivará da raiz **men-*, “cabeça” ou “monte”, remetendo para realidades elevadas, de destaque; o que explica a sua inclusão, por esta autora (Prósper, 2002),

no grupo das divindades dos montes e vales. Já em Carneiro *et al.* (2008: 171) e J. C. Ribeiro (2010: 56) fora referido o carácter tutelar desta divindade, assimilável à deusa Tutela, pela ligação do teónimo a *moneo* (“fazer pensar”, “recordar”), e, a partir daí, a “chamar a atenção”, “advertir” (Ribeiro, *op. cit.*: 49); tendo Prósper (2002: 189) aludido a uma possível relação com *Iuno Moneta*, cujo epíteto remeteria para a elevação onde viria a fixar-se o templo de Juno.

b) Origem e extensão geográfica do culto

O modesto número de testemunhos deste culto não invalida a sua apreciável extensão geográfica (Alarcão, 2002: 156), procedendo aqueles de Idanha-a-Nova (RAP 169), Guarda (RAP 169a), Paços de Ferreira (CIL II 5607) e Cáceres (AE 1915, 8). Este último é consagrado a *Munidi Eberobrigae Toudopalandaigae*, tendo B. Prósper (2002: 187) conferido à palavra **palanta* o significado de “arroio”, enquanto C. Búa (2002: 61) faz derivar estes epítetos dos topónimos **Eberobrig(a)* e **Touta Palanta*, respectivamente. Contudo, a formação do epíteto a partir de um topónimo não implicará necessariamente um carácter tutelar para a divindade; situação que se aplicaria a *Munidi*, pois, para este autor (Búa, *loc. cit.*), entre as divindades indígenas da Hispânia, apenas *Bandue/Bandi* assumiria um carácter tutelar.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O único testemunho do culto desta divindade no espaço geográfico em análise consiste na inscrição de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), o mais meridional no território actualmente português, onde o teónimo surge acompanhado por dois epítetos. O primeiro foi lido (Carneiro *et al.*, 2008: 95; Prósper e Villar, 2009: 3), como *Caria*, e aproximado ao epíteto *Cariociecus* de Marte e dos *Lares Cairienses*; enquanto Cardim Ribeiro (2010: 50) preconiza a sua leitura como *Carla*, correspondente ao *Carlae* de Arroyo de la Luz, parecendo constituir um topónimo.

Já o segundo epíteto foi interpretado como adjectivo de base toponímica (Carneiro *et al.*, *loc. cit.*; Ribeiro, 2010: 50), atendendo à presença de *Cantibedoniensi* numa inscrição de Niebla (CIL II 4963, 01), que aponta para a existência de uma cidade *Cantibidonia* ou um território dos *Cantibidonenses*, estando já atestado em relação a outra divindade indígena de Segura, Idanha-a-Nova, *Erbina* (HEp 4, 1994, nº 1042-43).

2.2.2.9. *Quangeio*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

A análise etimológica de B. Prósper (2002: 310) procurou ligar esta divindade a realidades lupinas e/ou caninas, atendendo à derivação do teónimo do IE **kuwon*, “cão”, o que daria a *Quangeio* um aspecto lupino ou canino, ou a função de protecção de uma etnia autodesignada “os cães”. Já C. Búa (2000: 82) entende *Quangeio* como um nome comum teonimizado, apontando a diversidade de epítetos para a impossibilidade de constituir o nome de um lugar divinizado.

Provêm do Sul do território actualmente português os dois únicos epítetos registados na Lusitânia: *Tangus/Tannigus* (IRCP 641 e HEp 2, 1990, nº 833) e *Turicaecus* (FE 38, 1991, nº 174). Este sugere um carácter tutelar para a divindade, assumindo então a função protectora do núcleo populacional dos Turicecos, que poderão ser entendidos como habitantes de *Turicum*, possível topónimo de raiz celtibérica (Alfenim, FE 38, 1991, nº 174). Atendendo ao registo deste epíteto unicamente em Borba, o núcleo poderia ter-se fixado nas proximidades desta região.

Já o epíteto *Tan(n)gus* foi relacionado com o topónimo *Tan[n]gia Norbana*, atestado epigraficamente (Guerra, 1998), e com o antropónimo *Tanginus* (Encarnação, 1984: 699), estando possivelmente atestada a derivação de teónimos de uma base antroponímica (Guerra, 2002a: 64-65), e revestido de um possível cariz étnico (Búa, 2000: 83). O *Quangeius* invocado poderia então ter assumido a tutela de um grupo de *Tangi*, que teriam constituído uma unidade étnica menor do que o *populus*, instalada em Nisa a partir do território dos *Igaeditani*; ou então de maiores dimensões, designando o conjunto dos *Tapori*, *Igaeditani* e *Elbocori* (Alarcão, 2001: 313).

b) Origem e extensão geográfica do culto

Trata-se de um culto nitidamente concentrado na Lusitânia, de onde procedem 10 das 11 inscrições registadas em HEpOL, tendo a restante sido descoberta em Orense (FE 23, 1987, nº 102). Destas 10 epígrafes, metade provém do Centro do território actualmente português, entre o Mondego e o Tejo, mais concretamente de Castelo Branco (AE 1977, 356; AE 1984, 478; HEp 4, 1994, 1044) e da Guarda (AE 1988, 695 e 696); sendo as restantes oriundas da região alentejana, de Nisa (IRCP 641; HEp 2, 1990, nºs 830 e 833) e Borba (FE 38, 1991, nº 174), bem como de Cáceres (ILER 802).

Quangeio seria então, como refere J. de Alarcão (2001: 304), uma divindade tipicamente lusitana, considerada, juntamente com *Arentius/Arentia* e *Trebarunis*, uma das três divindades do chamado “panteão lusitano”.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Quangeio no Sul do território actualmente português encontra-se unicamente representado em âmbito rural, através de quatro epígrafes, constituindo então a segunda divindade indígena melhor representada no espaço geográfico em análise, como podemos ver pela Tabela 1.

Numa destas inscrições (FE 38, 1991, nº 174, Borba), surge pela primeira vez o epíteto *Turicaecus*, embora o radical *Tur-* seja bastante conhecido, a ver por outros epítetos e teónimos, como o *Turobrigensis* “de” Atégina. O achado desta epígrafe reveste-se de apreciável importância, juntamente com o de outra proveniente de Nisa (IRCP 641), que constitui o primeiro testemunho do culto desta divindade descoberto neste espaço geográfico, ao terem ambas permitido a correcção e interpretação de outras invocações desta divindade anteriormente descobertas (Alfenim, FE 38, 1991, nº 174; Encarnação, 1984: 699).

Já entre as restantes inscrições, oriundas de Nisa, duas (IRCP 641 e FE 23, 1987, nº 106) registam a utilização do epíteto *Tan(n)gus*; embora a leitura do teónimo não se apresente segura na segunda epígrafe, pelo seu estado fragmentado, sendo contudo apoiada pelos paralelos existentes na região. Foi descoberta em Nisa mais uma inscrição (FE 23, 1987, nº 103), na qual o teónimo surge desprovido de epíteto; afigurando-se então confirmada a ligação de Quangeio à região de Nisa.

2.2.2.10. *Reve*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

De acordo com a proposta de Villar (1996: 191; seguida por Prósper, 2002: 141-42), baseada na análise dos epítetos, *Reve* identificaria o conceito de “rio”, derivando de **H₁reu-* (tendo já Blázquez, 1962: 187 referido a sua natureza aquática); opondo-se-lhe a ideia de que nem todos os seus epítetos integram este campo semântico, como *Larauco* (Witczak, 1999: 70, nota 9). Outros autores (Búa, 1997: 82 e 2000: 66; Witczak, *op. cit.*: 70-71; Ribeiro, 2010: 42) defendem a origem deste teónimo no IE **dyeu-s*, e subsequentemente uma aproximação

semântica de *Reve* a Zeus e Júpiter, o que o colocaria, numa óptica duméziliana, no primeiro nível funcional.

Esta ideia é suportada pela descoberta de duas aras em Vilar de Perdizes, dedicadas a *Larauco d(eo) Max(umo)* (HEp 4, 1994, nº 1094) e *Iovi O(ptimo) Max(imo)* (AE 1980, 578), e de uma dedicação a *Reve Larauco(o)* em Baltar (AE 1976, 298); bem como pela posição de destaque desta divindade na hierarquia da epígrafe de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), ao receber o conjunto mais importante de vítimas – dez touros consagrados (leitura de Ribeiro, 2010). Neste sentido, *Reve* é ainda designado por K. Witzak (1999: 70) como “o deus principal dos Lusitanos”.

Entre os seus epítetos, destacam-se *Anabaraeco*, *Langanitaeco* e *Larauco*, todos com variantes gráficas. A sua derivação de hidrónimos e orónimos não implica que estes devam ser tidos como caracterizadores da divindade, mas sim como marcadores de território, indicando a área de influência da invocação em causa (Ribeiro, 2010: 42).

b) Origem e extensão geográfica do culto

A extensão geográfica dos seus testemunhos abarca toda a fachada ocidental da Hispânia (Prósper e Villar, 2009: 11), destacando-se a região de Orense, com 6 epígrafes, tendo mais sete sido descobertas na Tarraconense (Prósper, 2002: 128-133 e 140). Já a Lusitânia fornece oito inscrições, de Castelo Branco (AE 1909, 245 e 246; RAP 185 e 187), Cáceres (CIL II 685 e 5276) e Mérida (AE 1997, 778a), bem como a conhecida inscrição em língua lusitana do Cabeço das Fráguas (RAP 466). A origem do culto de *Reve* foi situada na área emeritense, a partir da qual terá alcançado o Noroeste da Tarraconense, com base nas invocações a *Baraeco* e *Ana Barraeca* em Mérida e no facto de o epíteto *Anabaraeco* se referir ao Guadiana e seu afluente Albarregas, conferindo um carácter local ao culto desta divindade na região (Prósper, 2002: 144).

c) Representação nas localidades do mundo rural

A conhecida inscrição de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008) constitui o testemunho mais meridional do culto de *Reve*, que até então não havia ultrapassado o Tejo, salvo por algumas epígrafes de Cáceres (Alarcão, 2002: 155; Prósper e Villar, 2009: 2). Nesta inscrição, é atribuído à divindade o epíteto *Haracui*, juntamente com outro desconhecido, do qual figura apenas a letra A, podendo reconstituir-se como *Augusto*, compatível com o carácter soberano

desta divindade e com a cronologia proposta para a inscrição (1ª metade do séc. I d. C.), altura em que *Augusto* seria já um termo conhecido nas províncias (Ribeiro, 2010: 48-49).

2.2.2.11. *Toga*

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Esta divindade foi relacionada com diversos nomes registados no NW peninsular, apresentando *tong-* como primeiro elemento de formação, entre os quais *Tonc(g)ius* e *Tonc(g)etanus*, remetendo para o acto de jurar, também presente no irlandês arcaico *tongu* (“juro”) e no galês *tyngu* (Albertos, 1952: 62; Blázquez, 1962: 126-27). *Toga* foi ainda ligada ao antigo céltico *togi* ou ao antigo irlandês *toigh*, remetendo para o significado de “agradável, amável”, o que sustentaria o seu carácter benfazejo (Blázquez, 1975: 173).

Por seu lado, J. C. Búa (2000: 68) faz este teónimo derivar do indo-europeu **(s)togaH*, que remete para “encobrimento”, “protecção”, como já havia proposto M. L. Albertos (carta de 3-11-1975 a J. d’Encarnação, citada em 1975: 282); partilhando B. Prósper (2002: 199) desta perspectiva, em parte pela sugestão de uma ligação directa com o latim *toga*, entendendo *Toga* como divindade dos montes, penhascos e vales, bem como personificação de um fenómeno natural (Prósper, 2002: 7; 199).

Com base numa inscrição de S. Martín de Trevejo, Cáceres (CIL II 801), em que o voto é feito *pro victoria* de um indivíduo, M. L. Albertos (1952: 62) sugerira uma possível natureza guerreira para esta divindade, posteriormente abandonada em prol do seu cariz benfazejo (Albertos, carta de 3-11-1975 a J. d’Encarnação, citada em 1975: 281). Por seu lado, B. Prósper (2002: 442) aponta para a ausência de indícios da presença de divindades indígenas de natureza bélica no Ocidente da Hispânia.

b) Origem e extensão geográfica do culto

A epigrafia votiva de *Toga* na Hispânia limita-se a quatro exemplares (Prósper, 2002: 198-99), dois provenientes de Cáceres (CIL II 801; FE 12, 1985, nº 49), um de Salamanca (AE 1955, 235) e outro de Marvão (IRCP 611); tendo Blázquez (1979: 165, nº 253) recolhido ainda outro de Cáceres, do qual consta apenas o teónimo. Contamos então com 5 epígrafes, 4 das quais oriundas da Lusitânia, podendo o seu centro de expansão ser fixado na actual Serra de Gata, de onde provêm três das inscrições de Cáceres, tendo ocorrido posteriormente a difusão do culto para as restantes regiões (Figuerola, FE 12, 1985, nº49).

Por seu lado, para J. de Alarcão (2001: 318), a proximidade da região de Cáceres em relação à fronteira dos *Lusitani* com os *Vettones* coloca a hipótese da origem vetona de Toga, que teria sido introduzida em território lusitano.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Toga encontra-se documentado em todo o território actualmente português unicamente através de uma epígrafe, procedente de Santo António das Areias, Marvão (IRCP 611). A divindade surge aqui invocada como *Toga Alma*, tratando-se de um epíteto escassamente representado na epigrafia votiva, atendendo ao qual J. d'Encarnação (1984: 674) confere a esta divindade um carácter tutelar e benfazejo; por seu lado, C. Búa (2000: 68 e 515) interpreta o epíteto não como *Alma*, mas sim como *Alene[(n)]s[i]*, enquanto J. M. Blázquez (2006: 294) o regista como *Alane[n]s[is]*.

2.2.3. Cultos e divindades orientais

2.2.3.1. Belona

a) Caracterização da divindade e do seu culto

Esta divindade, originária da Ásia Menor, terá sido aproximada ou mesmo assimilada à deusa *Virtus* pelos romanos, que a designaram *Bellona*, e por vezes homenageada juntamente com Marte, configurando a ligação da mesma aos ideais de coragem viril e guerra (Toutain, 1911: 98). Um dos testemunhos epigráficos do culto de Belona na Hispânia (CIL II/4, 2259, Tarragona), ao registar a sua invocação pela saúde de outrem, sugere um certo carácter salutar para esta divindade.

Como referido por F. M. Cumont (1929: 50-51), um dos actos do culto de Belona passaria pela realização do baptismo de sangue do cultuante, visando a purificação dos seus crimes e simbolizando o início de uma nova vida para o mesmo.

b) Origem e extensão geográfica do culto

Como referira J. Toutain (1911: 74), esta divindade é originária da Capadócia, integrando o rol de divindades da Ásia Menor, juntamente com Cíbele e Átis, entendidas como as mais importantes deste grupo. Este autor (Toutain, *op. cit.*: 98-99) remetera para a

parca representação de Belona na epigrafia votiva, embora esta aponte para a existência de santuários e organização do seu culto em diversos locais do Império.

Este culto encontra-se documentado na Lusitânia, que fornece cerca de 19 epígrafes, tendo sido descoberto apenas mais um exemplar na Hispânia (CIL II2/4, 2259, Tarragona). O conjunto epigráfico lusitano procede, na sua totalidade, do *conventus Emeritensis*, quase exclusivamente da região de Cáceres, que encerra 18 dedicatórias a Belona, provindo a restante inscrição de Elvas (FE 46, 1994, nº 207). O culto de Belona teria então sido possivelmente trazido pelos veteranos romanos vindos de Oriente e estabelecidos em *Castra Caecilia*, o que explicaria a concentração de testemunhos nesta zona (Maciel, Maciel e Encarnação, FE 46, 1994, nº 207); todavia, segundo J. Alvar (2002: 208), “os movimentos militares levados a cabo pela região durante a campanha de Metelo não têm continuidade com a existência de um culto que se documenta quase três séculos mais tarde”.

c) Representação nas localidades do mundo rural

O culto de Belona no território actualmente português encontra-se representado apenas por um testemunho (FE 46, 1994, nº 207, Elvas), que documenta a colocação de um altar à divindade. Este apresenta uma estrutura textual peculiar, mas não rara na epigrafia lusitana (contando com exemplos nas inscrições a Endovélico), encabeçada pela identificação do dedicante, seguida da menção da oferenda, do teónimo em dativo e da fórmula votiva. Esta estrutura poderá ser explicada pelo facto de a ara se destinar ao santuário da divindade, onde os dedicantes seriam distinguidos de acordo com a sua identificação (Maciel, Maciel e Encarnação, *loc. cit.*).

2.2.3.2. Cíbele

c-1) Representação nas localidades do mundo rural

Já na esfera rural, o culto de Cíbele conta com dois testemunhos epigráficos. À semelhança do verificado em âmbito urbano, o primeiro (IRCP 289, Beja) também refere a existência de sacerdotes, apontando para a apreciável extensão do culto de Cíbele no território bejense; bem como a realização de um *crinobolium*, borrifando dois cultuantes com o sangue de um carneiro sacrificado, o que simboliza o seu renascimento para outra vida, manifestado através da expressão *natali suo* (Encarnação, 1984: 359).

A. García y Bellido (1967: 50-51) considerou a nomeação de dois sacerdotes no final desta inscrição como uma provável forma de datação, imitando a data consular, o que não teria impedido a participação dos mesmos na cerimónia, como dispensadores do criobólio. Assim, tal como no caso de *Ossonoba*, também em Beja operaria um colégio sacerdotal de Cíbele, sugerindo a sólida organização do seu culto nestas regiões (Encarnação, 1984: 808).

Por seu lado, a inscrição de IRCP 440 (Estremoz) não refere quaisquer aspectos do culto, atestando ao invés a concessão de uma soma monetária para a erecção do monumento por parte do dedicante (Encarnação, 1984: 522-23).

2.3. Endovélico

2.3.1. Caracterização da divindade e do seu culto

Endovélico constitui a divindade indígena cujo culto dispõe de mais testemunhos no mundo romano, uma vez que, das cerca de 270 epígrafes atribuídas ao território actualmente português registando teónimos indígenas, aproximadamente 1/3 se refere a Endovélico (Encarnação, 1987: 23; Guerra, 2010: 96 e 115). A documentação epigráfica regista diversas grafias do teónimo, sendo *Endovellicus* entendida como a principal e a que mais fielmente reproduz a sua pronúncia.

No domínio etimológico, destacam-se as interpretações de J. Leite de Vasconcelos (1905: 125), que o decompõe em *Endo*, correspondente ao intensivo “muito”, como outros investigadores modernos (Blázquez, 1962: 157; Tovar, 1949: 163-66; discordando Prósper, 2002: 351, que defende ao invés **endo-*, “dentro”) e *gwell*, significando “bom”, “melhor”, obtendo assim o significado de “muito bom”; e a de A. Tovar (1949: 163-66), que prefere relacionar este nome com o basco *beltz*, “negro”, conferindo-lhe um significado (“muito negro”) associado à vida do Além.

Já B. Prósper (2002: 351) propõe como base deste nome a sequência **endo-well-ik-o*, derivando da raiz **wel(H)-*, identificada com a ideia de “ver” (**wel-*) ou “dominar” (**welH-*); inclinando-se também para a mesma raiz onde tem origem o latim *vallis* e sugerindo para o teónimo um significado semântico de “vale” ou “acidente montanhoso”. O nome constituiria assim um derivado toponímico, tal como haviam proposto C. Búa (2000: 72-73) e J. Cardim Ribeiro (2002c: 88), para quem *Endovellicus* constituiria assim a personificação, por meio do sufixo adjectival *-icus*, de uma forma toponímica **Endovello-*, significando “aquele que contém em si próprio o querer (bem)”. O teónimo assinala então a associação de Endovélico a

um local específico, retendo um significado independente das suas qualidades (Guerra, 2010: 116).

A interpretação de Tovar defende o carácter infernal de Endovélico, que assumiria a “função” de condutor de almas no Averno (lago da Campânia entendido como entrada do reino subterrâneo), à semelhança do que constituiria uma das funções do Arcanjo S. Miguel (Lambrino, 1952: 125-26). J. Leite de Vasconcelos (1905: 130) sugere a existência de um antro no santuário análogo ao referido lago, destinando-se à transmissão das mensagens divinas, o que denotaria o carácter ctónico desta divindade.

Esta natureza infernal e eterna encontra reflexo no formulário votivo, nomeadamente na fórmula *ex imperato Averno* (IRCP 528), apontando para a construção do monumento em consequência do aparecimento de Endovélico aos dedicantes num oráculo, sonho ou visão (Encarnação, 1984: 606); bem como em motivos iconográficos como o javali, a palma e a coroa (IRCP 495, 504, 511 e 520), símbolos de imortalidade (Blázquez, 1983: 225), e ainda o jarro e a pátera (IRCP 489 e 538), pela sua inclusão na iconografia funerária, atendendo à epigrafia votiva do Sul do território actualmente português (IRCP 57, 60 e 373). Já os génios alados gravados em IRCP 516 simbolizam *Phosphoros*, a estrela da manhã, que indica o caminho do Além aos mortos heroicizados, remetendo também para este carácter infernal (Encarnação, 1984: 595).

A inscrição de IRCP 528 aponta ainda para a associação deste culto aos oráculos, através dos quais era dada a conhecer a vontade divina aos cultuantes (Encarnação, 1984: 606). Tal associação é visível através de expressões como *iussu numinis* (IRCP 488 e 522), que implica uma manifestação desta vontade em sonhos, aparições ou recorrendo a oráculos; e *ex re(n)sponsu(m)* (IRCP 484, 513 e 530), apontado para uma resposta oracular (Encarnação, *op. cit.*: 600 e 607). Este carácter oracular parece encontrar-se presente apenas em mais uma divindade do espaço geográfico em análise, Andaieco (FE 49, 1995, nº 221).

O material epigráfico sugere também a natureza salutífera de Endovélico, equiparado por J. Leite de Vasconcelos (1905: 129) a Esculápio, no que se inseriria a ideia de substituição do seu culto pela invocação de S. Miguel Arcanjo, para os cristãos primordiais “um dos génios tutelares da medicina” (Vasconcelos, *op. cit.*: 146) – embora esta tenha sido posteriormente contestada, atendendo ao intervalo de quatro ou cinco séculos entre os últimos vestígios do culto de Endovélico e a cristianização do local (Ribeiro, 2002c: 81). Porém, a interpretação de um relevo de um nu masculino (IRCP 523) como um hemiplégico curado pela intervenção divina (Vasconcelos, 1905: 128), que suportava esta perspectiva, seria refutada por S. Lambrino (1952: 118-19), que viu neste relevo uma representação de Endovélico, o que justificaria a sua nudez (também autores como Blázquez, 1962; Dias e

Coelho, 1995-97; Encarnação, 1984).

Este autor (Lambrino, *op. cit.*: 116-17) utiliza ainda outros argumentos contra a função médica de Endovélico, nomeadamente o facto de Esculápio ser bem conhecido, tornando improvável a existência de duas poderosas e prestigiadas divindades médicas na mesma região; de nada corroborar a natureza médica do oráculo; e da ausência de qualquer fonte de água medicinal nas proximidades. Embora não deva ser entendido como uma divindade médica, não deixará de ser válida a natureza salutífera de Endovélico, como sugere a prática da *incubatio*, em que os doentes, apelando ao deus a restauração da sua saúde, pernoitavam no templo, surgindo-lhes aquele em sonhos (Lambrino, 1952: 112); bem como a presença da expressão *pro salute* (IRCP 508 e 516), indicando o cumprimento dos votos pela saúde de outrem. O seu carácter benfazejo transparece ainda através de expressões como *hunc deum sibi propitiatum* (IRCP 495), visando obter protecção e benevolência divinas, e *libens merito* (IRCP 526), realçando a justeza da homenagem face à benevolência da divindade (Encarnação, 1984: 576 e 604); bem como através do frequente cumprimento dos votos em benefício de outrem, atendendo à grafia da expressão *pro*, mesmo não sendo evidentes quaisquer laços de parentesco (IRCP 484).

Este último aspecto remete ainda, como característica do culto de Endovélico, para a passagem do vínculo religioso entre gerações (Encarnação, 1984: 605), como sugerem IRCP 514 e IRCP 527; bem como a tradição familiar do culto, que seria motivo de orgulho para os dedicantes, atendendo às expressões *ad relicticum* (IRCP 488) e *relictum a maioribus* (IRCP 499), que indica o cumprimento do voto segundo a disposição deixada pelos antepassados (Encarnação, *op. cit.*: 579) – reforçando a ideia de Endovélico como divindade tutelar pessoal ou familiar (Ribeiro, 2002c: 85). Em suma, parafraseando J. Cardim Ribeiro (*op. cit.*: 84), “*Endovellicus* apresenta-se, essencialmente, como um deus tutelar e salvífico, em simultâneo tópico, infernal e salutífero”.

A investigação desta divindade e seu culto tem sido também marcada por outras propostas de ligação de Endovélico a outras divindades, como *Sucellus* (Lambrino, 1952: 131-36; contestada por Blázquez, 1962: 163 e Ribeiro, 2002c: 83), Atégina (Lambrino, 1952: 128; contestada por Ribeiro, 2002c: 81), *Faunus/Silvanus* (Ribeiro, 2005); bem como ao antropónimo *Indibilis*, inserido em âmbito linguístico e cultural ibérico (Lambrino, 1952: 109-111; contestada por Calado, 1996: 100).

Nada se sabe a respeito deste culto ou do seu santuário antes da implantação definitiva do domínio romano em Portugal, embora a natureza linguística do teónimo aponte para uma origem pré-romana; partindo deste princípio, a tese tradicional, entretanto reiterada, admite a ocupação contínua do sítio pelo menos a partir da Idade do Ferro, apesar de toda a informação

arqueológica e epigráfica obtida no local até à data se reportar unicamente a momentos posteriores ao séc. I d. C. (Calado, 1996: 98; Guerra *et al.*, 2003; Ribeiro, 2002c: 83-84). De facto, M. M. A. Dias e L. Coelho (1995-97: 252) situam o culto a Endovélico em S Miguel da Mota entre meados do séc. I e meados do séc. III d. C. Porém, como mostra a Tabela 49, o repertório epigráfico não nos permite muita profundidade na análise cronológica, uma vez que a grande maioria das inscrições não se apresenta passível de datação; entre as epígrafes para as quais foram propostas datações, revelam-se mais frequentes aquelas atribuídas ao séc. I d. C., verificando-se apenas uma – o chamado “Hino a Endovélico” – que poderá datar de época posterior ao séc. III d. C., ou mesmo do séc. IV-V (Dias, 2002a: 91-92).

2.3.2. Origem e extensão geográfica do culto

Endovélico tem em S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal) o seu santuário, ocupando um lugar de destaque no quadro das religiões pré-romanas, pela qualidade e quantidade da informação epigráfica e iconográfica nele recolhida, única no contexto peninsular (Calado, 1996: 97). Embora o surgimento dos monumentos dedicados a Endovélico neste santuário apontasse para a adoração desta divindade apenas pelos habitantes da zona em seu redor, o seu isolamento e a pouca probabilidade de a população rural desta zona ter elevado um tão grande número e tão importantes monumentos e oferendas inviabilizam esta possibilidade.

Como tal, entre os cultuantes de Endovélico contar-se-iam as populações dos territórios em redor, incluindo as grandes cidades como Évora, Beja e Mérida; apresentando este culto uma extensão mais longínqua, como sugerem as variantes gráficas do nome e a existência de duas inscrições cujos dedicantes seriam oriundos de Cáceres (Calado, 1996: 100, seguindo Dias e Coelho, 1995-97), não obstante a ausência de dedicatórias a Endovélico no resto da Península (Lambrino, 1952: 97).

Apesar de o carácter tópico do culto de Endovélico implicar a imutabilidade da localização do santuário, devido à descoberta, na década de 70, de um conjunto de dedicatórias ao deus *Vaelicus* em Postoloboso (Candeleda, Ávila), foi sugerida (Fernández-Gomes, 1973: 230) a existência de outro santuário contemporâneo de S. Miguel da Mota em Ávila, seguida por J. d'Encarnação (1984: 801 e nota 1). Endovélico poderia ter tido ainda outro santuário nas montanhas onubenses, atendendo à semelhança fonética do teónimo com o nome do cerro Andévalo (Huelva), no topo do qual se situa o santuário de Nuestra Señora de la Peña (Fernández-Gomes, *loc. cit.*; Encarnação, 1987: 13; Calado, 1996: 99-100).

A hipótese do carácter tópico de Endovélico ter-se-á porém mantido plausível, constituindo este um *numen loci*, dado que o elemento *Endo* lhe confere um carácter superior

ou pelo menos distinto; além disto, com base nos dados disponíveis, não se pode garantir que se trate da mesma divindade venerada nos dois santuários, em S. Miguel da Mota e Ávila (Calado, 1996: 100). Assim, nada permite conceber, de forma segura, a presença de Endovélico noutros santuários que não o de S. Miguel da Mota, ou a sua relação com a forma teonímica *Vaelicus* (Ribeiro, 2002c: 80).

2.3.3. Representação no espaço geográfico em análise

Como já referido, exceptuando os exemplares de Cáceres, o culto de Endovélico documenta-se unicamente em S. Miguel da Mota. Este santuário instalava-se no ponto mais elevado de uma crista rochosa, de orientação N-S, a noroeste da vila de Terena; cortada a Sudeste pelo rio Lucefece e exercendo um domínio visual sobre a peneplanície envolvente, entre a serra d'Ossa e o Guadiana (Calado, 1996: 98; Guerra *et al.*, 2003: 417). A fundação de S. Miguel da Mota insere-se na ocupação romana da região, marcada pela instalação de várias *villae* e *vici*, ligadas à exploração de bons solos agrícolas e também, nalguns casos, à dos mármore e recursos mineiros; não tendo sido comprovada a ligação do santuário aos povoados pré-romanos da região, que terão sido abandonados até ao séc. I a. C. (Calado, 1996: 99).

A documentação epigráfica do culto de Endovélico existente neste santuário é composta por 89 inscrições (se considerarmos os fragmentos recuperados do chamado “Hino a Endovélico” como uma só inscrição) de tipologia diversa, desde aras a pedestais, passando por placas votivas e mesmo uma estela (IRCP 523). Foram também integradas neste conjunto epigráfico as inscrições das quais não se pôde recuperar o teónimo, cuja ligação a Endovélico assenta então na sua procedência de S. Miguel da Mota (Encarnação e Guerra, 2010: 96).

A aparente superioridade do seu culto, atendendo à abundância de ex-votos recuperados no santuário, foi entendida como tendo exercido um efeito de dispersão sobre outros cultos locais; o que não terá, contudo, correspondido à realidade, a ver pela existência de testemunhos epigráficos da invocação de outras divindades indígenas no Nordeste Alentejano (Encarnação, 2010: 30), como Carneu Calanticense e as divindades de Arronches.

CAPÍTULO 3. Caracterização social

Enquanto o capítulo anterior se debruçava sobre a representação dos diversos cultos e divindades no Sul do território actualmente português, neste capítulo o foco dirige-se para os fiéis que lhes prestam homenagem, procurando uma aproximação à sua caracterização sociojurídica. Das 73 epígrafes seleccionadas como amostra neste domínio de análise, 26 pertencem ao mundo urbano, registando 34 indivíduos; já em âmbito rural documentam-se 60 dedicantes, em 46 inscrições votivas, um número bastante superior em comparação com o mundo urbano.

3.1. Mundo urbano

3.1.1.a) Estrutura onomástica e gentílica

A estrutura onomástica dos dedicantes de inscrições votivas no âmbito urbano do Sul do território actualmente português apresenta-se relativamente homogénea, como mostra a Tabela 24 e correspondente gráfico, encontrando-se porém melhor representados os portadores de *tria nomina*, embora não se distanciando muito daqueles identificados com *duo nomina* ou com nome único. Restam ainda os indivíduos portadores de quatro nomes, com apenas um caso, procedente de Mértola.

Entre os cultuantes detentores de *tria nomina*, destacam-se as regiões de Miróbriga e Alcácer do Sal, surgindo esta estrutura menos representada em Évora e Beja; a mesma encontra-se ainda ausente em Mértola, o que se deverá à descoberta de apenas uma epígrafe votiva neste núcleo. Porém, a distribuição destes indivíduos afigura-se relativamente homogénea, sendo que as regiões em causa não se distanciam muito entre si neste aspecto (Gráfico 25.1). É, no entanto, curioso que um dos indivíduos de *Ossonoba* identificados através de *tria nomina* apresente condição liberta.

Já entre os dedicantes que se fazem identificar através de *duo nomina*, destaca-se Miróbriga como local de procedência, surgindo Évora como o núcleo menos representado; os restantes cultuantes repartem-se de forma equitativa pelos núcleos de Alcácer do Sal, Beja e *Ammaia* (Gráfico 25.2). Comprova-se a frequente utilização de *duo nomina* para a identificação das mulheres neste âmbito, dado que, dos 11 cultuantes portadores desta

estrutura onomástica, que nos mostram as Tabelas 13-15, 17 e 21, 8 (72,7%) pertencem ao género feminino.

Por seu lado, os portadores de nome único parecem proceder sobretudo de Beja (Gráfico 25.3), não tendo sido encontrado nenhum em Mértola, Alcácer do Sal ou Miróbriga, o que se poderá relacionar com o carácter diminuto das amostras epigráficas votivas nos dois primeiros casos, ou reflectir uma acentuada romanização no último, manifestada através da adopção da estrutura onomástica à moda romana, estando a cidadania romana bastante presente em Miróbriga (Tabela 13). Creio que esta situação não deve ser entendida como reflexo da posição mais setentrional de Beja em âmbito urbano (levando a que esta seja considerada como menos intensamente romanizada), tendo em conta que, dos três portadores de nome único identificados em Évora, localizada em posição ainda mais setentrional, dois poderão ter possuído cidadania romana (Tabela 17).

Como seria expectável neste ambiente, verifica-se um predomínio da onomástica latina (Tabelas 12-15, 17 e 21), uma vez que a quase totalidade dos 34 cultuantes registados apresenta pelo menos um nome desta origem, incluindo escravos (IRCP 229, Beja, e 377, Évora). Exceptuam-se desta situação apenas dois indivíduos, que possuem unicamente um cognome grego (IRCP 230, Beja), e um antropónimo pré-romano (HEp 13, 2004, nº 1001, *Ammaia*).

No âmbito gentílico, como podemos ver pela Tabela 28, dos 34 indivíduos registados no mundo urbano, 12 apresentam-se portadores de gentilícios imperiais, embora com reservas em dois dos casos, remetendo três destes gentilícios para uma época mais tardia, ao designarem imperadores que governaram durante os sécs. III-IV d. C. Esta tabela ilustra ainda o carácter fragmentado da distribuição dos gentilícios, sem que se note o predomínio de qualquer um deles, exceptuando talvez *Iulius*, embora subtilmente. A maior frequência deste gentilício na epigrafia votiva do Sul do território actualmente português revela-se ainda comum tanto ao santuário de Endovélico como à totalidade deste espaço geográfico, além do âmbito votivo (Dias e Coelho, 1995-97: 243); integrando os gentilícios de eleição das populações recém-romanizadas (Encarnação, 1984: 533).

O predomínio de *Iulii* é geralmente relacionado com as actividades de César na Península Ibérica e com a sua actuação na Lusitânia, e sobretudo com a actuação de Augusto, ou com libertos imperiais (Saquete, 1996: 78). Particularmente em Évora, é conhecida a relevância dos *Iulii* senatoriais (Lambrino, 1952), cujos dependentes poderão ter transposto o seu original âmbito regional, dada a apreciável extensão deste gentilício em toda a Lusitânia (Saquete, *loc. cit.*).

Destacam-se como gentílicos de relevo, comuns a ambas as esferas do espaço geográfico em análise: *Aelius*, identificando alguns notáveis na Bética, onde se fixaram os antepassados do imperador Adriano (*Italica*), mas pouco presente na área designada como “*conventus Pacensis*” (Dias e Coelho, 1995-97: 239); *Annius*, estando melhor representado na Bética (Abascal, 1994: 76-78) mas socialmente melhor colocado em *Caesarobriga* (Talavera de la Reina), onde se regista um duúviro da tribo *Quirina* (Dias e Coelho, *loc. cit.*); *Licinius*, atribuído a dois imperadores da dinastia Gordiana (séc. III d. C.); e *Valerius*, designando uma família senatorial em *Iliberris*, na Bética (Castillo, 1982: 515-16).

3.1.1.b) Categorias sociais

Como podemos ver pela Tabela 26 e respectivo gráfico, os cidadãos romanos surgem como a categoria que mais peso detém entre os cultuantes do mundo urbano do Sul do território actualmente português. Creio que este cenário não se mostra desajustado em relação ao que pudemos constatar quanto às estruturas onomásticas representadas, atendendo ao peso dos *tria nomina* (embora aproximados dos *duo nomina*); bem como à frequente utilização destes para designar cidadãos romanos, pois, dos 11 indivíduos identificados através de *duo nomina* neste âmbito, 9 (82%) apresentam-se detentores de cidadania romana.

Seguem-se-lhes em representatividade os libertos, e posteriormente os escravos, escassamente identificados como tal de forma segura, sobretudo a partir de finais do séc. I d. C., com a extensão da tendência para se omitir a referência à condição servil, bem como para a omissão da filiação em indivíduos de nascimento livre (López, 1993: 52). É de notar a diminuta representatividade dos *peregrini* no mundo urbano, representados apenas por um indivíduo de *Ammaia* (HEp 13, 2004, nº 1001).

Tendo em conta as dificuldades inerentes à complexa tarefa de determinação do estatuto sociojurídico, foram ainda concebidas três categorias destinadas a acomodar os casos mais problemáticos neste aspecto: condição incerta, não se afigurando maior ou menor a probabilidade de inserção do cultuante em determinada categoria; condição incerta, podendo todavia tratar-se de um cidadão romano; e condição incerta, podendo ser entendido como escravo. Um dos indivíduos integráveis na segunda categoria, registado em Évora (IRCP 376), representa um caso inusitado, ao identificar-se como *equus romanus*, embora não seja conhecida nenhuma família equestre na região eborense (Encarnação, 1984: 450); no entanto, nada nos autorizará a recusar a atribuição desta condição social a um indivíduo que como tal se identifica.

Entre os cultuantes que se apresentam como cidadãos romanos, destaca-se Miróbriga como local de procedência, seguida de *Ammaia* (Gráfico 27.1). De facto, olhando para o tecido sociojurídico destes núcleos, constatamos que a cidadania romana goza de apreciável peso em ambos (Tabelas 13 e 21). Por outro lado, Mértola, Évora e *Ossonoba* fornecem apenas um cidadão cada, o que, no primeiro caso, se relaciona com a presença de apenas um dedicante neste núcleo urbano.

Já no caso da área urbana de *Ossonoba*, esta situação afigura-se curiosa, pela sua posição mais meridional face às restantes regiões do Sul do território actualmente português, o que tem sustentado a ideia de uma romanização mais precoce e sólida da mesma, que se manifestaria através de uma preponderância da cidadania romana. Tanto em Évora como em *Ossonoba*, a parca representatividade da mesma afigura-se consistente com o escasso peso dos *tria nomina* nestas áreas; porém, embora dois dos indivíduos eborenses tenham sido classificados como detentores de condição incerta, poderão ter sido cidadãos romanos (Tabela 17).

Já entre os cultuantes integráveis na condição liberta, a repartição das regiões de proveniência apresenta-se fragmentada, uma vez que podemos entender, de um lado, os núcleos de Miróbriga, *Ammaia* e Alcácer do Sal como melhor representados, embora em cada um se registem apenas dois; e do extremo contrário, os núcleos de *Ossonoba* e Beja, encontrando-se registado apenas um liberto em cada (Gráfico 27.2), estando estes ausentes em Mértola e Évora.

A escravatura encontra-se mais parcamente representada, registando-se apenas em Évora e Beja, com destaque para esta última (Gráfico 27.3.). O exemplar epigráfico de Évora (IRCP 377) constitui um dos dois únicos testemunhos da posse de escravos pelas mulheres na esfera urbana, juntamente com a dedicatória a Ísis descoberta em *Salacia* (IRCP 182). Sendo a identificação destes exclusivamente feita através de nome único, e constituindo os quatro escravos do mundo urbano 40% dos 10 indivíduos portadores desta estrutura onomástica (Tabelas 15, 17 e 21), creio que talvez possamos relacionar a pouca representatividade desta e a da categoria dos escravos entre si.

3.1.2. Cultos e divindades romanas

3.1.2.1. Divindades consideradas de natureza florestal: Bona Dea

Na única inscrição consagrada à *Bona Dea* (HEp 17, 2008, nº 212) no espaço geográfico em análise encontra-se registada uma liberta, portadora de um cognome latino e

revestido de um cariz teofórico pagão, remetendo para “pertencente a Saturno” (Kajanto, 1982: 58 e 113). Esta dedicante terá custeado do seu bolso a oferta de um pequeno templo à deusa., o que aponta para a sua pujança económico-financeira; afigurando-se a situação da mesma consistente com a proliferação dos indivíduos de condição liberta em *Pax Iulia* (Encarnação, 2008: 223).

3.1.2.2. *Divindades representando ideias abstractas: Iuventas/Iuventus*

No geral, apresenta-se diversificada a composição sociojurídica dos cultuantes deste grupo de divindades, desde os *peregrini* aos libertos, passando pelos funcionários imperiais, não obstante o modesto peso do elemento popular (Toutain, 1907: 417).

Do culto de *Iuventas/Iuventus* no espaço geográfico em análise, partindo do princípio de que lhe podemos atribuir a dedicatória de IRCP 230, regista-se apenas uma dedicante cujo cognome grego, embora raro (Solin, 1982: 1201, registando apenas 5 casos) sugere a sua condição escrava, não se documentando mais cultuantes desta divindade na Lusitânia. Esta dedicante integraria um colégio de jovens sob a designação de *Iuventus/Iuventas* (Encarnação, 1984: 303), o qual teria custeado a erecção do “templo, edículo, altar, coluna ou monumento semelhante, onde a lápide estava encravada” (Vasconcelos, 1913: 302). Nesta perspectiva, o mesmo autor (*loc. cit.*) propõe o estabelecimento de uma relação entre a dedicante e *Iuventus/Iuventas*, dado o significado do seu nome (*Genesis*), bem como o papel da divindade de protecção dos jovens em idade de casar.

3.1.2.3. *Divindades consideradas salutíferas: Esculápio*

A única dedicatória a Esculápio no Sul do território actualmente português (IRCP 144), passível de ser considerada um exemplo de evergetismo testamentário, na acepção de E. Melchior (1994-95: 215-16), regista dois presumíveis libertos, um dos quais devido à representação do seu cognome no meio servil (Kajanto, 1982: 218-19), omissão da filiação e exercício da actividade de médico, considerada típica deste meio na Roma alto-imperial (Daremberg, Saglio e Pottier, 1900: 1672, s. v. “Medicus”). Já o outro possui um cognome entendido como um *hapax* (Encarnação, 1984: 220, nota 4). Afigura-se então corroborada, no espaço em análise, a ligação entre o culto de Esculápio e o meio servil, a qual parece decorrer da maior popularidade da prática da medicina - da qual seria esta divindade patrona - junto dos libertos.

Porém, apesar da amostra pouco significativa de dedicatórias a Esculápio procedentes da Lusitânia (4) e da escassez de dedicantes não integrados no culto imperial (apenas 3, dois libertos de Miróbriga e um cidadão romano de Lisboa), V. Mantas (2002b: 128-29) afirma que este culto parece ter gozado de maior adesão junto das camadas mais privilegiadas da população, à semelhança do de Apolo. Por seu lado, a onomástica oriental dos dedicantes de uma das invocações olisiponenses de Esculápio (CIL II 175) apontará para a feição helénica do seu culto, sugerida por Toutain (1907: 336-37).

3.1.2.4. *Divindades tutelares: Genius e Juno*

Destacam-se, entre os cultuantes dos *Genii* das cidades, os magistrados municipais e os particulares, revelando-se ausentes os funcionários imperiais e militares (Toutain, 1907: 451). De facto, ambas as dedicatórias ao *Genius* de Amaia foram mandadas lavrar por dois particulares, um dos quais detentor de cidadania romana, possivelmente recente, atendendo à sua onomástica latina, posse de *tria nomina* e omissão da filiação; bem como à abundante distribuição do seu gentílico (*Annius*), relacionável com estratos linguísticos pré-romanos, tanto em contextos indígenas como em zonas solidamente romanizadas, como a Bética (Vallejo, 2005: 143-47).

Já o outro dedicante apresenta uma onomástica indígena, derivando o seu patronímico de um dos radicais mais representativos desta na Lusitânia, *Tonc-/Tong-* (Vallejo, 2005: 119-20 e 416). Esta inscrição parece apontar para a constituição maioritariamente autóctone da comunidade amaiense, como sugere a irregularidade da forma *Amaici* em vez de *Ammaiensis*, que corresponderia à forma normal no contexto da cultura latina, bem como o uso da expressão *ara possit*, denotando um conhecimento incipiente da língua latina; os quais remetem para um meio em vias de romanização, que procuraria reproduzir os modelos culturais dos colonizadores (HEp 13, 2004, n° 1001).

Assim, entre os cultuantes dos *Genii* das cidades no espaço geográfico em análise, apesar do seu parco número, encontram-se igualmente representadas a cidadania romana e a condição indígena (Tabela 34). Já no contexto da Lusitânia e alargando o âmbito dos *Genii*, dos 8 dedicantes registados, 5 apresentam-se detentores de cidadania romana, o que parece corroborar o cariz romano deste culto (Fernandes, 2002a: 180).

Já na única inscrição do espaço geográfico em análise dedicada a *Juno* (IRCP 229) encontram-se registados dois escravos, atendendo ao *ser(vi)* presente no texto e à frequente aplicação dos seus nomes no meio servil (Kajanto, 1982: 272-73; 290). Por sua vez, a condição da sua presumível dona, *Secundae n(ostrae)*, afigura-se incerta, dada a sua

identificação apenas através de nome único, de natureza latina e assaz difundido no mundo romano (Kajanto, 1982: 292), omitindo a filiação; pelo que poderia tratar-se de uma integrante do meio servil. A forma deste monumento, a homenagem aparentemente clássica, o formulário correcto, embora sóbrio, e a excelência da paginação apontam para um meio nitidamente romanizado (Encarnação, 1984: 302).

Avulta então o peso do meio servil entre os dedicantes de Juno, não obstante a escassez dos mesmos (Tabela 34); afigurando-se esta situação consistente com a descrição de Toutain (1907: 446) dos cultuantes desta divindade. A mesma tabela mostra-nos ainda que, apesar do escasso número de dedicantes das divindades tutelares cultuadas no mundo urbano (*Genius e Juno*), encontram-se representadas diversas categorias sociojurídicas, destacando-se contudo os escravos.

3.1.2.5. *Júpiter*

Boa parte dos cultuantes de Júpiter Capitolino provém dos funcionários imperiais e do exército, o que reflectirá a importância deste culto nas regiões mais fortemente militarizadas (Toutain, 1907: 203-204 e 207). Esta situação não se terá porém verificado na Lusitânia, tendo chegado até nós apenas uma flamínica provincial de *Salacia* (CIL II 32 = IRCP 183), um legionário da área de Vila Viçosa (CIL II 151 = IRCP 439), um veterano de *Olisipo* (CIL II 5099) e um governador de *Emerita Augusta* (HEp 5, 1995, nº 81), actuando aparentemente a nível pessoal, excepto no primeiro caso (Beltrán, 2002: 105).

Por outro lado, entre estes cultuantes observa-se a escassa representação dos cargos municipais menores, dos flâmines e dos augustais, o que se explicaria pela sua mais acentuada dedicação ao culto imperial e à figura do Imperador divinizado, enquanto os funcionários imperiais e soldados, representantes da pujança romana nas províncias, dirigiriam as suas homenagens ao soberano da tríade capitolina enquanto patrono e protector de Roma (Toutain, 1907: 208-10).

Esta caracterização dos cultuantes de Júpiter não invalidará a existência de uma apreciável diversidade entre os mesmos, que incluem, além dos cidadãos romanos e *peregrini*, libertos e indivíduos de origem oriental (Toutain, 1907: 211). Esta situação não deixa de se fazer notar na vertente não oficial do culto, na qual se encontram mais parcamente representados os cargos e funções militares, bem como os magistrados municipais, em comparação com o culto de Júpiter Capitolino (Toutain, *op.cit.*: 285-86).

Mais precisamente, no mundo urbano do Sul do território actualmente português, verificam-se diversas situações consoante os núcleos. Sendo a cidade de Amaia, onde se

encontra bem representada a cidadania romana (Tabela 21), entendida como um importante centro do culto de Júpiter, a sua epigrafia votiva aponta para a diversidade sociojurídica dos dedicantes amaienses, entre os quais se encontram equitativamente representados cidadãos romanos e libertos.

Por seu lado, o achado de uma das inscrições de *Salacia* (IRCP 183), único testemunho de um cultuante de Júpiter integrado na administração romana no espaço geográfico em análise, numa zona onde rareiam as invocações desta divindade, levou J. d'Encarnação (1984: 255) a encará-la como um testemunho oficial de ostentação e dedicação a Roma, e não tanto de veneração religiosa; aludindo à decoração inspirada em motivos importados e oficiais, ao destaque da fórmula D. D. e à intenção da dedicante de enumerar os seus cargos. Esta perspectiva apresenta-se consistente com a alusão de Toutain (1907: 207-10) às distintas expressões de religiosidade dos flâmines, por oposição aos militares e funcionários imperiais.

Assim, entre os dedicantes de Júpiter atribuídos ao mundo urbano encontra-se bem representada a cidadania romana, como mostra a Tabela 35. Não obstante esta situação, terão subsistido vestígios da antroponímia indígena, como mostram os exemplos de *Aelia Maxima* (IRCP 605), que usa como patronímico o cognome paterno, fazendo-o seguir-se ao seu próprio cognome; e o de *T. Cateius Quietus* (IRCP 606), portador de *tria nomina*, omitindo a filiação (Encarnação, 1984: 793).

3.1.2.6. Marte

J. Toutain (1907: 253) propusera a organização dos cultuantes de Marte em dois grupos distintos, de natureza civil e militar, encontrando-se este último bem representado na epigrafia. Afigura-se todavia curiosa a escassez de invocações na Bretanha e Germânia inferior, consideradas de marcado pendor militar; que poderia dever-se à “expulsão” desta divindade por *Jupiter Optimus Maximus*, ou pelas divindades orientais ou locais, como parece sugerir a presença de epítetos de origem germânica (*Toutates*, *Alator*, *Loucetius*) na epigrafia votiva bretã, apontando para a assimilação de uma divindade autóctone ao deus romano (Toutain, *op. cit.*: 254-56).

Já os testemunhos epigráficos do culto desta divindade na Hispânia, nomeadamente de homenagens prestadas a Marte por soldados (CIL II 2600, Galiza; CIL II 4083, Tarragona; CIL II 3337, Jaén; AE 1998, 768, Soria), reflectem a importante representação do elemento militar entre os seus cultuantes. Encontram-se também presentes os *seviri augustales* em diversas epígrafes da Hispânia (CIL II 1301, Sevilha; CIL II 1515, Córdova; CIL II 3336,

Jaén e HEp 6, 1996, nº 1075, Sines). É também conhecido, especialmente em Sagunto (Vázquez, 1981: 44), o agrupamento dos cultuantes em confrarias e colégios sacerdotais especificamente direccionados para o culto desta divindade (Toutain, 1907: 257).

Por fim, também os particulares ter-se-ão mostrado bastante presentes entre os cultuantes de Marte na Hispânia (Toutain, 1907: 257). Este autor (*op. cit.*: 258-59) havia assinalado a preponderância dos *duo nomina* e nome único entre estes, apontando para a parca representação dos cidadãos romanos e maior peso dos indígenas. Partindo desta afirmação, propõe, ao invés do culto da mesma divindade homenageada pelos oficiais e soldados romanos, a atribuição da designação de Marte a uma divindade nacional, de carácter protector dos indivíduos e revestida de atributos guerreiros, à semelhança do Marte romano.

Porém, os cidadãos romanos parecem ter detido um peso significativo entre os cultuantes de Marte na Lusitânia, onde se registam cerca de 25 dedicantes, uma vez que 13 destes parecem identificar-se como tal, constituindo 52% deste total, embora os *peregrini* também não se encontrem muito escassamente representados, com 8 indivíduos (32%). A presença de libertos (3) e escravos (1) permite-nos constatar a diversidade de categorias sociojurídicas observável entre os cultuantes de Marte neste contexto geográfico-cultural.

Já no mundo urbano do espaço geográfico em análise, os dois dedicantes registados identificam-se como cidadãos romanos, possuindo onomástica latina: um indivíduo do sexo masculino portador de *tria nomina* e outro do sexo feminino, identificado através de *duo nomina*, omitindo ambos a filiação.

3.1.2.7. *Vénus*

As inscrições do Sul do território actualmente português registam unicamente cidadãos romanos (3) entre os dedicantes de *Vénus*. Um destes (IRCP 146) identifica-se como integrante da *gens Iulia*, tendo levado J. d'Encarnação (1984: 223) a ligar o culto de *Vénus* a este ramo familiar, “cuja estirpe entroncava, segundo a tradição, nesta divindade” (*loc. cit.*). Esta epígrafe regista ainda o exercício de um cargo de presidente (*magister*) por parte deste cultuante, o qual poderá ser inserido na esfera administrativa, designando a chefia de uma comunidade, ou religiosa, referindo-se à presidência de um colégio sacerdotal (Encarnação, *loc. cit.*). Avulta ainda a graciosidade e requinte que caracterizam a gravação desta inscrição, enquanto possível índice de romanização.

Esta situação afigura-se consistente com o cenário que caracteriza a Lusitânia no tocante à composição sociojurídica dos cultuantes de *Vénus*, atendendo à presença de quatro cidadãos romanos entre os 9 dedicantes registados, juntamente com dois libertos e duas

peregrinae. Como sugere a extensão geográfica deste culto, o mesmo terá então gozado de fraca adesão entre a camada indígena menos romanizada (Mantas, 2002a: 119). Assim, não obstante a “imposição” de um carácter greco-helenístico a este culto (Toutain, 1907: 386-87), não se terá necessariamente verificado uma representação dominante dos detentores desta ascendência entre os dedicantes de Vénus no Ocidente hispânico (Mantas, *op. cit.*: 122).

3.1.3. Cultos e divindades indígenas

3.1.3.1. Ocrimira

Regista-se apenas uma dedicante de *Ocrimira* no Sul do território actualmente português, cuja identificação é feita através de *duo nomina*, omitindo a filiação e possuindo um cognome bastante raro (*Saturisca*), com apenas um paralelo (CIL II2/7, 409, Córdoba, com reservas). J. M. Vallejo (2005: 506) crê que não se trata de um nome indígena, apontando para a cidadania da dedicante em questão; estaríamos então perante uma cidadã romana recente.

3.1.3.2. Runeso Césio

O único dedicante de Runeso Césio registado no Sul do território actualmente português parece apresentar-se como cidadão romano, apesar da omissão da filiação, dada a sua onomástica latina e posse de *tria nomina*; embora o seu cognome (*Rinus*) não surja referido na obra de I. Kajanto (1982) nem nas listas de antropónimos hispânicos de M. L. Albertos Firmat (1964 e 1972) ou J. M. Vallejo Ruiz (2005).

3.1.4. Cultos e divindades orientais

3.1.4.1. Cíbele

No tocante à situação sociojurídica dos dedicantes, o culto de Cíbele aproxima-se de outros da Ásia Menor, pela quase total ausência de militares e funcionários imperiais, bem como pelo maior peso dos dignitários provinciais e municipais. Este caracterizar-se-ia ainda pela boa representação dos particulares, escassa presença da cidadania romana, por oposição à do elemento indígena, e ausência do meio servil, como verificado no culto de Belona; contudo, no contexto da Hispânia, seria frequente a utilização de onomástica grega entre os

fiéis e os sacerdotes (Toutain, 1911: 103-107 e 110). Todavia, no caso de Cíbele, J. Alvar (2002: 208) alude à frequência de integrantes do meio servil entre os seus fiéis, bem como à participação autóctone no seu culto, em que a divindade parece ser invocada “mais como divindade cívica do que como deusa oriental e exótica” (*loc. cit.*).

Porém, no quadro da Lusitânia, além de os cidadãos romanos surgirem melhor representados do que seria de esperar para os cultuantes destas divindades, dado que, dos 11 dedicantes de Cíbele registados, 5 identificam-se como tal (45,5% deste total); apenas dois indivíduos apresentam onomástica oriental (CIL II 178 e 179), podendo ter descendido de libertos; e o elemento indígena parece surgir representado apenas por uma dedicante (CIL II 805), apesar da sua identificação incompleta.

Mais precisamente, na esfera urbana do espaço em análise encontra-se registado apenas um dedicante, cuja identificação é feita através de *tria nomina*, embora não tendo sido recuperado o cognome. O seu gentílico, *Agrius*, parece identificar indivíduos aparentemente bem romanizados (Encarnação, 1984: 41-42), atendendo a exemplos como o de Aljustrel (IRCP 137) e Miróbriga (IRCP 151). Estaremos então perante um cidadão romano, exercendo funções sacerdotais no culto de Cíbele.

3.1.4.2. Ísis e Serápis

J. Toutain (1911: 23) referira o carácter escasso e indirecto da intervenção oficial das cidades no culto de Ísis e Serápis, nomeadamente na construção de templos, estátuas e consagração de ex-votos, revelando-se certos testemunhos excepcionais neste aspecto: CIL II 1611 (Córdova), CIL II 4491 (*Aquae Calidae*, Caldas de Montbuy), e IRCP 231 (área urbana de Beja), registando a intervenção da *ordo decurionum* na erecção de um monumento consagrado a Serápis. Este culto terá então gozado de maior difusão na esfera individual, principalmente entre os integrantes da carreira militar e administração imperial, registando-se apenas dois procuradores imperiais na Hispânia (AE 1968, 230 e 232, Astorga); e entre os magistrados ou dignitários municipais, como a sacerdotisa registada em Braga (CIL II 2116).

Porém, os particulares desprovidos de títulos ou funções constituem o grupo mais numeroso, encontrando-se significativamente representado entre estes o meio servil, tanto na esfera pública como privada, em detrimento da cidadania romana; apresenta-se também frequente a utilização de onomástica grega, apontando para o relevante peso destas comunidades entre os cultuantes e sacerdotes das divindades egípcias nas províncias latinas do Império, mas escassa a onomástica indígena (Toutain, 1911: 24-28). Por seu lado, García y

Bellido (1967: 108-129) atribui aos dedicantes de Ísis e Serápis na Hispânia razoável posição económica e social.

Contudo, no contexto da Hispânia, a utilização de onomástica grega não se afigura assim tão frequente, verificando-se em menos de metade do conjunto epigráfico compilado em HEpOL, e sobretudo em inscrições da Bética e costa oriental da Tarraconense. O modesto grupo de dedicantes de Ísis registados na Lusitânia (3) entrava porém a formulação de considerações neste domínio, composto por um liberto portador de onomástica oriental, uma cidadã romana (a sua patrona), e outra presumível cidadã (ou pelo menos possuindo um antropónimo de origem itálica), possuindo a estrutura onomástica completa desta condição sociojurídica. Poder-se-á dizer o mesmo para os cultuantes de Serápis no contexto da Lusitânia, dois presumíveis cidadãos romanos de Beja.

No contexto geográfico em análise parece então verificar-se uma preponderância dos cidadãos romanos entre os cultuantes de ambas as divindades, que perfazem um total de cinco, encontrando-se representado apenas um liberto (Tabela 36), que constitui o único exemplo de onomástica oriental tanto no Sul do território actualmente português como na Lusitânia. Observa-se um predomínio dos particulares, tal como descrevera Toutain (1911: 24-25); apresentando-se porém a dedicatória a Serápis (IRCP 231) excepcional neste aspecto, ao documentar a intervenção da cidade no culto do mesmo.

3.1.5. Material epigráfico desprovido de teónimos ou epítetos

Por fim, creio que deverá ser incluído um parêntesis sobre este tipo de inscrições provenientes da esfera urbana, no domínio económico e das actividades, uma vez que entre estas se conta uma dedicatória de *Salacia* (FE 93, 2012, nº 416) a uma divindade desconhecida, presumivelmente protectora do gado lanígero, atendendo à gravação de uma ovelha no monumento; o que remeterá para a vocação comercial da cidade, destacando-se a preparação das lãs salacienses (Encarnação e Ferreira, FE 93, 2012, nº 416). Já outra epígrafe, de Évora (IRCP 377) encontra-se gravada numa representação escultórica de um touro em bronze, invocando outra divindade desconhecida; constituindo, para J. M. Blázquez (1962: 46), um testemunho da existência de um culto ao touro, de natureza indígena e ligado à actividade pecuária.

3.2. Mundo rural

3.2.1.a) Estrutura onomástica e gentílica

Contrariamente à situação verificada no mundo urbano, nota-se a preponderância de uma categoria, a dos nomes únicos, no tocante à estrutura onomástica dos cultuantes (Tabela 29). Já os portadores de *duo nomina* apresentam-se como o grupo menos representado, embora não se distanciando muito dos *tria nomina*. Esta situação afigura-se adequada ao contexto rural aqui considerado, embora não significando necessariamente uma mais escassa representação dos cidadãos romanos (ver ponto 3.2.1.b).

Dos cultuantes cuja identificação é feita através de *tria nomina*, cerca de 33% provêm da região de Elvas, sendo o termo rural de Amaia a região menos representada neste aspecto (Gráfico 30.1); porém, a distribuição desta estrutura onomástica no meio rural afigura-se relativamente homogénea, aproximando-se os vários núcleos entre si. No entanto, creio ser curiosa a parca representatividade de *Ossonoba* neste aspecto, sendo considerada uma região precoce e solidamente romanizada, bem como a posição de (embora subtil) destaque da região de Elvas, de localização mais setentrional.

Já entre os cultuantes que se fazem identificar através de *duo nomina*, o destaque é partilhado pelos arredores de Beja e pela área de Vila Viçosa e termo, atendendo ao Gráfico 30.2; sendo que metade deste total pertence ao género feminino (Tabelas 12, 16, 18-20 e 22).

Por fim, os portadores de nome único parecem proceder sobretudo de Elvas, enquanto as áreas de Vila Viçosa e *Ossonoba* rural surgem mais parcamente servidas neste aspecto (Gráfico 30.3). Creio que esta situação poderá dever-se não tanto à posição mais setentrional da região elvense, mas em parte ao facto de a sua amostra epigráfica, composta por 10 inscrições nas quais se registam 15 dedicantes, se encontrar entre as mais extensas neste contexto; além de que esta estrutura onomástica parece distribuir-se de forma relativamente equilibrada no meio rural.

Tal como no mundo urbano, a onomástica latina apresenta aqui uma posição de destaque (Tabelas 12, 16, 18-20 e 22-23), pois 45 dos 60 dedicantes rurais apresentam pelo menos um nome desta origem, incluindo escravos (IRCP 61, *Ossonoba*, e 290, Beja); destacando-se aqui certos casos de utilização exclusiva de nomes latinos numa estrutura onomástica tipicamente indígena (IRCP 569 – dois indivíduos; FE 46, 1994, n.ºs 206 e 207; HEp 4, 1994, n.º 1002), reflectindo o carácter incipiente da romanização destes indivíduos. Restam 15 dedicantes desprovidos de nomes latinos, 11 dos quais possuindo onomástica

claramente indígena e estatuto de *peregrini*, enquanto os restantes 4 se apresentam detentores de onomástica exclusivamente grega.

No domínio gentílico, a Tabela 33 mostra-nos uma mais escassa representação dos gentílios imperiais face ao mundo urbano (9 dos 60 dedicantes registados); verificando-se num dos casos (IRCP 286, Beja) a utilização do gentílico como cognome, por parte de uma dedicante portadora de dois gentílios. A escassez de gentílios imperiais, que parece ter caracterizado o âmbito votivo do espaço geográfico em análise, foi ligada, nalgumas regiões, a uma romanização precoce (Knapp, 1978, citado em Saquete, 1996: 79). Constatamos ainda o carácter fragmentado da distribuição dos gentílios, à semelhança do âmbito urbano, embora não de forma tão notória, dada a existência de algumas (ainda que subteis) concentrações; mantendo-se a maior frequência do gentílico *Iulius*.

Além dos já referidos *Aelius*, *Annius*, *Licinius* e *Valerius*, podemos encontrar neste âmbito mais gentílios de relevo em comparação com o mundo urbano. A saber: *Atilius*, que designaria uma *gens* financeiramente abastada, dado que 2 dos 3 portadores deste gentílico mandam erigir e pratear uma estátua a Júpiter (IRCP 60) e o restante se apresenta como presumível proprietário de uma *villa* (IRCP 290), identificando ainda uma família de destaque na Tarraconense (Castillo, 1985: 246); *Canidius*, designando uma família senatorial da região eborense (Encarnação, 1984: 455); *Carminius*, relacionável com o legado de Tibério (Encarnação, *op. cit.*: 696); e *Helvius*, gentílico do imperador Pertinax (séc. II d. C.), que se revela mais abundante na Lusitânia e partes da Bética que com ela confinam, onde os *Helvii* se apresentam entre as principais famílias locais, chegando a integrar o grupo senatorial (Dias e Coelho, 1995-97: 242).

3.2.1.b) Categorias sociais

Como vemos pela Tabela 31 e correspondente gráfico, avulta em primeiro lugar a representatividade dos cidadãos romanos em âmbito rural. Creio que esta situação, num contexto de domínio do nome único, se revela ilustrativa do erro em que incorremos ao associar de forma determinista certos estatutos sociojurídicos a determinadas estruturas onomásticas, nomeadamente os cidadãos romanos aos *tria nomina*; quando, na verdade, os *duo nomina* também se revelam passíveis de cumprir esse propósito, uma vez que, dos 14 indivíduos assim identificados neste âmbito, 9 (64,3%) apresentam-se detentores de cidadania romana. O segundo lugar pertence aos *peregrini*, o que se afigura adequado a este contexto rural; seguindo-se-lhes os libertos, enquanto a representatividade dos escravos se revela mais escassa.

Dos cultuantes que se apresentam como cidadãos romanos, 32% surgem registados no termo rural de Beja, o que poderá relacionar-se com a maior dimensão da amostra epigráfica votiva desta região, composta por 9 inscrições onde se registam 14 indivíduos. Creio ser ainda de notar o idêntico peso, neste aspecto, das regiões de *Ossonoba*, considerada a mais meridional do conjunto, e Elvas, que constitui uma das mais setentrionais (Gráfico 32.1.). Já os *peregrini* registam-se sobretudo em Elvas, o que se mostra consistente com a representação do nome único nesta região e com a sua situação geográfica; seguindo-se-lhe *Aritium Vetus*, também de localização mais setentrional (Gráfico 32.2.). Este estatuto encontra-se, porém, ausente de *Ossonoba*.

Por seu lado, os cultuantes integráveis na condição liberta provêm sobretudo do termo rural de Beja e da área de Vila Viçosa, que partilham o (embora subtil) destaque neste aspecto (Gráfico 32.3), enquanto as restantes fornecem apenas um indivíduo portador desta condição, ausente das inscrições do termo de Évora e de *Aritium Vetus*. Finalmente, os escravos encontram-se representados de forma equitativa nos focos rurais aqui considerados (Gráfico 32.4), exceptuando os de *Aritium Vetus*, Elvas e Amaia, embora não em abundância, uma vez que em cada um daqueles se regista apenas um indivíduo (Tabela 32). O exemplar de Amaia (IRCP 611) apresenta-se particularmente relevante, ao ilustrar a posse de escravos pelas mulheres, desde que possuíssem os necessários recursos financeiros.

3.2.2. Cultos e divindades romanas

3.2.2.1. Apolo

De acordo com J. Toutain (1907: 318-19), o culto de Apolo teria gozado de maior adesão junto das classes populares; porém, no contexto da Lusitânia, este ter-se-á popularizado junto das classes sociais mais elevadas, nitidamente romanizadas, bem como dos detentores de cargos ligados à organização administrativa, em detrimento do mundo indígena, como indicam a onomástica e os cargos registados na documentação epigráfica (Mantas, 2002b: 127). Esta remete-nos, no entanto, para a diversidade de estatutos sociojurídicos entre os cinco cultuantes registados, estando a cidadania romana representada através de duas dedicantes, e encontrando-se também presente um liberto desempenhando funções de augustal (AE 1936, 107, Lisboa); contudo, a amostra pouco significativa destas dedicatórias entrava a formulação de considerações a respeito do tecido sociojurídico dos cultuantes de Apolo.

Mais precisamente, no Sul do território actualmente português, a única dedicante registada (IRCP 286) apresenta-se detentora de cidadania romana, tendo em conta a sua onomástica latina, com um gentílico desempenhando o papel de *cognomen*, reflectindo um processo de identificação comum no sul do território português. Creio que cabe ainda referir aqui a aparente graciosidade deste monumento, bem como a grafia da fórmula final por extenso, reflectindo o propósito de ostentação da dedicante (Encarnação, 1984: 355).

3.2.2.2. Divindades consideradas de natureza aquática

1. Águas

A única inscrição descoberta no Sul do território actualmente português documentando a invocação das Águas traz-nos a conhecer apenas um dedicante, identificado unicamente através de cognome latino e omitindo a filiação, de acordo com a proposta de J. d'Encarnação (1984: 102), não obstante as reservas na reconstituição onomástica; encontrando-se o seu cognome registado por I. Kajanto (1982) exclusivamente na sua forma feminina. A condição deste indivíduo apresenta-se incerta, podendo tratar-se de um escravo ou *peregrinus*.

Também se afigura complicada a caracterização sociojurídica dos cultuantes das Águas no contexto da Lusitânia, dada a escassez de testemunhos epigráficos e de dedicantes deste culto no seu território (registando-se apenas três, um dos quais de condição incerta), o que dificulta a formulação de considerações neste domínio.

2. Fontano/Fontana

Como nos parecem mostrar as dedicatórias ao deus Fontano, o culto desta(s) divindade(s) terá gozado de apreciável difusão no meio servil. Numa destas inscrições (IRCP 437), o voto é cumprido por um escravo, claramente indicado como tal no texto e detentor de um nome (*Threptus*) derivado da palavra grega para “escravo nascido em casa”, frequente no mundo romano e atestado na Península (Solin, 1982: 985-87). Este teria sido *villicus* do presumível colono e proprietário da *villa* onde se pensa ter pertencido a inscrição, cuja onomástica latina e *tria nomina* sugerem a sua cidadania romana (Encarnação, 1984: 519); o seu cognome em particular ter-se-á aplicado a quatro senadores (Kajanto, 1982: 237).

Por seu lado, a inscrição de IRCP 438 regista duas personagens com gentílico comum, que J. d'Encarnação (1984: 520) interpretou como esposos libertos do mesmo senhor, atendendo aos cognomes: o da dedicante – *Pacina* - constitui o único testemunho

conhecido para I. Kajanto (1982: 162), podendo derivar de *pax* ou de *Paccius*; enquanto o do seu provável esposo – *Faustus* – seria aplicado com frequência no meio servil (Kajanto, *op. cit.*: 134; 272).

Em suma, este meio detém uma posição dominante entre os cultuantes de Fontano/Fontana no Sul do território actualmente português, não obstante o seu escasso número (apenas 4), metade dos quais possui condição liberta, sendo o restante escravo; perfazendo estes três indivíduos, em conjunto, uma percentagem de 75% do total de cultuantes (Tabela 37). Já no quadro da Lusitânia, apesar da parca abundância do conjunto epigráfico destas divindades (8 inscrições) e consequentemente dos dedicantes registados (9), verifica-se o igual peso da cidadania romana e do meio servil, sendo que cada uma destas categorias se faz representar por quatro indivíduos (dois libertos e dois escravos), possuindo o restante condição incerta.

3. *Ninfas*

J. Toutain (1907: 382-83), distinguira dois grupos entre os cultuantes das Ninfas, um dos quais formado pelos funcionários imperiais, militares, libertos ou escravos, geralmente estrangeiros em relação ao território onde habitam; sendo o outro constituído por habitantes autóctones, magistrados municipais e particulares.

Quanto ao espaço geográfico em análise, o único testemunho deste culto sugere a sua prática por habitantes autóctones, como seriam os dois dedicantes registados em IRCP 569, dada a sua identificação apenas através de nome único e patronímico, não obstante a onomástica latina, indicadora de uma romanização incipiente (Encarnação, 1984: 636). No contexto da Lusitânia, observa-se uma apreciável diversidade de cultuantes das Ninfas, apesar do subtil destaque dos *peregrini*, dado que, dos 16 dedicantes recuperados, 5 identificam-se como tal (31,3%), sem contar ainda com dois possíveis *peregrini*; encontram-se ainda representados quatro cidadãos romanos (25%) e dois integrantes do meio servil (12,5%), além de três indivíduos de condição incerta.

Em suma, considerando o conjunto de testemunhos dedicados às Águas, a Fontano e/ou Fontana e às Ninfas (4 de 73 – cerca de 5,5%), podemos dizer que o culto das águas detém razoável representação no Sul do território actualmente português, exclusivamente em âmbito rural, o que se apresenta consistente com a documentação expressiva deste culto no território peninsular (Blázquez, 2002: 24; Encarnação, 1984: 790). Os dedicantes deste conjunto de divindades inserem-se em diversos estatutos sociojurídicos, embora com destaque para o meio servil (Tabela 38).

3.2.2.3. *Divindades consideradas de natureza florestal*

1. *Diana e Silvano*

Como referira J. Toutain (1907: 262; também Ribeiro, 2005: 734), o culto de Silvano terá desempenhado um importante papel na religiosidade dos militares, atendendo à frequência de invocações por parte dos oficiais. Porém, esta situação não parece encontrar reflexo no espaço geográfico em análise, uma vez que os dois únicos cultuantes registados na documentação epigráfica dedicada a Diana e/ou Silvano (IRCP 58 e 61) se afiguram pertencentes ao meio servil.

Na primeira epígrafe, a origem grega do cognome do dedicante, frequente neste meio (Solin, 1982: 163-64), aponta para a condição liberta do mesmo. A gravação da fórmula por extenso, beleza da decoração e abreviatura do teónimo através de sigla sugerem a intenção de exibir a sua integração na norma cultural romana (Encarnação, 1984: 105). Já o dedicante da segunda inscrição possui apenas um cognome latino, aplicando-se cerca de 17% dos exemplos registados no CIL a indivíduos do meio servil (Kajanto, 1982: 289); o nome único e omissão da filiação sugerem então a sua condição de escravo, embora tal estatuto não colida com o nível económico e requinte estético implicados pela graciosidade da árula e sua decoração (Encarnação, 1984: 110).

Assim, embora disponhamos de escassa documentação do culto de Silvano na Lusitânia, onde se registam apenas três dedicantes, contando com os dois acima referidos (sendo o restante cidadão romano), a análise da sua epigrafia descoberta no Sul do território actualmente português parece corroborar a situação descrita por M. Pastor Muñoz (1981: 107) e L. Fernandes (2002b: 149-50), caracterizada por uma importante representação dos escravos e libertos entre os dedicantes hispânicos desta divindade; bem como pela presença de onomástica latina, não obstante a pertença dos indivíduos ao meio servil, situação observável sobretudo na Lusitânia.

Em suma, o culto de Silvano nesta província pode ser entendido como integrando-se em meio predominantemente rural e privado, e no seio das camadas populares, como os libertos ou escravos, tal como se terá verificado em território itálico, estando porém escassamente presente o elemento indígena (Fernandes, 2002b: 150; Ribeiro, 2005: 733-34). Tal como apontam os testemunhos recolhidos por J. Vives (ILER p. 39-40), também no restante território peninsular as homenagens prestadas a Silvano terão partido essencialmente de particulares.

Uma vez que as referidas epígrafes (IRCP 58 e 61) foram entendidas como registando possivelmente uma invocação conjunta de Diana e Silvano, os seus dedicantes poderão ser

integrados também no seio dos cultuantes da primeira, pelo que o seu culto no espaço geográfico em análise teria sido apenas praticado por indivíduos do meio servil. No entanto, no contexto da Lusitânia, apesar de contarmos apenas com 4 dedicantes (dado que quase metade das inscrições se apresenta desprovida dos mesmos), a cidadania romana parece deter idêntica representação à do meio servil, com 2 indivíduos, registando-se os restantes dois nas epígrafes algarvias acima referidas.

2. *Liber Pater*

No âmbito da Lusitânia, o estatuto sociojurídico dos cultuantes desta divindade caracteriza-se por uma apreciável diversidade, estando representadas todas as categorias, desde os cidadãos romanos aos libertos, passando pelos indivíduos autóctones; o seu culto ter-se-ia revestido de um cariz popular e maioritariamente rural, não se verificando uma monopolização das dedicatórias pelos estratos elevados mais ligados à cultura grega (Fernandes, 2002b: 146-47). No entanto, a consulta de HEpOL aponta para uma preponderância da cidadania romana entre os cultuantes de *Liber* e *Libera* na Lusitânia, uma vez que cerca de nove dos 13 dedicantes registados parecem identificar-se como tal, representando então 69,2% do núcleo de cultuantes.

Esta situação parece verificar-se também na epigrafia de *Liber Pater* no Sul do território actualmente português, que nos traz a conhecer três dedicantes (Tabela 39): dois presumíveis cidadãos romanos, dada a sua identificação através de *duo nomina* e onomástica latina, embora omitindo a filiação (RAP 386); e um possível *peregrinus* (HEp 7, 1997, nº 1149), que se identifica unicamente através de um cognome latino, documentado no território peninsular (Canto, 1997: 167-68, nº 206). Apesar deste escasso número de dedicantes, a sua situação afigura-se então consistente com a diversidade de estatutos sociojurídicos referida por Fernandes (2002b: 146-47) para os cultuantes de *Liber Pater* na Lusitânia.

3.2.2.4. *Divindades consideradas salutíferas: Salus*

A inscrição de Évora (IRCP 375), dada como pertencente à *villa* da família Canídia (Encarnação, 1990: 237), regista dois portadores de onomástica latina, um dos quais identificado através de *duo nomina*, tratando-se provavelmente de um cidadão romano. Já o outro, de condição incerta mas possivelmente também detentor de cidadania, possui apenas um gentílico, *Canidius*, designando uma importante *gens* eborense, que surge ligada à *gens Catinia* numa inscrição da zona (IRCP 381); designando-se uma das personagens desta última

Catinia Aciliana, cognome derivado de *Acilius*, sugerindo a pertença da mãe de *Catinia* à *gens Acilia*, a mesma do indivíduo beneficiado pelo voto. Documentar-se-ia assim o parentesco entre três famílias senatoriais de Évora (Encarnação, 1984: 449).

Por seu lado, a inscrição de Pisões (IRCP 290) regista também dois indivíduos: o dedicante, de condição escrava, possuindo um cognome latino aqui registado pela primeira vez em território peninsular, assaz frequente em África (Kajanto, 1982: 326); e o patrono, portador de uma onomástica latina, tratando-se provavelmente de um cidadão romano. O facto de o seu cognome designar também um senador registado em Montemor-o-Novo (IRCP 414) e um quatuórviro de Cádiz (CIL II 1305) levou J. d'Encarnação (1984: 361) a apoiar a hipótese de este patrono constituir o proprietário da *villa* de Pisões, pelo que o dedicante constituiria um escravo rural. Já G. Alföldy (1972-74: 411-16) entende o seu patrono como um senador de origem lusitana, admitindo ainda a sua possível identificação com o homónimo registado como legado da Aquitânia no ano de 69.

Ainda nesta epígrafe, a colocação da sigla N entre o nome do senhor e o do escravo, designando um pronome possessivo a fim de imitar a forma de identificação dos escravos imperiais, constitui um índice de romanização (Encarnação, 1984: 360). Assim, a aparente ligação do culto de *Salus* ao mundo das *villae* e a presença de *gentes* abastadas (*Canidia* e *Atilia*) entre os seus dedicantes, juntamente com o contexto de clara romanização reflectido pelas epígrafes, apesar da sua inserção em meio rural (Encarnação, 1984: 797), parece excluir o espaço geográfico em análise da descrição feita por Leite de Vasconcelos (1913: 265) do culto de *Salus* na Hispânia.

No contexto da Lusitânia, os cidadãos romanos parecem ser a categoria melhor representada entre os seus cultuantes, uma vez que nove dos 14 indivíduos registados se identificam como tal, considerando ainda outro de condição incerta, mas que se tratará possivelmente de um cidadão. Já no espaço geográfico em análise, a cidadania romana encontra-se representada por cerca de metade dos dedicantes aqui registados; se considerarmos ainda um outro, de condição incerta mas que teria sido possivelmente cidadão (atendendo à posse de gentilício), esta categoria representaria 75% dos dedicantes de *Salus* no Sul do território actualmente português (Tabela 40). Por outro lado, considerando as divindades salutíferas no seu conjunto, poderemos conceber um apreciável peso para a condição servil entre os seus dedicantes, que se aplicaria a cerca de metade destes (Tabela 41).

3.2.2.5. Divindades tutelares: *Lares*

No contexto da Lusitânia, registam-se cerca de 18 dedicantes (excluindo as colectividades), a maioria dos quais (10) se identifica como *peregrini*, restando 5 cidadãos romanos e três indivíduos de condição incerta. Das duas inscrições em homenagem aos Lares no espaço geográfico em análise, apenas uma (HEp 9, 1999, n° 738) conserva a identificação do dedicante, presumivelmente um cidadão romano recente, dada a sua estrutura onomástica – gentilício, cognome latino frequente no meio servil (Kajanto, 1982: 73 e 291) e possível prenome, desaparecido – bem como a aparente gravação do patronímico à moda indígena. Esta epígrafe teria sido lavrada num contexto de sólida romanização, que se afigura comum às dedicatórias aos *Lares* na Lusitânia, caracterizando-se pelo cuidado da paginação, elegância e bom talhe dos caracteres (Diogo e Feio, FE 62, 1999, n° 280).

Em suma, tomando no seu conjunto as divindades tutelares cultuadas no Sul do território actualmente português, podemos constatar, não obstante o escasso número de dedicantes, o idêntico peso dos cidadãos romanos e escravos; porém, somando a representação destes à dos indivíduos que, embora de condição incerta, foram dados como pertencentes ao meio servil, notamos que este parece representar 50% do total de cultuantes destas divindades em ambas as esferas do espaço geográfico em análise (Tabela 34.1).

3.2.2.6. *Júpiter*

No concernente ao mundo rural, encontram-se representadas diversas situações de relevo no domínio da caracterização sociocultural dos dedicantes de Júpiter. Em primeiro lugar, importa referir uma inscrição (IRCP 60, *Ossonoba*), marcada pelo requinte e graciosidade, e dedicada por três cidadãos que mandam erigir e pratear uma estátua em sua homenagem (Encarnação, 1984: 107-109). Por sua vez, uma das inscrições da área de Vila Viçosa e termo (IRCP 439) constitui o único testemunho de devoção de um militar, da VII Legião Gémea Pia Félix, na epigrafia de Júpiter no Sul do território actualmente português.

Já do termo rural de Amaia procede uma inscrição (IRCP 609) que, embora não tendo sido contabilizada na caracterização sociojurídica dos cultuantes, constitui o único testemunho de homenagem a Júpiter por parte de uma colectividade, cuja designação não pôde ser recuperada, tendo porém sido já propostas as designações de *Camalog(enses?)* (Toutain, 1907: 202) e *Camalocenses* (Alarcão, 1983: 82). Estamos aqui perante uma homenagem oficial a Júpiter, através de um acto de sujeição pública pela comunidade de *vicani* ao deus superior do povo vencedor (Encarnação, 1984: 794). De facto, como referira J. Toutain (*op. cit.*: 202-203), podemos encontrar menções de *vici* e *vicani* nas inscrições dedicadas a I. O. M., em maior número do que as de cidades, sendo muitas daquelas

organizações territoriais de origem militar, o que não parece ter-se verificado contudo no caso amaiense.

Por fim, os dois únicos dedicantes de Júpiter do espaço geográfico em análise identificados como *peregrini* encontram-se registados nas duas inscrições provenientes de *Aritium Vetus*, uma região onde (pese embora a escassez de nomes de indivíduos recuperados) se encontra unicamente representada esta categoria sociojurídica (Tabela 23). A representação dos *peregrini* entre os cultuantes de Júpiter não constitui uma situação estranha no contexto das províncias do Império, a ver pelo exemplo das províncias germânicas, onde a presença do estrato autóctone se revela significativa, conferindo um carácter distinto ao culto de Júpiter nesta região (Toutain, 1907: 215).

Em suma, e de forma mais notória face ao mundo urbano, a representação da cidadania romana apresenta-se preponderante entre os sete dedicantes de Júpiter registados no mundo rural, atendendo à Tabela 35, através da qual vemos também que apenas nesta esfera se registam cultuantes autóctones. Nesta perspectiva, J. de Alarcão (2002: 167) aludira à feição predominantemente rural do culto de Júpiter enquanto divindade oficial romana, manifestada através da maior abundância de testemunhos fora dos núcleos urbanos; a sua fácil assimilação pela população rural e supostamente menos romanizada parece sugerir o uso de Júpiter para “substituir” uma divindade indígena, juntamente com a coexistência do seu culto com outros autóctones no mesmo contexto. Creio que cabe referir, neste sentido, a perspectiva de Olivares Pedreño (2006: 145), segundo a qual o culto de Júpiter teria exercido uma forte influência na evolução religiosa das comunidades indígenas habitantes dos territórios rurais da Hispânia céltica.

Assim, a diversidade de categorias sociojurídicas entre os dedicantes de Júpiter capitolino a que aludira J. Toutain (1907: 211) parece encontrar reflexo no Sul do território actualmente português, pois, embora os cidadãos romanos constituam a categoria dominante, também os *peregrini* e os libertos se encontram presentes (Tabela 35.1).

3.2.2.7. *Marte*

Regista-se neste âmbito apenas um dedicante de Marte, que se afigura detentor de cidadania romana, dada a sua identificação através dos *tria nomina*, omitindo contudo a filiação; tanto o seu gentílico como o cognome, ambos latinos, documentam-se aqui pela primeira vez na epigrafia do espaço geográfico em análise, registando-se porém o seu gentílico por diversas vezes em âmbito indígena (Encarnação, 1984: 635).

Podemos então ver que, entre os cultuantes de Marte no espaço geográfico em análise, tanto na esfera urbana como rural, encontra-se exclusivamente representada a cidadania romana, não subsistindo porém quaisquer elementos que apontem para o cumprimento de cargos ou funções militares entre estes. Embora contemos apenas com três indivíduos, implicando elevada cautela na formulação de cenários de caracterização sociojurídica, creio que importa referir que a situação acima descrita parece contrariar o cenário proposto por Toutain (1907: 258) no tocante à representatividade dos elementos romano e indígena no seio dos cultuantes de Marte na Hispânia.

3.2.2.8. *Prosérpina*

Dos seis dedicantes registados nas inscrições atribuídas à região elvense, dois apresentam-se detentores de cidadania romana, dada a sua identificação através de onomástica de modelo quiritário (3 ou 2 nomes para os homens, e 2 nomes para as mulheres). Entre os restantes, conta-se uma mulher de condição incerta, pela sua onomástica peculiar: *Eunois Plautilla*, portadora de dois cognomes parcamente representados na Península e no mundo romano (Encarnação, 1984: 638), constituindo o primeiro uma presumível latinização do grego *Eunoe*, relacionável com os ideais de benevolência e cordialidade, do qual H. Solin (1982: 1221) refere apenas um exemplo, de condição incerta. Contudo, o elemento onomástico grego não permite sugerir uma ligação com o universo dos libertos, no qual se revelaria mais adequada a presença de um *nomen* latino.

A. M. Canto (2004: 333, nota 100) propõe a interpretação de *Eunois* não como cognome, mas sim como um “*supernomen* em sentido quase adjectival (“benevolente, simpática”), e portanto a leitura deste nome como “a amável/simpática Plautila” (*loc. cit.*). Porém, o facto de estarmos perante um caso efectivamente raro e inusitado cria algumas dificuldades de aceitação desta proposta.

Encontra-se ainda representado um possível liberto, como sugere o seu cognome de origem grega e significativa conotação cultural (*Parthenopaeus*), remetendo para Partenopeu, rei de Arcádia (Encarnação, 1984: 637), e aplicando-se com frequência no meio servil, embora a maioria dos exemplos registados deste nome designe indivíduos de condição incerta (Solin, 1982: 510). Por fim, também o elemento indígena não se encontra ausente no culto de Prosérpina, atendendo aos dois dedicantes identificados como *peregrini*, bem como à invocação desta divindade como *dea Proserpina* numa das epígrafes (IRCP 573).

Assim, a distribuição das classes sociojurídicas no culto de Prosérpina afigura-se fragmentada, dado o idêntico peso dos cidadãos romanos e dos *peregrini* entre os seus

dedicantes (Tabela 42). Porém, creio ser curioso constatar a preponderância dos *peregrini* na estrutura sociojurídica da região de Elvas, de onde provêm todos estes dedicantes (Tabela 20).

3.2.3. Cultos e divindades indígenas

3.2.3.1. *Andaieco*

O único cultuante de *Andaieco* registado no território actualmente português, e também em toda a Hispânia, afigura-se detentor de condição *peregrina*, como pensa J. d'Encarnação (FE 49, 1995, nº 221), embora não se tenha podido recuperar o seu nome, atendendo em parte à grafia do patronímico por extenso. O formulário desta inscrição reflectirá um elevado nível de aculturação, pela sua raridade na epigrafia votiva peninsular (Encarnação, *loc. cit.*).

3.2.3.2. *Atégina e outras “Deusas Santas”*

Já Leite de Vasconcelos (1905: 173) havia apontado para a grande diversidade de categorias representadas entre os cultuantes de *Atégina*, desde a dos escravos à dos cidadãos romanos, passando pelos *peregrini*. J. M. Abascal (2002: 56) parece confirmar este cenário, realçando ainda o facto de não se verificar uma maior representação de dedicantes autóctones, o que seria explicado pela profunda fixação do culto numa fase avançada do Principado, bem como pelos processos de *interpretatio* com divindades romanas e orientais, o que propiciaria a sua generalização.

De facto, entre os cerca de 31 dedicantes registados na epigrafia votiva de *Atégina* na Lusitânia, encontram-se representadas diversas categorias sociojurídicas, desde os cidadãos romanos, que detêm uma posição de destaque, dado que 17 indivíduos parecem identificar-se como tal (54,8% do conjunto), aos 6 *peregrini* (19,4%), passando por 2 escravos e um liberto com reservas. Esta situação parece ser corroborada pelas inscrições do espaço geográfico em análise com dados onomásticos, oriundas unicamente da esfera rural, embora estas registem apenas três cultuantes (Tabela 43). Também o dedicante da “*Deusa Santa Burrulobrigense*” (IRCP 566) se afigura detentor de cidadania romana, pela posse de *tria nomina*, grafados através de siglas.

3.2.3.3. *Bandue/Bandi*

Verifica-se uma preponderância do elemento indígena entre os cultuantes desta divindade na Lusitânia, onde se encontram registados cerca de 25 dedicantes (apesar das reservas na leitura e interpretação da inscrição de Arronches, onde figura também esta divindade), uma vez que 22 destes parecem identificar-se como *peregrini*, entre os quais os seis dedicantes de *Bandue/Bandi* registados no espaço geográfico em análise, constituindo cerca de 88% deste total. Creio que cabe ainda referir a presença de dois militares (CIL II 403, de Viseu; e AE 1985, 524, de Guarda), aos quais se junta outro procedente da Galécia (AE 1968, 23), e de um indivíduo detentor de *tria nomina*, embora com uma onomástica inusitada (AE 1954, 96a, de Aveiro).

3.2.3.4. *Carneu Calanticense*

Não obstante o seu escasso número, os cultuantes desta divindade no espaço geográfico em análise reflectem uma estrutura sociojurídica diversa (Tabela 44), na qual se encontram igualmente representadas a cidadania romana, pela estrutura onomástica da dedicante (IRCP 410); o meio servil, dada a origem grega do cognome *Hermes* (IRCP 411), atribuído frequentemente a escravos (Solin, 1982: 342-52); e o meio indígena, atendendo ao patronímico do dedicante registado em IRCP 412.

De acordo com J. d'Encarnação (1984: 800), esta diversidade, juntamente com o carácter clássico do formulário votivo em todas as epígrafes e a abreviatura do teónimo através de siglas (IRCP 412), constituiria um indicador da popularidade deste culto.

3.2.3.5. *Dea Medica*

Regista-se apenas uma dedicante que cumpre um voto à Deusa Médica no espaço geográfico em análise, portadora de uma onomástica latina, embora identificando-se unicamente através de um cognome e patronímico à maneira indígena, pelo que estaremos perante uma *peregrina*. Porém, a ausência de testemunhos no contexto da Hispânia impossibilita o enquadramento desta situação.

3.2.3.6. Divindades de Arronches: *Broeneia, Harase, Munidi (Munis) e Reve*

Registam-se, numa única epígrafe (Carneiro *et al.*, 2008), três dedicantes destas divindades, inicialmente tidos como pastores ou comerciantes de ovelhas, não obstante a falta de paralelos conhecidos para o vocábulo *Ovoviani*, lido por Carneiro *et al.* (2008: 172), que

admite porém o carácter hipotético desta interpretação; vindo posteriormente a ser entendidos como áugures, a partir da leitura de J. Cardim Ribeiro (2010: 43 e 51) do termo como *Ogurani*.

Apenas um dos antropónimos (*Apinus*) conta com testemunhos na Lusitânia, registando-se ainda a presença do radical *vend-* do segundo dedicante (*Vendicus*) noutros antropónimos, enquanto o último (*Eriadainus* – leitura de Ribeiro, 2010: 43) não conta com qualquer palavra aproximável, propondo Carneiro *et al.* (2008: 172), a partir da leitura *Eriacainus*, a relação com a raiz **er-*, que os celtistas remetem para os conceitos de animais como cordeiro, vaca e gamo. Registrar-se-ia ainda na mesma inscrição outro antropónimo, desta vez feminino (*Attedia*), sendo frequente o registo de nomes começados por *att-* na onomástica indígena, embora este surja aqui pela primeira vez na Hispânia (Prósper e Villar, 2009: 27; Ribeiro, 2010: 54-55).

No contexto da Lusitânia, a ausência de testemunhos do culto de *Broeneia* e *Harase*, além da inscrição de Arronches, impossibilita a caracterização sociojurídica dos seus cultuantes. Por outro lado, tanto no caso de *Munis* como no de *Reve*, prevalece o elemento indígena entre os seus dedicantes lusitanos (3 e 4, respectivamente); destacando-se alguns indivíduos, nomeadamente o único dedicante de *Reve* que não se insere nesta situação, identificado como duúnviro (CIL II 5276, Cáceres), e um dos *peregrini* que homenageiam *Munis* (AE 1915, 8, Cáceres), pelo seu nome, *Ammaia Boutea*.

3.2.3.7. *Quangeio*

O elemento indígena terá gozado de apreciável representação entre os cultuantes de *Quangeio*, uma vez que, entre os 7 dedicantes registados na Lusitânia, 6 parecem identificar-se como *peregrini* (85,7% deste total); encontrando-se ainda representado um cidadão romano (FE 38, 1991, nº 174, Borba), que se demarca dos restantes dedicantes deste espaço. Tanto este caso como o de outro cidadão (FE 23, 1987, nº 102, Orense), ao registarem indivíduos verosimilmente romanizados, apontam para a perduração deste culto e para a adição de *Quangeio* ao conjunto das divindades mais veneradas na Península Ibérica (Alfenim, FE 38, 1991, nº 174).

Porém, no Sul do território actualmente português registam-se apenas dois dedicantes, o referido cidadão romano e um *peregrinus* de Nisa (IRCP 641). A idêntica representação destas categorias (Tabela 45) poderá, no entanto, não ter correspondido à realidade, atendendo à situação descrita no contexto da Lusitânia e ao entrave da falta de dedicantes em metade da epigrafia votiva de *Quangeio* do espaço geográfico em análise.

3.2.3.8. Toga

Tal como o número de epígrafes consagradas a esta divindade, também o número de cultuantes da mesma se apresenta escasso, registando-se apenas 4 no contexto da Lusitânia; estes apontam no entanto para uma composição sociojurídica diversa, na medida em que dois destes parecem apresentar-se como *incolae*, dada a sua onomástica invulgar, presumivelmente de origem itálica. Integram ainda este grupo um *peregrinus* e uma liberta, registada na única dedicatória a Toga procedente do território actualmente português (IRCP 611).

3.2.4. Cultos e divindades orientais

3.2.4.1. Belona

Verifica-se uma quase total ausência de militares e funcionários imperiais entre os cultuantes de Belona nas províncias do Império, aplicando-se também esta situação a outras divindades da Ásia Menor, tendo porém os dignitários provinciais, e sobretudo municipais, detido um peso mais significativo. Nota-se ainda uma apreciável representação dos particulares, nomeadamente indígenas, encontrando-se porém ausentes os libertos e escravos, enquanto os cidadãos romanos constituem uma categoria excepcionalmente presente (Toutain, 1911: 103-107).

Todavia, no contexto da Lusitânia, onde se registam cerca de 15 dedicantes, a presença dos *peregrini* não se distancia muito da dos cidadãos romanos, sendo atribuídos a cada condição, respectivamente, 6 e 7 indivíduos, aos quais correspondem as respectivas percentagens de 40% e 46,7% do total de dedicantes; não se registando quaisquer integrantes do meio servil. A significativa representação do elemento indígena entre os cultuantes de Belona parece encontrar reflexo no único testemunho deste culto no território actualmente português (FE 46, 1994, nº 207), que regista apenas um dedicante desta condição. Contudo, este manteria já alguma ligação com a realidade sociocultural romana, atendendo ao uso do seu nome como gentílico na onomástica vulgar latina, bem como à grafia da filiação por extenso e à origem latina do patronímico, corroborando então a grande aceitação de Belona entre os indígenas (Maciel, Maciel e Encarnação, *loc. cit.*).

3.2.4.2. Cibele

Numa das inscrições do mundo rural (IRCP 289, Beja), encontramos dois portadores de nome único, de origem oriental, contando com três paralelos na Península: um escravo, um filho de *peregrini* e um indivíduo sem indicação do seu estatuto social (Encarnação, 1984: 358, nota 1). Este autor (*loc. cit.*) sugere a sua descendência de libertos, identificando-se através de *tria nomina*, mas designados apenas pelo cognome pela maior facilidade; enquanto J. Alvar (2002: 207) os entende como “seguramente escravos”, tratando-se, de todas as formas, de integrantes do meio servil.

A mesma inscrição regista dois sacerdotes, provavelmente cidadãos romanos, cuja identidade de gentílios sugere uma relação de filiação, tal como a dos dedicantes, o que aponta para a importância dos laços familiares neste culto, propícios à manutenção do carácter exotérico e secreto da iniciação (Encarnação, 1984: 359). Por fim, o dedicante de IRCP 440 (Estremoz) parece apresentar-se também como cidadão romano, atendendo à origem latina do cognome e à pouca frequência da sua aplicação no meio servil (Kajanto, 1982: 276); embora J. d’Encarnação (1984: 523) defenda a condição liberta deste indivíduo.

Os cultuantes de Cíbele no Sul do território actualmente português caracterizam-se então pela significativa representação da cidadania romana, por um lado, que se afigura consistente com a situação descrita no quadro da Lusitânia; e presença de possíveis descendentes de libertos, por outro (Tabela 46), que também se verificaria em Lisboa (CIL II 178 e 179). Este cenário parece então corroborar, em parte, a situação descrita por Toutain (1911: 103-107 e 110) no contexto das províncias do Império. Por outro lado, contrariando a ideia deste autor (Toutain, *op. cit.*: 107) de ausência do meio servil entre os cultuantes das divindades oriundas da Ásia Menor, J. d’Encarnação (1984: 772) sugere o estabelecimento de uma ligação entre os libertos e os cultos orientais.

Tanto na esfera rural como urbana do espaço geográfico em análise, não surgem registados militares ou comerciantes entre os cultuantes das divindades orientais, entendidos como os principais agentes de difusão destes cultos; no caso particular de *Pax Iulia*, considerando ainda a sua situação interior, pouco propícia a contactos comerciais com o Oriente, a fixação dos cultos orientais terá decorrido da liberdade de acção socioideológica das elites locais face ao “abandono” da colónia pelo poder imperial e distanciamento da classe senatorial em relação à mesma (Dias, 1981: 34).

3.3. Inscrições de procedência não referida

No domínio da estrutura onomástica e categorias sociais, regista-se apenas um magistrado de *Pax Iulia*, portador de *duo nomina*, cujo cognome de origem grega, frequente no meio servil (Solin, 1982: 27-28), sugere condição liberta, embora com algumas dúvidas de J. d'Encarnação (1984: 415). Este personagem terá detido elevado estatuto socioeconómico, atendendo à sua oferta de uma placa a fim de perpetuar a edificação feita pelos membros de um sodalício dos Brácaros de Mitra. Esta epígrafe (IRCP 339) constitui a única em território peninsular que testemunha a associação dos cultuantes mitríacos em sodalícios, embora se desconheça a natureza deste – religiosa ou socioprofissional (Dias, 1981: 35; García y Bellido, 1967: 34). Ilustra ainda a intervenção das cidades na organização do culto, apresentando-se pouco significativo o papel da esfera municipal no culto de Mitra nas províncias latinas (Toutain, 1911: 163).

Entre os cultuantes de Mitra contam-se os funcionários da administração imperial (CIL II 2634, Astorga), apresentando-se porém mais significativo o peso do elemento militar; por outro lado, a burguesia municipal, magistrados municipais e funcionários subalternos da administração não parecem ter tido um papel muito relevante na organização e difusão deste culto. Também se encontram abundantemente representados os particulares, entre os quais surgem com frequência os nomes gregos, bem como os escravos e libertos; escasseando porém o elemento indígena (Toutain, 1911: 160-63 e 166-67), como confirma J. Alvar (1981: 64) com base na implantação da maioria das prováveis comunidades mitríacas na Hispânia em colónias romanas e num município. Trata-se de um culto exclusivamente masculino, dada a ausência de mulheres na epigrafia votiva de Mitra na Hispânia (Alvar, 1981: 68).

No contexto da Lusitânia, apesar da escassez de dedicantes (7), constatamos a significativa representação do meio servil, através de um escravo e dois libertos, um dos quais entendido como provável sacerdote. Por seu lado, o conhecido sacerdote *G. Accius Hedychrus*, referido mais de uma vez nas inscrições deste conjunto, não teria possuído condição liberta, mas sim origem oriental, tendo gozado de elevado estatuto socioeconómico, a julgar pela riqueza do mitraísmo emeritense na sua época (Alvar, 1981: 66). Encontram-se também presentes os cidadãos romanos (3), um dos quais portador do cargo de abastecedor de trigo (AE 1905, 25), tratando-se do único cultuante militar documentado na Lusitânia.

3.4. Endovélico. Uma tentativa de caracterização sociojurídica dos seus cultuantes

Com vista ao melhor conhecimento dos cultuantes de Endovélico do ponto de vista sociojurídico, foram analisadas 59 epígrafes do conjunto de 89 procedentes de S. Miguel da Mota, das quais puderam ser recuperados 75 dedicantes; tendo então sido excluídas aquelas desprovidas de dados onomásticos, ou demasiado incompletas/duvidosas neste aspecto.

3.4.1. Estrutura onomástica e gentílica

A observação da origem dos nomes parece ilustrar a sólida fixação da norma romana de identificação entre os cultuantes de Endovélico (Tabelas 47.1 a 47.3), dado verificar-se um predomínio da onomástica romana face à indígena, comum à globalidade do espaço em análise, apesar da sugerida origem pré-romana do culto, uma vez que 65 dos 75 indivíduos recuperados possuem pelo menos um nome de origem latina, incluindo escravos (IRCP 489, 515, 536). Apenas 11 indivíduos parecem apresentar um nome indígena na sua estrutura onomástica, se considerarmos *Antubellicus*, *Critonius*, *Dobetianus*, *Mogolius*, *Sitonius* e *Vivennius* como ligados à onomástica pré-romana (Dias e Coelho, 1995-97: 248); embora apenas dois deles (IRCP 493 e AE 2004, 705) se apresentem como detentores da condição de *peregrini*, identificados unicamente através deste nome.

Também a análise das estruturas onomásticas presentes se revela elucidativa neste aspecto: dos 75 indivíduos registados, 44% apresentam-se portadores de *tria nomina*, não se afastando demasiado dos *duo nomina*, que constituem a forma de identificação de 37,3% do total de cultuantes; pertencendo 24 dos 28 indivíduos identificados desta forma ao género feminino (Tabela 47.2). Por fim, o nome único, associado às condições indígena e servil, identifica 17,3% do total de cultuantes (Tabela 48 e Gráfico 48.1). Este cenário contrasta com o do mundo rural do Sul do território actualmente português, em que o nome único surge como a estrutura onomástica dominante.

A maior amostra epigráfica do santuário, em comparação com o restante espaço geográfico em análise, traz-nos uma maior diversidade de gentílios, cuja distribuição se afigura menos fragmentada (Tabela 50). Dos 75 indivíduos registados, 31 possuem gentílios imperiais, nomeadamente designando imperadores cujo governo ultrapassa os finais do séc. II d. C. (*Annius*, *Antonius*, *Caelius*, *Helvius*, *Licinius*, *Messius*, *Vibius*), e mesmo do séc. IV (*Valerius*, designando imperadores da dinastia constantiniana). Seguem-se a *Iulius*, em termos de representatividade, *Annius*, *Calpurnius* e *Vibius*. Entre os cultuantes de Endovélico contar-

se-iam então *gentes* de posse e prestígio, como seriam os *Vibii* (Encarnação, 1984: 612), gentílico ausente do espaço geográfico em análise, salvo em S. Miguel da Mota; estando contudo registado em cidades do vale do Guadalquivir como *Hispalis* (Sevilha), *Corduba* (Córdova) e *Italica* (Santiponce, Sevilha) (Saquete, 1996: 80). Neste sentido, devem ainda ser referidos os gentílios *Annius*, *Helvius*, *Messius* e *Valerius*; assim, os *nomina* dos cultuantes de Endovélico seriam, na sua maioria, comuns as famílias senatoriais não apenas da Lusitânia, mas também da Bética (Dias e Coelho, 1995-97: 248-49).

3.4.2. Categorias sociais e potencial económico

De facto, como mostram a Tabela 48 e o Gráfico 48.2, a maioria dos cultuantes (cerca de 75%) apresenta-se detentora de cidadania romana, o que se mostra consistente com o peso dos *tria nomina*, e também com a frequente utilização dos *duo nomina* para designar cidadãos romanos, dado que 23 dos 28 indivíduos portadores desta estrutura onomástica apresentam-se como tal (Tabela 47.2); registam-se ainda quatro indivíduos de condição incerta, mas que poderão ter sido *civi romani*.

As restantes categorias encontram-se representadas de forma residual, avultando a fraca presença dos indivíduos de condição indígena; porém, não deixa de se verificar uma apreciável diversidade social dos cultuantes desta divindade (Vasconcelos, 1905: 138). Comparando com o mundo rural do espaço geográfico em análise na sua globalidade, a representatividade da cidadania emerge como traço comum, embora a escassez de *peregrini* entre os cultuantes de Endovélico contraste com a representação desta condição em âmbito rural.

Estes cultuantes parecem ter integrado sobretudo a esfera dos particulares, dada a escassez de funcionários da administração imperial ou magistrados provinciais e municipais, estando contudo presente o elemento militar, através de um indivíduo identificado como cavaleiro romano (IRCP 492); bem como do cognome de um dos dedicantes, *Equester* (IRCP 527) que se afigura relacionável com a classe equestre, segundo J. d'Encarnação (1984: 605), embora não disponhamos de quaisquer referências a cargos ou funções deste indivíduo em âmbito militar, o que coloca algumas reservas a encarar este indivíduo como cavaleiro romano. Também a presença de vestígios escultóricos exibindo atributos claramente militares aponta para a presença deste elemento em S. Miguel da Mota (Dias, 2002a: 91).

Além da onomástica, outros aspectos reflectem a apreciável romanidade dos dedicantes de Endovélico: a qualidade e graciosidade de certos monumentos, revelando a integração dos dedicantes nos hábitos estéticos romanos; o uso de formulário nitidamente

latino, nomeadamente *animo libens votum solvit*, que constitui a fórmula mais utilizada (19 das 89 epígrafes), embora 36 inscrições deste conjunto surjam desprovidas de fórmula final, destacando-se ainda neste sentido as expressões *praestantissimi et praesentissimi numinis* (IRCP 492) e *hunc deum sibi propitiatum* (IRCP 495); e a gravação dos *tria nomina* através de siglas (IRCP 523, 528 e 530).

Como propõem M. M. A. Dias e L. Coelho (1995-97: 236), os cultuantes detêm, além da sua acentuada romanidade, um estatuto socioeconómico geralmente elevado, pelo menos o suficiente para permitir as oferendas em prata e de estátuas, muitas de boa qualidade artística e elevado preço; o qual se manifesta de forma bastante mais notória face à globalidade do espaço em análise. Efectivamente, pelo menos 15 inscrições da epigrafia votiva de Endovélico (IRCP 484, 486, 492, 495, 496, 498, 503, 504, 512, 514, 516, 525, 529, 534 e 535), pela forma do seu suporte, poderão apontar para a erecção de estátuas à divindade, uma delas (IRCP 486) de prata, uma vez que poderão ter sido gravadas em presumíveis pedestais, com excepção do busto (IRCP 534) que representaria um togado de âmbito presumivelmente imperial (Encarnação, 1984: 610); bem como de uma edícula (IRCP 523), entendida como um pequeno templo com o propósito de recolha do ex-voto (Encarnação, 1984: 601).

Porém, impõe-se alguma cautela na consideração deste aspecto, pois nem sempre podemos ver claramente a gravação da inscrição num pedestal, como é o caso de seis destas epígrafes, além de que mesmo a existência de um pedestal não garante a erecção de uma estátua a Endovélico, pela eventualidade de o monumento ter sofrido modificações posteriores. O estatuto socioeconómico deteria então considerável importância para os seus cultuantes, como sugere ainda a possibilidade de as mulheres possuírem escravos, desde que o seu potencial económico o permitisse; de facto, três das quatro situações de escravatura registadas entre os cultuantes (Tabela 48) registam uma patrona do sexo feminino (IRCP 489, 497 e 515).

Já no que respeita a actividades económicas, não obstante a apreciável fama do santuário, a observação dos diversos suportes das inscrições indica a quase exclusiva utilização do mármore de Estremoz/Vila Viçosa, bem como a utilização residual de mármore dos arredores do santuário, como o de Trigaches e o de Pardais; o que anula a hipótese, avançada por Leite de Vasconcelos, de coincidência dos locais de proveniência das dádivas com os dos seus ofertantes (Dias e Coelho, 1995-97: 238). O santuário de Endovélico terá então mantido contactos privilegiados com a área de Vila Viçosa, onde se documentam vestígios de extracção de mármore em época romana (Alarcão, 2002: 119 e 135; Calado, 1996: 99; Encarnação, 1984: 577-78).

Nesta perspectiva, a análise dos mármore utilizados aponta não apenas para a existência de uma oficina local, mas também de uma produção local, exclusiva, na qual seriam utilizados mármore regionais (Dias e Coelho, 1995-97: 238). De facto, das 89 dedicatórias a Endovélico, pelo menos 68 foram lavradas em mármore de Estremoz/Vila Viçosa, podendo este número ter abrangido mais inscrições, pois nalgumas destas não surge especificado o tipo de mármore no qual foram gravadas, como vemos na Tabela 51. Uma inscrição (IRCP 497) revela-se particularmente importante na abordagem a esta questão, ao registar um dedicante identificado como marmorista, servo de uma mulher de elevado estatuto social, como sugerem os seus dois gentílicos, *Aurelia* e *Vibia* (Encarnação, 1984: 578). Este autor (*loc. cit.*) apoia a hipótese, colocada por Leite de Vasconcelos (1905: 138-39), de *Hermes* ter possuído uma oficina nas imediações do santuário, fornecendo assim monumentos votivos aos cultuantes.

Contudo, M. M. A. Dias e L. Coelho (1995-97: 247-48, nota 37), bem como Mayer Olivé (2008: 413), entendem-no como liberto de *Aurelia Vibia Sabina*, identificada com a filha do imperador Marco Aurélio, sugerindo a sua condição de liberto imperial, como já Hübner (CIL II 133) propusera; embora J. d'Encarnação (1984: 578) rejeite esta hipótese. O seu estatuto de *servus marmorarius* colocaria assim as explorações de mármore da região entre as possíveis *metalla* imperiais da segunda metade do séc. II, altura de realização de grandes obras públicas nas cidades da Bética (Alarcão, 2002: 135; Dias e Coelho, *op. cit.*: 249-50; Mayer, 2008: 411-14). Partindo deste princípio, este *Hermes* poderá ser entendido como o único escravo de âmbito imperial, registado não apenas na epigrafia de Endovélico, mas em todo o material epigráfico votivo do espaço geográfico em análise.

Assim, entre as grandes famílias senatoriais, nomeadamente as da Bética, o negócio dos materiais de construção terá assumido uma apreciável importância, estando a ele vinculadas muitas princesas imperiais; o santuário de Endovélico terá ainda servido de pedreira para a recolha de blocos trabalhados, fustes e capitéis para o seu reaproveitamento em diversas construções (Dias e Coelho, 1995-97: 249-50).

Os cultuantes de S. Miguel da Mota estariam então vinculados às elites urbanas do Sudoeste peninsular através de laços de dependência ou parentesco, como aponta a análise gentílica, e envolvidos nos negócios de exploração de mármore. Esta situação remeterá para a importância não apenas religiosa mas também económica e político-social do santuário, na óptica dos interesses das referidas famílias e das relações entre elas, indicadas pela onomástica; vindo este santuário a ser objecto de uma apropriação política por parte dos descendentes dos *liberti* dos grupos dirigentes (Dias e Coelho, *op.cit.*: 249 e 252).

Considerações finais

Apesar do carácter fragmentário dos dados analisados, por vezes pouco claros e limitados no seu potencial informativo, creio que será lícito retirar algumas ilações a partir dos mesmos, bem como expor algumas questões.

1. As divindades e cultos

1.1. O espaço geográfico em análise no contexto da religiosidade romana

Num cenário de apreciável diversidade cultural, avulta o predomínio dos cultos romanos na globalidade do Sul do território actualmente português, sugerindo a sólida romanidade do mesmo. No domínio cronológico, revelam-se mais frequentes as inscrições datadas do séc. II d. C., remetendo para um período de intensificação da romanização; já na epigrafia votiva de Endovélico, apesar da incerteza da análise cronológica, a razoável presença de inscrições datadas do séc. I d. C. parece sugerir que já neste período se faria notar a considerável romanidade dos cultuantes.

Elementos como a possível existência de santuários, assimilação entre divindade romana e indígena, epítetos registados e formas de regulamentação cultural, entre outros, apontam para a sólida fixação de diversos cultos romanos, nomeadamente Júpiter, Marte, Vénus, Esculápio e Diana/Silvano. De um modo geral, a representação destes cultos no espaço geográfico em análise apresenta-se, por um lado, consistente com a situação verificada na Hispânia, atendendo por exemplo à parca fixação de cultos como os de Apolo, *Iuventas/Iuventus* e das divindades aquáticas (exceptuando as Ninfas); e, por outro, também se reveste de alguma particularidade, como sugere a importância dos cultos de Esculápio e Prosérpina, contrastando com a sua escassa representação na Hispânia.

Podemos observar que a maioria das divindades romanas cultuadas no mundo urbano tê-lo-á sido unicamente no mesmo, bem como estas divindades registadas em âmbito rural, entre as quais se destacam aquelas consideradas de natureza aquática e a maioria de natureza florestal. Os dois âmbitos revelam-se então distintos entre si no tocante às divindades romanas cultuadas, registando-se, em cada um deles, um conjunto específico destas; demarcam-se desta situação apenas Júpiter e Marte, pela sua representação em ambos.

Com base em aspectos como a possível existência de santuários e de formas de regulamentação cultural, podemos constatar a expressão pública de certos cultos romanos, mais frequente no mundo urbano, com dois casos (o de Júpiter em *Salacia*, e o de Vénus em *Miróbriga*), enquanto na esfera rural esta ter-se-á manifestado apenas num caso (o de Júpiter em *Ossonoba*). Também os cultos orientais, mais precisamente de Cíbele e Serápis, parecem ter-se revestido de um carácter público, tanto em âmbito urbano como rural; bem como o de Mitra, invocado numa das inscrições de procedência incerta (IRCP 339).

Já Vázquez Hoys (1981: 41-42) reconheceu a manifestação do cariz oficial de alguns cultos romanos na Hispânia, embora aludindo à sua escassez; de facto, são poucos e incertos os exemplos desta situação no Sul do território actualmente português. Afiguram-se mais frequentes em âmbito urbano, com cinco presumíveis casos, atendendo ao registo de certos epítetos (possivelmente *Optimus Maximus*) no caso de Júpiter, no qual se apoiam também os quatro presumíveis casos atribuíveis ao mundo rural; e, nos restantes casos integráveis na esfera urbana, à intervenção das ordens municipais nos cultos.

Já no âmbito psicológico individual, parece confirmar-se a reciprocidade da (estreita) ligação divindade-cultuante (Vázquez, 1981: 43), comum ao âmbito geográfico no seu todo, referindo-se a totalidade dos exemplos apontando neste sentido (IRCP 290, 375, 437 e 572), ilustrativos dos motivos de cumprimento dos votos, a divindades romanas; a sua colocação representaria então a materialização do cumprimento das promessas. Ainda neste domínio, creio que deve ser referido o carácter intergeracional de alguns cultos romanos, quer no mundo urbano, quer rural (IRCP 56, Águas; IRCP 144, Esculápio), pelas referências a legados testamentários; e ainda a sugestão da importância dos laços familiares nas manifestações da religiosidade, patente em IRCP 289 (Cíbele), através da participação de pai e filho nos ritos do culto.

Esta dimensão pessoal e privada do fenómeno religioso teria, no entanto, coexistido com o pendor social e colectivo do mesmo, como atesta a epigrafia votiva do espaço geográfico em análise, atendendo ao registo, embora raro e incerto nalguns casos (IRCP 1, 146, 230, 289 e 339), de associações colectivas (colégios, sodalícios, etc.) que aglutinariam as comunidades de fiéis, partilhando crenças e manifestações (através das práticas do culto) da sua relação com a entidade sobrenatural, o que reflectiria a função de integração e legitimação social da religião. As formas de expressão pública dos cultos, apesar da sua raridade, parecem também sustentar a acepção da religião como fenómeno social, com destaque para um exemplo (IRCP 183) que reflecte o uso da invocação religiosa como meio de exibição da romanidade do indivíduo e mesmo da sua dedicação a Roma.

1.2. O espaço geográfico em análise no contexto da religiosidade lusitana

Escassamente representados em âmbito urbano, os cultos indígenas gozam claramente de melhor representação no mundo rural (18,8% para 36,7%), como seria expectável neste ambiente; parecendo a sua representação aumentar à medida que nos deslocamos para Norte no espaço geográfico em análise, embora continuem a dominar os cultos romanos também nesta parte mais setentrional. No domínio do panteão, apresenta-se fragmentada a extensão e distribuição dos teónimos indígenas, dada a tendência de registo das divindades por uma única vez, como referira J. de Hoz (1986: 36), o que também se aplica a algumas divindades romanas; constituindo notáveis excepções os casos de Endovélico e, em menor escala, de Carneu Calanticense e Quangeio.

Atendendo à presença dos chamados epítetos tópicos (o que explicaria a escassez de epígrafes), podemos constatar o carácter local/étnico das divindades e a sua função tutelar (Encarnação, 1987: 10; Hoz, 1986: 43), não constituindo Endovélico a excepção (Búa, 2000: 72-73; Guerra, 2010: 116; Prósper, 2002: 351; Ribeiro, 2002: 84 e 88); porém, não deixa de ser necessária cautela na consideração deste cenário (Alarcão, 2002: 158). Verifica-se ainda a sacralização de realidades naturais no espaço geográfico em análise (Hoz, 1986: 43), atendendo a cultos como os de Andaieco e *Bandue/Bandi* (e ainda das Águas), bem como aos exemplos particulares de Carneu, Ocrimira e Toga, ao sugerirem a prática do culto a penhascos e montes, também verificada no contexto da Lusitânia (Prósper, 2002: 441).

A representação das divindades indígenas no espaço geográfico em análise afigura-se consistente com o quadro que caracteriza a Lusitânia, dado que certos cultos - Atégina, *Bandue/Bandi* e Quangeio – terão gozado de sólida difusão em ambos; todavia, terão sido aqui cultuadas, em âmbito urbano e rural, divindades indígenas ausentes da epigrafia votiva da Hispânia, nomeadamente Andaieco, Carneu Calanticense, Ocrimira e Runeso Césio. À semelhança do verificado para as divindades romanas, também nos dois âmbitos se encontram representados conjuntos distintos de divindades indígenas, com excepção da “Deusa Santa”/Atégina, pela sua representação em ambos.

Creio que merece aqui referência, pela sua singularidade, o caso de Endovélico, tido como a mais importante divindade pré-romana da Lusitânia. Tal como podemos dizer para os cultos e divindades romanas, o seu culto atesta também a íntima e recíproca ligação entre divindade e cultuante, a ver pela frequência da expressão *ex voto* na respectiva epigrafia votiva, e especialmente pelas peculiares expressões *praestantissimi et praesentissimi numinis* (IRCP 492), *hunc deum sibi propitiatum* (IRCP 495) e *libens merito* (IRCP 526); bem como pela associação do culto aos oráculos, ao colocar o cultuante em contacto com a vontade

divina, obtendo aqueles favores e mercês do númen em consequência do cumprimento da mesma. Neste sentido, avulta ainda o carácter intergeracional do culto de Endovélico e a transmissão do vínculo religioso de pais para filhos.

No tocante à existência de santuários de divindades indígenas, contamos com apenas um caso apontando neste sentido, se excluirmos o exemplo paradigmático de S. Miguel da Mota: o de Carneu Calanticense, cujo santuário ter-se-ia situado no local onde se encontra a Igreja de Santana do Campo, Arraiolos; o que se afigura consistente com o cenário de ausência de santuários indígenas no território actualmente português (Alarcão, 2002: 153).

No domínio do ritual, documenta-se a prática sacrificial, aspecto no qual a religiosidade do espaço em análise se revela passível de comparação com a tradição religiosa indoeuropeia (Hoz, 1986: 47); com destaque para a epígrafe de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), inserida num quadro votivo-cultural composto por outras inscrições em língua lusitana, remetendo para um ritual muito similar aos *suovetaurilia* romanos. Trata-se do único testemunho epigráfico directo desta prática no espaço geográfico em análise, embora esta também tenha caracterizado o culto de Endovélico (IRCP 556); creio que deve ser ainda referida a gravação de animais nos monumentos (FE 93, 2012, nº 416), bem como a gravação de uma dedicatória a uma divindade desconhecida num touro de bronze (IRCP 377).

1.3. A relação entre as “duas religiosidades” no espaço geográfico em análise

Encontra-se representado, tanto na esfera urbana como rural, o fenómeno de assimilação entre divindades romanas e divindades autóctones mais antigas, com o qual se afigura relacionável a manifestação de um carácter simultaneamente votivo e funerário em divindades relevantes do panteão romano, que não constitui ocorrência escassa na Península (Encarnação, 1984: 222). Estas seriam revestidas dos seus atributos-chave, conferidos pela religiosidade romana, mas também de um carácter protector das almas no Além, apontando para este processo de *interpretatio*; parecendo então confirmar-se a complexa definição da “romanidade” de uma divindade (Beltrán, 2002; Encarnação, 1971 e 1987; Toutain, 1907). Também Endovélico assume uma função orientadora das almas no Além, como sugere o carácter funerário de alguma da sua iconografia votiva.

A dicotomia entre continuidade e mudança, bem como a complexidade do processo de romanização (Guerra, 2010) ao nível da religiosidade lusitano-romana, encontrará também expressão na coexistência de santuários rurais de divindades indígenas com os de divindades autóctones “reformuladas” à maneira romana (“*Iuppiter Repulsor*” de Nisa), santuários de divindades romanas em contexto urbano e rural (possivelmente Júpiter em *Ammaia* e

Ossonoba, e Esculápio em Miróbriga) e o caso paradigmático de S. Miguel da Mota. A existência de santuários na esfera rural do Sul do território actualmente português constitui uma ocorrência de relevo, atendendo à sua raridade em contexto rural na Lusitânia (Guerra, 2010: 114, nota 9).

Em suma, algumas das principais características da religiosidade do espaço geográfico em análise no seu todo, como o predomínio dos cultos romanos, os dados cronológicos e a escassez de santuários indígenas, apontam para a nítida romanidade do mesmo; enquanto outras – o registo do culto de divindades características deste espaço, ausentes da restante Hispânia, e a assimilação entre divindades romanas e autóctones - sugerem a persistência do elemento local e a sua coexistência com o exógeno. Creio que cabe ainda referir, neste sentido, que o mundo urbano e o rural não surgem muito diferenciados entre si, manifestando-se os índices de romanidade apenas de forma ligeiramente mais notória no primeiro. Poderemos ver no caso de Endovélico um exemplo ilustrativo desta síntese, enquanto divindade autóctone, como reflecte a natureza linguística do seu teónimo, cujo culto possui aspectos em comum com os das divindades romanas; não tendo, porém, a sua popularidade impedido a persistência de cultos autóctones no Nordeste Alentejano.

2. Os cultuantes

Não se afigura verificável, pelo menos de forma sólida, uma relação entre a localização dos núcleos territoriais e a representação de estruturas onomásticas e/ou categorias sociojurídicas, o que não nos permite admitir seguramente a maior romanidade das regiões mais meridionais e o acentuar do indigenismo sociocultural à medida que nos deslocamos para Norte.

De facto, a análise sociojurídica parece corroborar a sólida romanidade do espaço geográfico em análise no seu todo, ao evidenciar, em ambas as esferas e em S. Miguel da Mota, o peso dos nomes latinos e estruturas onomásticas romanas; a posição dominante dos cidadãos romanos, destacando-se entre os cultuantes das mais emblemáticas divindades romanas (Júpiter, Marte, Vénus, Apolo); e o uso de epígrafes votivas pelos dedicantes para exibição do seu conhecimento da cultura romana de diversas formas, ao nível construtivo, decorativo e/ou textual. Também o registo, nestes três domínios de análise, de gentilícios identificando populações nitidamente romanizadas e de considerável posição económico-social, alguns destes comuns a famílias de destaque na Bética, parece apontar neste sentido.

Este cenário não terá, contudo, invalidado a persistência de onomástica indígena, aliada à melhor representação dos *peregrini* no mundo rural (estando quase ausentes em contexto urbano e em S. Miguel da Mota), constituindo a única categoria representada na epigrafia de boa parte das divindades indígenas, com excepção de Endovélico. Por seu lado, os libertos gozam de uma representação relativamente modesta; já a escravatura surge pouco representada em ambas as esferas, afigurando-se, porém, confirmável o poder aquisitivo dos escravos, através da sua colocação de monumentos votivos. Esta situação parece então contrariar a ideia de melhor representação do meio servil em contexto votivo (Vázquez, 1981: 43); afigurando-se observável uma ligação entre este e os cultos romanos de natureza florestal, atendendo às invocações de Diana/Silvano e da *Bona Dea*.

Tanto em âmbito rural como urbano, a análise da epigrafia votiva constitui um importante meio de conhecimento do estatuto socioeconómico e actividades dos indivíduos, embora sejam parcas as inscrições. A presença de dedicantes com elevado estatuto socioeconómico no mundo urbano surge atestada através de exemplos de poder aquisitivo (IRCP 144 e HEp 17, 2008, nº 212), exercício de funções de chefia (IRCP 146) e edificação de estátuas (IRCP 230, embora com reservas), dada como índice de pujança financeira (Encarnação, 1984: 567); designando todos estes exemplos divindades romanas. O mundo rural não foge a este cenário, atendendo aos seus exemplos de poder aquisitivo (IRCP 611, Toga; FE 62, 1999, nº 280, Lares); de erecção de estátuas (IRCP 60, Júpiter; FE 38, 1991, nº 174, Quangeio) e outros elementos escultóricos (FE 18, 1986, nº 84, “Deusa Santa”) e do exercício de funções militares (IRCP 439, Júpiter). O repertório cultural de Endovélico apresenta-se particularmente relevante neste sentido, pelos abundantes elementos escultóricos, muitos de elevada qualidade, apontando para o elevado estatuto socioeconómico dos dedicantes.

A epigrafia votiva rural, tanto romana como indígena, detém, efectivamente, maior potencial informativo neste domínio. A primeira remete para a relevância das *villae* como unidades produtivas e marcadoras da paisagem, podendo relacionar-se com esta situação a presença de condições mais favoráveis ao contacto dos seus proprietários com as divindades romanas, ao poderem deslocar-se com mais frequência e distância do que as classes populares (Alarcão, 2002: 107; 166). O Alentejo tem sido considerado a única região do território actualmente português propícia às actividades que suportavam as *villae*; particularmente em Vila Viçosa, ter-se-á desenvolvido igualmente a exploração de mármore, fornecendo os suportes do material epigráfico e escultórico de Endovélico. Também a fixação do seu santuário terá ocorrido no contexto da instalação de *villae* romanas na região, ligadas também à exploração de bons solos agrícolas (Calado, 1996: 99).

Destacam-se as descobertas de epígrafes em Torre de Palma (IRCP 568, Marte) e Pisões, (IRCP 290, *Salus*), esta última dedicada pelo único escravo rural até então registado na epigrafia romana do Alentejo (Encarnação, 1984: 361), não dispondo esta situação de mais exemplos na epigrafia posteriormente descoberta. Foram ainda atribuídas a *villae* as inscrições de FE 62, 1999, nº 280 (Lares), IRCP 375 (*Salus*) e IRCP 437 (Fontano), mandada lavrar por um escravo a quem J. d'Encarnação (1984: 519) atribui funções de *villicus*, o que me leva a questionar se não poderemos equiparar este caso ao de IRCP 290. O facto de, em ambas as inscrições, a onomástica dos patronos remeter para o mundo senatorial propiciaria ainda o estabelecimento de uma ligação entre estes indivíduos e as *villae* do espaço geográfico em análise. Por outro lado, a epigrafia votiva indígena remete-nos para a importância das actividades pecuárias na esfera rural, com destaque para a inscrição de Arronches (Carneiro *et al.*, 2008), inserida nas rotas de transumância entre o NE alentejano e a Beira Interior (Prósper e Villar, 2009: 2; Ribeiro, 2010: 47), e para a epigrafia votiva de Carneu Calanticense, ao remeter o teónimo para uma povoação detentora de atributos ligados à criação de gado.

Em suma, também a análise sociojurídica parece confirmar a nítida assimilação da norma sociocultural romana pelas comunidades do Sul do território actualmente português na sua globalidade, a qual não obliterou, porém, a componente sociocultural autóctone. Também no que respeita à síntese entre romanidade e indigenismo no domínio dos cultuantes, o mundo rural não se apresenta aquém do urbano, atendendo às manifestações de integração dos cultuantes na norma sociocultural romana; à aparente ligação da sua epigrafia votiva ao mundo das *villae* romanas e simultaneamente às actividades pecuárias das comunidades autóctones; e à coexistência do nítido aumento, face ao âmbito urbano, da representação do nome único e dos *peregrini* com a presença significativa da cidadania romana. Creio que também merece aqui referência a nítida escassez de manifestações de indigenismo no domínio da análise sociojurídica do culto de Endovélico, cujos cultuantes exibem uma apreciável romanidade e posição socioeconómica.

Referências bibliográficas

- ABASCAL, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad Complutense de Madrid e Universidad de Murcia.

- ABASCAL, J. M. (1995) - Las inscripciones latinas de Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres) y el culto de *Ataecina* en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 68, p. 31-105.

- ABASCAL, J. M. (2002) – *Ataecina*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 53-60.

- ALARCÃO, J. de (1983³) – *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo (Coleção História Mundi, 33).

- ALARCÃO, J. de (1985) – Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve – A propósito de uma obra de José d'Encarnação. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 99-111.

- ALARCÃO, J. de (1987) – Traços essenciais da geografia política e económica do Vale do Tejo na época romana. In SILVA, A. C. (dir.) - *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 55-59.

- ALARCÃO, J. de (1990) – O domínio romano. In ALARCÃO, J. de (coord.) – *Nova História de Portugal. Vol. I - Portugal das origens à romanização*. Lisboa: Presença, p. 352-394.

- ALARCÃO, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4, nº 2, p. 293-349.

- ALARCÃO, J. de (2002⁴) – *O domínio romano em Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América (Coleção Forum da História, 1).

- ALARCÃO, J. de; GORGES, J.-G.; MANTAS, V.; SALINAS, M.; SILLIÈRES, P.; TRANOY, A. (1990) – Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine. In AAVV - *Les villes de Lusitanie romaine: Hiérarchies et territoires. Actas da I Mesa redonda internacional sobre a Lusitânia romana*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), p. 319-329.

- ALBERTOS, M. L. (1952) – Nuevas divinidades de la antigua Hispania. *Zephyrus*. Salamanca. III, p. 49-63.

- ALBERTOS, M. L. (1964) - Nuevos antropónimos hispánicos. *Emerita*. Madrid. XXXII, fasc. II, p. 209-253.

- ALBERTOS, M. L. (1972) – Nuevos antropónimos hispánicos (2ª serie). *Emerita*. Madrid. XL, fasc. I (p. 1-31) e II (p. 287-319).

- ALFÖLDY, G. (1972-74) – Ein Römischer Senator aus Lusitanien. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 45-46 (125-130), p. 411-16.

- ALVAR, J. (1981) – El culto de Mitra en Hispania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. V, p. 51-72.

- ALVAR, J. (2002) - Cultos orientais e místéricos na província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 205-210.

- BELTRÁN, F. (2002) – Os deuses da tríade capitolina na Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 105-109.

- BELTRÁN, M. (1975-76) – Aportaciones a la epigrafía y arqueología romana de Cáceres. *Caesaraugusta*. Zaragoza. 39-40, p. 19-101 (referência a inscrição).

- BLÁZQUEZ, J. M. (1962) - *Religiones Primitivas de Hispania. I — Fuentes literarias y epigráficas*. Roma: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Biblioteca de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 14).

- BLÁZQUEZ, J. M. (1975) – *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*. Madrid: Ediciones Istmo (Colección Colegio Universitario, 6).

- BLÁZQUEZ, J. M. (1979) – Últimas aportaciones a las religiones primitivas de Hispania. In AAVV - *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Cáceres: Servicios Culturales de la Diputación provincial, p. 131-170 (referência a inscrição).

- BLÁZQUEZ, J. M. (1983) – Primitivas Religiones Ibéricas. Tomo II – Religiones Prerromanas. Madrid: Ed. Cristiandad.

- BLÁZQUEZ, J. M. (1986-87) - Nuevos teónimos hispanos. Addenda et corrigenda V. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 13-14, p. 141-162.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1990) – La religión de los pueblos de la Hispania Prerromana. *Zephyrus*. Salamanca. XLIII, p. 223-233.
- BLÁZQUEZ, J. M. (2002) – Cultos e devoções de cariz aquático no Ocidente em contextos paleohispânicos. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 21-24.
- BLÁZQUEZ, J. M. (2006) – Nuevos teónimos indígenas hispanos. Addenda y corrigenda. II. La religiosidad de la Prehistoria hispana según F. Jordá. *Zephyrus*. Salamanca. LIX, p. 293-303.
- BOBINEAU, O.; TANK-STORPER, S. (2008) – *Sociologia das religiões*. Mem-Martins: Publicações Europa-América (Coleção Saber, 266).
- BROUWER, H. (1989) – *Bona Dea: The sources and a description of the cult*. Leiden: E. J. Brill. Revisão e tradução da tese de Doutoramento do autor (Universidade de Utrecht, 1982).
- BÚA, C. (1997) – Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispanica. In PEREIRA, G. (coord.) - *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, p. 51-99.
- BÚA, C. (2000) – *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. Salamanca. Dissertação de doutoramento inédita.
- BÚA, C. (2002) - Topónimos e teónimos no Ocidente hispânico. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 61-62.
- CALADO, M. (1996) – Endovélico e Rocha da Mina: o contexto arqueológico. *Ophiussa*. Lisboa, nº 0, p. 97-108 (publicada em 2000).
- CANTO, A. M. (1989) – *Colonia Iulia Augusta Emerita: consideraciones en torno a su fundación y territorio*. *Gerión*. Madrid. 7, p. 149-205.
- CANTO, A. M. (1997) – *Epigrafía Romana de la Beturia Celtica*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma (Col. de Estudios nº 54).

- CANTO, A. M. (2004) - Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7, nº 2, p. 265-364.
- CARMO, F. (1994) - *Religião e sociedade em análise: uma abordagem sociológica*. Angra do Heroísmo: Livraria do Seminário Episcopal.
- CARNEIRO, A.; ENCARNAÇÃO, J. d'.; OLIVEIRA, J.; TEIXEIRA, C. (2008) – Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 8, p. 167-178.
- CASTELO BRANCO, F. (1959) – Vestígios do culto de Diana em Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 69, p. 5-18.
- CASTILLO, C. (1982) – Los senadores béticos. *Epigrafía e ordo senatori*. Roma. 4, p. 465-519.
- CASTILLO, C. (1985) – El progreso de la epigrafía romana de Hispania. *Emerita*. Madrid. LIII, fasc. II, p. 205-248.
- CUMONT, F. (1929) – *Les religions Orientales dans le paganisme romain. Conférences faites au Collège de France en 1905*. Paris: Paul Geuthner.
- D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. (1893) – Les celtes en Espagne (I). *Revue Celtique*. Paris. 14, p. 357-95.
- DAREMBERG, C.; SAGLIO, E.; POTTIER, E. (1900) – *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines. Vol. III*. Paris: Hachette et C^{ie}.
- DAVIE, G. (2009) - Sociology of religion. In SEGAL, R. (ed.) – *The Blackwell Companion to the study of religion*. Sussex: Wiley-Blackwell.
- DIAS, M. M. A. (1978) – A propósito duma nova inscrição isíaca (Beja). *Conimbriga*. Coimbra. 17, p. 35-40.
- DIAS, M. M. A. (1981) – Os cultos orientais em Pax Iulia, Lusitania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. V, p. 33-40.
- DIAS, M. M. A. (2002a) – O chamado “Hino a Endovélico”. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 91-92.

- DIAS, M. M. A. (2002b) - A religião romana e a Lusitânia. Uma perspectiva geral. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 93-96.

- DIAS, M. M. A; COELHO, L. (1995-97) - Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário (São Miguel da Mota, Terena, Alandroal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 13-15 (s. IV), p. 233-265.

- DURKHEIM, E. (1996) – *As formas elementares da vida religiosa* (tradução de Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes Editora (Coleção Tópicos).

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1971) - O conceito de divindade indígena sob o domínio romano na Península Ibérica. *Separata das Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional e Junta Nacional da Educação, p. 347-351.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1973) – *Banda*, uma importante divindade indígena. *Conimbriga*. Coimbra. 12, p. 199-214.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1981) – A religião romana não-oficial nas colónias e municípios da Lusitânia durante o Alto Império. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. V, p. 19-31.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 2 vol.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1986) – Inscrições romanas do *conventus Pacensis*. Aditamento. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1, p. 99-109.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987a) – Divindades indígenas da Lusitânia. *Separata de Conimbriga*. Coimbra. 26, p. 5-37.

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1987b²) – *Introdução ao estudo da epigrafia latina*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra (Cadernos de Arqueologia e Arte, 1).

- ENCARNAÇÃO, J. d' (1990) – Religião e cultura na epigrafia de *Liberalitas Iulia* (subsídios para o seu estudo). In AAVV – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique (Collection de la Maison des pays ibériques), p. 233-253.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002) - Das religiões e das divindades indígenas na Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 11-16.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2008) - IRCP, 25 anos depois. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11, nº 2, p. 215-230.
- ENCARNAÇÃO, J. d'. (2010) – Divindades indígenas – os númenes das nossas raízes. In LOPES, B. (org.) – *Conversas à volta de Santana do Campo. 50 Anos da Associação Social Unidos de Santana do Campo*. Arraiolos: Associação Social Unidos de Santana do Campo, p. 27-38.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; GUERRA, A. (2010) – The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS-ESTEBAN, J. (ed.) – *Celtic Religion across space and time. IX Workshop Fontes Epigraphici Religionum Celticarum Antiquarum (FERCAN)*. Molina de Aragón e Toledo: Centro de Estudios de Molina y Alto Tajo e Junta de Comunidades de Castilla-La-Mancha, p. 94-112.
- ÉTIENNE, R.; FABRE, G.; LÉVÊQUE, P. et M. (eds.) (1976) - *Fouilles de Conimbriga. Vol. II — Épigraphe et Sculpture*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FABIÃO, C. (2011) - *Uma História da Arqueologia Portuguesa. Das origens à descoberta da Arte do Côa*. [s. l.]: CTT Correios de Portugal.
- FERNANDES, L. (2002a) - *Genii, Lares e Tutela* na província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 179-188.
- FERNANDES, L. (2002b) – Os bosques e os campos e seus deuses no âmbito da província da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 145-156.
- FERNANDES, L. (2002c) - As águas e o factor religioso na província romana da Lusitânia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 131-140.

- FERNÁNDEZ-GOMES, F. (1973) – El santuario de Postoloboso (Candeleda, Ávila). *Noticiario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. Madrid. 2, p. 169-270.
- FREYBURGER, G.; FREYBURGER-GALLAND, M.-L.; TAUTIL, J.-C. (2006²) - *Sectes religieuses en Grèce et à Rome dans l'Antiquité païenne*. Paris: Les Belles-Lettres (Col. Realia).
- GARCÍA Y BELLIDO, A. (1967) - *Les Religions Orientales dans l'Espagne romaine*. Leiden: E. J. Brill (Études préliminaires aux religions orientales dans l'empire romain, 5).
- GARCÍA, B. (1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. A Coruña: Edición do Castro.
- GARCIA, J. M. (1991) – *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA, O. (1991-92) – Algunos apuntes sobre Baco en Hispania. *Anas*. Mérida. IV-V, p. 105-114.
- GLOCK, C.; STARK, R. (1965) – *Religion and society in tension*. Chicago-London: Rand-McNally Co.
- GUERRA, A. (1993) – Endovélico. In MEDINA, J.; GONÇALVES, V. S. (dir.) – *História de Portugal. Vol. II – O mundo luso-romano*. Amadora: Ediclube, p. 144-46.
- GUERRA, A. (1996) - *Ammaia, Medóbriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual. A Cidade*. Portalegre. 11 (nova série), p. 7-33.
- GUERRA, A. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GUERRA, A. (2002a) - Teónimos paleohispânicos e antropónimia. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 63-65.
- GUERRA, A. (2002b) – *Omnibus Numinibus et Lapitearum: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5, nº 1, p. 147-159.
- GUERRA, A. (2010) – Algumas considerações sobre divindades e espaços sagrados, de período romano, na região eborense. In OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA, J.; PATROCÍNIO, M. (coords.) –

Espaços e Paisagens: Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3. História, Arqueologia e Arte. VII Congresso da Associação Portuguesa de Estudos Clássicos. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, p. 107-120.

- GUERRA, A.; SCHATNER, T.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. (2003) - Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel de Mota, Alandroal): a campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 6, nº 2, p. 415-479.

- HOZ, J. de (1986) – La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. In CHAPARRO, C. (coord.) – *Manifestaciones religiosas en la Lusitania. Primeras Jornadas*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura/Departamento de Ciencias de la Antigüedad, p. 31-49.

- HOZ, J. de; FERNÁNDEZ, F. (2002) – *Band-*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 45-52.

- JÚNIOR, J. S.; CARDOZO, M. (1953) - Ex-votos às ninfas em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. IV, p. 53-68.

- KAJANTO, I. (1982) - *The Latin Cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore (Commentationes Humanarum Litterarum XXVI, 2) (reimpressão da edição original de 1965).

- KNAPP, R. (1978) – The origins of provincial prosopography in the West. *Ancient Society*. Leuven. 9, p. 187-222.

- LAMBRINO, S. (1952) – Le dieu lusitanien *Endovellicus*. *Separata de Bulletin d'Études Portugaises*. Coimbra, n. s., XV, p. 93-146.

- LAMBRINO, S. (1959) – Les Germains en Lusitanie. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia. Vol. I*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, p. 477-491.

- LAMBRINO, S. (1965) - Les cultes indigènes en Espagne sous Trajan et Hadrien. In PIGANIOL, A.; TERRASSE, H. (org.) - *Les Empereurs Romains d'Espagne. Actes du Colloque International sur les empereurs romains d'Espagne*. Paris: Centre Nationale de la Recherche Scientifique, p. 223-242.

- LASSÈRE, J.-M. (2007²) – *Manuel d'épigraphie romaine. Vol. I: L'individu - La cité*. Paris: Picard (Antiquité/Synthèses, 8).

- LE BONNIEC, H. (1958) – *Le culte de Cérès à Rome: des origines à la fin de la République*. Paris: Klincksieck (Études et Commentaires, XXVII).
- LEVENTI, I. (1997) – Zeus. Classical period II: 4th cent. B. C. In AAVV – *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae (LIMC)*. VIII. 1. Zürich, München, Düsseldorf: Artemis & Winkler Verlag, p. 338-346.
- LÓPEZ, P. (1993) – *Epigrafía latina. Las inscripciones romanas desde los orígenes al siglo III d. C.* Santiago de Compostela: Tórculo Ediciones.
- LUJÁN, E. R. (1998) – La diosa *Ataecina* y el nombre de la noche en antiguo irlandés. *Emerita*. Madrid. LXVI, fasc. 2, p. 291-306.
- MANTAS, V. (2000) – A sociedade luso-romana do município de *Ammaia*. In GORGES, J-G.; NOGALES, T. (coord.) – *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana. IV Mesa Redonda Internacional*. Mérida: Junta de Extremadura (Serie Estudios Portugueses, 13), p. 391-420.
- MANTAS, V. (2002a) - Da vitória militar à vitória médica e à protecção das mulheres: Vénus. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 119-123.
- MANTAS, V. (2002b) - Na mira da perfeição das artes e dos homens: *Apollo* e seu filho *Aesculapius*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 125-130.
- MARX, K. (1844) – A contribution to the critique of Hegel’s Philosophy of Right. Introduction. *Deutsch-Französische Jahrbücher*. Paris. 7&10. Proofed and corrected by Andy Blunden (2005), and corrected by Matthew Carmody (2009). Disponível online em www.marxists.org/archive/marx/works/1843/critique-hpr/intro.htm, acedido em 29-07-2014.
- MAYER, M. (2008) - A propósito de las canteras de Vila Viçosa. *O Arqueólogo Português* (volume comemorativo do 150º aniversário do nascimento de José Leite de Vasconcelos. 1858-2008). Lisboa. 26, p. 407-414.
- MELCHIOR, E. (1994-95) – Evergetismo testamentario en la Hispania romana: Legados y fundaciones. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. XV-XVI, p. 215-228.

- MICHELENA, L. (1961) – Religiones primitivas de Hispania (reseña de J. M. Blázquez, 1962). *Zephyrus*. Salamanca. XII, p. 197-202.

- MONTERO, S. (1985) – Los libertos y su culto a Silvano en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 58 (151-52), p. 99-106.

- NORTH, J. (2000) – *Roman Religion*. Oxford: Oxford University Press, Classical Association (Greece & Rome – New surveys in the classics, 30).

- OLIVARES, J. C. (2006) – Cultos romanos e indigenismo: elementos para el análisis del proceso de romanización religiosa en la Hispania céltica. *Lucentum*. Alicante. XXV, p. 139-157.

- PASTOR, M. (1981) – El culto al dios Silvano en Hispania: innovación o sincretismo? *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. V, p. 103-114.

- PIERNAVIEJA, P. (1977) – *Corpus de inscripciones deportivas de la España romana*. Madrid: Instituto Nacional de Educación Física.

- PRELLER, L. (1883³) – *Römische Mythologie. Zweiter Band*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung.

- PRICE, S.; KEARNS, E. (eds.) (2003) - *The Oxford Dictionary of Classical Myth and Religion*. Oxford/New York: Oxford University Press.

- PRÓSPER, B. (2002) – *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad (*Acta Salmanticensia*, 295).

- PRÓSPER, B. (2010) – Ogámico *Broinienas* y la divinidad indoeuropea *Broeneiae* de la inscripción lusitana de Portalegre. *Emerita*. Madrid. LXXVIII, fasc. 2, p. 335-344.

- PRÓSPER, B.; VILLAR, F. (2009) – Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre. *Emerita*. Madrid. LXXVII, fasc. 1, p. 1-32.

- RAMÍREZ, J. L. (1994) – La demografía del *territorium* emeritense (excepto el casco urbano) según la documentación epigráfica. In GORGES, J.-G.; SALINAS, M. (eds.) – *Les campagnes de Lusitanie romaine. Actas da II Mesa redonda internacional sobre a Lusitânia romana*. Madrid-Salamanca: Casa de Velázquez – Ed. Universidad Salamanca (Collection de la Casa de Velázquez, 47), p. 131-147.

- RAMÍREZ, J. L. (2004) – Las comunicaciones en el *territorium* emeritense. In GORGES, J.-G.; CERRILLO, E.; NOGALES, T. (eds.) – *Las comunicaciones en Lusitania romana. Actas da V Mesa redonda internacional sobre a Lusitânia romana*. Madrid: Ministério da Cultura, p. 109-116.

- RIBEIRO, J. C. (2002a) – Ara consagrada a *Diana* (e a *Silvanus?*), por *Fonteius Philomusus*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 444-445, nº 114.

- RIBEIRO, J. C. (2002b) – Árula consagrada a *Silvanus* e a *Diana*, por *Peculiaris*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 445-446, nº 115.

- RIBEIRO, J. C. (2002c) – *Endovellicus*. In RIBEIRO, J. C. (coord.) - *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 79-90.

- RIBEIRO, J. C. (2005) – O *Deus Sanctus Endovellicus* durante a romanidade. Uma *interpretatio* local de *Faunus/Silvanus?* *Palaeohispanica*. Zaragoza. 5, p. 721-766.

- RIBEIRO, J. C. (2010) – Algumas considerações sobre a inscrição em “lusitano” descoberta em Arronches. *Palaeohispanica*. Zaragoza. 10, p. 41-62.

- ROLDÁN, J. M. (1965) - Las lápidas votivas de Baños de Montemayor. *Zephyrus*. Salamanca. 16, p. 5-38.

- ROSCOE, P. (2009) – The Comparative Method. In SEGAL, R. (ed.) – *The Blackwell Companion to the study of religion*. Sussex: Wiley-Blackwell.

- RUGGIERO, E. de (1961) - *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane. Vol. IV*. Roma: L’Erma.

- SAQUETE, J. C. (1996) – *Las elites sociales de Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano (Cuadernos Emeritenses, 13).

- SCARVAGLIERI, G. (1978) – *La religione in una società in trasformazione*. Lucca: M. Pacini Fazzi.

- SILVA, A. C. F. (1986) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

- SILVA, J. G. (1946) – Apontamentos e considerações sobre as pesquisas arqueológicas realizadas desde 1922 nos concelhos de S. Tiago-de-Cacém, Sines e Odemira. *Arquivo de Beja (Boletim da Câmara Municipal)*. Beja. III, fascs. III e IV, p. 336-351.

- SOLIN, H. (1982) – *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 3 vol.

- STEUDING, H. (1884-86) – *Ataecina, Adaegina*. In ROSCHER, W. H. (ed.) – *Lexikon der Griechischen und Römischen Mythologie* I. Leipzig: B. G. Teubner Verlag, col. 663.

- STYLOW, A. (2009) - O estatuto jurídico de Ammaia. A propósito de uma inscrição copiada em 1810. In STYLOW, A.; ABASCAL, J.; CEBRIÁN, R. (2009) - Marvão e Ammaia ao tempo das guerras peninsulares (número especial de *Ibn Maruán*). Marvão. 16, p. 35-55.

- SUSINI, G. (1997³) – *Epigrafia romana*. Roma: Jouvence (Guide allo studio della civiltà romana, X, 1).

- TOUTAIN, J. (1907) – *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain. Tome I. Les cultes officiels; les cultes romains et gréco-romains* (Bibliothèque de l'École des Hautes Études – Sciences Religieuses, 20). Disponível online em <http://www.archive.org/details/lescultespaens01tout>, descarregado em 05-12-2013.

- TOUTAIN, J. (1911) – *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain. Tome II. Les cultes orientaux* (Bibliothèque de l'École des Hautes Études – Sciences Religieuses, 20). Disponível online em <http://www.archive.org/details/lescultespaens02tout>, descarregado em 05-12-2013.

- TOVAR, A. (1949) – *Estudios sobre las primitivas lenguas hispanas*. Buenos Aires: Instituto de Filología.

- UNTERMANN, J. (1987) – Lusitanisch, Keltiberisch, Keltich. In GORROCHATEGUI, J.; MELENA, J. L.; SANTOS, J. (eds.) – *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Vitoria-Gasteiz: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, p. 57-76.

- VALLEJO, J. M. (2005) - *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria: Universidad del País Vasco (Anejos de *Veleia*, Series minor 23).

- VASCONCELOS, J. L. (1905) - *Religiões da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal. Vol. II.* Lisboa: Imprensa Nacional.

- VASCONCELOS, J. L. (1913) - *Religiões da Lusitânia, na parte que principalmente se refere a Portugal. Vol. III.* Lisboa: Imprensa Nacional.

- VÁZQUEZ, A. M. (1981) – Algunas consideraciones sobre cultos locales en la Hispania romana. *Memorias de Historia Antigua.* Oviedo. V, p. 41-50.

- VÁZQUEZ, A. M. (1991) – Algunas consideraciones sobre Silvano en Hispania. *Espacio, Tiempo y Forma (Serie II, Historia Antigua).* Madrid. 4, p. 165-176.

- VÁZQUEZ, A. M. (1995) – *Diana en la Religiosidad Hispanorromana. I: Las fuentes. Las diferentes diosas.* Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia.

- VILLAR, F. (1996) – El teónimo lusitano Reve y sus epítetos. In MEID, W.; ANREITER, P. (eds.) – *Die Grösseren Altkeltischen Sprachdenkmäler. Akten des Kolloquiums Innsbruck.* Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der Universität Innsbruck, p. 160-211.

- VOUTIRAS, E. (1997) – Zeus. In AAVV – *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae (LIMC). VIII. 1.* Zürich, München, Düsseldorf: Artemis & Winkler Verlag, p. 310-312.

- WEBER, M. (1995) – *Économie e société. Vol. 1.* Paris: Plon.

- WITCZAK, K. (1999) – On the Indo-European origin of two Lusitanian theonyms (*LAEBO* and *REVE*). *Emerita.* Madrid. LXVII, fasc. 1, p. 65-73.

ANEXOS

ANEXO I – Levantamento da epigrafia votiva procedente do Sul do território actualmente português

(foi seguido, neste levantamento, o critério de J. d'Encarnação na separação das inscrições do termo de Évora (Encarnação, 1984: 489-516) e da região de Vila Viçosa (Encarnação, 1984: 517-560), embora se trate de um critério artificial, dado que fazem ambas parte do mundo rural exterior à circunscrição administrativa urbana, mas incluído no território eborense).

1. Epígrafes de *Ossonoba*. a) Concelho de Faro

0. REF: IRCP 1.

1. Proveniência: Faro.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Faro, nº 42 (secção lapidar).

4. Suporte: calcário.

5. Descrição do monumento: ara votiva de pequeno fuste em relação ao capitel e base, que apresentam abundante molduração. Maus tratos do capitel, entravando uma fácil leitura da sua forma inicial; sugestão de frontão com toros laterais na frente do mesmo, tendo sido possível a presença de *foculus*. Campo epigráfico prejudicado pela erosão, rebaixado em relação à moldura de toro que o envolve, e com as diagonais marcadas aos cantos. Arestas da base esmurradas; enorme falha na platibanda inferior, do lado direito, onde foram gravadas letras. Dimensões máximas: 45,5 x 25 x 20; campo epigráfico: 8,5 x 14,5. Possível vontade de alinhar o texto segundo eixo de simetria, a ver pelo largo espaço posterior ao M inicial, na linha 1. Gravação da derradeira linha na platibanda da base, diferindo os seus caracteres dos das linhas anteriores, esguios, actuários e nitidamente gravados, o que se deverá à diversa preparação do suporte e conseqüente estado de conservação.

6. Texto: *M(agnae) Div(um) matr(i) / L(ucius) Agrius / [...] / sacerdos // (palma) crinobo[l(ium)]? f(ecit)?] (palma?)*

6.1. Variantes: L. 1: *D[e]u[m] matri* (García y Bellido). L. 3: *Vo[c]a[tus]* (*vel Volamus?*) (García y Bellido); *Vocatus* (HAE). L. 4: *sacerd[o]s* (García y Bellido). L. 5: a palma não foi anotada; *crinobol[ium] f(ecit)]* (García y Bellido); *CRINO BF* (HAE).

6.2. Bibliografia da inscrição: Wickert (L.), 1931: 834; García y Bellido, 1967: 51-52 = HAE 2699 = Duthoy, 1969: 37, nº 77 *et passim*; Rosa (Pinheiro e), 1981: 112; Encarnação (J. d'), 1981: 24-25; IRCP 1; RAP 456; HEpOL 23468.

7. Tradução: Lúcio Ágrio (...), sacerdote, fez (?) um crinobólio à Grande Mãe dos Deuses.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo, sendo a interpretação *div(um) = div(orum)*, embora invulgar, apontada por J. d'Encarnação em vez do habitual genitivo plural *deum = deorum*. A ausência da palavra *sacrum* sugere a existência de uma fórmula final que a torna dispensável. O texto constituiria um testemunho da celebração de um *crinobolium* em sua honra, sendo um bezerro sacrificado, com vista à purificação dos crentes.

8.2. Onomástica: o gentílico do dedicante foi reconstituído como *Agrius*, registado no espaço geográfico em análise e na Península, identificando indivíduos aparentemente bem romanizados, atendendo a exemplos como o de Miróbriga (IRCP 151), *adlectus italicensis*, e de Aljustrel (IRCP 137). Antes deste figura a sigla do *praenomen*, sendo *Lucius* dado como plausível. O dedicante possuiria ainda um cognome, que não pôde ser recuperado. Estaremos então perante um cidadão romano, exercendo funções sacerdotais.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a palma estilizada presente no início da última linha (e eventualmente no seu final) poderá revestir-se de um carácter simbólico ligado aos atributos de Cíbele, enquanto deusa da vegetação ou vencedora da morte. Juntamente com IRCP 289 e IRCP 439, este constitui um dos três exemplos do culto desta divindade no espaço geográfico em análise, apontando a

referência de um sacerdote para a existência de um número significativo de adoradores da deusa na região, o que é plausível, tendo em conta o cosmopolitismo de *Ossonoba*.

8.4. Bibliografia geral: Wickert (L.), 1931: 834; García y Bellido, 1967: 51-52 = HAE 2699 = Duthoy, 1969: 37, nº 77 *et passim*; Rosa (Pinheiro e), 1981: 112; Encarnação (J. d'), 1981: 24-25; IRCP 1; RAP 456; HEpOL 23468; IRCP 137 e 151.

9. Cronologia: não datável pelo seu conteúdo, mas seguramente do séc. III, segundo J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 2.

1. **Proveniência:** Milreu, Estói, Faro.

2. **Historial da peça:** -

3. **Paradeiro actual:** Museu de Faro, nº 25 (secção lapidar).

4. **Suporte:** calcário.

5. **Descrição do monumento:** ara votiva muito erodida. Capitel e base possivelmente trabalhados; vestígios de decoração – um arco – na parte lateral direita daquele. Da decoração de ambos os lados resta apenas uma roseta quadripétala dentro de uma pátera. Subsiste apenas a metade inferior esquerda da face epigrafada. Dimensões máximas: 81 x 31 x 28. Lado direito: diâmetro da pátera: 19; diâmetro da rosácea: 7. Lado esquerdo: 17 e 6. Possibilidade de boa ocupação do campo epigráfico, que preencheria a totalidade da face. Gravação nítida, embora rude, com espaços regulares. Dificuldades inerentes à interpretação do texto.

6. **Texto:** [...] / EF [...] LIS [...] / M(arcus) Acilius [Bal?]/bus lib(ertus) [...] / [...] [p]ro salute [et re]/[d]itus(!) aeor[um] / [a(nimo) l(ibens)] v(otum) [s(olvit)]

6.1. Variantes: L. 1: *f[ilio] et fil[iae]* (Faria); Wickert não o interpreta. L. 2/3: Faria sugere *I[aco]bus*, mas Wickert não dá sugestão. L. 3: *lib[ertus]* (Faria, Wickert). L. 5: *(et re)ditus* (Wickert); *itus* (Faria); *eor[um]* (HE). L. 6: *[ex]vo[to][...]* (Faria); Wickert não a refere.

6.2. Bibliografia da inscrição: Wickert, 1931: 834 (citado por T. Hauschild, 1964: 73); Franco (M. L.), 1940, nº 1676; Faria (M. Bárbara), 1972: 271-72; Rosa (Pinheiro e), 1981: 102; IRCP 2; RAP 552; HEpOL 23470.

7. **Tradução:** ...Marco Acílio Balbo, liberto, pela saúde e prosperidade deles... cumpriu de boa vontade a sua promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante um monumento votivo, marcado pela presença de *foculus* no capitel e presumível presença da fórmula votiva final *A. L.V. S.* A reconstrução da expressão *et reditus aeorum* é corroborada pelo facto de a expressão *pro salute et reditu* ser frequente, normalmente no tocante aos imperadores, estando também a grafia *aeorum* suficientemente registada; apenas a forma *reditus*, com o *s* final, coloca problemas, por se mostrar errada.

8.2. Onomástica: o gentílico do dedicante, *Acilius*, foi reconstituído com certa facilidade, atestando-se com frequência no espaço geográfico em análise; ao contrário do cognome, cuja reconstrução é dubitativa, por o espaço anterior a *-bus* permitir apenas três letras. Aceitando *Balbus*, trata-se de um cognome latino que remete para as características físicas do portador, nomeadamente defeitos na fala.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: podemos admitir a importância do monumento, atendendo à extensão do campo epigráfico e ao que resta do texto, sobretudo tendo em conta a escassa documentação epigráfica procedente de Milreu. J. d'Encarnação entende a hipótese de Bárbara Faria, segundo a qual a divindade aqui referida seria aquela a que o “edifício do culto” fora dedicado, como difícil de sustentar; embora admita que a provável presença da fórmula *pro salute et reditu eorum* sugere um ex-voto feito a uma divindade augusta, em honra da *domus* imperial. Esta hipótese é corroborada pela presença de pelo menos 3 retratos imperiais na *villa*, um deles do séc. III.

8.4. Bibliografia geral: Wickert, 1931: 834 (citado por T. Hauschild, 1964: 73); Franco (M. L.), 1940, nº 1676; Faria (M. Bárbara), 1972: 271-72; Rosa (Pinheiro e), 1981: 102; IRCP 2; RAP 552; HEpOL 23470; Kajanto, 1982: 240.

9. Cronologia: séc. III, atendendo a critérios paleográficos referidos por J. d'Encarnação.

1-b). Algarve Ocidental

0. REF: IRCP 56.

1. Proveniência: local da nascente termal das Caldas de Monchique.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: estabelecimento termal das Caldas de Monchique.

4. Suporte: calcário.

5. Descrição do monumento: ara votiva com alisamento e molduração nas quatro faces. Resta a parte dianteira da esquerda do capitel. Parte do texto, à direita, sofreu os efeitos corrosivos da água. Dimensões: altura: 65; plinto: 37 x 30 x 17; fuste: 34 x 38. Campo epigráfico: 34 x 38 (?). Cuidado na paginação. As três primeiras linhas parecem ter constituído uma “caixa”, bem como as duas últimas. Nitidez da gravação. Ligeira inclinação dos caracteres para a esquerda. Dificuldades de interpretação da linha 3. J. d'Encarnação considera o texto completo, atendendo ao sentido e paginação.

6. Texto: *Aqui[s] / sacri[s] / Patul[us]? / t(estamento?) p(atris?) / v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 3: *Patulcia* (todos os autores excepto ARA, onde se lê *Patul(cia)*). L. 4: *T(iti) f(ilia)* (todos os autores excepto Viana, 1955). L. 5: todos os autores adicionam *l(ibens) m(erito)* sem interrogação, reconstituindo esta fórmula ou mesmo tomando-a por existente (ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Franco (M. L.), 1945: 9 = AE 1955, nº 262; Formosinho (J.), 1947: 209-11; Formosinho (J.), Ferreira (V.), Viana (Abel), 1953: 199-201; Júnior (A. S.), 1953: 58; Viana (A.), 1955: 165 = HAE 1916; ILER 535 e 5966; ARA II, 1972: 43-44, foto p. 52; IRCP 56; HEpOL 23497.

7. Tradução: Patulo (?) cumpriu o voto às Águas Sagradas, por disposição testamentária do pai (?).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, tratando-se de um monumento em homenagem às Águas.

8.2. Onomástica: o nome presente na linha 3 foi entendido como *Patuleia* por parte de J. Formosinho, V. Ferreira e A. Viana, que tomavam o referido nome por “nome conhecido na onomástica romana peninsular”. Contudo, J. d'Encarnação contraria esta ideia, afirmando que se trata de um gentílico latino bem documentado em Itália (atendendo a vários exemplos de ILS), além de afirmar que “não é normal aparecer um gentílico sozinho” – problema este que poderia ser solucionado pela leitura, na linha 4, de *T(iti) f(ilia)* e um cognome, para o qual existe porém pouco espaço. Assim, J. d'Encarnação apoia a presença de um cognome isolado, *Patulus*, masculino de *Patula*, não registado por I. Kajanto excepto na forma feminina. Poderá tratar-se de um escravo ou *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta árula aponta para a utilização das termas de Monchique no período romano, sendo as suas águas consideradas sagradas pelos romanos, devido às suas qualidades terapêuticas. Porém, a designação *Aquis sacris* ainda não surgira na Península, desconhecendo J. d'Encarnação a sua existência noutra zona do Império romano.

8.4. Bibliografia geral: Franco (M. L.), 1945: 9 = AE 1955, nº 262; Formosinho (J.), 1947: 209-11; Formosinho (J.), Ferreira (V.), Viana (Abel), 1953: 199-201; Júnior (A. Santos), 1953: 58; Viana (A.),

1955: 165 = HAE 1916; ILER 535 e 5966; ARA II, 1972: 43-44 e 51, foto p. 52; IRCP 56; HEpOL 23497; Kajanto, 1982: 245; ILS 2057 (= CIL X 1757); ILS 6592 (= CIL XI 3261); ILS 8391 (= CIL X 3334).

9. Cronologia: séc. I d. C., como sugerido pelo desenho dos caracteres. Os materiais arqueológicos achados no local (moedas e lucernas) atestam a utilização das Caldas de Monchique “desde o começo da ocupação romana ou seja desde o séc. I d. C”.

0. REF: IRCP 57.

1. Proveniência: Silves ou arredores.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Lagos (nº 2360).

4. Suporte: calcário cretácico.

5. Descrição do monumento: árula votiva desgastada pela erosão, fracturada no capitel, base e lado direito do fuste, e trabalhada nas quatro faces. Moldura de chanfro directo e reverso no capitel e na base, respectivamente. Limitação do campo epigráfico por um sulco. Gravação de objectos em relevo nas faces laterais: um jarro na esquerda, com pé e bojo fusiforme, e uma pátera na direita, de cabo para baixo. Dimensões: 39 x 18 x 18. Pátera: 12,5 x 7,7 (diâmetro); jarro (altura): 10. Campo epigráfico: 17,6 x 14,5. Paginação em “caixa”, com recurso a nexos e à inclusão do R no C. Caracteres de configuração alongada e vertical. Leitura da linha I entravada pelo desgaste da superfície, podendo pensar-se também em *Deane*.

6. Texto: *Dianae / sacrum*

6.1. Variantes: *Diana sacrum* (Viana); *Diane sacrum* (HAE); *sacr[u]m* (ARA). O nexos e posição do R não têm sido destacados.

6.2. Bibliografia da inscrição: Viana (A.) *et alii*, 1953: 134-35 = HAE 481 e 1628 = AE 1955, 20 = ILER 5957; Castelo Branco (F.), 1959: 6; ARA II, 1972: 96; IRCP 57 = RAP 243; HEpOL 23498.

7. Tradução: Consagrado a Diana.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante um monumento votivo, testemunhando o culto a Diana de forma simples, sem indicar o dedicante.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a presença da pátera e jarro como decoração, dado o seu significado mais funerário do que votivo, aponta para a maior conotação da divindade com o culto dos mortos do que com as práticas venatórias, bem patentes em IRCP 58; ou para o caso de se tratar de “um monumento adquirido num marmorista, preparado previamente para ara funerária”.

8.4. Bibliografia geral: Viana (A.) *et alii*, 1953: 134-35 = HAE 481 e 1628 = AE 1955, 20 = ILER 5957; Castelo Branco (F.), 1959: 6; ARA II, 1972: 96; IRCP 57 = RAP 243; HEpOL 23498.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 58.

1. Proveniência: torre da igreja matriz de S. Clemente, Loulé.

2. Historial da peça:

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 6423).

4. Suporte: calcário biogénico/mármore (Ribeiro, 2002).

5. Descrição do monumento: ara votiva com desbaste do capitel e base, primitivamente exibindo molduração nas quatro faces, composta por garganta encestada, cordão entre dois filetes e caveto. Esta permaneceu intacta atrás, sob um frontão decorado com roseta quadripétala encimada por duas volutas. Cavidade quadrangular na parte superior. Moldura do campo epigráfico de gola encurtada, com segmentos das diagonais marcadas aos cantos. Inserção da decoração lateral num rectângulo de ranhura: um arco de caça do lado direito, no sentido da diagonal, com 22 cm de comprimento, e uma aljava cilíndrica do lado esquerdo, com decoração linear e 17,5 cm de altura. Dimensões máximas: 78 x 23 x 25; campo epigráfico: 30,3 x 23. Alinhamento à esquerda; boa ocupação do campo epigráfico. Obediência da translineação às sílabas. Tendência para observação de um eixo de simetria nas linhas 6 e 7. Espaços irregulares. Caracteres actuários, mostrando-se inclinados para a direita.

6. Texto: *D(ianae) S(ilvestri) [vel D(eo) S(ilvano)] s(acrum) / Fonteius / Philomu/sus ex vo/tu animo / libens / posuit*

6.1. Variantes: L. 1: *D(ianae) S(ilvano) S(ilvestri)* (principal hipótese de Ribeiro e HEp 12); *D(eo) S(ancto) S(ilvano)* (Figueiredo); *D(eae) S(aluti) s(acrum)* (CIL, dubitativamente); *D(ianae) S(anctae) S(ilvestri)* (Vasconcelos, Castelo Branco, Lambrino, também admitida por Ribeiro); *D(ianae) S(ilvano) S(acrum)* e *D(ianae) S(anctae) S(acrum)* (também admitidas por Ribeiro); *s(anctissima)* (HAE); *D(eae) S(anctae) S(acrum)* (Abascal, HEp 6).

6.2. Bibliografia da inscrição: Figueiredo (A. C. B.), 1889: 120, nº 2 = AE 1889, 181; Vasconcelos, 1913: 236-37, fig. 108; Castelo Branco, 1959: 5 = HAE 8-11 (1957-1960); Lambrino, 1962: 281 = ARA II, 1972: 151-52; ILER 340, 479 e p. 830; Piernavieja, 1977: 46-57; CIL II 5136 (p. 1028) = IRCP 58 = HEp 6, 1996, 1040 = RAP 561 = HEp 12, 2002, nº 636; Matos, 1995, nº 43; Ribeiro (J. C.), 2002: 444-445, nº 114; Abascal, 1995: 83; HEpOL 20986.

7. Tradução: Consagrado a Diana Silvestre (ou ao Deus Silvano). Fonteio Filomuso colocou de boa vontade, por voto. Tradução de J. C. Ribeiro: “A Diana (e) a Silvano Silvestre”.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo, podendo referir-se a Diana ou a Silvano, ambos deuses de características venatórias, dada a decoração lateral. Tendo em conta a fórmula habitual de consagração, o segundo S significará *s(acrum)*. Sendo a epígrafe dedicada a Diana, o primeiro S poderá ser interpretado como *sanctae* ou *silvestri*, ambos aplicáveis a esta divindade; por outro lado, tratando-se de um ex-voto a Silvano, o vocábulo *deo* poderá encobrir uma divindade indígena de características idênticas, embora, de acordo com Piernavieja, as inscrições dedicadas a Silvano da Península não refiram as suas qualidades venatórias. Porém, J. d’Encarnação indica IRCP 61, onde o teónimo figura também em sigla, sendo a atribuição a Silvano mais evidente do que neste caso; verificar-se-ão mais alguns pontos de contacto entre ambos, como as semelhanças paleográficas, fórmulas consecratórias por extenso. De qualquer forma, J. d’Encarnação considera improvável a dedicação da inscrição às duas divindades, dada a presença da conjunção *et* nos testemunhos de tal associação. Por outro lado, J. M. Abascal propõe uma leitura diferente (ver 6.1.), atendendo à proximidade de outros testemunhos de dedicações à *Dea Sancta*, bem como à extensão do culto de Prosérpina no Sudoeste.

8.2. Onomástica: o dedicante possui um gentílico registado no mundo romano e na Península (ILER p. 695), bem como um cognome de origem grega, frequente entre indivíduos do meio servil, pelo que poderemos estar perante um liberto.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a grafia da fórmula por extenso, beleza da decoração e nome da divindade em sigla sugerem, além da intenção de venerar a divindade por parte do dedicante, também a de exibir o seu grau de conhecimento da cultura romana; não obstante o “erro” da fórmula *votu*, por analogia com a desinência em -u da 4ª declinação latina. De acordo com J.C. Ribeiro, este monumento deve ser considerado em conjunto com IRCP 61 e IRCP 57, enquanto testemunhos de “uma mesma realidade cultural de cariz silvestre” localizada numa zona entre Silves, Loulé e Albufeira, em fins do séc. II, ou, mais provavelmente, ao longo do séc. III d. C.

8.4. Bibliografia geral: Figueiredo (A. C. B.), 1889: 120, nº 2 = AE 1889, 181; Vasconcelos, 1913: 236-37, fig. 108; Castelo Branco, 1959: 5 = HAE 8-11 (1957-1960); Lambrino, 1962: 281 = ARA II, 1972: 151-52; ILER 340, 479, p. 695 e p. 830; Piernavieja, 1977: 46-57; CIL II 5136 (p. 1028) = IRCP 58 = HEp 6, 1996, 1040 = RAP 561 = HEp 12, 2002, nº 636; HEpOL 20986; Matos, 1995, nº 43; Ribeiro (J. C.), 2002: 444-445, nº 114; Abascal, 1995a: 83; IRCP 61; CIL III 13368, XIII 382 e 5243; Solin, 1982: 163-64.

9. Cronologia: a partir de finais do séc. II, aludindo J. d’Encarnação ao texto e paleografia.

0. REF: IRCP 59.

1. Proveniência: sítio da Retorta, Boliqueime, Loulé.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Municipal de Loulé.

4. Suporte: calcário conquífero.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces. Capitel bem destacado sobre a cornija, com uma grinalda esculpida nos quatro lados; este conjunto parece sustentar um *foculus* oval com 1 cm de profundidade. Moldura de gola directa, toro e filete directo, e escócia reversa. Face anterior do fuste ocupada pela inscrição, num campo epigráfico ao nível da superfície, com moldura escavada, de gola directa. Rectângulo limitado por um sulco nas faces laterais. Moldura da base do tipo garganta reversa, seguida de toro. Dimensões máximas: 64 x 24 x 17,2; campo epigráfico: 19,1 x 12,7.

6. Texto: [...] / [Fonteius / Philomu]/sus ex vo/to animo / libens / posuit

6.1. Variantes: E. Hübner dá o texto todo, enquanto B. de Figueiredo, S. Lambrino e J. d'Encarnação reconstituem apenas o nome do dedicante; por outro lado, Viana e Vasconcelos não reconstituem de todo.

6.2. Bibliografia da inscrição: Figueiredo (A. C. B.), 1889: 120, nº 3; Vasconcelos, 1913: 509, fig. 217; Viana (A.), 1952: 268; Lambrino, 1962: 281-82 = ARA II, 1972: 133-34; CIL II 5137 (p. 1028) = IRCP 59 = RAP 618; HEpOL 20987.

7. Tradução: (...) Fonteio Filomuso colocou de boa vontade, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: atendendo ao formulário, trata-se de um monumento votivo, dedicado a uma divindade desconhecida.

8.2. Onomástica: (ver IRCP 58).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento terá sido encomendado à mesma oficina de IRCP 58, pelo mesmo cliente, embora os dois não sejam necessariamente dedicados à mesma divindade. De facto, a diferença de decoração pode corroborar a sua dedicação a divindades diferentes.

8.4. Bibliografia geral: Figueiredo (A. C. B.), 1889: 120, nº 3; Vasconcelos, 1913: 509, fig. 217; Viana (A.), 1952: 268; Lambrino, 1962: 281-82 = ARA II, 1972: 133-34; CIL II 5137 (p. 1028) = IRCP 59 = RAP 618; HEpOL 20987.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 60.

1. Proveniência: S. Bartolomeu de Messines, Sines.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Évora (nº 1713).

4. Suporte: mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: base de estátua exibindo um orifício quadrangular com ressalto no centro da parte superior. A estátua seria fixada por uma peça metálica ao orifício, sendo o seu encaixe auxiliado e embelezado por uma moldura a toda a volta. Moldura de gola encurtada nas quatro faces, decorada com folhas de acanto voltadas para dentro, enquadrando um espaço rectangular alisado, o qual, na frente, é ocupado pela inscrição. Gravação de objectos em relevo nas faces laterais: uma pátera na esquerda, e uma coroa e duas fitas (*infulae*) na direita. Destruição do monumento nalgumas partes, sobretudo as arestas, tendo a fractura do lado esquerdo arrancado o início das duas últimas linhas. Dimensões: 89 x 58 x 58. Diâmetro exterior da grinalda: 28; altura com as *infulae*: 46; diâmetro exterior da pátera: 25. Campo epigráfico: 70,5 x 37,5. Paginação cuidada, consistente com a sumptuosidade do monumento. O recurso aos nexos, pequenas letras e pontuação ora com heras, ora com pontos triangulares reflecte o desejo de obtenção de uma caixa, imperfeita apenas na linha 7, devido ao espaço deixado em branco à direita. A intenção de destacar o nome da divindade é posta em evidência pela linha 1, com letras maiores e ao centro. Caracteres bem gravados, terminados com algum requinte.

6. Texto: *I(ovi) (hedera) O(ptimo) (hedera) M(aximo) / in memoriam / L(ucii) · Atili(i) · Maximi / Severiani fil(ii) / pientissimi / L(ucius) · Atil(ius) · Atilianus / et · Artullia · / G(aii) · f(ilia) · Severa · ex / [ar]genti · lib(ris) · / [...] posuerunt*

6.1. Variantes: L. 1: Le Roux e Tranoy, não tendo visto o monumento, perguntam se não será má leitura por D. M. S., por se tratar de uma inscrição funerária. L. 2: nexos AM não assinalado por J. d'Encarnação. L. 4: *fil(io)* (ARA). L. 6: *Atilianos* (Barata = Viana). L. 7: *Artulia* (Barata). L. 8: *C* (Barata, Pereira, Espanca, HE). L. 9: *GENTILIB* (Hübner, ILER); [...] *CENTI* (Barata); [...] *SENTI* (Espanca, Pereira). L. 10: *posuervunt* (Viana); Hübner e Vives consideram a linha completa; só Hübner indica o nexos NT.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 8 (p. 691, 781); Barata, 1903: 90, nº 242 = Viana (A.), 1956: 116, nº 242; Pereira, 1916: 15, nº 2; Lambrino, 1959: 29-33 = AE 1961, 248; Espanca (T.), 1966: 123; ILER 30; ARA II, 1972: 117-19; Le Roux (P.) e Tranoy (A.), 1973: 218 (referência); IRCP 60; RAP 266; HEpOL 21087.

7. Tradução: A Júpiter Ótimo Máximo. Em memória de Lúcio Atílio Máximo Severiano, filho pientíssimo, Lúcio Atílio Atiliano e Artúlia Severa, filha de Gaio, colocaram com (...) libras de prata.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um pedestal a uma divindade, neste caso Júpiter Ótimo Máximo, contendo uma inscrição de cariz funerário.

8.2. Onomástica: pai e filho pertencem à *gens Atilia*, largamente registada no mundo romano e também no espaço geográfico em análise. Nota-se uma transmissão dos nomes perfeitamente romana, dado que o filho possui o gentílico do pai, além de um primeiro cognome latino muito frequente, e um segundo cognome a partir do cognome da mãe, aqui surgido pela única vez no espaço geográfico em análise. I. Kajanto situa-o entre os 15 mais frequentes dentro do total de cognomes terminados em *-anus*. Quanto ao nome da mãe, o seu gentílico surge aqui registado pela única vez, enquanto o seu *cognomen* se mostra tipicamente latino, com mais de um milhar de casos conhecidos referidos por

Kajanto.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento merece um lugar à parte no quadro da epigrafia do espaço geográfico em análise, enquanto pedestal de estátua a Júpiter Ótimo Máximo, e pela sua grandiosidade. Integrou a colecção de Frei Manuel do Cenáculo, que não refere o local exacto do seu achado, mas apenas “em S. Bartolomeu de Messines na serra de Monchique”. J. d’Encarnação alude à devoção a I.O.M. por parte de indivíduos de onomástica perfeitamente romana, habitantes de uma zona montanhosa. O seu carácter simultaneamente votivo e funerário não se limita a este caso, embora Hübner não assinale outra dedicatória do género a Júpiter na epigrafia peninsular. Este exemplo constitui o testemunho mais meridional do espaço geográfico em análise no tocante ao culto desta divindade. Por fim, a menção do peso de prata, destinada, segundo J. d’Encarnação, a pratear a estátua em bronze, aponta para a elevada posição económica dos indivíduos e seu desejo de ostentação, estando a expressão *ex argenti libris* documentada na epigrafia peninsular, a ver pelos índices de ILS (p. 906-07)

8.4. Bibliografia geral: CIL II 8 (p. 691, 781); Barata, 1903: 90, nº 242 = Viana (A.), 1956: 116, nº 242; Pereira, 1916: 15, nº 2; Lambrino, 1959: 29-33 = AE 1961, 248; Espanca (T.), 1966: 123; ILER 30; ARA II, 1972: 117-19; Le Roux (P.) e Tranoy (A.), 1973: 218 (referência); IRCP 60; RAP 266; HEpOL 21087; Kajanto, 1982: 35 e 256-57; CIL II p. 1202; TIL II, s. v. *Arrius*, p. 645, 47; ILS p. 906-07.

9. Cronologia: J. d’Encarnação aponta os finais do séc. II – inícios do III, atendendo ao uso da fórmula *in memoriam* seguida de genitivo, ao adjectivo *pientissimus*, aos dois cognomes e à paleografia.

0. REF: IRCP 61.

1. Proveniência: Serros Altos, Albufeira.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 6411).

4. Suporte: calcário oolítico.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces. Capitel desgastado na parte superior (tornando impossível o conhecimento da sua exacta configuração inicial) e circundado por uma linha de pérolas, bem visível na face anterior. Toros delineados com saliência longitudinal a meio; *foculus* losangular (12 x 8,5) com presumível círculo inscrito. Moldura possivelmente de garganta encostada entre dois filetes directos, bastante danificada. Decoração lateral notável: à direita, punhal em relevo dentro da sua bainha; à esquerda, uma cabra também em relevo, cujo abdómen dilatado poderá simbolizar fecundidade ou indicar falta de habilidade do artífice. Moldura da base composta por filete reverso e garganta reversa. Leitura da epígrafe entravada pela erosão e carácter “cursivo” da escrita. Dimensões máximas: 40,5 x 22 x 14,5; campo epigráfico: 15 x 18. Presença de heras arredondadas na linha 1, a qual levanta algumas dificuldades de leitura. O T no fim da linha 3 deverá ter sido lapso de gravação, atendendo à aparente intenção de formar uma caixa nas três primeiras linhas, em relação à qual o T seria um elemento anómalo. Ensaio de seguimento de um eixo de simetria nas duas linhas finais.

6. Texto: *S(ilvano) (hedera) S(ancto?) (hedera) T(?) / votum / posuit T (?) / aram / Peculiaris*

6.1. Variantes: L. 1: *S(ancto) S(ilvano) I(nvicto)* (Figueiredo); *S(aluti) S(anctae) D(eae)* (Hübner, ILER); *S(ilvano) S(ancto) D(omestico)* ou *S(ilvano) S(ilvestri) D(ianae)* (Vasconcelos; último também Ribeiro e HEp 12); *S(ilvano) S(ancto) D(omestico)* (Lambrino, também admitida por Ribeiro); *S(ilvano) S(ancto) D(ianae)* (também admitida por Ribeiro). L. 3: todos os autores omitem o segundo T; *et(?)* (Ribeiro e HEp 12). L. 4 e 5: unidas (ILER). L. 5: [...]*E CVEMP [...]* (Figueiredo); *Peculia(ris)* (Vasconcelos); *Peculiaris* (desenho de Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Figueiredo (B. de), 1889: 119; Vasconcelos, 1913: 503-05, fig. 267; Lambrino, 1962: 283 = ARA II, 1972: 129-30; ILER 477; CIL II 5138 (p. 1028) = IRCP 61 = RAP 562 = HEp 12, 2002, nº 635; Matos, 1995, nº 44; Ribeiro (J. C.), 2002: 445-47, nº 115; HEpOL 20988.

7. Tradução: ? Peculiar colocou um altar em promessa a Silvano Santo. Tradução de Ribeiro: “A Silvano (e) a Diana Silvestre, este voto e esta ara colocou (?) Peculiar”.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, sendo dedicado a Silvano, deus dos bosques e da caça, atendendo à decoração lateral, dada a adequação da cabra e punhal ao carácter venatório da divindade. O seu nome é seguido por um epíteto, presumivelmente *s(ancto)*, mas que também poderia ser *s(ilvestri)*, ao qual se segue uma misteriosa letra, interpretada de forma distinta por vários autores que viram a inscrição, mas que J. d’Encarnação entende como um T nítido, a qual esconderá um epíteto desconhecido. O texto exhibe uma estrutura rude e inusitada, no seio da qual *votum* e *aram* dependerão ambos da forma verbal *posuit*, podendo suprir o habitual *solvit*, indicando tudo de forma concisa. Contudo, J. d’Encarnação crê que *votum* se deve tomar por *ex voto*, entendendo assim a erecção da ara como motivada por uma promessa.

8.2. Onomástica: o dedicante é identificado como *Peculiaris*, um cognome latino conhecido e registado por I. Kajanto, com exemplos na Lusitânia. Dos 92 exemplos registados no CIL, 16 são atribuídos a indivíduos do meio servil (cerca de 17%). Poderá tratar-se de um escravo, dado o nome único e omissão da filiação, embora tal estatuto não colida com o estatuto económico e requinte

estético implicados pela graciosidade da árula e sua decoração.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo J. d'Encarnação, trata-se do único ex-voto dedicado a Silvano no espaço geográfico em análise. De acordo com J.C. Ribeiro, este monumento deve ser considerado em conjunto com IRCP 57 e 58, enquanto testemunhos de “uma mesma realidade cultural de cariz silvestre” localizada numa zona entre Silves, Loulé e Albufeira, em fins do séc. II, ou, mais provavelmente, ao longo do séc. III d. C.

8.4. Bibliografia geral: Figueiredo (B. de), 1889: 119; Vasconcelos, 1913: 503-05, fig. 267; Lambrino, 1962: 283 = ARA II, 1972: 129-30; ILER 477; CIL II 5138 (p. 1028) = IRCP 61 = RAP 562 = HEp 12, 2002, nº 635; Matos, 1995, nº 44; Ribeiro (J. C.), 2002: 445-47, nº 115; HEpOL 20988; Kajanto, 1982: 289; CIL II 5242 = ILER 3995; CIL II 816 = ILER 6375 = CPIL 346.

9. Cronologia: Hübner data o monumento do séc. II, atendendo à paleografia, o que não é contestado pela decoração e cuidado na paginação; Ribeiro aponta uma datação dos sécs. II-III d. C.

0. REF: IRCP 62.

1. Proveniência: Torre de Apra, Loulé.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 6418).

4. Suporte: calcário fossilífero creme.

5. Descrição do monumento: fragmento de presumível ara com resto de inscrição votiva. Texto atravessado por uma linha de fractura quase na vertical, resultante da erosão, que facilitou o arranque de um bom fragmento na parte superior. Danos significativos à esquerda e em baixo entravam a leitura da forma primitiva do monumento, agora liso nas quatro faces. O texto poderá não ter tido mais do que as quatro linhas visíveis. O campo epigráfico seria demarcado em toda a volta por um sulco do qual resta uma porção em baixo. Dimensões: 55 x 29 x 24; campo epigráfico: 32 x 19,5. Paginação cuidada. Caracteres de tipo capital, quadrados e bem gravados.

6. Texto: [...] AR [V?...] / *sacrum* / [...] *Paccius* / [F]ronto / [...]?

6.1. Variantes: L. 1: [M]ar[ti Aug(usto)] (Figueiredo); [L]ar[i]bus (CIL); [L]ar[ibus] (Vasconcelos, HEpOL); [L]ar[ibu]s (Lambrino). L. 3: [L?] (CIL); [C?] (Lambrino). L. 5: [votum / solvit / libens / animo?] (Figueiredo); v(otum) m(erito) ... (CIL); v(otum) (Vasconcelos); v(ovit) m(erito) (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Figueiredo (B. de), 1889: 120, nº 4; Vasconcelos, 1913: 291-92, fig. 136; Lambrino, 1962: 282-83; CIL II 5135 (p. 1028) = ARA II, 1972: 155 = IRCP 62 = RAP 585; HEpOL 20985.

7. Tradução: Consagrado a... Pácio Frontão...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: embora a inscrição seja votiva, revela-se arriscada qualquer hipótese de reconstituição do teónimo; se não existisse o ponto a seguir ao R da primeira linha, a sugestão *Larib(us) Aug(ustis)* seria viável. A grafia de *sacrum* por extenso sugere que o teónimo também assim estaria, tratando-se provavelmente de uma divindade clássica do panteão romano. A existência de uma linha 5 onde figuraria a fórmula votiva é sugerida por “alguns traços visíveis aqui e ali”, embora J. d’Encarnação prefira nada reconstituir, dada a possibilidade de as inscrições votivas não conterem fórmula final.

8.2. Onomástica: o dedicante possuiria prenome, o qual não pôde ser recuperado, juntamente com um gentilício latino bem conhecido, assaz documentado na Península e sobretudo na Lusitânia; figura por duas vezes em Tavira (IRCP 80), o que J. d’Encarnação entende como assinalável, dada a proximidade, e em Tróia (IRCP 219). O seu cognome também é latino, muito frequente na Península. O dedicante identificar-se-ia pelos *tria nomina*, omitindo a filiação, pelo que se trataria de um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Figueiredo (B. de), 1889: 120, nº 4; Vasconcelos, 1913: 291-92, fig. 136; Lambrino, 1962: 282-83; CIL II 5135 (p. 1028) = ARA II, 1972: 155 = IRCP 62 = RAP 585; HEpOL 20985; ILER p. 728; CIL II 4327 = ILER 5080; CIL II 5261 = ILER 179; CIL II 5272 = ILER 4958; CIL II 5696 = ILER 4538; RE XVIII, 2, 2062-66, s. v. “Paccius”; IRCP 80 e 219; Kajanto, 1982: 118 e 236.

9. Cronologia: séc. II, de acordo com J. d’Encarnação, que alude a critérios paleográficos.

2. Epígrafes de Mértola

0. REF: IRCP 95.

1. Proveniência: alcáçova do castelo de Mértola.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Mértola.

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: ara votiva com molduração nas quatro faces. Capitel liso em cima, exibindo quatro covas dispostas de forma irregular, que poderão não ter integrado a decoração inicial. A inscrição ocupa uma das faces menores do fuste. Moldura do tipo gola encurtada no capitel e duas golas reversas sucessivas na base. Dimensões: 94,5 x 41 x 24; campo epigráfico: 34,5 x 15. A paginação ocupa a totalidade do campo epigráfico, com alinhamento à esquerda. Pontuação inexistente; má translineação. Ligeiro descaimento das linhas para a direita. Caracteres de configuração actuária, bem gravados em bisel. A definição de HEpOL entende este monumento como “pedestal de estátua moldurado nas partes superior e inferior. Contraste da gravação das letras com o acabamento correcto do suporte. As letras que serviram de guia em cada linha supuseram a disposição irregular do texto”.

6. Texto: *Deae / sanct/ae vot/um ani/mo libe/ns solvi/t C(aius) Val(erius) / Rufus / Caepio*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Valente (J. Pulido) *et alii*, FE 1, 1982, nº 1, foto 1; RAP 53; AE 1982, 456; IRCP 95; Abascal, 1995: 82, nº 3; HEp 6, 1996, nº 1016; Blázquez, 1986-87: 141, nº 1; HEpOL 22782.

7. Tradução: Gaio Valério Rufo Cepião cumpriu de bom grado o voto à Deusa Santa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: segundo J. M. Blázquez e J. d'Encarnação, trata-se de um monumento dedicado à divindade indígena Atégina, pela típica atribuição à mesma dos epítetos *Dea Sancta* nesta área do Império. Por outro lado, M. Bendala Galán aproximou a utilização de *Sancta* de hábitos epigráficos norte-africanos, “com ascendência em conhecidas características da região semítica”. Já J. M. Abascal discorda da sua atribuição a Atégina, aludindo à insuficiência dos critérios.

8.2. Onomástica: o dedicante possui um gentilício comum, cuja abreviatura se explica pela sua frequência, e dois cognomes, algo que não é corrente no espaço geográfico em análise, sobretudo em cultuantes de divindades indígenas. O primeiro constituiu um cognome latino bastante registado, enquanto o segundo, de origem etrusca, se documenta mais uma vez, mas como gentilício, não sendo reconhecido por I. Kajanto como cognome. Estaremos perante um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta inscrição testemunha a fidelidade a um culto indígena não totalmente explícito, por parte de um indivíduo já imbuído da tradição religiosa romana, embora não completamente, dada a posição anterior da fórmula votiva, escrita por extenso, em relação ao seu nome.

8.4. Bibliografia geral: Valente (J. Pulido) *et alii*, FE 1, 1982, nº 1, foto 1; RAP 53; AE 1982, 456; IRCP 95; Abascal, 1995: 82, nº 3; HEp 6, 1996, nº 1016; Blázquez, 1986-87: 141, nº 1; HEpOL 22782; IRCP 287; Bendala Galán, 1976: 152; García Iglésias, 1976: 139; IRCP 65; Kajanto, 1982: 42.

9. Cronologia: J. d'Encarnação situa o monumento em meados do séc. II ou em época posterior, de acordo com a paleografia.

3. Epígrafes de Miróbriga e seu termo (Santiago do Cacém)

0. REF: IRCP 144.

1. Proveniência: Miróbriga.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: parede exterior do hospital velho de Santiago do Cacém.

4. Suporte: calcário.

5. Descrição do monumento: placa votiva cuja superfície se encontra bastante desgastada pela erosão e pela percussão com pedras/objectos pontiagudos, entravando a leitura perfeita do traçado das letras. Esta é a descrição de IRCP, tendo uma análise posterior (HEp 5) levado a constatar que se trata de uma ara com mais de um metro de altura. Fractura longitudinal ao nível das linhas 8 e 9, tendo retirado um bom pedaço do texto do lado esquerdo. O “caixilho” de cimento de que foi rodeada, uma vez incluída na parede acima referida, não permite desvendar a existência ou não de moldura. Vestígios de linhas auxiliares. Dimensões: 54,7 x 51. No conjunto, preocupação com a obtenção de uma boa paginação, obedecendo as duas primeiras linhas e a última a um eixo de simetria, enquanto as outras terão sido alinhadas à esquerda; por outro lado, à direita não se verifica nenhum alinhamento, nem preocupação em evitar o corte de palavras. Caracteres de configuração actuária. Ausência de pontuação, excepto o ponto da linha 3 e duas heras no fim.

6. Texto: *Aesculapio (hedera) / deo / C(aius) / Attius Ianuarius / medicus pacensis / testamento legavit / ob merita splendi/dissimi ordinis / [qu]od ei [q]uinquatri/[...]VM praestiterit / [F]abius Isas heres / fac(iendum) (hedera) cur(avit) (hedera)*

6.1. Variantes: *Cattius* (CIL, ILS, ILER, Mangas, Silva). L. 8: *[PE]QV[N] IN* (CIL). L. 8/9: *quinquatri[u]m* (Almeida, Lambrino); *locu[m] in quatri[du]um* (Mommsen, Ors). L. 9: *[du]um* (CIL). ILER apresenta diferente translineação.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 21 = ILS 6903; Vasconcelos, 1925: 55; AE 1927, 164; AE 1996, 835; Silva (J. G. Cruz e), 1946: 348-51, fig. 21; AB IV 1947: 359 (desenho extraído da p. 135 da *Vida de Sisenando*); Lambrino, 1952: 115; Ors (A. d'), 1953: 419; Almeida, 1964: 45-48; Mangas, 1971: 274 e 335; ILER 188; Étienne, 1976: 217 (simples referência); Encarnação (J. d'), 1981: 27-29; Encarnação, 1993: 313-25; IRCP 144; RAP 231; HEp 5, 1995, nº 1053; HEpOL 21100.

7. Tradução: Ao deus Esculápio. Gaio Átio Januário, médico pacense, legou, por testamento (alguns bens) ao excelente conselho municipal, que, honra lhe seja, organizou em honra de Esculápio cinco dias de festa. O herdeiro, Fábio Isas, mandou executar.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este abarca o texto de um legado testamentário, pois Gaio Átio Januário terá deixado dinheiro ao conselho municipal de Miróbriga para que este organizasse, ou continuasse a organizar, as festas em honra de Esculápio. Já o seu herdeiro surge incumbido de fazer cumprir o testamento e erigir a lápide. Segundo Lambrino, o vocábulo *deo* aponta para a assimilação da divindade romana a uma divindade indígena pré-existente, afigurando-se esta perspectiva partilhada por J. d'Encarnação (1981).

8.2. Onomástica: o médico é identificado através dos *tria nomina*, omitindo a filiação. Embora o seu cognome seja latino, abundante em África (de onde provêm 637 dos 1854 exemplos do CIL), revela-se típico de escravos e libertos, que representam 161 dos 1854 exemplos registados no CIL; este nome aponta, juntamente com o seu exercício de uma actividade de libertos, para a origem liberta do indivíduo. O mesmo se poderá dizer do seu herdeiro, portador de um cognome entendido por J. d'Encarnação como um *hapax*, dada a sua ausência das várias compilações epigráficas por ele consultadas, dentro e fora da Península; e de um gentilício registado no espaço geográfico em análise.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: os significados diferentes do verbo *praestare* (“organizar” ou, como é mais habitual nas inscrições romanas, “trazer benefícios”) trazem opiniões distintas quanto à interpretação do texto. Para A. d'Ors, esta inscrição exemplifica um legado constituído por uma obra pública, afirmando que Januário “legou uma estátua ao deus Esculápio, em atenção aos benefícios recebidos da *ordo* dos decuriões; parece tratar-se, apesar de a leitura ser muito incompleta, da cedência do local para a realização dum banquete de quatro dias”. Por outro lado, Cruz e Silva defende a concessão de um lugar de honra nos jogos a Januário, por decreto do Conselho, representando a inscrição o reconhecimento e admiração ao deus Esculápio, pelas milagrosas curas realizadas. Já no entender de S. Lambrino, o personagem terá mandado gravar a placa por os senadores de Miróbriga “terem oferecido festejos” a Esculápio. Assim, o texto revestir-se-á de um certo carácter sibilino, sobretudo tendo em conta o propósito tradicional das festas *Quinquatrus* de honrar Minerva e o facto de esta inscrição ser dedicada a Esculápio; o que pode ser explicado pelas qualidades médicas de Minerva, apontando para uma transposição do culto de Minerva para Esculápio, o qual assume aqui características de divindade local, a ver pela presença de *deo*. J. d'Encarnação crê que este texto aponta para o papel de Miróbriga como local de peregrinação, e para a celebração anual de Esculápio num santuário, certamente devida às curas milagrosas por ele ali operadas, sendo esta possibilidade de existência de um templo e de um importante culto a Esculápio em Miróbriga corroborada pela natureza do monumento. O médico, apresentando-se como pacense, pode ser tido como médico público, pago por *Pax Iulia*, situação que regista um paralelo em Córdoba. Por fim, a referência a *splendidissimus ordo*, sem esclarecer o nome ou estatuto do aglomerado populacional a que se refere, implica a existência de uma organização de tipo municipal; enquanto a justificação *ob merita* se mostra invulgar, por representar aqui uma entidade, quando se refere geralmente a indivíduos merecedores, por alguma razão, do reconhecimento público – talvez Januário atribuísse à *ordo* o mérito da instituição dos jogos ou a edificação de um templo.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 21 = ILS 6903; Vasconcelos, 1925: 55; AE 1927, 164; AE 1996, 835; Silva (J. G. Cruz e), 1946: 348-51, fig. 21; AB IV 1947, p. 359 (desenho extraído da p. 135 da *Vida de Sisenando*); Lambrino, 1952: 115; Ors (A. d'), 1953: 419; Almeida, 1964: 45-48; Mangas, 1971: 274 e 335; ILER 188; Étienne, 1976: 217 (simples referência); Encarnação (J. d'), 1981: 27-29; IRCP 144; RAP 231; HEp 5, 1995, n° 1053; HEpOL 21100; *Fouilles de Conimbriga II*, 1976: 54 e 75; DA III 2, p. 1672, s. v. “Medicus”; IRCP 10; Knapp, 1978: 221; CIL II 2348 = ILER 5728; CIL II, p. 1162 e 1198; Kajanto, 1982: 218-19.

9. Cronologia: séc. II, segundo os critérios paleográficos indicados por J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 145.

1. Proveniência: Castelo Velho, Santiago do Cacém.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: encontra-se uma cópia em mármore na parede do chafariz de N^a Senhora do Monte, pois o original perdeu-se.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: o monumento original não dispõe de uma descrição precisa. A sua forma e paginação podem ou não ter sido respeitadas aquando da feitura da cópia, a qual exhibirá alguns erros naturalmente devidos à distração ou má leitura de caracteres nem sempre perfeitamente legíveis. Dimensões: 89 x 51. Segundo J. d'Encarnação, a paginação original poderá ter sido preservada, não se afigurando impecável, dado que tanto o número de letras por linha como o sentido lógico não foram respeitados, optando-se mesmo pelo corte de palavras. O facto de se tratar de uma cópia invalida o comentário paleográfico.

6. Texto: *Marti / sacrum / in hono/rem G(aii) (hedera) Pag(usici) / Marini (hedera) / Pag(usica) Mari/ane [sic] fratri / pientissimo*

6.1. Variantes: L. 4: *G(aio) Pag[usico]* (Almeida). L. 5: *[f](ilius)* (Almeida). ILER apresenta diferente translineação, interpretando, no índice, *Pag.* como *Paganus, -a.*

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 22; Vasconcelos, 1914: 316; Vasconcelos, 1913: 266; Almeida, 1964: 51-52; ILER 255; Alarcão, 1974: 162 (referência); IRCP 145; RAP 392; HEpOL 21101.

7. Tradução: Consagrado a Marte. Em honra de Gaio Pagúsico Marino. Pagúsica Mariana ao irmão, modelo de piedade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma inscrição dedicada a Marte, mas que se reveste simultaneamente de um carácter funerário, além de votivo. Este tipo de inscrições, com indicação de *in honorem* ou *in memoriam*, não rareia na Península.

8.2. Onomástica: no entender de J. d'Encarnação, *PAG* deve ser tido como a abreviatura de *Pagusicus*, gentílico das personagens representadas, que se regista noutras inscrições de Miróbriga, afigurando-se característico desta localidade. Embora Palomar o inclua entre os antropónimos pré-latinos da Lusitânia, não fornece qualquer explicação para a sua origem. Ambos os cognomes são latinos e registam-se no espaço geográfico em análise, remetendo *Marinus* para uma origem marítima. Assim, poderemos estar perante cidadãos romanos, dada a sua identificação com *tria nomina* e *duo nomina* (sendo a última estrutura corrente nas cidadãs romanas), e a ortodoxa transmissão onomástica.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo J. d'Encarnação, esta inscrição é paralelizável com IRCP 60 e 147. Nela, Marte não é homenageado como a “clássica divindade guerreira”, mas sim como protector no Além, podendo assumir características de alguma divindade local.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 22; Vasconcelos, 1914: 316; Vasconcelos, 1913: 266-67; Almeida, 1964: 51-52; ILER 255; Alarcão, 1974: 162 (referência); IRCP 145; RAP 392; HEpOL 21101; Palomar, 1957: 90; CIL II, p. 1189; IRCP 60, 96, 147 e 484; Kajanto, 1982: 150 e 308; CIL II 544 = ILER 4385; CIL 4465 = ILER 1706; Toutain, 1967: 259; CIL II p. 1202.

9. Cronologia: J. d'Encarnação indica uma data posterior à segunda metade do séc. II, a ver pela presença do adjectivo *pientissimus* e da fórmula *in honorem* seguida de genitivo.

0. REF: IRCP 146.

1. Proveniência: Santiago do Cacém.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Santiago do Cacém (nº 462).

4. Suporte: calcário fétido de S. Brissos.

5. Descrição do monumento: ara votiva fracturada no ângulo superior direito e em cima, onde existia um *foculus* rectangular e possivelmente toros laterais. Moldura de gola directa no capitel e de gola reversa na base, nas quatro faces, enquanto o fuste se apresenta liso. Inscrição ocupando a metade superior de uma das faces, sem qualquer limitação do campo epigráfico. Linhas auxiliares visíveis. Dimensões: 68,5 x 39,5 x 26; campo epigráfico: 48,3 x 36,5. A pequena hera da linha 1 contribui para a posição centrada do teónimo no espaço epigráfico. A linha 2 ocupa toda a largura disponível, enquanto a linha 3 começa na direcção da primeira, servindo a hera final a produção de um certo alinhamento com a linha anterior. Gravação perfeita e delicada. Caracteres do tipo monumental, actuários, terminados com requinte, atribuídos a inícios do Império. Variação do tipo de pontuação usada. Consideração do efeito estético.

6. Texto: *Veneri (hedera) / C(aius) Iulius Rufi/nus (hedera) mag(ister) (hedera)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Saa (M.), 1963, foto p. 80; Almeida, 1964: 48-49; IRCP 146; RAP 436; HEpOL 23550.

7. Tradução: A Vénus. Gaio Júlio Rufino, presidente.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante um monumento em honra de Vénus.

8.2. Onomástica: atendendo ao gentílico do dedicante, o culto de Vénus é relacionado por J. d'Encarnação com a *gens Iulia*, “cuja estirpe entroncava, segundo a tradição, nesta divindade”; o que é também demonstrado em Idanha-a-Velha. O nome *Iulius Rufinus* regista-se em dois personagens masculinos de Lisboa, ambos da tribo Galéria e um deles edil designado; e em duas personagens femininas do espaço geográfico em análise, uma delas mãe de um indivíduo oriundo de *Olisipo*. Estaremos perante um cidadão romano, tendo possivelmente obtido a cidadania no tempo de Augusto, a ver pela sua estrutura onomástica tipicamente latina, omitindo porém a filiação.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um testemunho do culto a Vénus na Hispânia sem um dos seus típicos atributos, *Augusta*, *Victrix* ou *Domina*. A qualificação de *magister* do dedicante pode ser entendida no sentido administrativo, de chefe de uma comunidade, ou religioso, de presidente de um colégio sacerdotal, registando-se um paralelo numa inscrição votiva de Beja. A existência de um *magister* do culto a Vénus em Santiago do Cacém não é despicienda, atendendo à provável existência de um templo a ela consagrado e à descoberta de uma estátua desta divindade. Por fim, J. d'Encarnação indica ainda a hipótese de se tratar de um *magister* de Miróbriga em época anterior ao seu estatuto de município; nesta situação, “prestar culto a Vénus era prestar homenagem à família imperial”.

8.4. Bibliografia geral: Saa (M.), 1963, foto p. 80; Almeida, 1964: 30 e 48-49; IRCP 146; RAP 436; HEpOL 23550; CIL II 225 = ILER 6381; ILER 4694; IRCP 329, 339 e 415; Daremberg, Saglio e Pottier, 1900: 1522, s. v. “Magister”; Almeida (F. de), 1969: 4.

9. Cronologia: inícios do Império, época à qual, segundo J. d'Encarnação, pertencem os caracteres da inscrição.

0. REF: IRCP 147.

1. Proveniência: Castelo Velho, Santiago do Cacém.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: encontra-se uma cópia em mármore na parede do chafariz de N^a Senhora do Monte, pois o original perdeu-se.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: o monumento original não dispõe de uma descrição precisa, podendo a sua forma e paginação ter sido respeitadas, ou não, aquando da feitura da cópia. Dimensões: 89 x 51. O comentário paleográfico é invalidado pelo facto de se tratar de uma cópia. A paginação original poderá ter sido preservada, também não se afigurando impecável, dado que tanto o número de letras por linha como o sentido lógico não foram respeitados, optando-se mesmo pelo corte de palavras. Concentração da totalidade do texto na metade superior da placa. Pontos triangulares.

6. Texto: *Veneri Victri/ci Aug(ustae) sacr(um) / in honorem Lu/ciliae Lepidinae / Flavia Titia filiae / pientissimae*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 23; Vasconcelos, 1914: 316; Vasconcelos, 1913: 280-82; ILS 3175; Almeida, 1964: 51; ILER 416; IRCP 147; RAP 437; HEpOL 21103.

7. Tradução: Consagrado a Vénus Vencedora Augusta. Em honra de Lucília Lepidina. Flávia Tícia à filha, modelo de piedade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este apresenta uma natureza funerária e votiva em simultâneo, situação que conta com pelo menos mais 2 exemplos peninsulares no tocante a Vénus (HAE 1071 e CIL II 6054 = ILER 424).

8.2. Onomástica: o gentílico *Lucilius* surge aqui pela única vez no espaço geográfico em análise, concentrando-se com mais frequência na Península, não podendo porém ser obtida qualquer conclusão válida através da sua distribuição ou associação com os cognomes. Regista-se também aqui o cognome *Lepidinus*, de origem latina e não muito frequente (com apenas 8 exemplos no CIL). Por fim, a outra personagem possui um gentílico também atestado, bem como um cognome habitualmente usado como gentílico, situação que, segundo J. d'Encarnação, não é invulgar. Estaremos então perante possíveis cidadãs romanas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo a lista de Vives, contamos com um total de 15 dedicatórias a Vénus no espaço peninsular, uma delas referindo a existência de estátuas e a outra o templo a Vénus em Idanha-a-Velha. A deusa conta com dois epítetos que, segundo J. d'Encarnação, lhe são atribuídos ao mesmo tempo pela primeira vez, revelando-se ambos muito frequentes; o primeiro aproxima-a da deusa Vitória, enquanto o segundo a liga ao culto imperial.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 23; Vasconcelos, 1914: 316; Vasconcelos, 1913: 280-82; ILS 3175; Almeida, 1964: 51; ILER 416; IRCP 147; RAP 437; HEpOL 21103; HAE 1071; CIL II 6054 = ILER 424; Toutain, 1967: 384-88; Étienne, 1958: 342; ILER 365, 412-24, 2115; ILER 1417; ILER 2078 =

6068; CIL II 2888; CIL II 3861 = ILER 1396; CIL II 4970 e 5890; Kajanto, 1982: 283; IRCP 81, 85, 219; CIL II 2188

9. Cronologia: J. d'Encarnação aponta uma época posterior ao séc. II para a datação desta inscrição, devido à presença do superlativo.

4. Epígrafes de Alcácer do Sal e seu termo

0. REF: IRCP 182 I

1. Proveniência: desconhecida.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Alcácer.

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: ara votiva com molduração nas quatro faces. Presença de toros no capitel. Dimensões: 123 x 63 (base) x 36,5; campo epigráfico: 63,5 x 54,5.

6. Texto: *I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / votum / P N M M M / A B*

6.1. Variantes: inédita?

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 182 I; HEpOL 23586.

7. Tradução: A Júpiter Ótimo Máximo, por voto [...]

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o facto de o texto não ter sido gravado em bisel, a pátina recente, o sulco das letras redondo e o inusitado da fórmula levam J. d'Encarnação a crer que o monumento teria constituído uma ara anepígrafa na oficina do gravador, cujo texto teria sido gravado por alguém em época moderna; o que é ainda corroborado pela abundância de peças anepígrafas no museu.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 182 I; HEpOL 23586.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 182.

1. Proveniência: Alcácer do Sal.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: trata-se de um dos textos atribuídos por Cornide a Alcácer do Sal, o qual não refere de onde o copiou nem a tipologia da inscrição, mencionando apenas que a mesma se via “na esquina das casas da rua de Sileites”. Paginação aparentemente lógica.

6. Texto: *Isidi · Dominae / M(arcus) · Octavius · Octaviae / M(arci) f(iliae) · Marcellae · Mode/ratillae · lib(ertus) · Theophilus / v(otum) · s(olvit) · l(ibens) · a(nimo)*

6.1. Variantes: união das linhas 3 e 4 (G. y Bellido); apenas o *Anon. Taur.* (CIL II p. XXXVIII) indica o nexu.

6.2. Bibliografia da inscrição: Cornide, *Inscrições...*; Vasconcelos, 1913: 341-42; Balil (A.), 1956: 223; Saa, 1963: 89-90; García y Bellido, 1967: 112-13; Mangas, 1971: 279 e 311 (referências); ILER 354; Encarnação (J. d’), 1981: 24; CIL II 33 (p. XXXVIII) = IRCP 182 = SIRIS 752 = RAP 453; HEpOL 21113.

7. Tradução: A Ísis Senhora. Marcos Octávio Teófilo, liberto de Octávia Marcela Moderatila, filha de Marcos, cumpriu de bom grado o seu voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, obedecendo a uma estrutura habitual: na linha 1, verifica-se o nome da divindade e o seu epíteto (estando ausente a expressão *sacrum*), seguido da identificação do dedicante e, finalmente, observa-se a fórmula votiva na última linha.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta-se como liberto, possuindo um cognome teofórico de origem grega, bastante frequente entre escravos e libertos, o gentílico da sua antiga dona e o prenome do pai desta, como habitual. Do gentílico regista-se apenas mais um exemplo, em Beja. Por sua vez, a sua dona surge identificada com o nome todo, apresentando dois cognomes, ambos de origem latina: o primeiro documentado no espaço geográfico em análise e o segundo registado aqui pela única vez no mesmo e na Península. Segundo J. d’Encarnação, estas personagens integram então um meio de cidadãos romanos, de elevados recursos financeiros.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o culto de Ísis, objecto de diversos estudos, é entendido como o culto oriental com mais vestígios, sobretudo nas regiões mais romanizadas do Sul peninsular, devendo ter sido importado por mercadores que acompanhavam os exércitos durante a República, estando documentados os contactos marítimos entre a Península e o Mediterrâneo oriental; o que confere assim um papel importante aos portos. Trata-se de uma deusa venerada principalmente por mulheres, o que se manifesta pelo facto de, entre os 12 nomes de devotos registados em Portugal, se encontrarem 9 femininos. Estas atribuem-lhe com frequência o epíteto de *domina*, o qual também aqui lhe é dado por um liberto, expressando a “completa soberania da deusa sobre os seus súbditos e a saúda primordialmente como deusa onipotente”. Estamos então perante um exemplo epigráfico do culto a esta divindade no espaço geográfico em análise, inserido nas normas verificadas no culto a Ísis, dado o cognome grego do liberto e a localização geográfica da epígrafe num porto de ligações atestadas com o Oriente.

8.4. Bibliografia geral: Cornide, *Inscrições...*; Vasconcelos, 1913: 341-42; Balil (A.), 1956: 218 e

223; Saa, 1963: 89-90; García y Bellido, 1967: 106, 108 e 112-13; Mangas, 1971: 279 e 311 (referências); ILER 354; Encarnação (J. d’), 1981: 24; CIL II 33 (p XXXVIII) = IRCP 182 = SIRIS 752 = RAP 453; HEpOL 21113; Paixão (A. M. C.), 1971: 309-14 e 1983, p. 273-86; Heyob (S.), 1975: 79; CIL X 6303; CIL XI 695; CIL II 981; CIL XI 1544; SI 160; NS 1880 p. 208; IRCP 180 e 306; Kajanto, 1982: 173 e 263; Solin, 1982: 81-82.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 183.

1. Proveniência: capela de S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Évora.

4. Suporte: mármore branco de Pardais (Vila Viçosa).

5. Descrição do monumento: presumível ara votiva desprovida de capitel e da parte superior do fuste, trabalhada nas quatro faces e exibindo moldura na base, composta por filete reverso, toro e gola reversa. A inscrição ocupa uma face do fuste; campo epigráfico rebaixado, demarcado por uma moldura de dois toros separados por uma unha com ranhura exterior. Gravações em relevo nas faces laterais: na esquerda, uma águia de asas abertas e apoiada numa nuvem ou tronco estilizado; na direita, a *arbor incerta* de Hübner, assemelhando-se a uma folha de feto assente sobre um semicírculo, presumivelmente a Terra, de cujos folículos saem como que estames com filetes e “uma antera bem redonda e volumosa”, questionando-se J. d’Encarnação se não representará a fecundidade, bem como se este motivo não trará o significado de perenidade. Dimensões: 78 x 58,5 (base) x 41 (fuste) 52 (base). Águia: abertura das asas: 26; altura total: 31. Motivo vegetal: 44 x 28; diâmetro do “suporte”: 27. Campo epigráfico: 44,5 x 29. Paginação obediente a um eixo de simetria, surgindo a primeira e a última linha centradas, em módulo maior. Alinhamento à esquerda, excepto da linha 5; à direita, “a moldura serviu de limite efectivo”, verificando-se aí o uso da pontuação, triangular, sem propósito aparente. Configuração ondulada de toda a epígrafe, devido à diferente altura de colocação das letras nas linhas. Caracteres actuários e esguios.

6. Texto: *Iovi · O(ptimo) · M(aximo) / Flavia · L(ucii) · f(ilia) · Rufina / Emeritensis · fla/minica · provinc(iae) / Lusitaniae · item · col(oniae) / Emeritensis · perpet(ua) · / et · municipi(i) · Salacien(sis) / d(ecreto) · d(ecurionum)*

6.1. Variantes: L. 4: *PROVIN* (Barata, Viana). L. 5: *col(egii)* (Pereira).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 32 (p 802) = IRCP 183 = D 6893 = RAP 267; Leal (P.), *Portugal...*, s. v. “Sadão”; Barata, 1903: 85, nº 227; Pereira (G.), 1916: 15, nº 3 e p. 20; Viana (A.), 1956: 116 (= Barata); Saa, 1956: 104; Étienne, 1958: 167 e 238; Espanca (T.), 1966: 122; HEpOL 21112.

7. Tradução: A Júpiter Ótimo Máximo. Flávia Rufina, filha de Lúcio, natural de Mérida, flamínia da província da Lusitânia, e também perpétua da colónia emeritense e do município salaciense. Por decreto dos decuriões.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a Júpiter por parte de uma flamínia emeritense.

8.2. Onomástica: a dedicante, cidadã romana, apresenta-se natural de Mérida, tendo-lhe sido

concedido o flaminato perpétuo na sua cidade natal e no município de *Salacia*. O seu gentílico aponta para a pertença da mesma a uma família que teria obtido o direito de cidadania de Vespasiano (70-79); por outro lado, o seu cognome é latino e frequente no espaço geográfico em análise.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o achado desta epígrafe numa zona de muito rara ocorrência de dedicatórias a Júpiter leva J. d'Encarnação a encará-la mais como um testemunho oficial de ostentação e dedicação a Roma do que como prova de devoção religiosa; aludindo, neste contexto, à inspiração da decoração em motivos importados e oficiais, ao relevo dado à fórmula *D. D.* (maior do que o teónimo) e à preocupação da dedicante em enumerar os seus cargos - questiona-se mesmo se a principal preocupação não será a perpetuação da memória de *Rufina*. Na época em que esta erige o seu ex-voto, verificar-se-ia a existência de um templo no local posteriormente ocupado pela capela de S. João das Arranas, possivelmente um importante lugar de culto. Este facto atesta, por um lado, a vitalidade da cidade e sua estreita ligação com o governo provincial e central, e, por outro, as relações da mesma com a capital provincial, onde também se verifica a presença de salacienses. Em suma, *Salacia* revestir-se-ia de uma importância singular no quadro da província da Lusitânia.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 32 (p 802) = IRCP 183 = D 6893 = RAP 267; Leal (P.), *Portugal...*, s. v. "Sadão"; Barata, 1903: 85, nº 227; Pereira (G.), 1916: 15, nº 3 e p. 20; Viana (A.), 1956: 116 (= Barata); Saa, 1956: 104; Étienne, 1958: 167 e 238; Espanca (T.), 1966: 122; HEpOL 21112; CIL II 518 = ILER 5403.

9. Cronologia: R. Étienne data a inscrição do tempo dos Flávios, com base nas referências temporais sugeridas pelo gentílico da dedicante (ver 8.2.).

0. REF: FE 93, 2012, nº 416.

1. Proveniência: *Forum de Salacia*.

2. Historial da peça: descoberta em 2011 à superfície, isolada, na área do *forum*.

3. Paradeiro actual: Museu Municipal Pedro Nunes (nº 5681 mnpn/2001).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula moldurada com inscrição, sob a qual se encontra uma ovelha em cima de um plinto, do qual apenas subsiste uma porção – 18 x (33) cm –, com parte de duas linhas da inscrição. Capitel com toros delineados, de corolas nos topos; frontão triangular, no qual se observa a sugestão de duas linhas paralelas aos lados oblíquos, terminando, no centro, em volutas singelas afrontadas. Capitel separado do fuste por molduração constituída por faixa directa, separada de uma garganta directa através de ranhura. Ligeiro rebaixamento do campo epigráfico. Panejamento em jeito de grinalda a cair, executado a buril, representado lateralmente, à esquerda de quem olha, ladeando a ara. Ovelha pormenorizadamente esculpida, representada de cabeça baixa, talvez em posição submissa, levando a pensar no seu eventual sacrifício. Dimensões totais do monumento: 52 x 34 x 10. Dimensões da árula: 33 x 20/18,7/27 x 3,8 (do lado esquerdo) e 2,5 (à direita). Campo epigráfico: 17,5 x 19. Paginação bastante cuidada, atendendo à regularidade dos espaços interlineares. Pontos triangulares, em forma de cauda de andorinha. Caracteres do tipo monumental quadrado.

6. Texto: *Dedica/vit // [Q(uintus)] · Porci (vel Pompei)]VS (hedera) Q(uinti) · PO[RCI vel MPEI] / [lib (ertus)] · [H]emero[s]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação (J.) e Ferreira (M.), FE 93, 2012, nº 416.

7. Tradução: Dedicou Quinto Pórcio (ou Pompeu) Hémero, liberto de Quinto Pórcio (ou Pompeu).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo de vulto (possivelmente um templete, em cujo frontispício estaria incorporada a inscrição), dado encontrar-se omissa o nome da divindade, que assumiria o papel de protectora do gado, nomeadamente lanígero.

8.2. Onomástica: o dedicante, de condição liberta, poderá ter tido como gentílico *Pompeus*, atendendo à designação de *urbs Imperatoria de Salacia*, atribuída por Sexto Pompeu, filho de Q. Pompeu, o “Magno”; ou *Porcius*, tendo em conta o registo de um *L. Porcius Himerus* (IRCP 187), notável municipal, e também a possibilidade de formação do latino *Himerus* a partir de *Hemerus*, derivado do vocábulo grego para “doméstico”/“calmo”, o que tornaria o dedicante um possível antepassado do referido Lúcio Himerus. O seu cognome não se encontra porém registado em Solin (1982), nem qualquer grafia similar.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a divindade homenageada poderá ter sido Hermes ou Mercúrio, no contexto de uma cidade de forte vocação comercial, destacando-se a preparação das lãs salacienses, pelo que esta inscrição põe em evidência a gratidão do dedicante e da família para com o númen ao qual terá sido devido o enriquecimento da mesma, reflectindo-se a solenidade da dedicatória através do relevo conferido à forma verbal *dedicavit*.

8.4. Bibliografia geral: Encarnação (J.) e Ferreira (M.), FE 93, 2012, nº 416; IRCP 187.

9. Cronologia: J. d’Encarnação aponta o séc. I a. C., atendendo ao texto e à paleografia.

5. Epígrafes de Beja

0. REF: IRCP 229.

1. Proveniência: Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga.

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: “hermes” polido, desprovido de busto e da parte inferior do plinto, exibindo cavidades nas faces laterais para aplicações decorativas e um “espigão” saliente no topo superior para encaixe do busto. Inscrição votiva-honorífica gravada na frente. Dimensões máximas: 59 x 30 x 19,5. Paginação simétrica, excepto na última linha; caracteres capitais quadrados, muito bem gravados, devendo-se a sua regularidade à existência de linhas auxiliares. Pontuação variada.

6. Texto: *Iunoni / Secundae · n(ostrae) / Primogene / et · Felix · ser(vi)*

6.1. Variantes: L. 2: *Semproniae* (Alarcão, por lapso).

6.2. Bibliografia da inscrição: Viana (A.), 1958: 21-22 = HAE 1484; Viana, 1961-62: 144; e 1970: 108-09; Mangas, 1971: 123 e 162; ILER 368; Alarcão (J.), 1974: 161; IRCP 229 = RAP 375; HEpOL 23619.

7. Tradução: A Juno, da nossa Segunda, os escravos Primogene e Félix.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, constituindo uma dedicatória a Juno por Primogene e Félix, escravos de Segunda, que é simultaneamente homenageada, conferindo também uma natureza algo honorífica ao monumento. Este destinava-se certamente a ser colocado no peristilo ou *lararium* de uma casa. A redacção da epígrafe é ambígua, pois alguns autores consideraram *Secunda* como epíteto de Juno, como J. Mangas; tratando-se mais provavelmente do nome da dona dos dedicantes, como interpretado por J. de Alarcão, que sugere a dedicação da inscrição ao espírito divinizado da mesma.

8.2. Onomástica: a dona apresenta apenas um cognome latino, muito difundido no mundo romano e documentado noutra inscrição de Beja, podendo tratar-se de uma integrante do meio servil. *Felix*, também largamente difundido, mas sobretudo em África, é frequentemente atribuído a escravos e libertos, que representam 529 dos 3542 exemplos registados no CIL; já *Primogene* corresponderá a *Primigenius*, de grande difusão na totalidade do mundo romano (registando-se dois libertos em Roma) e com exemplos na Península – dos 988 exemplos registados no CIL, 217 pertencem ao meio servil. Embora J. Mangas tenha sugerido uma origem africana para estes escravos, a frequência com que estes nomes ocorrem pela extensão do Império romano impede a atribuição de uma origem precisa aos mesmos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: J. d'Encarnação considera frequente a ocorrência da sigla N em inscrições votivas ou dedicatórias erigidas por indivíduos do meio servil, referindo um exemplo de Itálica. Juno corresponde aqui ao equivalente feminino do *Genius*; nas palavras de G. Gianelli, “a expressão mais completa e mais verdadeira do seu *eu*, do seu ser feminino”. A forma do monumento, o carácter como que clássico da homenagem, o formulário sóbrio mas correcto e a excelência da paginação apontam para um meio de implantação sólida dos hábitos latinos.

8.4. Bibliografia geral: Viana (A.), 1958: 21-22 = HAE 1484; Viana, 1961-62: 144; e 1970: 108-09;

Mangas, 1971: 123 e 162; ILER 368; Alarcão (J.), 1974: 161; IRCP 229 = RAP 375; HEpOL 23619; ILER p. 736 e 745; CIL II 5382 = ILER 991; IRCP 107, 290 e 360; De Ruggiero, 1961, s. v. “Iuno”, IV 1 p. 216-18; Kajanto, 1982: 272-73, 290 e 292; ILER p. 736; CIL VI 22 851; CIL VI 16 177.

9. Cronologia: inícios do séc. III, atendendo aos critérios paleográficos referidos por J. d’Encarnação.

0. REF: IRCP 230.

1. Proveniência: Beja.

2. Historial da peça: redescoberta no decurso de obras no nº 13 da Praça dos Duques de Beja, onde se encontrava embutida numa parede.

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: o desenho de Cenáculo, única fonte para o estudo desta inscrição até à sua redescoberta no séc. XXI, aponta para que se trate de um pedestal com molduração de escócia reversa na parte superior, algo posteriormente confirmado. A peça poderia estar incompleta do lado direito.

6. Texto: *ALPHVRIO [...] / Censis ex / EVENTVTII [...] / [l(oco?) d(ato?) d(ecreto) d(ecurionum)*

6.1. Variantes: L. 1: *ALPHVRIIC* (Xaro); *[P]alphuria* (Hübner, 1861); *[P]alphurio* (HE); *ALPHVRI [...FIL]* (CIL); *[P]ALPHVRI...* (Vasconcelos); *Alphuric(a)* (Encarnação, 2008; HEp 17); *ALPHVRI...* (ILER). L. 2: *CENE SIS EX* (Xaro); *genesis* (Hübner, 1861); *[g]genesis* (CIL, ILER, Vasconcelos). L. 3: *iventuti* (CIL, Vasconcelos, Xaro); *iuventuti* (ILER). L. 3/4: *Iu<v>entute[m / a(nimo)] l(ibens)·d(ono)·d(edit)* (HEp 17). L. 4: *E D D* (Xaro); *L [D] D D* (CIL, Vasconcelos); *L D D D* (ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Cenáculo, CXXIX/1-13 pl. LXVIII f. 1 e CXXIX/1-14 nº 35; Hübner, 1861: 41; CIL II 45; Vasconcelos, 1913: 301-02; Viana (A.), 1952: 12 (transcreve a versão de Gama Xaro); ILER 457; IRCP 230; RAP 378; Encarnação, 2008: 222-23, figs. 4-5; HEp 17, 2008, nº 213; HEpOL 21125.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a partir da sua interpretação da fórmula final, Vasconcelos considera a existência de “um templo, edículo, altar, coluna ou monumento semelhante, onde a lápide estava encravada”. Conferindo validade à hipótese de Hübner, tratar-se-á de uma dedicatória a *Iuventus* ou *Iuventas* – sendo sedutora a hipótese de leitura de *Iuventuti* na linha 3, embora também se pudesse tratar de uma dedicatória a *Eventus*.

8.2. Onomástica: na primeira linha, seria conveniente que figurasse *Palphurio*, dativo de *Palphurius*, gentílico registado em Talavera la Vieja. Verifica-se outro antropónimo, desta vez feminino, na segunda linha: *Genesis*, tratando-se de um cognome grego registado em Roma e em Jaén, embora raro (registando-se apenas 5 casos em Solin, 1982, três dos quais designando *incerti*) pelo que se trataria possivelmente de uma escrava. Este adquire um significado místico para Vasconcelos, sugerindo este uma relação entre *Genesis* e *Iuventus*, por a deusa em questão proteger os indivíduos jovens em idade de casar.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo J. d’Encarnação, apesar das suas reservas, poderemos estar perante o único exemplo do culto a *Iuventus* ou *Iuventas* na Península, em cuja festa “os jovens

depunham a pretexta e vestiam a toga viril, fazendo uma oferta à deusa no seu templo sobre o Capitólio”; podendo então *Iuventus* ser interpretado como um “colégio de jovens” do qual *Cenesis* faria parte. Exceptuando um exemplo de *Brigantium*, de interpretação duvidosa, existe apenas outro exemplo do culto a *Iuventus* na Península, mas como virtude imperial (*Iuventas Augusta*).

8.4. Bibliografia geral: Cenáculo, CXXIX/1-13 pl. LXVIII f. 1 e CXXIX/1-14 n° 35; Hübner, 1861: 41; CIL II 45; Vasconcelos, 1913: 301-02; Viana (A.), 1952: 12 (transcreve a versão de Gama Xaro); ILER 457; IRCP 230; RAP 378; Encarnação, 2008: 222-23, figs. 4-5; HEp 17, 2008, n° 213; HEpOL 21125; CIL II 934 = ILER 4582 = CPIL 477; CIL II 3375 = ILER 3099; De Ruggiero, 1961, s. v. “*Iuventas, Iuventus*”, IV 320; Ors (A. d’), 1953: 389-90; CIL II 2563; CIL II 1935; Solin, 1982: 1201.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 231.

1. Proveniência: Beja.

2. Historial da peça: segundo CIL II 46, a sua descoberta data de 1794.

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Beja (n° B-78).

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: grande paralelepípedo com inscrição votiva. “A parte superior encurva ligeiramente para a direita, dando a impressão de ter pertencido ao lado esquerdo de um pórtico, sendo a maior parte do monólito constitutiva do pilar, e a restante correspondente ao ponto de nascença do arco” (Viana, 1946). Gravação da inscrição num campo epigráfico moldurado: “ranhura exterior, toro, escócia dando nascença para o interior a outro pequeno toro saliente em relação ao campo epigráfico”. Polimento prévio da superfície inscrita; boa leitura do texto, não obstante algumas ligeiras mossas. Dimensões: 143 x 64 x 44,5; campo epigráfico: 47 x 41. Paginação obediente a um eixo de simetria, da qual se afastam apenas as linhas 5 e 6. “Boa disposição espacial em altura”. Caracteres capitais quadrados, de gravação nítida.

6. Texto: *Serapi Pantheo / sacrum / in honorem G(aii) Ma/ri Prisciani / Stelina Prisca / mater filii / indulgentissimi / d(ecreto) d(ecurionum)*

6.1. Variantes: a pontuação do CIL não corresponde à verdadeira. L. 4: *Stephana* (Figueiredo 1887, corrigindo em 1889); *Stelena* (Garcia 1967). L. 8: *d(e)d(icarunt)* (Figueiredo, que toma por dedicantes a mãe e os filhos “amantísimos”); *d(edit) d(edicavit)* (Vasconcelos, Garcia 1956); *d(ono) d(edit)* (Dias, HE).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 46 = ILS 4401; Figueiredo (A. C. B.), 1887: 185-86; e 1889: 182; CIL II 5185; Vasconcelos, 1895: 344 (transcreve a referência do manuscrito de Cenáculo); e 1913: 344-45; Viana (A.), 1946: 24-26, n° 27 (foto); e 1947: 362, fig. 28 (desenho extraído de *Vida de Sisenando*, p. 157); Viana (A.), 1952: 7 e 16 (transcreve os dados de J. Umbelino Palma e Gama Xaro); García y Bellido, 1956: 345-46; Saa, 1963: 90-91 (transcreve Vasconcelos); García y Bellido, 1967: 137; Vidmann (L.), SIRIS 1969, n° 753; Viana (A.), 1970: 111; ILER 302; Dias (M. A.), 1978: 37-38; Encarnação (J. d’), 1981: 29-30; IRCP 231; RAP 465; HEpOL 21126.

7. Tradução: Consagrado a Serápis Panteu, em honra de Gaio Mário Prisciano, filho muito dedicado. A mãe, Estelina (?) Prisca. Por decreto dos decuriões.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: para M. A. Dias, a sua gravação na aduela de um arco, tida como local

de passagem, e integração nua estrutura arquitectónica sugere que esta inscrição se inseriria num monumento ou templo, talvez a cargo de uma família local. J. d'Encarnação segue a hipótese de Jorge de Alarcão, segundo a qual o monumento constituiria primitivamente uma ara, desbastada no capitel e base para reutilização. É de notar a simultaneidade de características votivas e funerárias do monumento, com paralelos em Miróbriga. O atributo *Pantheus*, também registado numa inscrição grega de Cartago, significará a atribuição a Serápis dos poderes de todas as divindades, dando-o como deus supremo e universal, o que não invalida que este assumia características funerárias neste caso.

8.2. Onomástica: o homenageado apresenta um gentílico assaz registado no espaço geográfico em análise, bem como um cognome latino, decerto derivado do cognome da mãe, com mais dois exemplos peninsulares. O cognome desta, latino e frequente na Península, designa também um tribuno militar de época republicana; por outro lado, não foi encontrado nenhum paralelo para o seu primeiro nome, do qual não se consegue determinar se se trata de um gentílico ou cognome. Afiguram-se ambos detentores de cidadania romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta inscrição integra um grupo de epígrafes e outros testemunhos artísticos do culto à divindade egípcia Serápis no espaço peninsular, tendo a introdução do seu culto no mesmo sido fomentada por contactos comerciais. Embora o dedicante desta inscrição seja um particular, J. d'Encarnação alude à importância das inscrições de Astorga estudadas por García y Bellido, assinadas em grande parte por um procurador imperial de época severiana, que J. Gagé toma por exemplo de como "(...) nos confins do Império (Astúrias-Galiza), o zelo dum funcionário se ajunta ao movimento geral para habituar a população provincial a considerar os deuses mais exóticos (...) como divindades oficiais de Roma". Por outro lado, M. A. Dias sugere uma datação de 132/133 para este texto, imediatamente posterior à estada de Adriano no Egipto, com o qual se consagra oficialmente a qualidade de *Pantheus* a Serápis.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 46 = ILS 4401; Figueiredo (A. C. B.), 1887: 185-86; e 1889: 182; CIL II 5185; Vasconcelos, 1895: 344 (transcreve a referência do manuscrito de Cenáculo); e 1913: 344-45; Viana (A.), 1946: 24-26, nº 27 (foto); e 1947: 362, fig. 28 (desenho extraído de *Vida de Sisenando*, p. 157); Viana (A.), 1952: 7 e 16 (transcreve os dados de J. Umbelino Palma e Gama Xaro); García y Bellido, 1956: 345-46; Saa, 1963: 90-91 (transcreve Vasconcelos); García y Bellido, 1967: 125-139 e 166; Vidman (L.), SIRIS 1969, nº 753 e 777; Viana (A.), 1970: 111; ILER 302; Dias (M. A.), 1978: 37-38; Encarnação (J. d'), 1981: 29-30; IRCP 231; RAP 465; HEpOL 21126; IRCP 145, 146, 261, 391, 484 e 487; Gagé, 1971: 459; Kajanto, 1982: 288; CIL II 2263 = ILER 4542; CIL II 4358 = ILER 4500 = RIT 557; ILER p. 736.

9. Cronologia: 132/133, de acordo com M. A. Dias.

0. REF: HEp 17, 2008, nº 212.

1. Proveniência: Beja.

2. Historial da peça: descoberta durante uma escavação na rua de Sembrano.

3. Paradeiro actual: desconhecido?

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: fragmento moldurado da parte esquerda de um lintel, decerto integrado num pequeno templo.

6. Texto: *Bona[e · Deae / Iu]lia · L(uci) l(iberta) · Sat[urnina · d(e) · s(ua) · p(ecunia) · d(onum) · d(edit)]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação, 2008: 223-24, figs. 6-7; HEp 17, 2008, nº 212.

7. Tradução: À Boa Deusa. Júlia Saturnina, liberta de Lúcio, ofereceu a dádiva a expensas suas.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória à *Bona Dea*, entendida como esposa ou filha de Fauno, à qual terá sido erigido um templo.

8.2. Onomástica: identifica-se uma dedicante de condição liberta, possuindo um cognome de origem latina e cariz teofórico pagão (pertencente a Saturno), comum em África, de onde provêm 1163 dos 2507 exemplos registados no CIL. Este estatuto sociojurídico terá gozado de significativa representação em *Pax Iulia*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: atendendo ao cognome da dedicante, poderemos então conceber uma eventual ligação com o mundo africano.

8.4. Bibliografia geral: Encarnação, 2008: 223-24, figs. 6-7; HEp 17, 2008, nº 212; Kajanto, 1982: 18, 58, 113 e 213.

9. Cronologia: -

5-b). Epígrafes dos arredores de Beja (freguesias rurais)

0. REF: IRCP 286.

1. Proveniência: Herdade da Misericórdia, Beringel, Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Beja (sem nº).

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: ara votiva com inscrição no fuste. “Sobre a cornija, de chanfro directo, um capitel com frontão e meios-toros apontados à face dianteira; ostenta a meio uma cavidade rectangular”. Base de chanfro reverso, contendo a última linha da inscrição. Dimensões máximas: 43 x 21 x 18; campo epigráfico: 16 x 16. Ignorando o pouco espaço disponível, o *ordinator* optou pela interpunção de sílabas, uso de heras e fórmula dedicatória por extenso, o que resultou no corte de palavras, mesmo sem respeitar as regras das sílabas. Caracteres de configuração actuária e regular, de recorte desigual.

6. Texto: *Apollini (hedera) / Sancto sac(rum) / Aemilia Aeli/a animo lib(ens) (hedera?) / votum solv(it) (hedera)*

6.1. Variantes: L. 2: *sac(ro)* (Viana 1954); *SACR* (AE). L. 3: *AH* (HAE 1412, Marvão). L. 4: *a(ram)* (HAE 1412). L. 5: *solvit* (HAE 1412). L. 6: *M* (HAE 1412, Marvão).

6.2. Bibliografia da inscrição: Viana (A.), 1954: 17-19; HAE 1412; Viana (A.) e Ribeiro (F. N.), 1956: 151-52 (referência); AE 1958, nº 48; HAE 1557; Marvão (A.), 1966: 578-80; Viana (A.), 1970: 111; ILER 177; IRCP 286; RAP 236; HEpOL 23661.

7. Tradução: Consagrado a Apolo Santo. Emília Élia cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a Apolo, ao qual é aplicado o epíteto *sanctus*, um dos mais largamente registados, a seguir a *augustus*, prendendo-se o seu significado, segundo J. d'Encarnação, com a acentuação das características divinas e benfazejas de Apolo. No domínio estético, a escrita da fórmula final por extenso reflecte um desejo de ostentação, sublinhado pela aparente graciosidade do monumento.

8.2. Onomástica: a identificação da dedicante faz-se através de dois gentilícios latinos, bem registados no espaço geográfico em análise, dos quais um desempenha o papel de *cognomen*, reflectindo um processo de identificação comum no sul de Portugal. Este facto, juntamente com a presença de *sanctus*, bem documentado em Roma, levou J. d'Encarnação a considerar a possibilidade de se tratar de uma cidadã romana emigrante.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: estamos perante a única inscrição do espaço geográfico em análise dedicada a Apolo (tendo em conta a reconstituição duvidosa do teónimo de IRCP 74) fora do contexto do culto imperial. Citando esta inscrição, Étienne *et al.* aludem à boa representação do culto a Apolo na Lusitânia. Neste caso em particular, a onomástica latina da dedicante não corrobora a consideração do epíteto *sanctus* como indício da adaptação deste Apolo a uma divindade indígena.

8.4. Bibliografia geral: Viana (A.), 1954: 17-19; HAE 1412; Viana (A.) e Ribeiro (F. N.), 1956: 151-52 (referência); AE 1958, nº 48; HAE 1557; Marvão (A.), 1966: 578-80; Viana (A.), 1970: 111; ILER 177; IRCP 286; RAP 236; HEpOL 23661; Étienne *et al.*, 1976: 20; CIL II 4489; CIL III 7447; CIL VI

37, 40, 41, 45; CIL VIII 218; CIL XI 2925, 3285, 3287; ILER p. 27-28, nºs 165-180; IRCP 8; IRCP 71.

9. Cronologia: J. d'Encarnação aponta o séc. II, atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: IRCP 287.

1. Proveniência: Quintos (?), Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Évora (nº 1814).

4. Suporte: mármore cinzento de S. Brissos.

5. Descrição do monumento: ara votiva posteriormente utilizada, tendo sofrido algum desgaste. *Foculus* redondo no capitel, rodeado por dois toros decorados com sulcos paralelos no sentido da largura; frontão liso à frente. Molduração nas quatro faces, singela e sem requinte, composta por dois toros. Dimensões: 54 x 30 x 18,5; campo epigráfico: 22 x 30. Paginação do texto no fuste, muito acima, não se verificando obediência a qualquer regra de simetria ou alinhamento. Caracteres monumentais quadrados, bem verticais e regulares.

6. Texto: *D(eae) s(anctae) Turubrice(nsi) / L(ucius) Axonius [vel L(ibens) A(nimo) Xonius] / v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1: *Turubrig* (CIL); *Turubrige* (Vasconcelos); *Turibrici* (Barata, Espanca); *Turubrici* (Pereira); *Turibrige* (ILER); *Turubric(ensi!)* (HEpOL). L. 2: *V[oc]onius* (CIL); *L. V.[...]onius* (Pereira); *L. A Nonius* (Barata); *L V/onius* (Espanca); *L. Monius* (Vasconcelos, ILER, Blázquez); *Nonius* (DIP). L. 3: *V[alen]s* (CIL); *[...]V[...]*S** (Espanca); *[...]O* (Barata); *L(ucius) Axonius / v(otum) s(olvit)* (HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 71 = IRCP 287 = RAP 55; Pereira, 1884: 73 e 76; Barata, 1903: 74, nº 191; Vasconcelos, 1904: 47; Vasconcelos, 1905: 151-53 (desenho); Pereira, 1916: 15 e 21; Blázquez, 1962: 143; Espanca, 1966: 122; ILER 740 e p. 831; Encarnação, 1975: 110-17; HEpOL 21156.

7. Tradução: À deusa santa Turubrigense. Lúcio Axónio cumpriu o voto; ou Xónio (?) cumpriu de boa vontade o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, sendo presumivelmente dedicado a *Ataegina*, detentora de um santuário em Turóbriga, localidade ainda não identificada, pelo que surge nalgumas inscrições como *Dea Sancta Turobrigensis* ou *Turibrigensis*.

8.2. Onomástica: embora o estado deteriorado da pedra não permita certezas a respeito do nome do dedicante, a terminação *-onius* faz pensar num gentílico, hipótese que se afigura viável em termos de espaço. J. d'Encarnação entende como plausível a intercalação do nome do dedicante na fórmula votiva, apesar de sugerir a maior probabilidade de identificação do dedicante apenas com dois nomes, atendendo à aparente clareza do X e à grafia documentada de *Axonius* em IRCP 576, de Elvas. Já Vasconcelos havia dado o gentílico como *Monius*, que crê ser a latinização de um vocábulo grego com o significado de “solitário”, remetendo para “javali” e “lobo”.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: Atégina possui um carácter infernal, de protectora das almas no Além, sendo, depois de Endovélico, a divindade indígena da qual contamos com mais ex-votos no

território da Península.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 71 = IRCP 287 = RAP 55; Pereira, 1884: 73 e 76; Barata, 1903: 74, nº 191; Vasconcelos, 1904: 47; Vasconcelos, 1905: 151-53 (desenho); Pereira, 1916: 15 e 21; Blázquez, 1962: 143; Espanca, 1966: 122; ILER 740 e p. 831; Encarnação, 1975, p. 110-17; HEpOL 21156; IRCP 576.

9. Cronologia: séc. I, de acordo com J. d'Encarnação, a ver pelo tipo de letra e ausência de cognome.

0. REF: IRCP 288.

1. Proveniência: Herdade da Torre, Quintos, Beja, não tendo sido encontrado nenhum monte assim designado na região de Quintos, o que leva J. d'Encarnação a questionar-se se se tratará da Torre da Cardeira.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: são indicadas em IRCP (p. 357) três principais fontes para este monumento: a de Cenáculo, do CIL e de Bayer, mostrando o desenho da primeira uma inscrição gravada no bordo de um vaso de pedra com tampa. J. d'Encarnação segue a primeira interpretação do texto (A), apesar de os autores transcreverem geralmente a versão C.

6. Texto: **A)** *Deae SANT CHAE CRATSCERA SANTILIO SECCC* (Cenáculo); **B)** *Deae SANC[...]*AE* CRATR SCFRASAN[...]*TILIOSECC[...]*C** (CIL); **C)** *Deae Sanctae GRATRO SAIITILIO CO[...]* (Bayer).*

6.1. Variantes: *Deae Sanctae Cratr[o(?)] Saetilio Co[...]* (HEpOL); *Deae Sanc[t]ae Cratr[o] (?) Santilio CO[...]* (HEp 4, 1994, 988).

6.2. Bibliografia da inscrição: Cenáculo, nº 27; Bayer 250 v. CIL II 101; Vasconcelos, 1905: 151; Blázquez, 1962: 143; ILER 741 e p. 831; IRCP 288 = HEp 4, 1994, 988 = HEp 6, 1996, 1015 = RAP 54; Abascal, 1995: 82, nº 4; HEpOL 21190.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: não obstante a difícil leitura e interpretação da inscrição, J. d'Encarnação admite como plausível a possibilidade de se tratar de um vaso dedicado a Atégina, na senda de Vasconcelos e Blázquez, considerando o surgimento da expressão *Dea Sancta* nas inscrições em honra da mesma. Porém, J. M. Abascal parece discordar desta perspectiva, entendendo o genérico da terminologia e a imprecisão da invocação como critérios insuficientes para justificar tal atribuição.

8.2. Onomástica: a interpretação de Bayer leva a pensar que *CRAT* poderá representar o nome do dedicante, *Grattius (?) Satellius*, embora Hübner não aponte qualquer hipótese de interpretação nesta perspectiva, enquanto Vives considera o nome *Gratro Saetilio Co...* (ILER p. 700) ou *Gratio Saetilio* (ILER p. 743).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Cenáculo, nº 27; Bayer 250 v. CIL II 101; Vasconcelos, 1905: 151; Blázquez,

1962: 143; ILER 741 e p. 831; IRCP 288 = HEp 4, 1994, 988 = HEp 6, 1996, 1015 = RAP 54; Abascal, 1995a: 82, nº 4; HEpOL 21190; ILER p. 700 e 743.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 289.

1. Proveniência: arredores de Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7268).

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: ara votiva desgastada na base e cornija. Sugestão da existência de um frontão triangular e toros incompletos no capitel, através do traçado de dois segmentos e dois arcos. Campo epigráfico situado no fuste, limitado verticalmente por traços finíssimos de cada lado, dos quais subsistem vestígios. Dimensões máximas: 80 x 47 x 38. Paginação excelente, obedecendo a um eixo de simetria. Obtenção de uma “caixa” nas linhas 2 a 6 através dos traços verticais. Não obstante o cuidado na gravação de cada uma das letras, o texto é revestido de movimento devido ao uso de caracteres de diferentes tamanhos. Evidente semelhança paleográfica com os textos de Évora forjados por André de Resende. Pontos triangulares, bem colocados, com efeito decorativo no final da linha 1.

6. Texto: *M(atri) · D(eum) · S(acrum) / duo · Irinaei · pater / et · fil(ius) · criobolati / natali · suo sacer(dotibus) / L(ucio) · Antist(io) Avito / G(aio) · Antist(io) · Felicis/simo*

6.1. Variantes: L. 3: *criobolati* (Viana). L. 6: *Antisti(o)* (Duthoy). Translineação errada (HAE, Duthoy).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1935: 255-57 = AP XXX, 1956: 123-25; Lambrino, 1953: 101-102 = AE 1956, 255; García y Bellido, 1967: 50-51, nº 7 = HAE 2697; Lambrino, 1967: 143-44; Duthoy, 1969: 37, nº 78 e passim; Viana, 1970: 111; IRCP 289; RAP 457; HEpOL 23662.

7. Tradução: Consagrado à Mãe dos Deuses. Dois Irineus, pai e filho, criobolados no dia da sua iniciação, sendo sacerdotes Lúcio Antístio Avito e Gaio Antístio Felicíssimo.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Cíbele, inscrita numa ara mandada fazer pelo pai e filho. O termo *criobolati* designa a sua submissão ao *criobolium*, sendo a forma mais corrente *crinobolium* – uma cerimónia em que foram borrifados com o sangue de um carneiro sacrificado, como forma de introdução no culto de Cíbele, através do seu renascimento para outra vida, o que explica a expressão *natali suo*.

8.2. Onomástica: os dedicantes identificam-se por um cognome de origem grega, ausente da obra de Solin (excepto na variante *Irenaeus*, correspondendo mais de metade dos seus exemplares a indivíduos de condição incerta), contando com três paralelos na Península: um escravo, um filho de indígenas e um indivíduo sem indicação do seu estatuto social. No tocante ao estatuto social dos dedicantes, perante os vários cenários, desde a sua condição servil à cidadania, passando pela hipótese de serem descendentes de um liberto (pela possibilidade de *Irinaeus* constituir um cognome de um liberto de origem oriental), J. d'Encarnação aceita a existência de duas pessoas com o mesmo nome, composto por *tria nomina*, mas designados apenas pelo cognome pela maior facilidade, o que não colide com a ideia da sua descendência de um liberto, por os próprios libertos possuírem os *tria nomina*. O uso do numeral *duo* antecedendo o nome dos dedicantes, que J. d'Encarnação considera completamente

inusitado do ponto de vista epigráfico, poderá constituir um *hapax* em textos epigráficos. Já no que respeita aos sacerdotes, a sua identidade de gentílios, de origem itálica e documentados na Península (sendo os seus cognomes latinos e muito frequentes, embora o primeiro se registre também em meios de raiz indígena), levou à colocação da hipótese do seu parentesco, admitindo J. d'Encarnação a possibilidade de serem pai e filho, tal como os dedicantes, o que aponta para a importância dos laços familiares neste culto, pela maior facilidade de manter o carácter exotérico e secreto da iniciação entre membros da mesma família.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a nomeação de dois sacerdotes no final da inscrição foi dada por G. y Bellido como constituindo uma provável forma de datação, imitando a data consular, o que não teria impedido a participação dos mesmos na cerimónia, como dispensadores do criobólio. Já Lambrino admite que os sacerdotes teriam oficiado na cerimónia, apontando para a apreciável extensão do culto de Cíbele em Beja, a ver pela presença de sacerdotes nas grandes cerimónias do mesmo.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1935: 255-57 = AP XXX, 1956, p. 123-25; Lambrino, 1953: 101-102 = AE 1956, 255; Lambrino, 1953: 102-103; García y Bellido, 1967: 50-51, n° 7 = HAE 2697; Lambrino, 1967: 143-44; Duthoy, 1969: 37, n° 78 e passim; Viana, 1970: 111; IRCP 289; RAP 457; HEpOL 23662; CIL II 1085 = ILER 6015; ILER 4664; ILER 6243 = HAE 1007; CIL II p. 1055; Kajanto, 1982: 304 e 273; Solin, 1982: 426-28; Vallejo, 2005: 201-205.

9. Cronologia: não datável pelo seu conteúdo, poderá situar-se nos meados do séc. II, com base nos critérios paleográficos.

0. REF: IRCP 290.

1. Proveniência: *villa* de Pisões, Herdade da Almocreva, S. Tiago Maior, Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: monte da herdade, em Penedo Gordo.

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces, com inscrição no fuste. Fractura oblíqua do capitel, do qual resta apenas um pouco do toro da esquerda, trabalhado. Rebaixamento do fuste em relação às molduras, de gola directa em cima e reversa na base. Abertura de uma fenda longitudinal desde a moldura até ao fim da linha 4, de onde saltou uma lasca. Existência de linhas auxiliares. Dimensões máximas: 51 x 31 x 27; campo epigráfico: 29 x 28,5. Mediocridade da paginação, inexistência de alinhamento e corte de sílabas. Pontuação variada, também de efeito decorativo, composta por uma hera cordiforme, uma “vírgula” em jeito de espinho de roseira e pontos triangulares. Caracteres monumentais de gravação geralmente regular, seguindo as linhas auxiliares. Regularidade dos espaços interliterais, salvo na última linha, onde a grafia de *votum* por extenso desfaz a estética da fórmula final.

6. Texto: *Saluti (hedera) pro / G(aio) · Atilio · / Cordo · n(ostro) · Cat/tulus · ser(vus) / votum · s(olvit) · a(nimo) · l(ibens)*

6.1. Variantes: L. 3: N(*umerius?*) (Almeida); N(*epote?*) (AE). L. 3-4: *Cat/tulus* (ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Almeida (J. M.) e Ferreira (F. B.), 1969: 61-62; AE 1969/70, nº 213; Mangas, 1971: 123 e 163; ILER 6781; IRCP 290; RAP 427; HEpOL 23663.

7. Tradução: O escravo Catulo cumpriu de boa vontade um voto a Sálus, pelo nosso Gaio Atilio Cordo.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem a *Salus*, como portadora de felicidade, não necessariamente restrita à saúde, a um particular, embora, numa fase inicial, o culto se dirigisse a uma divindade protectora do Estado e do povo romano. De facto, o sentido de *pro* nesta inscrição em particular afigura-se mais lato, envolvendo o bem-estar do indivíduo, em comparação com o *pro salute* de outras inscrições como IRCP 375, apontando para um pendor salutífero mais vincado.

8.2. Onomástica: o patrono, provável cidadão romano, possui um gentilício frequente, mesmo no espaço geográfico em análise, e um cognome latino, também designando um legado da Aquitânia em 69 a. C., um senador registado em Montemor-o-Novo e um quatuórviro de Cádiz, o que, segundo J. d’Encarnação, torna plausível a hipótese de este patrono constituir o proprietário da *villa* de Pisões. Afigura-se aliás notável a possível relação entre o nome *Cordus* e o topónimo Penedo Gordo. Já o escravo apresenta um cognome latino, diferente de *Catullus*, assaz frequente em África, de onde provém metade dos exemplos registados no CIL e aqui registado pela primeira vez na Península. Tratar-se-ia de um escravo rural, o único até então documentado na epigrafia romana do Alentejo.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a colocação da sigla N entre o nome do senhor e o do escravo, com paralelo em IRCP 229, designa o pronome possessivo (podendo representar a realização da dedicatória em nome de todos os escravos do senhor) e não um primeiro nome do último, apoiando-se esta interpretação na habitual forma de identificação dos escravos imperiais – *Caes(aris) n(ostri) s(ervus)* – aqui imitada, constituindo um índice cultural e de romanização. No reinado de Tibério deu-se a ligação desta divindade ao culto imperial, passando a surgir *Salus Augusta* (o bem-estar do Imperador) ao lado da anterior *Salus Publica*. No território peninsular, o culto prestado a *Salus* por

particulares, independente do culto imperial, regista-se sobretudo na área de antroponímia predominantemente céltica (Cáceres, Cória, etc.), apesar da onomástica latina dos dedicantes.

8.4. Bibliografia geral: Almeida (J. M.) e Ferreira (F. B.), 1969: 61-62; AE 1969/70, nº 213; Mangas, 1971: 123 e 163; ILER 6781; IRCP 290; RAP 427; HEpOL 23663; IRCP 229, 375 e 414; ILER p. 56-57 e p. 664; CIL II 1305 = ILER 1681; Kajanto, 1982: 295 e 326; Alarcão, 1983: 120; Alarcão, 1976: 27; Alföldy, 1972-74: 411-16.

9. Cronologia: possivelmente do séc. I, como confirmado pela paleografia.

0. REF: AE 1955, 241.

1. Proveniência: Santa Iria, Serpa, Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Évora (nº 1829).

4. Suporte: mármore branco de Pardais (Vila Viçosa).

5. Descrição do monumento: ara votiva.

6. Texto: *Deae Medicae / Procla / Rufi filia / D(eae) e(x) v(oto) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 4: *d(ominae)* (Canto); *d(onum)* (Lopes, Carvalho e Gomes).

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1955, 241; AE 1961, 333; HAE 168 e 850; Encarnação, 1984: 445 (referência); RAP 403; HEp 4, 1994, nº 1002; Canto, 1997: 166-67, nº 204; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 83, nº 236h e 121, nº 37; HEp 7, 1997, nº 1147; HEpOL 5219.

7. Tradução: À Deusa Médica. Procla, filha de Rufo, cumpriu o voto de bom grado à Deusa (ou à Senhora).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a uma Deusa Médica, tendo A. M. Canto sugerido uma invocação de Atégina.

8.2. Onomástica: a dedicante apresenta-se portadora de uma onomástica latina, embora identificando-se unicamente através de um cognome e patronímico à maneira indígena, pelo que estaremos perante uma *peregrina*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a ligação desta divindade ao âmbito médico fomentou a proposta da sua relação com Minerva.

8.4. Bibliografia geral: AE 1955, 241; AE 1961, 333; HAE 168 e 850; Encarnação, 1984: 445 (referência); RAP 403; HEp 4, 1994, nº 1002; Canto, 1997: 166-67, nº 204; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 83, nº 236h e 121, nº 37; HEp 7, 1997, nº 1147; HEpOL 5219.

9. Cronologia: talvez séc. II d. C., dada a possível forma elíptica de Minerva.

0. REF: FE 18, 1986, nº 84.

1. Proveniência: Vila Verde de Ficalho, Serpa, Beja.

2. Historial da peça: descoberta em 1985 na “Horta de Cima”, junto à igreja de S. Jorge, em contexto de reaproveitamento como material de construção.

3. Paradeiro actual: biblioteca do Museu da freguesia de Vila Verde de Ficalho.

4. Suporte: mármore branco.

5. Descrição do monumento: pedestal em forma de ara com plinto na parte superior, que apresenta uma cavidade rectangular e quatro cavidades circulares destinadas ao encaixe de um elemento metálico, talvez uma imagem da divindade. Dimensões: 49 x 30 x 18. Pontuação obtida através de pontos e heras.

6. Texto: *Deae / Sanct[a]e / pia[e] Severu[s] / ex voto / ani(mo) lib(ens) pos(uit)*

6.1. Variantes: L. 3: *[A?]ia · Sever[a?]* (Lopes, Carvalho e Gomes).

6.2. Bibliografia da inscrição; Dias (M. M. A.) e Soares (A. M. M), *FE* 18, 1986, nº 84, foto 84; *AE* 1986, 278; *HEp* 1, 1989, nº 661; *RAP* 57a; Abascal, 1995: 82, nº 5; *HEp* 6, 1996, nº 1022; Canto, 1997: 156, nº 187; *HEp* 7, 1997, nº 1156; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 90 e 121-122, nº 39; *HEpOL* 5206.

7. Tradução: À Deusa Santa pia. Severo colocou de bom grado, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, tratando-se de uma homenagem à Deusa Santa. J. M. Abascal não considera que se trate de Atégina, pelas mesmas razões avançadas a respeito de IRCP 95 e 288.

8.2. Onomástica: o dedicante surge identificado apenas por um cognome, latino e documentado no espaço geográfico em análise tratando-se decerto de um *peregrinus* denotando alguma influência romanizadora, ou então de um escravo.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: as características do monumento sugerem o elevado poder aquisitivo do dedicante.

8.4. Bibliografia geral: Dias (M. M. A.) e Soares (A. M. M), *FE* 18, 1986, nº 84, foto 84; *AE* 1986, 278; *HEp* 1, 1989, nº 661; *RAP* 57a; Abascal, 1995: 82, nº 5; *HEp* 6, 1996, nº 1022; Canto, 1997: 156, nº 187; *HEp* 7, 1997, nº 1156; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 90 e 121-122, nº 39; *HEpOL* 5206.

9. Cronologia: primeiro quarto do séc. III.

0. REF: RAP 268.

1. Proveniência: Aldeia Nova de S. Bento, Serpa, Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: indisponível.

6. Texto: *[I(ovi)] O(ptimo) · M(aximo) / [...]us / [...] v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: RAP 268; Canto, 1997: 158-59, nº 191; HEp 7, 1997, nº 1139; HEpOL 5209.

7. Tradução: A Júpiter Ótimo Máximo (...) cumpriu o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Júpiter, da qual não pôde ser recuperada a identificação do dedicante.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: RAP 268; Canto, ERBC, 1997: 158-59, nº 191; HEp 7, 1997, nº 1139; HEpOL 5209.

9. Cronologia: -

0. REF: RAP 386.

1. Proveniência: S. Salvador, Serpa, Beja.

2. Historial da peça: descoberta na herdade da D. Brites, em Espicharrabo.

3. Paradeiro actual: pequeno museu dentro da Igreja de S. Jorge, Vila Verde de Ficalho.

4. Suporte: mármore.

5. Descrição do monumento: ara com frontão recto e fracturada na parte inferior. Dimensões: (40/27) x 44 x 14. Pontuação composta por heras e pontos.

6. Texto: *Deo · Libero / Patri · ex vot[o] / Plotia · Sever[a et] / Vale(rius) Crescaniu/s v(otum) a(nimis libentes) s(olverunt) d(ie) III kal(endas) M(ar)t(ias) / +++++ (Canto)*

6.1. Variantes: L. 3: *Seve [ra?]* (Lopes, Carvalho e Gomes). L. 4: *ut Crescaniu[? ...]* (Lopes, Carvalho e Gomes).

6.2. Bibliografia da inscrição: RAP 386; Canto, 1997: 341, nº 205, foto 128; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 54, nº 122 e 111, nº 13, com foto; HEp 7, 1997, nº 1148; HEpOL 5220.

7. Tradução: Ao deus Liber Pater, por voto. Plócia Severa e Valério Crescânio cumpriram de livre vontade, ao terceiro dia das calendas de Março.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem a Baco, atendendo à expressão *Liber Pater*.

8.2. Onomástica: a dedicante identifica-se através de um gentílico registado em *Arucci*, bem como de um cognome latino, com mais de um milhar de casos conhecidos referidos por Kajanto. Já o seu correspondente masculino parece possuir dois gentílicos, o primeiro dos quais latino, frequente no espaço geográfico em análise, identificando-se apenas através destes nomes. Estaremos perante dois cidadãos romanos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a datação presente na epígrafe aponta para a intenção dos dedicantes de exibirem a sua inserção na norma sociocultural romana.

8.4. Bibliografia geral: RAP 386; Canto, 1997: 341, nº 205, foto 128; Lopes, Carvalho e Gomes, 1997, 54, nº 122 e 111, nº 13, com foto; Encarnação, 1984: 795, nota 2; HEp 7, 1997, nº 1148; HEpOL 5220; Kajanto, 1982, p. 256-57

9. Cronologia: a data de dedicação da inscrição poderá relacionar-se com as *Liberalia*, celebradas a 17 de Março.

0. REF: HEp 7, 1997, nº 1149.

1. Proveniência: Serpa, Serpa, Beja.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Arqueológico de Serpa.

4. Suporte: mármore branco.

5. Descrição do monumento: fragmento de bloco fracturado em todos os lados, devido a reutilização. Dimensões: (25) x (18) x 6. Pontos triangulares.

6. Texto: *D(omino) · De[o Patri?] Sev[erus, -era] /d(e) s(uo) f(ecit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Canto, 1997: 167-68, nº 206, foto 129; HEp 7, 1997, nº 1149; HEpOL 23399.

7. Tradução: Ao senhor deus pai. Severo/a fez a expensas suas.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este encerra uma provável dedicatória a Baco, ou a uma divindade equivalente ao *Sucellus* céltico, da qual existe um paralelo em Burguillos del Cerro (Badajoz).

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se através de um único nome, tratando-se de um cognome latino e documentado no espaço geográfico em análise, pelo que estaremos perante um *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta dedicatória a *Liber Pater* conta com um paralelo em HEp 7, nº 1148. O elevado poder aquisitivo do dedicante é sugerido pela fórmula final.

8.4. Bibliografia geral: Canto, 1997: 167-68, nº 206, foto 129; HEp 7, 1997, nº 1149; HEpOL 23399.

9. Cronologia: séc. I.

0. REF: HEp 9, 1999, nº 738.

1. Proveniência: Alvito, Alvito, Beja.

2. Historial da peça: descoberta em 1994 na Herdade de S. Romão, onde foi identificada uma *villa*.

3. Paradeiro actual: cimentada numa das paredes da Igreja da Misericórdia do Alvito.

4. Suporte: mármore branco local.

5. Descrição do monumento: árula monolítica apresentando desgaste no capitel e base, onde se conserva parte da moldura, bem como no fuste. Dimensões: 55 x 23,5 x ?. Inscrição aberta no fuste. Paginação cuidada, obedecendo a um eixo de simetria apenas ausente da linha 4. Destaque do teónimo na linha 1 através de letras de módulo maior. Elegância e bom talhe dos caracteres.

6. Texto: *[La]ribu[s / s]acru[m / ... A]nnius Ru[... / f(ilius) P]rimu[s] / d(e) s(uo) [p(osuit)]*

6.1. Variantes:

6.2. Bibliografia da inscrição: Diogo (A.M.D.) e Feio, FE 62, 1999, nº 280, foto 280; AE 1999, 854; HEp 9, 1999, nº 738; HEpOL 22688.

7. Tradução: Consagrado aos Lares. [...] Ânio Primo, filho de Ru[...], colocou a expensas suas.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória aos Lares, testemunhando o culto romano dos génios protectores da família.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita através de um gentilício que surge um pouco por toda a parte do Sul de Portugal, bem representado no espaço geográfico em análise, e de um cognome latino referente à ordem de nascimento, frequente entre indivíduos do meio servil; podendo o mesmo no entanto ter possuído prenome, cuja abreviatura se perdeu. Poderá tratar-se de um cidadão romano recente, uma vez que o patronímico parece ser indígena.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: estaremos perante o primeiro testemunho do culto aos Lares no espaço geográfico em análise; porém, em HEp 3 (nº 487) regista-se uma inscrição que parece constituir também outro testemunho deste culto. Apresenta-se também significativa a ausência de qualquer epíteto denunciando aculturações pré-romanas, o que constitui uma situação comum no norte do país.

8.4. Bibliografia geral: Diogo (A.M.D.) e Feio, 1999, nº 280, foto 280; AE 1999, 854; HEp 9, 1999, nº 738; HEpOL 22688; Kajanto, 1982: 73 e 291.

9. Cronologia: entre a segunda metade do séc. I e a primeira do séc. II d. C.

5-c). Epígrafes de procedência não referida

0. **REF:** IRCP 338.

1. **Proveniência:** Beja ou imediações.

2. **Historial da peça:** descoberta numa pilha de entulho junto das “Portas de Aviz”, possivelmente procedente do interior da cidade.

3. **Paradeiro actual:** Museu Militar do Baixo Alentejo, Castelo de Beja.

4. **Suporte:** mármore de Trigaches.

5. **Descrição do monumento:** fragmento de “bloco” paralelepípedo com vestígios de reutilização (um buraco para couceira na face posterior) e alisado do lado direito, com *debrum* em baixo. Leve rebaixamento do campo epigráfico, obtido por alisamento da superfície. Vestígios de linhas auxiliares. Presença de um relevo já destruído sob a área epigrafada, tendo levado Manuela A. Dias a supor a possibilidade de existência de uma “representação escultórica da própria deusa, destruída, mutilada por razões históricas de Religião”. Dimensões: 48 x 28 x 17; campo epigráfico: 9,5 x 11. Possível obediência da paginação a um eixo de simetria. Pontos triangulares e profundos, inexistentes após o X. Caracteres de configuração actuária, sem inclinação regular, mal espaçados.

6. **Texto:** [...] (?) / L (vel E)SI · [...] VO / Isidi / v(*otum*) s(*olvit*) · ex im(*perio*) [...]

6.1. Variantes: interpretações avançadas por Manuela A. Dias para a linha 2: a) ... *u.s(acerdos)* (?) *exim(ius)* (?)...; b) ... *v(otum) s(olvit) ex im(agine)* (?)...; c) ... *v(otum) s(olvit) ex im(perio)* (?) ...; d) ... *v(otum) s(olvit) ex i(ussu) m(atris)* (?)... A variante c) foi sugerida a J. d’Encarnação em carta por P. Le Roux, que afirmou conhecer paralelos, corrigindo assim a sua ideia inicial, a variante d).

6.2. Bibliografia da inscrição: Dias (M. M.A.), 1978: 36-37 e nota 1 = AE 1978, 386 = IRCP 338; RAP 452; HEpOL 23698.

7. **Tradução:** ...cumpriu o voto a Ísis, por mandado...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Ísis, cujo culto conta com outro exemplo em IRCP 182. Nas linhas anteriores à linha 2, possivelmente duas, figuraria o nome do dedicante e o início da fórmula dedicatória, talvez *a(nimo) l(ibens)*.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta inscrição deve ser relacionada com a dedicatória a Serápis de IRCP 231, par feminino de Ísis.

8.4. Bibliografia geral: Dias (M. M.A.), 1978: 36-37 e nota 1 = AE 1978, 386 = IRCP 338; RAP 452; HEpOL 23698; IRCP 182 e 231.

9. **Cronologia:** faltam elementos epigráficos para a datação do monumento.

0. REF: IRCP 339.

1. Proveniência: Beja (?).

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Beja (nº B-36).

4. Suporte: mármore de Trigaches.

5. Descrição do monumento: placa com inscrição votiva com pequenos esboroamentos nas arestas e fractura dos cantos superior esquerdo e inferior direito, que só atingiu o campo epigráfico em cima, levando a primeira letra do texto. Superfície epigrafada marcada por erosão e mossas resultantes dos maus tratos, criando algumas dificuldades de leitura. Enquadramento do campo epigráfico por uma moldura de duas ranhuras paralelas. Dimensões: 29 x 38 x 2; campo epigráfico: 22,1 x 30,3. Paginação pouco cuidada, apenas com alinhamento à esquerda. Deficiente ocupação do campo epigráfico no sentido vertical, dando impressão de que as linhas centrais se encavalitam entre si, deixando um grande espaço na parte inferior, o que entravaria a leitura de baixo, encontrando-se presumivelmente a placa numa parede do *studium*. Realce do nome do deus e identificação do dedicante através do maior módulo das letras, embora de forma desajeitada. Caracteres de configuração actuária, de ductos irregulares e ligeira inclinação para a esquerda, verificando-se a existência de algumas letras de bom recorte monumental quadrado.

6. Texto: *[M(ithrae?)] deo Invicto / sodaliciu(m) Braca/rorum studium sua in/pensa [sic] fecerunt cum (hedera) / cratera ti[tulum?] dona/vit Messius [M(arci) L(ibertus)? Arte]mido/rus magister [c(oloniae)?] (hedera) P(acis?) (hedera) I(uliae?) (hedera)*

6.1. Variantes: L. 1: Viana (1946) não reconstitui M; *[S(oli) vel hedera]* (Edmondson, HE). L. 3: *s[e]dium* (Viana, 1946); *sedium* (ILER 282); *seldium* (Lambrino); *spodium* (Viana, 1955); *s[pon]dium* (García y Bellido 1967, HAE); *st[u]dium* (HE). L. 4: *OVM* (Viana, 1946); *OVMT* (?) ou *CVMT* (?) (Lambrino); ILER 282 não lê as últimas letras; *fecer[un]t*. (HE). L. 5: *crate[r?]a T[F?...D?]ONA* (Viana 1946); *T F[L(avius) Aper?]* (Lambrino); *F[lavius]* (AE); *T[ripodem]* (García y Bellido, HAE); ILER 282 só lê *dona/vit*. L. 6/7: *MESSIV[...MIDO]* (Viana, 1946); *ART.MIDO* (Viana, 1955); ILER 282 só lê *[Artem]ido*; *Messius [...Arte]mido/rus* (HE). L. 7: *magister [...S]F* (Viana, 1946); *[d(e)]s(uo)f(ecit)* (Lambrino, Viana 1970, HE); *DSF* (Viana 1945, G. y Bellido 1967, HAE); *magister [...]F* (ILER 282); *[DSF vel DSP]* (Edmondson).

6.2. Bibliografia da inscrição: Viana, 1946: 11, nº 8 = ILER 282; García y Bellido, 1948: 26; Cunha (A. R. da), 1953: 244-45 = ILER 281; Lambrino, 1953: 98-100 = AE 1956, 254; Viana, 1955: 20-22; Vermaseren, 1960: 35, nº 801 bis; Viana, 1961-62: 116-17; García y Bellido, 1967: 24-26, 34-35 = HAE 2695; Fabre (G.), 1970: 325; Viana, 1970: 111; Edmondson (I.), 1984: 69-86; IRCP 339 = AE 1984, 465 = RAP 463; HEpOL 23699.

7. Tradução: A Mitra (?), Deus Invicto. O sodalício dos Brácaros fizeram (sic) a expensas suas um edifício com uma cratera. Méssio Artemidoro, liberto de Marcos (?), magistrado da colónia de *Pax Iulia* (?), doou a inscrição.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma possível homenagem a Mitra, dada a sua habitual designação de *Deus Invictus*, o que não invalida a viabilidade da hipótese *S(oli)*, mais frequente. Esta homenagem terá sido feita por um sodalício que se reuniria no *studium*, edificado a expensas dos seus membros, apontando a identificação da cratera como vaso ritual ligado ao culto mitraico para a homenagem a este deus.

8.2. Onomástica: o magistrado possui um nome não muito frequente na Península, registado sobretudo

na área de Sevilha e identificando *sodales augustales* que atingiram o consulado na 1ª metade do séc. II, e documentado por mais duas vezes no espaço geográfico em análise. Já o nome *Artemidorus*, de origem grega e frequente no meio servil (embora mais de metade dos exemplos registados se aplique a indivíduos de condição incerta), tem paralelo na inscrição mitríaca de Mérida, localidade onde se regista ainda outro personagem com este nome que dedica uma inscrição a uma Pacense. Parece tratar-se de um liberto, embora com algumas dúvidas por parte de J. d'Encarnação.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este texto reveste-se de uma singular importância do ponto de vista documental, enquanto “única inscrição da Península que nos dá a conhecer uma organização mitríaca” (García y Bellido). Além disto, o facto de o magistrado de *Pax Iulia* ter mandado perpetuar a edificação feita pelos membros do sodalício através desta placa por ele ofertada evidencia a existência, em dada altura (que S. Lambrino pensa ser a 2ª metade do séc. II), de um colégio de Brácaros devotos de Mitra. Neste aspecto, J. d'Encarnação prefere a designação de Brácaros a “habitantes de *Bracara Augusta*” ou “cidadãos de *Bracara*”, dado o uso do termo *Bracari* para indicar simultaneamente gentes oriundas da etnia dos *Bracari*, do *conventus Bracarum* ou da cidade de *Bracara Augusta*. Partindo do princípio de que a placa estaria embutida na parede do *studium*, Lambrino aponta para a existência de um *mithraeum* em Beja, em redor do qual se agrupavam os fiéis locais e “os estrangeiros domiciliados, como os Brácaros da nossa inscrição”.

8.4. Bibliografia geral: Viana, 1946: 11, nº 8 = ILER 282; García y Bellido, 1948: 26; Cunha (A. R. da), 1953: 244-45 = ILER 281; Lambrino, 1953: 98-100 = AE 1956, 254; Viana, 1955: 20-22; Vermaseren, 1960: 35, nº 801 bis; Viana, 1961-62: 116-17; García y Bellido, 1967: 24-26, 34-35 = HAE 2695; Fabre (G.), 1970: 325; Viana, 1970: 111; Edmondson (I.), 1984: 69-86; IRCP 339 = AE 1984, 465 = RAP 463; HEpOL 23699; CIL II 517 = ILER 5391; CIL II 1185 = ILER 2191, 1281 = 1122, 1283 = 1293 e 1371 = 1107; CIL II 1079 = ILER 3245 e 6327; CIL II 4112 = ILER 1306 = RIT 155; Solin, 1982: 27-28.

9. Cronologia: -

6. Epígrafes provenientes do concelho de Évora + epígrafes sem indicação de procedência (estando expostas no museu regional)

0. **REF:** IRCP 373.

1. **Proveniência:** desconhecida.

2. **Historial da peça:** -

3. **Paradeiro actual:** Museu de Évora (nº 1835).

4. **Suporte:** mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. **Descrição do monumento:** metade superior de uma ara votiva, exibindo grande erosão do capitel, o qual se separa do fuste por um filete directo. Apresenta, do lado esquerdo, um jarro completo esculpido e, do lado direito, uma possível pátera, sendo apenas visível a parte circular na sua quase totalidade e o *umbo* em relevo. Alisamento pronunciado do campo epigráfico, o que torna perceptíveis apenas os traços mais profundos de algumas letras, dificilmente identificáveis. Dimensões máximas: 47 x 42 (cornija) x 23. Jarro: 21 x 11; pátera (?): 14 (diâmetro). Campo epigráfico: 31,5 x 34,5. Paginação obediente a um eixo de simetria. Caracteres de configuração actuária, talvez do séc. II.

6. **Texto:** *I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / [...]st[...]*n*ist[...?] / [A]ureli[?] Iu[...?] / v[...]*ci* a[n?] / Tontni f[...] / [...]*

6.1. Variantes: inédita (?).

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 373 = RAP 269; HEpOL 23720; Encarnação, 1990: 237.

7. **Tradução:** A Júpiter Ótimo Máximo ... Aurélio?

8. Comentário:

8.1. Natureza do monumento: pode ser detectada no mesmo uma conotação funerária, apesar de se tratar de uma ara votiva, a ver pela presença do jarro e pátera como elementos decorativos nas faces laterais. O nome da divindade encontra-se em dativo, sendo possível a existência de um epíteto da mesma na segunda linha, algo que, juntamente com o motivo da dedicatória, só poderia beneficiar de mais informação com a decifração do texto.

8.2. Onomástica: J. d'Encarnação coloca a hipótese de o dedicante se chamar Aurélio, um gentilício imperial; embora, tal como no que respeita ao ponto anterior, só a decifração do texto o poderia confirmar, bem como trazer informações respeitantes à sua categoria social, que poderia talvez corresponder à de cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um testemunho do culto a I. O. M. (*Iovus Optimus Maximus*) no espaço geográfico em análise. Juntamente com IRCP 375, testemunha a prática do culto a divindades integráveis no panteão romano clássico.

8.4. Bibliografia geral: IRCP 373 = RAP 269; HEpOL 23720; Encarnação, 1990: 237.

9. **Cronologia:** talvez séc. II, segundo J. d'Encarnação, a ver pela paleografia.

0. REF: IRCP 374.

1. Proveniência: Herdade de Claros Montes, Évora.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Seminário Maior de Évora.

4. Suporte: segundo J. d'Encarnação, calcário, atendendo à facilidade de actuação dos agentes erosivos (o que contraria a suposição de T. Espanca de que se trataria de mármore).

5. Descrição do monumento: possível árula, dada a delineação de uma moldura na base e sobre o campo epigráfico; encontrando-se bastante deteriorada na sua parte superior e apresentando uma inscrição votiva. Rudeza do conjunto e da gravação das letras presente na referência de Leite de Vasconcelos a este monumento como “tosco monólito”. Dimensões: 76 x 23 x 16,5; campo epigráfico: 46 x 23. Leitura bastante duvidosa de toda a inscrição (excepto o *sacrum* da linha 4), devida ao estado largamente erodido da pedra.

6. Texto: *Sanct<o> R/uneso / Cesio / Sacru<m> / G(aius!) Lic/inus / Rinu[s] / b(otum?) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1: *Sancto R* (Vasconcelos, Blázquez, ILER); *Sancta* (Espanca). L. 1/2: *Runesocesio* (vel *Runeso Cesio*) (Vasconcelos, 1905; em 1913 adopta *Runesus Caesius*). L. 2: *[...]neso* (Espanca). L. 3: *[...]cesio* (Espanca). L. 5: *G[...]* *Lic[...]* (Espanca); *Lic[...]* (Vasconcelos, EE). L. 6: *Quint* (Vasconcelos, EE, Blázquez, Espanca); *quin* (ILER). L. 7: *[c]inu[s]* (Vasconcelos, EE); *cinu(s)* (Blázquez); *CIAV* (Espanca). L. 8: *Bals(ensis)* (Vasconcelos, seguido pelos restantes autores).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1898: 270 e seg. AE, 1899, nº 138; Vasconcelos, 1900: 330-34; EE IX, 12; Barata, 1903: 80, nº 213; Vasconcelos, 1905: 302-04, e 1913: 219-20 (referência); Blázquez, 1962: 123-24 e 1975: 141; Espanca (Túlio), 1966: 122; ILER 917; DIP 1975: 268-270; IRCP 374 = RAP 188 = AE 1899, 138; HEpOL 23721.

7. Tradução: Consagrado ao santo Runeso Césio. Gaio Licínio Rino (?) cumpriu de livre vontade o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este exhibe uma inscrição votiva, com o teónimo em dativo, precedido de *sanctus* - o qual se aplica tanto a divindades romanas como indígenas, o nome do dedicante em nominativo, e a fórmula final, bastante conhecida.

8.2. Onomástica: o dedicante, do sexo masculino, identifica-se com os *tria nomina*, sendo o gentílico *Licinius*, de procedência latina, bastante representado no espaço geográfico em análise; pode tratar-se de um cidadão romano, mas sem segurança, dada a ausência de filiação. Já o seu cognome não é referido em Kajanto nem nas listas de antropónimos hispânicos de M. L. Albertos Firmat ou J. M. Vallejo Ruiz.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: como refere Leite de Vasconcelos, este monumento constitui o único testemunho do culto a esta divindade indígena, cujo nome (*Runesus Caesius* ou *Caesius*) teria raízes célticas, o qual, ao significar “o deus armado com o dardo”, apontaria para o carácter bélico e defensor contra o mal da divindade. Por seu lado, J. M. Blázquez (1975) alude à presença do tema *run-* no nome da divindade Trebaruna, bem como do sufixo *-esus* na onomástica lusitana.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1898: 270 e seg. AE, 1899, nº 138; Vasconcelos, 1900: 330-34; EE IX, 12; Barata, 1903: 80, nº 213; Vasconcelos, 1905: 302-04, e 1913: 219-20 (referência); Blázquez, 1962: 123-24 e 1975: 141; Espanca (Túlio), 1966: 122; ILER 917; DIP 1975, p. 268-270;

IRCP 374 = RAP 188 = AE 1899, 138; HEpOL 23721; Albertos, 1966: 132.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 375.

1. Proveniência: S. Bento do Mato, Évora.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Vila Viçosa.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara votiva praticamente intacta. Capitel com volutas em relevo; à frente, um frontão triangular, dentro do qual se encontra um crescente de pontas para cima; lateralmente e atrás, moldura constituída por um toro. A inscrição ocupa o fuste, sem limitação de qualquer campo epigráfico; pedaço das últimas letras destruído pelo esborcinamento da aresta direita, não impedindo porém a sua reconstituição. Dimensões máximas: 80 x 45 x 37,8; campo epigráfico: 39,5 x 38/36. Paginação deficiente, com tendência para eixo de simetria, embora não na totalidade da inscrição. Pontuação triangular. Caracteres de configuração actuária, pouco rectilíneos devido à dureza do granito.

6. Texto: *Saluti / pro salu/te Acili Ru/fini Canid/ius m(erito) a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 4/5: *Canieius*.

6.2. Bibliografia da inscrição: Almeida, 1965: 453-58; AP III, série II, 1968: 207 (referência); ILER 5962; IRCP 375 = RAP 428; HEpOL 23722; Encarnação, 1990: 237.

7. Tradução: À Saúde. Pela saúde de Acílio Rufino, Canídio cumpriu de boa vontade o voto, e merecidamente.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: neste caso, o voto à deusa *Salus* é feito em favor de outrem, daí o enquadramento da manifestação religiosa no âmbito psicológico individual. Verifica-se geralmente uma relação próxima entre o dedicante e a outra pessoa, embora nem sempre sejam directamente expressos laços de parentesco entre ambos (como é o caso). A fórmula final, na qual figuram *animo* e *merito* em simultâneo, não é comum.

8.2. Onomástica: são identificados dois indivíduos do sexo masculino, de relação incerta: o primeiro apresenta tanto um gentílico (*Acilius*) como um cognome (*Rufinus*) bem documentados no espaço geográfico em análise, enquanto o dedicante identifica-se apenas pelo seu gentílico *Canidius*. Outro texto referente a esta *gens*, também de Évora (IRCP 381), mostra os laços familiares dos *Canidii* com os *Catinii*, designando-se uma das personagens desta última *Catinia Aciliana*, cognome que derivará de *Acilius*, pelo que a mãe de *Catinia* poderá pertencer à *gens Acilia*, a mesma do indivíduo em favor do qual é feito o voto. Ficaria assim documentado o parentesco entre 3 famílias da ordem senatorial de Évora.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui o segundo testemunho do culto à divindade *Salus* registado no espaço geográfico em análise, destacando-se o seu carácter salutar. Também parece testemunhar a pertença do dedicante à família senatorial *Canidia*. O contexto rural em que terá surgido este monumento, apesar da sua ligação a uma tradição de culto mantida pela ermida local, levou J. d'Encarnação a atribuir o monumento à *villa* que a família *Canidia* aí possuiria.

8.4. Bibliografia geral: Almeida, 1965: 453-58; AP III, série II, 1968: 207 (referência); ILER 5962; IRCP 375 = RAP 428; HEpOL 23722; Encarnação, 1990: 237; CIL II p. 1178-79.

9. Cronologia: talvez finais do séc. II – princípios do III, de acordo com J. d'Encarnação, não obstante a natureza falível da paleografia como critério de datação.

0. REF: IRCP 376.

1. Proveniência: Évora; embora tenha estado, como dizem Frei Vicente Salgado e D. Francisco Bayer, “nas casas de Resende”, é possível que não provenha de Évora.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Évora (nº 1825).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma ara votiva, marcada pela irregularidade da superfície de fractura. Moldura de tipo gola reversa na base. Embora hoje seja pouco perceptível, teve decoração lateral. Dimensões máximas: 18 x 31,5 x 21; pega visível da pátera: 17. Campo epigráfico (conservado): 11 x 26. Verifica-se o cuidado na paginação, bem como o alinhamento à esquerda. Pontuação circular, obedecendo às regras. Ausência de pelo menos duas linhas, que indicariam o teónimo e restante identificação do dedicante (*praenomen* e resto do *nomen*). Caracteres de configuração capital quadrada, gravados de forma elegante.

6. Texto: [...] / *tius Severus / eques roman/us v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)*

6.1. Variantes: apenas Hübner indica a falta de texto, bem como o nexa da linha 2.

6.2. Bibliografia da inscrição: Barata, 1903: 75; Espanca (Túlio), 1966: 123; ILER 976; CIL II 108 = IRCP 376 = RAP 620; HEpOL 21197.

7. Tradução: ...Severo, cavaleiro romano, cumpriu o voto de livre vontade, merecidamente.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, tendo sido erigido a uma divindade desconhecida.

8.2. Onomástica: a reconstituição do *nomen* do dedicante, apenas identificado com o *cognomen* latino *Severus* (documentado no espaço geográfico em análise), não é segura, por não ser conhecida nenhuma família equestre em Évora, além de que não é frequente, de modo particular, qualquer gentílico em *-tius*. Tratar-se-ia então de um cidadão romano ou *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: temos aqui mais um caso em que o dedicante se identifica com o epíteto *eques romanus*, algo que também ocorre numa dedicatória a Endovélico proveniente do santuário de S. Miguel da Mota (IRCP 492), sendo este título encarado como sendo de natureza honorífica.

8.4. Bibliografia geral: Barata, 1903: 75; Espanca (Túlio), 1966: 123; ILER 976; CIL II 108 = IRCP 376 = RAP 620; HEpOL 21197; Nicolet, 1966: 159-60, 194-97 e 210-12; Nicolet, 1967: 79-84; e 1969 II: 547-65.

9. Cronologia: J. d'Encarnação indica o séc. II, atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: IRCP 377.

1. Proveniência: cercanias de Évora?

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: colecção Calzadilla, Badajoz.

4. Suporte: bronze.

5. Descrição do monumento: touro de pequenas dimensões, de parca qualidade, exibindo uma inscrição pontilhada, a qual se situa do lado direito, ao longo do tronco. Escrita cursiva, como é habitual em objectos deste tipo.

6. Texto: *Agilis Corneliae (servus?) / ut v(overat) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1: *v(o)v(erat)* (García y Bellido).

6.2. Bibliografia da inscrição: García y Bellido, 1960: 188 (nº 22); AE 1962, 75 = IRCP 377 = RAP 576; HEpOL 23723.

7. Tradução: Ágil, escravo de Cornélia, cumpriu o seu voto, conforme prometera.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este apresenta uma inscrição votiva a uma divindade, desconhecida, à qual o touro seria dedicado; J. d'Encarnação coloca a questão de se tratar de uma divindade indígena ou oriental.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante do sexo masculino, o qual seria detentor de condição servil, atendendo ao seu nome único, à omissão da filiação, e à grafia do nome da sua dona em genitivo. De acordo com G. y Bellido, o nome servil *Agilis*, de origem latina, não se regista a nível peninsular, excepto sob as formas *Agile* e *Agilio*; por seu lado, o gentílico *Cornelius* é frequente no espaço geográfico em análise.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um caso de uma manifestação religiosa figurada, no entender de J. d'Encarnação, sendo o interveniente um escravo. Trata-se do único caso do género até então conhecido, no sul de Portugal.

8.4. Bibliografia geral: García y Bellido, 1960: 188 (nº 22); AE 1962, 75 = IRCP 377 = RAP 576; HEpOL 23723; CIL II 4007, 4031; CIL II 942, 2297, 4456, 5795; Kajanto, 1982: 248.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 378.

1. Proveniência: ruínas do templo romano de Évora.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Regional de Évora (onde não foi encontrado).

4. Suporte: mármore branco de tipologia indefinida.

5. Descrição do monumento: fragmento de tipologia impossível de determinar; Espanca atribui-lhe a designação de “lápida”, vocábulo com o significado duplo de placa e ara (embora seja mais pendente para o primeiro). Dimensões (Vasconcelos): 33 x 13 x 13. Descrito em HEpOL como “fragmento, com forma rectangular, de uma placa de mármore”.

6. Texto: [...] *Vernacul[us] / l(ibens) a(nimo) p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 1: *Vernacul* (CIL, Barata, Pereira, Espanca). L. 2: *LP* (CIL, Barata, Pereira, Espanca).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 5200; Vasconcelos, 1900: 172 (não relacionado com CIL) = EE IX, 13; Barata, 1903: 33, nº 53; Pereira (Gabriel), 1916: 18, nº 37; Espanca (Túlio), 1966: 121; Mangas, 1971: 126 e 163 (referência); IRCP 378; RAP 621; HEpOL 22003.

7. Tradução: Vernáculo colocou de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este parece ter sido de natureza votiva, como sugerido pela fórmula final, em homenagem a uma divindade desconhecida. A primeira parte do texto poderá ter incluído o nome da divindade e a identificação do dedicante.

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se apenas pelo cognome *Vernaculus*, bem documentado na Península, tratando-se de um cognome indicador de origem, com o significado de “nativo” ou “Romano”. Não há quaisquer indícios de que se trate de um escravo, como pensou Mangas, podendo ter sido um *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: CIL II 5200; Vasconcelos, 1900: 172 (não relacionado com CIL) = EE IX, 13; Barata, 1903: 33, nº 53; Pereira (Gabriel), 1916: 18, nº 37; Espanca (Túlio), 1966: 121; Mangas, 1971: 126 e 163 (referência); IRCP 378; RAP 621; HEpOL 22003; Kajanto, 1982: 312; *Fouilles de Conimbriga II*, 1976: 74, nº 27.

9. Cronologia: -

6-b). Epígrafes provenientes do termo de Évora

0. REF: IRCP 410.

1. Proveniência: parede exterior da igreja de Santana do Campo, Arraiolos.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: nas palavras do Pe. Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro, que comunicou o achado numa sessão da Academia Real da História, trata-se de uma “pedra grosseira que terá de face palmo e meio”, com algumas letras já pouco perceptíveis, o que é confirmado pelo Pe. Cardoso. Parece que na altura, apenas as duas primeiras linhas se mantinham, por serem apenas essas as transcritas pelo Pe. Cardoso.

6. Texto: *Carneo Ca/lantice(n)/si Caecilia / Q(uinti) f(ilia) NICVIS [- - -] / R C v(otum) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 4 e 5: *OR NI CUIS / R CUIS* (Fr. Afonso da Madre de Deus Guerreiro).

6.2. Bibliografia da inscrição: Holder I, 1896, col. 791 e s.v. *Ptarneus*; Vasconcelos, 1905: 312-13; Toutain III, 1917: 56; RE III col. 1598 s.v. *Carneus*?; Alarcão, 1974: 190 (referência); Encarnação, 1975: 154-55; CIL II 125 = IRCP 410 = RAP 42; HEpOL 21214.

7. Tradução: A Carneu Calanticense. Cecília..., filha de Quinto, ... cumpriu de bom grado a promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a dedicante cumpre um ex-voto a uma divindade indígena associada ao nome de um povo, os Calanticenses, ou de uma povoação eventualmente detentora de atributos ligados à criação de gado, que alguns identificaram com Arraiolos (embora não haja mais referências literárias antigas desta povoação).

8.2. Onomástica: a dedicante apresenta um gentílico atestado no espaço geográfico em análise, muito frequente na Lusitânia, e possivelmente um cognome; tratar-se-á de uma cidadã romana, pois tem filiação.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a ver pela existência de outras duas inscrições de Arraiolos presumivelmente dedicadas a esta divindade, poderíamos entender esta região como o centro do seu culto.

8.4. Bibliografia geral: Holder I, 1896, col. 791 e s.v. *Ptarneus*; Vasconcelos, 1905: 312-13; Toutain III, 1917: 56; RE III col. 1598 s.v. *Carneus*?; Alarcão, 1974: 190 (referência); Encarnação, 1975: 154-55; CIL II 125 = IRCP 410 = RAP 42; HEpOL 21214; Cardoso (Pe.), *Diccionario*, 1747 I: 487, s.v. *S. Anna*; Thevenot, 1968: 149.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 411.

1. Proveniência: parede da igreja de Santana do Campo, Arraiolos.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: mármore?

5. Descrição do monumento: tanto Fr. Afonso Guerreiro, na sua comunicação à Academia (ver anterior), como o Pe. Luís Cardoso, no seu *Diccionario*, referem duas pedras. O primeiro lê uma (IRCP 410) e o último lê o começo de uma (410) e dá o texto da outra, apontada pelos naturais como prova de que o templo “foi obra de Romanos”.

6. Texto: [*Deo?*] / *Carneo Ca/lantice[nsi?]* / *Herme[s]* / *l(ibens) a(nimo) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação, 1975: 154-56; CIL II 125; CIL II 126 = IRCP 411 = RAP 43; HEpOL 21215.

7. Tradução: Ao deus Carneu Calanticense. Hermes cumpriu de boa vontade a promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o dedicante também se apresenta ligado ao culto da divindade *Carneus Calanticens*.

8.2. Onomástica: o dedicante possui um nome de origem grega, dado frequentemente a escravos, pelo que poderemos deduzir a sua pertença ao meio servil.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: (ver IRCP 410).

8.4. Bibliografia geral: Encarnação, 1975: 154-56; CIL II 125; CIL II 126 = IRCP 411 = RAP 43; HEpOL 21215; Kajanto, 1982: 58; Solin, 1982: 342-52.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 412.

1. Proveniência: S. Justa, Arraiolos.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Seminário Maior de Évora.

4. Suporte: mármore branco-amarelado do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva, sem a metade superior esquerda na parte da frente. Fuste separado do capitel por uma moldura de talão que sustenta uma cornija, com presumível *foculus*. Moldura da base de gola reversa, seguida de ranhura. Leitura dificultada pela erosão. Dimensões máximas: 43 x 19 x 13; campo epigráfico: 14,3 x 15,5. Paginação aparentemente correta, com excelente ocupação do campo epigráfico. Aproximação dos caracteres do tipo monumental quadrado, indicando um gravador cuidadoso, a ver pela gravação regular de certos caracteres e das siglas da fórmula final.

6. Texto: [C(arneo?) ? o D(eo) ?] · C(alanticensi?) · s(acrum) / [v]oto PA[N?]/S Talont(i) (filius) / a(nimo) · l(ibens) · v(otum) · s(olvit)

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 412 = RAP 563; HEpOL 23737.

7. Tradução: Consagrado a Carneu Calanticense (?). Por voto, ..., filho de Talonto, cumpriu a promessa de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: J. d'Encarnação entende-o como consagrado à divindade Carneu Calanticense, atendendo à presença do resto de um elemento circular no início da linha 1, que pode justificar a hipótese de aí figurar um D de *deo*, e ao facto de C designar um teónimo, sendo ainda *Carneus Calanticensis* a única divindade na zona começada por C. Estaria ainda presente uma fórmula bastante frequente em textos votivos, *ex voto*, embora sem o *ex*, o que não seria problema, por estar documentado desta forma em CIL II 6288 = ILER 696. A repetição desta palavra na fórmula final da inscrição, também muito corrente, é escusada, sendo a única explicação plausível o facto de se ter usado a fórmula dedicatória por ser a habitual, sem se reparar bem no conteúdo do texto.

8.2. Onomástica: não se conseguiu recuperar o nome do dedicante, identificado à maneira indígena, com a filiação indicada pelo nome do pai por extenso, o qual conta apenas com mais um paralelo, em Idanha-a-Velha, e omissão de *filius*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: (ver IRCP 410).

8.4. Bibliografia geral: IRCP 412 = RAP 563; HEpOL 23737; CIL II 6288 = ILER 696; ILER 5334; Vallejo, 2005: 410.

9. Cronologia: séc. II, de acordo com J. d'Encarnação, que considera os critérios paleográficos.

6-c). Epígrafes do concelho de Vila Viçosa e seu termo + do Museu de Vila Viçosa sem indicação de proveniência (excluindo as de Endovélico)

0. REF: IRCP 437.

1. Proveniência: Ervedal, Avis.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 6356).

4. Suporte: mármore branco de Alandroal.

5. Descrição do monumento: árula votiva alisada e com moldura de gola, encurtada em cima e reversa em baixo, nas quatro faces. Possui um *foculus* com fastígio à frente e atrás, restando apenas o toro da esquerda, que era trabalhado. Dimensões máximas: 55 x 39,5 x 20; campo epigráfico: 28 x 35. Paginação obediente a eixo de simetria não totalmente alcançado, pois há um desvio para a direita. Pontos triangulares, perceptíveis apenas aqui e ali, não sendo possível garantir a sua colocação onde era preciso. Relevo conferido à fórmula consecratória através do módulo maior. Caracteres de configuração actuária.

6. Texto: *Fontan[o?] / sacrum / Threptus C(aii) Appulei / Silonis • ser(vus) v(otum) s(olvit) • l(ibens) • a(nimo) / ob • aquas • inventas*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1912: 286 (notícia do achamento); Vasconcelos, 1913: 620-21, fig. 334; Saa (Mário), 1956: 124; Lambrino, 1967: 211; IRCP 437 = RAP 247; HEpOL 23751.

7. Tradução: Consagrado a Fontano (?) Trepto, escravo de Gaio Apuleio Silão, cumpriu o voto de livre vontade, pela nascente que encontrou.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o dedicante cumpre um voto em honra da divindade *Fontanus*, agradecendo-lhe a descoberta de um manancial de água, o que confere à mesma um carácter protector das águas.

8.2. Onomástica: o dedicante possui um nome derivado da palavra grega para “escravo nascido em casa”, bastante atestado no mundo romano e documentado na Península; podendo eventualmente ser o *villicus* de *C. Appuleius Silo*, presumível colono e proprietário da *villa*. Este, por sua vez, identifica-se com os *tria nomina*, possuindo um gentílico latino, documentado no espaço geográfico em análise; e um cognome latino, republicano, aplicado a 4 senadores e registado na Península, onde se encontram 22 dos 63 exemplos registados no CIL. Por seu lado, M. L. Albertos afirma não ser muito claro se se trata de um nome latino ou a forma assimilada de um nome céltico, inclinando-se mais para a 2ª hipótese, a ver pelas zonas de descoberta de alguns achados; contudo, J. M. Vallejo não o recolhe na sua compilação de antropónimos indígenas da Lusitânia. Poderá tratar-se de um cidadão romano recente.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: testemunho do culto a *Fontanus*, divindade venerada na região, que, além do carácter protector das águas referido nesta inscrição, possui um carácter salutarífico.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1912: 286 (notícia do achamento); Vasconcelos, 1913: 620-21, fig. 334; Saa (Mário), 1956: 124; Lambrino, 1967: 211; IRCP 437 = RAP 247; HEpOL 23751; ILS III

p. 248; CIL VI índices p. 5635-36; CIL II 1025 = ILER 290; CIL II 1502; Kajanto, 1982: 237; Albertos, 1966: 207-208; Vallejo, 2005; Solin, 1982: 985-87.

9. Cronologia: paleograficamente, fins do séc. I ou princípios do II, segundo J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 438.

1. Proveniência: Bencatel, Vila Viçosa.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: ara votiva.

6. Texto: *Fontano / et • Fontanae / pro salut(e) • Al/bi • Fausti • Albia / Pacina • v(otum) • s(olvit) • a(nimo) • l(ibens)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Hübner, 1871: 52-53; CIL II 150; Leal (P.), 1873: 386, s.v. “Bencatel”; ILS 3883; Vasconcelos, 1913: 256; Saa (Mário), 1956: 122-24; ILER 539; IRCP 438; D 3883; RAP 248; HEpOL 21239.

7. Tradução: A Fontano e a Fontana. Pela saúde de Álbio Fausto, Álbia Pacina cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a dedicante cumpre o voto a um par de divindades das águas, a favor de outra pessoa, podendo ou não existir entre eles uma relação de proximidade.

8.2. Onomástica: os personagens serão irmãos ou (mais provavelmente), a ver pelos cognomes, esposos libertos do mesmo senhor. A dedicante possui um gentílico documentado em Balsa, Beja e numa dedicatória a Endovélico; já o seu cognome constitui o único testemunho conhecido para I. Kajanto, podendo derivar de *pax* ou de *Paccius*. O seu provável esposo apresenta um cognome com mais de mil exemplos no CIL, aplicando-se com frequência a escravos, dado que, de entre os 945 exemplos masculinos registados no CIL, 238 são escravos/libertos; e, de entre os 300 exemplos femininos, 141 são escravas/libertas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: trata-se de um testemunho do culto ao “par divino” de Fontano e Fontana, não documentado; embora tenha existido, entre os Romanos, desde tempos imemoriais, o culto às fontes, personificadas na deusa *Fons*. *Fontanus* é uma forma secundária de *Fons*, associando-se a ele o númen feminino neste texto, *Fontana*. É atribuído a estas divindades um carácter salutífero, realçado pela expressão *pro salute*.

8.4. Bibliografia geral: Hübner, 1871: 52-53; CIL II 150; Leal (Pinho), 1873: 386, s.v. “Bencatel”; ILS 3883; Vasconcelos, 1913: 256; Saa (Mário), 1956: 122-24; ILER 539; IRCP 438; D 3883; RAP 248; HEpOL 21239; De Ruggiero, 1961, III: 177-85, s.v. “Fons”; ILER 537 e 538; ILER 541; Kajanto, 1982: 134, 162 e 272.

9. Cronologia: elementos para datação indisponíveis.

0. REF: IRCP 439.

1. Proveniência: Juromenha, Alandroal.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: indisponível, sendo a única fonte deste o manuscrito de Cenáculo.

6. Texto: [C(aius)?] · Iulius [C(aii) f(ilius) Gal(eria tribu)] [?] / [M]axsum[us.../ m]iles · l(egionis) [VII (septimae) G(eminae) P(iae)] / [F]elicis · I(ovi) [O(ptimo?) M(aximo?) / v(otum) · s(olvit) · l(ibens) · [m(erito)]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Cenáculo, CXXIX/1-112 P. L 1; Hübner, 1871: 52; Saa (Mário), 1956: 141; Le Roux (P.), 1982: 200, nº 101; CIL II 151 = IRCP 439 = RAP 270; HEpOL 21240.

7. Tradução: Gaio (?) Júlio Máximo, filho de Gaio (?), da tribo Galéria (?), soldado da VII Legião Gémea Pia Félix, cumpriu o voto de boa mente a Júpiter Ótimo Máximo.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, cumprindo o dedicante o voto a Júpiter.

8.2. Onomástica: o dedicante possui uma onomástica latina: *tria nomina*, com cognome latino documentado na parte norte do espaço geográfico em análise; juntamente com estes, a presumível filiação e indicação de tribo fazem do dedicante cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui testemunho do culto prestado a Júpiter por soldados.

8.4. Bibliografia geral: Cenáculo, CXXIX/1-112 P. L 1; Hübner, 1871: 52; Saa (Mário), 1956: 141; Le Roux (P.), 1982: 200, nº 101; CIL II 151 = IRCP 439 = RAP 270; HEpOL 21240; García y Bellido, 1970: 569-99.

9. Cronologia: segunda metade do séc. I. de acordo com P. Le Roux, considerando que a unidade ainda não seria bem conhecida na Península e o surgimento do nome da divindade no fim.

0. REF: IRCP 440.

1. Proveniência: Senhora dos Mártires, Estremoz.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: posse de Manuel Gustavo Marques, Lisboa.

4. Suporte: granito branco.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Uma espécie de plinto sobre a cornija, na face anterior do qual se esculpíram um frontão triangular e os quartos de círculo simulando toros, onde foram gravadas as siglas MDS. Moldura de gola encurtada sob a cornija. Inscrição contida no fuste, separado da base por moldura de gola reversa. Dimensões máximas: 34 x 16 x 8,5; campo epigráfico: não indicado. Paginação ocupando todo o espaço disponível, apesar da irregularidade dos espaços interliterais. Pontos triangulares, existentes apenas na linha 2. Caracteres de configuração actuária, com ductos pouco firmes e inclinação variável, dando aqui e ali a impressão de encaixarem entre si.

6. Texto: *M(atr) D(eum) s(acrum) // I(ulius) · Maximi/anus a(nimo) l(ibens) p(osuit) / pro h(uius) m(onumenti) n(umini) e(rectionem) / peculium*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Almeida (J. M.) e Ferreira (F. B.), 1967: 47-52 (foto); AE 1967, 194; HAE 2651; Contreras (R.) e Ors (A. d'), 1977: 12-13; IRCP 440; RAP 458; HEpOL 23752.

7. Tradução: Consagrado à mãe dos Deuses. Júlio Maximiano concedeu de livre vontade um pecúlio para erecção deste monumento à divindade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: segundo J. d'Encarnação, o dedicante terá concedido um pecúlio para a erecção deste monumento à mãe dos Deuses, embora não rejeite a hipótese de uma má interpretação da minuta por parte do lapicida. Contudo, M. Almeida e B. Ferreira vêem *pro Hymne* (antropónimo feminino), equivalente a *pro salute Hymnidis*; enquanto R. Contreras e A. d'Ors vêem na linha 4 a palavra *polimen*, na expressão *pro prolim(i)ne*, que se registaria pela primeira vez, significando a limpeza regular do monumento, paga com a quantia (*peculium*) deixada por Maximiano.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta o gentílico em sigla, bem como um cognome latino, derivado de *Maximus*, que apenas aqui se regista no espaço geográfico em análise. Poderá tratar-se de um liberto, a ver pela sua inserção em âmbito votivo; ou cidadão romano, pelo cognome latino e não frequentemente aplicado a escravos/libertos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um testemunho do culto a Cíbele, do qual se registam dois outros exemplos no espaço geográfico em análise, em Faro e Beja.

8.4. Bibliografia geral: Almeida (J. M.) e Ferreira (F. B.), 1967: 47-52 (foto); AE 1967, 194; HAE 2651; Contreras (R.) e Ors (A. d'), 1977: 12-13; IRCP 440; RAP 458; HEpOL 23752; CIL II 1120 = ILER 1470; CIL II 2015 = ILER 1487; Kajanto, 1982: 276.

9. Cronologia: pelo menos finais do séc. II ou princípios do III, de acordo com J. d'Encarnação, a ver pela paleografia, pelo que se conhece da difusão do culto à Mãe dos Deuses e pela indicação do gentílico em sigla.

0. REF: FE 38, 1991, nº 174.

1. Proveniência: desconhecida, freguesia de Borba? Deve ter sido descoberta nas proximidades da vila.

2. Historial da peça: identificada em Junho de 1991 num antiquário de Borba, tendo sido posteriormente vendida a António Policarpo Silva Conceição.

3. Paradeiro actual: na loja de antiguidades de António Conceição, em Évora (1991); admitindo R. Alfenim a possibilidade da sua compra pelo Estado, para o Museu Regional de Évora.

4. Suporte: mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: bloco paralelepípedo. Preparação da face anterior por polimento após bujardagem, visando a gravação do texto; esta é ocupada na sua totalidade pelo campo epigráfico. As restantes faces apresentam-se grosseiramente picadas, possivelmente pelo facto de a epígrafe nunca ter estado totalmente isenta, constituindo parte de um monumento; ou devido a reutilização da pedra, que teria resultado no rebaixamento de parte da sua face superior e desbaste de um chanfro entre esta e a face posterior. A concavidade poderá ter cumprido ainda a função de encaixe de estátua ou de outro elemento. Dimensões máximas: 39,5 x 55,5 x 35; campo epigráfico: 39,5 x 55,5. Paginação com alinhamento de ambos os lados nas duas primeiras linhas e fórmula final quase centrada, sugerindo um eixo de simetria não totalmente conseguido. Presença de linhas auxiliares. A colocação do texto predominantemente na metade superior da face epigrafada aponta para a leitura de uma posição superior ao monumento, que se situaria abaixo do nível médio de visão. Caracteres actuários, de gravação cuidada e vértices bem marcados. Pontuação por meio de triângulos nas duas primeiras linhas, e heras cordiformes na última.

6. Texto: *C(aius) • Licinius • Vegetus / Quangeio • Turicaeco / v(otum) (hedera) l(ibens) (hedera) a(nimo) (hedera) s(olvit) (hedera)* (FE 38, 1991, nº 174)

6.1. Variantes: o texto de HEp 4 não aponta as heras.

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1991, 946 = Alfenim, FE 38, 1991, nº 174, foto 174 = HEp 4, 1994, nº 1056; HEpOL 20616.

7. Tradução: Gaio Licínio Vegeto cumpriu o voto de livre vontade a Quangeio Turiceco.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a ver pela descrição do mesmo, trata-se de um pedestal, muito semelhante ao de IRCP 525, dedicado a Endovélico. Nele surge pela primeira vez o epíteto *Turicaeco*, embora o radical *Tur-* seja bastante conhecido, a ver por outros epítetos e teónimos, como *Turobrigensis* (epíteto de Atégina). A divindade *Quangeius* surgira já numa inscrição de Salavessa (Montalvão, Nisa), com o epíteto *Tangus*, e noutras epígrafes da Lusitânia, sem epíteto.

8.2. Onomástica: o dedicante desta epígrafe votiva é identificado com os *tria nomina*, omitindo a filiação. Apresenta um gentilício frequente no espaço geográfico em análise e um cognome muito registado na Península (com 28 dos 67 exemplos do CIL documentados em CIL II), sobretudo em meios indígenas, embora etimologicamente latino. Poderá tratar-se então de um cidadão romano de fresca data, constituindo uma excepção no quadro dos dedicantes registados nas outras epígrafes (juntamente com outro oriundo da Galiza), que se identificam todos à maneira indígena e possuem onomástica tipicamente lusitana. Estas duas excepções, ao registarem indivíduos verosimilmente romanizados, mostram a perduração deste culto e a adição de *Quangeius* ao rol das divindades mais veneradas na Península Ibérica.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o achado deste monumento, dada a sua boa legibilidade,

permitiu a correcção e interpretação de outras epígrafes anteriormente descobertas, nas quais figurava esta divindade. A ver pela existência de epítetos, *Quangeius Turicaecus* deve ser incluída entre as divindades protectoras de núcleos populacionais; neste caso, os Turicecos, os quais poderão ser entendidos como habitantes de *Turicum*, que se pensa ser um topónimo de raiz celtibérica.

8.4. Bibliografia geral: AE 1991, 946 = Alfenim, FE 38, 1991, nº 174, foto 174 = HEp 4, 1994, nº 1056; HEpOL 20616; IRCP 525; Encarnação (J. d'), 1987: 29; ILER 681 e 732-744; Garcia, 1991: 351, nº 199; Kajanto, 1982: 247; Encarnação (J. d'), 1984: 870; Untermann, 1965, mapa 82; Encarnação (J. d'), 2002: 13-15.

9. Cronologia: segunda metade do séc. I d. C., a ver pela paleografia.

0. REF: FE 46, 1994, nº 206.

1. Proveniência: freguesia de Maranhão, concelho de Avis.

2. Historial da peça: descoberta em 1987 por um tractorista da Cooperativa 1º de maio no sítio do Castelo, junto à Herdade de Bembelide, propriedade da Companhia Agrícola do Maranhão; foi caiada e reutilizada no Monte.

3. Paradeiro actual: espaço do antigo convento de Avis identificado como museu, pertencente à Câmara Municipal de Avis.

4. Suporte: granito acastanhado, de grão fino.

5. Descrição do monumento: ara votiva com capitel liso na sua parte superior, desprovido de uma porção do seu lado esquerdo; divide-o do fuste uma moldura constituída por 3 toros de larguras idênticas. Inscrição ocupando o fuste; letras conservam o resíduo da caiação. Base praticamente intacta, com moldura de garganta reversa. Dimensões: 54 x 27,5/23 x 19; campo epigráfico: 39,5 x 19/23. Aparente alinhamento à esquerda, que não impediu o pouco cuidado na paginação, não se respeitando as sílabas na translineação. Concentração do texto na parte superior do fuste aponta para a sua leitura de um ângulo superior, pelo que o monumento destinar-se-ia a ser colocado no solo, sem qualquer suporte. Pontuação correta, embora ausente na fórmula final. Caracteres de configuração actuária, irregular e larga, denotando uma inclinação dominante para a frente. A maior dificuldade encontra-se na leitura e interpretação do epíteto da divindade.

6. Texto: *Rufinu/s Rufi f(iilius) / Bandi S|aisabr|o v(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação e Silva, FE 46, 1994, nº 206, foto 206; AE 1994, 820; HEp 5, 1995, nº 1040; HEp 11, 2001, nº 697; HEpOL 20776; Pedrero, 2001: 552; Prósper, 2002: 264.

7. Tradução: Rufino, filho de Rufo, cumpriu de bom grado o voto a Bande Saisabro (?).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo, assinalando o cumprimento do voto a *Bandue/Bandi*, com uma fórmula votiva final corrente. O teónimo é precedido pela identificação do dedicante, como se verifica noutros casos.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita à maneira indígena, com nome único seguido de patronímico. Ambos os nomes, latinos e correntes no espaço geográfico em análise, são frequentes nas áreas de onomástica pré-romana, formando-se o nome do filho a partir do nome do pai.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento é relevante enquanto testemunho da popularidade de *Bandue/Bandi* e da extensão do seu culto até ao sul do Tejo, dado que os testemunhos mais meridionais até então existentes haviam sido encontrados ainda dentro dos limites do chamado *conventus Scallabitanus*. B. Prósper propõe, como base do epíteto, um topónimo celta cujo primeiro elemento surge atestado na Celtibéria como antropónimo em *Saecia*, *Saecus*, embora também provavelmente como topónimo **Saikya*, na base de *Saeciensi* (CIL II, 2981, Zaragoza); tendo ocorrido um fenómeno de palatalização do grupo *-ky, o qual terá passado a -s-. O epíteto desta divindade seria então derivado de **Saikya-bri-*, não obstante a sua leitura incerta, análogo ao conhecido epíteto *Isibraiegui*.

8.4. Bibliografia geral: Encarnação e Silva, FE 46, 1994, nº 206, foto 206; AE 1994, 820; HEp 5, 1995, nº 1040; HEp 11, 2001, nº 697; HEpOL 20776; Pedrero, 2001: 552; Prósper, 2002: 264 e 369; AE 1967, 133; RAP 227; Kajanto, 1982: 229.

9. Cronologia: J. d'Encarnação aponta o séc. I d. C., a ver pelas características textuais.

0. REF: HEp 12, 2002, nº 633.

1. Proveniência: freguesia de Borba.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: na posse de António Letras, em Vale de Ourigo, Rio de Moinhos.

4. Suporte: mármore.

5. Descrição do monumento: árula moldurada, trabalhada nas quatro faces. Topo composto por frontão triangular, toros laterais e um *foculus* rectangular. “Pedra de raio” fusiforme na face lateral esquerda, ladeada por dois raios simulando relâmpagos; mais uma representação simbólica do raio na face lateral direita, sob a forma de um dardo curto e grosso. Dimensões: 38 x 15,5 x 9.

6. Texto: *Iovi [sa] / crum / [P]r(imus) Axon/ius Sar / on(is) anim/o libe(n)s po(suit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Guerra e Ribeiro (J. C.), 2002: 422, nº 89; HEp 12, 2002, nº 633; HEpOL 24724.

7. Tradução: Consagrado a Júpiter. Primo Axónio, filho de (?) Sarão colocou de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, destacando-se pelos seus elementos decorativos, remetendo para epítetos como *Fulguralis*, *Fulgurator*, *Tonans*, entre outros.

8.2. Onomástica: regista-se um dedicante do sexo masculino, cuja identificação é feita por *duo nomina* (sendo o terceiro nome o patronímico). O seu prenome poderá estar relacionado com a sua ordem de nascimento em relação a eventuais irmãos. O patronímico parece ser de raiz pré-romana, tendo sido recolhido por J. M. Vallejo. Estaremos perante um cidadão romano de fresca data, a ver pela presença de prenome e gentílico, aliados a um patronímico indígena.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: os elementos decorativos da inscrição apresentam-se característicos da iconografia de Júpiter, simbolizando a sua natureza simultaneamente guerreira e soberana.

8.4. Bibliografia geral: Guerra e Ribeiro (J. C.), 2002: 422, nº 89; HEp 12, 2002, nº 633; HEpOL 24724; Vallejo, 2005: 394 e 630.

9. Cronologia: -

7. Epígrafes de Elvas e seu termo (concelhos de Elvas, Campo Maior, Arronches e Monforte) + epígrafes de procedência indeterminada guardadas no Museu de Elvas

0. REF: IRCP 566.

1. Proveniência: Elvas.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Elvas.

4. Suporte: mármore creme do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces e com esboroamento das arestas. Ausência de base, dado o desaparecimento de um grande espaço do lado esquerdo. Moldura de gola, encurtada em cima e reversa em baixo. Gravação de uma palma com pé em relevo nas faces laterais, estando completa a da direita, mas mais perfeita a da esquerda. Dimensões máximas: 35 x 23 x 10; campo epigráfico: 17,2 x 20,5. Paginação com alinhamento à esquerda. Pontos triangulares, unicamente na última linha. Caracteres ultimados com requinte. Dificuldades de leitura no início e final das linhas, propiciadas pelos maus tratos da pedra.

6. Texto: *Dee Sancte / Burrulobr[i]/[g]ensi Q(uintus?) I(ulius?) Em(eritus?) / [a(nimo)] l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 2: [...]VPRVLOBI. L. 3: [...]NSIQ[I?]EN (Vasconcelos).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905, p. 174-75; IRCP 566; RAP 56; HEpOL 23831.

7. Tradução: À Deusa Santa Burrulobrigense (?). Quinto (?) Júlio (?) Emérito (?) cumpriu de boa vontade o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, tendo Leite de Vasconcelos pensado tratar-se de um testemunho do culto a Atégina, dado o entendimento de *dee sancte* como *dea sancta*, epítetos atribuídos a esta divindade; porém, J. d'Encarnação não considera obrigatória esta interpretação, vendo um epíteto tópico da divindade (*Burrulobrigensis*) no lugar onde Vasconcelos teria sugerido situar-se a identificação do dedicante, embora se desconheça o topónimo *Burrulobriga* ou semelhante.

8.2. Onomástica: J. d'Encarnação entende os caracteres *QIEM* como as siglas do nome do dedicante, que, a seguir-se a reconstituição proposta, poderia constituir um cidadão romano. Enquanto *Q(uitus) I(ulius)* “não trará dificuldades”, não se poderá dizer o mesmo do cognome, pouco atestado no masculino, não obstante o possível paralelo em CIL VI 3354, citado por Le Roux, e frequente em África.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: tendo em conta a onomástica do dedicante, poderemos pensar numa eventual relação com África.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 174-75; IRCP 566; RAP 56; HEpOL 23831; Kajanto, 1982: 351; CIL VI 3354; Le Roux, 1982: 203, nº 87.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 567.

1. Proveniência: Herdade de Revelhos, S. Bartolomeu, Arronches.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Elvas.

4. Suporte: granito binário leucocrata.

5. Descrição do monumento: ara votiva exibindo desproporção da base e capitel em relação ao fuste, que contém a inscrição. Enquanto este assenta directamente na base ampla, o capitel, de frontão e toros laterais, separa-se do fuste por um toro volumoso seguido de um filete e faixa directos. Dimensões máximas: 64 x 38 x 18; campo epigráfico: 29 x 24. Grande profundidade da gravação, “em caixa”. Caracteres capitais, mas de recorte rude.

6. Texto: *LIBII/RAII*

6.1. Variantes: *Libe/rae* (HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1895: 244 = EE VIII 8; Pires, 1901: 213; Vasconcelos, 1905: 157; IRCP 567; RAP 387; HEpOL 23832.

7. Tradução: A Líbera.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem desprovida de dedicante à deusa *Libera*, identificada por Vasconcelos com Prosérpina, e por esta, com Atégina, embora, segundo J. d’Encarnação, esta identificação careça de provas convincentes, sobretudo tendo em conta a pouca frequência das dedicatórias feitas exclusivamente a *Libera*. Também H. Le Bonniec afirma a independência entre *Libera* e *Proserpina*.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta deusa surge geralmente associada a *Liber*, formando ambos um par favorável à fecundidade, ligado ao movimento dionisíaco.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1895: 244 = EE VIII 8; Pires, 1901: 213; Vasconcelos, 1905: 157 e 164; IRCP 567; RAP 387; HEpOL 23832; De Ruggiero IV: 834-35, s.v. “Liber Pater”; Bruhl, 1953: 17-18 e 215-20; Le Bonniec, 1958: 296.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 568.

1. Proveniência: *villa* romana de Torre de Palma, Vaiamonte, Monforte.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva aparelhada nas quatro faces, desprovida de capitel, bem como do canto superior direito, por utilização posterior. Moldura de gola bastante encurtada em cima e reversa na base, embora destruídas atrás e do lado esquerdo. Figura de Marte esculpida em alto-relevo sobre um pedestal (56,6 x 28), de pé e envergando aparato militar. Pouca nitidez das letras do lado esquerdo da figura, devido à erosão. Dimensões máximas: 120 x 61 x 30; campo epigráfico: 77 x 61/59. Paginação segundo o espaço deixado livre pelo relevo, actuando na prática como referência de simetria. Pontos triangulares. Caracteres monumentais quadrados, verticais.

6. Texto: *M(arcus) Coeli[us] / Cel[s]us / Marti/ a(nimo) l(ibens)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Heleno, 1962: 337, est. XXVII; Lambrino, 1965: 242; Alarcão (J. de), 1974: 162, foto 67; Almeida (J. M.), 1983: 342-43; IRCP 568; RAP 393; HEpOL 23833.

7. Tradução: Marco Célio Celso, a Marte, de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Marte, que se apresenta desprovido de epíteto, podendo ser entendido como deus da guerra ou da agricultura, lutando contra os flagelos que a ameaçam (geada, inundações...) e protegendo a fertilidade da terra, como aponta Lambrino; ou, por outro lado, como divindade romana assimilada a uma antiga divindade indígena, como sugere Toutain a respeito de casos similares. O formulário caracteriza-se pela simplicidade, estando ausente a expressão *votum solvit*, certamente omitida pelo *ordinator* por razões estéticas e de legibilidade do texto.

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se através de *tria nomina*, podendo tratar-se de um cidadão romano. O seu gentílico não abunda na Península, surgindo por diversas vezes em contexto indígena, embora não deixando de constituir um gentílico latino; já o seu cognome, também latino, regista-se com bastante frequência. Ambos os antropónimos documentam-se aqui pela primeira vez na epigrafia do Sul do território actualmente português.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o culto a Marte conta com outro exemplo no Sul do território actualmente português (IRCP 145), no qual são acentuadas as suas características funerárias.

8.4. Bibliografia geral: Heleno, 1962: 337, est. XXVII; Lambrino, 1965: 242; Alarcão (J. de), 1974: 162, foto 67; Almeida (J. M.), 1983: 342-43; IRCP 568; RAP 393; HEpOL 23833; Toutain, 1967: 260; ILER p. 681 e 678; Kajanto, 1982: 230; Vallejo, 2005: 287.

9. Cronologia: de acordo com J. d'Encarnação, segunda metade do séc. II – inícios do III, atendendo à iconografia, tipo de letra e contexto arqueológico.

0. REF: IRCP 569.

1. Proveniência: Igreja de S. Maria, Monforte.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: a epígrafe não conta com nenhuma descrição.

6. Texto: *Nymphis / Avitus / Proculi / f(i)lius pro sa/lute Fla/ccillae Fl/acci (filiae) uc/xoris suae / v(otum) l(ibens) a(nimo) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 7: (*filia*) (Júnior).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 168; Júnior (J. Santos), 1953: 62-63, nº 8; Roscher, 1965, III.1, col. 547 (referência); ILER 616; IRCP 569; RAP 412; HEpOL 21257.

7. Tradução: Às Ninfas. Avito, filho de Próculo, cumpriu de boa vontade o voto pela saúde de Flacila, filha de Flaco, sua mulher.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este testemunha o culto às Ninfas, entendidas como “seres divinos que presidem às nascentes”, sendo aqui veneradas enquanto divindades salutíferas, talvez protectoras de uma fonte de virtudes terapêuticas, como sugere a formulação do voto de Avito pela saúde da esposa. Porém, a procedência incerta do monumento impede o conhecimento da fonte com a qual este se relaciona.

8.2. Onomástica: podemos entender as personagens que figuram na inscrição como *peregrini*, dada a sua identificação através de nome único, não obstante a onomástica latina, que indica uma romanização incipiente. O cognome do dedicante e o do seu pai revelam-se frequentes, enquanto o da sua esposa não se revela tão comum, derivando do cognome paterno, *Flacus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui o único testemunho do culto às Ninfas no Sul do território actualmente português, tratando-se de divindades não muito veneradas no território actualmente português. Santos Júnior refere apenas dez inscrições, enquanto, no âmbito peninsular, contamos com cerca de seis dezenas de testemunhos. Dois outros ex-votos peninsulares feitos pela saúde de outrem provêm de regiões termais. Por fim, a utilização de *cx* por *x*, registada a nível peninsular, poderá constituir um relevante índice cultural.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 168; Júnior (J. Santos), 1953: 62-63, nº 8; Roscher, 1965, III.1, col. 547 (referência); ILER 616; IRCP 569; RAP 412; HEpOL 21257; ILER 603-638, 6776 = 608 e 6777; Toutain, 1967: 380; CIL II 2350 = ILER 611; ILER 626; CIL II p. 1190; CIL II 3330; Kajanto, 1982: 240.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 570.

1. Proveniência: aro de Elvas. Segundo Resende e Breval, encontrava-se “*in aede divi Iacobi*”.

2. Historial da peça: vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia não referida.

6. Texto: *Q(uintus) Helvius / Silvanus / Proserpin/ae votum / s(uum?) an(imo) l(ibens) p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 3/4: *Proserpi/nae* (Canto, transcrevendo leitura de Breval). L. 5: *s(olvens?) an(imo)* ou *san(us?)* (CIL); *s(olvens)* ou *s(olvit)* (Vasconcelos); *s(olvit)* (Canto, transcrevendo leitura de Breval); *s(olvens)* (ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, 1593: 230 (1790 I p. 284); CIL II 143, p. XXXIX (versão do Anon. Taur.), p. 807 (versão de *Venturinus*) e p. 1179; EE VIII p. 358; Vasconcelos, 1905: 154; ILER 408; IRCP 570; RAP 422; Canto, 2004: 282, nº [10], e 333, nota 99; HEp 14, 2005, nº 450; HEpOL 21232.

7. Tradução: Quinto Hélio Silvano colocou o seu voto de boa vontade a Prosérpina.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem a Prosérpina, tendo sido reconstituído *s(uum)* no local da sigla S, tendo em conta o surgimento do mesmo tipo de fórmula nas duas inscrições seguintes; temos ainda em CIL II uma fórmula similar onde J. d’Encarnação reconstituiu o possessivo. Por outro lado, das ILS III, p. 795, podemos retirar a sugestão de *votum susceptum*.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita através de *tria nomina*, que antecedem o teónimo, tratando-se provavelmente de um cidadão romano. O seu gentílico regista-se em Mértola e na Bética, enquanto o cognome, latino, documenta-se em Arraiolos, constituindo um dos mais frequentes cognomes baseados em divindades pagãs, embora pudesse também significar “habitante dos bosques”.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta zona parece ter constituído um importante centro do culto a Prosérpina, independentemente da sua identificação ou não com Atégina.

8.4. Bibliografia geral: Resende, 1593: 230 (1790 I p. 284); CIL II 143, p. XXXIX (versão do Anon. Taur.), p. 807 (versão de *Venturinus*) e p. 1179; EE VIII p. 358; Vasconcelos, 1905: 154; ILER 408; IRCP 570; RAP 422; Canto, 2004: 282, nº [10], e 333, nota 99; HEp 14, 2005, nº 450; HEpOL 21232; CIL II 4931; ILS III p. 795; IRCP 97 e 435; Castillo, 1975: 42-43; Kajanto, 1982: 57-58.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 571.

1. Proveniência: aro de Elvas.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: não dispomos de nenhuma descrição.

6. Texto: *Proser/pinae / Sanctae / G(aius) Iulius / Parthenop/aeus vot(um) / quot [sic] fecit / a(nimo) l(ibens) p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 7: *fec[i]t* (ILER p. 830).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, 1593: 229 (1790 I p. 283); CIL II 144 e p. XXXIX; EE VIII p. 358 (referência); Vasconcelos, 1905: 154-55; ILER 409 e p. 830; Encarnação (J. d'), 1977: 57; IRCP 571; RAP 423; HEpOL 21233.

7. Tradução: A Prosérpina Santa. Gaio Júlio Partenopeu cumpriu de bom grado o voto que fizera.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Prosérpina, cujo formulário apresenta algumas particularidades, como o *quot* por *quod*, reflectindo um fenómeno fonético atestado na Península, e a expressão *votum quod fecit*, para a qual dispomos de um paralelo em IRCP 493, dedicado a Endovélico. Esta dedicatória é encabeçada pelo teónimo, acompanhado do epíteto *sancta*, situação também documentada em Sevilha.

8.2. Onomástica: o dedicante parece ser libertado de uma *gens Iulia*, no entender de J. d'Encarnação, atendendo ao seu cognome de origem grega e significativa conotação cultural (remetendo para Partenopeu, rei de Arcádia), registado também em Sevilha. Este é frequente entre indivíduos do meio servil, embora a maioria dos exemplos registados deste nome se aplique a indivíduos de condição incerta.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a similaridade dos epítetos entre Prosérpina e Atégina (sendo ambas acompanhadas de *sancta*) terá sido usada por Vasconcelos como argumento de suporte à identificação das duas divindades.

8.4. Bibliografia geral: Resende, 1593: 229 (1790 I p. 283); CIL II 144 e p. XXXIX; EE VIII p. 358 (referência); Vasconcelos, 1905: 154-55; ILER 409 e p. 830; Encarnação (J. d'), 1977: 57; IRCP 571; RAP 423; HEpOL 21233; CIL II p. 1185; ILER 410 = CIL II 1044; CIL II 1108 = ILER 211; Solin, 1982: 510.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 572.

1. Proveniência: aro de Elvas.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: a única referência do monumento procede de André de Resende, embora este não forneça qualquer descrição do mesmo. Não obstante o formulário algo inusitado (sobretudo o epíteto *servatrix* e a expressão *sibi restituta*) e a onomástica feminina, Hübner não desconfia da autenticidade da inscrição, bem como Leite de Vasconcelos; no entanto, J. d'Encarnação considera o texto com reservas.

6. Texto: *Proserpinae / Servatrici / C(aius)Vettius Sil/vinus pro Eunoide Plautil/la coniuge sibi / restituta / v(otum) s(uum?) a(nimo) l(ibens) p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 3/4: *Sil/vanus* (Canto, transcrevendo leitura de Breval). L. 8: *s(olutus?)* (CIL); *s(olvens)* ou *s(olvit)* (Vasconcelos); *s(olvit)* (Canto, transcrevendo leitura de Breval).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, 1593: 230 (1790 I p. 284); CIL II 145 e p. 1179; EE VIII p. 358 (referência); Vasconcelos, 1905: 155; Alarcão, 1974: 163; Encarnação (J. d'), 1977: 57; IRCP 572; RAP 424; Canto, 2004: 283, nº [11], e 333-334, nota 100; HEp 14, 2005, nº 451; HEpOL 21234.

7. Tradução: A Prosérpina protectora. Gaio Vécio Silvino colocou o seu voto de bom grado, pela (sua) esposa, Eunois Plautila, que lhe foi restituída.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: temos aqui mais uma dedicatória a Prosérpina, na qual, à semelhança de IRCP 570, J. d'Encarnação reconstitui o possessivo *suum*. J. d'Encarnação afirma que o epíteto desta divindade carece de paralelos registados no feminino, estando no entanto atestado *Servator* como epíteto de Júpiter; porém, Canto menciona dois exemplos da sua utilização em referências a deusas (Vénus e Fortuna).

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita através dos *tria nomina*, contando tanto o seu gentílico como o seu cognome (derivado de Silva, podendo significar “habitante dos bosques”) com outros exemplos a nível peninsular. Estaremos então perante um cidadão romano. Já a sua mulher apresenta-se portadora de uma onomástica singular, composta por dois *cognomina*. Encontram-se ambos parcamente representados no mundo romano: *Eunois* conta apenas com outro exemplo peninsular, em Tarragona, constituindo presumivelmente a forma alatinada do grego *Eunoe*, relacionável com os ideais de benevolência e cordialidade, do qual Solin (1982) refere apenas um exemplo, de condição incerta; enquanto *Plautilla* carece de outros exemplos peninsulares, citando Kajanto (1982: 169) apenas quatro exemplos. Por outro lado, Canto propõe a interpretação de *Eunois* não como cognome, mas sim como um “*supernomen* em sentido quase adjectival (“benevolente, simpática”), sendo *Plautilla* o “verdadeiro cognome”, o que conduz a uma leitura “pela sua esposa, a amável/simpática Plautila”.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o voto é feito como agradecimento a Prosérpina pela cura da esposa, que havia sido já considerada como perdida, a ver pelo pronome *sibi* em associação com o participio *restituta*, conferindo-lhe um carácter de restituição e recuperação.

8.4. Bibliografia geral: Resende, 1593: 230 (1790 I p. 284); CIL II 145 e p. 1179; EE VIII p. 358 (referência); Vasconcelos, 1905: 155; Alarcão, 1974: 163; Encarnação (J. d'), 1977: 57; IRCP 572;

RAP 424; Canto, 2004: 283, n° [11], e 333-334, nota 100; HEp 14, 2005, n° 451; HEpOL 21234; RE II A2, col. 1757, s. v. “Servatrix”; CIL IX 4852; Roscher IV, col. 713, s.v. “Servator”; CIL II 4393 = ILLER 4452 = RIT 464; Solin, 1971: 119 e 1982, p. 1221; Pinho Brandão (D.), 1972: 160; Kajanto, 1982: 91, 169 e 310; CIL X 3692 = CLE 255; RIB 760.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 573.

1. Proveniência: Herdade da Fonte Branca, Caia e S. Pedro, Elvas.

2. Historial da peça: -

3. Paraleiro actual: Museu de Elvas.

4. Suporte: granito moscovítico de grão fino.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Dois toros laterais lisos e frontões levantados sobre a cornija, envolvendo adiante e atrás uma cavidade quadrada, que poderá ter sido usada como *foculus*. Moldura bastante gasta, presumivelmente de três toros no capitel e de gola reversa na base. Gravação da inscrição no fuste, sendo o decalque ou a fotografia eficiente entravados pelos muitos líquenes e mossas. Dimensões máximas: 66 x 45,5 x 30; campo epigráfico: 35,5 x 40,5.

6. Texto: *Deae Proser/pinae [...] / Rustri v(otum) l(ibens) a(nimo) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 2: *H[...]* (Vasconcelos, 1895); *HII* (Vasconcelos, 1905); *H[ilarus?]* (EE). L. 3: *Rust[ic]i* (EE); *VLAP* (Vasconcelos, 1895); *VLA* (Vasconcelos, 1905).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1895: 244 = AE 1896, 4 = EE VIII, 9; Pires, 1901: 234; Vasconcelos, 1905: 156; IRCP 573; RAP 425; HEpOL 23834.

7. Tradução: À deusa Prosérpina. ..., filho de Rustro (?), cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem presumivelmente a Prosérpina, cujo teónimo “mais se adivinha do que se lê”, precedido pela palavra *deo*, realçando as suas características divinas, e apontando para uma divindade indígena, como sugere Vasconcelos. Embora a fórmula final não se apresente muito clara, J. d’Encarnação prefere *solvit a posuit*.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante figuraria no final da linha 2, sendo que a análise da pedra sugere HIN, embora a fotografia imponha reservas à leitura do H, cujas hastas aparecem curvas. A reconstituição do patronímico, ausente das compilações de Vallejo (2005) e Kajanto (1982), revela-se também incerta, podendo a primeira letra da linha 3 ter sido também um A; estaremos perante a omissão de *filius*, como é corrente na onomástica indígena, pelo que o dedicante teria condição de *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1895: 244 = AE 1896, 4 = EE VIII, 9; Pires, 1901: 234; Vasconcelos, 1905: 156; IRCP 573; RAP 425; HEpOL 23834.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 574.

1. Proveniência: Herdade da Fonte Branca, Caia e S. Pedro, Elvas.

2. Historial da peça: descoberta em 1886.

3. Paradeiro actual: Museu de Elvas.

4. Suporte: granito moscovítico de grão fino.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces, cuja superfície se apresenta bastante deteriorada por líquenes. O capitel teria exibido dois toros laterais levantados e frontão triangular adiante e atrás, rodeando um *foculus* esculpido em relevo. Fuste separado da base e capitel por moldura de três toros. Base praticamente intacta, estando porém ausente um fragmento do lado esquerdo. Completa ilegibilidade do texto. Dimensões máximas: 71 x 40 x 30; campo epigráfico: 37,5 x 36,5.

6. Texto: *Proserp(inae) / Toncius / [...] / [...]*

6.1. Variantes: L. 1: [...]O[...] (Pires). L. 2: [...]ONCIV[...] (Pires). L. 3: *Andai[ti]* (Vasconcelos, HEpOL); [...]DME[...] (Pires). L. 4: *V A L [P vel S]* (Vasconcelos); [...]V[...] (Pires); *v(otum) a(nimo) l(ibens) [...?]* (HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1895: 244 = AE 1896, nº 3 = EE VIII, 10; Pires, 1901: 234; Vasconcelos, 1905: 155-56; Untermann, 1965, mapa 76, nº 14 (*Tongius*); IRCP 574; RAP 426; HEpOL 23835.

7. Tradução: A Prosérpina. Tôncio...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: mais uma vez, estamos perante uma dedicatória a Prosérpina, cujo teónimo parece figurar em abreviatura.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta-se como *peregrinus*, atendendo ao seu antropónimo, frequente na Lusitânia pré-romana e atestado também em Nisa, na variante *Tongius*, encontrando-se os nomes com o radical *Tonc-/Tong-* entre os nomes indígenas mais representativos da Lusitânia, aplicando-se também a teónimos. A reconstituição de Vasconcelos sugere *Andaitius* como patronímico, também pré-romano e documentado na Lusitânia, contando com mais dois exemplos peninsulares.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a grafia do teónimo em abreviatura parece apontar para a popularidade de Prosérpina na região.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1895: 244 = AE 1896, nº 3 = EE VIII, 10; Pires, 1901: 234; Vasconcelos, 1905: 155-56; Untermann, 1965, mapa 76, nº 14 (*Tongius*); IRCP 574; RAP 426; HEpOL 23835; Albertos, 1979: 43-44 e 48; IRCP 638; Palomar, 1957: 34; CIL II 454 = ILER 753; CIL II 821 = ILER 6333; Vallejo, 2005: 416-22.

9. Cronologia: -

0. REF: FE 8, 1984, nº 32.

1. Proveniência: Ouguela, Campo Maior.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: árula moldurada com toros e *foculus*.

6. Texto: *Q(...)* *P(...)* *R(...)* *d(eae?)* *s(anctae?)* [*T(urobrigensi?)*] / *v(otum?)* *q(uod?)* *f(ecit?)* *a(nimo?)* *l(ibens?)* [*p(osuit?)*] / [-c. 6-] / *e(x?)* *m(onitu?)*

6.1. Variantes: L. 1: *Q(...)* *P(...)* *D(eae)* (Blázquez). L. 3 e 4: E[?] V(...?) PO[...]*POT* [?] / E M [?] (Encarnação).

6.2. Bibliografia da inscrição: Abascal, 1995: 82, nº 7; Diogo (A. M. D.), *FE* 8, 1984, nº 32; *AE* 1984, 475; Encarnação, 1986: 106; Blázquez, 1986-87: 142, nº 6; *RAP* 57; *HEp* 6, 1996, nº 1063; *HEpOL* 22784.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: mais uma vez, Abascal discorda da sua atribuição a Atégina, embora A. M. Diogo (bem como J. M. Blázquez) proponha tratar-se de uma dedicatória a esta divindade. Segundo este autor, na linha 3 figurariam as oferendas ou a forma como foram feitas. Já no entender de J. d'Encarnação, a identificação do teónimo através de siglas aponta para que fosse desnecessária uma identificação completa, pois o monumento destinar-se-ia ao usual local de culto.

8.2. Onomástica: identificar-se-ia um dedicante, cujo nome não pôde ser recuperado, mas que no entanto possuiria *tria nomina*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: contamos com um paralelo para a fórmula consecratória na dedicatória a Prosérpina de IRCP 571 (Elvas).

8.4. Bibliografia geral: Abascal, 1995: 82, nº 7; Diogo (A. M. D.), *FE* 8, 1984, nº 32; *AE* 1984, 475; Encarnação, 1986: 106; Blázquez, 1986-87: 142, nº 6; *RAP* 57; *HEp* 6, 1996, nº 1063; *HEpOL* 22784; IRCP 571.

9. Cronologia: -

0. REF: HEp 3, 1993, nº 487.

1. Proveniência: Monforte.

2. Historial da peça: descoberta no velho caminho de Monforte a Elvas, 10km depois de Monforte, tendo pertencido à colecção arqueológica de Mário Saa.

3. Paradeiro actual: sede da Junta de Freguesia de Ervedal, Avis.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: altar moldurado nas quatro faces, com inscrição em duas delas. Dimensões máximas: 62 x 41 x 35.

6. Texto: **a)** *Laribus / Vialibus / l(ibens) p(osuit) a(nimo)*; **b)** *Laribus Popillius*

6.1. Variantes: L. 3 da versão a): *l(ibens) p(osuit)* (HE). Versão b): *Laribus Topillius* (Saa).

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação, 1986: 105-06; Saa, 1956: 244, fig. 9; HEp 3, 1993, nº 487; AE 1995, 720; RAP 586; HEpOL 20790.

7. Tradução: a) Aos Lares das Vias (...) colocou de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: podemos considerar esta inscrição como o primeiro testemunho de invocação dos Lares no Sul do território actualmente português.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: pela sua localização, constitui o testemunho mais meridional do culto destas divindades.

8.4. Bibliografia geral: Encarnação, 1986: 105-06; Saa, 1956: 244, fig. 9; HEp 3, 1993, nº 487; AE 1995, 720; RAP 586; HEpOL 20790.

9. Cronologia: -

0. REF: FE 46, 1994, nº 207.

1. Proveniência: Santa Eulália, Elvas.

2. Historial da peça: descoberta em 1993 no leito seco da barragem do Caia, entre as pedras que serviam de base ao altar da antiga capela de Santa Catarina, na Herdade da Lentisca.

3. Paradeiro actual: na posse de T. D. Maciel.

4. Suporte: granito local.

5. Descrição do monumento: ara votiva em mau estado de conservação, tendo sido reutilizada. Do capitel resta um primeiro toro, seguido por outro maior, e por uma faixa directa. Conserva a moldura na parte superior. Grande desgaste do campo epigráfico, na face dianteira do fuste, embora se possam ler com relativa facilidade, excepto no final. Dimensões máximas: (72) x 34 x 27; campo epigráfico: 49 x 32. Distribuição do texto por todo o campo epigráfico, sem especial preocupação com o cuidado na paginação. Alinhamento à esquerda, embora a irregularidade do traçado dos caracteres e dos seus espaços aponte para um trabalho artesanal. Ausência de vestígios de pontuação. Caracteres de configuração actuária, denotando uma minuta feita sem recurso a régua ou esquadro.

6. Texto: *Valgius / Marci f(ilius) / aram Be/llonae / de voto [pos]u[i]t (?)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Maciel (T. D.), Maciel (M. J.) e Encarnação (J. d'), FE 46, 1994, nº 207, foto 207; AE 1994, 821; HEp 6, 1996, nº 1065; HEpOL 22793.

7. Tradução: Válgio, filho de Marco, colocou o altar a Belona, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo em homenagem a *Bellona*, deusa clássica da guerra, apresentando o texto uma estrutura peculiar, mas não rara na epigrafia lusitana (contando com exemplos nas inscrições a Endovélico), sendo encabeçado pela identificação do dedicante, seguida da menção da oferenda, do teónimo em dativo e da fórmula votiva. Esta estrutura é ainda explicável pelo facto de a ara se destinar ao santuário da divindade, onde os dedicantes eram distinguidos de acordo com a sua identificação. Afigura-se ainda invulgar a presença da fórmula *de voto* ao invés da habitual *ex voto*.

8.2. Onomástica: estamos perante um dedicante indígena cuja família teria já algum tipo de ligação com a realidade sociocultural romana, atendendo ao facto de o seu nome servir de gentílico na onomástica vulgar latina, de origem itálica, cuja adopção peninsular pode relacionar-se com *Valgius Rufus*, côsul de 12 a. C., sendo que o prestígio deste poderá ter levado os pais do dedicante a atribuir ao filho este nome único. É de notar ainda a grafia da filiação por extenso, e não em abreviatura, como habitual, servindo a origem latina deste patronímico também como reflexo de um contacto com a realidade sociocultural romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a singularidade desta inscrição reside no facto de ter sido dedicada a uma divindade clássica romana por um indígena hispânico, tendo ainda em conta que se verifica uma concentração não muito longínqua de testemunhos do culto a esta divindade, na zona próxima de Norba e Trujillo; tendo o mesmo sido possivelmente trazido pelos veteranos romanos vindos de Oriente (onde se situa a origem do culto) e estabelecidos em *Castra Caecilia*. Belona poderá ter gozado de grande aceitação entre os indígenas, dada a preponderância do elemento nativo nas inscrições encontradas.

8.4. Bibliografia geral: Maciel (T. D.), Maciel (M. J.) e Encarnação (J. d'), FE 46, 1994, nº 207, foto

207; AE 1994, 821; HEp 6, 1996, nº 1065; HEpOL 22793.

9. Cronologia: inícios do séc. I d. C., pela identificação do dedicante, circunstâncias de propagação deste culto e simplicidade clássica da moldura.

0. REF: Carneiro *et al.*, 2008.

1. Proveniência: propriedade “Monte do Coelho”, vale da Ribeira da Venda, Arronches.

2. Historial da peça: reutilizada numa lareira da mesma vila.

3. Paradeiro actual:

4. Suporte: grauvaque.

5. Descrição do monumento: laje cuja superfície epigrafada terá sido previamente alisada com vista à gravação da epígrafe, mantendo-se porém irregular. Dimensões: 88 x 75 x 3,5. Paginação cuidada, a ver pela regularidade dos espaços interlineares, pontuação e cuidado na gravação. Espaço vazio entre as linhas 5 e 6, visando dividir o texto em duas partes. Ocupação do espaço disponível no sentido da largura. Caracteres de configuração actuária.

6. Texto: [- - - - -] *XX oilam erbam / Harase oila X Broeneiae H / [...]oila X Reve Aharacui T AV [...] / Ieate X Bandi Haracui AV [...] / Munitie Caria Cantibidone / Apinus Vendicus Eriacainu[s] / Oroviani [?] / Iccinui Panditi Attedia M TR / Pumpi Canti Ailatío* (Carneiro *et al.*)

6.1. Variantes: Cardim: L. 1 – *AM oilam erbam[.....]* (também Prósper e Villar); L. 3 – *Reve A Haracui*; L. 4 – *Ifate* (também Prósper e Villar); L. 5 – *Munitie Carla Cantibidone A vel M[...]*; L. 6: *Eriadainu[.]*; L. 7: *Ogurani*.

6.2. Bibliografia da inscrição: Carneiro *et al.*, 2008: 167-178 (publicada no mesmo ano, pelos mesmos autores, em *Conimbriga* nº 47); Prósper e Villar, 2009: 3-4; Cardim Ribeiro, 2010: 43.

7. Tradução: (Vinte oferendas a uma divindade desconhecida). Um cordeiro de erva para Harase. Dez cordeiros para Broineia H(arácu). Dez cordeiros para Reva Aharácuo. Dez T(?)AV(?)IEATE para Banda Harácuo. AV(?) para Munícia Caria Cantibidone. Apino, Vendico, Eriacaino, ovelheiros. Revelai-nos a vossa vontade por um sinal. Gravamos esta oração de júbilo (Carneiro *et al.*, 2008).

J. Cardim Ribeiro: uma [...]a, uma ovelha e uma vaca a uma divindade feminina. Dez ovelhas ou carneiros a Harase. Dez ovelhas ou carneiros a Broineia Haraca. Dez touros consagrados a Reva A(ugusto?) Harácuo. Um AV[...] a Banda Harácuo. Uma A[...] ou M[...] a Munícia (actuante) em *Carla *Cantibidonis (ou de *Cantibidona). Apino, Vendico e Eriadaino, áugures. (Realizados os ritos) que se celebram através de sacrifícios de todo o tipo, tidos por convenientes, (eu) Attedia trago (como oferta) 500 moios de trigo.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a primeira secção tem sido interpretada como uma enumeração de divindades indígenas às quais são sacrificados animais, em contexto de crise agrícola ou pecuária. J. Cardim Ribeiro atribui à divindade desconhecida da primeira linha um carácter trifuncional, correspondendo ao protótipo indo-europeu de tipo Ártemis e Diana, simultaneamente celeste, guerreira e fecunda, que receberia uma oferenda de 3 animais, cada um correspondente a um diferente nível funcional. Temos 2 tipos de invocações além desta: um bloco de divindades, talvez de cariz trifuncional, que culmina com Reva, o qual recebe a vítima mais importante; e um bloco de divindades de cariz tutelar. Na segunda parte, os dedicantes suplicam às divindades que aceitem os seus sacrifícios, sendo interpretados como pastores ou comerciantes de ovelhas, não obstante a falta de paralelos conhecidos para o vocábulo *Oroviani*; embora J. Cardim Ribeiro os interprete como áugures

– *ougurani*, correspondente lusitana de uma forma latina reconstituída **auguranus/-i*, de *augur*. Já de acordo com a interpretação de F. Villar e B. Prósper, segue-se a *Ovoviani* um segundo trecho, correspondente a uma inscrição votiva posterior, onde figurariam *Iccinui* e *Panditi* como divindades, e como dedicante *Attedia M. TR.*, filha (?) de *Pumpius Cantius* (ou *cantibidonensis*). Para Cardim Ribeiro, o mesmo trecho poderá ter contido referências às circunstâncias rituais dos sacrifícios.

8.2. Onomástica: em Carneiro *et al.* é sugerida a ligação da palavra *hara* ao mundo da pecuária, ou à raiz semântica da vila de Arronches; já Cardim Ribeiro crê que *Harase/Arase* constituiria um teónimo de base toponímica, remetendo para a região da Serra da Estrela, com base na existência de duas inscrições de Penamacor e Fornos de Algodres, registando uma divindade *Arase*, que seria então cultuada nas faldas tanto a NW como a SE da Serra da Estrela. Já o teónimo *Broeneiae* não dispõe de paralelos na teonímia pré-romana peninsular; a sua posição entre uma divindade tópica (*Harase*) e outra soberana (*Reva*) aponta para a sua integração no segundo nível funcional, sugerindo Cardim um significado semântico consistente com uma deusa virgem de características guerreiras, chamando a atenção para o celt. gaulês **brunia*>*bronia* (peito), para o irl. *bruinne* (peito) e ainda *bruinnell* (a que tem belos seios). Neste caso, Cardim propõe a leitura de *H(aracae)* e não *H(aracui)* para o seu epíteto, dependendo porém ambos de *Harase* ou da realidade toponímica subjacente a este teónimo, que corresponderia a um hidrónimo ou orónimo. A *Reva* aplicar-se-ia o epíteto *Haracui*, juntamente com outro, desconhecido, começado por A, quiçá *Augusto*, compatível com o carácter soberano desta divindade e com a cronologia proposta para a inscrição (1ª metade do séc. I d. C.), altura em que *Augusto* seria já um termo conhecido nas províncias. Este recebe dez touros consagrados (*tau[ro] ifate*), estando esta oferenda também representada em Cabeço das Fráguas – *taurom ifadem*.

Munitie foi considerada uma variante de *Munidi*, dativo de *Munis*, divindade tutelar. O seu primeiro epíteto foi lido por Carneiro *et al.* e Prósper e Villar como *Caria*, que constituiria um nome divino aproximado ao epíteto *Cariociecus* de Marte e dos *Lares Caienses*; já o segundo foi interpretado como adjectivo de base toponímica, atendendo à presença de *Cantibedoniensi* numa inscrição de Niebla, que aponta para a existência de uma cidade *Cantibidonia* ou um território dos *Cantibidonenses*, estando já atestado em relação a outra divindade indígena de Idanha-a-Nova, *Erbina* (HEp 4, 1994, nº 1042-43). Porém, Cardim prefere não ignorar a correspondência entre *Carla* e *Carlae*, registada em Arroyo de la Luz, parecendo tratar-se de um topónimo. Prósper e Villar admitem ainda, entre outras também arriscadas, a hipótese de *Caria Cantibidone* constituir uma “divindade da rocha *Cantibidonia*”, derivando *Caria* de **kr-* (cortar), na base de diversas formações com o valor de “rocha”.

Quanto aos nomes dos dedicantes, o primeiro conta com outros testemunhos na Lusitânia, enquanto o segundo não surge registado sob esta forma, apesar da presença do radical *vend-* noutros antropónimos, e o último não conta com qualquer palavra aproximável, propondo Carneiro *et al.* a relação com a raiz **er-*, que os celtistas remetem para os conceitos de “cordeiro, vaca, gamo” – animais com cornos. Por outro lado, *Iccinui* foi relacionado com o antropónimo *Iccius*, com *Iconius* ou com *Icona*, *Panditi* com o verbo latino *pandere*, significando “revelar” ou “abrir”, e *Attedia* poderia constituir um feminino pessoal, a ver pelo registo frequente de antropónimos começados por *att-* na onomástica indígena, embora este se registre aqui pela primeira vez na Hispânia. Ainda na mesma linha, *M TR* poderia referir-se a um patronímico ou ao numeral mil. Foram ainda propostos os significados de ícone/imagem, abrir/revelar e atender, respectivamente, para os três vocábulos. Na perspectiva de Cardim, o lusitano *Panditi* é confrontado com o vocábulo grego designando “que se celebra através de sacrifícios de todo o tipo”, sendo talvez complementado por *iccinui*, confrontável com o infinito passivo do verbo grego para “parecer bem” ou “convir”.

Por fim, na última linha teremos uma fórmula de fecho, tendo sido propostos os significados de “gravação”, “orações” e “canto” (à semelhança da palavra latina *adlatio*), respectivamente, apontando para uma súplica às divindades. Para Cardim, a sequência e natural articulação entre *pumpi* e *canti* favorecem uma explicação de cariz numérico, pelo que a expressão designaria o quantitativo 500, pois *pumpi* significaria “cinco”, originando o vocábulo latino *quinque* (cinco). *Pumpi canti* referir-se-ia a *M. TR.*, abreviatura ausente da epigrafia latina a não ser na aceção *M(odius) TR(itici)* (moio de trigo) – 500 moios de trigo - remetendo para uma dádiva intencional e calculada; enquanto *Attedia* designaria um antropónimo feminino. Por fim, é sugerida para *ailatio* a relação com alguns conteúdos semânticos do verbo *affero* (“trazer”, “praticar”).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta inscrição integra o conjunto epigráfico que, embora lavrado em caracteres latinos, remete para uma língua indígena, tratando-se da mais meridional destas inscrições no Ocidente peninsular. Considera-se plausível a hipótese da sua relação – juntamente com outras epígrafes na chamada “língua lusitana” (Lamas de Moledo, Cabeço das Fráguas e Arroyo de la Luz) – com as rotas da transumância nos primórdios da ocupação romana, que explicaria a persistência de locais de culto indígenas em época romana, na proximidade dos trajectos, destinados ao cumprimento dos rituais sacrificiais que garantiriam a protecção de pessoas, culturas e gado.

Os casos de *Harase/Arase* e *Cantibidone* apontam então para uma dependência parcial desta epígrafe em relação a realidades linguísticas mais setentrionais, e portanto para o desenvolvimento destas rotas de transumância entre o NE alentejano e a Beira Interior. A laje seria colocada num local de reunião da população para a homenagem aos seus deuses em dadas épocas do ano, como também se verificaria para Lamas de Moledo, Cabeço das Fráguas e para o altar de Marecos (Penafiel). Somos aqui remetidos para um ritual muito similar ao *suovetaurilium* romano, marcado pela oferta de certos animais a determinadas divindades.

8.4. Bibliografia geral: Carneiro *et al.*, 2008: 167-178 (publicada no mesmo ano, pelos mesmos autores, em *Conimbriga* n.º 47); Prósper e Villar, 2009: 1-32; Cardim Ribeiro, 2010: 41-62; Encarnação e Guerra, 2010: 95.

9. Cronologia: finais do séc. I a. C.-inícios do I d. C., como apontado pela paleografia.

8. Epígrafes de Ammaia, Marvão (concelhos de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide, Crato e Alter do Chão)

0. REF: IRCP 604.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7089).

4. Suporte: granito de duas micras de grão médio leucocrata.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces e boleada nas arestas devido à erosão. Possível *foculus* ladeado por toros no capitel. Moldura de filete e garganta directos em cima, e filete e gola reversos na base. Inscrição ocupando as duas faces do fuste: numa delas, a fórmula consecratória, e noutra a identificação do dedicante e a fórmula final. Dimensões máximas: 81 x 67,5 x 44. Campo epigráfico: face A: 38 x 51; face B: 36,5 x 53. Dado o grande desgaste da pedra, mesmo a fotografia carece de nitidez. Paginação obedecendo a um eixo de simetria, em ambas as faces. Caracteres de configuração actuária e regular.

6. Texto: *Genio Oppid[i] / constitut[i] / sacrum // C(aius) Annius / Valens / a(nimo) l(ibens) d(edit)*

6.1. Variantes: O Pe. Jalhay só lê a face A. L. 1: *O[siris]* (Jalhay). L. 2: *constitut[oris]* (Jalhay). L. 4: *L(ucius)* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Correia (V.), 1928: 245 (só foto); Jalhay, 1947: 629 = AE 1950, 216; Lambrino, 1967: 213-14, nº 150; Alarcão, Étienne e Fabre, 1969: 230; Blázquez, 1975: 101, s.v. “Genio”; Encarnação (J. d’), 1981: 26; IRCP 604; RAP 254; HEpOL 22722.

7. Tradução: Consagrado ao Génio do Ópido Constituído. Gaio Ânio Valente deu de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a fotografia sugere a presença de um D na fórmula final, embora a fórmula corrente seja *a(nimo) l(ibens) p(osuit)*.

8.2. Onomástica: o prenome do dedicante foi reconstituído como *C(aius)*. A identificação deste é feita através dos *tria nomina*, omitindo no entanto a filiação; apresenta uma onomástica latina, embora o gentílico (não deixando de ser latino) se afigure fortemente passível de ser relacionado com estratos linguísticos pré-romanos, derivando da mesma raiz que os nomes indígenas *An(n)a*, *-o*. Este caracteriza-se por uma abundante distribuição em contextos indígenas, integrado em estruturas onomásticas pré-romanas, mas também em zonas precoce e solidamente romanizadas, como a Bética, onde predominam os *tria nomina*. O seu cognome não se revela muito frequente no Sul do território actualmente português. Poderemos então estar perante um cidadão romano recente.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: como mostra a lista de dedicatórias ao *Genio Oppidi* apresentada na obra de De Ruggiero (III p. 469-72, s.v. “Genius”), esta expressão apenas se utiliza na Península; no entanto, o uso do adjectivo *constitutus* regista-se unicamente aqui. Este foi interpretado por J. d’Encarnação como significando “estabelecido”, atendendo a expressões ciceronianas como “*civitas constituta*”, pelo que a inscrição homenagearia a divindade protectora do local (fortificado?), tendo-se transformado no seu génio tutelar.

8.4. Bibliografia geral: Correia (V.), 1928: 245 (só foto); Jalhay, 1947: 629 = AE 1950, 216; Lambrino, 1967: 213-14, nº 150; Alarcão, Étienne e Fabre, 1969: 230; Blázquez, 1975: 101, s.v.

“Genio”; Encarnação (J. d’), 1981: 26; IRCP 604; RAP 254; HEpOL 22722; CIL II 1346 = ILER 576; CIL II 2193 = ILER 575; CIL II 3408 = ILER 574; Albertos, 1964: 221; IRCP 211, 393 e 611; Vallejo, 2005: 143-47; Mantas, 2000: 397.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 605.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paralelo actual: igreja de Santa Maria, Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Fastígio com *foculus* e toros laterais lisos sobre a cornija. Dois tipos de molduração distintos: filete directo em cima e faixa reversa na base, assentando directamente no solo. Grande desgaste do campo epigráfico. Dimensões máximas: 53 x 22 x 16; campo epigráfico: 36 x 21. Paginação com alinhamento à esquerda; translineação incorrecta. Caracteres de configuração actuária e regular.

6. Texto: *I(ovi) O(ptimo) Max(imo) / Aelia [?] Maxim/a Titul/i (fília) a(nimo) l[iben]/s v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1: *M(aximo)* (HEp 4). L. 2: *Attia?* (HEp 4); [...] (Jalhay). L. 3: *Maxima* (Jalhay). L. 4: *M[...]/R* (Jalhay). L. 5: [...] (Jalhay).

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 622-23 = AE 1950, 214; Encarnação, 1981: 27; IRCP 605 = HEp 4, 1994, 1076 = RAP 272; HEpOL 22723.

7. Tradução: A Júpiter Ótimo Máximo. Élia Máxima, filha de Título, cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a *Iuppiter Optimus Maximus*.

8.2. Onomástica: o gentílico da dedicante apresenta-se conjectural, dado o esboroamento da pedra. Apesar das dúvidas a respeito do conteúdo da linha 2, J. d’Encarnação crê que esta teria condição indígena, atendendo ao seu cognome, frequente nas áreas de onomástica céltica, e ao seu patronímico, indicado através do cognome do pai; o qual, embora latino, não se afigura muito frequente no mundo romano, contando no entanto com exemplos no território peninsular. Porém, creio que a sua onomástica tipicamente latina, composta por *duo nomina*, afigurando-se o seu cognome comum entre a nobreza senatorial e a *plebs ingenua*, em conjugação com o patronímico à maneira indígena, poderá indicar uma cidadã romana de fresca data.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: no que respeita aos epítetos, verifica-se a maior frequência de *Optimus Maximus* na epigrafia amaiense dedicada a Júpiter.

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 622-23 = AE 1950, 214; Encarnação, 1981: 27; IRCP 605 = HEp 4, 1994, 1076 = RAP 272; HEpOL 22723; Kajanto, 1982: 133, 171 e 275-76; ILER p. 756.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 606.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Toros lisos sobre a cornija, em redor de uma superfície plana. Dois estilos de molduração distintos: em cima, de listel simples, seguido de garganta e filete directos; na base, filete reverso e moldura de garganta reversa. Dimensões máximas: 93 x 39 x 38; campo epigráfico: 46 x 30,5/33. Paginação pouco cuidada, marcada pela tentativa de evidenciação do teónimo, sem procurar contudo qualquer alinhamento, e pelo nome do dedicante quase em “caixa”, o que já reflecte um aproveitamento espacial mais regular. Caracteres de configuração actuária e traços pouco rectilíneos.

6. Texto: *Iovi / O(ptimo) M(aximo) / T(itus) Cateius [?] / Quietus*

6.1. Variantes: L. 3: *Sol(utorio) Iul(ius)*. L. 4: *Quintus* (Jalhay, AE).

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 619-20, nº 2 = AE 1960, 211; Encarnação, 1981: 27; IRCP 606; RAP 273; HEpOL 22724.

7. Tradução: A Júpiter Óptimo Máximo. Tito Cateio (?) Quietos (?).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma homenagem a Júpiter, divindade à qual E. Jalhay atribuiu o epíteto *Solutorius*, que no entanto não vem habitualmente após o teónimo IOM.

8.2. Onomástica: o dedicante identificar-se-ia através dos *tria nomina*. O seu nome *Cateius* é apresentado por Holder (I col. 840) unicamente como cognome, atestando-se porém em Benevento como gentílico. Já o seu cognome, latino, não surge muito documentado na Península, predominando em África, de onde são oriundos 102 dos 307 testemunhos do CIL, revelando-se também frequente entre indivíduos de origem servil. Tratar-se-ia de um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: as dedicatórias simples como esta, com a grafia de *Iovi* por extenso acompanhada das siglas O e M, a identificação do dedicante e a fórmula final, surgem com frequência.

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 619-20, nº 2 = AE 1960, 211; Encarnação, 1981: 27; IRCP 606; RAP 273; HEpOL 22724; CIL IX 1928; ILER p. 739; Kajanto, 1982: 262; ILER 103-115 e 119.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 607.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: árula trabalhada nas quatro faces e de arestas facetadas. Dois toros lisos, muito destruídos, na parte superior, rodeando um *foculus* em relevo semelhante a uma pátera. Moldura de listel simples levemente oblíquo, seguido de uma espécie de garganta directa; e de filete reverso na base. Dimensões máximas: 53 x 33,5 x 29. Diâmetro exterior do *foculus*: 16. Campo epigráfico: 27 x 24. Paginação pouco cuidada, apesar de seguir a lógica do texto. Tendência para eixo de simetria não conseguido. Pontuação circular, mesmo no fim das linhas. Caracteres de configuração actuária, de ducto irregular. Destaque do teónimo, em módulo maior, enquanto as restantes letras se apresentam gravadas com pouca profundidade.

6. Texto: *Iovi / Sacrum / Faustus / Bassi lib(ertus) / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 620-21, nº 3 = AE 1950, 212; Encarnação, 1981: 27; IRCP 607; RAP 274; Mantas, 2002: 52-54, nº 1; HEpOL 22725.

7. Tradução: Consagrado a Júpiter. Fausto, liberto de Basso, cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de mais uma dedicatória a Júpiter, desprovido de epíteto. O teónimo encabeça o texto, seguido de *sacrum*. A fórmula final é clássica.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante, de condição claramente liberta, é feita à maneira indígena, com apenas um cognome, latino, bastante difundido no mundo romano e de abundante aplicação em escravos, documentado no Sul do território actualmente português, juntamente com o nome do seu patrono.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a presença de *sacrum* a acompanhar o teónimo constitui um esquema isolado na epigrafia amaiense.

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 620-21, nº 3 = AE 1950, 212; Encarnação, 1981: 27; IRCP 607; RAP 274; Mantas, 2002: 52-54, nº 1; HEpOL 22725; IRCP 437, 479 e 535; Kajanto, 1982: 134 e 272.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 608.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça:

3. Paradeiro actual: Museu de Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces e de arestas facetadas, tal como o monumento anterior, exibindo também, à semelhança deste, dois toros lisos na parte superior, rodeando um *foculus* em relevo que se assemelha a uma pátera. Dois estilos distintos de molduração: toro e filete reverso na base. Dimensões máximas: 59 x 35 x 28. Diâmetro exterior do *foculus*: 14. Campo epigráfico: 25 x 24. Paginação cuidada, com alinhamento à esquerda. Pontuação circular, mesmo no fim das linhas, visando a obtenção de um certo equilíbrio. Caracteres de configuração actuária, de inclinação predominante para a esquerda.

6. Texto: *Iovi O(ptimo) / M(aximo) Fusca / Vituli lib(erta) / a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 618-19 = AE 1950, 210; Encarnação, 1981: 27; IRCP 608; RAP 275; Mantas, 2002: 54-55, nº 2; HEpOL 22726.

7. Tradução: A Júpiter Óptimo Máximo. Fusca, liberta de Vítulo, cumpriu de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este constitui uma dedicatória a Júpiter, encabeçada pelo teónimo, algo que se revela comum a outros textos de *Ammaia*. Ausência de *votum* na fórmula final.

8.2. Onomástica: a dedicante apresenta-se de condição liberta, identificada pelo seu cognome, registado na epigrafia da região, afigurando-se comum no meio servil, de onde provêm 11% dos indivíduos portadores deste nome, um valor superior à média de 5%, e pelo do seu patrono, de origem latina e predominante na Lusitânia oriental (Cáceres, Mérida, Badajoz), surgindo aqui pela primeira vez na epigrafia do Sul do território actualmente português, e não se apresentando muito frequente no mundo romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 618-19 = AE 1950, 210; Encarnação, 1981: 27; IRCP 608; RAP 275; Mantas, 2002: 54-55, nº 2; HEpOL 22726; Kajanto, 1982: 65, 228 e 329; ILER p. 766.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 609.

1. Proveniência: termo do Crato.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: indisponível, embora J. d'Encarnação pense tratar-se de uma ara.

6. Texto: *Iovi / Optumo / Maxumo / Vicani / Camalo/C[...]*IN* [?]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 170; Figueiredo (A. C. B.), 1885: 7; Toutain, 1967: 202; Holder I, 707, s. v. “Camaloc...in...vicani” (transcrição sem comentário); ILER 90; Le Roux e Tranoy, 1973: 222; Alarcão (J. de), 1974: 74; Tovar, 1976: 221; IRCP 609; RAP 271; HEpOL 21259.

7. Tradução: A Júpiter Óptimo Máximo – os habitantes da povoação...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: atendendo ao texto, este seria de natureza votiva, constituindo uma dedicatória colectiva a Júpiter, cujo teónimo figuraria por extenso, por parte de uma comunidade para cuja designação foram apontadas diversas sugestões, entre as quais *Camaloc(i)* (Borges de Figueiredo), *Camalog(enses?)* (Toutain) e *Camalocenses* (Alarcão, Tovar); persistindo porém dúvidas quanto ao significado do *IN* final.

8.2. Onomástica: subsistem ainda dúvidas quanto à identidade dos dedicantes.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a epígrafe encaixa nesta zona de documentação abundante do culto a I. O. M.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 170; Figueiredo (A. C. B.), 1885: 7; Toutain, 1967: 202; Holder I, 707, s. v. “Camaloc...in...vicani” (transcrição sem comentário); ILER 90; Le Roux e Tranoy, 1973: 222; Alarcão (J. de), 1974: 74; Tovar, 1976: 221; IRCP 609; RAP 271; HEpOL 21259.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 610.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces. Dois toros lisos, sem *foculus* central, sobre a cornija, que se apresenta oblíqua em relação à prumada do monumento. Moldura do tipo gola recortada e filete directo. Deterioração da base, permitindo no entanto colocar a possibilidade de a sua moldura ter sido composta por filete reverso seguido de garganta reversa. Dimensões máximas: 53 x 31 x 33; campo epigráfico: 26,5 x 22,5/24. A totalidade do campo epigráfico é ocupada pelo texto, com recurso do *ordinator* a um nexu de quatro letras fora do normal na linha 1. Pontuação circular. Caracteres de configuração actuária e ducto irregular.

6. Texto: *Ocrimir/ae Sac(rum) / Iulia Sa/turisca / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 3/4: *A/turisca* (Jalhay).

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 621-22, nº 4; AE 1950, 213; Lambrino, 1959: 488-91; Albertos, 1972: 19; Encarnação, 1975: 255-56; Blázquez, 1975: 135, s. v. “Ocrimira”; Encarnação, 1981: 26; IRCP 610; RAP 177; HEp 6, 1996, nº 1068; Prósper, 2002: 195-97; HEpOL 22727.

7. Tradução: Consagrado a Ocrimira. Júlia Saturisca cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma homenagem a Ocrimira, entendida por Lambrino como divindade tutelar de uma ribeira fria. Já B. Prósper, dividindo o teónimo em “Ocri-mira”, propõe a semelhança do segundo elemento com o “Revmiraegus” de Reva, em que *rev significaria “rio”, sendo a composição de Ocrimira similar à de *Revmira; enquanto J. M. Blázquez aponta para a presença de “Mira”, de presumível origem lusitana, em diversos topónimos e hidrónimos da Lusitânia, como Odemira e Miróbriga. Por seu lado, “Ocri” constitui um vocábulo muito documentado nas línguas indo-germânicas, mas também presente no vocabulário lusitano, com o significado de “agudo, pedra, amargo” (gr. *acribos*, lat. *acerbus*). “Ocrimira” significaria então “o monte Mira”, tal como “Revmira” significaria “o rio Mira”. A dedicatória obedece ao esquema habitual, composto por teónimo, dedicante e fórmula final.

8.2. Onomástica: a dedicante identifica-se através do gentílico *Iulia* e de um cognome ainda não documentado (tratando-se do único caso na Península), reconstituído como *Saturisca*, cuja raiz será decerto *satur-*, entendida por Holder como celta. Porém, J. M. Vallejo crê que não se trata de um nome indígena, apontando para a cidadania da dedicante em questão, bem como para a ocorrência deste nome num escravo de CIL VI. Estaremos então perante uma cidadã romana recente.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o significado proposto para o nome da divindade aponta para a sacralização de realidades naturais, entre as quais os montes e penhascos.

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 621-22, nº 4; AE 1950, 213; Lambrino, 1959: 488-91; Albertos, 1972: 19; Encarnação, 1975: 255-56; Blázquez, 1975: 135, s. v. “Ocrimira”; Encarnação, 1981: 26; IRCP 610; RAP 177; HEp 6, 1996, nº 1068; Prósper, 2002: 195-97; HEpOL 22727; Holder II, col. 1379-80, s. v. “*Saturi-aeus*, “*Saturi-o*”; Vallejo, 2005: 506.

9. Cronologia: séc. II, de acordo com Lambrino, que se baseia na paleografia.

0. REF: IRCP 611.

1. Proveniência: Santo António das Areias, Marvão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu de Marvão.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces. *Fastigium* com *foculus* circular apontado e toros laterais lisos na parte superior. Difícil definição da moldura, podendo tratar-se de uma faixa seguida de dois filetes directos ou três toros pouco salientes. Presumível faixa reversa muito saliente na base, de contornos actualmente irregulares. Inscrição no fuste, bastante deteriorado. Dimensões máximas: 40 x 29 x 22. Diâmetro exterior do *foculus*: 9; campo epigráfico: 19,5 x 20. Totalidade do espaço epigráfico ocupada pelo texto, embora não de forma regular. Pontos circulares, usados de forma correcta. Caracteres de configuração actuária e ductos irregulares, denotando uma inclinação geral para diante.

6. Texto: *Togae Al/mae S(acrum) No/vela An/niae lib/erta / v(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes:

6.2. Bibliografia da inscrição: Jalhay, 1947: 623-24; AE 1950, 215; Encarnação, 1975: 280-82; Encarnação, 1981: 26-27; IRCP 611; RAP 194; HEp 11, 2001, nº 698; Alarcão, 2001: 318; Prósper, 2002: 199; Mantas, 2002: 56-57, nº 3; HEpOL 22728.

7. Tradução: Consagrado a Toga Alma. Novela, liberta de Ânía, cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a uma divindade cuja designação é reconstituída como *Togae Almae*, que J. d'Encarnação entende como divindade tutelar benfazeja, atendendo ao epíteto, de presença muito rara nas epígrafes, apesar da sua aplicação a diversas divindades romanas. Por outro lado, C. Búa propõe uma interpretação do epíteto não como Alma, mas sim como *Alene[n]s[i]*.

8.2. Onomástica: a dedicante possui condição liberta, sendo a sua identificação feita através de um cognome latino, de abundante difusão em África, de onde provém mais de metade dos testemunhos registados no CIL. Já a patrona identifica-se através de um gentilício latino, mas relacionável com estratos linguísticos pré-romanos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: apesar da sua inserção num meio romanizado, o conteúdo desta inscrição revela-se pré-romano, podendo Toga relacionar-se com o antigo céltico *togi* ou com o antigo irlandês *toigh* (agradável, amável). Também o nome da dedicante é considerado céltico por Holder, não obstante a sua natureza latina, enquanto o da sua patrona se encontra documentado em contextos indígenas no Sul do território actualmente português, parecendo corroborar a hipótese de M. L. Albertos de que se trata de um nome pré-romano assimilado a um homónimo latino. São ainda conhecidas mais quatro inscrições a Toga no território peninsular, três de Cáceres e uma de Salamanca.

8.4. Bibliografia geral: Jalhay, 1947: 623-24; AE 1950, 215; Encarnação, 1975: 280-82; Encarnação, 1981: 26-27; IRCP 611; RAP 194; HEp 11, 2001, nº 698; Alarcão, 2001: 318; Prósper, 2002: 199; Mantas, 2002: 56-57, nº 3; HEpOL 22728; De Ruggiero I, p. 424, s. v. "Alma"; CIL VII 170; CIL IX 60; Roscher VII, p. 108; Blázquez, 1975: 173; Kajanto, 1982: 289; Holder II, col. 783, s. v. "Novellus"; Albertos, 1952: 62; e 1964: 221; CIL II 801 = ILER 936 = CPIL 443; HAE 1022 = ILER 937;

Vallejo, 2005: 143-47; Búa, 2000: 68 e 515.

9. Cronologia: J. d'Encarnação aponta o séc. II, embora com dúvidas.

0. REF: IRCP 611a (registada como IRCP 637).

1. Proveniência: Tapada de Pai Eanes, N^a Sr.^a da Graça de Póvoa e Meada, Castelo de Vide. Esta região foi inicialmente dada como ligada ao concelho de Nisa, o que explica o registo desta inscrição na secção de “*Aritium Vetus* e seu termo”, tendo sido conhecida a pertença da referida região a Castelo de Vide apenas no fim da numeração da obra, levando J. d'Encarnação a propor o seu registo como IRCP 611a.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem n^o).

4. Suporte: granito de grão médio moscovítico.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Capitel com foco circular em relevo, rodeado de ambos os lados por um toro liso não muito elevado. Dois estilos de molduração distintos: de listel simples e chanfro directo, e de chanfro reverso na base, que se apresenta algo deteriorada. Dimensões máximas: 54 x 30 x 26; campo epigráfico: 24 x 21,5. Paginação mediana, dada a quase inexistência de espaços, falta de pontuação e translineação incorrecta. Falta de segurança na gravação dos caracteres.

6. Texto: *P(ublius) Carmini/us Macer / ex voto*

6.1. Variantes: L. 1/2: *Carmi[ni]us* (Vasconcelos); *Carmin[i]us* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1933: 178 = AE 1934, 21 = Figueiredo (José F.), 1956: 2; Lambrino, 1967: 216, n^o 154; Encarnação, 1977: 65-66, fotos 5 e 6; IRCP 637; RAP 578; HEpOL 23846.

7. Tradução: Públio Carmínio Mácer, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: embora estejamos perante um monumento votivo, não se observam vestígios de utilização posterior que permitam conceber a existência de um teónimo na pedra. Segundo J. d'Encarnação, a ara terá sido colocada no santuário a uma divindade bem conhecida, indígena ou não.

8.2. Onomástica: o dedicante, provável cidadão romano, surge identificado através dos *tria nomina*, podendo relacionar-se, através do gentilício, com o legado de Tibério presente em IRCP 615. Já o seu cognome surge mais uma vez na zona de Aramenha (IRCP 618).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1933: 178 = AE 1934, 21 = Figueiredo (José F.), 1956: 2; Lambrino, 1967: 216, n^o 154; Encarnação, 1977: 65-66, fotos 5 e 6; IRCP 637; RAP 578; HEpOL 23846; IRCP 615 e 618.

9. Cronologia: segunda metade do séc. I, de acordo com J. d'Encarnação, que alude a critérios onomásticos.

0. REF: IRCP 613.

1. Proveniência: Herdade do Mascarro, Santiago Maior, Castelo de Vide.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: granito de grão fino.

5. Descrição do monumento: metade inferior de uma ara votiva trabalhada nas quatro faces, com alisamento da face inferior. Molduração composta por filete reverso seguido de dois toros. Dimensões máximas: 27 x 24,5 x 24; campo epigráfico: 10,7 x 17,5/18. Provável gravação de mais uma linha, em cima, de cujas letras subsistem alguns vestígios. Difícil interpretação do texto, pelo facto de as linhas se apresentarem imbricadas entre si, e de os caracteres se apresentarem mal desenhados e gravados; afigurando-se no entanto provável a reconstituição da fórmula votiva final.

6. Texto: [...] / [VS?] IVNII / IQALV [?] / ARI [?] a(nimo) l(ibens) / v(otum) s(olvit)

6.1. Variantes: L. 1: *Q(uintus)? SIVNIO*. L. 2/3: *IBROLV/ANI* (Almeida). [*For*]tunae / *Salu[t]/ari* (Stylow, HEp 18)

6.2. Bibliografia da inscrição: Rodrigues (M. C. M.), 1975: 168-69, est. XXI-A (leitura de D. Fernando de Almeida); IRCP 613; RAP 625; HEp 18, 2009, nº 582; Stylow, 2009: 46, nota 25; HEpOL 22730.

7. Tradução: ...cumpriu de boa vontade a promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, atendendo à reconstituição da fórmula final da inscrição.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: Stylow vê nesta epígrafe uma invocação de Fortuna, embora com nítidas reservas.

8.4. Bibliografia geral: Rodrigues (M. C. M.), 1975: 168-69, est. XXI-A (leitura de D. Fernando de Almeida); IRCP 613; RAP 625; HEp 18, 2009, nº 582; Stylow, 2009: 46, nota 25; HEpOL 22730.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 614.

1. Proveniência: Reguengo, Alter do Chão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: arrecadação da Coudelaria de Alter.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Capitel liso, com toros laterais também lisos. Dois estilos distintos de molduração: dois filetes directos, e um filete reverso na base. Desgaste da face epigrafada, nomeadamente nas duas primeiras linhas, também fomentada pelo escorrimento de água do vaso a que serve de suporte. Dimensões máximas: 74 x 41 x 27; campo epigráfico: 29,5 x 30/31. Pontuação triangular. Caracteres de configuração actuária, esguia e regular.

6. Texto: [...] [IITA?] / [...] RECIP [...] / [A]VITI*f(ilius) / v(otum) a(nimo) l(ibens) [s(olvit)]*

6.1. Variantes: [...] / [...] T [...] / [...] A L [S] (Timóteo).

6.2. Bibliografia da inscrição: Timóteo (M. F.) *et alii*, 1978: 282; IRCP 614; RAP 626; HEpOL 22731.

7. Tradução: ...filho de Avito, cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma homenagem a uma divindade cujo teónimo figuraria na primeira linha, dada a grafia da filiação do dedicante na linha 3, e do seu nome na linha 2.

8.2. Onomástica: o único elemento de identificação do dedicante que podemos ler é a sua filiação, indicada à maneira indígena, sendo o patronímico típico de meios recém-romanizados, embora tratando-se de um cognome latino.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: estaremos perante uma divindade indígena, atendendo à tipologia do monumento e ao que resta da onomástica do dedicante.

8.4. Bibliografia geral: Timóteo (M. F.) *et alii*, 1978: 282; IRCP 614; RAP 626; HEpOL 22731; Vallejo, 2005: 201-205.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 635.

1. Proveniência: local designado Passareira, Seda, Alter do Chão.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: arrecadação do Monte de Vila Formosa, Seda (Agosto de 1982).

4. Suporte: granito róseo da região.

5. Descrição do monumento: ara presumivelmente votiva, trabalhada nas quatro faces. Capitel liso, com dois toros lisos, à semelhança das aras de Marvão. Moldura do capitel composta por dois toros, enquanto a base se apresenta desprovida de moldura, assentando sobre uma almofada que poderia ter servido para encaixe. Dimensões máximas: 60 x 43 x 34; campo epigráfico: 38 x 40/38. Paginação com alinhamento à esquerda. Caracteres de configuração actuária, mal desenhados.

6. Texto: *Tanginu[s] / Lubaeci f(ilius) / v(otum) [?] a(nimo) [?] l(ibens) [?] s(olvit)?*

6.1. Variantes: os editores não leram o monumento.

6.2. Bibliografia da inscrição: Timóteo (M. F.) *et alii*, 1978: 281, fig. 14 (invertida); IRCP 635; RAP 577; HEpOL 23843.

7. Tradução: Tangino, filho de Lubeco, cumpriu o voto de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: presumivelmente votiva, atendendo à reconstituição da fórmula final, embora maculada por algumas dúvidas.

8.2. Onomástica: afigura-se clara a grafia do nome do dedicante, identificado à maneira indígena, através de nome único e patronímico. O seu nome revela-se tipicamente lusitano, nas variantes *Tanc-* e *Tang-*, exclusivas da Lusitânia (embora se possam observar também formas com este radical em África), encontrando-se entre os nomes indígenas mais representativos da região, juntamente com *Tonc-/Tong-*. À semelhança destes últimos, o radical *Tanc-/Tang-* também parece servir de base a formas teonímicas, como *Tanginicaeco* (Idanha-a-Nova). O nome do pai também goza de apreciável representatividade na Lusitânia, embora não tanto como o do filho, registando-se apenas um exemplo deste nome fora do território lusitano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Timóteo (M. F.) *et alii*, 1978: 281, fig. 14 (invertida); IRCP 635; RAP 577; HEpOL 23843; Vallejo, 2005: 334-36 e 414-17.

9. Cronologia: -

0. REF: FE 49, 1995, nº 221.

1. Proveniência: Santiago Maior, Castelo de Vide.

2. Historial da peça: descoberta em 1982 na propriedade Tapada da Colegiada, em contexto de reutilização como pedra de lagar, presumivelmente na Idade Média.

3. Paradeiro actual: colecção arqueológica da Câmara de Castelo de Vide.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara votiva em mau estado de conservação. Dimensões: 69 x 39 x ?.; Campo epigráfico: (26) x (25). Pontuação em hera. Terá havido uma primeira linha, onde figuraria o nome do dedicante. Paginação com alinhamento à esquerda e caracterizada por alguma regularidade. Gravação profunda dos caracteres em bisel, podendo os mesmos ser classificados como sendo de tipo monumental quadrado, apesar do seu traçado grosseiro (também devido à dificuldade do suporte).

6. Texto: [...]Mar[ci f(ilius)?] / ex co[ns(ulto)?] /Andaieco / (hedera) p(ius?) (hedera) p(osuit?) (hedera)

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação, FE 49, 1995, nº 221, foto 221; AE 1995, 761; HEp 6, 1996, nº 1064; HEpOL 22800.

7. Tradução: (...), filho de Marco, em consequência de um oráculo, colocou piedosamente a Andaieco.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma ara dedicada a uma divindade indígena. A fórmula da linha 3 apresenta-se rara na epigrafia votiva peninsular, reflectindo um elevado nível de aculturação. Também a fórmula P.P., interpretada como *pius posuit*, não se afigura comum no território da Península, dada a falta de exemplos da mesma na obra de Hübner.

8.2. Onomástica: o teónimo indígena *Andaiecus* manifesta-se aqui pela primeira vez, podendo o seu radical relacionar-se, segundo M. L. Albertos, com o indo-europeu **andh-* (florescer) ou com **andhos* (flor); o que, juntamente com o carácter adjectival de *-aecus*, leva a crer que se trata de uma divindade identificada apenas pelo seu epíteto, caracterizada como “florida” e talvez ligada à Primavera ou à vegetação. Embora não se tenha podido recuperar o nome do dedicante, muito provavelmente este teria tido condição autóctone.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: atendendo à expressão referida em 8.1., admite-se a possibilidade da existência de um templo ou local sagrado, onde a divindade se manifestaria por meio de oráculos.

8.4. Bibliografia geral: Encarnação, FE 49, 1995, nº 221, foto 221; AE 1995, 761; HEp 6, 1996, nº 1064; HEpOL 22800; Albertos, 1966: 24.

9. Cronologia: inícios do Império, atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: HEp 13, 2004, nº 1001.

1. Proveniência: S. Salvador de Aramenha, Marvão.

2. Historial da peça: descoberta no contexto de empreendimento de obras na casa da Quinta do Deão, onde havia sido reutilizada como material de construção.

3. Paradeiro actual: Museu de Ammaia.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara com molduração, trabalhada nas quatro faces, exibindo várias fracturas antigas e lacunas. *Pulvinus* simplificado e parcialmente destruído no capitel, tendo perdido o toro do lado esquerdo. Dimensões: 51 x 50 / 84 x 44 x 35 / 52 x 45; campo epigráfico: 45 x 44. Caracteres capitais quadrados monumentais, de feição rude, gravação profunda e em bisel. Presença de linhas auxiliares.

6. Texto: *Aleinius / Tongi · f(i)lius) / Genio · Am(m)/ai(en)ci(s) · ara(m) / possit*

6.1. Variantes: AE 2004, 706 considera a interpretação das linhas 3/4 como pouco convincente, “orientada pela ideia de um testemunho precoce em latim aproximado e por uma relação não demonstrada com o topónimo *Ammaia*”.

6.2. Bibliografia da inscrição: Mantas, 2004: 90-92, fig. 2; AE 2004, 706; HEp 13, 2004, nº 1001; HEpOL 25350.

7. Tradução: Alênio, filho de Tongo, colocou uma ara ao Génio Amaiense?

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória ao Génio de *Ammaia*, divindade tutelar da cidade, precedida pelo nome do dedicante, o que se afigura inusitado na epigrafia da zona.

8.2. Onomástica: *Aleinus* assume-se como hápax, podendo constituir um antropónimo pré-romano, relacionável com *Allainus* ou *Alionus*, seguramente indígenas mas não exclusivos da Lusitânia; embora também se pudesse ler *Albinus*. Já o seu pai possui um nome formado a partir de um dos radicais mais representativos da onomástica indígena lusitana, *Tonc-/Tong-*. Estaremos perante um indivíduo de condição indígena, atendendo ao seu nome único e patronímico.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a dedicatória terá sido feita considerando o Génio como protector da comunidade amaiense, de constituição maioritariamente indígena; podendo explicar-se a forma irregular de escrever *Ammaici* em vez de *Ammiensis* pelo seu conhecimento incipiente da língua latina, aspecto também presente na expressão *ara possit*. Assim, este monumento parece constituir produto de um meio em vias de romanização, que procuraria a imitação dos modelos culturais dos colonizadores.

8.4. Bibliografia geral: Mantas, 2004: 90-92, fig. 2; AE 2004, 706; HEp 13, 2004, nº 1001; HEpOL 25350; Vallejo, 2005: 119-20 e 416.

9. Cronologia: meados do séc. I d.C., num momento anterior à municipalização da cidade (HEp 13).

0. REF: HEp 18, 2009, nº 579.

1. Proveniência: Alter do Chão.

2. Historial da peça: descoberta em 2004, descontextualizada, no decurso do “Projecto de Recuperação e Valorização da Estação Arqueológica de Alter do Chão”.

3. Paradeiro actual: Gabinete de Arqueología da Câmara Municipal de Alter do Chão.

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula moldurada, exibindo fissuras e fracturas em todas as faces do fuste excepto a frontal, onde se encontra o campo epigráfico, bastante deteriorado. Fractura dos quatro cantos da base. Moldura de gola reversa entre a base e o fuste, seguida de toro e formando ranhura na junção com a base. Dimensões: (32,7) x 18,2 x 11,3; campo epigráfico: 15,3 x 18,2. Paginação cuidada, obedecendo a um eixo de simetria. Caracteres de configuração actuária, gravados à mão levantada. Regularidade dos caracteres, postulando uma gravação no solo, com recurso a linhas auxiliares.

6. Texto: [- - - - - / - - -]IVM (?) [- - - / ?] Amilia · Urba/na ex voto / posuit

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: António e Encarnação, FE 88, 2009, nº 401; AE 2009, 500; HEp 18, 2009, nº 579.

7. Tradução: [...] Amília Urbana colocou, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estaremos perante uma dedicatória a uma divindade desconhecida, cujo teónimo figuraria no início da inscrição (o qual não pôde ser recuperado), seguido de *sacrum* (embora a perspectiva de AE 2009, 500 seja discordante neste aspecto), da identificação do dedicante, e possivelmente do motivo do ex-voto.

8.2. Onomástica: a dedicante, possivelmente detentora da cidadania romana, apresenta um gentílico registado pela primeira vez na Península e um cognome bem documentado na mesma e abundante em África, de onde provêm 337 dos 728 exemplos registados no CIL. O referido gentílico figura nas listas de Schulze, podendo aproximar-se do cognome grego *Hamilla*, *-us*, bastante atestado na epigrafia urbana de Roma. Já HEp 18, 2009, 579 propõe a grafia do bem conhecido gentílico [C]amília, algo que não terá sido sugerido por nenhum dos autores referidos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: atendendo à onomástica da dedicante, poderemos pensar numa relação com o mundo africano. A epigrafia votiva de *Abelterium* afigura-se detentora de alguma importância, dada a descoberta de outros documentos votivos a divindades desconhecidas (como IRCP 614 e 635), quer porque nunca se terá dado a gravação dos teónimos, quer porque os mesmos terão desaparecido devido aos maus tratos sofridos pela pedra.

8.4. Bibliografia geral: António e Encarnação, FE 88, 2009, nº 401; AE 2009, 500; HEp 18, 2009, nº 579; Kajanto, 1982: 311; Schulze, 1966: 599; Solin, 1982: 1180.

9. Cronologia: séc. II d. C., de acordo com critérios paleográficos.

9. Epígrafes de *Aritium Vetus* e seu termo (concelhos de Nisa, Ponte de Sor, Chamusca, Almeirim, Abrantes e Gavião)

0. REF: AE 1950, 220.

1. Proveniência: Belver, Gavião.

2. Historial da peça: descoberta na Capela de S. João Evangelista, em Vilar de Mó.

3. Paradeiro actual: Museu de Mação.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara de granito.

6. Texto: *Amminus / Taltici Bannei / Picio / d(e?) v(oto?) p(osuit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1950, 220 = AE 1984, 468 = RAP 35; Prósper, 2002: 266-68; HEpOL 20047.

7. Tradução: Amino, (filho de) Taltico, colocou por voto a Bannei Picio.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a *Bandue/Bandi*, que recebe o epíteto Picio, relacionável, segundo B. Prósper (apesar das reservas), com formas como o umbro PEIV < **pik-yo-*, remetendo para “negro”.

8.2. Onomástica: encontra-se identificado um dedicante de condição indígena, atendendo à sua estrutura onomástica, composta por nome único, representativo da Lusitânia, e patronímico por extenso.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1950, 220 = AE 1984, 468 = RAP 35; Prósper, 2002: 266-68; HEpOL 20047; Vallejo, 2005: 132-34.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 638.

1. Proveniência: Herdade de Pero Galego, Montalvão, Nisa.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: granito biotítico de grão fino.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. *Foculus* circular na face superior, rodeado por dois toros lisos de ambos os lados, e por frontões triangulares levemente danificados à frente e atrás. Moldura de listel simples seguido de garganta directa; na base, três toros paralelos, servindo a parte inferior a fixação da ara num soco. Dimensões máximas: 65 x 26 x 23; campo epigráfico: 28 x 21,5. Intenção de ocupar todo o espaço disponível, com alinhamento de ambos os lados, embora à custa de uma translineação correcta. Poderia ter sido destacado o teónimo *Iovi*, isolando-o na terceira linha. Pontuação constituída por pequenos pontos, nem sempre presentes. Caracteres de configuração actuária, traçado tremido e ductos irregulares.

6. Texto: *Celtius / Tongi / f(i)lius) Iovi R/epulso(ri) / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1933: 183-84 = AE 1934, 22; Pflaum (H. G.), 1953: 450; Lambrino, 1967: 217; Encarnação, 1977: 59-61 e 62; IRCP 638; RAP 276; HEpOL 23847.

7. Tradução: Céltio, filho de Tôngio, cumpriu de boa vontade o voto a Júpiter Repulsor.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante uma dedicatória a Júpiter, aqui invocado através do epíteto Repulsor, sendo o teónimo precedido do nome do dedicante, que encabeça a inscrição.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita à maneira indígena, exibindo uma onomástica tipicamente lusitana. O seu nome apresenta-se de raiz céltica, sendo proveniente do vocábulo étnico que designa o povo dos Celtas; a sua concentração quase exclusiva na Lusitânia reflecte a intenção de assinalar uma realidade étnica distinta, numa zona não celta. Já o pai apresenta um dos nomes mais típicos da onomástica indígena lusitana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: J. d'Encarnação aponta para a possível existência de um santuário a Júpiter Repulsor na região de Nisa.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1933: 183-84 = AE 1934, 22; Pflaum (H. G.), 1953: 450; Lambrino, 1967: 217; Encarnação, 1977:59-61 e 62; IRCP 638; RAP 276; HEpOL 23847; Albertos, 1979: 45 e 48; Vallejo, 2005: 274-77 e 416.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 640.

1. Proveniência: Herdade de Pero Galego, Montalvão, Nisa.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: granito moscovítico de grão médio.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Molduração de dois toros. Capitel elegante, com *foculus* central, dois toros laterais, frontão triangular à frente e atrás. Dimensões: 52 x 30,5 x 21; campo epigráfico: 25 x 59. Paginação com alinhamento de ambos os lados, nas primeiras quatro linhas. Gravação rude e pouco inteligível, devido ao material.

6. Texto: *Tanginus / Docquiri f(ilius) Io/vi Repulsori / [ani]mo [libe]/ns [v(otum) s(olvit)?]*

6.1. Variantes: L. 2: não lê IO. L. 3: IVI[...]IVSCE. L. 4: I A [VS]. L. 5: NT A S I (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1933: 184 (referência); Lambrino, 1956: 63; Encarnação, 1977: 61-62, fotos 3 e 4; IRCP 640; RAP 277; HEpOL 23849.

7. Tradução: Tangino, filho de Doquiro, cumpriu o voto (?) de bom grado a Júpiter Repulsor.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: J. d'Encarnação propõe tratar-se de uma dedicatória a Júpiter Repulsor, embora com reservas, dadas as incertezas na leitura do teónimo, bem como da fórmula votiva final.

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se à maneira indígena, pelo que se trata de um *peregrinus*, encontrando-se o seu nome e patronímico, de origem pré-romana, documentados no Sul do território actualmente português. O seu nome revela-se tipicamente lusitano, nas variantes *Tanc-* e *Tang-*, exclusivas da Lusitânia (embora se possam observar também formas com este radical em África); servindo também de base a formações teonímicas. Já o pai apresenta um nome também típico da Lusitânia, com poucos exemplos fora deste território.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta epígrafe parece constituir um testemunho do culto prestado a Júpiter Repulsor pela comunidade indígena.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1933: 184 (referência); Lambrino, 1956: 63; Encarnação, 1977: 61-62, fotos 3 e 4; IRCP 640; RAP 277; HEpOL 23849; Vallejo, 2005: 301-303 e 414-17.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 641.

1. Proveniência: Salavessa, Montalvão, Nisa.

2. Historial da peça: descoberta em 1975 em Salavessa ou arredores.

3. Paradeiro actual: em casa de João Louro, Salavessa (1981).

4. Suporte: granito de grão grosso.

5. Descrição do monumento: ara votiva bem conservada, trabalhada nas quatro faces. Dois toros laterais algo gastos na parte superior. Dois estilos distintos de molduraçã: dois toros no capitel e possivelmente dois filetes reversos na base. Dimensões: 39,6 x 25 x 29. Paginação tendente a eixo de simetria, não conseguido. Abundância de nexos, alguns de três letras, invulgares. Pontos circulares. Caracteres de configuração actuária.

6. Texto: *Lupus Lan/ci (filius) Quan/geio Tan/ngo (sic) / v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Henriques (F.) e Caninas (J. C.), 1981; Leitão (M.) e Ribeiro (A.), 1981; IRCP 641; Garcia (J. M.), 1985: 24-26; HEp 1, 1989, nº 687; RAP 180; HEpOL 23850.

7. Tradução: Lupo, filho de Lanco, cumpriu o voto a Quangeio Tango.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma dedicatória a Quangeio Tango, cujo teónimo é precedido pela identificação do dedicante. Contamos com poucas informações acerca do teónimo propriamente dito; já o seu epíteto pode ser relacionado com o antropónimo *Tanginus*, atestando-se o radical *Tann-* noutros termos utilizados em época romana. Encontra-se ausente qualquer fórmula final.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta-se portador de condição de *peregrinus*, sendo o seu nome frequente em contexto indígena, embora se trate de um cognome latino, encontrando-se presente na epigrafia do Sul do território actualmente português. J. d'Encarnação aponta para a relação do seu patronímico com o topónimo lusitano *Lancia*, registando-se em Mérida como gentilício, e em diversas localidades da Lusitânia como antropónimo indígena; já Vallejo remete para a ligação do elemento indígena **lank-* com o étnico *Lanciensis* e o topónimo *Langobriga*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a descoberta deste monumento terá levado à correcção da leitura de *Dovanceio*, dado como teónimo numa ara de Malpartida de Plasencia, tratando-se então da mesma divindade aqui homenageada. O mesmo se poderá dizer da ara de Penamacor, onde F. Curado leu *Duangeio*, podendo o D ser entendido na verdade como Q.

8.4. Bibliografia geral: Henriques (F.) e Caninas (J. C.), 1981; Leitão (M.) e Ribeiro (A.), 1981; IRCP 641; Garcia (J. M.), 1985: 24-26; HEp 1, 1989, nº 687; RAP 180; HEpOL 23850; IRCP 312; Dias (M. M. A.), 1979: 213; CIL II 760; CIL II 573 = ILER 4244; ILER 112 = CPIL 398; CPIL 407; Albertos, 1966: 128; ILER 802 = CPIL 743; Curado, *FE* 7, 1984, nº 26; Holder II, col. 1719-1722; CIL II 3796; CIL II 4040; Kajanto, 1982: 327; Vallejo, 2005: 324.

9. Cronologia: -

0. REF: *FE* 23, 1987, nº 103.

1. Proveniência: Nisa, Nisa.

2. Historial da peça: encontrada em finais de 1985 aquando da realização de obras na parede do lado Sul de um palheiro situado junto ao cruzeiro de Senhora da Graça.

3. Paradeiro actual: Câmara Municipal de Nisa.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma ara pobremente conservada da qual se conserva a base. Pequena moldura do fuste à base. Dimensões: (33,5) x (23) x (20,5).

6. Texto: [...] / [...] *Qu/[an]geo v(otum) a(nimo) l(ibens) [s(olvit)]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Curado, *FE* 23, 1987, nº 103, foto 103; AE 1988, 681; HEp 2, 1990, nº 830; RAP Ad. 10; HEpOL 20550.

7. Tradução: [...]. (cumpriu) o voto a Quangeio de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, homenageando também a divindade Quangeio, cujo teónimo apresenta-se aqui desprovido de epíteto. A reconstituição daquele foi feita com base na sua identificação noutra monumento da zona (*FE* 23, 1987, nº 106).

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: parece confirmar-se a ligação de Quangeio à região de Nisa.

8.4. Bibliografia geral: Curado, *FE* 23, 1987, nº 103, foto 103; AE 1988, 681; HEp 2, 1990, nº 830; RAP Ad. 10; HEpOL 20550; Carvalho, *FE* 23, 1987, nº 106, foto 106.

9. Cronologia: -

0. REF: *FE* 23, 1987, nº 106.

1. Proveniência: Nisa, Nisa.

2. Historial da peça: -

3. Paradeiro actual: porta de um dos edifícios anexos à capela de N^a Sr.^a dos Prazeres, servindo de lintel.

4. Suporte: granito.

5. Descrição do monumento: ara com capitel, fuste e base, cortada no sentido ântero-posterior e do lado direito. Difícil leitura, devida ao mau estado de conservação. Dimensões: 115 x (27) x (16).

6. Texto: [...]C[...]V[...] / [...]us Q[uan] / cei[o](?) / Tan[go] (?) / v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Carvalho, *FE* 23, 1987, nº 106, foto 106; AE 1988, 683bis; HEp 2, 1990, nº 833; RAP Ad. 20; HEpOL 20553.

7. Tradução: [...] colocou o voto de bom grado a Quangeio (?) Tango (?).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estaremos perante outra dedicatória a Quangeio, embora a identificação do teónimo, apoiada pelos paralelos existentes na região, não se apresente segura, dado o mau estado da inscrição.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o uso da fórmula V.S.L.M. indicaria uma romanização não muito incipiente.

8.4. Bibliografia geral: Carvalho, *FE* 23, 1987, nº 106, foto 106; AE 1988, 683bis; HEp 2, 1990, nº 833; RAP Ad. 20; HEpOL 20553.

9. Cronologia: séc. II.

10. Epígrafes do santuário de Endovélico em S. Miguel da Mota (Alandroal)

0. REF: IRCP 482 (Fragmento A).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: foi recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890, aquando da demolição da igreja de S. Miguel da Mota, e trazida para aquele que é actualmente o Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7852).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: este fragmento foi dado como constituindo, juntamente com outros fragmentos irregulares, uma placa contendo um texto, questionavelmente um poema, de difícil reconstituição. “Alisados atrás, obliquamente à superfície epigrafada”. Os caracteres, embora não sejam completamente cursivos, aproximam-se da escrita mais fluente, com barras oblíquas e prolongadas, não obedecendo a modelos fixos; já o espaçamento mostra-se bastante regular. Este fragmento é o mais completo e conhecido do conjunto. Dimensões: 17,5 x 16,5 x 5

6. Texto: [...] IR [...O...] / [...]ma per gentes [...] / [...] mihi roganti M[...] / [...] cuncta viri [...] / [...]RREDVND[...]

6.1. Variantes: ver Fragmento B.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6333a; CLE 257; Vasconcelos, 1905: 135; Lambrino, 1952: 102, nº 35; Blázquez, 1962: 153, nº 39; Lambrino, 1967: 198, nº 129; IRCP 482a; RAP 137a; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632a; HEpOL 22134.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: segundo José d’Encarnação, não existem ainda elementos que confirmem a ideia de estes fragmentos constituírem um poema em louvor de Endovélico, tendo em conta que nenhum deles faz referência à divindade, embora a presença da palavra *poeta* aponte para um poema; expressões como *mihi roganti* e palavras como *dono* inserem-se mais num texto de cariz religioso. A exiguidade das dimensões dos fragmentos e a falta de indicações das suas dimensões totais tornam impossível a tentativa de reconstituição de todo o conjunto; além disto, o facto de nenhum dos fragmentos apresentar características físicas ou paleográficas idênticas leva a crer que pertenceriam a diferentes placas, realizadas em momentos distintos, apesar de todos os fragmentos exibirem características genericamente tardias.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a ilação tirada acerca da extensão do culto a Endovélico a partir da hipótese *fama per gentes* parece pouco consistente a J. d’Encarnação, por não se encontrar qualquer referência a este teónimo nos textos conservados.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6333a; CLE 257; Vasconcelos, 1905: 135; Lambrino, 1952: 102, nº 35; Blázquez, 1962: 153, nº 39; Lambrino, 1967: 198, nº 129; IRCP 482a; RAP 137a; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632a; HEpOL 22134.

9. Cronologia: finais do séc. III ou mesmo IV-V d. C. (M. A. Dias e HEp 12).

0. REF: IRCP 482 (Fragmento B).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: foi recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890, aquando da demolição da igreja de S. Miguel da Mota, e trazida para aquele que é actualmente o Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (não tem número).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver Fragmento A. Dimensões: 15 x 19,5 x 5.

6. Texto: [...] / [...] *CANTET FL VAN*[...] / [...] *NS plena RV*[...]

6.1. Variantes: M. A. Dias (2002a) considera a linha 1 do fragmento B no seguimento da linha 2 do fragmento A e assim sucessivamente, reconstituindo [...] *[fa]ma per gentes [di]cant et flum[ina magnum] / [...] mihi roganti m[e?]ns plena ru[boris?] / [.....] cuncta viri [...] / [.....]r redund[.....]*.
Reconstituição de HEp 12: [...] *ir[o?] ... / ... fa]ma per gentes / [...] mihi roganti A vel M[... / ...] cuncta viri [... / ...] R redund[a]ns plena ru[...]*

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6333b; Vasconcelos, 1905: 135; Lambrino, 1952: 102; Blázquez, 1962: 153; IRCP 482b; RAP 137b; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, n° 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, n° 632; HEpOL 22135.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver Fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6333b; Vasconcelos, 1905: 135; Lambrino, 1952: 102; Blázquez, 1962: 153; IRCP 482b; RAP 137b; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, n° 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, n° 632; HEpOL 22135.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmento C).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: terá estado no Museu Nacional de Arqueologia, vindo a perder-se no mesmo.

3. Paradeiro actual: estando actualmente perdida, apenas se conhece a versão de Hübner (CIL II 6333c).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver Fragmento A.

6. Texto: [...] *O cassi num[ero] [...] / [...] C chorte h[ispana?] [...] / [...V] CUME[...] / [...] O FA[...]*

6.1. Variantes: L. 1/2: *num[... / ...]*. L. 2: *C chorte h[... /...]* (HEp 12).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6333c; IRCP 482c; RAP 137c; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632b; HEpOL 22136.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver Fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: com base na linha 2, Hübner sugere a possibilidade de o dedicante ter sido um soldado.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6333c; IRCP 482c; RAP 137c; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632b; HEpOL 22136.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmentos D e E).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta por J. d'Encarnação dentro do Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7855 e E 7848, respectivamente).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver Fragmento A. Dimensões: D – 17 x 19 x 4; campo epigráfico: 14 x 17,5. E - 11 x 10,5 x 4,5; campo epigráfico: 9,5 x 9.

6. Texto: [...] *sui* / [...] *poeta dici*[...] / [...] *volante ENPIIS* [...] / [...]

6.1. Variantes: L. 2: *dice*. L. 3: *e?npiss* (HEp 12).

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 482d-e; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, n° 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, n° 632; HEpOL 23784.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver Fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 482d-e; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, n° 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, n° 632; HEpOL 23784.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmentos F e G).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta por J. d'Encarnação dentro do Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7924 e E 7949, respectivamente).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver fragmento A. Estes dois fragmentos, da parte esquerda da placa, ajustam-se, pois temos o começo de 3 linhas. Tendo em conta as características paleográficas ligeiramente distintas em relação ao resto dos fragmentos, estaremos perante um monumento diferente, embora da mesma época. Dimensões máximas: F – 11 x 11 x 4,5; campo epigráfico: 10,5 x 10,5. G – 11 x 10 x 4,5; campo epigráfico: 9 x 8,5.

6. Texto: [...] / TIOCECO [...] / dono q[uo?] [...] / DILIG[...]

6.1. Variantes: L. 1: [...] *hoc ego* [...]. L. 2: *Q* ou *O*[...] (HEp 12).

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 482f-g; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23785.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver fragmento A. O texto parece referir-se a uma oferenda (HEp 12).

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 482f-g; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23785.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmento H).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta por J. d'Encarnação dentro do Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7849).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver fragmento A. Dimensões máximas: 13,4 x 12,8 x 4,5; campo epigráfico: 10,5 x 10,5.

6. Texto: [...] / [...] *OMIN*[...] / [...] [*ICTORIV?*] [...]

6.1. Variantes: L. 2/3: [...] / ... *V?*]*ictoriu[s? ...]* (HEp 12).

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 482h; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23786.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 482h; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23786.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmento I).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta por J. d'Encarnação dentro do Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7848).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver fragmento A. “Em forma de cunha, inclui o começo de duas linhas”. Dimensões máximas: 14,5 x 17 x 6; campo epigráfico: 14,5 x 17.

6. Texto: *TER tibi [...]* / *RETIP [...]*

6.1. Variantes: HEp 12 parece apontar a possibilidade de existência de uma linha anterior a *TER* e outra que se seguiria ao espaço em branco após *RETIP*.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 482i; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23787.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 482i; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23787.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 482 (Fragmento J).

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta por J. d'Encarnação dentro do Museu Nacional de Arqueologia.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7933).

4. Suporte: mármore cinzento do tipo Trigaches.

5. Descrição do monumento: ver fragmento A. Dimensões: 14 x 10 x 4,5.

6. Texto: [...] / [...] NO [...] / [...] [T?]RIB[...]

6.1. Variantes: HEp 12:[...] no[m o a ... / ... t?]rib[...] /

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 482j; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23788.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: ver fragmento A.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 482j; RAP 137; Dias (M. M. A.), 2002a: 91-92; *Eadem*, 2002b: 399-400, nº 68; AE 2002, 668a-j; HEp 12, 2002, nº 632; HEpOL 23788.

9. Cronologia: ver Fragmento A.

0. REF: IRCP 483.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: perdeu-se, tendo antes estado na parede do convento dos Frades Agostinhos em Vila Viçosa.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: poderá tratar-se da parte superior de uma ara votiva.

6. Texto: *Endovellico / Albia / Ianuaria / [...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 127 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 3; Blázquez, 1962: 147-48; ILER 813; IRCP 483; RAP 64; HEpOL 21216.

7. Tradução: A Endovélico – Álbia Januária...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo, grafado da forma habitual, precede o nome da dedicante, sendo estes os únicos elementos recuperados da inscrição.

8.2. Onomástica: segundo J. d'Encarnação, a dedicante poderá ser uma liberta, com um gentilício documentado no espaço geográfico em análise; enquanto *Ianuarius*, também atribuído a um médico pacense referido em Miróbriga (IRCP 144), constitui um cognome latino, abundante em África (de onde provêm 637 dos 1854 exemplos do CIL), que se revela típico de escravos e libertos, os quais representam 161 dos 1854 exemplos registados no CIL.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: atendendo à onomástica da dedicante, pode ser proposta uma ligação com o Norte africano.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 127 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 3; Blázquez, 1962: 147-48; ILER 813; IRCP 483; RAP 64; HEpOL 21216; IRCP 144; Kajanto, 1982: 218-19.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 484.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: foi recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7715).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: presumível pedestal. “Sobre a cornija, um plinto em cuja face anterior se apontou um amplo frontão e uma sugestão de toros laterais”. Buraco central de 4,5 cm de profundidade na parte superior. “A cornija foi esborcelada do lado esquerdo e cortada do lado direito; sob ela, um toro, um filete directo e uma escócia reversa”. Moldura separadora do fuste e base apenas intacta na parte posterior do monumento, sendo formada por escócia e toro. Dimensões máximas: 73 x 58 x 29; campo epigráfico: 37 x 52. Paginação não obediente a qualquer alinhamento, apesar de a distribuição por linhas obedecer à estrutura ideológica do texto. Pontuação inexistente. Caracteres de configuração actuária e muito irregular, alguns tendendo para o cursivo.

6. Texto: *Deo Sancto / Endovellico / Ann(ia) Q(uinti) F(ilia) Mariana / pro Pompeia Prisca / ex renspnsu / a(nimo) l(ibens) p(osuit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6265; ILS 4513e; Lambrino, 1952: 100, nº 14; Blázquez, 1962: 151, nº 24; Lambrino, 1967: 187-88, nº 115; ILER 842; IRCP 484; RAP 65; HEpOL 22109.

7. Tradução: Ao Deus Santo Endovélico. Ânã Mariana, filha de Quinto, colocou de boa vontade (este monumento), por Pompeia Prisca, na sequência de uma resposta oracular.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: é considerada por J d’Encarnação a possibilidade de se tratar de um pedestal de uma estátua. Esta é erigida em virtude de resposta dada pelo oráculo da divindade, podendo Ânã Mariana substituir Pompeia Prisca na execução da ordem divina; ou erigir o monumento por intenção da última, tendo tomado ela (Ânã Mariana) a iniciativa de consulta do oráculo. J. d’Encarnação considera assim que este monumento constitui uma resposta à solicitação da intervenção da divindade que Ânã Mariana fez a favor de Pompeia Prisca, tornando assim mais plausível a segunda hipótese.

8.2. Onomástica: são identificadas duas mulheres, de relação incerta, não sendo referido qualquer parentesco no texto, mas que parecem ser próximas; ambas apresentam uma onomástica tipicamente latina e registada no espaço geográfico em análise, denunciando a sua condição de cidadãs romanas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este texto constitui uma das provas documentais da associação do culto de Endovélico aos oráculos, aspecto que deve justificar, em parte, o sucesso deste santuário.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6265; ILS 4513e; Lambrino, 1952: 100, nº 14; Blázquez, 1962: 151, nº 24; Lambrino, 1967: 187-88, nº 115; ILER 842; IRCP 484; RAP 65; HEpOL 22109.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 485.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: foi recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7729).

4. Suporte: mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte superior de uma ara votiva, moldurada nas quatro faces, exibindo uma moldura do tipo gola encurtada. “Na parte de cima da cornija, um plinto bastante volumoso, tendo na face dianteira a sugestão de um frontão triangular com dois meios toros e, em cima, uma depressão rectangular”. Ausência de decoração lateral. Dimensões máximas: 30,5 x 23,5 x 11; campo epigráfico: 15 x 20. “Paginação em caixa, com alinhamento à esquerda e à direita”. Ausência de pontuação. Barras horizontais omitidas pelo lapicida, como as dos E e A. Caracteres actuários, de configuração irregular.

6. Texto: *Deo En dovel/lico Sacrum / T(itus) Annius Aper / animo libens votum posuit*

6.1. Variantes: L.3: *MNNIUS SAPIR* (Espanca, CIL); *Fannius Apio* (Vasconcelos); *Fannius* (Lambrino, 1952); *T. Fannius* (Lambrino, 1967); *M. [Fa]nnius* (Blázquez, ILER p. 831); *M. [F]annius* (ILER 821). L. 4: *solvit* (Espanca, CIL, Blázquez, ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 287, nº 20; CIL II 5206; Vasconcelos, 1934: 193 = AP XXX, 1956: 118, nº 40 = AE 1936, 104; Lambrino, 1952: 101, nº 22; Blázquez, 1962: 151, nº 20; ILER 821 e p. 831; IRCP 485; RAP 66; HEpOL 22008.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Tito Ânio Áper colocou o seu ex-voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o ex-voto em questão seria uma ara votiva que o dedicante consagra a Endovélico, cujo teónimo se encontra grafado como é habitual, sendo a sua divindade realçada pelo epíteto *deo*. A inclusão de *posuit* em vez de *solvit* na fórmula final denuncia o seu carácter invulgar; nela estão expressos o aspecto espiritual, de cumprimento de uma promessa, e o material, de colocação do ex-voto que representa o primeiro aspecto.

8.2. Onomástica: identifica-se um indivíduo, cujo gentílico latino, *Annius*, se apresenta bastante frequente no espaço geográfico em análise, embora se afigure fortemente passível de ser relacionado com estratos linguísticos pré-romanos; sendo *Aper* um cognome latino frequente na Península – o qual, segundo Kajanto, constitui um dos mais frequentes no mundo romano obtidos a partir de nomes de animais. O indivíduo em questão seria assim um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui uma prova do culto de Endovélico, ao ter sido erecto em honra desta mesma divindade.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 287, nº 20; CIL II 5206; Vasconcelos, 1934: 193 = AP XXX, 1956: 118, nº 40 = AE 1936, 104; Lambrino, 1952: 101, nº 22; Blázquez, 1962: 151, nº 20; ILER 821 e p. 831; IRCP 485; RAP 66; HEpOL 22008; CIL II p. 1078; Kajanto, 1982: 86; Vallejo, 2005: 143-47.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 486.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: perdeu-se, após ter estado no pórtico da igreja de S. Maria da Graça, Vila Viçosa.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tratar-se-á de um pedestal, sem parte do lado direito.

6. Texto: *Endovellico / Sacrum / Antonia L(ucii) [f(ilia)] / Manliola / e(x) v(oto) / signum argenteum [d(ono) d(edit)]*

6.1. Variantes: L.3: *L. f(ilia)* (Lambrino). L. 4: *Manlioca* (Blázquez e ILER, p. 831). L. 6: *(dedit)* (Blázquez).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 128 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278, nº 12; Vasconcelos, 1905: 348; Lambrino, 1952: 101, nº 26, p. 114 e p. 138; Blázquez, 1962: 148; ILER, 815 e p. 831; IRCP 486; RAP 67; HEpOL 21217.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Antónia Manlíola, filha de Lúcio, ofereceu uma estátua de prata, em cumprimento de um voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: entre a grafia do teónimo da divindade à maneira habitual, e o carácter corrente da fórmula *ex voto* denunciado pela sigla da mesma, J. d'Encarnação realça o interesse da oferta feita (uma estátua de prata), implicando a existência de um local seguro e protegido no santuário.

8.2. Onomástica: é identificada como dedicante uma mulher, que se revela cidadã romana, dada a presença de *duo nomina* e filiação. O gentilício *Antonius* é latino, sendo que *Manliola*, diminutivo com origem no gentilício *Manlius*, só tem um paralelo no conjunto do CIL II: a filha de um cônsul em 210.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o aparato da oferta feita implicará a existência de um local seguro e protegido no santuário, para a protecção da mesma. O hábito de oferecer estátuas é um indicador do poder económico dos doadores, estando documentado na epigrafia peninsular, em locais como Córdova, Sevilha e Málaga, como registado em CIL e ILER.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 128 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278, nº 12; Vasconcelos, 1905: 348; Lambrino, 1952: 101, nº 26, p. 114 e p. 138; Blázquez, 1962: 148; ILER, 815 e p. 831; IRCP 486; RAP 67; HEpOL 21217; Kajanto, 1982: 167; CIL II p. 1192; CIL II 3228 = ILER 571; CIL II 1582 = ILER 995; CIL II 1163 = ILER 555; CIL II 1956 = ILER 2054.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 487.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7713).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces. Apresenta um capitel com toros laterais na parte superior da cornija; e um *foculus* de configuração circular pouco profundo, destinado a queimar as oferendas a divindades características deste tipo de monumentos. “Listel simples a que se segue uma moldura de garganta encestada. Na base, molduração constituída por filete e gola reversos”. Dimensões máximas: 92 x 49,5 x 42; campo epigráfico: 58,5 x 39. Trata-se de um trabalho bem conseguido pelo lapicida, a ver pela paginação cuidada, com alinhamento de ambos os lados; pontuação triangular e correcta; uso inteligente das pequenas e grandes letras, bem como das inclusões a fim de tornar o conjunto esteticamente mais agradável; e caracteres monumentais quadrados do séc. I, cuja gravação permite obter um efeito de claro-escuro.

6. Texto: *Endovellico / aram / Antubellicus / Priscus iussu / ipsius lhybens / animo ponendam / curavit*

6.1. Variantes: L. 5: *lhibens* (Espanca); *libens* (CIL). L. 6: *ponendum* (Espanca, CIL).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 286-87, nº 19; CIL II, 5202; Lambrino, 1952: 98, nº 2, p. 107 e 139; Lambrino, 1952: 53-56 = AE 1953, 259; Blázquez, 1962: 150, nº 17, fig. 49; Lambrino, 1967: 168-69; ILER 829; IRCP 487; RAP 68; HEpOL 22004.

7. Tradução: A Endovélico. Antubélico Prisco tratou de erigir este altar de boa vontade, por ordem do próprio deus.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a grafia do teónimo é habitual, mas não o é a especificação do tipo de oferta feita (neste caso uma ara), que a própria divindade, através dum oráculo ou manifestando-se em sonhos, manda erigir.

8.2. Onomástica: destaca-se o antropónimo *Antubellicus*, dado como sendo de origem céltica e como tendo-se formado eventualmente em relação com o teónimo, segundo Lambrino. Este entende *Antubellicus* como gentilício, o que é consistente com a estrutura habitual do nome romano, seguindo-se-lhe *Priscus*, cognome latino bem documentado; mas Hübner classifica-o como cognome, opção que parece mais plausível a J. d’Encarnação. Assim, tratar-se-ia de um *peregrinus* em vias de romanização que preferiu usar dois cognomes, ao invés de substituir o seu nome indígena por um cognome latino.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: estamos perante outra prova documental da associação do culto de Endovélico aos oráculos, pois J. d’Encarnação refere que a divindade poderá ter manifestado através dum oráculo a sua vontade respeitante à ereção do monumento. Segundo Lambrino, o monumento também constitui prova da eficácia dos ensinamentos propagados nas escolas da Lusitânia e sua influência na escrita do latim nos primeiros tempos do Império, atendendo à grafia de *lhybens*.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 286-87, nº 19; CIL II, 5202; Lambrino, 1952: 98, nº 2, p. 107 e 139; Lambrino, 1952: 53-56 = AE 1953, 259; Blázquez, 1962: 150, nº 17, fig. 49; Lambrino, 1967: 168-69; ILER 829; IRCP 487; RAP 68; HEpOL 22004; CIL II p. 1078; CIL II 756 = ILER 887; Palomar Lapesa, 1957: 36-37; Kajanto, 1982: 288; Vallejo, 2005: 155-57.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 488.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: registada por A. de Resende. Vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: perdeu-se, tendo antes estado no póstico da igreja de S. Maria da Graça (Vila Viçosa).

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: -

6. Texto: *D(eo) Endovellico sa[cr(um)] / ad relicticum [?] ex / i(ussu) numin(is) Arrius Ba/diolus a(nimo) l(ibens) f(ecit)*

6.1. Variantes: L. 1: *sac[...]* (Canto, transcrevendo leitura de Breval); *sac(rum)* (nova interpretação de Canto). L. 2: *ad relictitium* (Canto, transcrevendo leitura de Breval); *ad relig(andum) Titium ex* (nova interpretação de Canto). L. 3: *t(estamento)* (Resende, Espanca); *numini* (Espanca); *T Numin* (Canto, transcrevendo leitura de Breval); *t(uo) · numin(e)* (nova interpretação de Canto).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, I, p. 286; CIL II, 129 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 6; Vasconcelos, 1905: 142 (referência); Lambrino, 1952: 100, nº 19 e p. 141; Blázquez, 1962: 148; ILER 816; IRCP 488; RAP 69; Canto, 2004: 284, nº [16], e 335, nota 107; HEp 14, 2005, nº 437; HEpOL 21218.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico, para a posteridade (?), Árrio Badiólo fez de boa vontade, a mando do númen.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o carácter indígena da divindade é evidenciado pelo atributo *deo*. Salienta-se a singularidade do vocábulo *relicticum*, sem paralelo: enquanto Mommsen o entende como eventual deturpação de *ex religione iussu numinis*, Lambrino aproxima-o de *relictum a maioribus*, crendo que ambas as fórmulas manifestam o orgulho dos descendentes na manutenção da sua fidelidade a um culto de tradição familiar.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante do sexo masculino, possivelmente detentor de cidadania romana; *Arrius* documenta-se no espaço geográfico em análise, enquanto o cognome latino *Badiolus* parece tipicamente peninsular, embora Kajanto só refira um exemplo de S. Romão do Sado (IRCP 195) e outro de Sevilha (CIL II 1223).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo J. d'Encarnação, a fórmula *ex iussu*, com paralelos no culto a Endovélico, sugere a existência de uma visão da divindade ou de um oráculo, mostrando mais uma vez a associação deste culto a entidades oraculares.

8.4. Bibliografia geral: Resende, I, p. 286; CIL II, 129 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 6; Vasconcelos, 1905: 142 (referência); Lambrino, 1952: 100, nº 19 e p. 141; Blázquez, 1962: 148; ILER 816; IRCP 488; RAP 69; Canto, 2004: 284, nº [16], e 335, nota 107; HEp 14, 2005, nº 437; HEpOL 21218; IRCP 195, 470, 487, 499 e 522; Kajanto, 1982: 166; CIL II 1223 = ILER 3244; CIL II 799 = ILER 215; CIL II 2599 = ILER 667.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 489.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7909).

4. Suporte: mármore de Pardais (Alandroal).

5. Descrição do monumento: ara votiva levemente escoriada no capitel, arestas e base, apresentando sobre a cornija um *foculus* circular elevado, com dois toros lisos adossados. Filete directo sob a cornija, seguido de moldura de garganta encestada, filete directo e platibanda. “A inscrição ocupa o fuste dentro dum campo epigráfico limitado por uma ranhura e uma moldura do tipo garganta reversa terminada por um cordão”. Do lado esquerdo, um jarro cujos contornos apenas se adivinham, dado ter sido picado; e, do direito, uma pátera em relevo. Molduração da base pouco nítida. Dimensões máximas: 90 x 52 x 26. Pátera: 15,5 x 13,5; jarro: 26 x 12 (medidas aproximadas). Campo epigráfico: 25,6 x 27,6. As barras horizontais mal se percebem, o que não impede a leitura clara da inscrição. A paginação varia ao longo do texto, apresentando-se em caixa nas quatro primeiras linhas, e obedecendo a um eixo de simetria nas duas últimas. Caracteres de configuração actuária e regular. Pontuação triangular, apenas presente em duas linhas.

6. Texto: *Deo Endovel/lico Sacrum / Blandus Cae/liae Rufinae / servus / a(nimo) l(ibens) v (otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 3: SCAL (CIL, Blázquez, Mangas, ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 130 e p. XXXVIII; G. Pereira, 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 9; Vasconcelos, 1905: 122 (referência sem interesse); Lambrino, 1952: 100, nº 20; Blázquez, 1962: 148; Lambrino, 1967: 164-65, nº88; Mangas, 1971: 167 (referência); ILER 820; IRCP 489; RAP 70; HEpOL 21219.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Brando, servo de Célia Rufina, cumpriu de bom grado o seu voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de uma ara que terá sido mandada erigir em cumprimento de um voto a Endovélico, cujo teónimo se apresenta grafado como habitual e precedido do epíteto *deo*, acentuando o seu carácter indígena. A natureza funerária dos símbolos gravados aponta para o carácter infernal de Endovélico.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta-se como escravo de uma dona do sexo feminino, sendo o seu nome latino e típico da condição de escravo. A sua dona revela interesse em ser associada ao voto, dada a sua nomeação por extenso na epígrafe. Por sua vez, esta poderá ser uma cidadã romana, atendendo à omissão da sua filiação e aos seus dois nomes, sendo *Caelius* um gentílico latino bastante documentado na Península, e *Rufinus* um cognome latino registado no espaço geográfico em análise, frequente em áreas de onomástica pré-romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: é posta em evidência a importância do poderio económico na sociedade romana de então, dado que as mulheres podiam ter escravos, desde que o seu poder financeiro o permitisse.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 130 e p. XXXVIII; G. Pereira, 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 9; Vasconcelos, 1905: 122 (referência sem interesse); Lambrino, 1952: 100, nº 20; Blázquez, 1962: 148; Lambrino, 1967: 164-65, nº88; Mangas, 1971: 167 (referência); ILER 820; IRCP 489; RAP 70; HEpOL 21219; Kajanto, 1982: 73 e 282; ILER p. 672.

9. Cronologia: segundo J. d'Encarnação, remonta ao séc. II, atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: IRCP 490.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7919).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara desprovida da parte direita do capitel, com um frontão sobre a cornija a limitar o já destruído *foculus*, indicador da sua natureza votiva. Verificam-se dois estilos distintos de molduração para o fuste (garganta directa) e base (garganta reversa). Dimensões máximas: 43 x 18,5 x 8,5; campo epigráfico: 25 x 17,5. Paginação consistente com a lógica do texto, com tendência para eixo de simetria, embora não totalmente conseguido. “Boa ocupação do espaço epigrafável”. Caracteres de configuração actuária, com leve inclinação para a esquerda.

6. Texto: *Endovellico / L(ucius) Calpurnius / Andronicus / a(nimo) l(ibens) p(osuit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 207-08, nº 1; CIL II, 6265a; Lambrino, 1952: 101, nº 27; Vasconcelos, 1956: 121, nº 55; Blázquez, 1962: 151, nº 25; ILER 840; IRCP 490; RAP 71; HEpOL 22110.

7. Tradução: A Endovélico. Lúcio Calpúrnio Andrónico colocou de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este constitui uma ara votiva dedicada a Endovélico, cujo teónimo encabeça a inscrição, exibindo a grafia habitual e sem qualquer epíteto.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante masculino possuidor de *tria nomina*: um *praenomen* tipicamente romano, um *nomen* documentado no espaço geográfico em análise e um *cognomen* de origem grega, com outro possível testemunho na Península, em Ronda la Vieja (CIL II 1354), atribuído a 13 escravos/libertos de entre os 30 testemunhos recolhidos por Solin (1982). Dado por Lambrino como “cidadão de origem oriental”, é classificado como liberto por J. d’Encarnação.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: trata-se de um monumento típico do culto a Endovélico, sendo a referência à divindade e a fórmula votiva habituais no mesmo.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 207-08, nº 1; CIL II, 6265a; Lambrino, 1952: 101, nº 27 e 139; Vasconcelos, 1956: 121, nº 55; Blázquez, 1962: 151, nº 25; ILER 840; IRCP 490; CIL II 1354 = ILER 2821; RAP 71; HEpOL 22110; Solin, 1982: 16-17.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 491.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7779).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula votiva trabalhada nas quatro faces, com o fuste cortado e a base intacta. “A molduração é constituída por filete reverso, toro e escócia”. Apresenta uma espécie de quilha em baixo, para encaixe num suporte. Dimensões máximas: 24 x 23,2 x 13; campo epigráfico: 12 x 20,2. Alinhamento da paginação à esquerda e à direita. Caracteres de configuração actuária, traçado irregular e gravação profunda.

6. Texto: [*Endovelli/co? sa*]crum / [...?] *Calpurnius / Dobetianus*

6.1. Variantes: L. 1: [*Endovellico*] (Lambrino). L. 2 [*sac*]rum (Vasconcelos, Lambrino). L. 3: [*Cal*]purnius (Vasconcelos); [*L? Ca*]lpurnius (Lambrino). L. 4: **Doretianus* [?] (Vasconcelos); *Doretianus* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 121, nº 54; Lambrino, 1967: 193-94 = AE, 1969-70, 217; IRCP 491; RAP 72; HEpOL 23789.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico...Calpúrnio Dobeciano.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: nesta árula votiva figura apenas a identificação da divindade e a do dedicante, verificando-se a omissão da fórmula final, situação esta que também está presente noutros monumentos (IRCP 500 e 535).

8.2. Onomástica: o dedicante identificado é do sexo masculino, exibindo um *nomen* documentado no espaço geográfico em análise e um *cognomen*, que seria *Dobetianus* ou *Doretianus*. Segundo J. d'Encarnação, o primeiro constitui um *hapax* apenas relacionável com nomes pré-romanos do tipo de *Dobiterus* ou *Dobiteina*; enquanto o último registrar-se-ia também pela primeira vez, talvez referenciável com *Doretus*, também assaz raro, contando com alguns exemplos em CIL VI. Sugere-se ainda a existência de um *praenomen* na linha 3 (apesar da exiguidade do espaço) que, de acordo com Lambrino, poderia ser *Lucius*. Estaremos então perante um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 121, nº 54; Lambrino, 1967: 193-94 = AE, 1969-70, 217; IRCP 491; CIL VI 16 195, 19 942, 29 664; IRCP 490; RAP 72; HEpOL 23789; IRCP 500 e 535.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 492.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890. Vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7736).

4. Suporte: mármore cinzento de Trigaches.

5. Descrição do monumento: pedestal em cuja parte superior figura um hexágono escavado, com uma abertura circular e uma espécie de *umbo* furado. Filete directo sob a cornija. Molduração de gola reversa na base. Dimensões máximas: 59 x 45 x 38,5; campo epigráfico: 41,7 x 41,5. Alinhamento da paginação à esquerda, com irregularidade tanto dos espaços como das alturas das letras. A translineação respeita a divisão silábica. Pontuação triangular e correcta. Caracteres de configuração actuária.

6. Texto: *Deo Endovel/lico praestan/tissimi et praesen/tissimi numinis / Sextus Cocceius / Craterus Honori/nus eques roma/nus ex voto*

6.1. Variantes: L. 3/4: *prae/sentissimi* (Canto, transcrevendo leitura de Breval). Divisão de linhas errada apresentada por Hübner (que não viu o monumento), Blázquez, Dessau (ILS) e Vives (ILER), trocando também a ordem dos superlativos.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 131 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 273, nº 2; ILS 4513a; Vasconcelos, 1905: 139, 140-41; Lambrino, 1952: 98, nº 6 e p. 139; Blázquez, 1962: 148; Lambrino, 1967: 183-84; ILER 830 e p. 831; IRCP 492; RAP 73; Canto, 2004: 283, nº [12], e 334, nota 103; HEp 14, 2005, nº 434; HEpOL 21220.

7. Tradução: Ao deus Endovélico, de potestade sempre actuante e sempre presente, Sexto Coceio Cratero Honorino, cavaleiro romano, por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a sua condição de pedestal é indicada pela ausência da palavra *sacrum*.

8.2. Onomástica: o dedicante possui *tria nomina*, com o *praenomen* escrito por extenso (contrariando a norma), sendo-lhe atribuídos, além do *nomen* documentado em Beja, dois *cognomina*: *Craterus*, com uma dezena de testemunhos na epigrafia romana e atestado aqui pela primeira vez na Península; e *Honorinus*, derivado de *honor* e portanto com o significado de “digno de honra”, também pouco frequente. Este realça a sua cultura através do uso dos epítetos, bem como a sua posição social (*eques romanus*).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: trata-se de um monumento consistente com a norma do culto a Endovélico nalguns aspectos, como a grafia do teónimo da forma mais corrente (cujo carácter indígena é realçado pela presença de *deo*), bem como a presença da fórmula *ex voto*, documentada no culto desta divindade. Contudo, também constitui um monumento singular, dada a presença de determinativos em genitivo, raros em epigrafia, dos quais Vasconcelos encontrou paralelos literários.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 131 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 273, nº 2; ILS 4513a; Vasconcelos, 1905: 139, 140-41; Lambrino, 1952: 98, nº 6 e p. 139; Blázquez, 1962: 148; Lambrino, 1967: 183-84; ILER 830 e p. 831; IRCP 492; RAP 73; Canto, 2004: 283, nº [12], e 334, nota 103; HEp 14, 2005, nº 434; HEpOL 21220; Vasconcelos, 1893: 394; Cícero, *Tusc.* I 12; Virgílio, *Georg.* I 10; Horácio, *Epist.* II I 134, *Sat.* II 3 68 e *Carm.* I 35; IRCP 241, 348, 486 e 494; Kajanto, 1982: 279; ILER 5255 = CPIL 941.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 493.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7861).

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: fragmento de um monumento a Endovélico reaproveitado, notando-se a anterioridade da gravação do texto em relação ao “arranjo”. Molduração nas faces anterior e posterior; faces laterais caneladas. Dimensões: 27,5 x 15,5 x 7; campo epigráfico: 22,5 x 14. O texto mostra-se bastante mal gravado, suscitando dúvidas quanto à sua real extensão e quanto aos próprios caracteres, nomeadamente no tocante à sua configuração e aos espaços em branco existentes.

6. Texto: *[Deo En][?]/dove/[l]lico vo/[...?]/to quo [sic] /fii[?]* *Co/nicodi/us [?]*

6.1. Variantes: leitura de Vasconcelos, segundo Hübner: *[En]dovellico voto quo(d) fe(cit) Conicodius [Concordius?]*.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 6330 = Holder I, col. 1101 = Blázquez, 1962: 153, nº 36 = ILER 825; IRCP 493 = RAP 74; HEpOL 22131.

7. Tradução: Ao deus Endovélico. Em consequência de voto feito por Conicódio?

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: segundo Hübner, este monumento poderá ser uma árula, hipótese que J. d’Encarnação considera plausível; o primeiro admite ainda a possibilidade de se encontrar com o texto completo, embora J. d’Encarnação aponte a falta, pelo menos, das letras EN na linha 1.

8.2. Onomástica: o dedicante parece ser identificado como *Conicodius*, um *hapax* que poderá ter uma relação etimológica com o povo dos Cónios ou *Conii*, geograficamente circunscrito ao actual Algarve, tratando-se do único exemplo em território peninsular.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: considerando que J. d’Encarnação entende a leitura de Vasconcelos como aceitável, *voto* estaria por *ex voto*, fórmula documentada no culto a Endovélico; e *quod fecit* encontra paralelos no espaço geográfico em análise (IRCP 571). Porém, a plena utilização deste monumento como fonte histórica é objecto de reservas por parte de J. d’Encarnação.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 6330 = Holder I, col. 1101 = Blázquez, 1962: 153, nº 36 = ILER 825; IRCP 493 = RAP 74; HEpOL 22131; IRCP 571; Palomar Lapesa, 1957: 67; Tovar, 1957: 280; Vallejo, 2005: 487.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 494.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: perdeu-se, tendo antes estado na fachada do convento dos Frades Agostinhos (Vila Viçosa).

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia e dimensões não referidas.

6. Texto: *Endovelico / Critonia / Maxuma / ex voto pro / Critonia C(aii) f(ilia) / [...?]*

6.1. Variantes: L. 1: *Endovellico* (Lambrino). L. 5: *Indignacio ///* (*Anon. Taur.*, in CIL II p. XXXVIII); *c(uravit) f(aciendum)* (Resende, Blázquez); *C(ritoniae) f(ilia)* (ILER). L. 6: nenhum autor considera a inscrição incompleta.

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, I, p. 287; CIL II, 132 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 8; Lambrino, 1952: 101, nº 24; Blázquez, 1962: 148; ILER 812; IRCP 494 = RAP 75; HEpOL 21221.

7. Tradução: A Endovélico, Critónia Máxima, em cumprimento de uma promessa a favor de Critónia, filha de Gaio.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: de acordo com Hübner (CIL II, p.1060), seguido por Lambrino, dado o carácter inusitado de *C. F.*, o texto poderá não estar completo, sugerindo-se a existência de uma sexta linha na qual figuraria o cognome da beneficiada do voto, bem como a fórmula final.

8.2. Onomástica: identifica-se uma dedicante do sexo feminino, que poderá ser descendente de colonos, por ser este o único exemplo da ocorrência do gentílico *Critonius* na Península, enquanto *Maximus* constitui um cognome bastante difundido no mundo romano, comum entre a nobreza senatorial e a *plebs ingenua*, e frequente na região. Este último apresenta aqui uma grafia arcaizante, indicada pela presença do *u*, em comparação com *Maximus*. A dedicante poderá ser irmã da outra Critónia presente no texto (embora não haja indicação de parentesco), a ver pela identidade de gentílicos, indicando-se a filiação apenas desta última. Ambas poderão ser cidadãs romanas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: mais uma vez temos presente a fórmula *ex voto*, bastante corrente no culto a Endovélico, a qual expressa a referida promessa. Esta é feita pela saúde de outra Critónia, salientando assim os atributos salutíferos e benfazejos da divindade.

8.4. Bibliografia geral: Resende, I, p. 287; CIL II, 132 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 8; Lambrino, 1952: 101, nº 24; Blázquez, 1962: 148; ILER 812; IRCP 494 = RAP 75; HEpOL 21221; IRCP 492; CIL II p. 1060; *Anon. Taur.*, f. 704 v; Kajanto, 1982: 133 e 275-76.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 495.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7980).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: presumível pedestal sobre cuja cornija se encontra um plinto exibindo nas suas faces laterais um frontão triangular, ladeado de quartos de círculo simulando toros. Parte da molduração refeita em gesso: “sob a cornija, um listel simples, moldura de garganta encestada seguida de três filetes directos”. O fuste apresenta vários elementos nas suas 4 faces: a inscrição na face anterior, uma palma em relevo no lado esquerdo, um javali esculpido na face posterior, e uma cerca do lado direito. Moldura da base constituída por filete reverso, moldura do tipo gola reversa e toro. Dimensões máximas: 108 x 57 x 37,5; campo epigráfico: 51 x 48. “Paginação correcta, segundo um eixo de simetria quase perfeito”, o que leva J. d’Encarnação a considerar a existência de linhas de pauta. “Pontuação triangular bem colocada”. Caracteres de configuração actuária, vertical e regular, bem gravados.

6. Texto: *Deo / Endovellico / sacrum / M(arcus) Fannius / Augurinus / merito / hun[c] / deum sibi / propitiatum*

6.1. Variantes: L. 7: *hum* (RAP).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 201-02; CIL II, 6266; ILS 4513f; Vasconcelos, 1895: 43-46; EE VIII, p. 358; Vasconcelos, 1905: 126-28, 136 e 315; Lambrino, 1952: 97, 112 e 120-23; Blázquez, 1962: 151-52, fig. 53; Lambrino, 1967: 165-66, nº 89; ILER 836; Almeida (J. M.), 1983: 340-42; IRCP 495; RAP 76; HEpOL 22111.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Marco Fânio Augurino por mérito (o erigiu) para que este deus lhe seja tornado propício; ou “honrou este deus, que lhe foi propício” (Almeida).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto é consistente com algumas normas do culto a Endovélico, como a grafia habitual do teónimo, sendo este precedido de *deo*; mas também singular, dada a omissão de fórmula votiva e a apresentação do motivo da dedicatória através de uma expressão sem paralelos, servindo o propósito de obter protecção e benevolência divinas.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante do sexo masculino, detentor de cidadania romana. Este exhibe uma onomástica latina, possuindo *tria nomina*: um *praenomen* tipicamente romano, um *nomen* e um *cognomen* escassamente representados na Península. O seu cognome, de origem latina, remete para a ocupação de áugure.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: apesar dos aspectos singulares já referidos, o monumento destaca-se pela sua decoração, nomeadamente pelo seu simbolismo, ligado aos atributos de Endovélico enquanto deus infernal, vencedor da morte.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 201-02; CIL II, 6266; ILS 4513f; Vasconcelos, 1895: 43-46; EE VIII, p. 358; Vasconcelos, 1905: 126-28, 136 e 315; Lambrino, 1952: 97, 112 e 120-23; Blázquez, 1962: 151-52, fig. 53; Lambrino, 1967: 165-66, nº 89; ILER 836; Almeida (J. M.), 1983: 340-42; IRCP 495; RAP 76; HEpOL 22111; ILER p. 692 (onde se devem efectuar as seguintes correcções: 3134 = 3065; eliminar nºs 821 e 3322=3333; nº 3790 é *Asper* e não *Aper*); AEA LXIV, 1971, p. 164-66; CIL II 2775 = ILER 156; CIL II 3800 = ILER 2365; ILER 2082 = 5846a; CIL VI 32 367; CIL VI 2335; Kajanto, 1982: 83 e 318.

9. Cronologia: paleograficamente, trata-se de um monumento do séc. I, segundo J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 496.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7714).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: pedestal trabalhado nas quatro faces, exibindo um plinto na parte superior da cornija, cujas ranhuras (duas atrás e uma de cada lado) se devem à utilização da peça como pedra de lagar. “Sob a cornija, moldura de garganta encestada seguida de filete directo e de uma outra moldura, de gola directa”. A inscrição ocupa a face anterior do fuste, sendo o campo epigráfico delimitado por moldura de gola directa. Molduração da base formada por uma moldura de gola reversa, dois filetes reversos, e outra moldura de gola reversa seguida de toro. Dimensões máximas: 120 x 73,5 x 45,5; campo epigráfico: 35,7 x 40,7. Paginação correcta, em caixa, ocupando a metade superior do campo epigráfico a fim de tornar a leitura mais fácil, sendo a fórmula votiva relegada para o fundo, mais levemente gravada e desprovida de pontuação. Pontuação triangular nas três primeiras linhas. Caracteres monumentais quadrados, mais raros (além deste monumento, apenas IRCP 487 apresenta esta configuração).

6. Texto: *Endovoli/co sacrum / Helvia Avita / v(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 4: *V S L M* (CIL, Blázquez, ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 201; CIL II 6267; Lambrino, 1952: 101-02, nº 31; Blázquez, 1962: 152, fig. 54; Lambrino, 1967: 174-75, nº 101; ILER 837; IRCP 496; RAP 77; HEpOL 22112.

7. Tradução: Consagrado a Endovólico. Hélivia Avita cumpriu o seu voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a estrutura do texto é comum no culto a Endovélico, pois o teónimo encabeça o mesmo, embora desta vez grafado não da forma habitual, mas sim numa das variantes fonéticas (com O no lugar do segundo E, e um só L); e a fórmula final também se mostra comum.

8.2. Onomástica: a dedicante, do sexo feminino, apresenta uma onomástica tipicamente latina, documentada no espaço geográfico em análise (sendo o nome *Avita* muito difundido na Hispânia, sobretudo em meios indígenas, não obstante a sua origem latina), apesar de não indicar a sua filiação. Tratar-se-á de uma cidadã romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: de acordo com J. d'Encarnação, trata-se, no seu conjunto, de um texto epigraficamente bem conseguido.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 201; CIL II 6267; Lambrino, 1952: 101-02, nº 31; Blázquez, 1962: 152, fig. 54; Lambrino, 1967: 174-75, nº 101; ILER 837; IRCP 496; RAP 77; HEpOL 22112; Vallejo, 2005: 201-205.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 497.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia não referida.

6. Texto: *Deo Endovellico / Hermes Aureliae / Vibiae Sab[i]nae ser(vus) / Marmorarius / a(nimo) (hedera) l(ibens) (hedera) p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 1: *Endovellico sancto* (Espanca). L. 2: *Hic Aurelius [...]* (Espanca); *Aveliae* (ILER). L. 3: *Vir[...]* *nobi[...]* (Espanca); *Sabinae* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 133 e p. XXXVIII; Espanca, 1882: 278, nº 14; ILS 4513 b; Vasconcelos, 1905: 138 (referência); Lambrino, 1952: 100, nº 13; Blázquez, 1962: 148; Mangas, 1971: 167 (referência); ILER 826; Canto (Alicia M.), 1977-78: 184-85 (referência); IRCP 497 = RAP 78; HEpOL 21222; Mayer Olivé, 2008: 409-14; HEp 17, 2008, nº 242.

7. Tradução: Ao deus Endovélico. Hermes, servo de Aurélia Víbia Sabina, marmorista, colocou de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este encerra alguns aspectos comuns do culto a Endovélico, como a grafia do teónimo da forma habitual, sendo o seu carácter indígena realçado pela precedência de *deo*. Por sua vez, “a fórmula final é apontada como quase exclusivamente lusitana”.

8.2. Onomástica: o dedicante identificado, do sexo masculino, é claramente escravo, sendo o seu nome, de origem grega e claramente abundante entre os indivíduos com esta origem, típico desta condição social. Este apresenta-se como *marmorarius*, profissão enquadrável neste âmbito geográfico, por ser conhecida a utilização dos mármore da região na Antiguidade. Já a sua dona é uma mulher de elevada classe social, atendendo aos seus dois gentílios (*Aurelia* e *Vibia*), os quais surgem ligados a estratos de certa posição social; e possui ainda um cognome latino muito comum que encontra paralelo numa dama eborense da classe senatorial (IRCP 382), na filha de Marco Aurélio (*Vibia Aurelia Sabina*) e na mulher de Adriano (*Vibia Sabina*). Porém, estes paralelos têm apenas valor cronológico, pois J. d’Encarnação não considera plausível a hipótese de Hermes ser escravo de alguém ligado aqui à corte imperial. Porém, Mayer Olivé expõe a possibilidade de a *Sabina* aqui registada corresponder à filha de Marco Aurélio, o que levaria à hipótese de esta ter herdado os interesses da sua família nas minas de mármore de Vila Viçosa e Estremoz, boa parte das quais poderia ser propriedade imperial.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: J. d’Encarnação entende como possível a hipótese, colocada por Vasconcelos, de Hermes poder ter mantido oficina nas proximidades do santuário, fornecendo assim monumentos votivos aos fiéis. O facto de o nome da sua dona se encontrar escrito por extenso, dando-lhe relevo, poderá reflectir a intenção deste de associá-la a ele na veneração ao deus indígena.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 133 e p. XXXVIII; Espanca, 1882: 278, nº 14; ILS 4513 b; Vasconcelos, 1905: 138 (referência); Lambrino, 1952: 100, nº 13; Blázquez, 1962: 148; Mangas, 1971: 167 (referência); ILER 826; Canto (Alicia M.), 1977-78: 184-85 (referência); IRCP 497 = RAP 78; HEpOL 21222; Mayer Olivé, 2008: 409-14; HEp 17, 2008, nº 242; CIL VI 9550 a 9556; CIL II 1724 = ILER 2076 e 6444; CIL II 1043 = ILER 5364; IRCP 269; IRCP 382; RE II 2 s.v. *Aurelius* 263 col. 2544; Étienne et al., 1976: 34; Kajanto, 1982: 186; Solin, 1982: 342-52.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 498.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7888 e E 7908).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: dois fragmentos de uma coluna, talvez votiva, exibindo uma decoração composta por motivos vegetais em cima e na zona do fuste oposta à inscrição. A circularidade da coluna é acompanhada pelo campo epigráfico, rebaixado e ladeado por uma moldura com ranhura e uma espécie de toro. Dimensões: 23 x 13 (diâmetro); campo epigráfico: 11 x 9,7. J. d'Encarnação refere a qualidade da gravação e os caracteres bem desenhados, embora aluda também às dificuldades de leitura provocadas pelo desgaste da superfície.

6. Texto: *Hermes / [...] P(ublii?) [l]ib(ertus) [?] / [...] AE / [...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 205-06, nº 140; IRCP 498; HEpOL 23790.

7. Tradução: Hermes, liberto de Públio?

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: de acordo com Lambrino, este poderá ter sido utilizado como pedestal de uma estátua a Endovélico.

8.2. Onomástica: Lambrino sugeriu que Hermes poderá ser o dedicante, sendo este nome de origem grega, e típico da condição de escravo.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 205-06, nº 140; IRCP 498; HEpOL 23790; Solin, 1982: 342-52.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 499.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7917).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva, marcada pela destruição completa da molduração da sua base e capitel, tendo os estragos afectado as duas primeiras linhas; e pelo alisamento do fuste nas quatro faces. Dimensões máximas: 47 x 16,5 x 12; campo epigráfico: 22,5 x 15,5. “Paginação sofrível, com alinhamento nas l. 2 a 5 e tentativas de simetria nas restantes”. Pontos triangulares na linha 4; “grandes heras lanceoladas, oblíquas, de bico para cima e pequeno pecíolo na fórmula final”. Caracteres de configuração actuária, terminados com requinte, verificando-se a presença de nexu VM.

6. Texto: [End]ovo/lico Iul/ia Anus / relictum / a maio/ribus / a(nimo) (hedera) l(ibens) (hedera) p(osuit)

6.1. Variantes: L. 1 e 2: [End]ovolloco (Lambrino, 1967). L. 2/3: Iu/ia (Blázquez, 1962).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 211-12; Vasconcelos, 1905: 134-35; Lambrino, 1952: 101 n° 30 e p. 140; Vasconcelos, 1956: 122, n° 61; Blázquez, 1962: 153, n° 40; Lambrino, 1967: 174, n° 100; IRCP 499 = RAP 80; HEpOL 23791.

7. Tradução: A Endovólco. Júlia Ano colocou de bom grado, segundo a disposição deixada pelos antepassados.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: temos aqui outro caso de grafia do teónimo com O no lugar do segundo E, e com um único L (tal como em IRCP 496), o qual encabeça o texto, como é comum no culto a Endovélco; seguindo-se-lhe a identificação da dedicante.

8.2. Onomástica: a dedicante, provavelmente uma cidadã romana, pertence à *gens Iulia* e possui um cognome latino (*Anus*), testemunhado na Península em quatro casos dos sete registados no conjunto do CIL.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: Vasconcelos já observara a ligação do adjectivo *relictum* à ideia de *votum*; J. d’Encarnação defende a colocação da palavra em paralelo com o *ad relicticum* de IRCP 488, referindo-se ambos a um acto de culto tradicional que reflecte o orgulho dos descendentes na manutenção da sua fidelidade a um culto de tradição familiar.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 211-12; Vasconcelos, 1905: 134-35; Lambrino, 1952: 101 n° 30 e p. 140; Vasconcelos, 1956: 122, n° 61; Blázquez, 1962: 153, n° 40; Lambrino, 1967: 174, n° 100; IRCP 499 = RAP 80; HEpOL 23791; Kajanto, 1982: 301; CIL II 1476 = ILER 3566; CIL II 2130 = ILER 1713; CIL II 2240 e 3513

9. Cronologia: segundo J. d’Encarnação, os caracteres parecem ser do séc. II

0. REF: IRCP 500.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem número).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva com molduração nas quatro faces. Dois toros “em jeito de feixes atados a meio, com corolas de seis pétalas e botão em ambos os topos” encontram-se na parte de cima da cornija. Estilos de molduração distintos em cima (gola directa) e na base (gola reversa). Dimensões máximas: 31 x 16,5 x 11; campo epigráfico: 12,7 x 14. J. d’Encarnação entende o texto como incompleto, a ver pelo espaço restante para a fórmula final. Paginação descuidada, atendendo à má translineação. Caracteres monumentais quadrados, mais raros em comparação com os caracteres actuários.

6. Texto: *Endovel/lico Iulia / Maxum/a*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 134; Lambrino, 1952: 101, nº 25; Blázquez, 1962: 154, nº 42; Lambrino, 1967: 169, nº 94; IRCP 500 = RAP 81; HEpOL 23792.

7. Tradução: A Endovélico. Júlia Máxima.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto é consistente com as normas patentes no culto a Endovélico, como mostra a grafia do teónimo da forma mais corrente, e o facto de este encabeçar o referido texto.

8.2. Onomástica: a dedicante, provável cidadã romana, apresenta uma onomástica corrente no espaço geográfico em análise, atendendo ao registo de vários homónimos. O seu cognome, latino, apresenta-se bem difundido no mundo romano e frequente na região, com grafia arcaizante.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: temos aqui um testemunho da utilização de uma grafia arcaizante, a ver pela utilização do *u* no lugar de *i* em *Maxuma*.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 134; Lambrino, 1952: 101, nº 25; Blázquez, 1962: 154, nº 42; Lambrino, 1967: 169, nº 94; IRCP 500 = RAP 81; HEpOL 23792; Kajanto, 1982: 133 e 275-76.

9. Cronologia: J. d’Encarnação atribui os caracteres do texto ao séc. I.

0. REF: IRCP 501.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7768).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva alisada nas quatro faces, exibindo uma fractura ao nível da segunda linha, em dois fragmentos que se completam, bem como vários esborcelamentos sem importância. Na parte de cima surge um soco plano com uma cavidade a meio, que poderá ter sido um *foculus*. Estilos de molduração diferentes no capitel (gola encurtada) e na base (gola reversa), seguindo-se uma platibanda e uma espécie de quilha para encaixe em suporte. Dimensões máximas: 56 x 27,6 x 22,5, alargando de cima para baixo; campo epigráfico: 30,7 x 27,6, estreitando da esquerda para a direita. Paginação em caixa. Caracteres actuários, apresentando traçado irregular e barroco, bem como as heras, as quais se apresentam de variadas formas.

6. Texto: *Endo/vellico / Iulia (hedera) P(ublili) (hedera) f(ilia) (hedera) / Maxuma / v(otum) (hedera) s(olvit) (hedera) l(ibens) a(nimo) (hedera)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 192; IRCP 501 = RAP 82; HEpOL 23793.

7. Tradução: A Endovélico. Júlia Máxima, filha de Públio, cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto é encabeçado pelo teónimo, como é corrente no culto a Endovélico, estando grafado da forma habitual.

8.2. Onomástica: a dedicante, do sexo feminino, identifica-se através de *duo nomina* e refere a sua filiação, pelo que se trata de uma cidadã romana. Esta possui uma onomástica tipicamente latina e corrente no espaço geográfico em análise, idêntica à da dedicante anterior.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: segundo J. d'Encarnação, este monumento testemunha o adiantado grau de romanização da dedicante, a ver pela fórmula final.

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 192; IRCP 501 = RAP 82; HEpOL 23793.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 502.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7709).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva cuja reutilização levou ao desaparecimento da sua forma inicial, com a manutenção apenas do campo epigráfico, alisado, em estado intacto. Dimensões máximas: 57 x 35 x 31; campo epigráfico: 33 x 24. Paginação com alinhamento de ambos os lados, quase em caixa. Pontuação variada consoante as linhas. A escrita de *votum* por extenso indica inabilidade, pois impossibilitou uma distribuição correcta das siglas. Caracteres de configuração actuária, exibindo “ductos variados, barras levemente oblíquas e bem marcadas, terminações com arrebiques”.

6. Texto: *Iullia [sic] C(aii) filia) / Modesta / Endovellico / votum (hedera) l(ibens) <a(nimo)> s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1: *Tullia* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 121, nº 51; Lambrino, 1967: 200, nº 132 = AE 1969-70, 223; IRCP 502 = RAP 83; HEpOL 23794.

7. Tradução: Júlia Modesta, filha de Gaio, cumpriu de bom grado a promessa feita a Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encontra-se, mais uma vez, grafado como é habitual, embora neste caso não se situe no princípio do texto, mas sim entre a identificação da dedicante e a fórmula final.

8.2. Onomástica: trata-se de uma dedicante *ingenua*, detentora de cidadania romana, que apresenta uma onomástica tipicamente latina e documentada no espaço geográfico em análise, sendo de notar a grafia diferente do gentílico *Iulia*, com dois L, a qual encontra paralelos em CIL II.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 121, nº 51; Lambrino, 1967: 200, nº 132 =AE 1969-70, 223; IRCP 502 = RAP 83; HEpOL 23794; CIL II p. 1185.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 503.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7727).

4. Suporte: mármore do tipo ruivina clara.

5. Descrição do monumento: fragmento de um possível pedestal adaptado a soleira de porta. “Um sulco percorre o lado direito da face epigrafada praticamente de alto a baixo”. Dimensões: 84 x 26 x 52. Lambrino assinalara um nexu VL, que J. d’Encarnação afirma ser impossível de distinguir; aquele também estaria errado quanto ao alisamento da face lateral esquerda. Paginação bem feita, sendo as faltas indicadas no começo e não no fim das linhas. Caracteres monumentais quadrados, de configuração marcadamente vertical e regular.

6. Texto: *Iulia / [Pro]cula / [Endo]vellic[o] / [ex] voto*

6.1. Variantes: reconstituição de Lambrino: *[T]ullia [C.? f. Pro] / cula [Endo] / vellic[o ex] / voto [...]*.

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 285-86, nº 17 = CIL II 5205; Blázquez, 1962: 150, nº 20; Lambrino, 1967: 201, nº 133 = AE 1969-70, 224; IRCP 503 = RAP 84; HEpOL 22007.

7. Tradução: Júlia Prócula a Endovélico, em cumprimento dum voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: temos aqui mais um caso em que o teónimo, grafado da forma mais corrente, é precedido pelo nome da dedicante, não se encontrando no início do texto, como habitual.

8.2. Onomástica: a dedicante, provavelmente uma cidadã romana, apresenta uma onomástica latina corrente, com um *nomen* tipicamente romano e um *cognomen* latino, bastante difundido no mundo romano e documentado no espaço geográfico em análise (ex. IRCP 510).

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 285-86, nº 17 = CIL II 5205; Blázquez, 1962: 150, nº 20; Lambrino, 1967: 201, nº 133 = AE 1969-70, 224; IRCP 503 = RAP 84; HEpOL 22007; IRCP 492; IRCP 510; Kajanto, 1982: 176.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 504.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7766).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte superior de um presumível pedestal, com danos na cornija, a qual continha inscrição. Molduração “constituída por listel simples, moldura de garganta encastada, filete directo e moldura de gola directa”. Preparação do campo epigráfico, circunscrito por moldura de gola encurtada, na face anterior do fuste. Presença de um ramo de sete rosáceas em relevo em cada face lateral, que Lambrino (1951) entende como representações de palmeiras. Dimensões máximas: 35 x 56 x 22; decoração lateral: 16 x 7,5; campo epigráfico: 11,5 x 35. A deterioração da peça não permite a leitura fácil do nome do dedicante, embora as medições efectuadas tornem *Iulianus* possível. Descuido da paginação no fuste, bem como da grafia das letras, de tamanho e inclinação irregulares, não obstante as linhas de pauta, que deixaram vestígios. Pontuação triangular, não obedecendo a qualquer regra. Verifica-se um contraste entre o belo monumento e a sua rude epigrafia.

6. Texto: *Deo Indovel[lico] Iu[lianus?] // pro Iul(iam) Mar/cellam fili/[am suam?] [...]*

6.1. Variantes: L. 1: *Endove... Iuliam* (Espanca, CIL); *Indovel[lico]... Iu[l]...* (Vasconcelos); *Indo[y]el[lico...] Iu[lia...]* (Lambrino, 1952); *Deo / Endove(lico) Iulian(us)* (Blázquez); *Endovelli[co...] Iu[lia?...]* (Lambrino, 1967); *Endove[llico] Iulian(us)* (ILER). L. 2: *Iul(io)* (Vasconcelos); *Iul(ia)* (Lambrino). L. 3: *Cella M(arci) fili* (Espanca, CIL); *fili/[a...]* (Lambrino); *Cella M(arci) fili(a)* (Blázquez).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 287, nº 21; CIL II 5204; Lambrino, 1952: 123, nota 2 e fig. 23; Vasconcelos, 1956: 119, nº 44; Blázquez, 1962: 150, nº 19; Lambrino, 1967: 161-62; ILER 831; IRCP 504 = RAP 85; HEpOL 22006.

7. Tradução: Ao deus Indovélico. Juliano (?), em benefício de sua filha, Júlia Marcela...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: temos aqui mais um caso em que o teónimo, encabeçando o texto, é precedido de *deo*, acentuando o seu carácter divino; a grafia do mesmo não é consistente com a forma habitual, pois aparece grafado com I inicial.

8.2. Onomástica: tanto o dedicante como a sua filha, em benefício da qual será feito o voto, apresentam uma onomástica latina e documentada no espaço geográfico em análise, possuindo cognomes latinos bem difundidos no mundo romano, tendo o da filha origem republicana. Estaremos perante cidadãos romanos, não obstante as reservas no caso do dedicante, dada a sua identificação apenas através do cognome, não parecendo ter tido gentilício, ao contrário da sua filha.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um dos casos (juntamente com IRCP 484 e IRCP 494) em que o voto é feito a favor de outra pessoa, com a qual o dedicante possui normalmente uma relação próxima, sendo neste caso a filha do mesmo.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 287, nº 21; CIL II 5204; Lambrino, 1952: 123, nota 2 e fig. 23; Vasconcelos, 1956: 119, nº 44; Blázquez, 1962: 150, nº 19; Lambrino, 1967: 161-62; ILER 831; IRCP 504 = RAP 85; HEpOL 22006; Kajanto, 1982: 148 e 173.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 505.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7887).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: metade inferior de uma ara votiva com as quatro faces trabalhadas, da qual não se logrou encontrar a parte de cima. Uma parte das linhas, do lado direito, foi atingida pela fractura. Moldura de gola reversa, na base. J. d'Encarnação considera o monumento bem acabado. Dimensões máximas: 34,8 x 29,5 (aproximados) x 16,3; campo epigráfico: 17 x 25,5. Alinhamento à esquerda, com a paginação da última linha a obedecer a um eixo de simetria; a pontuação, de configuração triangular, confere equilíbrio e graciosidade ao mesmo. Caracteres monumentais quadrados, do séc. I.

6. Texto: [Endove/llico] / G(aius) Iulius / Capito / a(nimo) l(ibens) p(osuit)

6.1. Variantes: L. 1/2: [Endove] / llic[o] (HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 190-91 = AE 1969-70, 219; IRCP 505 = RAP 86; HEpOL 23795.

7. Tradução: A Endovélico. Gaio Júlio Capitão colocou de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: nota-se alguma tipicidade neste monumento, começando com a proposta localização do teónimo (a ver pela presença de parênteses rectos), em dativo, e acabando com a fórmula final, típica das inscrições votivas de culto a Endovélico.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante possuidor de *tria nomina: praenomen e nomen* muito correntes, e *cognomen* latino muito frequente na Península, aplicado a diversos magistrados romanos durante a República, cujo sufixo em *-o* não tem origem latina, mas presumivelmente céltica. Atendendo também à omissão da filiação, e ao facto de uma estela do museu de Alenquer registar um *G. Iulius Capito* em contexto indígena, este pode ser considerado um cidadão romano recente.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 190-91 = AE 1969-70, 219; IRCP 505 = RAP 86; HEpOL 23795; Kajanto, 1982: 120 e 235; CIL II p. 1080; *Revista Arqueológica* II, 1934: 110-13.

9. Cronologia: possivelmente séc. I, como sugere J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 506.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em 1982, num dos primeiros volumes de *Ficheiro Epigráfico*.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7867).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: dois fragmentos da parte superior de uma ara, fracturada obliquamente. Do lado esquerdo, a moldura de gola directa foi arrancada, enquanto o restante se encontra bastante maltratado; o que não impediu, contudo, que se reconstituíssem as duas primeiras linhas do texto. Dimensões dos fragmentos justapostos: 28 x 38,5 x 13,5; campo epigráfico: 14 x 38,5. Os caracteres, profundamente gravados, revelam um certo requinte na sua finalização.

6. Texto: *C(aius) Iulius / Catur[o]nis / [[f(ilius?)...]*

6.1. Variantes: inédito.

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação (J. d'), FE 3, 1982, nº 10.4 (só o fragmento da direita); IRCP 506 = RAP 87; HEpOL 20391.

7. Tradução: Gaio Júlio...filho de Caturão.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto parece revelar uma estrutura invulgar no culto a Endovélico, uma vez que o teónimo só figuraria na terceira linha, juntamente com a fórmula final.

8.2. Onomástica: é identificado um dedicante do sexo masculino, cujos dois primeiros nomes são idênticos aos do dedicante presente no monumento anterior (com a pequena excepção do C no lugar de G em *Caius*), indicando a sua filiação, o que aponta para a sua condição livre; este refere o cognome do pai, antropónimo hispânico muito frequente na região lusitano-galaica, aqui documentado pela primeira vez no espaço geográfico em análise. O seu próprio cognome figuraria na linha 3, seguido do teónimo e fórmula final. Em suma, tratar-se-ia de um cidadão romano recente.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Encarnação (J. d'), FE 3, 1982, nº 10.4 (só o fragmento da direita); IRCP 506 = RAP 87; HEpOL 20391; Albertos, 1972: 26; Vallejo, 2005: 267-70.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 507.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7916).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva incompleta, com molduração nas quatro faces. Enquanto a metade superior está intacta, da inferior resta apenas um fragmento, usado para a reconstituição em gesso. Na parte superior da cornija, encontra-se um plinto decorado à frente com uma sugestão de um frontão oval com o arranque dos toros. Dimensões máximas: 46 x 22,5? x 13,7; campo epigráfico: 23,5 x 15,5. O espaço epigráfico parece ter sido bem aproveitado, tendo sido levados em conta os alinhamentos na paginação, embora descuradas as regras de translineação. Pontuação aparentemente ausente. Caracteres de configuração actuária, de gravação algo descuidada. Devido à fractura ter ocorrido ao nível da linha 4, a sua reconstituição é hipotética. A fórmula final situar-se-ia na linha 6.

6. Texto: *Deo San/cto Ind/ovellic/o [...] [Iu?liu[s] [Iu?]/lianu[s] / v(otum) [...]*

6.1. Variantes: L. 3: *oveliic* (CIL, ILER); *ovellico* (Vasconcelos, 1956); *oveleco* (Blázquez). L. 4: *[...]/i* (CIL); *of[...]/iu* (Vasconcelos, 1956); *[...]* (Blázquez e ILER); *[Iu]liu[s? ae]* (Lambrino). L. 6: *[v(otum) s(olvit) l(ibens)? m(erito)?]* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 208-09; CIL II 6269b; Vasconcelos, 1956: 122, nº 57; Blázquez, 1962: 152, nº 32, fig. 57; Lambrino, 1967: 188-89, nº 116; ILER 848; IRCP 507 = RAP 88; HEpOL 22118.

7. Tradução: Ao deus santo Indovélico. Júlio (?) Juliano (?) cumpriu a promessa...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto é encabeçado pelo teónimo, grafado com I inicial em vez de E; o qual é precedido dos epítetos *deo* e *sancto*.

8.2. Onomástica: no entender de J. d'Encarnação, o dedicante seria possuidor de *tria nomina*, sendo o seu cognome de origem latina, bastante difundido no mundo romano. Estaremos perante um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui mais um caso de grafia peculiar do nome da divindade, cuja grafia habitual exhibe um E inicial. Já os epítetos *deo* e *sancto* servem a acentuação do seu carácter divino, estando o primeiro ainda associado a monumentos de carácter indígena.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 208-09; CIL II 6269b; Vasconcelos, 1956: 122, nº 57; Blázquez, 1962: 152, nº 32, fig. 57; Lambrino, 1967: 188-89, nº 116; ILER 848; IRCP 507 = RAP 88; HEpOL 22118; Kajanto, 1982: 148.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 508.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890. Vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: Castelo do Alandroal.

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma possível ara, de fractura irregular no lado direito. Esta foi alisada em forma de paralelepípedo hexagonal, a fim de poder ser reutilizada. Campo epigráfico rebaixado, rodeado por moldura do tipo meio-redondo côncavo. Dimensões: 83 x 38,5 x 19; campo epigráfico: 37 x 28. Caracteres de configuração actuária, vertical e proporcional. Paginação tendente a seguir eixo de simetria, sendo possível a anterior existência de linhas de pauta.

6. Texto: *L(ucius) Iulius Novatus / Endovellico / pro salute (hedera) / Vivenniae / Venustae / Maniliae [sic] sua[e] votum solv[it]*

6.1. Variantes: diferente divisão de linhas (Blázquez, ILER). L. 1: *C* (todos os autores). L. 2: *pro salute* (todos os autores). L. 6: *suae* (Canto, transcrevendo leitura de Breval); *vot(um) · sol(vit)* (idem).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 134; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 275, nº1; Vasconcelos, 1905: 128; Lambrino, 1952: 99 nº 7, e p. 139; Blázquez, 1962: 149; ILER 832; IRCP 508; RAP 89; Canto, 2004: 285, nº [18], e 335-336, nota 106; HEp 14, 2005, nº 438; HEpOL 21223.

7. Tradução: Lúcio Júlio Novato cumpriu o voto a Endovélico, pela saúde de Vivénia Venusta Manília (*sic*) sua.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encontra-se grafado da maneira habitual, figurando depois do nome do dedicante. Salienta-se a grafia da fórmula votiva por extenso, omitindo-se *animo libens*.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante do sexo masculino, possuidor de *tria nomina*; atendendo à omissão da filiação, e ao facto de o cognome *Novatus* se concentrar na Hispânia e em África, este indivíduo poderá ser um cidadão romano recente. Este cumpre o seu voto pela saúde de uma mulher, possuidora de um gentílico (*Vivennia*) apenas presente num monumento de Évora além deste, o qual poderá ser de origem etrusca, e de um cognome latino (*Venusta*), frequente no meio servil. A sua onomástica revela-se estranha, composta por três nomes, dos quais também o terceiro constitui um gentílico, tendo levado A. M. Canto a considerar a possibilidade de interpretar o texto como *Vivenniae Venustae Maniliae suae (filiae)*, sendo Vivénia Venusta a filha do anterior casamento de Manília con un *Vivennius*, actualmente casada com *C. Iulius Novatus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: temos aqui mais um monumento consistente com as normas correntes no culto a Endovélico, sendo apenas menos comuns o nome do dedicante antes do teónimo e a grafia da fórmula votiva por extenso. Algo que se destaca é a expressão do carácter benfazejo de Endovélico através da dedicatória, pois esta é feita pela saúde de Vivénia Venusta.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 134; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 275, nº1; Vasconcelos, 1905: 128; Lambrino, 1952: 99 nº 7, e p. 139; Blázquez, 1962: 149; ILER 832; IRCP 508; RAP 89; Canto, 2004: 285, nº [18], e 335-336, nota 106; HEp 14, 2005, nº 438; HEpOL 21223; Schulze, 1966: 102; Kajanto, 1982: 73, 283 e 353; ILER p. 764; CIL II p. 1201; IRCP 408.

9. Cronologia: séc. I, atendendo a critérios paleográficos, como aponta J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 509.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: castelo do Alandroal.

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma possível ara, talhada em forma de paralelepípedo hexagonal, a fim de poder ser reutilizada, tal como o monumento anterior. Neste monumento, a fractura é irregular e do lado esquerdo, apresentando ainda alisamento nas outras faces. O campo epigráfico teria sido demarcado por um pequeno rebordo em baixo. Dimensões: 71 x 32 x 19; campo epigráfico: 57,5 x 24,7. Pontuação triangular. Caracteres monumentais quadrados, gravados de forma cuidada.

6. Texto: *[Endo]volico / [Sacru]m L(ucius) Iuliu/[s P]aesicus / [v(otum) l(ibens)] a(nimo) s(olvit)*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 509; RAP 90; HEpOL 23797.

7. Tradução: Consagrado a Endovólico. Lúcio Júlio Pésico cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este é consistente com várias normas do culto a Endovólico, como o facto de o teónimo encabeçar a dedicatória (sendo um traço peculiar a sua grafia com O, no lugar do segundo E), figurando em dativo e acompanhado de *sacrum*; e de a fórmula final ser das mais habituais.

8.2. Onomástica: o dedicante constitui um provável cidadão romano, que possui *tria nomina*, sendo o seu *cognomen* peninsular: Kajanto refere-o entre os cognomes latinos, de cariz étnico, designando uma tribo do Noroeste hispânico, enquanto M. L. Albertos o inclui na onomástica hispânica, relacionando-o com um povo das Astúrias designado *Paesici*. Também J. M. Vallejo o regista como antropónimo hispânico, constituindo esta inscrição o único exemplo deste nome em território lusitano, podendo neste caso tratar-se de um cognome derivado de uma *origo*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a posse dos *tria nomina* não implicará obrigatoriamente o estatuto de cidadania romana de pleno direito, pois as origens etimológicas dos *cognomina*, juntamente com a omissão da filiação, algo característico dos indivíduos livres, poderão apontar para uma origem indígena.

8.4. Bibliografia geral: IRCP 509; RAP 90; HEpOL 23797; Kajanto, 1982: 199; CIL II 2856; Albertos, 1972: 302; Tranoy, 1981: 50; Vallejo, 2005: 365-66.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 510.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: registada na obra de A. de Resende. Vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: desconhecido; anteriormente colocado na fachada do convento dos Frades Agostinhos, em Vila Viçosa.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia não referida, embora Resende a enquadre num rectângulo, colocando J. d'Encarnação a questão de uma possível reutilização de uma ara.

6. Texto: *Endovollico / Sacrum Mar/cus Iulius / Proculus / animo li/bens votum / solvit*

6.1. Variantes: L. 1: *Endovellico* (CIL, Espanca, Blázquez, ILER, Canto). L. 2: *sacrarum [sic]...* (Canto, transcrevendo leitura de Breval, mas entendendo *sacrarum* como uma “possível errata tipográfica”).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, 1593, fol. 233 (I p. 286); CIL II 135 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 4; Blázquez, 1962: 149; ILER 819; IRCP 510; RAP 91; Canto, 2004: 283, nº [14], e 334, nota 105; HEp 14, 2005, nº 435; HEpOL 21224.

7. Tradução: Consagrado a Endovólico. Marco Júlio Próculo cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo, encabeçando a dedicatória, encontra-se grafado com O; por seu lado, a fórmula final, bastante habitual no culto a Endovólico, aparece gravada por extenso, o que reflectirá a intenção do dedicante de conferir solenidade ao texto, que se apresenta pouco extenso em si.

8.2. Onomástica: temos aqui mais um dedicante provavelmente detentor da cidadania romana, atendendo à sua identificação através dos *tria nomina* (figurando o *praenomen* por extenso) e à omissão da filiação. O seu *cognomen*, de origem latina, revela-se frequente no mundo romano, registando-se no espaço geográfico em análise mais dois *Proculi* com o gentílico *Iulius*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Resende, 1593, fol. 233 (I p. 286); CIL II 135 e p. XXXVIII; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 4; Blázquez, 1962: 149; ILER 819; IRCP 510; RAP 91; Canto, 2004: 283, nº [14], e 334, nota 105; HEp 14, 2005, nº 435; HEpOL 21224; IRCP 651; IRCP 424; Kajanto, 1982: 176.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 511.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem número).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula votiva trabalhada nas quatro faces, com moldura do tipo gola reversa na base. Apresenta duas decorações em relevo: uma *pineia* estilizada na face lateral esquerda e uma palma na face lateral direita, ambas simbolizando eternidade, pelo que acentuam o carácter infernal de Endovélico. Dimensões máximas: 23 x 20 x 11; campo epigráfico: 13,9 x 15,3. Paginação em caixa, conseguida pelo uso da pontuação final, de configuração triangular. Caracteres actuários.

6. Texto: [...] / *Q(uintus) Iulius / Pultarius / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: Blázquez e Vives (ILER) não indicam falta de linha (s).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1934: 193-94 = AP XXX, 1956: 118, nº 41 = AE 1936, 105; Lambrino, 1952: 99, nº 12, fig. 14 e 15 e p. 123-24; Blázquez, 1962: 154, nº 45; Lambrino, 1967: 181, nº 108; Mangas, 1971: 338 (referência); ILER 979; IRCP 511 = RAP 92; HEpOL 23798.

7. Tradução: Quinto Júlio Pultário cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: J. d'Encarnação afirma que este não constitui “uma ara com pedestal”, como apontou Blázquez, nem um “fragmento de uma pequena estela”, de acordo com Lambrino. Tendo em conta o possível tamanho dos elementos decorativos laterais, é possível que o texto tivesse mais duas linhas, onde figuraria o teónimo, seguido ou não de *sacrum*.

8.2. Onomástica: o dedicante é possuidor de *tria nomina*, mas omite a filiação – característica dos indivíduos de condição livre. Assim, poderemos considerá-lo um provável cidadão romano, com um gentílico muito comum (*Iulius*) e um cognome latino (*Pultarius*), documentado noutra texto da região (IRCP 466) mas pouco frequente na Península, derivando de “vaso para conservar as uvas”.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: à parte a ausência do teónimo, o texto apresenta-se em conformidade com as várias normas do culto a Endovélico, nomeadamente o nome do dedicante em nominativo e a fórmula final A. L. V. S., bastante corrente.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1934: 193-94 = AP XXX, 1956: 118, nº 41 = AE 1936, 105; Lambrino, 1952: 99, nº 12, fig. 14 e 15 e p. 123-24; Blázquez, 1962: 154, nº 45; Lambrino, 1967: 181, nº 108; Mangas, 1971: 338 (referência); ILER 979; IRCP 511 = RAP 92; HEpOL 23798; IRCP 500; IRCP 528; IRCP 466; Kajanto, 1982: 344.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 512.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7844).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa, com muita pátina.

5. Descrição do monumento: fragmento de um possível pedestal, dado que resta em cima uma grande cavidade rectangular. Poderia ter tido moldura, restando porém apenas uma espécie de caveto que limita superiormente o campo epigráfico. Dimensões: 24 x 55 x 32; campo epigráfico: 13 x 53. O texto foi atingido pelo desgaste e maus tratos da pedra, sobretudo na linha 2; já na linha 1 faltaria, para a esquerda, metade do que se conserva, daí a reconstituição de *deo*, além das duas primeiras linhas de *Endovellico*; por fim, no que toca à linha 3, J. d'Encarnação admite três possibilidades para o seu termo: *voto*, *visu* e *iussu*. Verificam-se vestígios de linhas de pauta. Caracteres de configuração actuária, gravados em bisel e terminados com requinte.

6. Texto: [*Deo En*]dovellico sacr(um) / [...]*s Saturninu[s e]x* / [...]

6.1. Variantes: L. 1: [*En*]dovellico (Lambrino). L. 2: [*C. ?Iuliu*]*s* (Lambrino). L. 3: [*voto*] (Lambrino); [*voto?/...*] (AE).

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 194, nº 124 = AE 1969-70, 220; IRCP 512 = RAP 93; HEpOL 23799.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. ... Saturnino por voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: tal como é corrente nos monumentos que testemunham o culto a Endovélico, o texto é encabeçado pelo teónimo, estando (segundo tudo leva a crer) grafado da forma habitual e precedido de *deo*, o que acentua o seu carácter indígena.

8.2. Onomástica: o dedicante, do sexo masculino, surge identificado no texto apenas com o cognome latino *Saturninus*, documentado no espaço geográfico em análise, noutro texto dedicado a Endovélico (IRCP 521). Trata-se de um cognome latino, de cariz teofórico e pagão, abundante em África. J. d'Encarnação admite a possibilidade de este ser possuidor de *tria nomina*; verificando-se, na linha 2, vestígios do S final do gentilício, embora se afigure arbitrariamente a reconstituição do mesmo. Poderia então tratar-se de um cidadão romano, embora com reservas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 194, nº 124 = AE 1969-70, 220; IRCP 512 = RAP 93; HEpOL 23799; IRCP 521; Kajanto, 1982: 18, 58, 113 e 213.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 513.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7741).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: placa votiva, encaixilhada, composta por cinco fragmentos, estando o resto reconstituído a gesso. Apresenta moldura de gola directa, com diagonais marcadas nos cantos. Dimensões: 56 x 56 x ?; campo epigráfico: 40 x 40. As primeiras três linhas não suscitam dúvidas; as referidas dúvidas dizem respeito, entre outras, à presença de E ou F na quarta linha (pois a letra encontra-se incompleta) e à presença de um genitivo na mesma linha. Paginação em caixa, com utilização das heras para o preenchimento dos espaços em branco. Caracteres de configuração actuária.

6. Texto: *Deo Indovelli/co sacrum ex / responsum (hedera) / [...]f Caius Iu/[lius Se]ptumi/[nus anim]o lf/[ben]s (hedera) feci<t> (hedera)*

6.1. Variantes: L. 5: *[o]ptumi* (Vasconcelos). L. 6: *[...]o if[...]* (Vasconcelos); *[nus...]ole* (Lambrino). L. 7: *[...]s* (Vasconcelos); *[liben]s* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II, 6331 (= Blázquez, 1962: 153, nº 37; ILER 834 e p. 831) e 6334; Vasconcelos, 1905: 142; Lambrino, 1952: 100, nº 21 (= Blázquez, 1962: 154, nº 43; ILER 843 e p. 831); Vasconcelos, 1956: 119; Lambrino, 1967: 184-85, nº 112; IRCP 513 = RAP 94; HEpOL 22132.

7. Tradução: Consagrado ao deus Indovélico. De acordo com a resposta obtida, (...) Gaio Júlio Septumino fez de livre vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça o texto, como é corrente, estando neste caso grafado com I no lugar do E inicial, e precedido de *deo* (acentuando o seu carácter indígena).

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se com os *tria nomina*, encontrando-se o *praenomen* grafado por extenso (o que contraria a abreviatura habitual), o que J. d'Encarnação entende como possível aproximação à *gens* dos *C. Iulii*. Já *Septuminus* é cognome latino, documentado na Península, embora não muito difundido no mundo romano. Estaremos assim perante um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento teria sido erigido na sequência de uma resposta oracular, a ver pela presença de *ex responsum*, pelo que constituirá um testemunho da associação do culto de Endovélico aos oráculos.

8.4. Bibliografia geral: CIL II, 6331 (= Blázquez, 1962: 153, nº 37; ILER 834 e p. 831) e 6334; Vasconcelos, 1905: 142; Lambrino, 1952: 100, nº 21 (= Blázquez, 1962: 154, nº 43; ILER 843 e p. 831); Vasconcelos, 1956: 119; Lambrino, 1967: 184-85, nº 112; IRCP 513 = RAP 94; HEpOL 22132; Kajanto, 1982: 293; CIL II 2018 = ILER 490 e 2020 = 5455.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 514.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: vista e registada pelo cavaleiro inglês J. Breval na sua viagem pela Europa no séc. XVIII, que este documenta na sua obra *Remarks on several parts of Europe* (1726), sobre a qual se debruça a obra de A. M. Canto (2004).

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7843).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa, com pátina rósea.

5. Descrição do monumento: bloco rectangular apresentando na parte superior uma cavidade rectangular que, se for original, poderá legitimar a classificação da peça como pedestal. Encontra-se danificado na parte média superior, percorrido de alto a baixo por um veio sinuoso, e grosseiramente alisado a ponteiro, tanto dos lados como atrás. O texto, afectado pela acção do tempo e dos maus tratos, é enquadrado por uma moldura de gola directa com ranhura exterior. Dimensões: 35 x 61 x 27; campo epigráfico: 22 x 44,5. Paginação incorrecta, dada a gravação de letras fora do campo epigráfico. Texto puxado acima do mesmo, a fim de facilitar a leitura, pois o monumento destinava-se a ser colocado abaixo do nível horizontal da visão. Pontos triangulares. Caracteres actuários, com barras levemente ondulantes e vértices realçados por traços.

6. Texto: *Deo Endovellico sac(rum) / Iunia Eliana voto suscepto / Elvia Ybas mater filie / sue votum susceptum / animo libens posuit*

6.1. Variantes: má divisão de linhas (CIL, Blázquez, ILER). L. 2: *rum Lu* (Espanca); *Elvina* (CIL); *Elviana* (Blázquez, ILER p. 831); *succe.* (Espanca). L. 3: *Ylas* (Lambrino, 1952); *Ylias* (Lambrino, 1967 e Canto); *Vbas* (Canto, transcrevendo leitura de Breval). L. 3/4: *filiae suae* (CIL, Blázquez, ILER, Canto).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL III, 136 e p. XXXVIII; Pereira (Gabriel), 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 5; Lambrino, 1952: 99, nº 8; Ors (Álvaro d'), 1953: 430; Blázquez, 1962: 149; Lambrino, 1967: 186-87; ILER, 828 e p. 831; IRCP 514; Canto, 2004: 283, nº [15], e 334-335, nota 106; HEp 14, 2005, nº 436; RAP 95; HEpOL 21225.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Júnia Eliana, por voto feito. Élvia Ibas, a mãe, cumpriu de livre vontade o voto prometido pela sua filha.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça o texto, estando grafado à maneira corrente, e precedido do epíteto *deo*, que acentua o seu carácter indígena. O voto é feito pela filha, mas é a mãe que acaba por cumpri-lo, estando aquela impossibilitada de satisfazer a obrigação contraída. Salienta-se a fórmula votiva por extenso, contrariando a corrente abreviatura.

8.2. Onomástica: a identificação onomástica da dedicante, provável cidadã romana, é bastante corrente, pois *Iunius* é gentílico frequente no espaço geográfico em análise (bem como o da sua mãe) e *Eliana* (*Aeliana*) é cognome latino bastante comum. A sua mãe possui ainda um *cognomen* decerto de origem grega (dada a presença do *y* e do sufixo *-as*), embora não registado por Solin (1982), com dois paralelos conhecidos; colocando a hipótese de se tratar de uma liberta.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento aponta para a existência de um vínculo familiar, que passa de geração em geração, no sentido do qual se deve interpretar a expressão *votum susceptum*; e graças ao qual a mãe assume o papel da filha de cumprimento da promessa feita. Este vem ainda na sequência de outras expressões presentes nos textos dedicados a Endovélico, como *de relicticum* e *relictum a maioribus*.

8.4. Bibliografia geral: CIL III, 136 e p. XXXVIII; Pereira (Gabriel), 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 5; Lambrino, 1952: 99, nº 8; Ors (Álvaro d'), 1953: 430; Blázquez, 1962: 149; Lambrino, 1967: 186-87; ILER, 828 e p. 831; IRCP 514; Canto, 2004: 283, nº [15], e 334-335, nota 106; HEp 14, 2005, nº 436; RAP 95; HEpOL 21225; Kajanto, 1982: 119; IRCP 488; IRCP 499; índices de CIL VI p. 6067; CIL II 1163; CIL VI 232; CIL VI 38 436; CIL VIII 5466; Forcellini, 1940, tomo V 1, p. 777.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 515.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7918).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva trabalhada nas quatro faces, com um soco na parte superior da cornija, que exibe a meio um *fastigium* triangular com dois toros lisos adossados. Dois estilos distintos de molduração: do tipo gola directa na parte superior do fuste e do tipo gola reversa em baixo. Dimensões máximas: 34 x 17 x 11; campo epigráfico: 15,5 x 13,5. Não há dificuldades de leitura no texto. Alinhamento da paginação à esquerda, ocupando bem o campo epigráfico. Pontuação triangular geralmente correcta. Caracteres de configuração actuária e regular.

6. Texto: *End(ovellico) Sacr(um) / pro Vern/aclam / Treb(iae vel iciae) Muse / ser(vam) Q(uintus) L(icinius?) Ca/tullus / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 4: *Treb(ii)* (Vasconcelos); *Treb(ia)* (Lambrino, 1967); *Treb(onia)* (Mangas); *Treb(iam) Muse(m)* (ILER p. 831). L. 5: *ser(va)* (Vasconcelos, 1938 e Lambrino). L. 7: *v(oto)* (Vasconcelos, 1905).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 208 e 212-13; CIL II 6267a; Vasconcelos, 1905: 132-34; Lambrino, 1952: 102, nº 33 e p. 139; Vasconcelos, 1956: 122, nº 56; Lambrino, 1967: 170-71, nº 96; Mangas, 1971: 166; ILER 838 e p. 831; IRCP 515 = RAP 96; HEpOL 22113.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Por Vernacla, escrava de Trébia (ou Trebícia) Musa, Quinto Licínio Catulo cumpriu a promessa de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça o texto, como é corrente, encontrando-se abreviado. O voto é feito em favor de uma escrava, seguindo-se o nome do dedicante em nominativo, antes da fórmula votiva, que se encontra em abreviatura, como é corrente.

8.2. Onomástica: o dedicante, cujo nome surge no fim, é identificado através dos *tria nomina*, possuindo um cognome (*Catullus*) documentado no espaço geográfico em análise, o qual poderá ter origem céltica (apoiada pelo facto de grande parte dos exemplos da sua ocorrência no CIL pertencerem às Gálias), ou, como I. Kajanto salienta, poderá ser de origem latina, tratando-se de um diminutivo de *Cato*. O nome da escrava em benefício da qual é feito o voto também se regista no espaço geográfico em análise, sendo com frequência atribuído a indivíduos de condição servil, embora significando “nativo” ou “Romano”. Por fim, a sua senhora, *Trebia Musa*, poderia ser *Trebia*, gentílico testemunhado em Beja; possuindo um cognome de base grega, que pode ser considerado latino (*Muse*) e de base teofórica, embora de forma questionável.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui mais um caso em que o voto é feito a favor de outra pessoa, o que poderá indicar uma relação de proximidade entre as pessoas envolvidas. A situação social representada no texto é curiosa, colocando J. d'Encarnação a hipótese de Catulo ter sido libertado, enquanto a sua companheira Vernacla se mantivera escrava.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 208 e 212-13; CIL II 6267a; Vasconcelos, 1905: 132-34; Lambrino, 1952: 102, nº 33 e p. 139; Vasconcelos, 1956: 122, nº 56; Lambrino, 1967: 170-71, nº 96; Mangas, 1971: 166; ILER 838 e p. 831; IRCP 515 = RAP 96; HEpOL 22113; ILER p. 757; CIL II p. 1073; CIL VI 15 508; CIL VI 35 888; Kajanto, 1982: 53, 250 e 312; IRCP 317, 433, 458 e 516.

9. Cronologia: J. d'Encarnação indica o séc. I, atendendo à paleografia.

0. REF: IRCP 516.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7711).

4. Suporte: mármore cinzento de Trigaches.

5. Descrição do monumento: pedestal esborcinado nas arestas e parte esquerda do capitel. Terá havido um plinto sobre a cornija, com um buraco quadrado de bordos arredondados no meio; sob a mesma, moldura de garganta encestada, seguida de dois filetes directos. Inscrição ocupando a face dianteira do fuste, com vestígios de pancadas diversas. Um génio alado em baixo relevo, de pé sobre uma peanha, em cada face lateral, ambos muito destruídos. Separação entre base e fuste por meio de um filete reverso, seguido de moldura de garganta reversa e toro. Dimensões máximas: 95 x 48 x 38. Génios: esquerda: 45 x 25 (asas) x 3 (relevo da cabeça); direita: 44 x 27 (asas) x 4,5 (altura do relevo da cabeça). Campo epigráfico: 49 x 32,5/31 (estreita de cima para baixo). Deficiência da paginação nas quatro primeiras linhas, com alinhamento à esquerda.. Caracteres da linha 1 desajeitadamente em módulo maior, para destacar o nome do dedicante. Grande espaçamento das letras nas linhas 3 e 4. Distribuição da fórmula na linha 9 de acordo com eixo de simetria, com pontuação triangular bem colocada. Caracteres de configuração actuária e traçado regular.

6. Texto: *M(arcus) L(icinius?) Ni/gellio / Deo Endo/vellico / sacrum pr[o] / salutem / L(iciniae) Marcian[e?] / filiae sue [sic] / v(otum) · a(nimo) · l(ibens) · s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 1/2: *N/cellio* (Espanca, CIL). L. 6: *salute m* (Espanca). L. 8: *suae* (CIL). L. 9: *V A C S* (Vasconcelos, decerto por gralha).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 286, nº 18; CIL II 5207; Vasconcelos, 1905: 136-37; Lambrino, 1952: 99, nº 10, fig. 16 e p. 124; Blázquez, 1962: 151, fig. 50; Lambrino, 1967: 178-79; ILER 822; IRCP 516 = RAP 97; HEpOL 22009.

7. Tradução: Marco Licínio Nigelião. Consagrado ao deus Endovélico. Pela saúde de sua filha Licínia Marciana, cumpriu de boa vontade o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo, grafado como habitual, é precedido pelo epíteto *deo*, para acentuação do seu carácter indígena, e pelo nome do dedicante. Este último destaca-se do conjunto, denotando uma vontade de ostentação, embora o gentilício surja em sigla. Também aqui o voto é feito em favor de outra pessoa, neste caso a filha do dedicante, seguindo-se a fórmula votiva, como é corrente. É de notar, do ponto de vista gramatical, a coexistência das duas grafias –ae e –e no genitivo, e a utilização perfeita da fórmula votiva.

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se pelos *tria nomina*, possuindo um gentilício que seria bem conhecido na região (daí que J. d'Encarnação o tenha reconstituído como *Licinius*, embora com dúvidas), o que explicaria o facto de vir em sigla, e um cognome latino não muito frequente, registado em Mértola. Já a beneficiada também apresenta gentilício em sigla, como o pai, e um cognome latino, bastante difundido no mundo romano e documentado no espaço geográfico em análise. Temos então uma onomástica latina, mas sem definir um estatuto social seguro, pois a ocultação do gentilício pode ser um sintoma cronológico e não indicador da condição de liberto, pelo que ambos poderão ter sido portadores de cidadania romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui outro exemplo de cumprimento do voto em favor de outra pessoa, sendo neste caso clara a relação familiar entre o dedicante e a beneficiada. O facto de o voto ser feito *pro salutem* realça os atributos salutíferos de Endovélico; já a

decoração do monumento acentua o carácter infernal desta divindade, dado que os génios alados simbolizam a estrela da manhã, indicadora do caminho do Além aos mortos heroicizados.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 286, nº 18; CIL II 5207; Vasconcelos, 1905: 136-37; Lambrino, 1952: 99, nº 10, fig. 16 e p. 124; Blázquez, 1962: 151, fig. 50; Lambrino, 1967: 178-79; ILER 822; IRCP 516 = RAP 97; HEpOL 22009; Lambrino, 1952: 124-25 e 136-37; IRCP 102; Kajanto, 1982: 150 e 228.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 517.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7716).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ámula votiva trabalhada nas quatro faces, com vários esborcelamentos nas arestas. Soco na parte superior da cornija, sustentando uma cavidade vagamente rectangular rodeada por um frontão semicircular, à frente e atrás, e por toros cilíndricos lateralmente. É impossível confirmar a presença de decoração geométrica na face do frontão. “Moldura de gola encurtada no capitel e de gola reversa na base”. Dimensões máximas: 47 x 24 x 14,5; campo epigráfico: 22,5 x 20,7. Paginação cuidada, em caixa, com intenção de simetria na última linha; verificando-se a utilização de pequenas letras a fim de evitar cortes de sílabas. Pontuação quase imperceptível, devido à erosão. Caracteres monumentais quadrados, bem gravados.

6. Texto: *Endovo/lico ex / v(oto) · M(arcus) Livius / Severus / a(nimo) l(ibens) · [p(osuit)]*

6.1. Variantes: L. 3: *Liviu[s]* (Vasconcelos, Blázquez, Lambrino 1967); *Livius* (Lambrino 1951). L. 5: *AL* (Vasconcelos 1905); *ALS* (Vasconcelos 1956); *AL[VS]* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 132, fig. 13; Lambrino, 1952: 101, nº 29; Vasconcelos, 1956: 120, nº 47; Blázquez, 1962: 153-54; Lambrino, 1967: 173, nº 99; IRCP 517 = RAP 98; HEpOL 23800.

7. Tradução: A Endovélico. Em virtude de um voto, Marco Lívio Severo colocou de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encontra-se grafado de forma não habitual, encabeçando o texto, seguido do motivo da dedicatória (*ex voto*), em cumprimento de um voto.

8.2. Onomástica: o dedicante, provavelmente um cidadão romano, é identificado pelos *tria nomina*, possuindo um prenome tipicamente romano, um gentílico pouco frequente no espaço geográfico em análise, e um cognome bastante abundante no mesmo; por sua vez, a filiação é omissa.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: mais uma vez, a presença da expressão *ex voto*, frequente na epigrafia votiva de Endovélico, aponta para a proximidade da relação divindade-dedicante, característica da religiosidade hispano-romana.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 132, fig. 13; Lambrino, 1952: 101, nº 29; Vasconcelos, 1956: 120, nº 47; Blázquez, 1962: 153-54; Lambrino, 1967: 173, nº 99; IRCP 517 = RAP 98; HEpOL 23800

9. Cronologia: séc. I, segundo J. d'Encarnação, atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: IRCP 518.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos, em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7826).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: placa votiva encaixilhada, faltando um bom pedaço ao nível da linha 2. Pôde ser quase integralmente reconstituída, colando-se os seus fragmentos. Campo epigráfico demarcado por moldura de gola directa, com marcação de diagonais nos cantos. Dimensões: 30 x 36 x 8 (?); campo epigráfico: 16,5 x 22,2. Paginação obediente a um eixo de simetria, embora não seguindo uma translineação correcta. Pontuação triangular, presente no final da linha 4 para a obtenção de um certo equilíbrio estético. Caracteres actuários, aproximados do tipo monumental quadrado devido à regularidade da gravação.

6. Texto: *M(arcus) · Mogolius / C[ar?]us · End/ovellico / v(otum) · a(nimo) · l(ibens) · s(olvit) ·*

6.1. Variantes: L. 1: *[M]ogolius* (CIL, ILER). L. 2: *C(ai) [f(ilius) D(eo)] S(ancto)* (Vasconcelos); *[D(eo)] S(ancto)* (CIL, Blázquez, ILER); *Endo* (Blázquez). L. 3: *[ov]ellico* (CIL, ILER). L. 4: *[A] L S* (CIL, Blázquez, ILER).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 122, nº 59; Vasconcelos, 1983: 210, nº 5; Blázquez, 1962: 152, nº 29; Lambrino, 1967: 179, nº 106; ILER 839; CIL II 6267b = IRCP 518 = RAP 99; HEpOL 22114.

7. Tradução: Marco Mogólio Caro (?) cumpriu de bom grado o voto a Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o nome do dedicante antecede o teónimo, que se encontra grafado da forma habitual; seguindo-se-lhe a fórmula final, em sigla e corrente.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita através dos *tria nomina*, possuindo um gentílico considerado de étimo celta, do qual este exemplo parece constituir o único no mundo romano, embora Vallejo não pense tratar-se de um nome indígena com segurança (atendendo ainda à cidadania romana do indivíduo); e um cognome que J. d'Encarnação pensa ser *Carus*, latino, e não *Crispus*, notando-se o vértice superior direito do V.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 122, nº 59; Vasconcelos, 1983: 210, nº 5; Blázquez, 1962: 152, nº 29; Lambrino, 1967: 179, nº 106; ILER 839; CIL II 6267b = IRCP 518 = RAP 99; HEpOL 22114; Holder II, col. 611, s.v. “Mogol-ius”; Palomar Lapesa, 1957: 87; Schulze, 1966: 34; Kajanto, 1982: 284; Vallejo, 2005: 362.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 519.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7710).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva trabalhada nas quatro faces, com vários esborcelamentos sem importância. Plinto sobre a cornija, no qual assenta o fastígio com *foculus* côncavo, rodeado por dois toros; persistindo o da esquerda em relevo. Moldura do capitel composta por escape directo seguido de gola encurtada; sendo a da base do tipo gola reversa, seguida de escape reverso. Mossas no campo epigráfico, embora não impedindo a leitura. Dimensões máximas: 97 x 51 x 28; campo epigráfico: 55 x 44,5/44. Paginação tendente a seguir um eixo de simetria, não completamente conseguido. Escolha de módulo de letras inadequado, tornando o texto “espalhado”, sensação esta aumentada pelos amplos espaços interliterais e *praenomen* por extenso. Pontuação triangular, usada para fins estéticos nas linhas 4 e 9. Caracteres esguios, levemente gravados.

6. Texto: *Enobolico / Tusca / Olia / Tauri f(ilia) / pro Quinto / Statorio / Tauro / v(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: L. 2: *Tusca [...]* (CIL, ILER). L. 3: *Olia [...]* (CIL, ILER). L. 4: *Tari f [...]* (CIL); *Tauri f [...]* (ILER). L. 7: *Tauro m(arito)* (CIL, Lambrino, ILER, HEpOL); *m(erito)* (Blázquez).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, n° 10; Lambrino, 1952: 99, n° 9; Blázquez, 1962: 150, fig. 48; Lambrino, 1967: 176-77, n° 103; ILER 835; CIL II 142 (p. XXXIX) = IRCP 519 = RAP 100; HEpOL 21231.

7. Tradução: A Enobólico. Tusca Ólia, filha de Tauro, cumpriu a promessa de bom grado, por Quinto Estatório Tauro.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça o texto, sem *deo* nem fórmula consecratória, sendo este o único exemplo da variante *Enobolico*. O voto é feito em favor de uma outra pessoa.

8.2. Onomástica: J. d'Encarnação entende esta inscrição como exemplo de colocação do cognome antes do gentílico, no caso da dedicante, que possui um cognome latino (*Tusca*), documentado no Nordeste do espaço geográfico em análise, e um gentílico (*Olia*) bastante atribuído a libertos, ao qual Schulze atribui origem etrusca. Poderá tratar-se de uma *peregrina* em vias de romanização ou uma cidadã romana recente. O patronímico é aqui indicado à maneira indígena, pelo cognome. A identidade do cognome do pai de Tusca Ólia com a do beneficiado do voto leva o autor a considerar a hipótese de ela ser filha de Q. Estatório, embora os gentílicos não coincidam. Por sua vez, *Taurus* é cognome latino, registado na Península; e *Statorius* é o *nomen* do séxviro registado em Vejer de la Frontera, dado por Schulze como tendo também origem etrusca, embora também se possa relacionar com *Stator*, epíteto de Júpiter. Trata-se então de uma onomástica estranha ao espaço geográfico em análise, podendo as personagens descender de colonos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um exemplo do cumprimento de promessas em benefício de outrem. A possibilidade levantada por J. d'Encarnação de existir uma relação de filiação entre a dedicante e o beneficiado insere esta inscrição num conjunto de outras dedicadas a Endovélico, em que os filhos executam compromissos tomados pelos pais ou em favor destes (*pro* regendo dativo).

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 10; Lambrino, 1952: 99, nº 9; Blázquez, 1962: 150, fig. 48; Lambrino, 1967: 176-77, nº 103; ILER 835; CIL II 142 (p XXXIX) = IRCP 519 = RAP 100; HEpOL 21231; CIL II p. 1200; índices CIL VI p. 4261-62; Schulze, 1966: 73 e 407; Kajanto, 1982: 86 e 329; ILER p. 754; CIL II 1925 = ILER 2257.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 520.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7719).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva desprovida da base e parte do fuste. Soco na parte de cima da cornija, do mesmo modo que nos monumentos IRCP 485 e 507, assinalando-se, à frente e atrás, o frontão triangular e a sugestão dos toros laterais; lateralmente, apenas dois arcos simétricos. Moldura de gola directa. Palmas estilizadas em relevo nas faces laterais: a da esquerda ligeiramente recurvada para a frente, e a da direita em posição direita. Dimensões máximas: 61 x 39 x 14,5; campo epigráfico: 34,5 x 33,5. Paginação com alinhamento à esquerda. Lasca na pedra causada pelo ponto da linha 1. Caracteres de configuração actuária, de inclinação variável e gravação desajeitada.

6. Texto: *Deo · Indo/vellico / votum / Petroni/a Albilla SE/[...]*

6.1. Variantes: L. 5/6: *se[rva]* (Vasconcelos).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 120, nº 50; Lambrino, 1967: 167, nº 91 = AE 1969/70, 221; IRCP 520 = RAP 101; HEpOL 23801.

7. Tradução: Ao deus Indovélico. Petrónia Albila (cumpriu) a promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a epígrafe é encabeçada pelo teónimo, como é habitual, o qual se encontra grafado com I inicial e precedido do epíteto *deo*, para lhe acentuar o carácter divino. Segundo J. d'Encarnação, o texto poderá terminar em *se / viva a(nimo) l(ibens) s(olvit)*.

8.2. Onomástica: a dedicante identifica-se com *duo nomina*: o seu gentilício documenta-se no espaço geográfico em análise, enquanto o seu cognome é dado por Kajanto como um cognome latino pouco representado, característico das zonas de influência céltica, do qual este é o único exemplo conhecido a nível peninsular. J. d'Encarnação não considera plausível a interpretação de Vasconcelos (ver 6.1.), por a personagem possuir gentilício.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a gravação das palmas, consideradas símbolos da imortalidade de Endovélico, aponta para a natureza infernal do mesmo.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 120, nº 50; Lambrino, 1967: 167, nº 91 = AE 1969/70, 221; IRCP 520 = RAP 101; HEpOL 23801; Kajanto, 1982: 127 e 226; IRCP 465.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 521.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7712).

4. Suporte: mármore branco patinado do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva praticamente intacta, estando apenas partidos os cantos dianteiros da cornija e o canto esquerdo da base. Fastígio decorado adiante e atrás na parte superior da cornija, sustentando um *foculus* côncavo, de bordo bem proporcionado e pegas. Toros decorados por linhas passíveis de interpretação como folhas estilizadas umas ao lado das outras, dispostas de cada lado de um cordão no eixo transversal. Duas volutas na frente do fastígio, simétricas em relação a um elemento central, ligadas às dos topos dos toros. Decoração idêntica atrás, o que, aliado à molduração das quatro faces e alisamento do fuste, sugere que o monumento podia ser visto na totalidade. Cornija constituída por uma espécie de faixa saliente, seguida de uma faixa e filete directos. Molduração da base composta por faixa e chanfro reversos. O facto de a superfície de assentamento da peça não ser lisa sugere o enterramento parcial desta. Vestígios espalhados do trabalho do gradim. Dimensões máximas: 101 x 61 x 35; campo epigráfico: 59,5 x 54,5. “Paginação em caixa nas três primeiras linhas e em simetria quase perfeita na linha 4”. Translineação incorrecta (linha 1/2). Boa colocação da pontuação, em forma de vírgula. Preocupação de colocação do texto bem acima do campo epigráfico, a fim de facilitar a leitura. Caracteres monumentais quadrados do séc. I.

6. Texto: *M(arcus) · Pompeius · Sat/urninus · Endo/vollico · votum / s(olvit) ·*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6268 = IRCP 521 = RAP 102; Lambrino, 1952: 98, nº 5 e p. 106; Blázquez, 1962: 152, nº 30, fig. 56; Lambrino, 1967: 180, nº 107; ILER 845; HEpOL 22115.

7. Tradução: Marco Pompeu Saturnino cumpriu o voto a Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento gracioso e bem proporcionado no seu conjunto, revelando bom gosto e integração nos hábitos estéticos romanos

8.2. Onomástica: o dedicante, um provável cidadão romano, é identificado pelos *tria nomina*, possuindo um gentilício do qual existe uma referência noutra ex-voto a Endovélico, mas na forma feminina (*Pompeia*), e um *cognomen* frequente no espaço geográfico em análise, latino e de cariz teofórico pagão (pertencente a Saturno), comum em África, de onde provêm 1163 dos 2507 exemplos registados no CIL. Existe ainda outro paralelo em ILER 2382, registando-se um *Pompeius Saturninus*, num monumento também muito gracioso.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: atendendo ao cognome do dedicante, poderemos então conceber uma eventual ligação com o mundo africano.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6268 = IRCP 521 = RAP 102; Lambrino, 1952: 98, nº 5 e p. 106; Blázquez, 1962: 152, nº 30, fig. 56; Lambrino, 1967: 180, nº 107; ILER 845; HEpOL 22115; IRCP 484; ILER 2382; Kajanto, 1982: 18, 58, 113 e 213.

9. Cronologia: talvez séc. I, atendendo à paleografia.

0. REF: IRCP 522.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7770).

4. Suporte: mármore branco de Pardais/Alandroal, com ondulações cinzentas.

5. Descrição do monumento: paralelepípedo alisado nas quatro faces. Cavidade na parte superior, que J. d'Encarnação não crê ser contemporânea da inscrição, embora, pela forma, o monumento se assemelhe a um pedestal. O campo epigráfico dista cerca de 27 cm do solo, delimitado por moldura de gola directa, com ranhura exterior e marcação de diagonais aos cantos. Nota-se o trabalho do gradim sob o campo epigráfico; embora aí figure a gravação de um M entre duas heras, que, apesar do seu vértice inferior arredondado e carácter anómalo, poderá ter pertencido ao texto original (= *Monumentum?*). Dimensões: 77 x 36 x 25; campo epigráfico: 37, 5 x 24,3. Tentativa de paginação segundo um eixo de simetria. Indicação da existência de pontuação impedida pelo desgaste da superfície epigrafada; contudo, o ponto final da linha 2 deve ser visto como meio de correcção de um erro de paginação, há dois pontos triangulares na fórmula dedicatória e uma *hedera* lanceolada gravada muito abaixo. O texto sobe ligeiramente da esquerda para a direita, revelando um vício de posição do *ordinator* ou do lapicida. Caracteres de configuração actuária e esguia, com barras oblíquas.

6. Texto: *Endovelli/co · sacrum · / ex · relegione [sic] / iussu · numinis / Pomponia / Marcella / a(nimo) · l(ibens) · p(osuit) (hedera)*

6.1. Variantes: L. 1: *Endovelico* (CIL = ILS = Blázquez = ILER). L. 3: *religione* (CIL *et alii*); nenhum autor refere o M.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 138 e p. XXXIX; Pereira (Gabriel), 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 11; ILS 4513c; Lambrino, 1952: 100, nº 15; Blázquez, 1962: 149, nº 12; Lambrino, 1967: 196-97, nº 127; ILER 818; IRCP 522 = RAP 103; HEpOL 21227.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Pompónia Marcela colocou de bom grado, por mandado do deus, segundo os preceitos do ritual.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça a inscrição, grafado da forma habitual, sem epíteto. O voto é cumprido *ex religione*, expressão de que J. d'Encarnação não encontrou paralelo, e que exprimirá o empenho colocado no cumprimento de preceitos rituais. Já *iussu numinis*, documentado noutros monumentos de culto a esta divindade, implica uma manifestação da vontade divina, em sonhos, aparições ou recorrendo a oráculos.

8.2. Onomástica: a dedicante possui uma onomástica latina frequente na Península, documentando-se o seu gentílico em Elvas, enquanto o seu cognome, latino e de origem republicana, se revela muito difundido no mundo romano. J. d'Encarnação apelidou-a de “indígena romanizada”, por omitir a filiação e usar uma fórmula dedicatória muito própria da Lusitânia; devendo porém tratar-se de uma cidadã romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento manifestará um empenho da dedicante no cumprimento dos preceitos rituais, além de remeter para a ligação dos cultuantes à divindade através de aparições divinas ou de oráculos, estando a sua utilização documentada em outras inscrições dedicadas a Endovélico.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 138 e p. XXXIX; Pereira (Gabriel), 1878: 42 (não consultado); Espanca (J. J. Rocha), 1882: 277, nº 11; ILS 4513c; Lambrino, 1952: 100, nº 15; Blázquez, 1962: 149, nº 12; Lambrino, 1967: 196-97, nº 127; ILER 818; IRCP 522 = RAP 103; HEpOL 21227; IRCP 487, 488, 588 e 595; Kajanto, 1982: 173.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 523.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7790).

4. Suporte: mármore róseo do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: estela votiva não trabalhada na face posterior, exibindo um relevo onde figura um homem nu, em posição de caminhar, fracturado ao nível do diafragma, vendo-se ainda o antebraço e mão esquerda; Lambrino conseguiu ver a extremidade de um manto junto da perna esquerda, que o dito homem teria pelas costas. Escultura rude, sobre um soco dotado de inscrição, também de gravação rude, aumentando os estragos da pedra a dificuldade de leitura. Dimensões máximas: 91 x 51 x 19; campo epigráfico: 15,5/19,5 x 49. “Paginação descuidada”. Grande irregularidade dos caracteres. Esquecimento do M na linha 2 e do O na linha 3.

6. Texto: *Deo Endoveli/co sacrum aedeolu(m) / C(aius?) S(ulpicius?) C (?) pro v<o>tum fecit*

6.1. Variantes: L. 2/3: *aedeolus / C(aii) s(ervus)* (Mangas). L. 3: *apro* (Lambrino, HAE); *C S...A...pro v(o)t[o]* (AE); omissão de *S* (Blázquez, ILER p. 831).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 138; Vasconcelos, 1938: 139; Lambrino, 1952: 58-59, nº 15 = AE 1953, 261; Lambrino, 1952: 102, nº 34; p. 117-20 = HAE 651; Blázquez, 1962: 153, nº 38; Lambrino, 1967: 163-64; Mangas, 1971: 167; ILER 844 e p. 831; IRCP 523 = RAP 104; HEpOL 23802.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Gaio (?) Sulpício (?) C... fez uma edícula, em cumprimento de uma promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: verificam-se expressões votivas de uso frequente, como o epíteto *deo*, acentuando o carácter divino de Endovélico, *sacrum* e *pro*, regendo um inusitado acusativo (*votum*), que, segundo J. d'Encarnação, estará em lugar de *ex voto*. A edícula, definida como um pequeno templo destinado a acolher o ex-voto, foi erigida pelo dedicante em cumprimento de uma promessa. A figura masculina esculpida representa a divindade, segundo Lambrino, explicando-se assim a sua nudez; contrariando a hipótese de Leite de Vasconcelos, segundo a qual se trataria de um hemiplégico curado por Endovélico.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante parece ser feita por meio de siglas que representarão *tria nomina*, o que apresenta paralelos noutros textos dedicados a Endovélico, sendo a sua reconstituição de carácter hipotético.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constituirá um testemunho de representação iconográfica da divindade, através da escultura de um ser humano masculino, o que coloca ainda a possibilidade de existência de outros pequenos templos votivos similares no recinto sagrado.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 138; Vasconcelos, 1938: 139; Lambrino, 1952: 58-59, nº 15 = AE 1953, 261; Lambrino, 1952: 102, nº 34; p. 117-20 = HAE 651; Blázquez, 1962: 153, nº 38; Lambrino, 1967: 163-64; Mangas, 1971: 167; ILER 844 e p. 831; IRCP 523 = RAP 104; HEpOL 23802; CIL VI 242; Vasconcelos, 1894.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 524.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7773).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: metade superior de uma árula votiva trabalhada nas quatro faces. Plinto com toros e *foculus*, apenas apontados, sobre a cornija. Várias fendas e esborcelamentos, faltando partes da moldura, mormente do lado esquerdo, ao nível das arestas. Linha 4 quase totalmente esmocada pela fractura. A decoração geométrica presente no frontão não foi repetida atrás. Listel simples sob a faixa saliente, de onde arranca uma moldura de garganta directa, seguida de filete directo. Dimensões máximas: 21,5 x 17 x 10,5; campo epigráfico: 7,5 x 14. Paginação com alinhamento de ambos os lados, sendo os pontos triangulares da linha 2 colocados com essa intenção. Caracteres de configuração actuária, revelando uma certa tendência cursiva na linha 1. O que resta da linha 4 não permite uma reconstituição.

6. Texto: *[E]ndovellico / sacrum / S(ulpicia?) Romula / [...]ENT[...]*

6.1. Variantes: L. 3: *s(erva)* (Mangas).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 120; Lambrino, 1967: 194-95, nº 125 = AE 1969-70, 222; Mangas, 1971: 166 (referência); IRCP 524 = RAP 105; HEpOL 23803.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Sulpícia (?) Rómula...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de mais uma dedicatória a Endovélico, cujo teónimo encabeça o texto, estando porém ausente a fórmula final.

8.2. Onomástica: J. d'Encarnação não considera plausível a hipótese de Mangas (ver 6.1.). No seu entender, a dedicante poderá ter o seu gentilício dado em sigla, pois, como refere, existem vários exemplos desta situação no espaço geográfico em análise. Possui ainda um cognome latino, de cariz lendário (ao remeter para a célebre figura da fundação de Roma). Estaremos perante uma cidadã romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: o cognome da dedicante parece constituir um relevante índice cultural, apontando para a sua integração na norma sociocultural romana.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 120; Lambrino, 1967: 194-95, nº 125 = AE 1969-70, 222; Mangas, 1971: 166 (referência); IRCP 524 = RAP 105; HEpOL 23803; IRCP 40 e 464; Kajanto, 1982: 179.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 525.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7835).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: pedestal paralelepípedo simplesmente alisado nas faces. Cavidade triangular na parte superior, ocupando a totalidade da superfície, que pode ser ou não original. Preparação cuidadosa do campo epigráfico com gradim, obtendo uma superfície “um tudo-nada rebaixada”. Dimensões: 36 x 73 x 70; campo epigráfico: 24 x 60. Paginação correcta, obedecendo a um eixo de simetria, embora a lógica do texto pedisse a figuração da fórmula final por inteiro na linha 3. Pontos em forma de pequenos traços, usados com efeitos estéticos no final das linhas 2 e 3. Caracteres monumentais quadrados do séc. I.

6. Texto: *P(ublius) · Sempronius · Celer / Endovollico · v(otum) · s(olvit) · l(ibens) · a(nimo)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6269; ILS 4513d; Lambrino, 1952: 99, nº 1 e p. 139; Blázquez, 1962: 152, nº 31; Lambrino, 1967: 199-200; ILER 846; IRCP 525 = RAP 106; HEpOL 22116.

7. Tradução: Públio Semprônio Céler cumpriu a promessa a Endovélico de bom grado.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: estamos perante um texto de estrutura simples, com o nome do dedicante a anteceder o teónimo, grafado de uma forma que não a habitual; seguindo-se a fórmula final, bastante corrente, indicando que o dedicante cumpriu de livre vontade a promessa à divindade.

8.2. Onomástica: o dedicante apresenta um gentílico relevante, tendo os *Sempronii* constituído uma importante família da Hispânia, contando com muitos testemunhos epigráficos na Península; segundo Knapp, ocupam o 7º lugar entre os gentilícios mais frequentes no CIL II. Já Lambrino inclui este gentílico entre os que recordam “a grande personagem que concedeu o direito de cidadania ao antepassado, várias gerações atrás”. O dedicante possui também um cognome latino, *Celer*, registado em Balsa. Estaremos então perante um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento afigura-se relevante ao apontar para a presença, entre os dedicantes de Endovélico, de gentilícios de importantes famílias hispânicas.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 202; CIL II 6269; ILS 4513d; Lambrino, 1952: 99, nº 1 e p. 139; Blázquez, 1962: 152, nº 31; Lambrino, 1967: 199-200; ILER 846; IRCP 525 = RAP 106; HEpOL 22116; Mangas, 1978: 222; CIL II p. 1071-72; Knapp, 1978: 221; IRCP 76; Kajanto, 1982: 248.

9. Cronologia: de acordo com J. d'Encarnação, data do séc. I, atendendo à paleografia.

0. REF: IRCP 526.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: figura pela primeira vez na obra de A. de Resende.

3. Paradeiro actual: perdeu-se, tendo estado no pórtico de S. Maria da Graça, Vila Viçosa.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia não referida, tendo André de Resende incluído o texto dentro de um rectângulo com uma base estilizada.

6. Texto: *Q(uintus) · Sevius · Q(uinti) · f(ilius) / Pap(iria tribu) · Firmanus / votum deo / Endovolico / s(olvit) l(ibens) m(erito)*

6.1. Variantes: L. 4: *Endovellico* (Espanca); *Endovelico* (Forni).

6.2. Bibliografia da inscrição: Resende, 1593, f. 235 (I p. 287); CIL II 139; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 7; Lambrino, 1952: 100, nº 18 e p. 139; Blázquez, 1962: 149, nº 13; ILER 833; Forni, 1976: 35, nº 43; IRCP 526 = RAP 107; HEpOL 21228.

7. Tradução: Quinto Sévio Firmano, filho de Quinto, da tribo Papíria, cumpriu de bom grado a promessa ao deus Endovólico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a estrutura da inscrição não é habitual, dado que indica primeiro o nome do dedicante, seguido do teónimo, grafado de forma não corrente, a meio da fórmula votiva, e precedido de *deo* a fim de se lhe realçar o carácter indígena. Note-se *votum* por extenso na fórmula final, e a substituição de *animo*, mais vulgar, por *merito*, cuja complexidade da tradução prende-se com a sua intenção de sublinhar a justeza da dedicatória face à benevolência da divindade.

8.2. Onomástica: o dedicante é claramente cidadão romano, identificando-se pelos *tria nomina* e estando eventualmente adscrito a Mérida pela tribo Papíria dessa cidade; este apresenta um gentílico atestado apenas em Arroniz, que identifica o arquitecto eminiense do farol de Coruña. Por outro lado, o seu cognome revela-se mais frequente, embora se trate de um exemplo único no espaço geográfico em análise; Kajanto entende-o como relacionado com a cidade itálica de *Firmum*, atribuindo-lhe ainda um sentido de firme, tenaz.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a invulgar presença de *merito* e o seu significado neste caso aponta também para a proximidade da relação divindade-cultuante na religiosidade hispano-romana.

8.4. Bibliografia geral: Resende, 1593, f. 235 (I p. 287); CIL II 139; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 276, nº 7; Lambrino, 1952: 100, nº 18 e p. 139; Blázquez, 1962: 149, nº 13; ILER 833; Forni, 1976: 35, nº 43; IRCP 526 = RAP 107; HEpOL 21228; CIL II 2972 = ILER 4915; CIL II 2559 = 5639 = ILER 250; CIL II p. 1083; Kajanto, 1982: 50 e 258.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 527.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: igreja da Sr.^a da Boa Hora, Terena.

4. Suporte: mármore.

5. Descrição do monumento: presumível placa embutida na parede, sendo visível apenas o rebordo inferior da moldura; caiada e com as letras mal avivadas a preto aquando da sua fotografia por J. d'Encarnação. Dimensões máximas: 21,5 x 20,2. “Paginação com alinhamento à esquerda e preocupação de fazer caber todo o texto no pouco espaço disponível”. Pontos triangulares, actualmente nem sempre perceptíveis. Caracteres de configuração actuária, de tamanho e inclinação muito irregulares. Omissão do O de *Sitonia* por parte do lapicida. Globalmente, um texto descuidado.

6. Texto: *Sit<o>nia · Q(uinti) · f(ilia) / Victorina / iix · visu Q(uinti) Sit/oni Iiquiistris / patris · sui En/dovellico · p(onendum) · c(uravit)*

6.1. Variantes: a versão do CIL II 140, muito atabalhoada, foi de pronto corrigida por Hübner.

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 140 e p. L; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278-79 n° 16 = CIL II 5201; Vasconcelos, 1905: 122-23; Manuel (Caetano da Câmara), 1905: 340 (referência); Vasconcelos, 1916: 166-67; Fernández Fustez, 1950: 283 e 288-89; Lambrino, 1952: 102, n° 32; Blázquez, 1962: 149-50, n° 14; ILER 847 e p. 831; IRCP 527; RAP 108; HEpOL 21229.

7. Tradução: Sitónia Vitorina, filha de Quinto, por via de uma visão de Quinto Sitónio Equestre, seu pai, tratou de colocar a Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto apresenta alguns aspectos inusitados, mormente a indicação do teónimo no fim do texto, grafado da forma habitual, e a fórmula final, invulgar em textos votivos. Este monumento testemunha o cumprimento, por parte da filha, de um compromisso assumido pelo pai, o qual pode ter advindo de uma aparição da divindade ao pai, ou a sua execução pode ter derivado de uma aparição do pai já falecido à filha. A ver pelo gentílico dependente de *ex visu*, tratar-se-á de uma visão em que o pai teria comunicado à filha a necessidade de cumprimento do voto feito por ele.

8.2. Onomástica: o gentílico de ambos é relacionado com várias entidades, como *Sitinius*, *sitonia* (nome dado à intendência dos celeiros públicos dirigida pelo *sitona*) e um povo da Germânia designado *Sitones*. A filha possui ainda um cognome latino, muito frequente no mundo romano e documentado duas vezes no espaço geográfico em análise. Já o cognome do progenitor, relacionável com a classe equestre, poderá ter uma origem etimológica ligada à administração. Em suma, ambos são cidadãos romanos, a ver pela sua onomástica tipicamente latina.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este texto pode ser inserido no conjunto de testemunhos respeitantes a uma das características mais marcantes do culto a Endovélico, o vínculo religioso que passa de pais para filhos.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 140 e p. L; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278-79 n° 16 = CIL II 5201; Vasconcelos, 1905: 122-23; Manuel (Caetano da Câmara), 1905: 340 (referência); Vasconcelos, 1916: 166-67; Fernández Fustez, 1950: 283 e 288-89; Lambrino, 1952: 102, n° 32; Blázquez, 1962: 149-50, n° 14; ILER 847 e p. 831; IRCP 527; RAP 108; HEpOL 21229; Schulze, 1966: 232; Kajanto, 1982: 278 e 313; IRCP 426 e 429.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 528.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula votiva com plinto na parte superior da cornija, sustentando um *foculus* elipsoidal elevado, rodeado à frente e atrás por um frontão de dois arcos e por dois toros lisos “presos” ao *foculus* dos lados. Moldura do tipo gola directa em cima e de gola reversa na base. Dimensões máximas: 29 x 15,5 x 9; campo epigráfico: 11 x 13,5. Paginação perfeita, em caixa. Pontuação geralmente correcta, em forma de cauda de andorinha. Caracteres monumentais quadrados do séc. I, terminados com requinte.

6. Texto: *Endovellico / sacrum · L(ucius) · T(erentius?) M(aximus?) / et · T(erentia?) · M(axima?) · ex im/perato aver/no · a(nimo) l(ibentes) f(ecerunt)*

6.1. Variantes: L. 5: *p(osuerunt)* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 130-31; Lambrino, 1952: 100, nº 16, p. 117 e 125; Blázquez, 1962: 154, nº 44; Lambrino, 1967: 170, nº 95; ILER 841; IRCP 528 = RAP 109; HEpOL 23804.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Lúcio Terêncio (?) Máximo (?) e Terência (?) Máxima (?) fizeram de bom grado, de acordo com a ordem avernal.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: os dedicantes constroem o mesmo em consequência do aparecimento da divindade - cujo teónimo figura no início do texto com a grafia habitual - num oráculo, sonho ou visão.

8.2. Onomástica: a identificação dos dedicantes figura em sigla, tornando hipotética a reconstituição de J. d'Encarnação. Esta propõe no entanto uma onomástica tipicamente latina, com omissão da filiação, pelo que estaríamos perante dois cidadãos romanos.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento testemunha a associação do culto a Endovélico aos oráculos, uma das características marcantes do mesmo. Leite de Vasconcelos sugerira a possibilidade de existência de um antro no santuário que, à semelhança do lago da Campânia tomado por entrada do reino subterrâneo, servisse para transmissão das mensagens divinas. Assim, é apontado também um carácter ctónico e subterrâneo para a divindade.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 130-31; Lambrino, 1952: 100, nº 16, p. 117 e 125; Blázquez, 1962: 154, nº 44; Lambrino, 1967: 170, nº 95; ILER 841; IRCP 528 = RAP 109; HEpOL 23804.

9. Cronologia: séc. I, atendendo à paleografia.

0. REF: IRCP 529.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7836).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: questionável placa votiva, bastante danificada dos lados, restando apenas, do lado direito da face dianteira, um trecho da moldura que envolvia o campo epigráfico; o qual só se mostra prejudicado no terço inferior esquerdo. Indícios de alisamento da pedra na face posterior e laterais, figurando um buraco decerto posterior na parte central da primeira; superfícies de fractura irregulares em cima e em baixo. Dimensões: 30 x 47 x 16; campo epigráfico: 26 x 36. Paginação pouco cuidada. Pontuação ausente, figurando no final da linha 3 duas heras de recorte caprichoso. Caracteres monumentais quadrados.

6. Texto: *Endovel/lico sacrum / Terentia · G(aii) (hedera) f(ilia) (hedera) / [cognomen] statuum [f(aciendum) c(uravit)]?*

6.1. Variantes: L. 3: *C* (CIL, Espanca, Blázquez, ILER, Lambrino 1967). L. 4: *fatua* (CIL, ILER); *statua* (Espanca, Lambrino, Blázquez).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 141 e p. L e 807; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278, nº 15; Vasconcelos, 1905: 122-23; Manuel (C. da Câmara), 1905: 340; Lambrino, 1952: 100, nº 17; Blázquez, 1962: 150; Lambrino, 1967: 195-96, nº 126; ILER 814; IRCP 529; RAP 110; HEpOL 21230.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Terência ..., filha de Gaio, mandou fazer uma estátua.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este destinar-se-ia a ser colocado no pedestal da estátua possivelmente erecta pela dedicante em honra de Endovélico, cujo teónimo encabeça o texto da dedicatória, grafado da forma habitual.

8.2. Onomástica: identifica-se uma dedicante detentora de cidadania romana, que apresenta um gentilício documentado no espaço geográfico em análise, bem como um cognome que não se conseguiu recuperar.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: CIL II 141 e p. L e 807; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 278, nº 15; Vasconcelos, 1905: 122-23; Manuel (C. da Câmara), 1905: 340; Lambrino, 1952: 100, nº 17; Blázquez, 1962: 150; Lambrino, 1967: 195-96, nº 126; ILER 814; IRCP 529; RAP 110; HEpOL 21230.

9. Cronologia: séc. I, tendo em conta os critérios paleográficos referidos por J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 530.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7737, fragmento A; fragmento B não identificado).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: enquanto o fragmento A corresponde a parte do fuste de uma presumível ara votiva da qual resta a face lateral esquerda, alisada, o fragmento B será parte integrante do mesmo monumento, considerando que a altura de 19 cm indicada por Leite de Vasconcelos corresponde ao espaço ocupado pelas linhas 2, 3 e 4. Dimensões (fragmento A): 32 x 26 x 20; altura do fragmento B segundo Vasconcelos: 19. Campo epigráfico: 28 x 21.

6. Texto: *Deo [Endovel]/lico sa[crum] / ex resp[onsu] / C(aius) (hedera) V(alerius?) M(aximus?) / a(nimo) l(ibens) [v(otum) s(olvit)?]*

6.1. Variantes: L. 3: *ex r[esponso]* (Vasconcelos); *ex r[esp(onso)]* (Lambrino). L. 4: *C VI[pius?...] (Lambrino)*. L. 5: *AM[...]* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 142-43; Vasconcelos, 1956: 119, nº 42 (fragmento B) e nº 43 (fragmento A); Lambrino, 1967: 203, nº 136; IRCP 530 = RAP 111; HEpOL 23805; inédita a junção dos dois fragmentos.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Em virtude da resposta, Gaio Valério (?) Máximo (?) cumpriu o voto de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o motivo desta dedicatória a Endovélico postula a existência de um oráculo ou de outra forma de manifestação da vontade divina. Note-se o teónimo a encabeçar o texto da dedicatória, grafado como habitual e precedido do epíteto *deo*, acentuando o seu carácter indígena.

8.2. Onomástica: o dedicante identifica-se com os *tria nomina* em sigla, embora em princípio houvesse ainda espaço para grafar o cognome por extenso ou em abreviatura de três letras; a reconstituição apresentada é hipotética. À semelhança de outros casos (IRCP 528 e 531), é proposta uma onomástica tipicamente latina, dada como indicadora de cidadania romana.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento remete para a associação entre o culto a Endovélico e os oráculos.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 142-43; Vasconcelos, 1956: 119, nº 42 (fragmento B) e nº 43 (fragmento A); Lambrino, 1967: 203, nº 136; IRCP 530 = RAP 111; HEpOL 23805; inédita a junção dos dois fragmentos.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 531.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: perdeu-se, tendo estado em Vila Viçosa.

4. Suporte: -

5. Descrição do monumento: tipologia não referida. A divisão das linhas pode ser considerada arbitrária, dada a diversidade de versões, seguindo J. d'Encarnação a versão de Hübner.

6. Texto: *Deo sanct/o · Endovel/lico · M(arcus) · V(alerius?) · M(aximus?) / animo · libe/ns · votum / solvit*

6.1. Variantes: L. 3: *V(eranus)* (Espanca).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 137 e p. XXXIX; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 378, nº 13; Lambrino, 1952: 101, nº 23; Blázquez, 1962: 149, nº 11; ILER 827; IRCP 531 = RAP 112; HEpOL 21226.

7. Tradução: Ao deus santo Endovélico. Marcos Valério (?) Máximo (?) cumpriu de bom grado a promessa.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo, com a grafia habitual, é precedido dos epítetos *deo* e *sancto*, com paralelos no espaço geográfico em análise, acentuando o seu carácter divino. É de notar a fórmula final por extenso, devendo a sua indicação em sigla por parte de S. Lambrino e outros (CIL II p. XXXIX) ser entendida como simplificação.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante é feita através dos *tria nomina*, embora este se mantenha num modesto anonimato, com o gentilício e cognome em sigla; pelo que a sua reconstituição, sugerida por Hübner, é hipotética, baseando-se no facto de os antropónimos apontados serem os mais frequentes no espaço geográfico em análise começados por essas letras.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a gravação do nome do dedicante através de siglas, também presente noutras inscrições, remeterá para o elevado nível de cultura e romanidade dos dedicantes de Endovélico.

8.4. Bibliografia geral: CIL II 137 e p. XXXIX; Espanca (J. J. Rocha), 1882: 378, nº 13; Lambrino, 1952: 101, nº 23; Blázquez, 1962: 149, nº 11; ILER 827; IRCP 531 = RAP 112; HEpOL 21226; IRCP 484 e 507.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 532.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7723).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de placa votiva alisado nas faces laterais e atrás. Resta o trecho de uma faixa, em baixo, da eventual decoração. Possivelmente completa na altura, pelo menos no que respeita ao campo epigráfico. Grande desgaste da face epigrafada devido à erosão. Dimensões: 16,5 x 15,5 x 3,5; campo epigráfico: 12,5 x 15,5. Aparente ausência de pontuação. Paginação cuidada. Caracteres actuários.

6. Texto: *[D]eo Endo/vellico Tu/[l?]a [vel T(itus) V(alerius) M(aximus)] / ex voto / [pos]uit*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458a = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.1 (que o autor reproduz) = IRCP 532 = RAP 113; HEpOL 20388.

7. Tradução: Ao deus Endovélico. Tula (ou Tito Valério Máximo) colocou, em virtude de voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: atendendo à tipologia, a inscrição destinar-se-ia possivelmente a figurar num monumento, colocado pelo dedicante em honra da divindade.

8.2. Onomástica: existem duas hipóteses de interpretação quanto à identificação de quem coloca: *Tula*, que estará por *Tulla*, cognome registado mais vezes; e *Titus Valerius Maximus*, que tem como obstáculo a pouca clareza do início da linha 3, embora seja apoiada pelo texto anterior, em que a identificação do dedicante também se faz por siglas.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458a = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.1 (que o autor reproduz) = IRCP 532 = RAP 113; HEpOL 20388; Kajanto, 1982: 177.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 533.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7913).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: árula incompleta da qual se conhecia apenas a metade superior aquando das primeiras publicações, tendo a parte direita da metade inferior sido posteriormente encontrada e ajustada com gesso; é aqui apresentado pela primeira vez o monumento com a parte inferior, muito mais gasta do que a anterior. Soco com frontão triangular e toros esculpidos em forma de feixes na parte superior da cornija. Moldura de gola directa em cima e reversa na base. Dimensões máximas: 40 x 22 x 12,5; campo epigráfico: 21 x 14,5/17,8. Paginação verosimilmente alinhada à esquerda. Caracteres actuários, de ductos irregulares.

6. Texto: *Endo/vellico / Valerius / CIICA[?] / [...]M / [vot?]um / [s(olvit)? a]ni/[mo?] l(ibens)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938: 209-10; CIL II 6269a; Vasconcelos, 1905: 134, fig. 17; Vasconcelos, 1956: 122, nº 58; Blázquez, 1962: 152, nº 33, fig. 58; Lambrino, 1967: 171-72, nº 97; ILER 849; IRCP 533 = RAP 114; HEpOL 22117.

7. Tradução: A Endovélico. Valério...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo surge na grafia habitual, encabeçando o texto. A existência dos MM nas linhas 5 e 6 e de um possível NI na linha 7 convidam a ver aí o motivo da dedicatória e a fórmula final quase por extenso.

8.2. Onomástica: do dedicante só é conhecido o gentílico, frequente no espaço geográfico em análise; o seu cognome poderá estar oculto na linha 4. Esta situação suscita dúvidas a respeito da sua condição socio-jurídica, podendo tratar-se de um cidadão romano, a ver pela presença do gentílico.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 209-10; CIL II 6269a; Vasconcelos, 1905: 134, fig. 17; Vasconcelos, 1956: 122, nº 58; Blázquez, 1962: 152, nº 33, fig. 58; Lambrino, 1967: 171-72, nº 97; ILER 849; IRCP 533 = RAP 114; HEpOL 22117.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 534.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7749, E 7778).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: pequeno busto desprovido de cabeça desde o ombro (pertencendo à mesma o fragmento E 7749, encontrado por Vasco de Sousa), com soco quadrangular de bordos arredondados, exibindo na frente uma inscrição votiva já bastante desaparecida. Representação da toga sem grandes pregas, com as pontas entrelaçadas em baixo: a da esquerda sobre a da direita puxada na horizontal, unidas no *umbo*. Tipologicamente, parece uma toga imperial, com um paralelo na estela de Mérida apresentada por F. Braemer; e da época de Trajano, no entender de Vasco de Sousa. Dimensões: 32 x 27 x 20; campo epigráfico: 9 x 27. Pontuação triangular correcta, servindo a obtenção de equilíbrio estético no fim do texto. Caracteres de configuração actuária, regular, e de fina gravação, acentuados inferiormente por pequenas barras para trás.

6. Texto: *Endovellico · [...] [Ve?]sidiu[s] / pro · f(ilio) · suo · G(aio) · Vesidio Fusco / v(otum) · s(olvit) · l(ibens) · a(nimo)*

6.1. Variantes: L. 1: *Deo Endovellico sacrum* (Espanca, CIL, ILER 823); *[Deo Endo]vellico [G. Vesidius...?]* (Lambrino, OAP 1951 *et alii*); *[Deo Endove]llico [C. Vesidius...]* (Lambrino, BEP); *[Deo Endo]vellico [C. Vesidius...?]* (Lambrino, 1967). L. 2: *pro suo CVsidio V[...]* (Espanca, CIL); *pro suo CVsidio[...]* (ILER 823); *C(aio)* (Lambrino, 1967). L. 3: *V S A L* (Espanca, CIL, ILER 823). O Pe. Espanca admite existir outra linha antes da fórmula final, sendo seguido por Hübner e ILER 823.

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 24 = CIL II 5203 = ILER 823; Lambrino, OAP n. s. I, 1951: 56-58 = HAE 4-5, 1953-54, nº 650 = AE 1953, nº 260 = Blázquez, 1962: 150 = ILER 824; Lambrino, BEP XV 1951: 98 nº 3 fig. 1, p. 139 e 140 (nota 2); Lambrino, 1967: 162-63, nº 86; IRCP 534 = RAP 115; HEpOL 22005.

7. Tradução: A Endovélico. ... Vesídio? cumpriu de bom grado a promessa a favor de seu filho, Gaio Vesídio Fusco.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a inscrição é encabeçada pelo teónimo, grafado como é habitual. A promessa é feita a favor de outra pessoa, neste caso, o filho do dedicante, decerto representado então pela escultura.

8.2. Onomástica: do nome do dedicante notam-se unicamente as partes inferiores das letras, já muito gastas. Já o seu filho é identificado com os *tria nomina*, notando-se a transmissão do gentílico, que sugere origem da Península Itálica; o seu cognome é latino, registado no espaço geográfico em análise, devendo, de acordo com M. Lourdes Albertos, ocultar um nome indígena, por ser muito frequente sobretudo nas regiões que conservam a antropónimo primitiva.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um exemplo do cumprimento de promessas em benefício de outra pessoa, indicando geralmente uma relação de proximidade entre esta e o dedicante, como se verifica neste caso, dada a sua clara relação de filiação.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 24 = CIL II 5203 = ILER 823; Lambrino, OAP n. s. I, 1951: 56-58 = HAE 4-5, 1953-54, nº 650 = AE 1953, nº 260 = Blázquez, 1962: 150 =

ILER 824; Lambrino, BEP XV 1951: 98 n° 3 fig. 1, p. 139 e 140 (nota 2); Lambrino, 1967: 162-63, n° 86; IRCP 534 = RAP 115; HEpOL 22005; DA 5, 1913, s.v. “Toga”, p. 347-52, fig. 7003; Braemer, 1959: XXXIV, n° 5; Albertos, 1979: 49; CIL VI 12 493, 28 446, 36 250, 38 308.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 535.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7851).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa com pátina rosada.

5. Descrição do monumento: pedestal rudemente alisado nas laterais e em cima, com inscrição votiva. Aparente pegada do pé direito na parte de cima; para lá, fractura da pedra, restando duas cavidades na linha de fractura, decerto para apoio da estátua. Lambrino sugere a posição dos dois buracos “no lugar dos dois calcanhares”. Para ele, tratava-se de uma dispendiosa estátua em bronze, representativa da divindade em tamanho quase natural. Molduração constituída por duas golas reversas, seguidas de algo similar a um quarto de círculo reverso. Dimensões: 60 x 90 x 90; campo epigráfico: 46 x 90. Paginação tendente a um eixo de simetria não muito bem conseguido, não obstante o factor de equilíbrio das heras da pontuação. Presença de linhas de pauta palpável nas “bases” do S e do B. Heras de forma desigual, consoante a disponibilidade espacial; tendo como característica comum o seu carácter esguio e de ponta afilada. Caracteres monumentais, aproximando-se aqui e ali dos caracteres capitais quadrados.

6. Texto: *Endovollico / sacrum / M(arcus) (hedera) Vibius (hedera) Bassus (hedera) / et (hedera) M(arcus) (hedera) Vibius (hedera) Avitus (hedera) f(ilius)*

6.1. Variantes: L. 2: *sacrum M* (Espanca, CIL). L. 3: *M(arcellus)* (Blázquez). L. 4: omissão do F (Lambrino 1951, Blázquez); *f(ecerunt)* (Lambrino 1967; RAP; HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 289, n° 25 = CIL II 5208; Lambrino, 1952: 98, fig. 2, p. 106, 107, 137-38, 140 = Blázquez, 1962: 151; Lambrino, 1967: 175-76, n° 102; ILER 817; IRCP 535 = RAP 116; HEpOL 22010.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico. Marcos Víbio Basso e Marcos Víbio Avito, seu filho.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o texto é encabeçado pelo teónimo, como é corrente, grafado desta vez com O ao invés de E e dois L. A fórmula dedicatória poderá estar subentendida: J. d’Encarnação prefere *filius* a *fecerunt*, pois, a estar presente a fórmula, esta deveria aparecer como *faciendum curaverunt* e não *fecerunt*, por ser pouco provável que se trate dos escultores; além disso, num pedestal tão imponente, a fórmula estaria decerto numa 5ª linha, a meio, devidamente realçada.

8.2. Onomástica: o gentílico dos dedicantes documenta-se no espaço geográfico em análise, geralmente ligado a gente de posses ou prestígio. O cognome do pai é muito usado na Península, característico sobretudo dos *Aufidii* e dos *Caecilii*; Kajanto poderá considerá-lo derivado da palavra grega para “profundo”. Por sua vez, o do filho, usualmente aplicado ao primogénito, abunda em meios de onomástica indígena, apesar da sua origem latina.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: Lambrino crê que o facto de os dedicantes, prováveis cidadãos romanos, possuírem “bons nomes romanos” confere-lhes um certo estatuto social

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 289, nº 25 = CIL II 5208; Lambrino, 1952: 98, fig. 2, p. 106, 107, 137-38, 140 = Blázquez, 1962: 151; Lambrino, 1967: 175-76, nº 102; ILER 817; IRCP 535 = RAP 116; HEpOL 22010; IRCP 479 e 605; Kajanto, 1982: 244 e 304; CIL II p. 1079; Vallejo, 2005: 201-205.

9. Cronologia: paleograficamente, é monumento do séc. I, segundo J. d’Encarnação.

0. REF: IRCP 536.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7718).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ámula votiva fracturada longitudinalmente em dois fragmentos ajustáveis, cuja má colagem entrava a leitura ao nível da linha 4. Alisamento e molduração nas quatro faces. Capitel gracioso na parte superior da cornija, com dois toros em relevo rodeando um fastígio com *foculus*; os quais apresentam sulco transversal a meio e decoração nos topos, de rosáceas possivelmente quadripétalas. Frontão triangular, com decoração estilizada e simétrica à frente, já pouco distinguível, sendo liso atrás. “A moldura superior inclui filete directo, toro e gola encurtada; na base, gola reversa e toro”. Dimensões máximas: 41 x 23,5 x 11; campo epigráfico: 19,8 x 19. Boa paginação, em caixa, seguida na última linha de uma intenção de simetria, sublinhada em geral pelos pontos triangulares. Caracteres capitais quadrados do séc. I, terminados com requinte. Alturas bem calculadas, com vista ao destaque do teónimo.

6. Texto: *Endovell/ico Vitalis / Messi · Sym/paerontis · f(ilius) / et · servus a(nimo) · l(ibens) · p(osuit)*

6.1. Variantes: L. 6: *l(ibentes) p(osuerunt)* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1905: 133; Lambrino, 1952: 101, nº 28; Lambrino, 1967: 172-73, nº 98; IRCP 536 = RAP 117; HEpOL 23807.

7. Tradução: A Endovélico – Vital, filho e escravo de Méssio Simperonte, colocou de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a inscrição é encabeçada pelo teónimo, grafado da forma corrente, sem *deo* nem *sacrum*; a fórmula final também é corrente nos textos de culto a esta divindade.

8.2. Onomástica: identifica-se um dedicante de condição servil, devendo ser escravo do senhor que libertou o seu pai, *Messius Sympaeron*, a ver pela expressão *filius et servus*. O nome do dedicante, latino, documenta-se apenas mais uma vez no espaço geográfico em análise, no Redondo, encontrando-se bem representado no meio servil, embora não de forma esmagadora; o gentílico do patrono tem poucos testemunhos na Península, registando-se com uma certa frequência na zona de Sevilha, talvez por influência do cônsul *Messius Rusticus*, que aí figura em dedicatórias imperiais da época dos Antoninos. Já o seu cognome é dado por Lambrino como correspondente a um vocábulo grego, e relacionado com outros antropónimos da mesma família registados na Península, como *Symphersusa* e *Symphorus*. J. d’Encarnação entende-o como um *hapax*, pelo menos na epigrafia peninsular. Solin regista-o com a grafia *Sympheron*, atribuído apenas a três indivíduos, dois de condição incerta e um liberto.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este remete para o facto de aos escravos não ser reconhecida filiação, sendo *Vitalis* considerado filho do seu patrono.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1905: 133; Lambrino, 1952: 101, nº 28; Lambrino, 1967: 172-73, nº 98; IRCP 536 = RAP 117; HEpOL 23807; Palol, 1974: 127-33; IRCP 446 e 339; CIL II 1371 = ILER 1107; 1282 = 1122; 1283 = 1293; 1175 = 2191; CIL II 1079 = ILER 3245 e 6237; CIL II 1637; CIL II 4112 = ILER 1306 = RIT 155; CIL II 2582 = ILER 5614 = IRPL p. 49; Solin, 1982: 922; Kajanto, 1982: 274.

9. Cronologia: séc. I, atendendo a critérios paleográficos referidos por J. d'Encarnação.

0. REF: IRCP 537.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7854).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma ara votiva trabalhada nas quatro faces. Fractura ao nível da última linha do fuste, notando-se apenas a parte inferior de alguns caracteres; contudo, a inscrição prosseguiu na moldura, a qual se apresenta do tipo gola reversa. Dimensões máximas: 24 x 39 x 14,5. Gravação rude dos caracteres, desordenados e de traçado não rectilíneo. Verifica-se uma hera muito mal desenhada,« a seguir ao B, assimétrico.

6. Texto: [...] M [...] OIV[... ani]/mo lib(ens) (hedera) aram posu/it

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 199, nº 310; IRCP 537 = RAP 138; HEpOL 23808.

7. Tradução: ...colocou esta ara de boa vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: da inscrição subiste apenas a fórmula final, onde é expressamente indicada a oferta de uma ara, sendo este ex-voto muito provavelmente dedicado a Endovélico.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 199, nº 310; IRCP 537 = RAP 138; HEpOL 23808.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 538.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. M. Blázquez na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7920).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: metade superior de uma árula votiva trabalhada nas quatro faces. Plinto na parte de cima da cornija similar ao de IRCP 550, com gravação de dois quartos de circunferência concêntricos nas faces anterior e posterior, a simular os toros; decoração idêntica nas faces laterais. Presumível *foculus* rectangular. Moldura de gola encurtada. Objectos rituais em relevo nas faces laterais do fuste: na esquerda, um jarro para a direita, incompleto devido à fractura; na direita, uma pátera também incompleta, com *umbo* e *manubrium* para baixo. Dimensões máximas: 24,5 x 17,2 x 10; campo epigráfico: 13 x 15/15,5. Paginação em caixa, desprovida de pontuação, usando uma pequena letra e nexos. Existência de linhas de pauta e eventual utilização de compasso para traçar as linhas curvas, visíveis na forma das letras. Gravação em bisel, com utilização inteligente do jogo de luz.

6. Texto: *Deo En/dovelli/co CAMAR/...*

6.1. Variantes: L. 3: Hübner parece ler *CAMAHC* em nexos (Lambrino indica *CAAIC*); *C(aius) (...)* (Blázquez); *Camar(ius)* ou *C(aius) Amar(edius?)* (Lambrino). L. 4: *C RT* (CIL); *C RI* ou *GRI...* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6329; Blázquez, 1962: 153, nº 35; Lambrino, 1967: 182-83, nº 110 = AE 1969-70, 218; IRCP 538 = RAP 118; HEpOL 22130.

7. Tradução: Ao deus Endovélico...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a inscrição é encabeçada pelo teónimo, com a grafia habitual, precedido do epíteto *deo*; ao qual se seguiria a identificação do dedicante. O desaparecimento do fragmento que continha parte da linha 4 coloca ainda mais dificuldades à interpretação.

8.2. Onomástica: o dedicante identificar-se-ia através dos *tria nomina*: *C(aius) Amar...?* Lambrino propõe *Amaredius* com reservas, que são plausíveis, se tivermos em conta que se trata de um gentilício muito raro.

8.3. Enquadramento histórico-cultural:

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6329; Blázquez, 1962: 153, nº 35; Lambrino, 1967: 182-83, nº 110 = AE 1969-70, 218; IRCP 538 = RAP 118; HEpOL 22130; TLL I col. 1815; CIL IX 3950 e 3971.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 539.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7728).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte superior de uma ara votiva trabalhada nas quatro faces, com vários esborcelamentos sem importância. Soco paralelepípedo na parte de cima da cornija, com fastígio e toros esboçados na parte da frente, com paralelos noutros monumentos a Endovélico. A fractura ocorreu obliquamente ao nível da linha 3, sendo visíveis apenas as terminações superiores das últimas duas letras. Moldura de gola encurtada, seguida de filete directo. Dimensões máximas: 32 x 29,5 x 15; campo epigráfico: 15,5 x 25. Paginação com alinhamento de ambos os lados. Gravação profunda, mas irregular, dos caracteres. Terminações sublinhadas por pequenos traços horizontais, por vezes de forma exagerada.

6. Texto: *Deo Endo/vellico / [...]VS / [...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 120, nº 49; Lambrino, 1967: 181-82, nº 109; IRCP 539 = RAP 119; HEpOL 23809.

7. Tradução: Ao deus Endovélico...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: note-se a grafia habitual do teónimo, que encabeça a dedicatória, precedido de *deo*; seguir-se-lhe-ia o nome do dedicante.

8.2. Onomástica: resta apenas o final do nome do dedicante, impossibilitando qualquer reconstituição.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 120, nº 49; Lambrino, 1967: 181-82, nº 109; IRCP 539 = RAP 119; HEpOL 23809.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 540.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7733, E 7777).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: placa votiva rudemente alisada por trás e nas faces laterais; da qual restam dois pequenos fragmentos ajustáveis, que representam parte do quarto inferior direito. Campo epigráfico demarcado por moldura de gola directa, diagonal marcada ao canto. Dimensões: 19 x 29 x 7; campo epigráfico: 12 x 21,8. Pontos triangulares. Caracteres de configuração actuária, bem gravados em bisel.

6. Texto: *[Endovellico?] / [praenomen] [...]IVS / [N?]arcissus / [l(ibens)] · a(nimo) · v(otum) · s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 121, nº 53 (E 7733); Lambrino, 1967: 177-78 (E 7777); Encarnação (J. d'), 1978: 213; IRCP 540 = RAP 120; HEpOL 23810.

7. Tradução: (A Endovélico?). (...) Narciso cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: dedicatória a Endovélico, da qual se afigura ausente o teónimo.

8.2. Onomástica: apenas é visível com segurança o cognome do dedicante, latino, não registado por Kajanto. Este possui uma conotação mitológica, documentando-se na Península, em cidades como Salamanca, Mérida e Tarragona. Poderemos estar perante um cidadão romano, atendendo à presença de *tria nomina*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: esta inscrição pode ser relevante como índice cultural, ao remeter para o eventual conhecimento da mitologia.

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 121, nº 53 (E 7733); Lambrino, 1967: 177-78 (E 7777); Encarnação (J. d'), 1978: 213; IRCP 540 = RAP 120; HEpOL 23810; CIL II 876 = ILER 4536, 877 = 4344; CIL II 3973; ILER 2752 e 6270; RIT 244; EE VIII 190; CIL II 6257 e 6259; HAE 1930 = IRB 192.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 541.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento da parte superior de uma ara votiva, certamente trabalhada nas quatro faces. Moldura do capitel praticamente intacta do lado direito, restando do lado esquerdo um pequenino trecho. Dimensões máximas: 35 x 64 x 31. Caracteres de configuração actuária, bem gravados em bisel, embora de traçado ligeiramente ondulado. Da linha 2 apenas são visíveis os traços superiores das letras.

6. Texto: *[De]o Indovel/[lico] sacru[m] [...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458b = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.2 (que o autor reproduz) = IRCP 541 = RAP 121; HEpOL 20389.

7. Tradução: Consagrado ao deus Indovélico. (...)

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: esta dedicatória é também encabeçada pelo teónimo, precedido do epíteto *deo*, mas desta vez grafado com I inicial ao invés de E.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento constitui um testemunho de uma das várias grafias diferentes que podia assumir o nome de Endovélico, que corroborariam a grande extensão do seu culto.

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458b = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.2 (que o autor reproduz) = IRCP 541 = RAP 121; HEpOL 20389.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 542.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7956).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula votiva cuja fractura aconteceu ao nível da penúltima linha. Moldura da base do tipo gola reversa. Dimensões máximas: 12 x 13 x 5,7; campo epigráfico: 6 x 9,7. Da linha 1 é visível apenas a metade inferior das letras. Pontos triangulares.

6. Texto: [...] [E?]/ndovell(ico) / v(otum) · a(nimo) · l(ibens) · s(olvit)

6.1. Variantes: L. 1: ... [deo E]ndovel(lico) (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 205, nº 139; IRCP 542 = RAP 122; HEpOL 23812.

7. Tradução: ... a Endovélico cumpriu de boa vontade o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: nesta inscrição, o nome do teónimo, dubitativamente reconstituído com E inicial, é certamente precedido pelo do dedicante.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 205, nº 139; IRCP 542 = RAP 122; HEpOL 23812.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 543.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7884).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: canto superior direito, bastante esborcinado, de uma árula votiva, que teria molduração nas quatro faces. Cornija lisa em cima. Moldura do tipo gola directa. Dimensões: 15 x 17 x 11,5; campo epigráfico: 6,5 x 12,8. J. d'Encarnação não conseguiu encontrar fragmentos ajustáveis a este. Caracteres monumentais quadrados, de excelente desenho e terminados com requinte.

6. Texto: *[Endov]ellico / [praenomen] [Calp?]urni/[us] [cognomen] [...]*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 543 = RAP 123; HEpOL 23813.

7. Tradução: A Endovélico. ... Calpúrnio (?) ...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo ocupa a primeira linha, grafado da forma corrente; sendo seguido pela identificação do dedicante.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante, que figuraria na linha 2, seria feita através dos *tria nomina*, como sugerido por J. d'Encarnação, documentando-se *Calpurnius* no culto a Endovélico; ou apenas com um cognome, como por exemplo *Saturninus*. Embora com reservas, tratar-se-ia de um cidadão romano.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 543 = RAP 123; HEpOL 23813.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 544.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7942). Não foi encontrado, tendo resultado infrutíferas as tentativas de relacionar os dados apresentados por Lambrino com qualquer outro fragmento guardado no MNA.

4. Suporte: mármore.

5. Descrição do monumento: fragmento da parte superior de uma árula votiva. Dimensões: 14 x 15 x 5,5 (Lambrino).

6. Texto: *Endove[l]/lic[o] [...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 190; IRCP 544 = RAP 124; HEpOL 23814.

7. Tradução: A Endovélico (...).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeçava a inscrição, grafado da forma habitual.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 190; IRCP 544 = RAP 124; HEpOL 23814.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 545.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7772). Resultaram infrutíferas as tentativas de junção deste fragmento a algum dos outros, de que pode fazer parte; estranhando-se que Lambrino não o tenha estudado, já que se encontrava no museu entre as pedras de S. Miguel da Mota.

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: canto superior direito de uma ara votiva alisado atrás, com alguns pedaços colados, restando ainda parte da face lateral. Aparente *foculus* circular em relevo sobre a cornija, já mal definido. “Moldura de garganta directa entre dois filetes directos”. Dimensões máximas: 35 x 31 x 23; campo epigráfico: 13 x 27. É visível na linha 1 parte do O de *deo*, bem como uma hera cordiforme, de pecíolo breve para a direita. Caracteres de configuração actuária, de gravação algo cuidada.

6. Texto: [De]o (hedera) Endov/[ell]ico (hedera) [...]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 120, nº 48; IRCP 545 = RAP 125; HEpOL 23815.

7. Tradução: Ao deus Endovélico. ...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeçava a inscrição, grafado da forma habitual e precedido do epíteto *deo*.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 120, nº 48; IRCP 545 = RAP 125; HEpOL 23815.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 546.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por S. Lambrino na segunda metade do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7881).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula votiva trabalhada nas quatro faces, com vários esborcelamentos sem importância, excepto o ocorrido no início da penúltima linha, que fez desaparecer duas letras. Resta um pedaço do fuste com decoração lateral em relevo, que parece idêntica em ambos os lados, embora mais conservada à direita: a forma terminal, ligeiramente curta e mais larga, parece ser de um ramo de palmeira. Moldura de gola reversa na base. Dimensões máximas: 28 x 24 x 15. Decoração lateral: esq.: 7 x 6; dir.: 10 x 7. Campo epigráfico: 11 x 19,5. Paginação ocupando a totalidade do campo epigráfico. Pontos triangulares profundos. Caracteres de configuração actuária e bom recorte, com terminações cuidadas.

6. Texto: [...]/[ti]anus / a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit)

6.1. Variantes: L. 1: [...Pac?]cianus (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Lambrino, 1967: 201-02, nº 134; IRCP 546 = RAP 126; HEpOL 23816.

7. Tradução: ...cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se da parte final de um ex-voto, verosimilmente a Endovélico.

8.2. Onomástica: na penúltima linha figuraria a terminação de um cognome, talvez como *Avitianus* ou *Quintianus*; J. d'Encarnação crê que não haveria espaço para o C indicado por Lambrino.

8.3. Enquadramento histórico-cultural:-

8.4. Bibliografia geral: Lambrino, 1967: 201-02, nº 134; IRCP 546 = RAP 126; HEpOL 23816.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 547.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (sem nº).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte inferior de uma árula votiva com molduração nas quatro faces, em dois fragmentos colados, com fractura oblíqua. Pequena parte do fuste do lado esquerdo e resto de um relevo do lado direito, questionavelmente o pé de um ramo. Moldura de gola reversa, onde foi gravada a última linha. Dimensões máximas: 20,5 x 18,5 x 10. Só a reunião no mesmo local de todos os fragmentos procedentes de S. Miguel da Mota permitirá a relação deste fragmento com algum dos restantes, de que eventualmente fará parte.

6. Texto: [...] / [...]SLV[...] / [...]NVS AL

6.1. Variantes: L. 1: *SIV*. L. 3: [...] *anus a(nimo) l(ibens)* (HEpOL).

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6335 = IRCP 547 = RAP 139; HEpOL 22138.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: dada a sua procedência do santuário de S. Miguel da Mota, estaremos perante uma dedicatória a Endovélico, apesar da ausência do teónimo.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6335 = IRCP 547 = RAP 139; HEpOL 22138.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 548.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em 1982, num dos primeiros números de *Ficheiro Epigráfico*.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7725).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: canto superior esquerdo de uma árula votiva alisada em cima, atrás e na face lateral esquerda. Moldura do tipo gola directa. Dimensões máximas: 19 x 15 x 9,5; campo epigráfico: 10 x 9. Boa gravação dos caracteres. Dificuldade de previsão da largura do texto, e consequentemente, da reconstituição da linha 1. A linha 3 também é hipotética.

6. Texto: *End[ovellico?] / C(aius) QV[...]/ V[M?...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.3; IRCP 548 = RAP 127; HEpOL 23817.

7. Tradução: A Endovélico (?).C(aio?) (...).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: talvez o início de um ex-voto a Endovélico, que parece encabeçar o texto da inscrição, como é corrente.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.3; IRCP 548 = RAP 127; HEpOL 23817.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 549.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (nº 7721).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: dois fragmentos de uma árula votiva “unidos entre si por um fuste em gesso, cuja altura pode não estar proporcionada”. Plinto na parte superior da cornija, com fastígio central de pequeno *foculus* oval, rodeado por toros lisos com sulco a meio, em baixo relevo. Moldura do tipo gola directa. Resta ainda uma pequena parte do lado esquerdo do fuste e um trecho bastante danificado da base, de molduração aparentemente constituída por filete e gola reversos. Dimensões máximas: ? x 17 x 11,5; campo epigráfico: ? Caracteres de configuração actuária e regular.

6. Texto: *Endov[e?l]/ic[o] [...]*

6.1. Variantes: L. 1: *Endov[ell]* (Lambrino); Blázquez não lê linha 2.

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 23; CIL II 5209a; Blázquez, 1962: 151, nº 23; Lambrino, 1967: 167-68, nº 92; IRCP 549 = RAP 128; HEpOL 22011.

7. Tradução: A Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeçará a dedicatória, como é habitual; J. d’Encarnação não crê que haja espaço para os dois LL indicados por Lambrino, pelo que se interroga se não poderá ser lido *Endovolico*.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 23; CIL II 5209a; Blázquez, 1962: 151, nº 23; Lambrino, 1967: 167-68, nº 92; IRCP 549 = RAP 128; HEpOL 22011.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 550.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7819 e 7847 - tendo recebido números diferentes por terem sido até então considerados monumentos isolados).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: duas metades em que foi cortada de alto a baixo uma árula votiva, restando as duas primeiras linhas da inscrição. Soco alto (9 cm) na parte superior da cornija, decorado nas quatro laterais com dois quartos de círculo concêntricos. Moldura do tipo gola directa. Dimensões máximas (totais, com justaposição dos dois fragmentos): 28 x 20/19 x 15/12; campo epigráfico: 10 x 19. Pontos triangulares.

6. Texto: *D(eo) / E(ndovellico) s(acrum) / [V?] REST[...]* / [...]

6.1. Variantes: L. 1: *S(ecundus)* (Blázquez). L. 2: [...] *rest(ituit)* (Blázquez); *Rest(itutus?)* (Vasconcelos); *[I(ulius)?] Rest[itutus]* (Lambrino).

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1938, p. 210; CIL II 6269c; Vasconcelos, 1905: 134, fig. 18; Blázquez, 1962: 153; Lambrino, 1967: 166, nº 90; IRCP 550 = RAP 129; HEpOL 22119.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o teónimo encabeça a inscrição, precedido do epíteto *deo*, encontrando-se ambos em sigla.

8.2. Onomástica: a identificação do dedicante poderá estar no começo da linha 2, tendo sido geralmente aceite a reconstituição do cognome latino *Restitutus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1938: 210; CIL II 6269c; Vasconcelos, 1905: 134, fig. 18; Blázquez, 1962: 153; Lambrino, 1967: 166, nº 90; IRCP 550 = RAP 129; HEpOL 22119.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 551.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7832).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento muito irregular de uma questionável placa votiva. Dimensões: 25 x 38 x 16; campo epigráfico: 19 x 23, 5. Dificuldade em garantir que não pertence a nenhum dos outros monumentos procedentes do mesmo santuário.

6. Texto: [...] / [En]dovoli[co...]

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 551 = RAP 130; HEpOL 23818.

7. Tradução: A Endovólico...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: mais uma dedicatória a Endovélico cujo estado fragmentado nos permite ler apenas parte do teónimo.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 551 = RAP 130; HEpOL 23818.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 552.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7950).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma presumível cabeça de cujo lado esquerdo falta mais de metade, dando a impressão de que a inscrição ocupa uma superfície alisada, questionavelmente na parte posterior da cabeça, não prosseguindo lateralmente em nenhum dos sentidos. Apresenta ondulações no lado direito. Dimensões: 16 x 14,5 x 7.

6. Texto: *Imag(o?) / [...] TI / [...?]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458e = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.5 (que o autor reproduz) = IRCP 552 = RAP 140; HEpOL 20392.

7. Tradução: Imagem...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: à primeira vista, parece tratar-se da identificação da estátua de alguém ou da própria divindade, através de legenda.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: a natureza deste monumento reveste-o de apreciável importância, questionando-se J. d'Encarnação sobre a existência de paralelos.

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458e = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.5 (que o autor reproduz) = IRCP 552 = RAP 140; HEpOL 20392.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 553.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida por Leite de Vasconcelos em 1890.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7759).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: pequeno fragmento irregular de placa votiva não alisada atrás. Não tiveram sucesso as tentativas de junção da mesma a qualquer outro fragmento epigráfico no museu. Dimensões: 20 x 14,5 x 5; campo epigráfico: 12 x 10. Caracteres de configuração actuária, bem gravados e terminados com requinte.

6. Texto: *End[ovellico?] / sac[rum...]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Vasconcelos, 1956: 121, nº 52; Lambrino, 1967: 193, nº 122; IRCP 553 = RAP 131; HEpOL 23820.

7. Tradução: Consagrado a Endovélico...

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a inscrição é verosimilmente encabeçada pelo teónimo, cuja grafia não pode ser garantida.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Vasconcelos, 1956: 121, nº 52; Lambrino, 1967: 193, nº 122; IRCP 553 = RAP 131; HEpOL 23820.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 554.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7724).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento do lado esquerdo do fuste de uma ara votiva. Dimensões: 17 x 10,5 x 9; campo epigráfico: 13 x 10. Aparente cuidado na gravação dos caracteres, de configuração actuária, a ver pelo requinte da terminação do E. Pontos triangulares.

6. Texto: [...?] [Endov?]/ell[ico?] [...] / CVI[...] / S [V?]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458f = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.6 (que o autor reproduz) = IRCP 554 = RAP 132; HEpOL 20393.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: é possível que no fim da inscrição figurasse a fórmula final, da qual faria parte o S – *s(olvit) v(otum)* – embora esta interpretação seja admitida com reservas.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458f = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.6 (que o autor reproduz) = IRCP 554 = RAP 132; HEpOL 20393.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 555.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7922).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte superior esquerda de uma árula, com alisamento nas quatro faces, estando a inscrição no friso do capitel. Não se nota o arranque de qualquer texto no que resta do fuste, estando este alisado apenas à esquerda, com uma saliência que interrompe a moldura à direita. Atrás, na cornija, não se consegue inferir da continuação da inscrição. Vestígios à frente de presumíveis toros. Moldura de gola directa. Dimensões: 16 x 13 x 5,5.

6. Texto: *Endo(vellico) (hedera) d[eo?] [...?]*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458g = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.7 (que o autor reproduz) = IRCP 555 = RAP 133; HEpOL 20394.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a inexistência de texto no fuste e a forma quase estereotipada da invocação sugerem a possibilidade de se tratar de um ex-voto pré-fabricado, à espera de cliente.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458g = Encarnação (J. d'), FE 1982, nº 10.7 (que o autor reproduz) = IRCP 555 = RAP 133; HEpOL 20394.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 556.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: encontra-se entre as inscrições recolhidas e publicadas pelo Pe. Rocha Espanca na segunda metade do séc. XIX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7800).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: parte superior de uma árula votiva bastante danificada, com uma presumível escócia seguida de filete directo. “Da parte dianteira do fuste apenas resta um trecho da linha 1”. Relevos nas faces laterais: um à esquerda (5,5 x 4,5) representando a metade superior de um cão com a pata erguida, ou, de preferência, uma ave com o bico para a esquerda, pescoço comprido e asa presumivelmente aberta; à direita, um punhal de antenas (7 x 5). Atrás, o bico de uma ave de rapina (2,5 x 4), para a direita, presumivelmente um abutre. Dimensões máximas: 17 x 18,5 x 12; campo epigráfico: 4,5 x 11. Caracteres de traçado irregular. Esta peça foi identificada com um dos fragmentos referidos pelo Pe. Espanca, embora o desenho não corresponda exactamente à forma actual do monumento.

6. Texto: [E]ndove/[llico] [...]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 22 = CIL II 5209b; Lambrino, 1967: 189-90, nº 117; IRCP 556 = RAP 134; HEpOL 22012.

7. Tradução: A Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: pelo simbolismo da sua decoração invulgar, este monumento deve ser colocado ao lado do de IRCP 495. Embora pouco reste dos relevos, tudo parece indicar que se trata de animais destinados ao culto de Endovélico; enquanto o punhal apresenta uma tipologia que remonta à Idade do Ferro, assemelhando-se aos representados nas estátuas de guerreiros lusitanos, bem como aos encontrados no reverso das moedas chamadas de *caetra* do séc. I a. C. Este poderá ser o *culter* – cutelo do sacrifício, assaz esculpido nos monumentos epigráficos.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: este monumento remete para a questão da associação do culto de Endovélico a sacrifícios animais.

8.4. Bibliografia geral: Espanca (J. J. Rocha), 1882: 288, nº 22 = CIL II 5209b; Lambrino, 1967: 189-90, nº 117; IRCP 556 = RAP 134; HEpOL 22012; Landau, 1977, grupo 10, nº 2, pl. 25; DA 1, 2ª parte, p. 1584, nº 26.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 557.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7801).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de um monumento “com trecho epigráfico de carácter não definido”. Dimensões: 5,5 x 13,8 x 14. Gravação correcta, em bisel.

6. Texto: [...] [S?]OMINI / [...]

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 557 = RAP 141; HEpOL 23823.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: J. d'Encarnação não arrisca avançar qualquer interpretação, tendo resultado vãs as tentativas de relação deste fragmento com outros procedentes do mesmo local.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 557 = RAP 141; HEpOL 23823.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 558.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça:

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7795).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma questionável ara votiva, consistindo apenas na base, com moldura de tipo gola reversa nas quatro faces. Pequena parte do lado esquerdo do fuste, exibindo o começo da última linha. Dimensões máximas: 12,5 x 17 x 7,9. As inscrições transmitidas a Hübner não são muito credíveis em relação ao monumento, uma vez que “o fragmento não mede 35 cm de altura” e “as letras não são boas”, mas sim incompletas.

6. Texto: *Victor* [?]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: CIL II 6336 = IRCP 558 = RAP 142; HEpOL 22139.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: à semelhança do monumento anterior, J. d'Encarnação não arrisca avançar qualquer interpretação, tendo também resultado infrutíferas as tentativas de relação deste com algum dos outros guardados no MNA, procedentes do mesmo local.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: CIL II 6336 = IRCP 558 = RAP 142; HEpOL 22139.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 559.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7833).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: metade inferior de uma ara votiva com alisamento e molduração nas quatro faces. Molduração cuidada, composta por gola reversa seguida de astrágalos e toro. Dimensões máximas: 24 x 22,5 x 13,8; campo epigráfico: 10 x 19. Paginação aparentemente feita com extremo cuidado. Pontuação elegante, em forma de cauda de andorinha. Caracteres de configuração actuária, terminados com requinte.

6. Texto: [...] / *v(otum) a(nimo) l(ibens) s(olvit)*

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458h = Encarnação, FE 1982, nº 10.8 (que o autor reproduz) = IRCP 559 = RAP 143; HEpOL 23824.

7. Tradução: ... cumpriu de bom grado o voto.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: o contexto arqueológico autoriza a que este monumento seja entendido como dedicado a Endovélico, não obstante a ausência das linhas anteriores. A inscrição revela então uma fórmula votiva corrente no culto a esta divindade.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458h = Encarnação, FE 1982, nº 10.8 (que o autor reproduz) = IRCP 559 = RAP 143; HEpOL 23824.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 560.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7943).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma questionável placa com resto de inscrição. Dimensões: 7 x 10 x 2,3. Encontram-se vestígios de letras numa linha anterior.

6. Texto: [...] / [...] [?]SIEN

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 560 = RAP 144; HEpOL 23825.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: -

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 560 = RAP 144; HEpOL 23825.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 561.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7965).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento irregular do capitel de uma questionável árula votiva, apresentando extensa erosão e um resto de inscrição. Dimensões: 10,7 x 13 x 3,5; largura da faixa: 4,5. Pouca nitidez da gravação. Caracteres de configuração regular. Nexo MA bastante desajeitado.

6. Texto: [...?] *LA MA*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 561 = RAP 145; HEpOL 23826.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: -

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 561 = RAP 145; HEpOL 23826.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 562.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7804).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento muito irregular, não sendo referida mais nenhuma informação acerca da sua tipologia. Dimensões: 11 x 14,7 x 7,5; campo epigráfico: 7 x 13.

6. Texto: [...]ROR[...] / [...]V[...]

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 562 = RAP 146; HEpOL 23827.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: não tiveram sucesso as tentativas de relação deste fragmento com algum dos outros guardados no MNA, procedentes do mesmo local.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 562 = RAP 146; HEpOL 23827.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 563.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez na década de 80 do séc. XX.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7783).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de um monumento de natureza indeterminável, não alisado atrás, tendo a fractura ocorrido, do lado esquerdo, pela haste esquerda do N. Poderá eventualmente fazer parte de algum dos textos já conhecidos. Dimensões: 18,5 x 34 x 8. Presença de vestígios indistintos do final da linha anterior, bem como do que parece ser a linha seguinte. Caracteres de configuração actuária, bem gravados em bisel.

6. Texto: [...] / [...]NVS / [...]

6.1. Variantes: -

6.2. Bibliografia da inscrição: AE 1982, 458i = Encarnação, FE 1982, nº 10.9 (que o autor reproduz) = IRCP 563 = RAP 147; HEpOL 20396.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: -

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: AE 1982, 458i = Encarnação, FE 1982, nº 10.9 (que o autor reproduz) = IRCP 563 = RAP 147; HEpOL 20396.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 564.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7758).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: canto superior direito de uma placa votiva, tendo a fractura ocorrido pela haste do I, de que se nota a parte superior. Moldura de gola encurtada, rebaixada em relação à superfície periférica. Dimensões: 14 x 15,2 x 5,5; campo epigráfico: 5,8 x 6,1.

6. Texto: [*Endovell?*]ico [...]

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 564 = RAP 135; HEpOL 23829.

7. Tradução: A Endovélico (?)

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: a existência do teónimo Endovélico na primeira linha é sugerida pela proveniência deste fragmento, embora se desconheça a grafia adoptada. Não foram encontrados mais fragmentos do mesmo texto.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 564 = RAP 135; HEpOL 23829.

9. Cronologia: -

0. REF: IRCP 565.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: publicada pela primeira vez por J. d'Encarnação em IRCP.

3. Paradeiro actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (E 7957).

4. Suporte: mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: fragmento de uma questionável placa com alisamento do lado esquerdo, cuja superfície se apresenta bastante desgastada. Dimensões: 16 x 8 x 4,5. Gravação deficiente.

6. Texto: *L[...]/F[I?][...]*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: IRCP 565 = RAP 148; HEpOL 23830.

7. Tradução: -

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: mais uma vez, a proveniência do monumento sugere tratar-se de uma homenagem a Endovélico, embora o estado demasiado fragmentado do texto não nos revele nada a este respeito.

8.2. Onomástica: -

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: IRCP 565 = RAP 148; HEpOL 23830.

9. Cronologia: -

0. REF: FE 15, 1985, nº 64.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta em 1978 nas ruínas da igreja de N^a Sr.^a do Loreto, dentro do castelo de Juromenha, e publicada pela primeira vez em 1985.

3. Paradeiro actual: à guarda de José Manuel Camarinha, residente em Elvas.

4. Suporte: mármore branco de Estremoz/Vila Viçosa.

5. Descrição do monumento: ara votiva possuindo uma cavidade na parte superior, aberta também para a parte de trás, que se prolonga para a frente através de um orifício, apontando para a reutilização do monumento, a qual causou algumas fracturas no mesmo. Dimensões: 32 x 34/36 x 14/15; campo epigráfico: 32 x 17. Paginação alinhada à esquerda, pelo menos nas duas primeiras linhas. Caracteres de configuração actuária e *ductus* irregular.

6. Texto: *Endovollico / sacrum (hédera?) pos(uit) / T(itus) Annius (hédera?) / VS[...R[...]] patru? / [...]*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: Maciel (M. J.) e Maciel (T. D.), FE 15, 1985, nº 64; AE 1985, 503; RAP 136; HEpOL 18491.

7. Tradução: Consagrado a Endovólico. Tito Ânio [...?] colocou.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: votiva, tratando-se de mais uma invocação de Endovélico.

8.2. Onomástica: identifica-se um indivíduo que teria possuído *tria nomina*, embora não tendo podido recuperar-se o seu cognome, pelo que estaríamos perante um cidadão romano. Documenta-se noutra inscrição do repertório epigráfico de Endovélico (IRCP 485) um indivíduo também identificado como *T. Annius*, mas com o cognome *Aper*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: partindo do princípio de uma possível relação de patru (?) com patres, no sentido de antepassados, esta inscrição corroboraria a passagem do culto de Endovélico entre pais e filhos.

8.4. Bibliografia geral: Maciel (M. J.) e Maciel (T. D.), FE 15, 1985, nº 64; AE 1985, 503; RAP 136; HEpOL 18491; IRCP 485.

9. Cronologia: séc. I d. C., atendendo a critérios paleográficos.

0. REF: AE 1992, 938.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: recolhida num manuscrito da Biblioteca Nacional de Madrid, tendo-se mantido inédita, apesar de o mesmo ter sido expurgado por Hübner. O facto de nele surgir com a proveniência “*ad Villavitosam in Lusitania*” explica a sua atribuição a S. Miguel da Mota.

3. Paradeiro actual: desconhecido.

4. Suporte: indisponível.

5. Descrição do monumento: indisponível.

6. Texto: *Endovelico sancto Eutichius posuit v(otum) s(olvit) l(ibens) a(nimo)*

6.1. Variantes: divisão arbitrária de linhas na leitura transmitida.

6.2. Bibliografia da inscrição: B.N. ms. 5781 (*olim* Q 87), f. 75 v. J. L. Gamallo Barranco, H. Gimeno Pascual, G. Vargas Jadrque; AE 1992, 938 = Gimeno e Vargas, FE 42, 1992, nº 188 = HEp 3, 1993, nº 477; HEpOL 20650.

7. Tradução: A Endovélico santo. Eutíquio colocou (e) cumpriu o voto de livre vontade.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de um monumento votivo, dedicado a Endovélico.

8.2. Onomástica: o dedicante possui um nome de origem grega, registado por H. Solin (1982) com a grafia *Euty chius*, o qual surge atribuído sobretudo a indivíduos de condição incerta – algo que também poderemos dizer deste indivíduo, tendo ainda em conta a ausência da indicação de uma eventual pertença ao meio servil.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: B.N. ms. 5781 (*olim* Q 87), f. 75 v. J. L. Gamallo Barranco, H. Gimeno Pascual, G. Vargas Jadrque; AE 1992, 938 = FE 42, 1992, nº 188 = HEp 3, 1993, nº 477; HEpOL 20650; Solin, 1982: 1234-35.

9. Cronologia: -

0. REF: AE 2004, 703.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta no contexto das escavações levadas a cabo em 2002 pela UNIARQ e Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.

3. Paradeiro actual: depósito.

4. Suporte: mármore seguramente local.

5. Descrição do monumento: fragmento de árula moldurada desprovida da parte superior, incluindo todo o capitel, o que afectou o campo epigráfico. Molduração do tipo gola reversa na base. Dimensões: (15,6) x 10 x 6,2; campo epigráfico: 9,1 x 8,3.

6. Texto: [*Deo En*] / *dovell[ico]* / [*e*]x voto / C(...) · S(...) ·

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 458, nº 1, fig. 36; AE 2004, 703; também IID., 2005, 219, nº 1, lám. 27b; HEp 13, 2004, nº 980; HEpOL 25459.

7. Tradução: Na sequência de uma promessa, C. S. consagrou ao deus Endovélico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: trata-se de mais um caso em que o teónimo surge precedido de *deo*, verificando-se esta situação cerca de vinte vezes no repertório epigráfico de Endovélico.

8.2. Onomástica: as iniciais do dedicante figurariam na linha 4. Também noutros monumentos consagrados a Endovélico (IRCP 528, 530, 531 e 523) se verifica a grafia dos nomes dos dedicantes através de abreviaturas, o que poderá ser explicado pelas pequenas dimensões da pedra.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 458, nº 1, fig. 36; AE 2004, 703; também IID., 2005, 219, nº 1, lám. 27b; HEp 13, 2004, nº 980; HEpOL 25459.

9. Cronologia: -

0. REF: AE 2004, 704.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta no contexto das escavações levadas a cabo em 2002 pela UNIARQ e Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.

3. Paradeiro actual: depósito.

4. Suporte: mármore branco.

5. Descrição do monumento: fragmento superior de uma árula trabalhada nas quatro faces, apresentando dois toros esboçados, um *fastigium* quadrangular e dois filetes no capitel. Por baixo, moldura composta por filete simples. Dimensões: (22,9) x 16,2 x 7,9; campo epigráfico: 12,1 x 14,6. Segundo AE, as duas primeiras linhas (*D. D.*) encontram-se grafadas em caracteres cursivos, diferindo neste aspecto do restante texto. Poderiam ter-se seguido a *Sestionis* os restos de um F.

6. Texto: *D(eo) d(omino) Ennov(olico) / votus / Sestio/nis + [...] /*

6.1. Variantes: inédita.

6.2. Bibliografia da inscrição: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 459, nº 2, fig. 37; AE 2004, 704; também IID., 2005, 219-220, nº 2, lám. 27c; HEp 13, 2004, nº 981; HEpOL 25460.

7. Tradução: Promessa de Sestião ao deus senhor Enovólico.

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este revela-se singular pela grafia inusitada do teónimo, que conta apenas com um paralelo em IRCP 519 (*Enobolico*), tratando-se de uma forma intermédia entre *Endovelico* e *Enobolico*; e pela sequência *Deo domino*, inédita no *corpus* epigráfico do santuário. Também *votus* em nominativo constitui uma excepção na epigrafia hispânica.

8.2. Onomástica: tanto *Sestio* como *Sestionis* parecem apresentar-se desprovidos de paralelos. A condição socio-jurídica do dedicante afigura-se então incerta, embora possa tratar-se de um *peregrinus*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: em vários aspectos, estamos perante um monumento assaz singular.

8.4. Bibliografia geral: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 459, nº 2, fig. 37; AE 2004, 704; também IID., 2005, 219-220, nº 2, lám. 27c; HEp 13, 2004, nº 981; HEpOL 25460; IRCP 519.

9. Cronologia: -

0. REF: AE 2004, 705.

1. Proveniência: S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal.

2. Historial da peça: descoberta no contexto das escavações levadas a cabo em 2002 pela UNIARQ e Instituto Arqueológico Alemão de Madrid.

3. Paradeiro actual: depósito.

4. Suporte: mármore branco.

5. Descrição do monumento: árula moldurada trabalhada nas quatro faces e fracturada do lado direito, o que afectou a base e o capitel, formado por um plinto paralelepípedo, em cuja parte frontal se definem dois quartos de círculo, representando os toros, e um pequeno frontão triangular. Moldura de gola directa por baixo da cornija. Base constituída por plinto e moldura de gola inversa. Linha 1 gravada no capitel. Dimensões: 28,8 x 15,5 x 8,6; campo epigráfico: 10,1 x 12,7. Caracteres capitais, de gravação pouco profunda e irregular.

6. Texto: *Endove[l] || eco d(eo) s(acrum) Tu / rrecia I+/+ a(nimo) l(ibens) v(otum) s(olvit) f(aciendum) c(uravit)* (ou *filius curavit*)

6.1. Variantes: L. 1/2: possibilidade de *Endove[l] || ico* (AE)

6.2. Bibliografia da inscrição: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 460-61, nº 3, fig. 38; AE 2004, 705; também IID., 2005, 220-221, nº 3, lám. 27d; HEp 13, 2004, nº 982; HEpOL 25461.

7. Tradução: Consagrado ao deus Endovélico. Turrécia ...?... cumpriu o voto de bom grado e mandou fazer (ou o filho mandou fazer).

8. Comentário

8.1. Natureza do monumento: este também se reveste de alguma singularidade, dado que a grafia do teónimo, *Endoveleco*, se regista aqui pela primeira vez, podendo tratar-se de uma variante da grafia mais habitual (*Endovelico*). Já a expressão *d(eo) s(acrum)* poderia também corresponder a *d(eo) s(ancto)*, embora a primeira situação se revele mais frequente na epigrafia votiva de Endovélico.

8.2. Onomástica: não é clara a identificação do dedicante. *Turrecia* parece no entanto constituir um *hapax*, existindo na forma *Turracia*, que constitui um antropónimo pré-romano de raiz hispânica com apenas dois casos registados, ambos na zona de Cáceres. Estaremos então perante uma *peregrina*.

8.3. Enquadramento histórico-cultural: -

8.4. Bibliografia geral: Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003: 460-61, nº 3, fig. 38; AE 2004, 705; também IID., 2005, 220-221, nº 3, lám. 27d; HEp 13, 2004, nº 982; HEpOL 25461; Vallejo, 2005: 438.

9. Cronologia: -

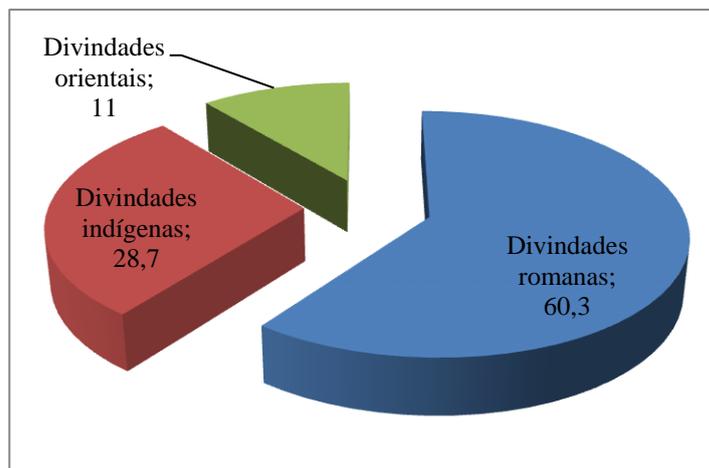
ANEXO II – Tabelas e gráficos

Nome da divindade	Nº inscrições	%
Romanas		
Júpiter	14	19,2
Prosérpina	5	6,8
Marte	2	2,7
Vénus	2	2,7
Apolo	1	1,4
<i>Iuventus/Iuventas</i>	1	1,4
Divindades florestais (5)	7	9,6
Divindades tutelares (3)	5	6,8
Divindades salutíferas (2)	3	4,1
Divindades aquáticas (3)	4	5,5
Indígenas		
"Deusa Santa"/Atégina	5	6,8
<i>Dea Medica</i>	1	1,4
Carneu Calanticense	3	4,1
"Deusa Santa" Burrulobrigense	1	1,4
Runeso Césio	1	1,4
<i>Bandue/Bandi</i>	3 (2+1*)	4,1
Ocrimira	1	1,4
Toga	1	1,4
Andaieco	1	1,4
Quangeio	4	5,5
<i>Broeneia</i>	1*	1,4
<i>Harase</i>	1*	1,4
<i>Reve</i>	1*	1,4
<i>Munidi (Munis)</i>	1*	1,4
Divindade indígena desconhecida de Arronches (contar 1* como a mesma inscrição)	1*	1,4
Orientais		
Cíbele	3	4,1
Ísis	2	2,7
Serápis	1	1,4
Mitra	1	1,4
Belona	1	1,4
TOTAL	73	100

Tabela 1. Categorização das divindades cultuadas no Sul do território actualmente português

Classificação da divindade	Nº inscrições	%
Romana	44	60,3
Índigena	21	28,7
Oriental	8	11
TOTAL	73	100

Tabela e Gráfico 2. Representação das categorias de divindades na globalidade do Sul do território actualmente português



OSSONOBA	Nº inscrições	%
Termo rural		
Divindades romanas	5	100
Núcleo urbano		
Divindades orientais	1	100

Tabela 3.

MÉRTOLA	Nº inscrições	%
Divindades indígenas	1	100
MIRÓBRIGA		
Divindades romanas	4	100
ALCÁCER DO SAL		
Divindades romanas	2	66,7
Divindades orientais	1	33,3
TOTAL	3	100

Tabela 4.

BEJA	Nº inscrições	%
Núcleo urbano		
Divindades romanas	3	75
Divindades orientais	1	25
TOTAL	4	100
Termo rural		
Divindades romanas	6	54,5
Divindades indígenas	4	36,4
Divindades orientais	1	9
TOTAL	11	100
Procedência não referida (Beja?)		
Divindades orientais	2	100

ÉVORA	Nº inscrições	%
Núcleo urbano		
Divindades romanas	1	50
Divindades indígenas	1	50
TOTAL	2	100
Termo rural		
Divindades romanas	1	25
Divindades indígenas	3	75
TOTAL	4	100
Área de Vila Viçosa e termo		
Divindades romanas	4	57,1
Divindades indígenas	2	28,6
Divindades orientais	1	14,3
TOTAL	7	100

Tabelas 5. e 6.

ELVAS	Nº inscrições	%
Divindades romanas	9	69,2
Divindades indígenas	3	23
Divindades orientais	1	7,7
TOTAL	13	100

Tabela 7.

AMAIA	Nº inscrições	%
Núcleo urbano		
Divindades romanas	6	85,7
Divindades indígenas	1	14,3
TOTAL	7	100
Termo rural		
Divindades romanas	1	33,3
Divindades indígenas	2	66,7
TOTAL	3	100

Tabela 8.

ARITIUM VETUS	Nº inscrições	%
Divindades romanas	2	33,3
Divindades indígenas	4	66,7
TOTAL	6	100

Tabela 9.

Tabelas 3 a 9. Representação das categorias de divindades nas diferentes regiões do Sul do território actualmente português

CRONOLOGIA DAS INSCRIÇÕES					
	Divindades romanas	Divindades indígenas	Divindades desconhecidas	Divindades orientais	Total
Séc. I a. C.			1		1
Finais séc. I a. C. - inícios séc. I d. C.		1			1
"Inícios do Império"	1	1			2
Séc. I d. C.	6	3	1	1	11
Finais séc. I d. C. - inícios séc. II d. C.	2				2
Séc. II d. C.	7	6	3	2	18
Finais séc. II d. C. - inícios séc. III d. C.	3			1	4
Séc. III d. C.	1	1	1	1	4
Total	20	12	6	5	43

Tabela 10. Datação da amostra epigráfica votiva do Sul do território actualmente português

Classificação da divindade	Nº inscrições	%
Romana		
Mundo urbano	16	36,4
Mundo rural	28	63,6
TOTAL	44	100
Indígena		
Mundo urbano	3	14,3
Mundo rural	18	85,7
TOTAL	21	100
Oriental		
Mundo urbano	3	37,5
Mundo rural	3	37,5
Procedência incerta	2	25
TOTAL	8	100

Divindades romanas

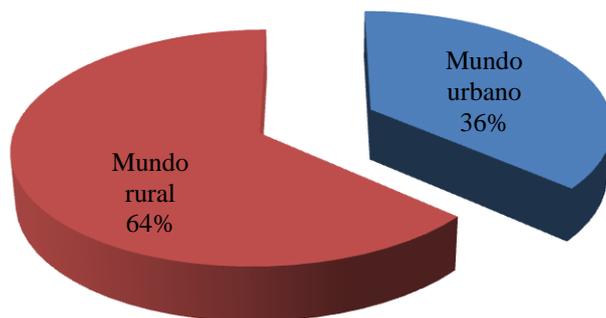


Gráfico 11.1. Representação das divindades romanas no âmbito urbano e rural do Sul do território actualmente português

Tabela 11. Representação das categorias de divindades no âmbito urbano e rural do Sul do território actualmente português

Divindades indígenas

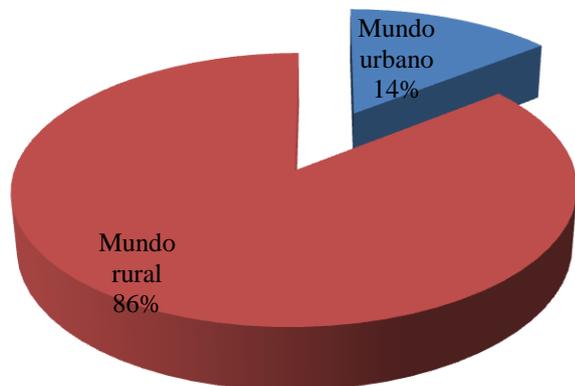


Gráfico 11.2. Representação das divindades indígenas no âmbito urbano e rural do Sul do território actualmente português

Divindades orientais

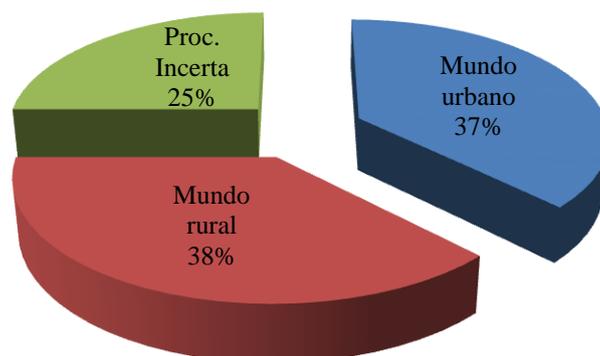


Gráfico 11.3. Representação das divindades orientais no âmbito urbano e rural do Sul do território actualmente português

OSSONoba - CONCELHO DE FARO			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
IRCP 1	<i>L. Agrius</i> [...] (gentílico registado no espaço geográfico em análise e atribuído a indivíduos aparentemente bem romanizados; teria <i>cognomen</i> , que não pôde ser recuperado)	Faro	Provável cidadão romano; sacerdote
IRCP 2	<i>M. Acilius [Bal?]bus lib.</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise; cognome de reconstituição dubitativa, de origem latina)	Milreu, Estói, Faro	Liberto
OSSONoba - ALGARVE OCIDENTAL			
<i>Tria nomina/quatro nomes</i>			
IRCP 60	<i>L. Atilius Maximus Severianus</i> (gentílico largamente registado no espaço geográfico em análise; primeiro cognome latino muito frequente; segundo cognome aqui surgido pela única vez neste espaço)	S. Bartolomeu de Messines, Sines, Faro	Cidadão romano
	<i>L. Atil(ius) · Atilianus</i> (cognome formado a partir do gentílico)		Cidadão romano
	<i>Artullia G. f. · Severa</i> (gentílico surge aqui registado pela única vez; cognome tipicamente latino e abundante)		Cidadã romana
IRCP 62	[...] <i>Paccius [F]ronto</i> (teria tido prenome; gentílico latino bem conhecido e registado na Lusitânia; cognome latino e frequente na Península)	Torre de Apra, Loulé, Faro	Provável cidadão romano
<i>Duo nomina</i>			
IRCP 58	<i>Fonteius Philomusus</i> (gentílico registado no mundo romano e na Península; cognome de origem grega, frequente entre escravos e libertos)	Igreja matriz de S. Clemente, Loulé, Faro	Provável liberto
IRCP 59	[<i>Fonteius / Philomu</i>]/ <i>sus</i>	Boliqueime, Loulé, Faro.	Idem (mesmo indivíduo)
<i>Nome único</i>			
IRCP 56	<i>Patul[us]</i> (cognome latino, não registado por I. Kajanto 1982 excepto na forma feminina, <i>Patula</i>)	Nascente termal das Caldas de Monchique	Condição incerta
IRCP 61	<i>Peculiaris</i> (cognome latino com exemplos na Lusitânia, aplicado a indivíduos do meio servil)	Serros Altos, Albufeira, Faro	Possível escravo

Tabela 12. Onomástica dos cultuantes provenientes do território de *Ossonoba*

MÉRTOLA			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
IRCP 95	<i>C. Valerius Rufus Caepio</i> (gentílico comum; dois cognomes – um latino e outro etrusco - o que não é corrente no espaço geográfico em análise)	Alcáçova do castelo de Mértola	Cidadão romano
MIRÓBRIGA			
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 144	<i>C. Attius Ianuarius</i> (cognome latino, típico do meio servil e frequente em África)	Miróbriga	Médico (actividade de libertos); possível liberto
	<i>Fabius Isas</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome entendido como <i>hapax</i>)		Herdeiro de C. Átio Januário; possível liberto
IRCP 145	<i>G. Pagusicus Marinus</i> (gentílico característico desta localidade; cognome latino, registado no espaço geográfico em análise, num duúnviro de Mértola – CIL II 15)	Castelo Velho, Santiago do Cacém	Provável cidadão romano
	<i>Pagusica Mariana</i> (cognome latino, registado no espaço geográfico em análise)		Provável cidadã romana
IRCP 146	<i>C. Iulius Rufinus</i> (estrutura onomástica tipicamente latina)	Santiago do Cacém	Provável cidadão romano
<i>Duo nomina</i>			
IRCP 147	<i>Flavia Titia</i> (gentílico atestado no espaço geográfico em análise; cognome habitualmente usado como gentílico)	Castelo Velho, Santiago do Cacém	Provável cidadã romana
	<i>Lucilia Lepidina</i> (gentílico surge aqui pela única vez no espaço geográfico em análise; cognome latino, não muito frequente)		Provável cidadã romana

Tabela 13. Onomástica dos cultuantes provenientes dos territórios de Mértola e Miróbriga

ALCÁCER DO SAL E SEU TERMO			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
IRCP 182	<i>M. Octavius Theophilus</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome teofórico de origem grega, bastante frequente entre escravos e libertos)	Alcácer do Sal	Liberto
	<i>Octavia M. f. Marcella Moderatilla</i> (primeiro cognome registado no espaço geográfico em análise; o segundo surge aqui pela primeira vez na Península)		Patrona de M. Octávio Teófilo; cidadã romana
IRCP 183	<i>Flavia L. f. Rufina</i> (onomástica tipicamente latina)	Capela de S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal	Cidadã romana; flamínica emeritense e flamínica perpétua de <i>Salacia</i>
FE 93, 2012, nº 416	<i>Q. Porcius (vel Pompeus) Q. Porci (vel Pompei) lib. Hemeros</i> (ambos os possíveis gentílicos portadores de significado cultural; cognome baseado no vocábulo grego para “doméstico”/“calmo”)	<i>Forum de Salacia</i>	Liberto de Quinto Pórcio (ou Pompeu)
	<i>Q. Porcius (vel Pompeus)</i> (similar ao anterior)		Provável cidadão romano

Tabela 14. Onomástica dos cultuantes provenientes do território de Alcácer do Sal

ÁREA URBANA DE BEJA			
Referência	Nome do indivíduo	Procedência	Observações
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 231	<i>G. Marius Priscianus</i> (gentílico muito registado no espaço geográfico em análise; cognome latino, derivado do gentílico materno)	Beja	Provável cidadão romano
	<i>Stelina Prisca</i> (primeiro nome desprovido de paralelos; cognome latino documentado no espaço geográfico em análise, designando um tribuno militar de época republicana)		Possível cidadã romana
<i>Duo nomina</i>			
HEp 17, 2008, n° 212	<i>Iulia · L. l(iberta) · Saturnina</i> (cognome latino, de cariz teofórico pagão e muito comum em África)	Beja	Liberta; possível origem africana
Nome único			
IRCP 229	<i>Secunda</i> (cognome latino, muito difundido no mundo romano)	Beja	Condição incerta – possível integrante do meio servil
	<i>Primogene</i> (corresponderá a <i>Primigenius</i> , de grande difusão no mundo romano, incluindo no meio servil, e com exemplos na Península)		Escravo
	<i>Felix</i> (cognome latino, frequentemente atribuído a escravos e libertos; grande difusão em África)		Escravo
IRCP 230	<i>Genesis</i> (cognome grego registado em Roma e Jaén)	Beja	Possível escrava

Tabela 15. Onomástica dos cultuantes provenientes da área urbana de Beja

ARREDORES DE BEJA (FREGUESIAS RURAIS)			
Referência	Nome do indivíduo	Procedência	Observações
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 289	<i>L. Antistius Avitus</i> (gentílico de origem itálica, documentado na Península; cognome latino, embora abundante em meios de raiz indígena)	Arredores de Beja	Sacerdotes; prováveis cidadãos romanos
	<i>G. Antistius · Felicissimus</i> (cognome latino, bastante difundido no mundo romano)		
	<i>Irinaeus</i> (pai e filho) (cognome de origem grega, com paralelos peninsulares)		Possível origem liberta
IRCP 290	<i>G. Atilius Cordus</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise; cognome latino, designando um senador e um quatuórviro da Península)	Villa de Pisões, S. Tiago Maior, Beja	Provável cidadão romano
	<i>Catulus</i> (cognome latino, muito frequente em África e aqui registado pela primeira vez na Península)		Escravo de G. Atílio Cordo; possível ligação com o Norte africano
HEp 9, 1999, n° 738	[...A]nnius Ru[...]] f. [P]rimu[s] (teria tido prenome; gentílico bem representado no espaço geográfico em análise; cognome latino referente à ordem de nascimento, frequente entre indivíduos do meio servil)	Alvito, Beja	Provável cidadão romano recente
<i>Duo nomina</i>			
IRCP 286	<i>Aemilia Aelia</i> (dois gentílicos latinos bem registados no espaço geográfico em análise, um dos quais serve de cognome)	Herdade da Misericórdia, Beringel, Beja	Cidadã romana emigrante
IRCP 287	<i>L(ucius) Axonius</i> ou <i>L(ibens) A(nimo) Xonius</i> (gentílico documentado em Elvas)	Quintos (?), Beja	Possível cidadão romano, a confirmar-se identificação com prenome e gentílico

HEp 1997, 1148	7, n°	<i>Plotia · Severa</i> (gentílico registado em <i>Arucci</i> ; cognome latino, muito difundido no mundo romano)	S. Salvador, Serpa, Beja	Provável cidadã romana
		<i>Vale(rius) Crescanius</i> (dois gentílicos, o primeiro dos quais latino, frequente no espaço geográfico em análise)		Provável cidadão romano
Nome único				
HEp 1989, 661	1, n°	<i>Severus</i> (cognome latino, documentado no espaço geográfico em análise)	Vila Verde de Ficalho, Serpa, Beja	Condição incerta
HEp 1997, 1149	7, n°	<i>Sev[erus, -era]</i> (cognome latino, documentado no espaço geográfico em análise)	Serpa, Beja	Condição incerta
HEp 1994, 1002	4, n°	<i>Procla Rufi filia</i> (onomástica latina)	Santa Iria, Serpa, Beja	<i>Peregrina</i>
Procedência não referida				
IRCP 339		<i>Messius [...Arte]midorus</i> (nome não muito frequente na Península; cognome de origem grega, frequente no meio servil)	Beja (?)	Possível liberto

Tabela 16. Onomástica dos cultuantes provenientes do termo rural de Beja

ÁREA URBANA DE ÉVORA			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 374	<i>G. Licinius Rinus</i> (gentílico latino registado no espaço geográfico em análise; cognome desconhecido)	Herdade de Claros Montes, Évora	Provável cidadão romano
<i>Duo nomina</i>			
IRCP 376	<i>[...] Severus</i> (cognome latino, documentado no espaço geográfico em análise; teria tido gentílico)	Évora	Condição incerta – possível cidadão romano; surge como <i>eques romanus</i> , embora não sejam conhecidas famílias equestres em Évora
Nome único			
IRCP 373	<i>[A]ureli[us?]</i> (gentílico imperial, mas de reconstituição incerta)	Desconhecida	Condição incerta – possível cidadão romano
IRCP 377	<i>Agilis Corneliae</i> (cognome latino, não registado na Península excepto sob as formas <i>Agile</i> e <i>Agilio</i>)	Cercanias de Évora	Escravo de Cornélia
IRCP 378	<i>Vernaculus</i> (cognome latino indicador de origem, significa normalmente “nativo” ou “Romano”)	Ruínas do templo romano de Évora	Condição incerta

Tabela 17. Onomástica dos cultuantes provenientes da área urbana de Évora

TERMO DE ÉVORA			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
IRCP 375	<i>Acilius Rufinus</i> (gentílico e cognome bem documentados no espaço geográfico em análise)	S. Bento do Mato, Évora	Provável cidadão romano
	<i>Canidius</i>		Condição incerta – possível cidadão romano
IRCP 410	<i>Caecilia... Q. f.</i> (gentílico atestado no espaço geográfico em análise; poderia ter cognome)	Parede exterior da Igreja de Santana do Campo, Arraiolos	Cidadã romana segura
IRCP 411	<i>Hermes</i> (nome de origem grega; um dos mais atribuídos a escravos, a ver pela lista de H. Solin)	Parede exterior da Igreja de Santana do Campo, Arraiolos	Provável escravo
IRCP 412	... <i>Talonti [f.]</i> (identificação à maneira indígena, com omissão de <i>filius</i>)	S. Justa, Arraiolos	Provável <i>peregrinus</i>

Tabela 18. Onomástica dos cultuantes provenientes do termo rural de Évora

ÁREA DE VILA VIÇOSA E TERMO			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 437	<i>C. Appuleius Silo</i> (gentílico latino, documentado no espaço geográfico em análise; e cognome muito registado na Península, aplicado a 4 senadores)	Ervedal, Avis	Provável cidadão romano; presumível colono e proprietário de <i>villa</i> .
	<i>Threptus</i> (nome derivado da palavra grega para “escravo nascido em casa”, documentado na Península)		Escravo de <i>C. Appuleius Silo</i> ; eventual <i>villicus</i> do mesmo
IRCP 439	[<i>C.</i>] <i>Iulius [C. f.? Gal.] Maxsumus</i> (onomástica latina; cognome de grafia arcaizante, documentado na parte norte do espaço geográfico em análise)	Juromenha, Alandroal; indivíduo da tribo Galéria (?)	Provável cidadão romano; soldado da VII Legião Gémea Pia Félix
HEp 4, 1994, nº 1056	<i>C. Licinius Vegetus</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise; cognome latino muito registado na Península, sobretudo em meios indígenas)	Desconhecida (freguesia de Borba)	Provável cidadão romano
<i>Duo nomina</i>			
IRCP 438	<i>Albia Pacina</i> (gentílico documentado no espaço geográfico em análise; único testemunho conhecido do cognome para Kajanto, podendo derivar de <i>pax</i> ou de <i>Paccius</i>)	Bencatel, Vila Viçosa	Provável liberta.
	<i>Albius Faustus</i> (cognome abundante no CIL, aplicando-se com frequência a escravos)		Provavelmente (a ver pelos cognomes) esposos libertos do mesmo senhor
IRCP 440	<i>I(ulius) Maximianus</i> (gentílico em sigla; cognome latino, derivado de <i>Maximus</i> , apenas aqui se regista no espaço geográfico em análise)	Senhora dos Mártires, Estremoz	Provável cidadão romano
HEp 12, 2002, nº 633	[<i>P</i>]r(imus) <i>Axonius Saron(is) [f.?.]</i> (suposto patronímico de possível origem pré-romana, registado em J. M. Vallejo)	Borba	Provável cidadão romano recente
Nome único			
FE 46, 1994, nº 206	<i>Rufinus Rufi f.</i> (ambos nomes registados no espaço geográfico em análise e frequentes nas áreas de onomástica pré-romana; nome do filho formado a partir do nome do pai)	Freguesia de Maranhão, concelho de Avis	<i>Peregrinus</i>

Tabela 19. Onomástica dos cultuantes provenientes da área de Vila Viçosa

ELVAS			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
<i>Tria nomina</i>			
IRCP 566	<i>Q(uintus?) I(ulius?) Em(eritus?)</i> (cognome pouco atestado no masculino, frequente em África)	Elvas	Possível cidadão romano
IRCP 568	<i>M. Coeli[us] Celsus</i> (gentílico latino, registado em contextos indígenas; cognome latino, bastante difundido no mundo romano)	Villa de Torre de Palma, Monforte	Cidadão romano
IRCP 570	<i>Q. Helvius Silvanus</i> (gentílico registado na Península; cognome latino, documentado no espaço geográfico em análise, podendo representar divindade pagã)	Aro de Elvas	Cidadão romano
IRCP 571	<i>G. Iulius Parthenopaeus</i> (cognome de origem grega e relevante conotação cultural)	Aro de Elvas	Possível liberto de uma <i>gens Iulia</i>
IRCP 572	<i>C. Vettius Silvinus</i> (gentílico registado na Península; cognome derivado de <i>Silva</i> , podendo significar “habitante dos bosques”)	Aro de Elvas	Cidadão romano
	<i>Eunois Plautilla</i> (primeiro cognome baseado em nome grego, muito raro; segundo cognome latino, pouco difundido no mundo romano)		Condição incerta
Nome único			
IRCP 569	<i>Avitus Proculi f.</i> (onomástica latina, mas estrutura indígena)	Igreja de S. Maria, Monforte	<i>Peregrinus</i> em vias de romanização
	<i>Flaccilla Flacci (f.)</i> (cognome latino, não muito frequente, criado a partir do cognome paterno)		<i>Peregrina</i> em vias de romanização
IRCP 573	[...] <i>Rustri f.</i> (patronímico presumivelmente indígena, mas ausente das compilações de Vallejo (2005) e Kajanto (1982))	Herdade da Fonte Branca, Elvas	<i>Peregrinus</i>
IRCP 574	<i>Toncius</i> (um dos nomes indígenas mais representativos da Lusitânia; radical <i>Tonc-/Tong-</i> serve de base a teónimos)	Herdade da Fonte Branca, Elvas	<i>Peregrinus</i>
HEp 6, 1996, n° 1065	<i>Valgius Marci f.</i> (gentílico de origem itálica, usado na onomástica latina; prenome latino usado como patronímico)	Santa Eulália, Elvas	<i>Peregrinus</i> em vias de romanização
Encarnação et al., 2008	<i>Apinus</i> (outros testemunhos na Lusitânia)	Vale da Ribeira da Venda, Arronches	<i>Peregrinus</i>
	<i>Vendicus</i> (primeiro registo do mesmo; radical <i>vend-</i> presente noutros antropónimos)		<i>Peregrinus</i>
	<i>Eriadainus/Eriacainus</i> (ausência de qualquer palavra aproximável; sugerida relação com raiz * <i>er-</i> animais com cornos)		<i>Peregrinus</i>
	<i>Attedia</i> (primeiro registo do mesmo; existência de nomes começados por <i>att-</i> na onomástica indígena)		<i>Peregrina</i>

Tabela 20. Onomástica dos cultuantes provenientes do território de Elvas

ÁREA URBANA DE AMAIA			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
Tria nomina			
IRCP 604	<i>C. Annius Valens</i> (gentílico latino, mas relacionável com estratos linguísticos pré-romanos; cognome latino, não muito frequente no espaço geográfico em análise)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	Cidadão romano recente
IRCP 606	<i>T. Cateius [?] Quietus</i> (cognome latino pouco documentado na Península, abundante em África)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	Provável cidadão romano; possível ligação com o Norte africano
Duo nomina			
IRCP 605	<i>Aelia [?] Maxima Tituli (f.)</i> (cognome latino, frequente nas áreas de onomástica céltica; patronímico também latino mas não muito frequente no mundo romano)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	Provável cidadã romana recente
IRCP 610	<i>Iulia Saturisca</i> (cognome muito raro, que Vallejo (2005: 506) não crê ser de origem indígena)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	Possível cidadã romana recente
Nome único			
IRCP 607	<i>Faustus Bassi lib.</i> (cognome latino, bastante difundido no mundo romano e de abundante aplicação em escravos)	S. Salvador de Aramenha, Marvão.	Liberto
IRCP 608	<i>Fusca Vituli lib.</i> (cognome latino, comum no meio servil; cognome latino do patrono, pouco frequente no mundo romano e predominante na Lusitânia oriental)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	Liberta
HEp 13, 2004, nº 1001	<i>Aleinius Tongi · f.</i> (<i>hapax</i> , podendo constituir um antropónimo pré-romano)	S. Salvador de Aramenha, Marvão	<i>Peregrinus</i>

Tabela 21. Onomástica dos cultuantes provenientes da área urbana de Amaia

TERMO RURAL DE AMAIA			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
Tria nomina			
IRCP 611a (IRCP 637)	<i>P. Carminius Macer</i> (relacionável com legado de Tibério através do gentílico; cognome latino, registado no espaço geográfico em análise)	Tapada de Pai Eanes, Castelo de Vide	Provável cidadão romano
Duo nomina			
HEp 18, 2009, nº 579	<i>Amilia Urbana</i> (gentílico registado pela primeira vez na Península; cognome abundante em África)	Alter do Chão, Portalegre	Possível cidadã romana; possível ligação com o Norte africano
Nome único			
IRCP 611	<i>Novela Anniae lib.</i> (cognome latino, amplamente difundido em África)	Santo António das Areias, Marvão	Liberta; possível ligação com o Norte africano
IRCP 614	[...] <i>[A]viti f.</i> (patronímico latino, mas típico de meios recém-romanizados)	Reguengo, Alter do Chão	Condição incerta - provável <i>peregrinus</i>
IRCP 635	<i>Tanginus Lubaeci f.</i> (nome e patronímico tipicamente lusitanos; radical <i>Tanc-/Tang-</i> serve de base a teónimos)	Local designado Passareira, Alter do Chão	<i>Peregrinus</i>
HEp 1996, nº 1064	[...] <i>Marci f.</i>	Santiago Maior, Castelo de Vide	Condição incerta - provável <i>peregrinus</i>

Tabela 22. Onomástica dos cultuantes provenientes do termo rural de Amaia

ARITIMUM VETUS			
Referência	Nome do indivíduo	Proveniência	Observações
IRCP 638	<i>Celtius Tongi f.</i> (nome de raiz céltica, concentrado quase exclusivamente na Lusitânia; patronímico é um dos mais típicos desta região)	Herdade de Pero Galego, Montalvão, Nisa	<i>Peregrinus</i>
IRCP 640	<i>Tanginus Docquiri f.</i> (nome e patronímico tipicamente lusitanos; radical <i>Tanc-/Tang-</i> serve de base a teónimos)	Herdade de Pero Galego, Montalvão, Nisa	<i>Peregrinus</i>
IRCP 641	<i>Lupus Lanci f.</i> (cognome latino, mas frequente em contextos indígenas na Lusitânia; patronímico ligado a topónimos desta região)	Salavessa, Montalvão, Nisa	<i>Peregrinus</i>
AE 1950, 220	<i>Amminus Taltici f.</i> (onomástica tipicamente indígena; primeiro nome representativo da Lusitânia)	Belver, Gavião	<i>Peregrinus</i>

Tabela 23. Onomástica dos cultuantes provenientes do território de *Aritium Vetus*

MUNDO URBANO		
Estrutura onomástica	Nº	%
<i>Tria nomina</i>	12	35,3
<i>Duo nomina</i>	11	32,4
Nome único	10	29,4
Quatro nomes	1	2,9
TOTAL	34	100

MUNDO URBANO		
<i>Tria nomina</i>	Nº	%
Évora	1	8,3
<i>Ossonoba</i>	2	16,7
Miróbriga	3	25
A. do Sal	3	25
Beja	1	8,3
<i>Ammaia</i>	2	16,7
TOTAL	12	100

<i>Duo nomina</i>	Nº	%
Évora	1	9
Miróbriga	4	36,4
A. do Sal	2	18,2
Beja	2	18,2
<i>Ammaia</i>	2	18,2
TOTAL	11	100

Nome único	Nº	%
Évora	3	30
Beja	4	40
<i>Ammaia</i>	3	30
TOTAL	10	100

Quatro nomes	Nº	%
Mértola	1	100
TOTAL	1	100

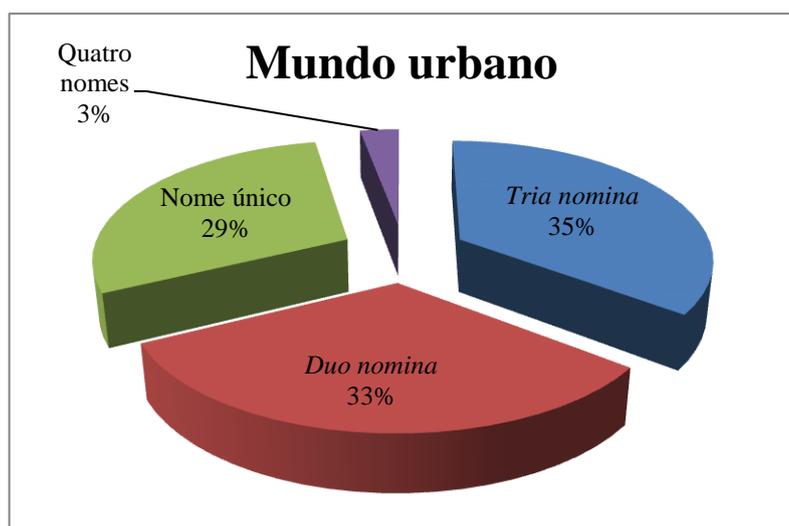


Tabela e Gráfico 24. Representação das estruturas onomásticas no mundo urbano do Sul do território actualmente português

Tabela 25. Representação das estruturas onomásticas nos diferentes núcleos do mundo urbano

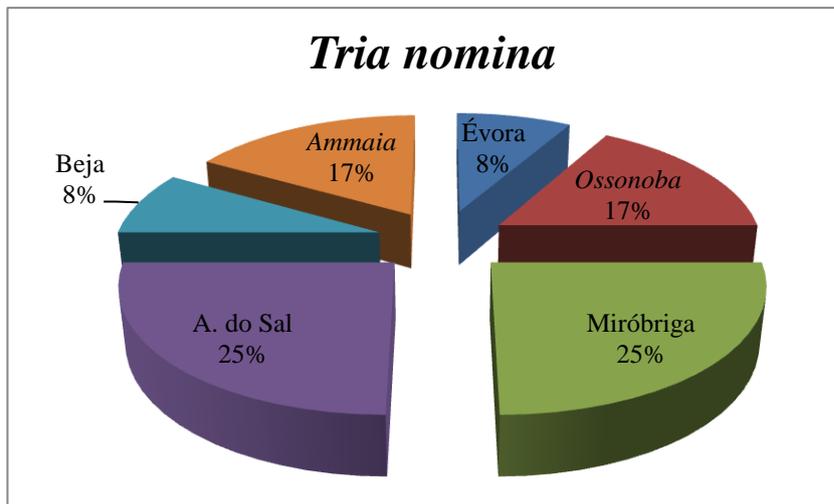


Gráfico 25.1. Representação dos *tria nomina* nos diferentes núcleos do mundo urbano

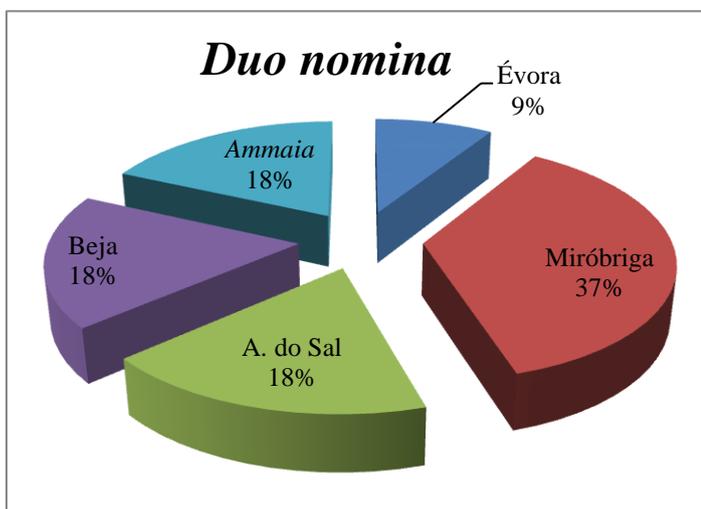


Gráfico 25.2. Representação dos *duo nomina* nos diferentes núcleos do mundo urbano

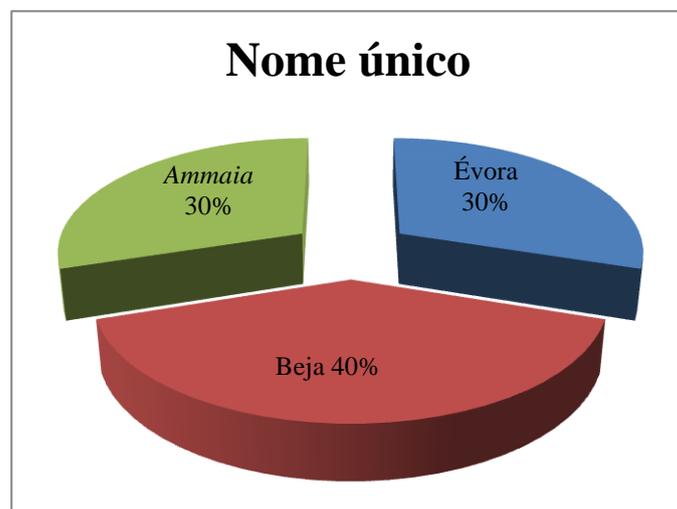


Gráfico 25.3. Representação do nome único nos diferentes núcleos do mundo urbano

MUNDO URBANO		
Categoria social	Nº	%
Cidadãos romanos	17	50
<i>Peregrini</i>	1	2,9
Libertos	8	23,5
Escravos	4	11,8
Condição incerta	1	2,9
Condição incerta - possível cidadão	2	5,9
Condição incerta - possível escravo	1	2,9
TOTAL	34	100

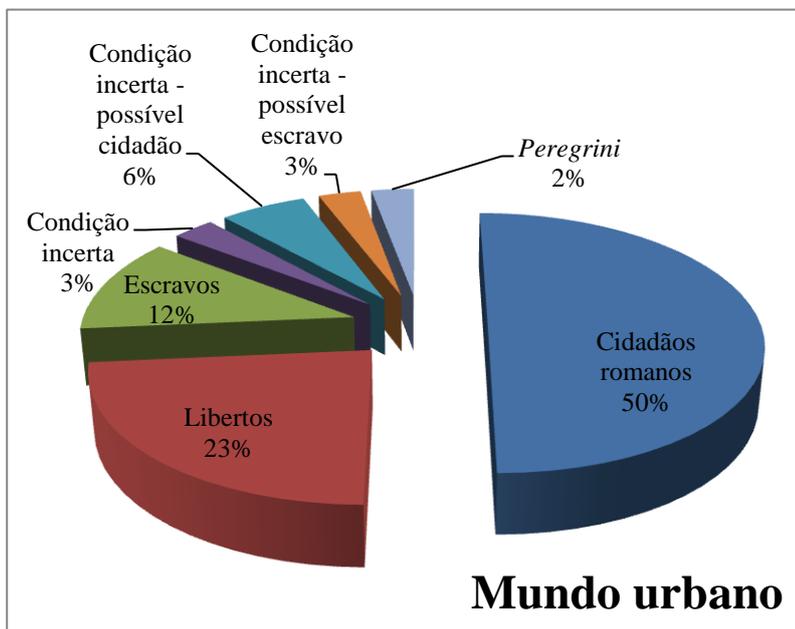


Tabela e Gráfico 26. Representação das categorias sociais no mundo urbano do Sul do território actualmente português

MUNDO URBANO		
Cidadãos romanos		
	Nº	%
Évora	1	5,9
Ossonoba	1	5,9
Mértola	1	5,9
Miróbriga	5	29,4
A. do Sal	3	17,6
Beja	2	11,8
Ammaia	4	23,5
TOTAL	17	100
Libertos		
	Nº	%
Ossonoba	1	12,5
Miróbriga	2	25
A. do Sal	2	25
Beja	1	12,5
Ammaia	2	25
TOTAL	8	100
Escravos		
	Nº	%
Évora	1	25
Beja	3	75
TOTAL	4	100
Condição incerta		
	Nº	%
Évora	1	100
TOTAL	1	100

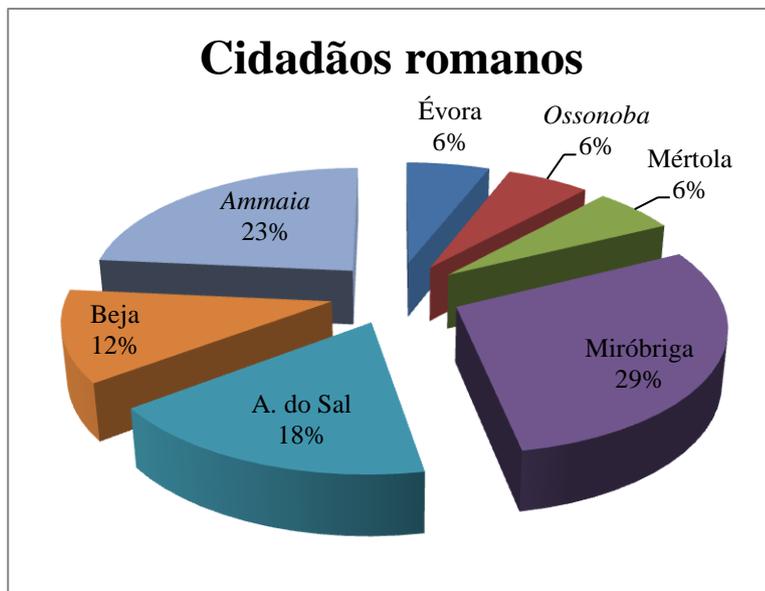


Gráfico 27.1. Representação dos cidadãos romanos nos diferentes núcleos do mundo urbano

Tabela 27. Representação das categorias sociais nos diferentes núcleos do mundo urbano

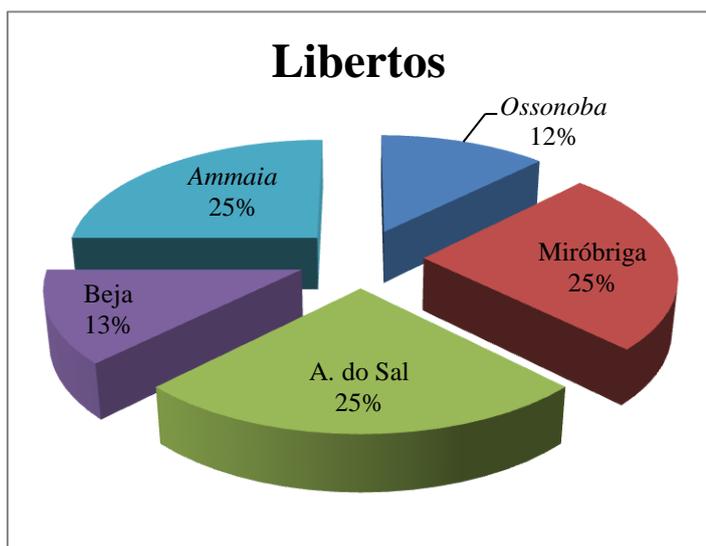


Gráfico 27.2. Representação dos libertos nos diferentes núcleos do mundo urbano

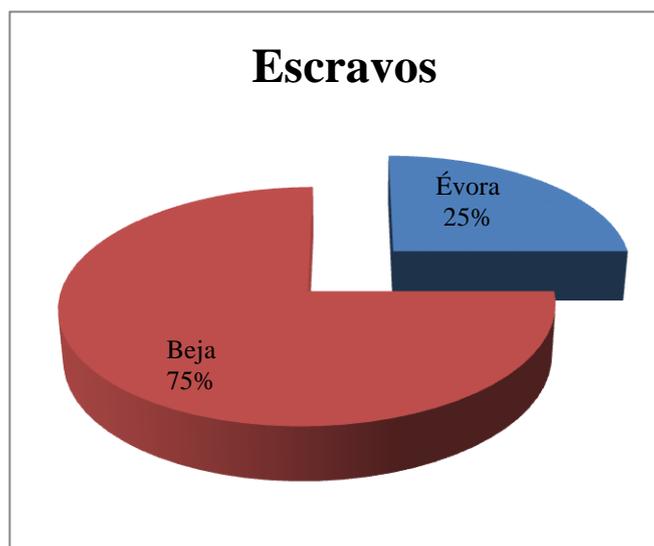


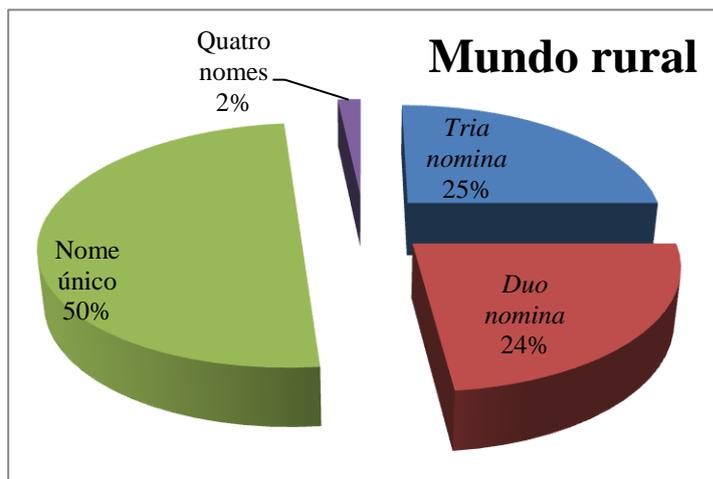
Gráfico 27.3. Representação dos escravos nos diferentes núcleos do mundo urbano

MUNDO URBANO			
Referência	Local	Gentílico	Observações
IRCP 2	<i>Ossonoba</i>	<i>Acilius</i>	
IRCP 605	<i>Ammaia</i>	<i>Aelius</i> [?]	Gentílico imperial
IRCP 1	<i>Ossonoba</i>	<i>Agrius</i>	
IRCP 604	<i>Ammaia</i>	<i>Annius</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 144	<i>Miróbriga</i>	<i>Attius</i>	
IRCP 373	Évora	[A]ureli[us?]	Gentílico imperial
IRCP 606	<i>Ammaia</i>	<i>Cateius</i>	
IRCP 144	Miróbriga	<i>Fabius</i>	
IRCP 147	Miróbriga	<i>Flavius</i>	Gentílico imperial
IRCP 183	<i>Salacia</i>	<i>Flavius</i>	
IRCP 146	Miróbriga	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
IRCP 610	<i>Ammaia</i>	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
HEp 17, 2008, nº 212	Beja	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial; liberta
IRCP 374	Évora	<i>Licinius</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 147	Miróbriga	<i>Lucilius</i>	
IRCP 231	Beja	<i>Marius</i>	
IRCP 182	<i>Salacia</i>	<i>Octavius</i> (2 indiv.)	Gentílico imperial
IRCP 145	Miróbriga	<i>Pagusicus</i> (2 indiv.)	
FE 93, 2012, nº 416	<i>Salacia</i>	<i>Porcius/Pompeus</i> (2 indiv.)	
IRCP 195	Mértola	<i>Valerius</i>	Gentílico imperial tardio

Tabela 28. Gentílicos registados no mundo urbano do Sul do território actualmente português

MUNDO RURAL		
Estrutura onomástica	Nº	%
<i>Tria nomina</i>	15	25
<i>Duo nomina</i>	14	23,3
Nome único	30	50
Quatro nomes	1	1,7
TOTAL	60	100

Tabela e Gráfico 29. Representação das estruturas onomásticas no mundo rural do Sul do território actualmente português



MUNDO RURAL		
Tria nomina		
	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	2	13,3
Área de Vila Viçosa	3	20
Arredores de Beja	4	26,7
Elvas	5	33,3
Termo rural de Amaia	1	6,7
TOTAL	15	100
Duo nomina		
	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	2	14,3
Termo de Évora	2	14,3
Área de Vila Viçosa	4	28,6
Arredores de Beja	4	28,6
Elvas	1	7,1
Termo rural de Amaia	1	7,1
TOTAL	14	100
Nome único		
	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	2	6,7
Termo de Évora	3	10
Área de Vila Viçosa	2	6,7
Arredores de Beja	6	20
Elvas	9	30
Termo rural de Amaia	4	13,3
<i>Aritium Vetus</i>	4	13,3
TOTAL	30	100
Quatro nomes		
	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	1	100

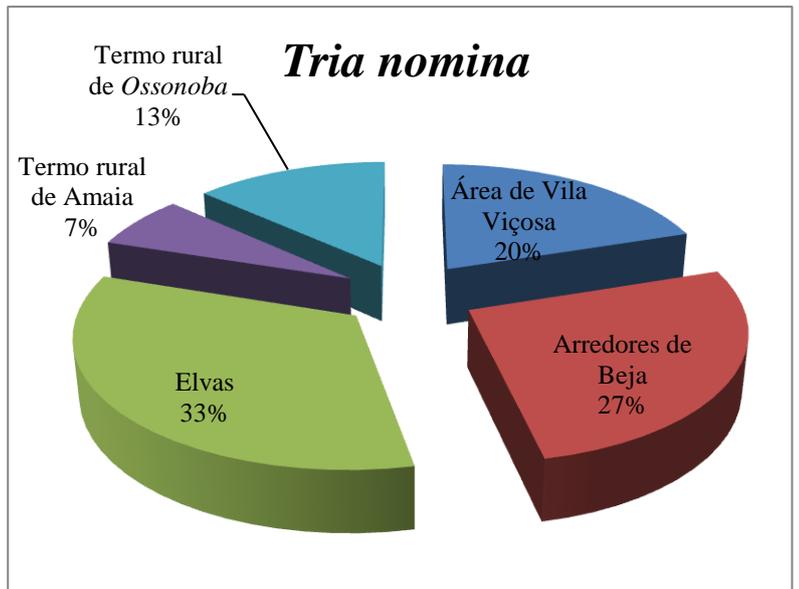


Gráfico 30.1. Representação dos *tria nomina* nos diferentes núcleos do mundo rural

Tabela 30. Representação das estruturas onomásticas nos diferentes núcleos do mundo rural

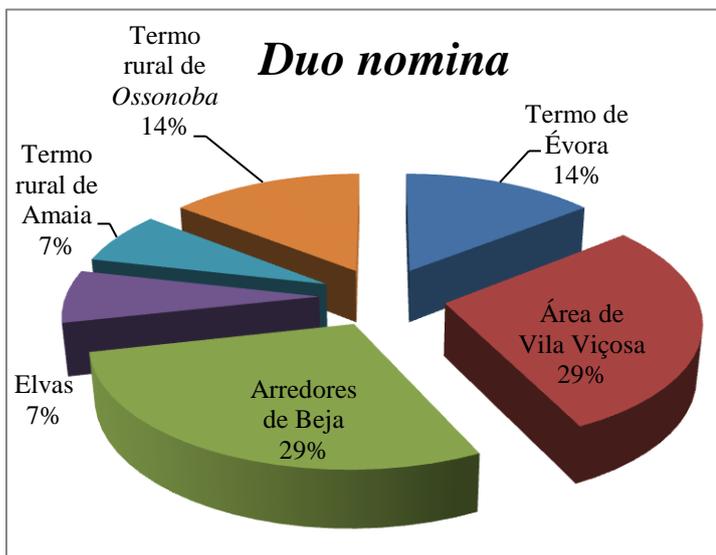


Gráfico 30.2. Representação dos *duo nomina* nos diferentes núcleos do mundo rural

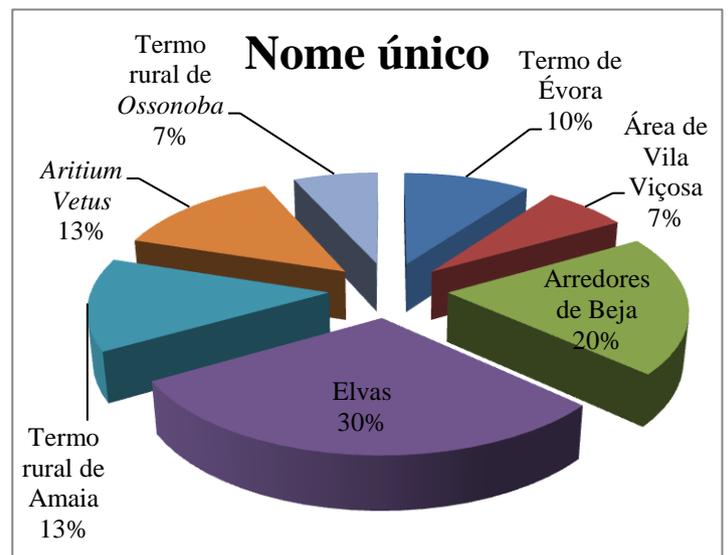


Gráfico 30.3. Representação do nome único nos diferentes núcleos do mundo rural

MUNDO RURAL		
Categoria social	Nº	%
Cidadãos romanos	25	41,7
<i>Peregrini</i>	17	28,3
Condição incerta - possível <i>peregrinus</i>	2	3,3
Libertos	7	11,7
Escravos	4	6,7
Condição incerta	4	6,7
Condição incerta - possível cidadão	1	1,7
TOTAL	60	100

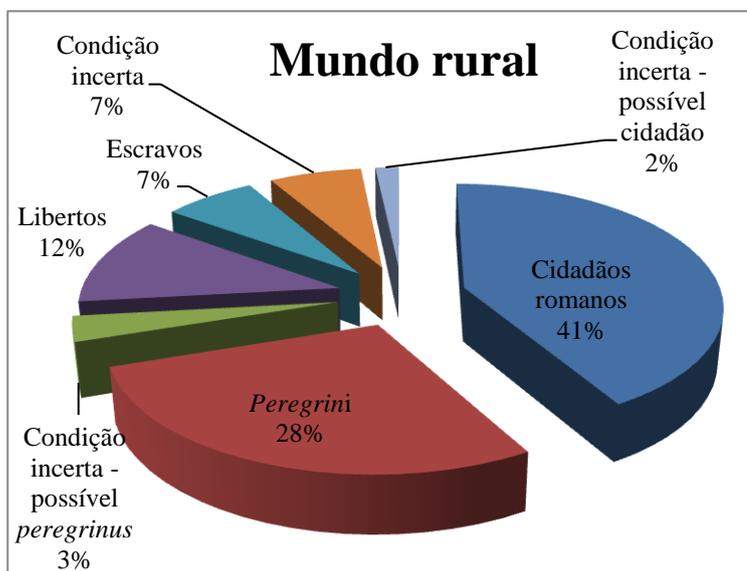
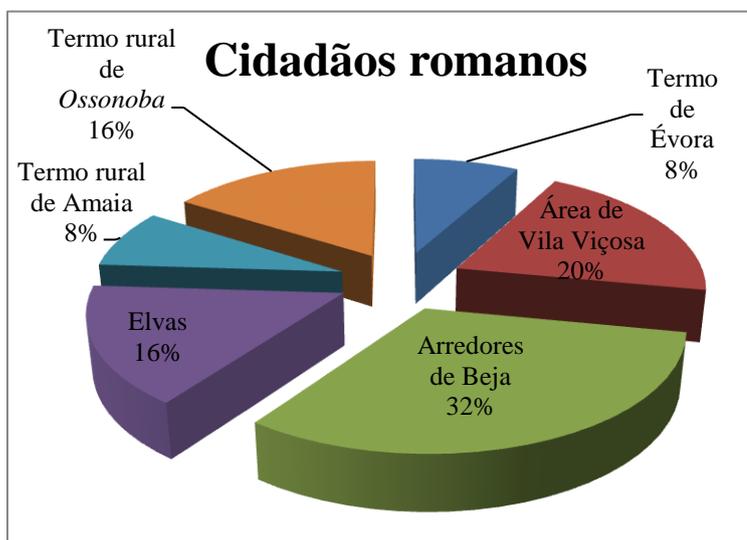


Tabela e Gráfico 31. Representação das categorias sociais no mundo rural do Sul do território actualmente português



MUNDO RURAL		
Cidadãos romanos	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	4	16
Termo de Évora	2	8
Área de Vila Viçosa	5	20
Arredores de Beja	8	32
Elvas	4	16
Termo rural de Amaia	2	8
TOTAL	25	100

<i>Peregrini</i>	Nº	%
Termo de Évora	1	5,9
Área de Vila Viçosa	1	5,9
Arredores de Beja	1	5,9
Elvas	9	52,9
Termo rural de Amaia	1	5,9
<i>Aritium Vetus</i>	4	23,5
TOTAL	17	100

Libertos	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	1	14,3
Área de Vila Viçosa	2	28,6
Arredores de Beja	2	28,6
Elvas	1	14,3
Termo rural de Amaia	1	14,3
TOTAL	7	100

Escravos	Nº	%
Termo rural de <i>Ossonoba</i>	1	25
Termo de Évora	1	25
Área de Vila Viçosa	1	25
Arredores de Beja	1	25
TOTAL	4	100

Tabela 32. Representação das categorias sociais nos diferentes núcleos do mundo rural

Gráfico 32.1. Representação dos cidadãos romanos nos diferentes núcleos do mundo rural

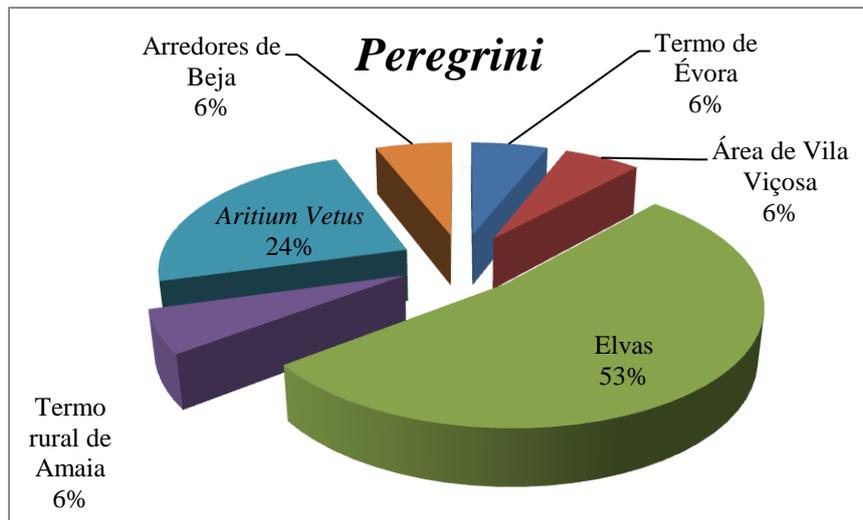


Gráfico 32.2. Representação dos *peregrini* nos diferentes núcleos do mundo rural

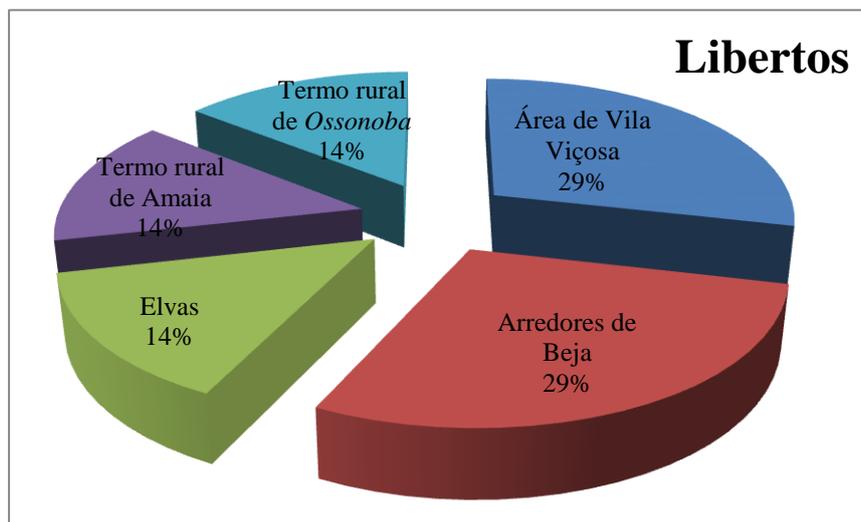


Gráfico 32.3. Representação dos *libertos* nos diferentes núcleos do mundo rural

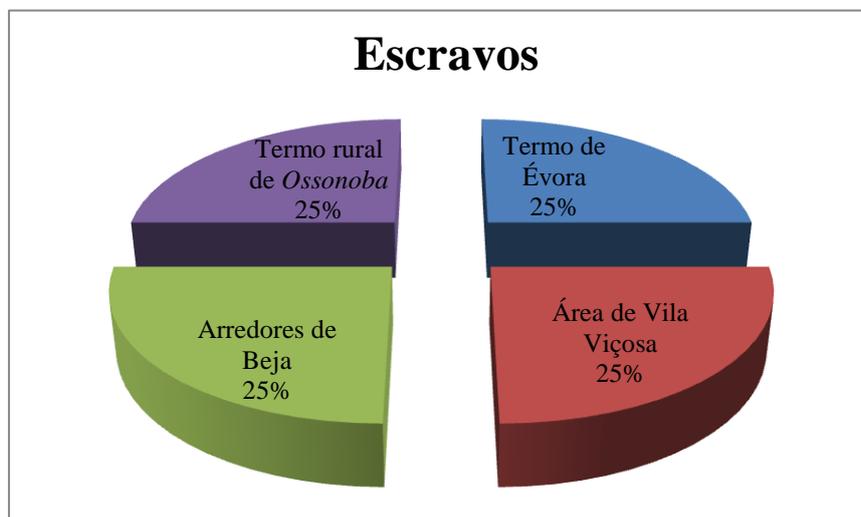


Gráfico 32.4. Representação dos *escravos* nos diferentes núcleos do mundo rural

MUNDO RURAL			
Referência	Local	Gentílico	Observações
IRCP 375	Termo Évora	<i>Acilius</i>	
IRCP 286	Termo Beja	<i>Aemilius</i>	Mesmo indivíduo. Segundo gentílico imperial
		<i>Aelius</i>	
IRCP 438	V. Viçosa	<i>Albius</i> (2 indiv.)	
HEp 18, 2009, nº 579	Termo Amaia	<i>Amilius</i>	
HEp 9, 1999, nº 738	Termo Beja	<i>Annius</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 289	Termo Beja	<i>Antistius</i> (2 indiv.)	
IRCP 437	V. Viçosa	<i>Appuleius</i>	
IRCP 60	Termo <i>Ossonoba</i>	<i>Artullius</i>	
IRCP 60	Termo <i>Ossonoba</i>	<i>Atilius</i> (2 indiv.)	
IRCP 290	Termo Beja	<i>Atilius</i>	
IRCP 287	Termo Beja	<i>Axonius</i>	
HEp 12, 2002, nº 633	V. Viçosa	<i>Axonius</i>	
IRCP 410	Termo Évora	<i>Caecilius</i>	
IRCP 375	Termo Évora	<i>Canidius</i>	
IRCP 611a	Termo Amaia	<i>Carminius</i>	
IRCP 568	Elvas	<i>Coelius</i>	
IRCP 58 e 59	Termo <i>Ossonoba</i>	<i>Fonteius</i>	Mesmo indivíduo
IRCP 570	Elvas	<i>Helvius</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 439	V. Viçosa	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
IRCP 440	V. Viçosa	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
IRCP 566	Elvas	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
IRCP 571	Elvas	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial
HEp 4, 1994, nº 1056	V. Viçosa	<i>Licinius</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 62	Termo <i>Ossonoba</i>	<i>Paccius</i>	
HEp 7, 1997, nº 1148	Termo Beja	<i>Plotius</i>	
		<i>Valerius</i>	Mesmo indivíduo; 1º gentílico imperial tardio
HEp 7, 1997, nº 1148	Termo Beja	<i>Crescanius</i>	
HEp 6, 1996, nº 1065	Elvas	<i>Valgius</i>	
IRCP 572	Elvas	<i>Vettius</i>	

Tabela 33. Gentílicos registados no mundo rural do Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Genii municipais		
Cidadão romano	1	50
<i>Peregrinus</i>	1	50
TOTAL	2	100
Genii individuais (Juno)		
Escravo	2	66,7
Condição incerta - possível integrante do meio servil	1	33,3
TOTAL	3	100
Lares privados (mundo rural)		
Cidadão romano	1	100
TOTAL	1	100

Tabela 34. Categorização dos cultuantes de cada divindade tutelar presente no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Mundo urbano		
Cidadão romano	3	50
Condição incerta - possível cidadão	1	16,7
Liberto	2	33,3
TOTAL	6	100
Mundo rural		
Cidadão romano	5	71,4
<i>Peregrinus</i>	2	28,6
TOTAL	7	100

Tabela 35. Categorização dos cultuantes de Júpiter nos diferentes âmbitos de análise do território

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	4	80
Liberto	1	20
TOTAL	5	100

Tabela 36. Categorização dos cultuantes de Ísis e Serápis no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	33,3
<i>Peregrinus</i>	1	16,7
Escravo	2	33,3
Condição incerta - possível integrante do meio servil	1	16,7
TOTAL	6	100

Tabela 34.1. Categorização dos cultuantes das divindades tutelares do espaço em análise

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	8	61,5
Condição incerta - possível cidadão	1	7,7
<i>Peregrinus</i>	2	15,4
Liberto	2	15,4
TOTAL	13	100

Tabela 35.1. Categorização dos cultuantes de Júpiter no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Liberto	2	50
Escravo	1	25
Cidadão romano	1	25
TOTAL	4	100

Tabela 37. Categorização dos cultuantes de Fontano/Fontana no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	1	14,3
<i>Peregrinus</i>	2	28,6
Liberto	2	28,6
Escravo	1	14,3
Condição incerta	1	14,3
TOTAL	7	100

Tabela 38. Categorização dos cultuantes das divindades aquáticas no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	50
Condição incerta - possível cidadão	1	25
Escravo	1	25
TOTAL	4	100

Tabela 40. Categorização dos cultuantes de *Salus* no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	33,3
<i>Peregrinus</i>	2	33,3
Liberto	1	16,7
Condição incerta	1	16,7
TOTAL	6	100

Tabela 42. Categorização dos cultuantes de Prosérpina no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	1	33,3
<i>Peregrinus</i>	1	33,3
Escravo	1	33,3
TOTAL	3	100

Tabela 44. Categorização dos cultuantes de Carne Calanticense no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	66,7
<i>Peregrinus</i>	1	33,3
TOTAL	3	100

Tabela 39. Categorização dos cultuantes de *Liber Pater* no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	33,3
Liberto	2	33,3
Escravo	1	16,7
Condição incerta - possível cidadão	1	16,7
TOTAL	6	100

Tabela 41. Categorização dos cultuantes das divindades salutíferas no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	2	66,7
<i>Peregrinus</i>	1	33,3
TOTAL	3	100

Tabela 43. Categorização dos cultuantes de Atégina/"Deusa Santa" no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	1	50
<i>Peregrinus</i>	1	50
TOTAL	2	100

Tabela 45. Categorização dos cultuantes de Quangeio no Sul do território actualmente português

Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	4	66,7
Descendente de libertos	2	33,3
TOTAL	6	100

Tabela 46. Categorização dos cultuantes de Cíbele no Sul do território actualmente português

SANTUÁRIO DE ENDOVÉLICO (S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal)

Tria nomina/quatro nomes

Referência	Nome do indivíduo	Observações
IRCP 492	<i>Sextus Cocceius Craterus Honorinus</i> (gentílico registado em Beja; ambos os cognomes pouco frequentes, o primeiro aqui registado pela 1ª vez na Península)	Cavaleiro romano; detentor de cidadania romana
IRCP 485	<i>T. Annius Aper</i> (gentílico latino mas relacionável com estratos linguísticos pré-romanos; cognome latino)	Provável cidadão romano
IRCP 490	<i>L. Calpurnius Andronicus</i> (gentílico documentado no espaço geográfico em análise; cognome de origem grega, frequente no meio servil)	Possível liberto
IRCP 491	[...] <i>Calpurnius Dobetianus</i> (gentílico documentado no espaço geográfico em análise; cognome constitui <i>hapax</i> relacionável com nomes pré-romanos como <i>Dobiterus</i> ou <i>Dobiteina</i>)	Provável cidadão romano
IRCP 495	<i>M. Fannius Augurinus</i> (gentílico e cognome pouco representados na Península, este último remetendo para a ocupação de áugure)	Provável cidadão romano
IRCP 505	<i>G. Iulius Capito</i> (cognome latino muito frequente na Península, aplicado a diversos magistrados romanos durante a República)	Provável cidadão romano
IRCP 506	<i>C. Iulius Caturonis</i> [<i>f(i)lius</i> ...] (patronímico indígena, frequente na região lusitano-galaica)	Provável cidadão romano recente
IRCP 507	[...] [<i>lu?liu[s]</i>] [<i>lu?lianu[s]</i>] (cognome latino, bastante difundido no mundo romano)	Provável cidadão romano
IRCP 508	<i>L. Iulius Novatus</i> (cognome latino, concentrado em Hispânia e África)	Provável cidadão romano recente
	<i>Vivennia Venusta Manilia</i> (primeiro gentílico de possível origem etrusca; cognome latino, frequente no meio servil)	Possível cidadã romana (uma só pessoa, contrariamente à perspectiva de alguns autores)
IRCP 509	<i>L. Iulius P]aesicus</i> (cognome referido por Kajanto, 1982 como latino, referindo-se a tribo hispânica; registado em Vallejo 2005 como antropónimo hispânico)	Provável cidadão romano
IRCP 510	<i>Marcus Iulius Proculus</i> (cognome latino, bastante difundido no mundo romano)	Provável cidadão romano
IRCP 511	<i>Q. Iulius Pultarius</i> (cognome latino, pouco frequente na Península)	Provável cidadão romano
IRCP 513	<i>Caius Iu]lius Se]ptimi[nus]</i> (cognome latino, registado na Península mas não muito difundido no mundo romano)	Provável cidadão romano
IRCP 515	<i>Q. L(icinius?) Catullus</i> (cognome de possível origem céltica ou latina, constituindo diminutivo de <i>Cato</i>)	Provável cidadão romano
	<i>Vernacla</i> (cognome registado no espaço geográfico em análise, frequente no meio servil, embora significando “nativo”/”romano”)	Escrava de Trébia (ou Trebícia) Musa
	<i>Trebiae (vel Trebiciae) Muse</i> (gentílico <i>Trebicia</i> atestado no espaço geográfico em análise; cognome latino de base grega)	Possível cidadã romana
IRCP 516	<i>M. L(icinius?) Nigellio</i> (gentílico bem conhecido na região; cognome latino, pouco frequente)	Provável cidadão romano
	<i>L(icinia?) Marciana</i> (cognome latino difundido no mundo romano, documentado no espaço geográfico em análise)	Provável cidadã romana
IRCP 517	<i>M. Livius Severus</i> (gentílico pouco frequente no	Provável cidadão romano

	espaço geográfico em análise; cognome latino, abundante no mesmo)	
IRCP 518	<i>M. Mogolius C[ar?]us</i> (gentílico considerado de étimo celta, sendo este o único exemplo no mundo romano; cognome latino)	Provável cidadão romano
IRCP 519	<i>Quintus Statorius Taurus</i> (gentílico de possível origem etrusca; cognome latino, registado na Península)	Provável cidadão romano
	<i>Tusca Olia Tauri f.</i> (gentílico bastante atribuído a libertos, de possível origem etrusca; cognome latino, documentado no espaço geográfico em análise)	Condição incerta – provável cidadã romana recente
IRCP 521	<i>M. Pompeius Saturninus</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise; cognome latino, de cariz teofórico e pagão, abundante em África)	Provável cidadão romano.
IRCP 523	<i>C. S(ulpicius?) C (?)</i> (uso de siglas para indicar <i>tria nomina</i> com paralelos noutros textos dedicados a Endovélico)	Provável cidadão romano
IRCP 525	<i>P. Sempronius Celer</i> (gentílico de importante família da Hispânia e um dos mais frequentes no CIL; cognome latino, registado no espaço geográfico em análise)	Provável cidadão romano
IRCP 526	<i>Q. Sevius Q. f. Pap. Firmanus</i> (gentílico raro; cognome latino, relacionável com a cidade itálica de <i>Firmum</i>)	Cidadão romano seguro
IRCP 527	<i>Q. Sitionius Equester</i> (gentílico com vários significados possíveis; cognome relacionável com a classe equestre)	Provável cidadão romano
	<i>Sitionia Q. f. Victorina</i> (cognome latino, muito frequente no mundo romano e atestado no espaço geográfico em análise)	Cidadã romana segura
IRCP 528	<i>L. T(erentius?) M(aximus?)</i> (uso de siglas para indicar <i>tria nomina</i> com paralelos noutros textos dedicados a Endovélico; onomástica tipicamente latina)	Provável cidadão romano
	<i>T(erentia?)M(axima?)</i> (idem)	Provável cidadã romana
IRCP 530	<i>C. V(alerius?) M(aximus?)</i> (caso similar a IRCP 528 e 531)	Provável cidadão romano
IRCP 531	<i>M. V(alerius?) M(aximus?)</i> (caso similar a IRCP 528 e 530)	Provável cidadão romano
IRCP 534	<i>G. Vesidius Fuscus</i> (cognome latino, mas frequente nos meios de onomástica indígena)	Provável cidadão romano
	<i>[...] [Ve?]sidiu[s]</i> (gentílico de possível origem itálica)	Condição incerta – provável cidadão romano
IRCP 535	<i>M. Vibius Bassus</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise, ligado a gente de posses ou prestígio; cognome latino, muito usado na Península)	Provável cidadão romano
	<i>M. Vibius Avitus</i> (cognome latino, abundante em meios de onomástica indígena)	Provável cidadão romano
IRCP 540	<i>[praenomen] [...]ius Narcissus</i> (cognome latino, embora não registado por Kajanto 1982, com conotação mitológica)	Possível cidadão romano
IRCP 543	<i>[praenomen] [Calp?]urni[us] [cognomen]</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise, atribuído a uma importante família senatorial de Évora)	Possível cidadão romano

Tabela 47.1. Cultuantes de Endovélico identificados através de *tria nomina*/quatro nomes

<i>Duo nomina</i>		
Referência	Nome do indivíduo	Observações
IRCP 483	<i>Albia Ianuaria</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome latino, típico do meio servil)	Provável liberta
IRCP 484	<i>Ann(ia) Q. f. Mariana</i> (onomástica tipicamente latina, documentada no espaço geográfico em análise)	Cidadã romana segura
	<i>Pompeia Prisca</i> (idem)	Provável cidadã romana
IRCP 486	<i>Antonia L. [f.] Manliola</i> (gentílico latino; cognome diminutivo de <i>Manlius</i> , designando a filha de um cônsul em 210)	Cidadã romana segura
IRCP 487	<i>Antubelliscus Priscus</i> (primeiro elemento parece ser cognome de origem céltica, relacionável com o teónimo; segundo cognome latino, frequente no mundo romano)	Condição incerta - provável <i>peregrinus</i>
IRCP 488	<i>Arrius Badiolus</i> (gentílico documentado no espaço geográfico em análise; cognome latino, bem representado na Península, embora raro no mundo romano)	Possível cidadão romano
IRCP 494	<i>Critonia Maxuma</i> (cognome latino frequente na região, comum entre a nobreza senatorial e a <i>plebs ingenua</i>)	Provável cidadã romana
	<i>Critonia C. f.</i> (único exemplo da ocorrência do gentílico na Península)	Provável cidadã romana; possíveis descendentes de colonos
IRCP 496	<i>Helvia Avita</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome latino, abundante em meios de onomástica indígena)	Provável cidadã romana
IRCP 499	<i>Iulia Anus</i> (gentílico muito frequente entre cultuantes de Endovélico; cognome latino, abundante na Península)	Provável cidadã romana
IRCP 500	<i>Iulia Maxuma</i> (cognome latino, frequente no mundo romano e na região, com grafia arcaizante)	Provável cidadã romana
IRCP 501	<i>Iulia P. f. Maxuma</i> (similar a IRCP 500)	Cidadã romana segura
IRCP 502	<i>Iullia [sic] C. f. Modesta</i> (onomástica tipicamente latina e documentada no espaço geográfico em análise)	Cidadã romana segura
IRCP 503	<i>Iulia [Pro]cula</i> (cognome latino, bastante difundido no mundo romano)	Provável cidadã romana
IRCP 512	<i>[...]s Saturninus</i> (teria tido gentílico; cognome latino, de cariz teofórico e pagão, abundante em África)	Condição incerta - possível cidadão romano
IRCP 514	<i>Iunia Eliana</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise; cognome latino bastante comum)	Provável cidadã romana
	<i>Elvia Ybas</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome de origem grega)	Possível liberta
IRCP 520	<i>Petronia Albilla</i> (<i>nomen</i> atestado no espaço geográfico em análise; cognome latino pouco representado, característico das zonas de influência céltica)	Provável cidadã romana
IRCP 522	<i>Pomponia Marcella</i> (gentílico registado no espaço geográfico em análise; cognome latino muito difundido no mundo romano)	Provável cidadã romana
IRCP 524	<i>S(ulpicia?) Romula</i> (cognome latino, de cariz lendário, documentado no espaço geográfico em análise)	Provável cidadã romana
IRCP 529	<i>Terentia G. f. [cognomen]</i> (gentílico documentado no espaço geográfico em análise; cognome perdeu-se)	Cidadã romana segura
IRCP 536	<i>Messius Sympaeron</i> (gentílico pouco registado na Península; cognome de origem grega)	Provável liberto
	<i>Vitalis</i> (cognome latino, bem representado no meio servil e raro no espaço geográfico em análise)	Escravo
FE 15, 1985, nº 64	<i>T. Annius [...]</i> (gentílico latino mas relacionável com estratos linguísticos pré-romanos; poderia ter tido cognome, que se perdeu)	Provável cidadão romano

Tabela 47.2. Cultuantes de Endovélico identificados através de *duo nomina*

Nome único		
Referência	Nome do indivíduo	Observações
IRCP 489	<i>Blandus</i> (cognome latino, típico da condição servil)	Escravo de Célia Rufina
	<i>Caelia Rufina</i> (gentílico latino bastante documentado na Península; cognome latino bastante comum, registado em áreas de onomástica indígena)	Provável cidadã romana
IRCP 493	<i>Conicodius</i> (<i>hapax</i> etimologicamente relacionável com o povo dos Cónios)	Possível <i>peregrinus</i>
IRCP 497	<i>Hermes</i> (cognome grego, típico da condição servil)	Escravo
	<i>Aurelia Vibia Sabina</i> (gentílicos ligados a estratos de certa posição social; cognome latino muito comum, com paralelos em conhecidas figuras do império romano e da classe senatorial eborense)	Cidadã romana; elevada classe económico-social
IRCP 498	<i>Hermes P.</i> [<i>lib.</i>] (similar a IRCP 497)	Liberto
IRCP 504	<i>Iu[lianus?]</i> (cognome latino, bastante difundido no mundo romano)	Condição incerta
	<i>Iul(ia) Marcella</i> (cognome latino muito difundido no mundo romano, de origem republicana)	Provável cidadã romana
IRCP 533	<i>Valerius</i> (gentílico frequente no espaço geográfico em análise)	Condição incerta - possível cidadão
HEp 3, 1993, nº 477	<i>Eutichius</i> (nome de origem grega, atribuído sobretudo a indivíduos de condição incerta)	Condição incerta; possível escravo
HEp 13, 2004, nº 981	<i>Sestio</i> (nome desprovido de paralelos)	Condição incerta; possível <i>peregrinus</i>
HEp 13, 2004, nº 982	<i>Turrecia</i> (possível <i>hapax</i> , existindo na forma <i>Turracia</i> , um antropónimo hispânico concentrado em Cáceres)	<i>Peregrina</i>

Tabela 47.3. Cultuantes de Endovélico identificados através de nome único

S. MIGUEL DA MOTA (Terena, Alandroal)		
Estrutura onomástica	Nº	%
<i>Tria nomina</i>	33	44
<i>Duo nomina</i>	28	37,3
Nome único	13	17,3
Quatro nomes	1	1,3
TOTAL	75	100
Categoria social	Nº	%
Cidadão romano	56	74,7
<i>Peregrinus</i>	2	2,7
Liberto	5	6,7
Escravo	4	5,3
Condição incerta	1	1,3
Condição incerta - possível <i>peregrinus</i>	2	2,7
Condição incerta - possível cidadão	4	5,3
Condição incerta - possível escravo	1	1,3
TOTAL	75	100

Tabela 48. Representação das estruturas onomásticas e categorias sociais entre os cultuantes de Endovélico

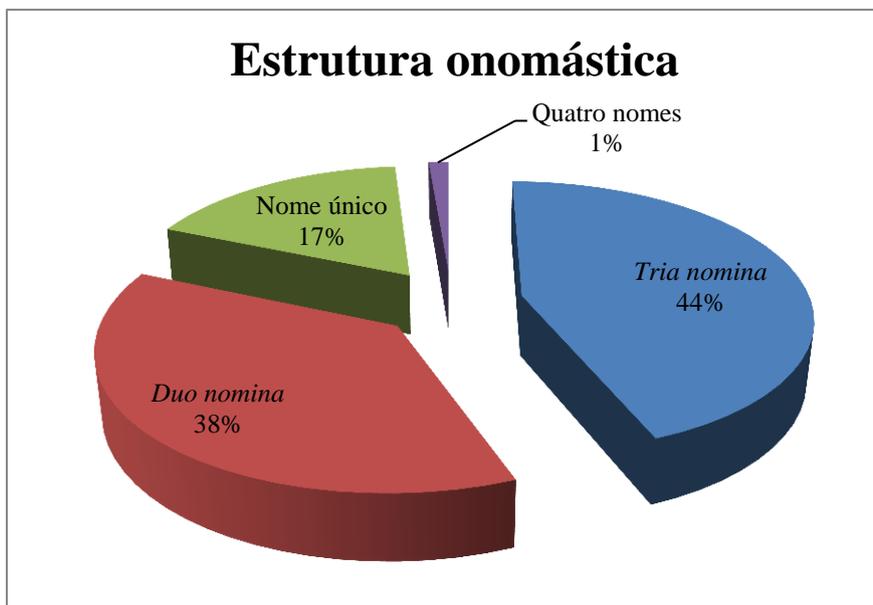


Gráfico 48.1. Representação das estruturas onomásticas entre os cultuantes de Endovélico

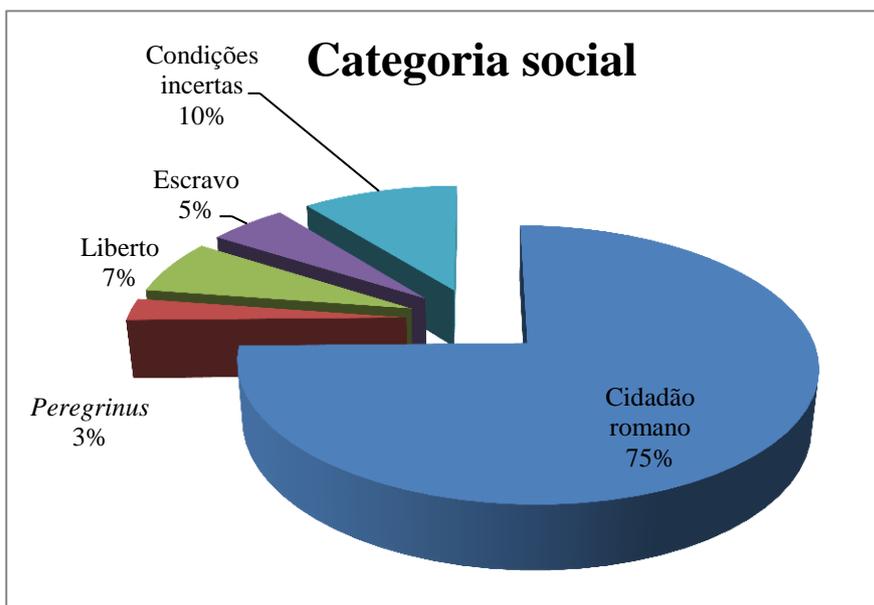


Gráfico 48.2. Representação das categorias sociais entre os cultuantes de Endovélico

S. MIGUEL DA MOTA (Terena, Alandroal)	
Cronologia das inscrições	Nº inscrições
Séc. I d. C.	13
Séc. II d. C.	2
A partir de finais séc. III d. C.	1
Sem cronologia	73
TOTAL	89

Tabela 49. Datação da amostra epigráfica votiva de S. Miguel da Mota

Tipo de mármore	Nº inscrições	%
Trigaches	3	3,4
Estremoz/Vila Viçosa	68	76,4
Pardais/Alandroal	2	2,3
Ruivina clara	1	1,1
Local	1	1,1
Não disponível/não especificado	14	15,7
TOTAL	89	100

Tabela 51. Suportes da epigrafia votiva de S. Miguel da Mota

S. MIGUEL DA MOTA (Terena, Alandroal)

Referência	Gentílico	Observações	Referência	Gentílico	Observações
IRCP 483	<i>Albius</i>		IRCP 514	<i>Iunius</i>	
IRCP 484	<i>Annius</i>		IRCP 515	<i>L(icinius?)</i>	
IRCP 485	<i>Annius</i>			<i>L(icinius?)</i>	Pai e filha; gentílico imperial tardio
FE 15, 1985, nº 64	<i>Annius</i>	Gentílico imperial tardio	IRCP 516	<i>L(icinia?)</i>	
IRCP 486	<i>Antonius</i>	Gentílico imperial tardio	IRCP 517	<i>Livius</i>	
IRCP 488	<i>Arrius</i>			<i>Manilius</i>	Mesmo indivíduo
	<i>Aurelius</i>	1º gentílico imperial; mesmo indivíduo	IRCP 508	<i>Vivennius</i>	
IRCP 497	<i>Vibius</i>			IRCP 536	<i>Messius</i>
IRCP 489	<i>Caelius</i>	Gentílico imperial tardio	IRCP 518	<i>Mogolius</i>	
IRCP 490	<i>Calpurnius</i>		IRCP 520	<i>Petronius</i>	
IRCP 491	<i>Calpurnius</i>		IRCP 484	<i>Pompeius</i>	
IRCP 543	<i>Calpurnius</i>		IRCP 521	<i>Pompeius</i>	
IRCP 492	<i>Cocceius</i>	Gentílico imperial tardio	IRCP 522	<i>Pomponius</i>	
	<i>Critonius</i>	Provavelmente da mesma família	IRCP 525	<i>Sempronius</i>	
IRCP 494	<i>Critonius</i>			IRCP 526	<i>Sevius</i>
IRCP 514	<i>Elvius</i>			<i>Sitonius</i>	Pai e filha
IRCP 495	<i>Fannius</i>		IRCP 527	<i>Sitonius</i>	
IRCP 496	<i>Helvius</i>	Gentílico imperial tardio	IRCP 519	<i>Statorius</i>	
IRCP 499	<i>Iulius</i>		IRCP 523	<i>S(ulpicius?)</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 500	<i>Iulius</i>		IRCP 524	<i>S(ulpicius?)</i>	
IRCP 501	<i>Iulius</i>			<i>T(erentius?)</i>	Provavelmente da mesma família
IRCP 502	<i>Iulius</i>		IRCP 528	<i>T(erentius?)</i>	
IRCP 503	<i>Iulius</i>		IRCP 529	<i>Terentius</i>	
IRCP 504	<i>Iulius</i>		IRCP 515	<i>Trebius/Trebicius</i>	
IRCP 505	<i>Iulius</i>	Gentílico imperial	IRCP 519	<i>Tuscus</i>	
IRCP 506	<i>Iulius</i>		IRCP 530	<i>V(alerius?)</i>	
IRCP 507	<i>Iulius</i>		IRCP 531	<i>V(alerius?)</i>	Gentílico imperial tardio
IRCP 508	<i>Iulius</i>		IRCP 533	<i>Valerius</i>	
IRCP 509	<i>Iulius</i>			<i>Vesidius</i>	Pai e filho
IRCP 510	<i>Iulius</i>		IRCP 534	<i>Vesidius</i>	
IRCP 511	<i>Iulius</i>			<i>Vibius</i>	Pai e filho; gentílico imperial tardio
IRCP 513	<i>Iulius</i>		IRCP 535	<i>Vibius</i>	
IRCP 540	<i>[Iul?]ius</i>				

Tabela 50. Gentílicos registados no santuário de S. Miguel da Mota

Anexo III - Mapas



Fig. 1. Rede de *civitates* da parte actualmente portuguesa da Hispânia, circunscrevendo-se o âmbito geográfico deste trabalho ao espaço abaixo da linha do Tejo (Alarcão, 1990: 367)

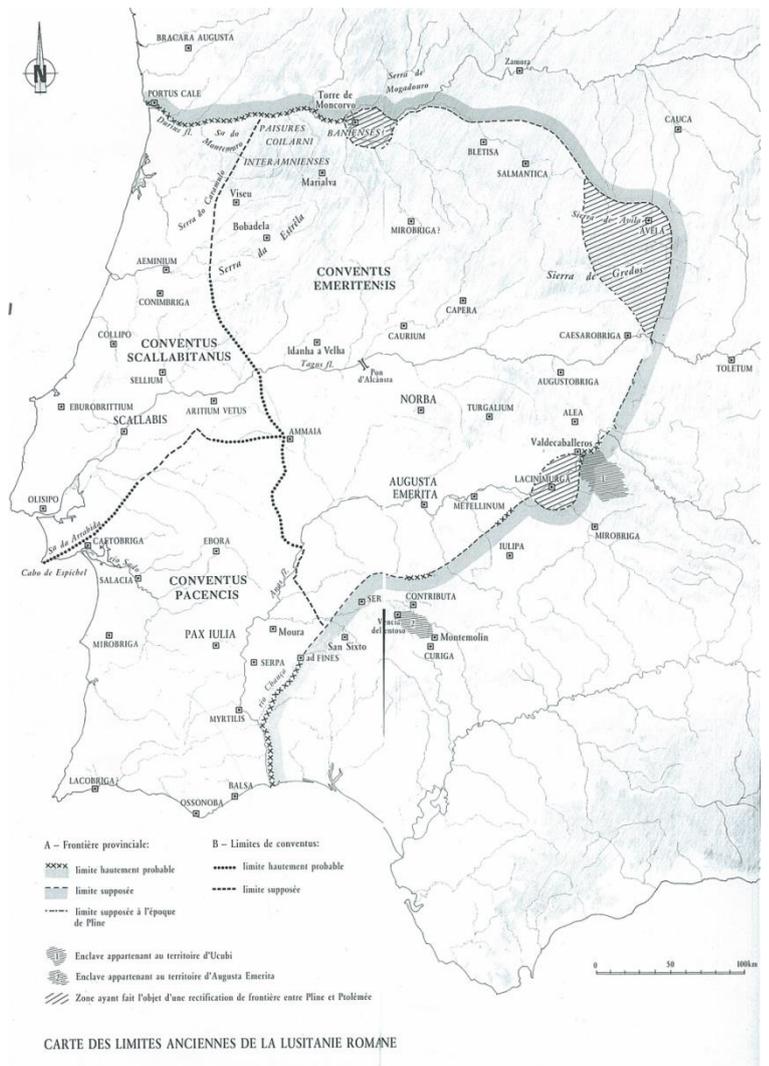


Fig. 2. Demarcação territorial dos *conventus* da Lusitânia, segundo proposta de Alarcão *et al.* (1990)